



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Faculdade de Artes e Letras

O papel do jornalismo público na revitalização da imprensa em Portugal O caso da imprensa regional

Vítor Manuel dos Santos Amaral

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Ciências da Comunicação
(3º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Anabela Gradim Alves

Covilhã, outubro de 2012

Dedicatória

À Cristina, pelo apoio incondicional.

Aos meus filhos, Guilherme, Emanuel e Lara.

Sem eles, não teria conseguido.

Agradecimentos

Não tinha ambição desmedida para chegar aqui. Nunca entendi o caminho da investigação académica como um fim em si mesmo. Ou como o alcance último de um estatuto doutoral de afirmação pessoal. Vejo-a - agora ainda mais - como um meio, sem fim, que dá sentido ao caminho que escolhemos trilhar.

Fiz este caminho envolvido numa atmosfera de humildade e tenacidade, face às permanentes inquietudes com os percursos que a vida me tem permitido. Essa humildade é fortificada pelo contexto dos meus mundos comuns com pessoas e instituições, sem as quais nunca teria feito o penoso percurso que culmina com este trabalho.

De coração aberto e gratidão presente e futura, começo por agradecer à Universidade da Beira Interior, a “minha universidade mãe”, que desde uma tardia licenciatura (em simultâneo com a “tarimba” das redações) me permitiu entrar no mundo do conhecimento científico para uma viagem...sem bilhete de volta nem chegada prevista.

Neste agradecimento institucional não posso deixar de sublinhar o papel que o Instituto Politécnico da Guarda (a minha segunda casa) teve e tem neste impulso para a procura e aprofundamento da formação e do conhecimento. Mais do que uma exigência normativa ou legal, o apoio do IPG e da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto - onde procuro aplicar, com os “meus alunos”, os entusiasmos e as interrogações das reflexões académicas - foi imprescindível. Agradeço ainda à Universidade do Minho, onde desenvolvi uma dissertação de mestrado (2006), que me abriu as portas para acreditar na importância do estudo focado no campo da imprensa regional.

A par das instituições estão as pessoas que por elas e para elas se tornam peças insubstituíveis no processo de crescimento e desenvolvimento científico comum. A pessoa a quem devo, em primeiro lugar, um agradecimento do tamanho do mundo é à Professora Doutora Anabela Gradim, orientadora da presente tese do doutoramento. Pelo seu exemplo, competência, conhecimento, rigor, exigência e entusiasmo lúcido nos caminhos da investigação e da vida, fica aqui expresso o meu profundo reconhecimento pela confiança e pela força, que em todos os momentos me transmitiu.

Um momento de agradecimento é sempre penoso pelo risco de deixar pessoas no esquecimento. Peço desculpa a quem deveria ver aqui o seu nome expresso e não o tem. Guardo tanto de tantas pessoas que este espaço tornar-se-ia demasiado pequeno para as nomear. Mas quero sublinhar, pela marcante influência positiva nas reflexões partilhadas, o contributo especial dos professores António Fidalgo, Paulo Serra, João Carlos Correia e José Ricardo Carvalheiro. Permitam-me a lembrança da UM, com um

agradecimento aos contributos (que não se esquecem) dos professores Helena Sousa, Manuel Pinto, Moisés Martins e Joaquim Fidalgo.

Agradeço ao professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, e restantes colegas de investigação, pela partilha de críticas construtivas que fizeram ao meu trajeto, numa sessão de trabalho conjunta naquela instituição brasileira, em outubro de 2011.

Agraço às licenciadas Ana Carvalho e Raquel Gomes, que colaboraram na investigação de campo, e ao engenheiro Paulo Pereira, pela rigorosa e prestimosa ajuda ao nível do tratamento estatístico dos dados. Deixo um especial agradecimento aos jornalistas da imprensa da Guarda, que se disponibilizaram para me ajudarem a conhecer melhor o seu “mundo”, em entrevistas de profundidade; aos 100 assinantes/leitores e aos 200 “cidadãos comuns”, cuja opinião me permitiu problematizar e avançar na investigação, numa relação dialógica entre a teoria e a realidade, e ao colega António Pissarra, ex-diretor do extinto jornal Nova Guarda, pelo apoio e disponibilidade.

Finalmente, a minha família direta. A ela devo tudo o que sou. O amor e o projeto de vida que nos une fazem da Cristina, mais do que a minha mulher, a “pessoa especial” da minha vida. Sem ela, com todas as minhas faltas ao longo destes últimos quatro anos, não seria possível chegar até aqui. Agradeço-lhe do fundo do coração, para sempre. Aos meus queridos filhos, Guilherme, Emanuel e Lara, que souberam compreender a aventura e a ausência do pai em momentos importantes. O processo de trabalho que me conduziu até aqui é-lhes dedicado, para que sonhem e cumpram objetivos de elevação humana na complexa realidade da vida que os espera.

Termino com um agradecimento profundamente sentido aos meus pais, José e Leonor, a quem posso dizer, com orgulho, obrigado por me terem trazido ao mundo; ao meu irmão Zé Luís; e aos meus sogros Manuel e Purificação, a quem devo tanto pela incondicional confiança, apoio e convivência em comum.

A todos, o meu profundo agradecimento. Bem hajam!

Resumo

Como viabilizar, no contexto da imprensa regional em Portugal, a partir do caso da cidade da Guarda, uma praxis jornalística de profundidade, centrada naquilo que podemos designar por “*Agenda do Cidadão*”, onde o jornalista é entendido não apenas como “observador distanciado” da vida pública mas como “participante justo”, comprometido com a melhoria da participação, do debate e da deliberação públicas. Esta é a questão principal que o presente trabalho procura compreender, centrando o debate em redor da função social do jornalismo, num contexto de novos paradigmas comunicacionais, numa perspetiva de legitimação do seu papel na dinamização e fortalecimento de uma “cidadania ativa” e da deliberação democrática.

O propósito desta tese consiste em investigar as condições práticas e metodológicas para implementar práticas jornalísticas inspiradas no chamado “jornalismo cívico” ou “público” - que emergiu nos Estados Unidos na década de 90 do século XX - cujos pressupostos filosóficos apontam para a criação de modelos informativos mais comprometidos com o reforço da capacidade deliberativa dos cidadãos. Equaciona-se se a imprensa deve (e pode no atual contexto de crise) ouvir mais ativamente a sua audiência, por meio de práticas jornalísticas, incluindo na sua agenda temas de “interesse público” por ela expressos.

A mutação do espaço público contemporâneo, com alguns dos desafios que parecem conduzir os cidadãos a processos de “participação” e “deliberação” públicas, vem redefinir a geografia das relações simbólicas entre os *media* e os seus públicos. Mas como é hoje chamado o cidadão a “participar” e a compreender o seu papel de ator na sociedade civil? Não se defende que as práticas de jornalismo público constituam, só por si, a revitalização da indústria jornalística – que, presentemente, não atravessa em Portugal um dos seus melhores momentos. Mas podem favorecer outro tipo de relações e mediações, com base em agendas participativas, que potenciem a palavra coletiva, intervenções e iniciativas de fontes não oficiais, por norma arredadas dos enfoques mediáticos. Deseja-se apenas propor pistas para se repensar uma certa exigência democrática e cívica nos processos de diálogo social.

Palavras-chave

Jornalismo, Jornalismo Público, Democracia, Cidadania, Participação, Imprensa Regional

Abstract

How to make viable, in the context of the portuguese regional press, and from the case study of the city of Guarda, an indepth journalistic praxis, centered on what we might call a "Citizens' Agenda", where the journalist is understood not only as "detached observer" of public life, but as "fair participant," committed to improving the participation and deliberation of the public debate. This is the main question that this work seeks to understand, focusing the debate around the social role of journalism in the context of new communication paradigms.

The purpose of this research is to investigate the conditions to the practical and methodological implementation of journalistic practices inspired by the so-called "civic" or "public journalism" - that emerged in the U.S. in the mid 90s of the past century - and whose philosophical assumptions point to the creation of models of journalism more committed to strengthening the deliberative capacity of citizens. Should the press listen more actively to its audience, through journalistic practices engaged with public journalism, and include topics of "public interest" in its agenda, as suggested by the audience?

The changes in contemporary public space, with some of the challenges that seem to lead citizens to processes of public "participation" and "deliberation" have redefined the geography of the symbolic relations between the media and their audiences. But how are contemporary citizens called to "participate", and how do they understand their role as actors in civil society? We don't intend to claim that public journalism practices are the answer to the revitalization of the newspaper industry – presently not undergoing one of its best moments. But we argue that it may favor new types of relations and mediations, based on participatory agendas, maximizing the collective word, the citizens interventions, and initiatives from unofficial sources. Accordingly, this research intends to propose new clues to rethink the new demands in civic and democratic processes of social dialogue.

Keywords: Journalism, Public Journalism, Democracy, Citizenship, Participation, Regional Press

Índice

Introdução	1
Primeira parte – Enquadramento teórico	12
Capítulo 1 – Pensar o jornalismo	12
1.1- Breve percurso das teorias do jornalismo.....	12
1.2- Da mediação à crise de convicção	25
1.3- Serviço público e negócio legítimo	29
1.4- Da auto-legitimação jornalística ao <i>jornalismo de contacto</i>	33
1.5- Dos <i>sound bites</i> ao jornalismo de contextualização	37
Capítulo 2- Desafios dos novos géneros discursivos	39
2.1- A exigência do público no jornalismo	39
2.2- Jornalismo público: uma década de inovação nos EUA	42
2.2.1- O debate sobre os fundamentos teóricos do jornalismo público	50
2.2.2- A acusação da indefinição concetual.....	52
2.2.3- A acusação da indefinição operacional	53
2.2.4- A acusação sobre a orientação para fins lucrativos	55
2.2.5- A acusação da falta de uma visão coerente e útil de público	58
2.2.6- O jornalismo público pressupõe (incorretamente) o consenso.....	59
2.2.7- O jornalismo público abdica das suas responsabilidades sociais?	60
2.2.8- Devem os jornalistas ajudar a resolver problemas?	61
2.3- Interatividade e a “nova era do jornalismo”	65
2.4- De divulgadores de fatos ao envolvimento cívico.....	70
2.5- Oportunidades e fragilidades do jornalismo público 2.0.....	72
Capítulo 3- Tecnologia, redes sociais e jornalismo	80
3.1- Internet e as mudanças na geografia do jornalismo.....	80
3.2- Liberdade de expressão e entretenimento digital	87
3.3- A perspetiva do jornalismo dos cidadãos	91
3.4- Jornalismo de produção horizontal.....	95
Capítulo 4- Democracia, participação e cidadania	99
4.1- Significado e alcance de <i>participação</i> e <i>cidadania</i>	99
4.2- A qualidade e a erosão do sistema democrático	102
4.3- Sinergias entre democracia representativa e participativa.....	108
4.4- O desafio de incluir os cidadãos na deliberação democrática	110
4.5- Conceito de “opinião pública” e o paradigma cívico do “público”	120
4.6- O exemplo do “Orçamento Participativo”	130
4.7- Sociedade civil: entre a experiência comunicacional e a experiência cívica	134
4.8- O papel dos <i>media</i> na participação multidimensional	137
4.9- A democracia participativa na perspetiva de Tocqueville.....	140
Segunda Parte – Enquadramento da investigação	146
Capítulo 5 - Desafios no contexto da imprensa em Portugal	146
5.1- Experiências de jornalismo público: da teoria à prática	146
5.2- Metamorfoses do chamado “interesse público”	151
5.3- A mediação na era da <i>mass-self-communication</i>	153
5.4- Os caminhos do jornalismo: mudanças de paradigma?	158
5.5- Práticas de envolvimento da imprensa com os leitores	165
5.5.1- O caso <i>Público</i> : proximidade, filantropia e jornalismo.....	165
5.5.2 – Revista <i>Visão</i> : compromisso com o jornalismo próximo do leitor.....	171
5.6- Cidadania em Portugal: mobilizar quem?	177
5.7- Cidadania, “inteligência coletiva” e sociedade civil cidadã	180

Capítulo 6 – Território da imprensa regional	184
6.1- Jornalismo público e imprensa regional: o caso da Guarda	184
6.2- Estudo de caso sobre práticas jornalísticas na década de 90: Diferenças e semelhanças com modelo norte-americano	187
6.4- Uma imprensa mobilizadora para a cidadania ativa?	196
Capítulo 7 – Imprensa regional e o desenvolvimento	203
7.1- Revisitação ao conceito de imprensa local e regional	203
7.2- Responsabilidade jornalística e desenvolvimento sustentado	205
7.3- Revisitação aos conceitos: <i>local</i> e <i>proximidade</i>	208
7.4- A imprensa entre a proximidade e a comunidade orgânica	214
7.5- Imprensa, identidade e construção história	223
7.6- A imprensa local e regional, que futuro?	231
7.6.1- Breve retrato do sector	235
7.6.2- Índice de leitura mais acentuado no interior do país	237
7.6.3- O perfil dos leitores de imprensa regional em 2010	242
Terceira Parte- A investigação empírica	244
Capítulo 8 – Metodologia	244
8.1- Preâmbulo à investigação	244
8.2- Pressupostos epistemológicos	248
8.3- Pressupostos metodológicos	249
8.4- Níveis de pesquisa	252
8.5- Questões e hipóteses de investigação	254
8.6- Métodos e técnicas de recolha de dados	255
8.6.1- Inquérito por questionário	258
8.6.1.1- Procedimentos de aplicação via telefone	261
8.6.2- Análise de conteúdo	264
8.6.3- Entrevista em profundidade: fundamentos epistemológicos	266
8.6.3.1- Fundamentos metodológicos	273
8.6.3.2- Da teoria à prática: como realizar entrevistas	275
8.6.3.3- A exploração das entrevistas: o discurso como fonte e como processo	283
8.6.3.4- Preparação e desenvolvimento da entrevista	284
8.7- O processo de amostragem	288
8.8- Organização e análise de dados	290
8.8.1- Definição do <i>corpus</i> e dos procedimentos de análise	292
8.8.2- Unidades de análise e variáveis operacionais	293
8.8.3- Definição de categorias de análise	294
8.8.4- Tratamento dos dados	299
Quarta Parte – Os resultados	300
Capítulo 9 – Análise e interpretação dos resultados	300
9.1- Preâmbulo introdutório	300
9.2- Resultados da Análise de Conteúdo	301
9.3- A tematização da imprensa regional da Guarda em 2011	304
9.4- Resultados globais em <i>Manchete</i> e <i>Chamada-Título</i>	312
9.5- Que fontes dominam nas notícias de primeira página?	314
9.5.1- Resultados globais: <i>fontes oficiais</i> com mais presença na agenda da imprensa	321
Capítulo 10- Sondagem de opinião aos assinantes de imprensa regional	323
10.1- A relação dos leitores com a imprensa e as suas expectativas	323
10.2- Estatística descritiva	324
10.3- Os resultados	325

10.3.1- Caraterização biográfica	325
10.3.2- O universo da relação entre leitores com o seu jornal regional.....	332
10.3.4- À luz dos objetivos de investigação	342
Capítulo 11 – Sondagem de opinião aos “cidadãos comuns”	348
11.1- Caracterização biográfica da amostra.....	348
11.2- Relação da agenda dos jornais com as preocupações dos cidadãos	355
11.3- Os temas que mais preocupam os “cidadãos comuns”	356
11.4- Função da imprensa regional para os cidadãos	363
Capítulo 12 - A “cultura jornalística regional” vista pelos seus profissionais	367
12.1- Preâmbulo à análise das entrevistas	367
12.2- Experiência profissional e formação académica	369
12.3- Processo de organização e análise dos dados	372
12.4- A imprensa regional revisitada pelos seus profissionais	376
12.5- À procura de uma (nova) identidade	385
12.6- A simbiose das esferas individual, organizacional e pública	393
Conclusões gerais	411
Referências bibliográficas	431
ANEXOS	

Lista de Figuras

Figura 1 - Tipos de argumentação segundo Habermas	118
Figura 2 - Genealogia do papel da imprensa regional (do autor)	219
Figura 3– Hábitos de leitura da imprensa (nacional e regional) por distrito	237
Figura 4 - Evolução dos hábitos de leitura de imprensa regional por distrito da Beira Interior	242
Figura 5 - Quadro de incidências por chamada no questionário telefónico.....	262
Figura 6 - Guião da Entrevista Aberta Qualitativa	285

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Comparação evolutiva dos hábitos de leitura da IR.....	237
Tabela 2 - Fases da investigação empírica.....	300
Tabela 3 - Jornais e número de exemplares do universo de análise.....	301
Tabela 4 - Número total de peças analisadas e distribuição por jornal.....	302
Tabela 5- Listagem de categorias e respetivas subcategorias.....	304
Tabela 6 - Distribuição dos temas em cada jornal.....	305
Tabela 7 - Distribuição dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal.....	306
Tabela 8 - Distribuição dos subtemas do tema “Política” em cada jornal.....	309
Tabela 9 - Distribuição dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal.....	311
Tabela 10 - Distribuição global dos temas.....	313
Tabela 11 - Distribuição das fontes das notícias por temas em cada jornal.....	315
Tabela 12 - Distribuição das fontes das notícias dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal.....	316
Tabela 13 - Distribuição das fontes das notícias dos subtemas de “Política” em cada jornal.....	318
Tabela 14 - Distribuição das fontes das notícias dos subtemas de “Economia” em cada jornal.....	320
Tabela 15 - Distribuição global das fontes.....	321
Tabela 16 - A “agenda do leitor/assinante” de imprensa regional da Guarda.....	338
Tabela 17 - Síntese dos temas da “agenda do cidadão”.....	357
Tabela 18 - Comparação das agendas (assinantes/cidadãos comuns) nos cinco temas mais referidos.....	362

Tabela de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos temas em cada jornal: Frequências absolutas	305
Gráfico 2 - Distribuição dos temas em cada jornal: Frequências relativas.....	306
Gráfico 3 - Distribuição dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal: Frequências absolutas.....	307
Gráfico 4 - Distribuição dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal: Frequências relativas.....	308
Gráfico 5 - Distribuição dos subtemas do tema “Política” em cada jornal: Frequências absolutas.....	309
Gráfico 6 - Distribuição dos subtemas do tema “Política” em cada jornal: Frequências relativas.....	310
Gráfico 7 - Distribuição dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal: Frequências absolutas.....	311
Gráfico 8 - Distribuição dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal: Frequências relativas.....	312
Gráfico 9 - Distribuição dos temas: Frequências absolutas.....	313
Gráfico 10 - Distribuição dos temas: Frequências relativas	313
Gráfico 11 - Distribuição das fontes em cada jornal: Frequências absolutas	315
Gráfico 12 - Distribuição das fontes em cada jornal: Frequências relativas	316
Gráfico 13 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal: Frequências absolutas	317
Gráfico 14 -Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal: Frequências relativas.....	317
Gráfico 15 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Política” em cada jornal: Frequências absolutas	319
Gráfico 16 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Política” em cada jornal: Frequências relativas.....	319
Gráfico 17 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal: Frequências absolutas	320
Gráfico 18 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal: Frequências relativas.....	321
Gráfico 19 - Distribuição dos temas por fonte: Frequências absolutas	321
Gráfico 20 - Distribuição dos temas por fonte: Frequências relativas.....	322
Gráfico 21 - Grupo etário da amostra	326
Gráfico 22 - Sexo da amostra	326
Gráfico 23 - Nível de instrução da amostra	327
Gráfico 24 - Hábitos de leitura da amostra	327
Gráfico 25 - Género de publicações	328
Gráfico 26 - Classificação da informação (de investigação ou sensacionalista)	328
Gráfico 27 - Classificação da informação (rigorosa ou mistura de géneros).....	329
Gráfico 28 - Classificação da informação (pertinente ou irrelevante).....	330
Gráfico 29 - Classificação da informação (isenta ou subjugada a interesses ocultos) .	331
Gráfico 30 - Classificação da informação (de interesse ou sem interesse público).....	332
Gráfico 31 - Assinatura de jornais	335
Gráfico 32 - Relação entre os conteúdos do jornal e as preocupações dos leitores.....	336
Gráfico 33 - Frequência das opções sobre o papel da imprensa regional.....	340
Gráfico 34 - Valores médios observados para a questão 9.....	341

Gráfico 35 - Independência e isenção dos jornalistas em caso de maior envolvimento com a “agenda do cidadão”	341
Gráfico 36 - Grupo etário da amostra de “cidadãos comuns”	348
Gráfico 37 - Sexo da amostra de “cidadãos comuns”	349
Gráfico 38 - Sexo da amostra de “cidadãos comuns”	349
Gráfico 39 - Hábitos de leitura da amostra de “cidadãos comuns”	350
Gráfico 40 - Género de publicações nos hábitos de leitura da amostra	350
Gráfico 41 - Classificação da informação.....	351
Gráfico 42 - Classificação da informação consumida	351
Gráfico 43 - Classificação da informação consumida	352
Gráfico 44 - Classificação da informação consumida	352
Gráfico 45 - Classificação da informação consumida	352
Gráfico 46 - Hábitos de leitura de jornais regionais	353
Gráfico 47 - Assinatura de jornais regionais.....	353
Gráfico 48 - Jornais preferidos dos cidadãos.....	354
Gráfico 49 - Destaque que os jornais dão a uma “agenda do cidadão”	356
Gráfico 50 - Grau de importância mediática sobre as preocupações dos cidadãos	356
Gráfico 51 - Papel que a imprensa regional deve desempenhar	363
Gráfico 52 - Valores médios sobre a função da imprensa regional.....	364
Gráfico 53 - Perda de independência e isenção ao trabalhar a “agenda do cidadão” ...	365

O problema

Numa perspetiva de redefinição do papel futuro do jornalismo em relação ao seu lugar na democracia, este é nosso problema de investigação:

Até que ponto o modelo do jornalismo cívico pode contribuir para a revitalização da imprensa em Portugal – o caso da imprensa regional.

Introdução

Este trabalho de investigação propõe-se refletir sobre o jornalismo, numa dialética global-local, com o objetivo específico de o enquadrar e problematizar, no contexto português, designadamente no campo da imprensa regional, à luz do modelo do chamado “jornalismo público”. Comprometido substancialmente com a democracia, o “*public journalism*” (também designado por *civic journalism*) foi um movimento que emergiu nos Estados Unidos da América, na década de 90, cuja filosofia - muito criticada pela ortodoxia face à eventual perda de “independência” e rigor - está ligada à recuperação da credibilidade da imprensa e à conceção de um “novo jornalismo” que promova o desenvolvimento da cidadania. Em última instância, um jornalismo que ajude a sociedade a resolver os seus problemas. Esta corrente parte do princípio que os jornalistas não apontam apenas os problemas da sociedade, mas também ajudam no processo de criação de alternativas para solucioná-los.

Trata-se, em nosso entender, de um objeto de estudo bastante atual e pertinente, sem grande expressão formal entre nós, sendo considerado, por Michael Schudson (1999:188) um dos movimentos sociais mais importantes e melhor organizado dentro do jornalismo na história da imprensa norte-americana. Movimento esse que, em termos filosóficos, aponta para uma redefinição e regeneração do compromisso jornalístico para com a sociedade e a democracia. Em termos práticos, interpela os jornais a aplicarem técnicas de auscultação e inclusão dos problemas dos cidadãos na sua agenda jornalística.

A nossa reflexão, no trabalho que se segue, parte de duas questões fundamentais:

a) Qual é a função social do jornalismo num contexto de novos paradigmas comunicacionais, numa perspetiva de legitimação do seu papel na dinamização de uma vida pública mais democrática? b) Como viabilizar, no contexto da imprensa regional em Portugal, a partir do caso da cidade da Guarda, uma praxis jornalística de profundidade, centrada naquilo que podemos designar por “*Agenda do cidadão*” onde o jornalista é entendido não apenas como observador distanciado da vida pública mas como “participante justo” (Merritt, 1998), comprometido com a melhoria da participação, do debate e da deliberação públicas.

A arquitetura desta tese sustenta-se numa dialética global-local, procurando refletir sobre a relação fragmentada e dinâmica das sociedades contemporâneas com os campos da comunicação e da informação. À luz dessa dialética, em particular este trabalho reflete sobre a atividade jornalística da imprensa regional em Portugal, mediante o critério de concentração geográfica num estudo de caso a partir da dinâmica editorial da cidade da Guarda. A pertinência desta focagem tem, por um lado, a ver com a vontade de estudar um campo específico onde exercemos a profissão de jornalista, durante uma dúzia de anos, e, por outro, enquanto investigador termos desenvolvido trabalho nesta área (Amaral, 2006). Trata-se de uma tentativa de aprofundar um percurso dentro do mesmo campo de estudos dos *media* de expressão regional, como uma das áreas que consideramos de fundamental importância académica.

Nas conclusões desse anterior estudo, constatou-se que neste setor da comunicação social, tradicionalmente mais conectado com as comunidades, há um predomínio da agenda política e das fontes institucionais. O que levanta dúvidas sobre as características dessa “ligação à comunidade” e o lugar dos cidadãos nos processos de agendamento. Ou seja, até que ponto também a imprensa regional e local não está desencontrada com a sua clientela natural, no sentido de melhorar a vida pública das suas comunidades de influência. Até que ponto a ideia de “proximidade” a ela associada significa um efetivo compromisso com o robustecimento da cidadania e da sociedade civil. Uma sociedade civil no sentido atual do termo, configurada por atores empenhados em assuntos de interesse público e emancipações cívicas de cidadãos privados interessados em problematizar e questionar a hegemonia de discursos que sempre tiveram mais aceitação mediática pelas suas estratégias gramaticais e de poder.

No seio dessa dialética global-local, confrontam-se visões críticas de modelos de mediação submersos nas leis do mercado e na segmentação obsessiva das audiências,

onde se crê que a informação politicamente relevante seja reduzida (Esteves, 2003:46) e a proposta de experiências, no campo da imprensa de expressão regional, que favoreçam, em complementaridade, a função social mais acentuada de “serviço público”, através da participação dos cidadãos no processo de agendamento de assuntos mais propensos a gerar compromissos democráticos de cidadania ativa. Uma cidadania mais participativa entendida não apenas como “atributo político” mas como uma exigência de “envolvimento” (Hansotte, 2008:20).

O projeto desta investigação consiste, mais concretamente, em aprofundar condições práticas e metodológicas de a imprensa no contexto local e regional encontrar novas estratégias de se consolidar como polo de intermediação à participação dos cidadãos, como fontes preponderantes e atores portadores de intervenções e de iniciativas a favor de agendas públicas mais pluralistas e substanciais da vida coletiva. Em última instância, procurar aferir um processo de mediação simbólica capaz de gerar, ao nível da sociedade local, uma maior ligação entre os jornalistas e os contextos socioculturais concretos onde operam, através de práticas diferenciadas de auscultação dos problemas que mais preocupam os cidadãos. Esta conceção de prática jornalística - longe de aqui ser vista como a solução para os problemas que o jornalismo atravessa - procura sustentar-se, em termos filosóficos, nalguns dos pressupostos teóricos do movimento do *public journalism* (o nome pelo qual o assumimos neste trabalho) cujos valores apontam para um tipo de relação com as audiências mais comprometido.

Trata-se de um jornalismo (ou de uma atitude jornalística) cuja agenda seja participativa (embora não toda), que promova a deliberação e a ação pública. Em suma, que se admita que o jornalismo não é apenas um sistema relator da vida social, mas um ator preponderante para a democracia através de uma atitude de maior atenção a temas da agenda dos públicos privados e menor dependência da agenda oficial da ala dos poderosos. A premissa central do movimento aponta para uma maior aproximação das redações e das opções editoriais a uma postura de “envolvimento” no reforço da qualidade da vida pública. A sua ideia democrática, de acordo com a revisão bibliográfica da área, consiste na construção deliberativa da agenda pública que resulte da correlação equilibrada e equitativa entre as agendas do poder, dos meios de comunicação e a dos cidadãos (Rosen, 1992abc, 1993, 1994b,1995bc,1996,1999); Charity, 1995; Merritt, 1998; Schudson, 1999; Haas, 2006,2007).

Um dos pressupostos fundamentais associados ao movimento, que nasceu da inquietação cultural interna de alguns jornalistas norte americanos no início da década de 90, é o que a informação só por si não chega. Como afirma Jay Rosen (1996:83) «já temos informação, agora o que nos faz falta é democracia».

À partida, o jornalismo cívico está longe de ser a panaceia universal capaz de sanar as patologias virais do jornalismo, enquanto sistema de mediação simbólica indispensável a uma democracia saudável. Tal como defendia José Carlos Abrantes, em 2004,¹ não parece impossível, embora de difícil mensuração, que possa ser uma ferramenta com poder de gerar resultados práticos na difícil gestão da sobrevivência em tempo de crise (s): crise de credibilidade, crise das vendas, crise na participação cívica e democrática na vida coletiva e comunitária.

O jornalismo terá de ser – pode ser - a principal força primária na revitalização da vida pública. Ignorar esta responsabilidade, na prática, é perigoso para a sua própria sobrevivência na atual “selva” da sociedade da informação. Não partilhamos a ideia de uma catástrofe, face ao domínio de instantâneas e sedutoras técnicas de expressão e enunciação das sociedades avançadas. Pese embora o confronto seja cada mais ameaçador, acreditamos que o jornalismo informativo manterá intata a sua função social e capacidade de se manter leal a narrativas de “interesse público”. A mediação profissional do jornalista é, em nossa opinião, insubstituível. Porém, não se podem ignorar os novos desafios que o atual quadro configura, designadamente: i) O aumento de possibilidades técnicas, multi-plataformas mediáticas, caudal e natureza da informação circulante; ii) O fenómeno da “desintermediação” (Pinto, 2003) entendido como a faculdade de estabelecimento de um contacto direto (não intermediado pelo jornalismo) entre fontes e os destinatários da informação.

Nesta perspetiva, a relação entre os *media*, o jornalismo e a sociedade deve ser alvo de reflexão. O “poder da palavra” é hoje usado como recurso instrumental por grande parte das organizações com as quais o sistema de média interage. As técnicas de comunicação planeada, o marketing político, a estratégia do Estado e das instâncias subsidiárias do poder dominam o quadro tecnológico e a performance de visibilidade. Instituem-se como fontes de informação obrigatórias na rotina das redações.

¹Num artigo intitulado “Olhar para o jornalismo cívico”, publicado na coluna do Provedor dos Leitores do Diário de Notícias, em 18 de Outubro, e reeditado no seu blog (<http://sotextosmesmo.blogspot.com>) em 2006, José Carlos Abrantes deixa antever que este novo fenómeno, ainda sem expressão face à ortodoxia dos media, poderá ser motor de grandes transformações.

Aparentemente inesgotáveis, garantem um fluxo permanente, onnipresente, de informação, fixando os termos de referência do intercâmbio comunicativo.

Quem “domina” a agenda jornalística, a dita “informação de atualidade”, é quem tem mais poder de iniciativa e da palavra. Do outro lado, é certo, a comunicação entre os cidadãos e o Estado é garantida por vias mais expeditas e fáceis. Em suma, temos abundância de informação e de canais de comunicação para a ela aceder. Mas há problemas mais profundos, de relação entre o jornalismo a cidadania e a democracia, que carecem de reflexão, para a qual se colocam questões como estas: O aumento das vias de comunicação é condição suficiente para uma cidadania consciente e participativa? Estaremos nós, cidadãos comuns e privados, bem informados sobre problemas e situações de relevância pública que afetam a nossa vida? Cabe ao jornalismo essa responsabilidade de envolver, de consultar, de refletir e agir em função da melhoria da vida pública e da democracia?

A qualidade da democracia, e a conquista de uma “inteligência coletiva” (Hansotte, 2008) resultante de uma aprendizagem cultural pluralista e participativa, depende desse equilíbrio de agendas em disputa numa *sociedade*² cujo principal caráter diferenciador «já não são os grupos de pessoas mas sim os tipos de comunicação» (Schawantz, 2008:395).

O nosso principal objetivo é, pois, avaliar e medir o potencial futuro, apontar caminhos e fornecer alguns indicadores sobre as virtudes e os perigos de uma prática jornalística, orientada por alguns desses princípios do “jornalismo público” e respetivo uso de técnicas de construção jornalística focadas na “agenda dos cidadãos”.

O pressuposto subsidiário do movimento do *public journalism* - nessa correlação de agendas onde a dos cidadãos ganhe preponderância nas lógicas de produção mediática - é promover uma democracia menos precária sobre as formas de concretização e desenvolvimento efetivo do debate à volta dos temas mais importantes para a vida dos indivíduos. O que implica a reconfiguração da relação prioritária dos

² À luz do pensamento de Schawantz (2008:396), «já não há lugar na sociedade onde figuremos como pessoas inteiras; pelo contrário, somos excluídos da mesma como indivíduos. (...)O homem enquanto ser inteiro foi expulso da sociedade. A entrada só volta a ser-lhe franqueada num caso ou noutro, por assim dizer como visitante com funções alternadas. (...) Divaga pelo seu exterior.» A identidade de cada um é hoje liberalizada fazendo com que cada um tenha a liberdade individual e tome opções originais, a sociedade não pode ser entendida a partir do Homem, pois é uma estrutura independente segundo a suas próprias regras e não segundo as de uma pessoa. Por isso, Schawantz diz a sociedade não é um amontoado de pessoas, da mesma forma que um amontoado de pedras e traves é uma casa. A sociedade distingue-se do indivíduo tal como a casa se distingue do tijolo. Por esta razão não se pode tirar conclusões sobre a estrutura da sociedade a partir do indivíduo.

jornalistas. Em vez de esta privilegiar (quase exclusivamente) políticos e os seus agentes, ou as fontes elitistas dos setores chave da sociedade - provocando um certo distanciamento da vida real - a meta seria focar a agenda jornalística nos problemas e preocupações reais dos cidadãos. Impulsionar aquilo a que Merritt (1998) chamou de “discussão informada e comunitária de temas críticos”, no sentido de se encontrarem formas de convocação social para uma maior consistência cívica das deliberações cidadãs na vida de uma cidade.

Como sugere Jay Rosen (1999:262) trata-se de abrir novos espaços de comunicação, com um ritmo menos frenético do que aquele que é imposto pela agenda das notícias de atualidade, onde o jornalismo passaria a atuar à luz de quatro premissas básicas: a) Dirigir-se às pessoas como cidadãos, como potenciais participantes nos assuntos públicos, em vez de serem tratados como vítimas e espectadores; b) Ajudar a comunidade política a atuar para resolver os seus problemas, em vez de limitar-se a informar sobre eles; c) Melhorar o clima da discussão pública, em vez de observar como este se deteriora e d) Ajudar para que a vida pública funcione bem.

Há uma perceção mais ou menos comum, corroborada por diversos estudos que usámos neste trabalho, de que existem desequilíbrios e assimetrias entre as três agendas - a do poder, a dos meios de comunicação e a dos cidadãos - cabendo à agenda do poder (e não apenas o poder político) a maior capacidade de visibilidade e à qual os media estão tradicionalmente mais afetos. Esse foi, como se analisou, o mote da emergência pragmática do movimento do *public journalism* nos EUA, numa tentativa de “obrigar” a agenda política a centrar as suas atenções na agenda dos cidadãos. Perante essa subordinação da agenda pública e dos *media* à agenda dos políticos - hoje fortemente implantada com a indústria da comunicação institucional planeada e do marketing político, também a nível regional – que caminhos podem ser equacionados?

Como explica António Fidalgo³ - ao constatar que «para lá do interesse público há uma curiosidade informativa insaciável que da informação espera mais diversão que formação» - uma das ideias fundamentais da imprensa moderna, em particular, e da comunicação social, em geral, é a de que a informação é um elemento essencial à

³ FIDALGO, António (1996) **O consumo de informação: interesse e curiosidade**, <http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.html>.

formação cívica dos cidadãos. Ainda hoje o grau de cidadania de um povo também se mede pela percentagem dos leitores de jornais relativamente à população e pelas taxas de audiência dos telejornais relativamente aos programas de variedades. Quanto maior o peso dos programas de informação, quantos mais jornais vendidos, tanto maior será a consciencialização socio-política de um povo e, correspondentemente, maior a sua capacidade de participação e de decisão (Fidalgo, 1996).

Reconhecendo-se que há um peso relativo mais acentuado de agendas com mais poder de acesso, rentabilidade e credibilidade informativa junto dos profissionais do jornalismo, qual a hipótese de fomentar e experimentar práticas jornalísticas de reforço de agendas públicas ou “agenda do cidadão”?

Deve a imprensa convencional escutar mais ativamente os seus leitores, incluindo na sua agenda os temas de maior interesse público identificadas por estes?

É viável introduzir práticas jornalísticas de auscultação da opinião dos cidadãos e das suas histórias, mantendo a mediação profissional, como forma de revitalizar a imprensa como mosaico pluralista de vozes e temas de interesse público?

O que pensam os cidadãos e os jornalistas sobre esse “envolvimento” e que indicadores empíricos se podem extrair sobre a proposta teórica de um modelo de jornalismo mais “comprometido” com a ideia de “comunidade”, a favor de processos mais democráticos de deliberação pública (sem prejuízo para os princípios da “objetividade” e “independência” mitificados e cristalizados pela práxis jornalística)?

A adoção profissional destas práticas não será demasiado idealista num contexto onde o mercado se tornou o principal fator de regulação?⁴ O que vale em termos pragmáticos e democráticos esse envolvimento dos cidadãos?

Será que uma “agenda do cidadão” é substancial no que aos assuntos públicos diz respeito, ou decorre de conceções simplistas e estereotipadas?

Estas são questões centrais que permitem a estruturação de uma reflexão sobre a complexidade do fenómeno da relação triangular entre as esferas mediática, política e

⁴ Numa análise crítica a partir de uma conceção gestonária da organização da economia mundial e desregulamentação e privatização das redes de comunicação, Mattelart (1997:140) explica que face ao predomínio dos valores da empresa e do interesse privado, emanados do modelo liberal de democracia, coincidindo o seu desenvolvimento com o recuo das forças sociais e a retirada do serviço público e do Estado-nação-providência, o modelo gestonário de comunicação foi promovido a tecnologia de gestão das relações sociais e impôs-se como o único modo de estabelecer as diferentes componentes da sociedade. Esta matriz gestonária, experimentada no mercado, tornou-se a única referência para as estratégias de comunicação das instituições estatais, associações humanitárias, autarquias locais ou territoriais.

cívica. O percurso materializado na presente tese de doutoramento não tem um fim em si mesmo. Representa uma tentativa de enquadrar, analisar e compreender a lógica do funcionamento dual dos contextos interno e externo da imprensa (aqui especificamente considerada a imprensa escrita de expressão regional) face à apreensão possível dos fenómenos comunicacionais da sociedade contemporânea, muito particularmente a Portuguesa.

A incursão epistemológica sobre o tema que nos inquietou (e inquieta) para este caminho percorrido está consubstanciada em distintas etapas complementares, que se apresentam estruturadas em quatro grandes partes que dão corpo ao nosso estudo. Na primeira parte é feito um enquadramento teórico, subdivido em quatro capítulos, respetivamente dedicados, em primeiro lugar, à discussão sobre algumas das questões que consideramos centrais na problemática atual do jornalismo; segue-se, no segundo capítulo, uma abordagem sobre o desafio de “novos jornalismo” e os fundamentos teóricos do movimento do jornalismo público.

No terceiro capítulo faz-se uma incursão paralela, e interrelacionada, sobre algumas das mudanças na geografia do jornalismo face às influências da tecnologia e das redes sociais, com particular enfoque na discussão sobre a perspetiva do “jornalismo dos cidadãos” defendido por Dan Gillmor (2004). No quarto capítulo impôs-se uma abordagem sobre as dimensões da relação triangular entre democracia, cidadania e participação. Olhamos perspetivas teóricas modernas e contemporâneas sobre a discussão das esferas em causa, tendo em conta a ativação relativamente recente de processos de inclusão dos “cidadãos” na reconfiguração da própria democracia de perfil processualista e formal.

Na segunda parte do trabalho é feito o enquadramento à investigação empírica com a apresentação de três capítulos organicamente ligados às questões teóricas fundamentais da presente tese, nomeadamente, no quinto capítulo, uma discussão crítica sobre os desafios da imprensa em Portugal, numa perspetiva mais geral sem que seja totalmente abrangente. A partir dos fundamentos e das premissas teóricas do jornalismo público, reflete-se aqui sobre a pragmática das suas experiências submetidas à geografia mediática e cívica da sociedade portuguesa atual. Partimos de interrogações de como as práticas de jornalismo público (para além da tautologia da sua designação, partindo do pressuposto que todo o jornalismo é público) podem ser desafiantes num contexto de crise e racionalização de recursos e, entre outros aspetos, se o modelo tem potencialidades (das muitas fragilidades que se lhe apontam) para ser aplicável entre

nós. Neste capítulo é abordada a metamorfose do chamado “interesse público”, a dicotomia entre os velhos e os novos media, em algumas das suas complementaridades e oposições, e as mudanças na esfera pública na era da “*mass-self-communication*” (Castells, 2007) de um sistema pós massivo na qual se verifica uma rutura do *gatekeeping* dos media tradicionais. Muito particularmente, nesta reflexão sobre algumas das mudanças de paradigma em curso, identificam-se práticas de envolvimento da imprensa com as audiências e caminhos que o jornalismo informativo em Portugal está a seguir, com base nos exemplos selecionados do jornal *Público* e revista *Visão*.

Face à premissa básica de reforço de cidadania subjacente ao movimento do jornalismo público, apresentada nos seus fundamentos teóricos, obrigamo-nos, nesta parte, como complemento crítico sobre as possibilidades de se aplicar políticas editoriais mais ligadas e leais aos cidadãos, a aprofundar alguns indicadores sobre a realidade (a qualidade?) da cidadania em Portugal. Não se defende aqui, em abstrato, a moralidade de uma proposta de mediação mais comprometida com esse ideal democrático, de ter mais gente privada ou “comum” nas narrativas jornalísticas, como forma de as tornar cívica e politicamente mais conscientes e atuantes nas esferas públicas, sem se perceber que sociedade somos nós, nessa perspetiva cívica.

Interessa-nos, em termos gerais, aceder a um retrato (uma visão mais superficial) ou a indicadores de uma radiografia (uma noção mais profunda) sobre o quanto, como povo, somos ou não cidadãos “envolvidos” individual ou associativamente. Estará vivo o ideal de democracia de base popular, participação e deliberação cívica que há dois séculos atrás Tocqueville encontro na América? Terminamos este quinto capítulo com a adoção do conceito de “*inteligência cidadã*” (Hansotte, 2008) como proposta de “*postura humana*” de se exigir, com ela, práticas horizontais de condução política das sociedades democráticas.

No capítulo seis, afunila-se o estudo ao território da imprensa regional – neste percurso da dialética global-local, para, em primeiro lugar, se estabelecer uma relação entre os fundamentos e as práticas do jornalismo público com a realidade, e as práticas editoriais, dos jornais editados na cidade da Guarda, um caso de estudo interessante pela sua vitalidade neste setor da comunicação social. Estabelecemos, com o recurso a uma análise crítica do discurso titular de um dos jornais - sem preocupações de representatividade da amostra neste caso particular – uma comparação sobre possíveis semelhanças e diferenças com o modelo norte-americano, tendo em conta o critério de coincidência temporal. Isto é, como é que um jornal regional português estava a

trabalhar as narrativas informativas ao mesmo tempo que, nalguns jornais norte-americanos, emergiam práticas de jornalismo público. Estabelecem-se pontes e verificam-se premissas no sentido de que, no fundo, a imprensa regional pode ter, na sua matriz ideológica (não como regra) semelhantes comportamentos de compromisso com a cidadania, como vem defendendo, particularmente, João Carlos Correia na sua linha de trabalho em redor da imprensa regional.

No capítulo sete, desta segunda parte, revisita-se a relação da imprensa regional com o “desenvolvimento sustentado” - conceito aqui trabalhado na relação com a responsabilidade social dos jornais regionais - e os conceitos de *local* e *proximidade*, *identidade* e *construção histórica*. Termina-se este capítulo com um breve retrato do setor, com base nos estudos mais recentes.

A terceira parte da tese corresponde à investigação empírica propriamente dita, na qual se apresenta a metodologia e os instrumentos de observação através dos respetivos pressupostos epistemológicos e metodológicos. Explicam-se, à luz das respetivas teorias, os métodos e técnicas adotados tendo-se optado pelo exercício do pluralismo metodológico materializado em três fases de pesquisa de campo: análise de conteúdo (aplicada aos quatro jornais editados na Guarda) duas sondagens de opinião (assinantes de um jornal e cidadãos privados) e entrevista em profundidade (aos jornalistas dos jornais estudados).

Na última parte são apresentados os resultados, através da sua análise estatística e interpretação crítica, seguida das conclusões deste estudo empírico onde se evidenciam indicadores e se retiram inferências de maior relevância sobre as potencialidades e limitações da proposta normativa do jornalismo público no contexto concreto da imprensa escrita estudada.

A tese aqui desenvolvida, como se evidencia nas conclusões, não coloca em causa os níveis de compromisso e dinamismo editorial da imprensa no reforço dos diálogos sociais pluralistas. Pelo contrário, é com base nesse reconhecimento (na consciência de quem, como nós, também já esteve do lado das redações) que se acredita na consolidação de uma filosofia pública contrária à indiferença, alheamento e até cinismo com que, muitas vezes, se olha para o “público” (o conjunto de cidadãos) como se nada mais pudesse fazer do que olhar para si mesmo, na defesa entrincheirada da sua esfera privada. O “cidadão” está cada vez mais no “centro” e as periferias da sua desfocada existência são hoje cada vez mais apetecidas no agendamento mediático – até pelos exemplos de acontecimentos mais recentes que parecem “detonar” civicamente o

país e motivar uma “nova” relação geográfica e cultural dos *media* com a “sociedade civil” ou com “o povo”. É com base nessa filosofia pública – com poder de questionar e redefinir posições ideológicas e culturais de alguns mitos da profissão – que os profissionais do jornalismo (seja nos grandes ou pequenos meios, salvaguardando as diferenças de contexto organizacional e empresarial) podem tornar mais consistente e credível a um dos princípios fundadores sua própria legitimidade representativa que é, em nossa opinião, manter-se fiel, acima de tudo, aos cidadãos.

Primeira parte – Enquadramento teórico

Capítulo 1 – Pensar o jornalismo

1.1- Breve percurso das teorias do jornalismo

À partida, como exercício epistemológico, não partilhamos de uma visão pessimista e detratora das virtudes do jornalismo convencional, aquele que é responsável pelo avanço civilizacional das sociedades democráticas. Muito menos, por isso, acreditamos numa qualquer receita mágica ou visão evangélica, como se estivesse para vir um novo modelo de jornalismo para salvar da “crise” de valores o atual modelo ocidental, em que Portugal se inclui, envolvido numa vertigem predadora do capitalismo global da chamada “economia de casino” (Santos, 2012:132).

Não podemos, todavia, ignorar os sinais recorrentes patentes na reflexão crítica das últimas décadas, que retratam uma crise generalizada no jornalismo contemporâneo, face à prevalência da tirania do mercado, à perda de capacidade de olhar substancialmente a realidade, e de o jornalismo se ter tornado um produto (mais que um serviço) cujo valor é auferível pelas audiências conquistadas, correndo o risco de perder a sua identidade.

É através do jornalismo que a sociedade se dá em visibilidade, se projeta no conjunto dos seus acontecimentos, atores e realidades. Aqui reside o seu poder, o de dar existência, o de construir para o amplo espaço público perspectivas estratégicas de visibilidade, sendo uma das principais instâncias com capacidade seletiva de determinar que acontecimentos podem aceder à categoria de notícia e oferecer informação à sociedade. Se as notícias «satisfazem um impulso humano básico» (Kovach e Rosenstiel, 2004:5), a informação «constitui um instrumento equilibrador e potencial das relações entre os homens a todos os níveis» (Benito, 1982:25). O famoso sociólogo McLuhan (1988) além da constatação de uma “civilização sobre rodas”, antecipou, nos anos 60, um desenvolvimento comunicacional capaz de “transformar” o mundo numa “aldeia global”, pela influência dos meios de comunicação como extensões do homem. Experiências indiretas transformam-se em emoções de proximidade. Acontecimentos locais elevam-se, pela agenda dos *media*, em globais e entram hoje pela casa dentro,

através de tecnologias de informação cada vez mais sofisticadas, em inúmeros ecrãs, com a promessa de uma fonte inesgotável e “completa” de conhecimento sobre o mundo.

Ao longo da história a imprensa escrita e depois os meios eletrónicos provaram essa centralidade da informação para a construção de uma sociedade dinâmica e democrática. Os modos de realizar a informação estão intimamente ligados, primeiro ao aumento dos instrumentos técnicos e aos procedimentos éticos de trabalho dos seus profissionais, e, segundo, aos fenómenos dialógicos dos meios com a sociedade e as suas instituições. Em particular a relação mais direta, e complexa, com as suas audiências e públicos, tendo em conta diversos pressupostos demográficos, urbanísticos, políticos, sociais, culturais, entre outros (Benito, 1982: 26:27). A existência de famílias, organismos de governo e sociedades é impensável sem formas regulares e normais de processos de comunicação em curso, como sustenta Klaus Krippendorff (1990:65). Para este investigador norte-americano, especialista em metodologias de análise de conteúdo - a quem recorremos na fase do trabalho empírico – «a comunicação é o aglutinante que mantém unidas as organizações sociais» (p.65).

Sabe-se que a informação e os processos comunicacionais envolvidos foram sempre fundamentais para o desenvolvimento local e global e, especialmente, para a criação de “novos cidadãos” cada vez mais leitores de jornais, tornando-os política e socialmente mais conscientes, e também cada vez mais virados para o consumismo da sociedade moderna, arrastados pela publicidade comercial e pelo caminho da melhoria do nível de vida em todo o mundo (Benito,1982:29).

Não nos propomos aqui enveredar pela interpretação do jornalismo na historiografia, mas lembrar alguns dos aspetos iniciais da complexidade científica em redor do estudo da informação. Uma complexidade resultante do seu «radical carácter social» (idem, p.107) que faz dela imprescindível para a vida do homem em sociedade. A influência social da informação - hoje como no decorrer dos séculos anteriores – cobre as diversas dimensões da vida coletiva, sejam elas culturais, técnicas, económicas e políticas. Faz, por isso, todo o sentido que se recordem, ainda que sem o alcance em profundidade, algumas das interrogações e bases teóricas que foram alimentando debates e estudos científicos sobre o campo da informação, na sua relação com a sociedade.

Há uma evolução histórica sobre os estudos da comunicação de massas que pode resumir-se desta forma: i) Até ao final dos anos 20 do século XX, a informação foi

estudada cientificamente desde o âmbito dos saberes humanísticos (história da filosofia, literatura, política e direito, especialmente); ii) A partir dos anos 30 começa-se a estudar o fenómeno com o recurso a métodos empíricos e quantitativos próprios da sociologia; iii) Depois de 1950 surge a busca de uma ciência própria de informação, sobretudo a partir de correntes integradoras na Europa e nos Estados Unidos e também na Rússia, no Japão e alguns países da América Latina (Benito, 1982:111,112).

Há uma procura de conceitos unificadores e estudos multidisciplinares – como analisa profundamente Paulo Serra (2007:61-75) ao destacar a «emergência comunicacional no século XX» - no meio da qual subsistem determinados autores e escolas científicas representantes de atitudes e métodos de interpretação, que conferem uma alta consideração científica aos campos da informação e da comunicação. Comunicação aqui entendida como processo de interação social através de mensagens (McQuail e Windahl, 2003:12). Os jornais, durante o século XIX, ampliaram extraordinariamente o impacto social da criação literária e a psicologia das massas, como ciência em embrião, potenciou a curiosidade intelectual e científica pelo papel e função social da informação imprensa e demais formas de comunicação (*idem*, 132).

Tal como as bases económicas e técnicas transformadoras da imprensa moderna se reforçaram, mais significativamente, nos Estados Unidos - apesar da vitalidade emergente em países como a França e Inglaterra – é também neste país que surgem estudos pioneiros sobre a relação dos meios de comunicação com as audiências e a sociedade democrática. É o caso de Walter Lippmann que, na sua obra *Public Opinion* (1922), avança a hipótese de existência de uma relação causal entre a agenda mediática e a agenda pública. Lippmann - considerado o criador do conceito de opinião pública no século XX - adiantou que os meios de comunicação social constituem a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos na mente das pessoas. Sugere-se aqui que os *media* noticiosos influem, fortemente, no modo como as pessoas articulam o seu pensamento em relação à realidade.

A obra de Lippmann⁵, que aqui usamos na sua versão de 1998, vem revelar aspetos desconhecidos até então sobre a dinâmica da opinião pública e a relação com o jornalismo. É considerada a génese do moderno estudo da comunicação ao diagnosticar algumas fraquezas graves na imprensa e no público, defendendo que a democracia era

⁵ Elisabeth Noell-Neumann (1995) - a quem voltaremos mais à frente – classifica o *Public Opinion* como «um livro relevador» (p.190) na medida em que o grande avanço de Lippmann sobre os outros autores do século XX, que haviam escrito sobre opinião pública, além do fato de ser jornalista, foi o seu realismo, a sua conceção pegada à terra do entendimento e das emoções humanas (p.192).

basicamente imperfeita.⁶ É importante, por isso, lembrar o que o autor entende por opinião pública:

«As imagens que há na cabeça dos seres humanos, as imagens deles mesmos, dos outros, das suas necessidades, intenções e relações são as suas opiniões públicas. As imagens como as quais atuam os grupos de pessoas ou indivíduos que atuam em nome de grupos são Opinião Pública com maiúsculas» (1998:29).

Contrariamente a uma concepção racionalista sobre o modo como as pessoas se informam e formam os seus juízos no mundo moderno (pensando e ajuizando com tolerância e objetividade a realidade) Lippmann vem dizer que o processo de seleção e transmissão de mensagens assenta numa visão estereotipada das concepções e opiniões com carga emocional. Os eventos e os assuntos públicos são-lhe servidos de uma forma compacta e em curtas mensagens, o que contribui para a cristalização de um curto vocabulário num mundo tão complicado (1998:30). O autor sustenta que os estereótipos favorecem a eficácia da opinião pública por terem a força de se espalharem rapidamente nas conversações e transmitirem, com a mesma rapidez, associações negativas ou, em alguns casos, positivas. Trata-se de percepções seletivas, casuísticas, que penetram em tudo e se podem dissolver totalmente com o passar do tempo.

Lippmann evidencia, no seu *best-seller Public Opinion*, que as pessoas tendem a adotar as experiências indiretas, através da agenda dos media que determina os assuntos sobre os quais pensam e conversam, moldando as suas concepções a essas experiências mediadas. Essas influências dos meios de comunicação, a partir dos quais as pessoas selecionam mensagens de acesso ao mundo, têm mais de inconsciente do que consciente. Ou seja, quando perguntarmos a uma amostra de cidadãos da Guarda quais são os principais problemas que sentem na sua comunidade, e que afetem a vida cívica e democrática, as respostas, à luz da proposta de Lippmann, podem resultar dessa estereotipia subjacente ao processo de formação de opinião, ou mesmo de tópicos selecionados das narrativas mediáticas e sociais, em circuito mimético. Não um sentido verdadeiramente maduro, observado e refletido a partir do conhecimento direto da

⁶ Ao defender esta posição sobre o sucesso da obra de Lippmann, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004), que citamos ao longo deste trabalho, exploram um ponto sobre a teoria da democracia dos jornalistas para questionar como é que a imprensa livre funciona como baluarte da liberdade e se, na prática, funciona. Os autores entendem que, no caso Americano, onde a imprensa é mais livre isso não significa, automaticamente, que os cidadãos mostrem mais e melhor conhecimento sobre a realidade. E ilustram com números: em 2000, apenas 47% dos americanos liam um jornal e, atualmente, não sabem mais sobre o resto do Mundo do que sabiam há cinquenta anos (2004:25).

realidade, que é demasiado complexa e fluída. Tal como argumenta Lippmann não estamos preparados para afrontar tanta subtilidade, tanta variedade, tantas mudanças e combinações. Diz o autor que o mundo com o qual temos que lidar politicamente é inalcançável, invisível, impensável. Há que explorá-lo, reportá-lo e imaginá-lo.

«O homem não é um Deus aristotélico que contempla toda a sua existência com uma só olhadela. Ele é a criatura de uma evolução que só pode estender-se sobre a parte da realidade necessária para a sua sobrevivência, e agarrar o que na escala total do tempo são apenas uns poucos momentos de discernimento e felicidade. (...) Aprende a ver com a mente enormes regiões do mundo que nunca pode ver, tocar, cheirar, ouvir ou recordar. Gradualmente foi construindo dentro da cabeça uma imagem fidedigna do mundo que fica fora do seu alcance (Lippmann, 1998:29).

O autor descreve um processo de seleção focado em imagens simplificadas da realidade, onde o que conta são as suposições (com a tal estereotipia negativa ou positiva) que se têm sobre ela e que determinam as esperanças, as expetativas, os esforços e os sentimentos. Escreve Lippmann (1998:4) que o ambiente em que se vive (considerando o contexto temporal e histórico em que refletiu e escreveu) é percecionado indiretamente. As notícias, sejam rápidas ou lentas, conferem imagens verdadeiras na cabeça das pessoas e são tratadas como se fossem a própria realidade. «As imagens que temos na cabeça são a realidade» (p.4) argumenta Lippmann apontando para o problema de que essas imagens se apresentam distorcidas, incompletas e deterioradas por influência da imprensa. Isto é, qualquer jornal que chega ao leitor é o resultado de toda uma série de seleções a partir da aplicação subjetiva de valores notícia.

O pensamento deste importante jornalista americano antecipa e ramifica interpretações e novas teorias, no campo das ciências da comunicação e da psicologia social, a partir de meados dos anos 40 do século XX, e nas três décadas seguintes, entre as quais se destaca o conceito de *gatekeeper* (jornalista como “guardador de portões” por onde deixa passar alguns temas e barra outros) proposto pelo sociólogo Kurt Lewin (1947).

Com base nesta perspetiva de Lippmann - que alimentará o debate⁷ nas décadas seguintes até à teoria do agendamento (*agenda-setting*) que veremos brevemente de

⁷ Devem aqui lembrar-se as ideias centrais do debate crítico que Lippmann travou com John Dewey há mais de 80 anos, nos Estados Unidos. O primeiro, como se sintetizou, apresenta uma visão pessimista sobre o papel dos cidadãos numa democracia, cabendo-lhes apenas as decisões de emitir um voto

seguida - talvez a ideia de que a imprensa fornece informação necessária à auto governação das pessoas seja uma ilusão, talvez as pessoas não se preocupem com isso, como escrevem Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004:25). Se, em teoria, as pessoas não se preocupam com essa possibilidade de auto governo e de se tornarem atores em vez de meros espetadores de uma democracia, comandada por governos que atuam de forma unidirecional, então será legítimo questionar qual o papel e a lógica de mediação que os jornalistas aplicam como elos de mediação entre um campo e outro? Isto é, entre a esfera privada dos cidadãos a esfera estatal de quem os governa.

Tal como o constata Kovach e Rosenstiel (*idem*) o jornalismo desenvolve-se, tendencialmente, numa lógica desassociada de uma participação mais direta das suas audiências, ignorando os cidadãos (que se tornam uma abstração), e orientando a sua cobertura para grupos demográficos de elite. O jornalismo parece justificar-se a si próprio em nome do público, mas nele o público (como entidade abstrata que debateremos mais alongadamente em capítulos seguintes) não tem qualquer participação, exceto enquanto espetador (2004:27).

Lippmann destaca o estereótipo como veículo de opinião pública na sua tese de descrição e interpretação sobre a forma como se realiza o consenso social e a complexidade da ação da comunicação. Trabalhando sobre as mesmas problemáticas Niklas Luhmann ([1971]1993) sustenta que opinião pública seleciona os temas, cumprindo, desta forma, a sua função, mas através de uma atenção efémera ao sabor da ordem do dia dos temas dos meios de comunicação. «A opinião pública já não se define pela livre discussão de opiniões sobre temas, mas sim através da atividade seletiva exercida pelos meios de comunicação» (Luhmann, 1993:92). Significa que a relação dos temas com as pessoas, para a sua mobilização e interesse, se dá mediante o estímulo oportuno e intenso da *tematização*⁸ dos *media* num dado momento. Luhmann entende, em síntese, que os processos de opinião pública devem regular o foco da atenção pública, na incapacidade de incluir muitos temas de uma só vez nessa mesma atenção. Logo, a opinião pública estabelece uma relação seletiva e ocupa-se de diferentes temas

ocasional. Lippmann (1922[1989]) comparava o público com espetadores que vão ao teatro e saem antes de terminar a peça, sendo indiferentes, inaptos e confundidos. Esta alegada incapacidade e interesse para dirigirem assuntos públicos de maneira responsável - criando uma divisão entre a elite governante e o cidadão comum - é criticada por Dewey, para quem a única legitimidade de um governo democrático provém diretamente das pessoas.

⁸ A *tematização* é entendida, de acordo com Saperas (1993:94), como o processo de seleção e de valoração de determinados temas de interesse introduzidos de forma contingente na opinião pública, entendida como estrutura temática contingente, que reduz a complexidade social nos diversos subsistemas ou sistemas parciais em que opera.

em diferentes momentos, consoante a mesma atenção que os media lhes conferem. Entre a sociedade e a comunicação pública estão os meios de comunicação como principais mediadores e co-autores dos temas a que os “públicos cidadãos” prestam atenção. Na perspetiva de Luhmann, os temas ficam obsoletos quando se tornam velhos e desfocados para a imprensa. Teoricamente, a proposta interpretativa deste autor, cuja obra original se publicou em 1971, reforça o carácter “manipulador” do fenómeno relacional entre o que as pessoas seleccionam como temas importantes e o que os media transmitem.

A opinião pública – vista como um núcleo a que os indivíduos tentam pertencer como forma de participar na vida social (1993:85) - estaria refém de um sistema de comunicação unilateral tecnicamente determinada pelos meios de comunicação de massas. Esta conceção vem redefinir concetualmente o termo “opinião pública”, como sustenta Noelle-Neumann (1995:201) ao destacar o contributo de Luhmann, desde a teoria dos sistemas. Voltaremos ao contributo fundamental desta autora, no capítulo 4, a partir da sua teoria da “espiral do silêncio” para uma redefinição do termo “opinião pública” como a “nossa pele social”, como titula na sua obra original *“The Spiral of Silence, Public Opinion – Our Social Skin”* (1984) que aqui se usa numa tradução castelhana de Javier Ruiz Calderón (1995).

Sobre o conceito de *comunicação de massas*, veja-se o que dizem McQuail e Windahl (2003.14): «Em comunicação de massas, a mensagem não é um fenómeno único e transitório, mas uma estrutura simbólica, muitas vezes de grande complexidade, produzida em massa e que se pode repetir infinitamente». Dizem os autores (*idem*) que «não existe uma forma universal única do processo de comunicação de massas e a realidade é tão diversa que explica, em parte, a multiplicidade de modelos possíveis para representar o todo ou partes dele». Nessa complexa “estrutura simbólica” são de particular importância, como defendem os autores citados (p.14), a natureza pública e aberta de toda a comunicação; o acesso limitado e controlado aos serviços de emissão; a impessoalidade da relação entre emissor e recetor; o desequilíbrio da relação entre eles e a intervenção de acordos institucionais entre emissor e recetor.

É com base na influência política da massificação da imprensa, agigantada mais tarde pela centralidade do cinema e da rádio, que se intensificam as pesquisas em comunicação de massas, pelo menos ao início do século XX (Benito, 1982; McQuail e Windahl, 2003). Um século que ficará para a história como «o século da Comunicação Social» (Rodrigues, s/d:17).

Como recordam McQuail e Windahl (2003:14-15) a investigação em comunicação em geral teve nas suas origens o desejo de testar e aumentar a eficiência e a eficácia nos domínios da educação, propaganda, telecomunicações, publicidade e relações públicas humanas. Alimentada por desenvolvimentos nas áreas da psicologia e sociologia e progressos gerais na metodologia empírica, com a utilização de testes, estudos sociais e estatísticas, a atividade de investigação começou com preocupações práticas e constituiu-se, em grande medida, como um fenómeno americano. «Só depois da segunda Guerra Mundial é que a comunicação foi efetiva e articuladamente encarada como tal» (McQuail e Windahl, p.14).

Desde a embrionária “fórmula” de Harold Lasswell (1948) - *Quem, diz o quê, por que canal, a quem, com que efeito* – até ao conceito de *sociedade da informação*⁹ (anos 80) decorrem três décadas do século XX e, daí para cá, ainda mais. Para Lasswell, na obra *The Communication of Ideas*, publicado em 1948, que usamos a partir das suas reflexões num texto traduzido para português¹⁰, a comunicação é o resultado de uma relação entre dois sujeitos, um ativo e outro passivo: o primeiro (quem) diz a sua mensagem (quê) através de um meio (que canal) ao segundo (quem) com umas consequências (que efeitos).

Estas consequências não serão só psicológicas mas sobretudo interessa o modo como são apreendidas as mensagens, e se estas provocam, através da receção, um estado de comunicação que enriquece livremente uma situação de persuasão razoável (Benito, 1982:188). Seguem-se inúmeras tentativas de compreensão do fenómeno comunicacional, desde a ideia da influência pessoal a partir dos *media*, numa dimensão de curto prazo, a estudos mais elaborados sobre os efeitos de uma comunicação de massas, claramente influenciadora das dinâmicas e do percurso coletivo da sociedade. Alcança-se um protagonismo do estudo da comunicação de massas no desenvolvimento das cognições sobre os temas predominantes na esfera pública (Saperas, 1993:53).

⁹ O conceito de “sociedade de informação” parece ter tido origem no Japão, embora seja uma extensão lógica de ideias prévias sobre o aparecimento de uma sociedade “pós-industrial” onde a manufatura dá lugar à indústria de serviços como base da economia. Uma sociedade que se tornou dependente de complexas redes eletrónicas de informação e comunicação e atribuiu uma parte importante de recursos a atividades de informação e comunicação. Cf. McQuail e Windahl (2003:171). Ao classificar a “sociedade da comunicação”, Lucien Sfez (1994:75) refere que «estamos na sociedade Frankenstein, essencialmente caracterizada por uma infinita circularidade. O produtor é produto e produtor ao mesmo tempo, não existe começo nem fim. Não existem limites»

¹⁰ Cf. Harold Lasswell, “Estrutura e função da comunicação na sociedade”, in Rodrigues, Adriano D; Dionísio, H.; Neves, H. G. Neves (orgs.), *Comunicação Social e Jornalismo, Volume 1 - O Fabrico da Actualidade*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, pp.147-154.

Das principais correntes teóricas da comunicação de massas norte-americanas – historicamente enquadradas em Benito (1982:148-168), Saperas (1993), Sfez (1994:80-99), Mattelart (1997:49:92), Traquina (2000, 2001), Serra (2007: 63-72) e Santos (2011:343-374) - destacamos as linhas gerais de uma das que mais diretamente se constitui como fundamento teórico de debate para o nosso estudo empírico: *a agenda – setting function* na terminologia norte-americana de (McCombs e Shaw, (1972) ou «tematização» numa perspetiva de investigação europeia, de que o alemão Niklas Luhmann (1970) é o primeiro precursor.

O processo ou modelo designado por *agenda-setting* (o estabelecimento da agenda) teve como impulsionadores Maxwell McCombs e D. Shaw, através do artigo “*The Agenda-Setting Function of Mass Media*” (1972) e tem como principal premissa esta ideia: a imprensa pode, na maior parte dos casos, não ser capaz de sugerir às pessoas o que pensar, mas ela tem um poder surpreendente de sugerir aos leitores sobre o que pensar. Esta teoria postula, em resumo, uma forte influência dos meios de comunicação de massas sobre a agenda temática pública, pelo simples facto de prestarem atenção a alguns assuntos e negligenciarem outros. Como escreveram os autores (1972:177), «parte-se da hipótese que os meios de comunicação de massas fixam a agenda para cada campanha política, influenciando o aparecimento das atitudes perante os diferentes temas políticos».

A agenda dos *media*, influenciada por muitas fontes, confere às pessoas um acesso indireto aos acontecimentos do mundo e é com ele que formam as suas opiniões e imagens sobre esse mesmo mundo. Logo, o conhecimento que os públicos extraem desta relação simbólica é indireto e resulta da focagem da agenda dos *media*, sempre incompleta e seletiva, ou mesmo “estereotipada” como Lippmann (1922) tão oportunamente antecipou.

No capítulo 7 deste trabalho explora-se a questão da influência deste processo de agendamento, na discussão sobre a “imprensa de proximidade”, através do comentário crítico de McQuail e Windahl (2003:95) no sentido de que nem sempre é claro que se verifiquem efeitos diretos dos *media* nas agendas pessoais, podendo o *agenda-setting* atuar por influência interpessoal. Daí que estes autores apontem para um estatuto de alguma fragilidade da teoria, considerando alguma incerteza sobre se o *agenda-setting* é desencadeado pelos *media* ou pelos elementos do público e suas necessidades, ou, poderia acrescentar-se, pelas elites institucionais que atuam como fontes dos *media* (McQuail e Windahl,2003:96). Em sua opinião, a teoria, aqui brevemente exposta, tem

uma série de fronteiras «não claramente definidas» e encontram-lhe afinidades com a teoria da “espiral do silêncio” de Noelle-Neumann (1995) que se apresenta enquadrada no capítulo 4 mais à frente.

Nos aspetos caracterizadores do “*agenda-setting function*” está uma premissa básica que importa sublinhar, chegados aqui: ela pressupõe um conceito de *público passivo* aparentemente dependente dos jornalistas ou “*gatekeepers*” (conceito criado pelo psicólogo social Kurt Lewin em 1947, relativamente ao processo de decisão de compra e rejeição de alimentos para casa) como principais *mediadores* do acesso às “imagens” que alimentam a agenda dos cidadãos-públicos. É importante clarificar o conceito de *mediação* – como um termo central que doravante nos permitirá compreender melhor o estabelecimento da agenda temática. Como explica Saperas (1993:60) «os meios de comunicação realizam uma mediação tecnológica entre comunicador e audiência, mas, ao mesmo tempo, executam uma mediação social ao determinarem a sua própria agenda, influenciando na agenda pública».

Ora, o nosso trabalho centra-se nesta relação complexa entre agendas, no sentido de se perceber as possibilidades teóricas e empíricas de inverter a influência dos postulados do *agenda-setting*, através de uma conceção de público ativo ou cidadania ativa (que mais à frente se definem) e de um processo de *gatekeeper* não alheio às dinâmicas renovadoras, e cada vez menos lineares, do estabelecimento de agendas públicas. Esta função de *gatekeeper*, que David Manning White (1950)¹¹ aplicou de forma pioneira ao jornalismo, pressupõe o trabalho dos jornalistas como atores individuais numa ação subjetiva fundada na própria experiência profissional e na aprendizagem quotidiana, mas ela apresenta-se em diferentes graus, a ter em conta no estudo da agenda dos *media*. A partir da sua análise de caso de um *gatekeeper*, White escreve:

«Começa a dar a sensação (partindo do princípio de que o “Mr. Gates” é representativo da sua classe) que, na sua posição de *gatekeeper*, o editor do jornal providencia (apesar

¹¹ O processo de seleção das notícias, conhecido como teoria da ação pessoal ou *gatekeeper*, de acordo com o clássico estudo de White (1950[1993]), depende de uma escolha subjetiva e das decisões que um jornalista toma baseadas num conjunto de experiências, atitudes e expectativas. Para chegar a estas conclusões, o investigador analisou o comportamento de seleção de informação levado a cabo por um jornalista de um jornal norte-americano, que designou por «Mr. Gates» (p.143) tendo concluído: «É somente quando analisamos as razões apresentadas por Mr. Gates para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de “notícias” é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper* (White, 1993:145). Este texto de 1993 é uma reedição do original do autor: «The Gatekeeper: A Case Study in the Selection of News», *In Journalism Quarterly* (Vol.27, Nº 4, 1950),

de poder nunca estar consciente desse facto) para que a comunidade oiça como facto somente aqueles acontecimentos que o jornalista, como representante da sua cultura, acredita serem verdade (White, 1950/1993:151).

Além desta função desempenhada por indivíduos (jornalistas, por norma) isolados, é preciso ter em conta a função de *gatekeeping* exercida por uma determinada organização ou instituição emissora; por um conjunto inter-organizativo ou institucional com limites variáveis; e, por último, a função de *gatekeeper* exercida pelo sistema comunicacional, em geral, como resultado da atividade conjunta dos meios de comunicação de massas (Saperas, 1993:59-60). Como destaca este autor, a função de *gatekeeper* adquire uma relevância especial, ao realizar a seleção de temas, ao determinar o grau de relevância do tema, e, consequentemente, ao iniciar o processo de estabelecimento da agenda dos *media*, determinando qual o período de permanência de um tema nos *media* e do destaque aos conflitos de maior presença pública (p.61).

Como teremos oportunidade de explorar ao longo do nosso estudo, sobretudo na relação dialógica entre estas teorias (a que Enric Saperas aponta algumas deficiências) e a realidade da cultura jornalística de expressão regional, tanto a função da *agenda-setting* como a de *gatekeeper* estão hoje expostas a maiores fragilidades para poderem manter cristalizados os seus estatutos iniciais. Por um lado, procuramos argumentar que os conhecimentos de carácter coletivo não estarão apenas dependentes e sujeitos a essa relação unidirecional dos *media* para com públicos passivos, embora, como veremos, persistam muitos sinais dessa “dependência estrutural” da suas agendas mediáticas.

Por outro lado, tal como evidencia Saperas (1993:79), entendemos – também por experiência própria como ex-jornalista e por constatações teóricas exploradas sobre o processo de relação entre fontes e jornalistas (Amaral, 2006) – que o trabalho de *gatekeeper* está sujeito a diversas influências internas e externas que desmentem essa premissa de escolhas individuais e subjetivas no processo de seleção de informações e construção de notícias¹². Esse processo de “controlo” está sujeito a inúmeras e, por vezes, “invisíveis” lógicas de *gatekeeping* organizacionais, como referia atrás Saperas (pp: 59-60).

¹² Esta construção de visibilidade e hierarquia temática e espacial da relevância noticiosa resulta, também ela, de um complexo processo de luta e negociação, a dois níveis; ao nível da seleção e ao nível do enquadramento. Quer num quer noutro, o jornalista afigura-se como ator central e principal definidor do que tem e não tem condições de ser notícia. Cabe-lhe a ele a última escolha. Mas a cobertura jornalística das múltiplas realidades da sociedade, onde se misturam diversos tipos de acontecimentos, exige que entendamos a notícia num sentido mais lato.

São essas influências ou forças sociais, de natureza burocrática e organizacional, que originaram, para lá da teoria da ação pessoal de White (1950), outras perspectivas teóricas que as integram, como forma de se compreender melhor o processo de produção de notícias. Entre elas, destacamos o primeiro estudo sobre a chamada teoria organizacional de Warren Breed (1955-1993) que vem dar ênfase ao processo de socialização e adaptação dos jornalistas (*gatekeepers*) ao seu respetivo contexto organizacional. Mais do que uma cultura profissional – que resulta da adoção individual de princípios éticos e procedimentos de competência técnica - Breed aponta para a influência da cultura organizacional num certo conformismo editorial, feito de compromissos e lealdades para com a lógica funcional da organização. O autor explica a sua posição sobre a forma como o redator apreende a orientação política¹³: «O primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redator no que diz respeito às normas do seu trabalho».

Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita qual é a política editorial (Breed 1955[1993]:154). O autor não defende a generalização desse conformismo, devendo-se procurar fatores particulares em casos particulares tendo em conta, entre outros aspetos, a estrutura da organização da redação e da sociedade (p.157). Breed aponta para seis razões que podem (frequentemente ou mesmo sempre) evitar atos de «desvio do potencialmente intransigente *staffer*» (termo que o autor usa para classificar os repórteres e editores). São elas, em resumo: a autoridade institucional e sanções; sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; aspirações a mobilidade; ausência de grupos de lealdade em conflito; o prazer da atividade; a notícia torna-se um valor (pp:157-159).

Os jornalistas – como veremos a partir das opiniões de uma amostra de profissionais da imprensa escrita, como objeto de estudo de uma das fases do trabalho de campo (capítulo 12) – são “obrigados” a adaptar-se no seu trabalho de seleção a uma série de exigências endógenas – na perspectiva da teoria organizacional de Breed - e exógenas do seu contexto profissional – na medida em que a própria noção do jornalista do que é atual varia com o mercado para o qual produz as notícias (Schlesinger, 1977[1993]:179). Esta constatação, sujeita a novas interpretações ao longo do presente trabalho, impede ou pelo menos questiona a hipotética clareza extraída das teorias

¹³ A «política» pode ser definida como a orientação mais ou menos consistente evidenciada por um jornal, não só no seu editorial como também nas suas crónicas e manchetes, relativas a questões e acontecimentos selecionados (Breed, 1950/1993: 153)

brevemente analisadas naquilo que constitui um tipo de influência que determine o que as pessoas pensam. Persiste a ambiguidade na natureza da influência dos meios de comunicação. E não será com este trabalho que ela deixará de existir.

Interessa-nos evidenciar, para já, a conclusão relativamente ao papel das notícias, no seu conjunto e pela sua ação constante, em determinar o conhecimento que o indivíduo tem do seu meio e, também, a sua posição relativamente a esse meio. Ou seja, mesmo que esse conhecimento seja fragmentário e intuitivo, enraizado no senso comum, ele representa porventura o maior denominador comum na construção de imagens sobre o mundo e as sociedades. Ao falar-se de notícias e conhecimento, como dois polos indissociáveis da vida social e cultural contemporânea, exige-se a presença em campo do terceiro elemento da engrenagem: o *público*, entendido como o conjunto de consumidores de informação que já não prescindem de notícias. Tal como somos produtores e recetores de notícias na vida quotidiana, através da comunicação interpessoal, como forma de gestão e orientação da experiência concreta, assim precisamos de notícias que nos sintonizem com acontecimentos não observáveis diretamente. Uma das questões centrais no debate sobre a legitimidade social do jornalismo é se, nessa necessidade, a sociedade e os seus cidadãos não prescindem da medição dos profissionais da comunicação social. Entre muitos que sustentam que apesar das ameaças essa mediação é tão insubstituível quanto polémica – como se analisa no ponto seguinte e ao longo do trabalho – é oportuno, pelo seu trabalho de investigação em redor do poder dos *media* e a democracia, citar João Almeida Santos:

«Numa sociedade profundamente atomizada, onde os sentimentos de pertença se estilçaram, onde as lógicas comunitárias se tornaram residuais, onde as interdependências se projetaram à escala global e onde a complexidade dos sistemas sociais é cada vez maior, é natural que aumente a necessidade de mediadores, de “banqueiros simbólicos”, como diz Enrique Bustamante, capazes de guiarem o cidadão-eleitor neste mar de incertezas. Em sociedades como estas, o sentimento generalizado de insegurança e de risco suscita no cidadão a necessidade de âncoras capazes de atenuarem estes sentimentos, de válvulas de segurança, de bússolas, de orientação. Tudo isto pode comodamente ser fornecido pelo poder mediático, quando ele fornece saber, ilusão, entretenimento» (2012:122).

Muitas outras perspetivas ficam por explorar, em relação ao vasto campo dos estudos das teorias da comunicação. Centrámos a nossa atenção no que,

particularmente, constitui um recorte fundamental para orientação teórica do percurso que se segue.

1.2- Da mediação à crise de convicção

Conclui-se que os media, em geral, e o jornalismo, em particular, são a mais importante instância de contacto entre os cidadãos e o mundo que os rodeia. Cabe-lhes hierarquizar e decidir que questões aparentemente não envolventes merecem ser destacadas e ganhar, pela atualização mediática, o estatuto de temas envolventes. São os *media* que, em teoria, cumprem uma função de “mapeamento” a favor do incentivo da participação dos cidadãos na discussão da vida pública, seja local, nacional ou internacional. As notícias, cujos valores básicos se têm mantido constantes ao longo da História, e em diferentes culturas, cumprem uma função de alimento para “matar a fome” de conhecimento das sociedades, satisfazendo um impulso humano básico e intrínseco, instintivo, de saber o que se passa para além da sua própria experiência direta (Kovach e Rosenstiel, 2004:5-6).

Se essa mediação for enviesada, distorcida e manipulada, está em causa o equilíbrio social da vida pública e a qualidade da democracia. Sem informação, “as trevas” instalam-se, a ansiedade cresce. O nível de incerteza torna o mundo um lugar demasiado queto e temeroso. Ora, se para viver são imprescindíveis notícias, o jornalismo é uma arte de absoluta necessidade.

O problema, no atual e amplo mundo da comunicação, do qual emergem novas e mais sedutoras formas de difusão de informação, reside na capacidade do jornalismo manter intacta a função social, nomeadamente naquilo que é o seu contributo para algo único para uma cultura democrática: informação independente, fiável, rigorosa e abrangente, necessária para a liberdade dos cidadãos. Mas será que estes princípios consensuais se cumprem? Será que o jornalismo tem como fim último o cumprimento dessa responsabilidade social para com os cidadãos?

Estas foram as questões centrais que motivaram a reflexão conjunta, em 1997, de alguns dos mais proeminentes autores dos Estados Unidos, jornalistas, diretores dos principais jornais norte-americanos e professores de jornalismo. Considerando que algo de grave se estava a passar na profissão jornalística, num quadro onde era consensual o declínio das notícias para o campo do entretenimento e este assumir um carácter de notícia – pelas pressões comerciais e resultados do exercício – este grupo de reflexão,

auto denominado *Committee of Concerned Journalists*, organizou uma consistente, sistemática e abrangente análise durante dois anos. Cruzando dados preocupantes de desconfiança e repúdio do público para com os jornalistas, trabalhados pelo *Pew Research Center*¹⁴ sob alçada do *Project for Excellence in Journalism*, com estudo de conteúdos, debates, testemunhos de jornalistas, o projeto resultou numa descrição atualizada da teoria e cultura do jornalismo, materializada na obra *The Elements of Journalism* (2001), editada em Portugal em 2004.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel, presidente da “Comissão de Jornalistas Preocupados” e diretor do “Projeto para a Excelência no Jornalismo”, respetivamente, constataam que existem alguns princípios consensuais entre os jornalistas e que os cidadãos têm o direito de ver respeitados, se se quiser recuperar «a crise de convicção». Esses princípios, relevantes para o nosso quadro teórico referencial, constituem os elementos do jornalismo. Algo imprescindível para os jornalistas, na sua *praxis* de trabalho, e que os cidadãos devem exigir enquanto consumidores de notícias.

Como sintetizam os autores (2004: 9-10), «a finalidade do jornalismo é fornecer às pessoas a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem». Daí que para se atingir este objetivo, e voltando às suas qualidades distintas face a outras formas de comunicação, como a publicidade, o marketing ou as relações públicas, o jornalismo tem como primeira obrigação a verdade, devendo manter-se leal, acima de tudo, aos cidadãos. A sua essência assenta numa disciplina de verificação, e os jornalistas devem manter a independência em relação aos eventos ou pessoas que lhes cumpre reportar, servindo como um controlo independente do poder.

Por outro lado, o jornalismo deve servir de fórum para a crítica e compromisso públicos, lutar para tornar interessante e relevante aquilo que é significativo e garantir notícias abrangentes e proporcionais. Por fim, de acordo com Bill Kovach e Tom Rosenstiel (p.10), todos aqueles que o exercem, os jornalistas, devem ser livres de seguir a sua própria consciência.

¹⁴Trata-se de um dos mais importantes centros de pesquisa norte-americana no campo dos media e Opinião Pública, subdividido em vários campos, vocacionados para a excelência do jornalismo e a linha teórica do *civic journalism*, e mantendo uma atualização sistemática e muito interessante, disponibilizada no seu sítio eletrónico em <http://www.pewcenter.org>

O jornalismo está imerso na contradição entre o dever de informar, mantendo-se fiel ao leitor-cidadão, e o dever de produzir um produto vendável, capaz de maximizar os benefícios dos respetivos suportes empresariais de comunicação no vasto e concorrencial mercado dos *media*. Com a submissão do produto informação a uma estratégia de marketing global das empresas, qual é o papel que cabe ao jornalista numa macro realidade de múltiplos poderes de decisão e influência? Quem assume hoje o nobre papel de *gatekeeper*, já não um mero selecionador de ocorrências – como tradicionalmente a sociologia da comunicação o classifica e o identifica na pele do jornalista – mas sobretudo um gestor do processo de adaptação das notícias às reações suscitadas pela respetiva difusão (Rebelo, 2002:36).

Solidifica-se a ideia de que o sistema de *media*, no campo informativo, assenta, regra geral, numa normalização ou uniformização de práticas e ideologias jornalísticas ao serviço do negócio da mediação entre a coleta de factos e a mais eficiente reelaboração performativa da realidade. Tal como defende Ramonet (1999:39) «hoje em dia, eles [os diferentes órgãos de comunicação social] estão interligados, funcionam em círculo, os media repetindo os *media*, imitando os *media*». O teórico francês, conhecido pelas suas críticas frontais às vulnerabilidades dos sistemas de media, é apenas uma das vozes críticas, de muitas outras, que consideram o jornalismo perigosamente submetido a imperativos económicos de sustentabilidade comercial, deixando de lado valores de uma ideologia e ética comprometida com a cobertura de assuntos substantivos para o desenvolvimento da cidadania e reforço da democracia.

Neste quadro – que se deve relativizar porque o jornalismo não é apenas um serviço público mas um negócio legítimo – o jornalista ficaria diminuído a mero executor de um produto-notícia para um produto-jornal, cuja sobrevivência se expressa nas vendas ou nos índices de audiência. Neste caso, quando efetivamente é este o cenário, importa questionar: Que comportamento profissional consegue o jornalista impor nestas circunstâncias? O que o distingue de outros agentes de comunicação, produtores de informação, na sua periferia? São algumas das questões atuais, que derivam do muito que se tem teorizado em redor da descredibilização dos media em geral e, por contágio, do jornalismo em particular.

Desde o final dos anos 80 que vários estudos nos Estados Unidos apontam para o declínio de credibilidade dos *media* e do jornalismo, entre outras fatores por a maioria

dos inquiridos entender que os jornais procuram e empolam «estórias» sensacionais para aumentar as vendas (Mesquita, 2004:65-66).

Parece cada vez mais evidente o paradoxo entre a euforia da comunicação das sociedades contemporâneas e pós-modernas, assente numa ideologia tecnicista¹⁵ fundadora de uma nova era de consenso e de concórdia, e um quadro de uma certa degradação de muitos espaços de comunicação mediática e jornalística. Mário Mesquita (pp:82,83) nota, a propósito, que esta crítica sistemática se prende com um conjunto de modificações que envolvem a sócio-economia, a tecnologia e a retórica dos media. Designadamente: a) O reforço dos critérios de mercado em detrimento das preocupações intelectuais ou deontológicas; b) a introdução de novos ritmos e de novas velocidades na divulgação das notícias; e c) a subordinação cada vez mais acentuada das mensagens mediáticas a uma lógica de espectacularização.

Estes aspetos reconfiguram novos quadros de inquietação e problematização em redor do papel e funções sociais do jornalismo, face à “tirania da comunicação” de que fala Ramonet, enquanto medição social insubstituível, cuja centralidade cívica, no processo de construção das sociedades, é de tal magnitude que se impõe reenquadrar o jornalismo enquanto: a) Fator de coesão social e de integração dos indivíduos, grupos e comunidades; b) Fórum de difusão e discussão informativa de factos substanciais para o desenvolvimento de uma cidadania consciente e ativa sobre os seus próprios problemas; c) Espaço de confluência pluralista e diversificada de abordagens e assuntos de relevância pública, sob tratamento de normas éticas e alta qualidade, não sacrificando esse objetivo qualitativo às forças do mercado; d) Montra alargada de visibilidade e defesa (não entrincheirada) das identidades locais e das singularidades culturais, através de uma prática de observação e acompanhamento das temáticas e vozes habitualmente esquecidos.¹⁶

¹⁵ Para Michel Maffesoli, em *L'Instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes* (2000:188/189) a tecnologia tem um carácter de um estabilizador eufórico, um instrumento de encantamento do mundo, sendo do domínio do festivo, da intensidade e da jubilação. Como se ela, a tecnologia, fosse a suprema razão da mediação social.

¹⁶ Inspiramo-nos, em parte, num conjunto de exigências que à luz do Conselho da Europa e do Parlamento Europeu devem assumir, como missão, as televisões e rádios públicas dos Estados europeus, como explica Francisco Rui Cádima (1999) *Desafios dos Novos Media – a nova ordem política e comunicacional*, Lisboa, Editorial Notícias.

1.3- Serviço público e negócio legítimo

Os *media* são atualmente suportes de um ecossistema sociocultural e simbólico, cuja qualidade de vida urge preservar. Daí a necessidade de repensar o seu papel na sociedade da informação. Em particular – e a perspectiva que mais interessa para este trabalho – a sua relação de compromisso para com o público, a cidadania e a democracia, de modo a que os cidadãos não se “dissolvam” na engrenagem da informação como meros consumidores.

A globalização, como fenómeno não apenas de natureza económica que reestrutura as formas de viver das sociedades atuais (Giddens, 2002), vai-se materializando paulatinamente no campo dos *media*, instituindo-os como veículos primordiais no despertar de novas necessidades que irão ser satisfeitas por novos produtos, gerados por novos negócios em elaboração permanente.

Os jornais, em particular, e os *media*, em geral, estão longe de ser meros mediadores de discurso próprio entre a sociedade acontecedora e os cidadãos leitores, telespectadores ou ouvintes. Concordamos com a posição de José Rebelo (2002:145) quando diz: «O que se afirma, agora, já não é tanto o poder do discurso, enquanto discurso do jornal. O que se afirma, agora, é o discurso do poder ou dos poderes que a ela recorrem como veículo para atingir os seus destinatários».

Por outro lado, parafraseando o entendimento de Rebelo, entendemos que a imprensa, no geral, recorre a uma retórica da constatação que visa manifestar a universalidade, a neutralidade, o afastamento do enunciador (o jornalista) que não justifica nem reivindica o seu direito à palavra. Daí que devamos recolocar os princípios (ou mitos?) da imparcialidade e objetividade num contexto de um desejo da ação humana materializada, por extensão, no discurso jornalístico. Razão pela qual o fazer jornalístico está condicionado a todos os tipos de interesses e manipulações, mas que, regra geral, são indecifráveis no discurso e permanecem diluídos no não dito, nos implícitos discursivos, cujo valor, em termos de análise, é de extrema importância.

Numa perspectiva “mecanicista” de comunicação, qualquer “suporte”, quer seja jornal, tv, rádio ou novos *media*, funciona como elo de ligação entre os acontecimentos, a montante, e o “público”, a jusante, numa perspectiva de redistribuição de notícias relevantes, mas também, e sobretudo, como produtos híbridos à procura de sobrevivência.

Por natureza, a evolução do sistema mediático jamais podia ser imune às diversas influências económicas, políticas e sociais nos processos de decisão. A dimensão editorial de um jornal não é uma ilha e está cada vez mais sujeita (não necessariamente submissa) às lógicas da dimensão comercial. O mercado da concorrência, e a guerra das estratégias à procura de resultados materiais, determina metamorfoses semióticas no sentido de todas as componentes de um produto confluírem para o mesmo fim.

O trabalho jornalístico está sujeito à primeira necessidade das empresas que é ganhar dinheiro, vendendo aos cidadãos o acesso a conteúdos informativos, de serviços e entretenimento. São as consequências da própria evolução da imprensa em que a industrialização e o capitalismo funcionaram como “lubrificantes” inevitáveis para a revolução das relações sociais de produção de consumo e de troca. Passamos de uma fase de um jornalismo de cunho “literário”, até à primeira metade do século XIX, onde dominava a figura do “intelectual orgânico”, de Gramsci¹⁷, o proprietário, editor, redator auto investido da missão de interpretar, explicitar e defender os anseios da classe com que se identificava. Surgiram depois, a partir da segunda metade do século XIX, os grandes órgãos de comunicação social de massas, para todos os públicos, e com eles, dada a necessidade de um relato válido para essa diversidade de destinatários, o culto da “objetividade” e “independência” do jornalismo.

Atualizando Habermas (*L'Espace Public*, 1986: 193), na sua interpretação sobre o que passa a ser importante na atividade jornalística, é evidente que o fim lucrativo passa, naturalmente, para primeiro plano. Por consequência, a eficácia do trabalho jornalístico hoje já não dependerá só da forma como a informação é separada, revista e paginada, que alterava a fidelidade a uma linha de eficácia que vinha do discurso literário aos olhos do filósofo alemão.

Mas, em grande medida, como vimos antes, da submissão desse trabalho à relação dominante entre media e mercado, expressa nas vendas ou nos índices de audiências que introduz a ferramenta e os técnicos de marketing, lado a lado com os jornalistas, para quem o produto-jornal não é um fim mas um meio ao serviço da satisfação da vontade dos leitores.

¹⁷ Sobre o conceito e a sua ampla explicação, Cf. João de Almeida Santos (1999) *Os Intelectuais e o Poder*, Lisboa, Fenda.

Os destinatários dos conteúdos, sejam informativos ou outros, assumem um papel preponderante, enquanto consumidores, quer no desenho das estratégias gerais de uma empresa jornalística, quer nas orientações particulares de produção. O emissor dará ao recetor o que este espera que lhe seja dado ou o que ele, emissor, pensa que o recetor espera que lhe seja dado. O produto é fabricado em função da representação do recetor construída pelo emissor, que assim procura garantir a maior audiência possível. Este pressuposto doutrinário, *doutrina demagógica ou publicista* na perspetiva de Abraham Moles (1985), exprime um das principais características do sistema mediático: a retroação. Significa que, enquanto sistema, os *media* funcionam em articulação estratégica com o meio envolvente, cujo interface assume características de *gate-keeping*, não como mero selecionador de ocorrências, mas como funções de gestor do processo de adaptação das notícias às reações suscitadas pela respetiva difusão (Rebelo, 2002:36).

A definição das políticas das instâncias de regulação e estratégia dos *media* pode inspirar-se, segundo a sistematização proposta por Moles (1985), em outras quatro doutrinas mais ou menos combinadas entre si. Designadamente:

1) *uma doutrina dogmática ou subliminar* em que uma empresa jornalística está dependente de um grupo de pressão interessado em utilizá-la como instrumento de propagação de um programa, uma ideologia, de um qualquer partido político ou de uma qualquer sociedade religiosa;

2) *uma doutrina piramidal*, fundada na ideia da separação do público, ou da audiência, em diferentes camadas sociais, cada uma das quais com os seus valores próprios, para as quais se difundem diferentes conteúdos. Conteúdos dirigidos a uma camada superior, as elites, e conteúdos dirigidos à camada inferior, a grande massa de consumidores;

3) *uma doutrina ecléctica ou culturalista*, baseada na possibilidade de dar a cada indivíduo uma amostra de cultura correspondente a um reflexo fiel da “memória do mundo”. Baseia-se no mito dinâmico da informação objetiva, segundo a qual cada homem possuiria, em si, e por influência dos *media*, uma imagem em formato reduzido da cultura universal;

4) *uma doutrina sociodinâmica*, a partir da qual prevalece a ideia de que a quase totalidade das “notícias” pode situar-se, de forma relativamente objetiva, numa escala de orientação passado *versus* futuro. Segundo a respetiva orientação, o conjunto das

notícias vai influenciar a evolução da sociedade: travando essa evolução quando orientada para o passado, acelerando-se quando orientada para o futuro.

A fronteira entre cada uma destas doutrinas é hoje muito ténue. Elas coabitam, tocando-se ou afastando-se, em função dos diferentes contextos geográficos e políticos das sociedades contemporâneas. Esse é outro trajeto cuja complexidade de análise merece mais ampla atenção.

No contexto das democracias ocidentais, embora com nuances distintas, o jornalismo do presente configura um quadro de uma crise de legitimidade sobretudo evidenciada na contradição entre dois deveres de natureza diferente: o dever de informar, prestando um “serviço público” e respeitando e valorizando a prática deontológica e democrática da informação, e dever de fazer um produto vendável, correspondendo aos desafios e objetivos da concorrência de mercado. Nesta dualidade, consagra-se, e problematiza-se, a figura de um jornalista já não como principal ator na definição e produção de conteúdos informativos mas como *técnico de comunicação* ao serviço de um quadro previamente fixado (Rebello, 2002:34).

Ao introduzir-se o “interesse público”, cujo conceito e problematização abordamos mais à frente, fixamos um aspeto que nos parece importante: o de que o jornalismo não pode hoje autolegitimar-se através dessa prestação de serviço público, como princípio absoluto e inquestionável, uma vez que, como se analisou antes, está sujeito a uma dimensão empresarial, de um negócio legítimo como qualquer outro, ao serviço do mercado das informações de acordo com o interesse das audiências. Há, portanto, uma diferença entre a ideia de serviço de “interesse público” – este mais comprometido com a formação política e cívica do cidadão – e de “interesse do público”- este mais comprometido com o consumidor de informação criando uma audiência que, por sua vez, serve aos interesses comerciais de anunciantes.

É nesta nova ordem enquadradora do jornalismo e do jornalista que se desconstroem, em certa medida, os princípios clássicos do jornalismo, como sejam a objetividade e distanciamento, baseados na ideia de “esclarecer os cidadãos” com a “verdade”. Essa noção de verdade permitiu a formulação dos princípios fundamentais da atividade da imprensa e inspirou, por exemplo, a teoria da responsabilidade social¹⁸

¹⁸ A Teoria da Responsabilidade Social surgiu nos Estados Unidos, adoptada pela Comissão Hutchins que, em 1947, produziria o relatório “*A free and responsible press*”, no qual, entre outras coisas, recomendava que a imprensa deveria proporcionar um relato verdadeiro, completo e inteligente dos

baseada na ideia de que o público tem “o direito de saber”, onde o lugar da imprensa é acima dos paradoxos da sociedade, sem interesses a defender, capaz de falar em nome de todos.

1.4- Da auto-legitimação jornalística ao jornalismo de contacto

Estão definitivamente abandonadas as noções da imprensa como espelho da realidade, veículo do real, e do jornalista como paladino dessa “verdade”, colhendo e captando tudo o que se passa desde “o fim da rua até ao fim do mundo”. Por um lado, o princípio fundamental da deontologia do jornalista é dizer “toda” a verdade, mas a objetividade absoluta é impossível, como argumenta Martin-Lagardette (1998:88-92) para quem «mais vale falar de aproximação objetiva do que de objetividade». Tudo o que se passa, não passa nos media. Essa é uma constatação elementar, que decorre da própria natureza da mediação simbólica. Qualquer jornal, rádio ou TV tem que fazer uma seleção impiedosa de toda a “massa bruta” de informações a quem têm acesso e fornecer ao leitor um resumo do que verdadeiramente consideram importante. Por princípio, informar é escolher, é seleccionar e resumir.

São as condições de mercado, a competitividade empresarial entre as empresas jornalísticas, a moldar os valores e as estratégias. As mensagens publicitárias de alguns slogans de auto-promoção, (*Tudo o que se passa, passa na TSF*, ou *Vamos ao fim da rua, vamos ao fim do mundo*”, da mesma estação de rádio) arquitetados pelos objetivos marketing, são o exemplo dessa “luta” entre as empresas jornalísticas. No caso do jornalismo, o discurso de auto legitimação é fundamentado na sua função prática e no respetivo valor moral dessa função. Ou seja, sob a salvaguarda da função de “interesse público”, sem a qual as sociedades democráticas não seriam o que são, o jornalismo defende-se com essa ideia de determinação moral ao serviço da vida coletiva nos mais variados aspetos socioculturais e políticos.

Não há negócio de informação que sobreviva sem esse auto discurso de legitimidade, muitas vezes traduzido em palavras-chave ou *slogans*, como se referiu em cima. E epíteto “cão-de-guarda”, um clássico da prática jornalística nos Estados Unidos,

acontecimentos diários dentro de um contexto que lhes dê significado. Já não bastava apenas relatar o facto verdadeiramente mas tornou-se necessário relatar a verdade sobre os factos.

configura uma dessas expressões de legitimação. O que, em teoria, aponta, também no caso português, para uma imprensa defensora dos interesses dos cidadãos, “fiscalizadora” das condutas das instituições públicas e dos representantes eleitos por estes a favor de uma “transparência” democratizadora. Nesta vinculação ao horizonte do interesse público, como forma de afirmarem essa mediação de um direito das pessoas à informação livre, os media têm necessidade de se afirmarem para que, no contexto de um certo *mimetismo meditático* (Ramonet, 1999), se maximizem efeitos de sedução, de captação de audiências e consumidores.

Além da comprovada invasão do estatuto do jornalista pelo do comunicador, diminuindo aparentemente o seu importante papel mediador a favor da eficácia e eficiência dos resultados do produto informativo, assiste-se a uma tendência para uma hibridação dos géneros informativos e respetivo aparecimento do chamado *infotainment* ou a publireportagem. De acordo com Schlesinger (1993:180) foram estas condições de mercado, nomeadamente a competitividade mediática, a moldar os valores que hoje se encontram inseridos na cultura profissional dos jornalistas.

Neste contexto, os *media* são ao mesmo tempo sujeito e objeto do ambiente que os rodeia, funcionando como aparelhos sociais institucionalizados, no dizer de Enric Saperas (1993), potenciadores e organizadores de mediações simbólicas pelas quais se hierarquiza e tematiza a realidade social. E sobre o que devemos pensar, na premissa tornada comum na sociologia da comunicação, que hierarquia e tematização nos oferecem os media em geral? Se a natureza da função informativa é selecionar, que práticas de seleção dominam?

No atual quadro concorrencial dos *media*, em geral, e do jornalismo, em particular, como temos vindo a analisar, assiste-se a uma prática de simplificação dos conteúdos e o recurso à espectacularização (a linguagem icónica, a titulação gráfica e sintaxicamente sedutora, a ilusão da interatividade). Consolida-se um jornalismo do presente que, conferindo a prioridade à palavra do protagonista, relega para segundo plano a enunciação de causas ou a previsão de consequências que implicam interpretação: justamente o que se pretende evitar (Rebelo, 2002:16).

Estamos em presença de um *jornalismo de contacto* entre o poder de quem tem a força de se afirmar como porta-voz credível, dentro de uma minoria organizada, com estratégias planificadas de acesso privilegiado aos jornalistas, deixando de fora, na penumbra da focagem mediática, uma maioria não-organizada de cidadãos, movimentos

e organizações, por força das lógicas e constrangimentos de funcionamento dos *media*. Quem tem voz, nos media, é que tem também maior capital de credibilidade nos discursos legitimadores de eventos políticos o que leva a uma certa homogeneidade temática no campo da informação pública, na generalidade dos *media* noticiosos.

É, pelo menos, isso que transparece dos estudos na área, em Portugal, como se pode constatar através do Relatório de Regulação da ERC¹⁹, referente às temáticas mais frequentes nos blocos informativos das três televisões portuguesas, no ano de 2007. Embora não se deva generalizar, mas assumindo que a realidade não será muito diferente na imprensa escrita, é pertinente constatar, a partir daquela fonte, que a política nacional domina a focagem mediática, com um total de 17,4%, nos três blocos, enquanto, por exemplo, temas como a educação se ficam por 1% e a representatividade de grupos minoritários, a maioria não organizada de que falámos, é praticamente nula; apenas a TVI lhe confere 0,1% de visibilidade.

Comprova-se que a política e as fontes institucionais, ligadas a porta-vozes governamentais, à administração e aos partidos políticos, continuam a ser preponderantes no trabalho jornalístico. Mário Mesquita (2004:65) refere, a este propósito, que «sob a capa do dinamismo e do discurso anti-institucional, cultivam-se formas de dependência oculta». Uma dependência que, pese embora nem sempre favorável para os atores retratados ou mobilizados pelos *media*, configura uma uniformização e afunilamento temático do jornalismo, em particular, e nesta complexa função de informar uma ideia de crise de legitimidade da própria imprensa, aparentemente incapaz de corresponder aos desafios contemporâneos de uma comunicação verdadeiramente pública (Wolton, 1999:236).

Quem tem voz? Que agendas de assuntos públicos são dominantes? Evidencia-se um carácter orientado e uma relação de privilégio temático para a área da política e seus protagonistas. No relatório da ERC verifica-se que, no domínio temático da política nacional, os subtemas Eleições e Atividades de Partidos Políticos são os mais frequentes nos blocos informativos.

Curiosamente, o escândalo/irregularidades políticas, a par das políticas de educação, são os que menos destaque recebem por parte das três estações televisivas. No que se refere ao alinhamento temático na abertura dos blocos informativos, é ainda

¹⁹ Cf. Relatório de Regulação 2007, ERC, Colibri, 2008

relevante complementar como a ordem interna e a política nacional dominam destacadas. Com resultados incipientes, praticamente sem destaque, surgem os temas de assuntos comunitários, ambiente, urbanismo e, na cauda, sociedade. Fica notada a tendência para um perfil dos *media*, das televisões em particular, associado à vida política como o principal foco de enunciação de discursos com validade pública.

Esta vida política é hoje influenciada por um conjunto de técnicas (os *media* e as sondagens), de atores (os jornalistas e os conselheiros de comunicação) e de práticas (o *marketing* político). Confrontada com esta evolução, a atividade política organiza-se em torno de novas regras de funcionamento, adaptando-se à chamada “mediatização da vida política” (Derville, 1997:107).

A comunicação tornou-se parte integrante da atividade política e a explosão dos processos de comunicação política é fruto de um conjunto de atores que neles têm interesse: por um lado, os conselheiros de comunicação e os publicitários, com objetivos de preparação das prestações mediáticas dos seus “clientes” e das campanhas eleitorais procurando produzir nos meios políticos a necessidade do seu produto; por outro, a mediatização da vida política obriga os políticos a tornar a sua ação tão espetacular quanto possível, a fim de interessar aos *media*, sobretudo a televisão.

E os resultados da ERC, no caso português, não podem deixar dúvidas sobre a eficácia deste jogo de relações estratégicas. Derville (1997:107) evidencia, a propósito, uma acentuação da convivência entre jornalistas e organizadores de acontecimentos e o surgimento de formas de pressão para a introdução de mecanismos de democracia direta, na medida em que as notícias sobre política são, sobretudo, acerca da luta pelo poder e só secundariamente sobre a governação, isto é, sobre a aplicação do poder.

Será pertinente questionar, neste quadro, se os políticos dedicam mais tempo a dar visibilidade às suas ações do que a refletir e a decidir. Estamos perante o que Debray (1993) classifica como uma “classe político-mediática” com forte poder de acesso e interferência do campo dos *media* em geral, com uma progressiva sofisticação das técnicas de manipulação. É o que Furio Colombo classifica como “desinformação organizada”(1999:57).

Reforça-se aqui a convicção de que o jornalismo desempenha um papel político na sociedade, nada que seja novo uma vez que já Walter Lipmann (1922[1998]) e John Dewey(1972), entre outros, haviam destacado a importância das ligações entre a imprensa, o público e a política.

1.5- Dos *sound bites* ao jornalismo de contextualização

Sintetizam-se alguns sinais que parecem resumir a atual tendência das práticas mediáticas, particularmente a televisão. Designadamente: a) As prioridades de enunciação e receção discursivas deslocam-se da informação para o entretenimento; b) Os programas de informação sobre a atualidade concentram-se na apresentação dos acontecimentos mais extravagantes, dramáticos e empolgantes, em vez de na análise e na discussão; c) O recurso a *slogans*, imagens e *sound bites* têm precedência sobre a substância da informação e d) A política é, sobretudo, apresentada como jogo (quem ganha e quem perde).

As decisões políticas são influenciadas sobretudo pela forma como serão representadas nos media e percecionadas pelo público – a aparência das coisas é o mais importante. Veja-se o que se passou com a demissão inesperada do ex-ministro da economia, Manuel Pinho, no dia 2 de Julho de 2009, depois de ter feito um gesto obscuro, simulando chifres, em direção ao líder parlamentar do Partido Comunista Português, Bernardino Soares, durante o debate na Assembleia da República sobre “O Estado da Nação”. Resultou num ato de “explosão” mediática que se sobrepôs, em termos de alinhamento de destaque, a toda a atualidade.

Foi a força de representação e mimetismo mediático, com repercussões em toda a linha informativa, que acabaria por obrigar o primeiro-ministro a pedir desculpas e a motivar uma decisão política instantânea: a demissão sem ponderação. Um gesto, num segundo, em direto para as câmaras de televisão, mudou, num ápice, a vida de um ministro e a imagem de um governo. Um acontecimento pontual, sem precedentes na história recente da democracia portuguesa, que acabaria por se sobrepor aos assuntos mais substanciais do debate sobre o “estado na nação”.

Este episódio, como tantos outros, ilustra o que antes concluímos: que o jornalismo não se limita nas dimensões intrínsecas do “interesse público” no campo político, inerentes à substância das decisões ou aspetos formais da administração da coisa pública com interesse concreto para a vida dos cidadãos, mas também em aspetos laterais da vida privada das figuras públicas: muito poucos com efetivo interesse para a formação política do cidadão ou que com impacto nas suas reais preocupações. Claro que, no caso citado, aquele gesto não foi em privado mas aconteceu na chamada “casa da democracia”.

O desafio da imprensa passa, necessariamente, pela prática de um jornalismo de contextualização, que privilegie o esclarecimento em vez do contacto, o «recuo crítico» - designado por Bougnoux (1990:106) - em vez da comunicação imediata, muitas vezes sem o confronto das partes, à procura da notícia “explosiva” em primeira mão. A prática jornalística atual assenta cada vez mais neste fenómeno da corrida à cacha, ao exclusivo ou “scoop” como forma de se alcançar prestígio e credibilidade no vasto campo mediático. Como refere Furio Colombo (1999:167) «todos os diretores esperam do repórter o *scoop* e todos os repórteres o ambicionam como promoção ou *status*».

É também nesta deriva em busca da notícia em primeira-mão, quando os critérios mercantis se sobrepõem aos critérios éticos, que reside o perigo de decadência do jornalismo. Motivada por esta “febre” do exclusivo, a imprensa pode cair na simplificação e reducionismo face à complexidade da realidade. Significa que a boa imprensa não se coaduna com aquilo que Camponez considera ser um dos pecados do jornalismo. Isto é, o tratamento superficial dos assuntos e preocupação em relatar apenas os factos, deixando de lado a promoção do debate continuado, que caracteriza nomeadamente o chamado “jornalismo *tabloide*”. «Um jornalismo sem outra preocupação que não seja a de dar a notícia» (Camponez, 2002:164).

Os objetivos e procedimentos das organizações comerciais burocráticas levarão inevitavelmente ao conflito com os objetivos e procedimentos dos seus profissionais. Está em causa a coabitação entre a fidelidade dos jornalistas às suas normas deontológicas e os intuitos lucrativos da organização comercial. Joga-se, portanto, a compatibilidade ou incompatibilidade entre a ideologia do capitalismo e a ideologia do profissionalismo, como nota John Soloski (1999:91-100).

O jornalismo deve impor-se pelo seu poder interpretativo, analítico e mobilizador. Há uma inquietação sobre a relação atual do jornalismo com os pressupostos normativos do espaço público, na construção de uma cidadania pluralista e substancialmente ativa, interventiva e auscultada. Retomamos a linha de pensamento de Habermas (1992) ao questionar-se sobre como a formação discursiva da opinião e da vontade pode ser organizada nas condições próprias das democracias sociais de massa, para que a clivagem entre o interesse particular e a orientação pelo interesse público, entre o papel do cliente e do cidadão, seja ultrapassada.

Capítulo 2- Desafios dos novos géneros discursivos

2.1- A exigência do público no jornalismo

Existe um espaço de dualidade, entre a prática e o pensamento, entre o jornalismo e a erudição, que precisa de ser desbravado, problematizado e reequacionando. A questão pública, ou a exigência do público no jornalismo, está no cerne das nossas preocupações neste trabalho. E orientar-nos-á como problema intelectual podendo ser proposta como desafio ocupacional no campo da imprensa em Portugal, designadamente, em termos laboratoriais, na imprensa regional.

E porquê na imprensa regional? Porque em estudos desenvolvidos anteriormente (Amaral, 2006) constatou-se que, também neste sector da comunicação social, tradicionalmente mais conectado com as comunidades, há um predomínio da agenda política e das fontes institucionais. Significa que em termos de rotinas e lógicas de cobertura mediática, à semelhança dos resultados apresentados pela EREC, esta imprensa dita de proximidade não difere da grande imprensa. O que nos leva a questionar essa “ligação à comunidade” e o lugar dos cidadãos. Ou seja, até que ponto também a imprensa regional e local não está desencontrada com a sua clientela natural, no sentido de recuperar a vida pública e apoiar uma democracia viva nas pequenas e médias comunidades.

Recorre-se ao contributo de um movimento regenerador do compromisso jornalístico para com a sociedade e a democracia, que se desenvolveu mais activamente a partir da década de 90 nos Estados Unidos. Trata-se do jornalismo público (*public journalism*) também conhecido como jornalismo cívico (*civic journalism*) ou ainda jornalismo conectado com a comunidade (*community-connected journalism*). De acordo com Michael Schudson (1999:118), é um dos movimentos sociais mais importantes e melhor organizado dentro do jornalismo na história da imprensa norte-americana, cuja ascensão recente não pode ser compreendida se não se tiverem em conta as

monumentais transformações por que passou a sociedade americana, a partir dos anos 60 e 70: reformas sociais, políticas e económicas²⁰.

O seu epicentro deu-se no ano de 1988 quando, numa reação à cobertura da campanha presidencial norte-americana, o jornalista Davis Merritt, editor do jornal *Wichita Eagle*, propôs um novo “contrato” entre os candidatos e os jornalistas que, na prática, significasse uma cobertura mediática mais focada nos temas com que os cidadãos mais se preocupavam e menos com aquilo de que os políticos queriam falar. Merritt propunha uma mudança significativa na premissa do jornalismo de campanha em defesa de um novo princípio (inspirador de todo o movimento): fazer a campanha, “cobrir” o que importava aos cidadãos.

O objetivo central residia na reconfiguração da relação prioritária dos jornalistas. Em vez de esta privilegiar (quase exclusivamente) políticos e os seus agentes, provocando uma espécie de distanciamento da vida real, a meta seria focar a agenda jornalística nos problemas e preocupações reais dos cidadãos. Impulsionar aquilo a que o próprio Merritt chamou de “discussão informada e comunitária de temas críticos” (Jay Rosen, 1994). Seguiram-se diversas experiências exploratórias destinadas a mudar a relação fundamental entre o jornal *Wichita Eagle*, a comunidade e as pessoas que servia.

A sua principal característica consiste na valorização da participação dos cidadãos. Mas importa, desde já, clarificar as diferenças entre jornalismo cívico e jornalismo cidadão. No primeiro, como vimos, mantém-se a intervenção do jornalista profissional. O que muda é a vontade de quebrar velhas rotinas e desejo de uma nova ligação com os cidadãos e as suas verdadeiras preocupações. O segundo, ao contrário, é um modelo emergente a partir da segunda metade dos anos 90, com a explosão do jornalismo online, e é tão só aquele em que existe participação direta de pessoas não jornalistas. São modelos distintos, podendo naturalmente dialogar até pelas possibilidades que as plataformas informáticas podem trazer (e trazem) na recolha dos problemas sentidos pelos cidadãos.

A marca mais reformadora dos media, hoje, é talvez a acentuação e diversificação das formas através das quais acolhem e incentivam os seus públicos a expressar opiniões e posições sobre questões de atualidade. Os inquéritos, as sondagens, os fóruns, os chats, etc, impulsionaram fluxos de comunicação e correntes de opinião

²⁰ Sobre a origem e desenvolvimento do jornalismo público, cf. Anthony J. Eksterowicz, Robert Roberts e Adrian Clark, “Jornalismo Público e Conhecimento Público, in Traquina, Nelson e Mesquita, Mário (orgs.) *Jornalismo Cívico*, 2003, Livros Horizonte, Lisboa.

diversas. O que é verdadeiramente novo é a escala com que ocorrem estes processos, graças às potencialidades das novas tecnologias. Mas será que estas formas de consulta e de expressão, estatística e politicamente aproveitadas por alguns media, têm efetivo valor ou significado substancial? Será que os contributos dos cidadãos para os diversos espaços de opinião são objeto de leitura e análise nos próprios meios que os albergam? Será que a voz do cidadão comum, que se procurou escutar, tem verdadeiro valor jornalístico? Será que os temas ou preocupações da agenda do cidadão encontram reflexo na cobertura jornalística?

É aqui que o movimento do jornalismo cívico entronca e se distingue do jornalismo cidadão – embora não defendamos uma separação linear até porque em termos conceptuais não podemos assumir uma definição hermética, como se de uma fórmula científica se tratasse. Quando muito, como defende o próprio Merritt (Rosen, 1994:48) o jornalismo cívico, em lugar de um conjunto de regras, assume-se como uma convicção e a consequente atividade sobre a relação entre o jornalismo e a vida pública.

Em síntese, o jornalismo cívico reclama oferecer um novo modelo de como o jornalismo pode e deve dar um significativo contributo para a democracia. Numa perspetiva de reforma da imprensa na sua relação com os destinatários, a experiência do movimento testemunha iniciativas que tentam empenhar os cidadãos na vida cívica, criar ou melhorar a discussão pública, redesenhar o retrato que os jornalistas apresentam de forma a centram-se nos cidadãos enquanto atores e gente que discute (Rosen, in Traquina (org.) 2003: 50).

Foi Jay Rosen, professor na Universidade de Nova York e investigador sobre o papel do jornalismo na democracia, que deu o impulso académico ao movimento, fundando, com apoio da sua universidade e da Fundação Knight, o *Project for Public Life and the Press*. No essencial, segundo Rosen (1999:262) este novo jornalismo cívico perseguirá uma série de metas que são:

- Dirigir-se às pessoas como cidadãos, como potenciais participantes nos assuntos públicos, em vez de serem tratados como vítimas e espectadores;
- Ajudar a comunidade política a atuar para resolver os seus problemas, em vez de limitar-se a informar sobre eles;
- Melhorar o clima da discussão pública, em vez de observar como este se deteriora;
- Ajudar para que a vida pública funcione bem.

Identificamos, em síntese, três ordens de fatores na origem da teorização do movimento do *civic* ou *public journalism*: 1) A influência das teorias do comunitarismo, no âmbito da filosofia política; em articulação com a questão da democracia deliberativa, cuja linha teórica mais forte encontramos em Habermas, Arendt e Dewey. E na componente prática (técnicas de participação dos cidadãos), tomaremos em conta nomes chave como Yankelovitch e Fishkin; 2) A crítica ao comportamento dos jornalistas perante a política e os políticos, entendida como uma atitude de «ceticismo» sistemático, suscetível de contribuir para o desinteresse dos cidadãos pela vida pública; 3) A crise de credibilidade da imprensa e, em geral, dos *media*, detetada através de estudos de opinião.

No essencial, tendo em linha de conta a sua génese, este movimento de reconfiguração das práticas jornalísticas consiste em “desinstitucionalizar” a cobertura política ligando-a mais às preocupações dos cidadãos. O que coloca o desafio de, na prática, o jornalismo cívico implicar mudanças culturais na lógica organizacional das redações. É aqui que o reconhecimento e a aplicabilidade de práticas conducentes a esta postura de compromisso e responsabilidade social para com os cidadãos encontram as maiores dificuldades. Mas, ao mesmo tempo, assume-se como um desafio ocupacional capaz de reforçar o jornalismo como pilar de cimentação básica da vida sociopolítica das sociedades. Importa, por isso, analisar este modelo à luz das interpretações teóricas e dos exemplos práticos no contexto dos Estados Unidos.

2.2- Jornalismo público: uma década de inovação nos EUA

Jan Schaffer, diretor executivo do *Pew Center for Civic Journalism*²¹, apresentou na Convenção Nacional da Sociedade de Jornalistas Profissionais, realizada em Fort Worth, no Texas, em 13 de Setembro de 2002, uma radiografia sobre o progresso das experiências de jornalismo cívico, ao longo de dez anos e alguns resultados de pesquisas mais atuais. O responsável destaca o papel mais ativo de jornais regionais, rádios e emissoras de televisão locais em St. Paul e Charlotte, Seattle e San

²¹ Schafer, Jan, «Civic Journalism: A Decade of Civic Innovation», Society of Professional Journalists National Convention, Fort Worth, TX, september 13, 2002 Texto disponível em: http://www.pewcenter.org/doingcj/speeches/s_spjheadline.html (acesso a 10 de Dezembro de 2010)

Francisco, Spokane, Portland e Filadélfia, como os que demonstraram maior capacidade de experimentação e inovação naquilo a que chama “arena cívica”.

Schaffer testemunha que, globalmente, estão entusiasmados com o legado, sobretudo nos casos em que o jornalismo cívico foi bem executado, tendo-se notado, em sua opinião, uma melhoria no jornalismo e na sua relação com as comunidades. O *Pew Center for Civic Journalism* desenvolveu, em parceria com os media, um trabalho de grande impulso da instrução de práticas de jornalismo cívico, a partir de 1993, ano que em financiou 120 projetos em mais de 225 redações, tendo ainda desenvolvido projetos de formação para cerca de 4 mil jornalistas e educadores. Além de recenseadas cerca de 450 iniciativas independentes.

É com base neste caminho percorrido que Jan Schaffer, a partir da pesquisa independente de académicos, adianta um conjunto de indicadores de mudança positivos. Designadamente o facto de o jornalismo cívico desencadear um comportamento cívico, por exemplo estimulando os cidadãos a participar em ações de voluntariado, a assistir a reuniões sobre o futuro da sua cidade ou participar em grupos de ação com vista à resolução de problemas comuns.

As práticas de jornalismo cívico acabariam, segundo Shaffer, por indicar às pessoas um menu de opções de envolvimento em causas coletivas, se quisessem. Por um lado, a investigação provou que este modelo de jornalismo constrói o conhecimento. As pessoas que participaram de projetos de jornalismo cívico foram comprovadamente mais inteligentes sobre os assuntos. Por outro, como sustenta o responsável do *Pew Center*, o modelo reforça a credibilidade dos jornais, pois as pessoas passaram a demonstrar mais confiança nos *media* depois de um projeto de jornalismo cívico podendo, desta forma, aumentar também a sua circulação e sustentabilidade. Além destes aspetos positivos, a realidade de aplicabilidade e envolvimento das redações não é entusiástica, como sublinha Schaffer, uma vez que o nome, os objetivos e os pressupostos práticos encontram fortes resistências entre os jornalistas.

Citando um estudo do *Pew Center* em 2001, revelou-se que 66 por cento dos editores de jornais mais importantes e influentes dos EUA disseram gostar da ideia, da filosofia e das ferramentas e técnicas do jornalismo cívico. Mas, na prática, os resultados indicaram que apenas 19 por cento abraçaram a etiqueta do “civic

journalism”, 47 por cento seguiram a filosofia, mas não se importaram com “o rótulo”; 10 por cento recusaram o “rótulo” e 9 por cento rejeitaram liminarmente tudo o que tivesse a ver com jornalismo cívico.

Uma das questões que o fenómeno tem evidenciado, ao longo dos últimos 10 anos, e que se mantém por resolver, é mesmo a questão do “rótulo”. Schaffer explica que em 1993 e 1994, o termo “jornalismo cívico” era tratado como sinónimo de “jornalismo de advocacia” ou, por causa do uso precoce de grupos de foco de cidadãos, orientada para o jornalismo de mercado. Do lado dos críticos, nota Shaffer, defende-se que este movimento não deve adotar um novo rótulo mas apenas designá-lo “bom jornalismo”. Mas o responsável do *Pew Center* sustenta, em contraponto, que, além de o movimento preconizar e desenvolver um jornalismo melhor, a maioria dos “jornalistas cívicos” acha que a sua função é mais do que isso.

Isto é, o jornalismo cívico procura ativamente o envolvimento de pessoas comuns nas rotinas de produção noticiosa e constrói novos “pontos de entrada” para uma cidadania mais completa e substancial. Além da função informativa, focada nas problemáticas sugeridas pelos cidadãos e na diversificação de fontes, a dinâmica do projecto promoveu uma evolução desses “pontos de entrada”, como lhe chama Schaffer, que não são mais do que formas, ferramentas e procedimentos de ativação de participação dos cidadãos na vida pública da sua cidade. No caso norte-americano, assistiu-se a uma evolução e sofisticação desses “pontos de entrada”, na década a que reporta a investigação do *Pew Center*, passando, por exemplo, de salas de reuniões da cidade, júris simulados no *Seattle Times*, equipas de ação no *Binghamton Press & Sun-Bulletin*, para experiências mais arrojadas, em termos tecnológicos, como as Web câmaras em lares latino-americanos, Quiosques de computador em Missoula, Montana, Mapas clicáveis como o usado para informar sobre a remodelação das margens do rio, em Everett, Washington.

São exemplos de práticas para aumentar o nível de interatividade com os cidadãos, tornando-os atores em vez de espectadores, numa das premissas do jornalismo cívico e um dos principais trunfos do sucesso futuro dos jornais. Assim o dizem 90 por cento dos editores dos jornais de topo que, num estudo do *Pew Center*, citado neste texto de Shaffer (2002), para quem o futuro dos jornais depende, inevitavelmente, de maior interatividade com os leitores. Mais tecnologia não significa, por si só, bons

resultados a esse nível. No estudo citado por Shaffer, 73 por cento dos editores disseram que não estavam satisfeitos com o seu atual nível de interatividade. Eis um paradoxo da eficiente sociedade de informação, apesar de um enorme nível de interatividade que foi conseguida a partir dos anos 90, com o *e-mail*, correio de voz e web câmaras, entre outros. Ou seja, não parece óbvio que o aumento das ferramentas e meios de interação conduza, automaticamente, a um nível de envolvimento efetivo em arenas de discussão substanciais. Shaffer sustenta que os “jornalistas cívicos” são motivados por profundas preocupações sobre o jornalismo contemporâneo. Referenciando pesquisas na área, o responsável ilustra essas preocupações com o facto de o público entender que a linha que separa as notícias dos comentários se tornou turva, assim como entre entretenimento e notícia. Os jornalistas parecem ser incapazes de “acertar” e os média, de um modo geral, investem mais tempo atendendo às elites do que aos cidadãos comuns, perdendo contacto com o público.

As mesmas pesquisas, segundo Shaffer, adiantam a recorrente crítica de que o jornalismo é motivado por interesses comerciais, conduzindo-o a uma cobertura sensacional dos acontecimentos com maior impacto social e a um afastamento do princípio de fidelidade aos cidadãos, acima de outros interesses. Está portanto em causa, a montante do jornalismo, a perda desse referente fundador da própria democracia que são as dinâmicas de participação cívica. E esta participação só pode ser significativa, de forma particular, se cada indivíduo tiver o poder na tomada de decisões e na resolução dos problemas sociais em que está direta ou indiretamente envolvido. Quanto maior é o afastamento, maior será o fosso entre as dimensões de responsabilidade individual e coletiva. Joga-se a coerência entre esse compromisso individual, que é de carácter ético, e a ação coletiva, que é de carácter político, como elemento fundamental para os equilíbrios sociais e/ou denuncia das contradições em todo o sistema social das sociedades democráticas.

Significa que o papel do jornalismo, face a estes desafios, pode e deve aprofundar uma dimensão antropológica como sistema que garante, em certa medida, os fundamentos simbólicos de salvaguarda dos direitos humanos, da democracia e da participação. Ou seja, ao jornalismo cabe a função integradora para assegurar esses pilares básicos que permitem criar uma consciência global de responsabilidade social coletiva, em que não só denuncie as realidades (política, social, económica e cultural)

que oprimem os cidadãos, mas atuando sobre os problemas e refletindo, em modelo de *open source*, sobre os temas que podem orientar o futuro das sociedades.

Voltando ao texto de Shaffer (2002) concluiu-se que a principal motivação do *Pew Center* não é uma preocupação exclusiva com o jornalismo mas, antes, na sua capacidade de reforçar o chamado “engajamento cívico”. Shaffer usa uma terminologia de inspiração tocquevilleana, no que se refere ao modo como Aléxis de Tocqueville, em *Democracia na América*, destaca o papel ativo das associações cívicas para a vivacidade da vida pública nos Estados Unidos, nos idos anos 30 do século XIX, e de um dos seus seguidores, Robert D. Putman (1995), que sustenta a ideia de “tradições cívicas” como instrumento para uma democracia “vibrante”. Voltaremos a este conceito e à sua problematização mais à frente.

Ora, o “rastilho” dessa preocupação contemporânea do *Pew Center* com a qualidade de vida social tem que ver com a alegada perda de envolvimento ou participação das pessoas quer nos atos eleitorais, quer em ações de voluntariado ou na vida cívica em geral, na senda da tese de Putman. O *Pew Center* coloca a hipótese interrogativa se serão os meios de comunicação uma parte desse problema de perda de “engajamento cívico”. Shaffer (2002) adianta:

«Fomos criando uma nação de espectadores e rubberneckers em vez de uma nação de cidadãos participantes de uma sociedade auto-governante? Fomos criando um produto, uma mercadoria, quando poderíamos estar a formar cidadãos responsáveis perante os seus postos de trabalho como cidadãos, assim como temos funcionários públicos responsáveis perante os seus empregos».

Qual era o objetivo principal do *Pew Center* como uma das principais instituições de apoio ao movimento do jornalismo cívico? Shaffer explica, afinal, que se pretendia uma mudança de paradigma cultural nas redações dos jornais. Isto é, a meta seria desenvolver um jornalismo que abandonasse o papel de “cão-de-ataque”,²² mantendo a função de sistema “fiscalizador” e, ao mesmo tempo, assumindo funções de

²² Referência ao chamado «jornalismo de ataque» (um jornalismo obcecado por escândalos) que surge (Sabato, 1991) num contexto de uma crescente onda de crítica ao jornalismo e dos *media* em finais do século XX, em que se condena a deriva sensacionalista e trivialismo da informação. Cf. Traquina, 2004: 58.

um “cão-guia”, ajudando os cidadãos a descobrir que tipo de papéis podem desempenhar, diariamente, numa democracia além do simples ato de votação eleitoral.

A arena política foi a principal plataforma de ação do jornalismo cívico, na sua génese em 1990-92, experimentando, na base eleitoral, uma cobertura informativa de questões sugeridas pelos cidadãos. Ou seja, mais do que um agendamento dos temas, apenas pelo prisma dos candidatos, os jornais envolvidos recentraram a sua focagem em perspetivas a partir das preocupações dos cidadãos. A dinâmica prática abriu os jornais ao “voto aberto” e mais refletivo com os cidadãos a fazer perguntas, mediadas pelos jornais, diretamente aos candidatos. Em vez da retórica discursiva e circunstancial da arena política, introduziu-se a participação concreta dos destinatários das políticas – o povo – transformados em atores mais conscientes sobre quem, efetivamente, estava em melhores condições para assumir o poder executivo do seu país ou região.

Num olhar retrospectivo, o responsável do *Pew Center* já se mostrava preocupado e confrontado com a evidência de que, no geral, as ferramentas e as técnicas empreendidas pelo jornalismo cívico terão sido “sequestradas” enquanto a meta terá sido perdida. Shaffer (2002) lembra os auspícios das experiências do modelo levadas a cabo nessa primeira fase do movimento. Por exemplo, caso um candidato se recusasse a responder a uma pergunta ou a um problema levantado por um eleitor, jornais como *The Charlotte Observer* e *The Wichita Eagle* – os principais embaixadores das práticas de jornalismo cívico – deixavam um espaço em branco nas páginas ao lado da sua declaração de posição. Com isto, os candidatos rapidamente entenderam que precisavam de tomar posições de esclarecimento sobre as questões que preocupavam as pessoas. Mas o enfoque não se circunscreveu à área política. Em 1994, como lembra Shaffer, destaca-se uma abordagem mais abrangente e mais profunda com um dos mais bem sucedidos modelos de jornalismo cívico, intitulado “*The Taking Back*”, do jornal *Charlotte Observer*.

O objetivo foi estabelecer uma focagem alargada sobre o crime violento em dez áreas urbanas. Orientado com os pressupostos filosóficos do movimento, e usando uma diversidade de técnicas de envolvimento dos cidadãos, o jornal começou por desenvolver uma pesquisa, assistida por computador, de processamento de dados sobre o tema, mas rapidamente passou para técnicas de contacto com as pessoas, por exemplo através de sessões de música em bairros, grupos consultivos e reuniões nas câmaras

municipais. A ideia era descobrir como é que as próprias pessoas a viver as experiências de proximidade com violência nos bairros olhavam para tais problemas. Desta forma, os jornais não tinham apenas as versões oficiais da polícia ou de algum especialista em justiça criminal ou mesmo de um político.

É curioso o tipo de estratégias para chegar à realidade das comunidades, como por exemplo o uso da comunicação de expressão artística como a música, o que configura uma perspectiva sinérgica de cruzamento com práticas fora do campo estrito da comunicação social para áreas científicas como a animação sociocultural, cuja exploração teórica importa cruzar mais à frente quando se refletir, em particular, sobre a especificidade concetual da imprensa regional.

Trata-se de uma tentativa de alargamento das fontes, neste caso considerando as pessoas comuns como fontes privilegiadas de informação, evitando a tradicional dependência das fontes oficiais ou institucionais, por representarem, à partida, maior credibilidade para os jornalistas. Esta é uma das mudanças de paradigma subjacente ao jornalismo cívico. Foram-se evidenciando outras perspetivas de conhecimento sobre a vida de bairros problemáticos, olhados antes com forte carga estereotipada, e as histórias de sucesso desses lugares foram criando equilíbrios nas histórias retratadas nos jornais a favor de uma imagem pública mais positiva, atesta Shaffer (2002). O *The Observer* chegou mesmo a utilizar um espaço para publicar o que designou de “necessidades”, listas de carências materiais muito específicas das pessoas nesses bairros, o que resultou na “entrada” direta de ajudas aos cidadãos face às necessidades evidenciadas pelo jornal. Shaffer refere que oito anos mais tarde, a experiência, indiretamente, deixou marcas com transformações diversas que vão desde a construção de centros comunitários, a melhor aparência estética dos bairros, mais iluminação pública, encerramento de casas de tráfico de crack e mais baixa criminalidade. Ainda que não se tenham mostrado evidências científicas da relação direta entre a experiência levada a cabo pelo jornal e estas melhorias, o projeto sublinhado por Shaffer reforça a ideia central seguida: o papel do jornal não é dizer às pessoas o que fazer, numa só perspetiva, mas dar-lhes um “menu” de opções, a partir das quais as pessoas possam tomar decisões.

No mundo do jornalismo cívico, diz Shaffer, “nós chamamos a isto de capacitação cívica ou capital cívico”. Mais uma vez se verifica que a terminologia usada

coincide com uma visão defendida por Robert Putman (1995) numa abordagem sobre a teoria do “capital social”, cujo conceito se encaixa neste de “capital cívico” enunciado por Shaffer. A reflexão de Putman em redor da teoria de “capital social” e as respetivas reações críticas, nomeadamente por parte de Pippa Norris (1996) e Michael Schudson (1998) são relevantes neste empreendimento de perceber, de forma mais profunda, uma eventual simplicidade no alcance filosófico do jornalismo cívico, exposto por Shaffer neste artigo do Pew Center.

Para lá desses grandes projetos de jornalismo cívico, centrados nos anos 90, Shaffer defende que as práticas devem ser desenvolvidas diariamente pelos jornais, através da criação de espaços, páginas especiais ou secções, dedicados à vida pública, focados em temas como a segurança e a educação. Tudo isso através de uma abordagem não apenas focada no relato factual do que aconteceu no dia anterior, mas através de uma cobertura continuada que ajude as pessoas a perceber as causas e consequências dos problemas.

Estas práticas de mapeamento jornalístico mais aberto, e profundo, conduziram a uma cobertura do tipo *open source*, onde a maior interação entre jornais e públicos originou ferramentas como os “cartões de pontuação” (cumprimento público de resolução de problemas) “relatórios de situação” (descrição evolutiva sobre processos de suprimento de necessidades da vida coletiva em comunidade) e “listas de afazeres” (desafios de envolvimento cívico das pessoas). Surgiu mais tarde o Civic Mapping, uma frase cunhada pelo Grupo Harwood, que ensinou jornalistas a expandir as suas fontes além do usual e a entraram em comunidades em busca dos chamados “catalisadores”, pessoas que possam fazer as coisas “mexer”, e os “conectores cívicos” que polinizam uma grande quantidade de diferentes grupos comunitários, equipes de futebol, os escuteiros e as igrejas.

Este processo, diz Shaffer, ensinou os jornalistas a serem cuidadosos com as suas opiniões preconcebidas e pedir mais perguntas em aberto, no sentido de se obterem perspectivas plurais e representativas das opiniões alargadas dos cidadãos. Algumas destas técnicas foram intituladas de “Tapping Civic Life” e foram a base para que as organizações de notícias, no campo regional, além de informar, fossem vistas também como pontos de entrada. No campo da educação, por exemplo, o *Savannah Morning News* contratou um grupo de cidadãos considerável para debater as reformas no sector

da educação e as mudanças nas escolas. O jornal do estado de Wisconsin, em Madison (*Wisconsin State Journal*)²³ envolveu a comunidade na discussão sobre as lacunas entre as classificações dos testes de alunos brancos e negros. Por seu lado, *O (Baltimore) Sun* levou à prática de um “engajamento” na comunidade dinamizando aulas particulares de incentivo à leitura por parte de crianças.

Todas estas dinâmicas, como refere Shaffer, devem ser orientadas com rigor jornalístico, como os cuidados a ter no enquadramento com noções pré-concebidas dos assuntos, as escolhas de abordagem de questões que podem estar atoladas de ambivalência e tornar as histórias confusas de escrever até à citação de pessoas erradas a quem as comunidades não reconhecem legitimidade.

2.2.1- O debate sobre os fundamentos teóricos do jornalismo público

Numa abordagem que analisa e responde às críticas mais significativas relativamente ao jornalismo público feitas pelos estudiosos, designadamente ao alegarem a impossibilidade de o definirem de uma forma clara, Hass & Steiner (2006:238) defendem que os projetos no âmbito do jornalismo público demonstram que as agências noticiosas orientadas para esta reforma, apesar dos seus interesses em maximizar os lucros, podem desafiar antigas convenções jornalísticas. Ao examinarem críticas específicas, estes autores alegam que, entre outras questões, poucos defensores do movimento têm levado a sério o possível impacto dos imperativos sociais sobre os modos de atuação praticadas pelo jornalismo público. Argumentam que a sua viabilidade a longo prazo depende da continuidade, compromisso explicitamente assumido pelos jornalistas, a sua institucionalização dentro das redações e também o seu impulso académico nas salas de aulas onde o jornalismo é lecionado.

Hass & Steiner sublinham a polémica suscitada pelo movimento de jornalismo público, sendo um tema divisionista entre os académicos do jornalismo e os jornalistas, desde a sua origem, no início dos anos 90, como resposta a duas proposições de “crise”: entre governo e cidadãos e entre as organizações noticiosas e os seus públicos. Especificamente, uma queda na participação dos eleitores nas eleições políticas e na

²³ Foi considerado, pela revista *Editor & Publisher*, de 20 de Maio de 2002, o melhor jornal entre os 10 melhores jornais a “fazer bem” o seu papel, precisamente por ter a mais antiga e contínua difusão do jornalismo cívico com a marca “Nós, o Povo, Wisconsin”, tendo sido considerado que, entre aspetos, mudaram a natureza da reportagem política no seu Estado. Com este exemplo, o jornalismo cívico ganhou reputação. Cf. Shaffer (2002).

participação cívica nos assuntos da comunidade local, como evidências da retirada generalizada por parte dos cidadãos dos processos democráticos (2006: 238).

Em síntese, como se analisou a partir de outros autores, o jornalismo público surgiu no seio das organizações noticiosas de alguns dos Estados Norte-Americanos, em resposta a um aparente desinteresse público e insatisfação pública generalizada com o discurso político mediatizado pelos *media*. A sua matriz pragmática, como estratégia de repensar as suas audiências, funda-se, como explicam Haas & Steiner, em experiências ou formas de reforçar o empenhamento cívico e a participação em processos democráticos: em vez de meros prestadores de informações aos “consumidores”, alguns jornais experimentam diversas formas de catalisar conversa entre os cidadãos (2006:239).

A partir da constatação clássica do sociólogo norte-americano Michael Schudson (1999), que atribuiu ao jornalismo público a causa de uma das mais impressionantes críticas sobre a prática jornalística de uma geração, Haas & Steiner sublinham a perspectiva de outros estudiosos - como Hard, 1999 - para quem o jornalismo público pode ser historicamente ingénuo, ou apenas uma estratégia de *marketing*, uma vez que a sua ênfase nas preocupações do seu público pode servir os interesses de circulação e de lucro dos donos dos *media* e anunciantes, em vez das necessidades democráticas dos cidadãos. Dizem os autores que há ainda quem o considere um “movimento quase religioso” promulgado por pregadores e gurus, outros dizem que simplesmente representa o “bom jornalismo”. Ou ainda autores, como Mindich (2005), que descarta o jornalismo público como uma forma de fazer com que os jovens americanos se voltem a interessar por notícias. (2006:239).

Como forma de contribuir para o debate sobre o papel do jornalismo numa sociedade democrática, Haas & Steiner redefinem, neste texto, os fundamentos teóricos e normativos sobre o jornalismo público e usam as críticas do movimento, que consideram contraditórias, para descrever o que é e o que poderia ser o jornalismo público, facultando sugestões relativamente à viabilidade a longo prazo do jornalismo público. Lembrando que o fim do *Pew Center of Civic Journalism*, em 2003, tem sido interpretado como indicador do fim do jornalismo público, os autores desenvolvem uma argumentação consistente sobre as suas premissas que consideramos pertinente aqui resumir nos seguintes subpontos.

2.2.2- A acusação da indefinição concetual

Depois de 15 anos de debate teórico e experimentação prática, os defensores ainda não estabeleceram uma conceção definitiva de jornalismo público. A ausência de uma filosofia pública coerente para o movimento continua a suscitar grandes críticas. E, com se analisou em pontos anteriores, alguns dos seus mais proeminentes defensores, como Jay Rosen, prosseguem na experimentação prática e debate teórico em novas formas de mediação participativa que possa, a partir da web 2.0, redefinir novos modelos fundados a partir das premissas iniciais do jornalismo público. Não há um fim, mas novos princípios, novas experiências. Voltando ao texto de Haas & e Steiner, aqui se encontra essa constatação de que os defensores do jornalismo público apenas fornecem noções vagas de jornalismo público como um movimento cujo objetivo principal é promover o empenhamento e participação cívica nos processos democráticos. Nos seus primeiros anos, defendem os autores, esta generalidade pode ter sido estratégica, mas uma das críticas fundamentais ao jornalismo público continua a ser a ambiguidade da sua definição.

Em contraste com os jornalistas que afirmam que o jornalismo é “demasiado teorizado”, alguns estudiosos como Lichtenberg (1999) e Voakes (1999) – mesmo que simpatizem com o espírito do jornalismo público – têm criticado os defensores por não esclarecer se o jornalismo público é ou tem uma filosofia jornalística, e ainda por não especificarem em que o jornalismo público difere de outras formas de jornalismo (2006:240). Embora o próprio Tanni Hass tenha, em 2007, reconhecido que o movimento e as sugestões do jornalismo público não surgiram associadas a uma teoria do jornalismo logicamente desenvolvida ou historicamente configurada e dotada de coerência interna (2007:68), já neste texto com Steiner são apontados alguns dos fundamentos teóricos suscetíveis de lhe serem associados. Concretamente a teoria do espaço público de Habermas (1989), o debate entre John Dewey e Walter Lippman sobre o papel democrático do jornalismo e a teoria da responsabilidade social da imprensa baseada no relatório de 1947 da Comissão Hutchins para a Liberdade de Imprensa. Na opinião de Hass e Steiner (p.238), esta fundamentou a função social da imprensa na responsabilidade que lhe compete de dotar os cidadãos com informação útil para a concretização útil do auto-governo democrático. São recursos intelectuais e históricos disponíveis para auxiliar na formação de uma filosofia coerente pública para o jornalismo público.

2.2.3- A acusação da indefinição operacional

Outra das críticas comuns tem que ver com a falta de clareza também no que se refere à definição operacional de jornalismo público no que se refere às ideias de como este difere das práticas tradicionais. À parte da falta de uma filosofia pública, como explicam Haas e Steiner, há estudiosos, nomeadamente Lichtenberg (1999) e Voakes (1999), que se preocupam com a forma como, na prática, o jornalismo público tem sido eficazmente implementado, reclamando que o movimento é apenas um conjunto de práticas e técnicas jornalísticas. Em lugar de procurar uma nova distinção teórica, alguns críticos aceitam as melhores práticas de jornalismo público como o que os bons jornalistas sempre ou pelo menos costumam a fazer, embora sem a designação de jornalismo público. Mas outros afirmam que os defensores não podem esclarecer como a cobertura noticiosa realizada sob o estandarte do jornalismo público difere do jornalismo convencional, jornalismo dominante. Face a este debate, Haas e Steiner (p.240,241) argumentam que o jornalismo público apresenta um contraste marcante e um desafio para o jornalismo convencional (corrente principal do jornalismo), dando ênfase aos jornalistas públicos em ouvir os cidadãos e descobrir o que eles querem saber, incorporando as suas perspetivas, e não apenas a dos políticos, especialistas e outros atores de elite, e atendendo à forma como os cidadãos podem tratar de questões na prática.

Esta opinião é corroborada por exemplos de estudos empíricos de relatórios de jornalismo público eleitoral, projetos especiais e cobertura diária de notícias que, salvo raras exceções segundo os autores, mostram diferenças significativas. Isto é, no que se refere particularmente à cobertura política – uma das áreas pelas quais se estabelece esta comparação e que está na génese do jornalismo público nos Estados Unidos – Haas e Steiner sintetizam, a partir de estudos de Kurpius (2002) e Massey (1998), que as organizações noticiosas que praticam jornalismo público, comparativamente às práticas convencionais, as primeiras produzem maior quantidade de reportagens relacionadas com eleições; incluem mais histórias; concentram-se mais em questões eleitorais de fundo; enfatizam as pesquisas e campanhas que gerenciam eventos e sobre as estratégias dos candidatos e táticas de gestão de imagem; incluem informação mais mobilizadora e confiam mais em fontes de informação que não sejam de elite, incluindo as mulheres e minorias.

No texto de Haas e Steneir (2006) é citado o exemplo da forma como o jornal *Colorado Springs Gazette*, nos EUA, a propósito de uma proposta estatal de aumento de impostos de propriedade para as escolas públicas locais, realizou 4 versões da mesma história escrita sob as perspectivas de quatro públicos-chave (residentes com crianças em escolas públicas; professores; estudantes e recém-graduados; e residentes sem crianças em escolas públicas). Cada história era antecedida com uma nota explicativa, por parte do editor, clarificando a partir de que perspectiva foi escrita. Este, entre outros, de acordo com Haas e Steiner (p.241) é um exemplo de como muitas organizações noticiosas têm reestruturado as suas redações: em vez de sistemas convencionais que giram em torno de fontes oficiais, os jornalistas focam-se em questões específicas de interesse para os cidadãos.

Este tipo de cobertura teve um certo impacto, como dizem Haas e Steneir com base em pesquisas de Bowers e Walker (2003), Denton e Thorson (1998), Meyer e Potter (2000), e mostra que as características do jornalismo público suportam, nomeadamente: 1) o interesse e conhecimento das questões eleitorais e da comunidade; (2) o conhecimento dos candidatos e posições oficiais quanto a determinados assuntos; (3) participação eleitoral; (4) a discussão de questões interpessoais; (5) participação nos problemas da comunidade. Mesmo assim, o jornalismo público não transformou as organizações noticiosas que ainda se opõem ao movimento. Num olhar superficial sobre a cobertura da eleição presidencial de 2004 nos Estados Unidos, Haas e Steiner atestam que esta não alterou o seu perfil convencional e resultou numa enorme quantidade de notícias e reportagens como se de uma corrida de cavalos se tratasse, com os jornalistas a discutir estratégias de campanha uns com os outros e debates de pontuação sobre os discursos (2006:242).

Os autores entendem que há necessidade de mais pesquisas sobre os efeitos de coberturas inspiradas nas premissas do jornalismo público, nomeadamente no sentido de saber, entre outros aspetos, se tais práticas ajudam a reduzir o défice do conhecimento político e da participação política entre grupos de *status* socioeconómico baixo. Ou seja, em seu entender ainda há muito a ser aprendido sobre quem especificamente beneficia e como os benefícios políticos da participação democrática são socialmente distribuídos.

2.2.4- A acusação sobre a orientação para fins lucrativos

Outra perspectiva estudada por Haas e Steiner, diz respeito à forma como alguns estudiosos, como por exemplo Iggers (1998) e Pauly (1999), aceitam o compromisso filosófico do jornalismo público com vista a aumentar a participação cívica mas questionam a sua capacidade de promover esse objetivo na prática, dadas as limitações impostas pelos sistemas comerciais dos *media*. Neste caso, a crítica vai no sentido de que os defensores do jornalismo público incorrem numa certa ingenuidade ao ignorar o contexto comercial da maior parte do jornalismo público e, mais especificamente, por não reconhecer que as suas hipóteses de promover uma participação ampla por parte dos cidadãos nos processos democráticos são inerentemente limitadas pelos proprietários dos *media* e dos publicitários com interesses comerciais. Por outro lado, argumenta-se, com base nas posições teóricas de Peters (1999) e Schudson (1999), que lançando os problemas do jornalismo com um simples apelo retórico (em vez de estrutural) à consciência cívica dos editores individuais e repórteres, os defensores do movimento não conseguirão exigir nem inspirar mudanças fundamentais à lógica comercial das organizações noticiosas. Ou seja, seria mais eficaz, para a própria afirmação filosófica do movimento e a sua aceitação generalizada, se a ênfase do jornalismo público não fosse focada apenas como forma de atender a preocupações públicas, mas que, sob o ponto de vista pragmático, ele estimula a circulação e o lucro como interesses dos proprietários dos *media* e publicitários.

Esta linha de entendimento sobre o jornalismo público, apenas como uma estratégia para aumentar os lucros, coincide com muitas outras “reformas jornalísticas” inventadas pelas empresas jornalísticas, como dizem Haas e Steiner (2006: 243) que citam o caso do grupo de *media* norte-americano *Gannett*²⁴, que – numa antecipação à crise mais generalizada nos anos seguintes - lançou em 2004 a sua iniciativa “vida real, notícias reais”, explicitamente destinado a aumentar a circulação e os lucros,

²⁴ A Gannet é a maior editora de jornais dos EUA, com cerca de 90 títulos espalhados pelo país. A empresa possui também uma editora no Reino Unido, chamada Newsquest. A divisão de jornais produz 84 títulos, entre eles O *USA Today*, carro-chefe da companhia e jornal mais vendido nos EUA. Em 2008, a Gannet reduziu o corpo de funcionários em 10%, tendo ficado com 41.500 funcionários, e em 2009 eliminou mais 3% destes funcionários. Os motivos para os novos cortes tiverem a ver com a má fase do mercado publicitário, a queda da receita proveniente de anunciantes, o que tornou sensível o meio jornalístico. A receita com publicidade caiu 34,1% na Gannett no primeiro trimestre de 2009. Cf. [online] http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/maior_editora_dos_eua_gannett_anuncia_cortes

nomeadamente através de inquéritos de leitura realizadas pelos departamentos de *marketing*, como forma de dar mais ênfase no impacto das notícias sobre a vida dos leitores diários. Contrariando o foco do jornalismo público em envolver os cidadãos na deliberação e resolução de problemas, entendidos como públicos politicamente envolvidos, esta iniciativa da maior editora americana destinou-se a considerar, de forma mais pragmática, os públicos como consumidores individuais em que as notícias se relacionam e têm impacto nas suas vidas privadas. Para Haas e Steiner este exemplo sugere que os interesses comerciais e as preocupações democráticas coexistam dentro das organizações noticiosas que praticam o jornalismo público. Além disso, sublinham:

“Poucos defensores têm explicitamente considerado a capacidade do movimento de jornalismo público para defender os seus objetivos dentro dos sistemas de *media* comercial. Assim, as esperanças podem ser ingénuas. Por outro lado, o impacto dos projetos de jornalismo público têm produzido na melhor das hipóteses apenas um "modesto" aumento de leitores / assinantes. Até mesmo o caso do pioneiro do jornalismo público, o jornal Wichita Eagle, de Davis Merrit, perdeu circulação e não há nenhuma evidência que sugira que o jornalismo público aumente os lucros, na verdade os projetos são dispendiosos” (2006:243).

De acordo com Haas e Steiner (*ibide*, p. 243), mais de 90% dos projetos de jornalismo público concentraram-se em problemas a longo prazo e profundamente incorporados na comunidade, em vez de eventos particulares ou de curto prazo. Enquanto isso, menos de 10 % dos 650 projetos de jornalismo público realizados até meados dos anos 2000, nos Estados Unidos, têm-se centrado em campanhas eleitorais. Considera-se, a partir da leitura destes autores, que sempre que os projetos de jornalismo público se aliaram a campanhas eleitorais ou eventos semelhantes, as organizações noticiosas terão conseguido muitas vezes (mas nem sempre) vinculado as reportagens com sucesso para os problemas da comunidade. Por exemplo, convidando moradores locais para ajudar a moldar a sua cobertura. Isso sugere que o jornalismo público tem evitado a dependência dos *media* comerciais na cobertura do ocasional (baseado em eventos). Haas e Steiner dão conta da evidência da disposição das organizações noticiosas comerciais para transcender as restritas agendas competitivas com o fato de se terem concretizado, com base nas premissas do

jornalismo público, numerosas parcerias com os mais diversos media. Por exemplo, citando estudos de Friedland e Nichols (2002), em cerca de 230 projetos colaborativos de jornalismo público, mais de 160 incluíram parcerias entre jornais e rádios comerciais e públicas. Dentro destas estratégias, admite-se que se tenha defendido e praticado o jornalismo público a partir de uma preocupação com o lucro, e não com a cidadania, o que motiva as desconfianças e acusações gerais de que o movimento representa apenas uma “estratégia cínica para favorecer o público” (Haas e Steiner, 2006:244).

Outros dados interessantes trabalhados neste texto, de acordo com estudos de Loomis e Meyer (2000) sobre as 19 maiores empresas de jornais nos EUA, apontam para uma ligação entre as atitudes cívicas dos seus altos executivos e as práticas do jornalismo público. Isto é, aqueles que expressaram maior preocupação relativamente à responsabilidade social do que gerar lucros eram significativamente mais propensos a praticar o jornalismo público do que em empresas cujos altos executivos valorizavam o fator lucro em vez da responsabilidade social. Não significa que o simples apelo à consciência cívica de editores e repórteres inspire mudanças fundamentais na lógica comercial das empresas noticiosas, mas as descobertas de Loomis e Meyer, mobilizadas por Haas e Steiner (p.244), sugerem que as chefias com essa consciência cívica podem garantir que, pelo menos em parte, haja uma preocupação com a responsabilidade social. Segundo os mesmos estudos, no caso das grandes empresas de *media* americanas como a *Gannett* e a *Knight-Ridder*, criticadas por muitos por apoiarem o jornalismo público sobretudo por razões comerciais, terão pautado as suas ações mais como responsabilidade social do que na orientação do lucro.

Trata-se de uma “inquieta coexistência”, esta a da responsabilidade social e do lucro, dentro das organizações noticiosas que ultrapassa o debate específico sobre o jornalismo público. Na opinião de Haas e Steiner, a polémica natureza dos projetos de jornalismo público (especialmente aqueles que lidam com questões politicamente impopulares de interesse para os públicos e comercialmente impopulares) e o seu mandato mais amplo de abrangência às preocupações dos leitores – a que se junta o elevado custo da sua implantação nas redações - sugere que se esteja em presença de mais uma crítica geral ao jornalismo contemporâneo do que ao jornalismo público (2006:245).

2.2.5- A acusação da falta de uma visão coerente e útil de público

Que noção de público deve motivar o jornalismo? Haas e Steiner explicam que enquanto alguns estudiosos afirmam que o jornalismo público deve ser incorporado dentro de uma estrutura comunitária democrática, a qual assume que o público partilha uma visão abrangente do bem comum. Outros entendem que deve ser incorporado dentro de uma estrutura democrática liberal, a qual aceita que os cidadãos são indivíduos que compartilham pouco mais do que o seu interesse na escolha livre e que se limitam a viver em um determinado estado-nação, como defende Schudson (1999). Ora, é com base nesta dicotomia que os autores defendem que nem o comunitarismo nem o liberalismo oferecem estruturas democráticas viáveis para o jornalismo público. Isto porque, dizem, o comunitarismo subestima a existência de conflito e de visões concorrentes do bem comum, tanto dentro como fora da comunidade local. O liberalismo, por seu lado, não tem um forte senso de propósito compartilhado necessário para a participação do cidadão na deliberação e ação conjunta (2006:245-246).

Com base nesta posição, em vez de estas separações ou fronteiras ideológicas, Haas e Steiner sugerem uma base teórica a partir da ideia do “raciocínio público” e o pressuposto de que os cidadãos partilham um compromisso de se envolver num “raciocínio comum”. Isto porque mais de metade dos projetos de jornalismo público referenciados no contexto norte-americano incluiu, de alguma forma, a deliberação pública, patrocinada por organizações noticiosas, como sejam grupos de discussão, mesas redondas e reuniões de diversa natureza, envolvendo os públicos e os poderes executivos.

Em síntese, apontamos aqui as ideias fortes propostas por Haas e Steiner (2006:246-248):

- a) Ao incentivar os cidadãos a discutir mais os assuntos abordados e participar em atividades de resolução de problemas da comunidade, muitos desses projetos têm estimulado a vontade dos cidadãos em se envolverem no raciocínio comum.
- b) Os jornalistas deveriam ajudar a criar e sustentar uma esfera pública aberta à qual todos os cidadãos têm acesso, e na qual todas as questões que preocupam os cidadãos e todas as opiniões disponíveis podem ser articuladas e deliberadas.

- c) O diálogo cara-a-cara e a deliberação mediada pelos *media* apontam para diferentes formas de democracia e, portanto, implicam diferentes papéis para os jornalistas. O ideal de diálogo implica uma forma de democracia direta e participativa em que os jornalistas apoiam as oportunidades dos cidadãos em se comprometerem com a prática de interação social .
- d) O ideal de deliberação implica uma democracia deliberativa em que a reportagem tem como objetivo estimular os cidadãos ao julgamento público. Para isso, os jornalistas precisariam de enquadrar temas como problemas e não como eventos, de forma a incentivar o debate e a crítica sem ter em conta o poder e privilégio do orador na sociedade.
- e) Quase todos os projetos de jornalismo público focam-se em questões de longo-prazo da comunidade e confiam mais, como fonte, em pessoas que não pertençam à elite, incluindo mulheres e minorias, do que em fontes de elite.
- f) A prática atual do jornalismo público sugere que o diálogo e deliberação são aspetos essenciais e complementares de “raciocínio comum” que podem ser integrados num ciclo contínuo.
- g) Uma deliberação mediada pelos *media* expõe um grande público a outras perspetivas. O diálogo cara-a-cara permite o debate. Além disso, as decisões formadas durante o diálogo cara-a-cara são canalizadas de volta para o processo de deliberação mediada pelos *media* para serem consideradas por um público mais vasto.

2.2.6- O jornalismo público pressupõe (incorretamente) o consenso

Uma crítica mais contundente surge da parte de vários estudiosos (Hackett e Zhao, 1998; Pauly, 1999), ao acusarem os projetos de jornalismo público de, erroneamente, tratarem problemas e empurrar para soluções consensuais quando estas não podem ter os mesmos efeitos em todos os grupos sociais. Conforme expõem Haas e Steiner (p.246) a partir destes críticos, a busca de consenso por parte do jornalismo público é suscetível de suprimir a própria consciência de interesses contraditórios entre cidadãos, impedir a abertura de deliberações dos cidadãos, ou mesmo reforçar agendas que se mascaram como representantes dos interesses de todos os cidadãos.

De fato, com base no objetivo da presente investigação em identificar as potencialidades e fragilidades de uma “agenda do cidadão” para o campo dos desafios da imprensa local e regional em Portugal, esta postura crítica não se deve perder de

vista. Isto é, também nós entendemos que o alcance do consenso é não só problemático como impossível. E que essa “agenda” tanto pode representar um conjunto de temas e problemas de “interesse comum” - termo que representa em si mesmo uma polissemia de concepções e idealizações - como também pode estar muito longe disso.

Para Haas e Steiner o jornalismo público deve promover a deliberação pública que ajude as pessoas, como indivíduos e como membros de grupos sociais, a compreender que não podem ter apenas interesses conflitantes mas também que alguns desses interesses merecem mais proteção do que outros. Adiantam ainda que os jornalistas devem visar a promoção da paridade participativa genuína na esfera pública, garantindo que os grupos sociais subordinados possam desfrutar das mesmas oportunidades que os grupos sociais dominantes (por norma mais presentes nas narrativas jornalísticas) de modo a articularem as suas preocupações particulares. Como fazer isto? Colocando os problemas dos grupos subordinados em primeiro plano, enfatizando as que salientam desigualdades sociais, e oferecendo aos cidadãos oportunidades para refletir sobre realidades socialmente particulares e sobre como essas realidades afetam o seu julgamento de problemas e soluções (2006:246).

2.2.7-O jornalismo público abdica das suas responsabilidades sociais?

Para Glasser (2000), um dos mais persuasivos críticos do jornalismo público, os praticantes do jornalismo público abdicam da sua autoridade e responsabilidade profissional de definir a agenda noticiosa. Ou seja, deixar que cidadãos definam essa agenda significa, na perspetiva daquele autor, que o julgamento da comunidade seja substituído pelo julgamento dos jornalistas, levando à confusão e inversão de responsabilidades e valores, de uns e outros.

Está aqui em causa justamente um dos principais problemas da proposta geral do jornalismo público: um excesso de proximidade e protagonismo de cidadãos que, munidos de interesses próprios, podem não só não representar com as suas escolhas as preocupações da comunidade como comprometer a capacidade de um editorial crítico e jornalístico perante essa mesma comunidade. Como dizem Haas e Steiner, esta postura pode forçar os jornalistas a encobrir conflitos da comunidade por medo de ofender determinados segmentos da mesma. Embora, num certo grau, a maioria dos jornalistas já partilhe a sua autoridade sobre o *agenda-setting* com os cidadãos, isso é mais sistemático e intencional entre os jornalistas públicos (p. 247). Mesmo assim, estes

autores entendem que os jornalistas públicos ainda mantêm a autoridade final para adicionar ou retirar da agenda o que a sua audição pública revela. Em síntese, o que constituiu uma diferença, entre o jornalismo convencional e o jornalismo público, na opinião da Haas e Steiner, é que este aborda os cidadãos como membros de um processo de deliberação pública preocupados com questões que vão além dos seus próprios interesses imediatos. Isto é, na senda do que outros teóricos fundadores do movimento já haviam escrito, particularmente Jay Rosen (1999) em vez de conceberem os leitores como meros consumidores de notícias, os jornalistas públicos consideram os leitores como cidadãos que possam estar interessados em envolver-se nos esforços para abordar determinadas questões na prática. Acrescenta-se (Haas e Steiner, 2006:247) que os jornalistas públicos devem articular a sua própria agenda como distinta da das comunidades particulares, mantendo-se sempre salvaguardados para justificar, perante a defesa da justiça e da democracia paritária²⁵, qual é a agenda, as questões e opiniões de determinados segmentos da comunidade que melhor correspondem a esses interesses.

2.2.8- Devem os jornalistas ajudar a resolver problemas?

Outra questão polémica suscitada pela emergência do jornalismo público prende-se com a própria noção do papel do jornalista no seio de uma redação. Classicamente, como lembra Anabela Gradim (2000:33), uma das principais marcas distintivas da profissão prende-se com a necessária capacidade de resistir a misturar fatos com opiniões – evitando-se uma certa manipulação dos leitores na indução de um determinado tipo de conclusões. Ao contrário, exige-se seriedade, rigor e isenção. Além de se apagar face ao acontecimento que relata, ao jornalista o público exige que cumpra escrupulosamente o código deontológico e os princípios éticos que norteiam a sua

²⁵ Entende-se por democracia paritária um conceito de sociedade equitativamente composta por homens e mulheres e na qual o pleno e igual exercício da cidadania depende da relação equilibrada de ambos nos cargos políticos de tomada de decisão. Em Portugal, entre outros pensadores, é oportuno lembrar o papel ativo de Maria de Lurdes Pintassilgo na defesa teórica e prática deste conceito, presente num texto de sua autoria intitulado «La démocratie paritaire» que escreve para uma publicação do Conselho da Europa. Com lembra Regina Tavares da Silva, numa resenha história sobre “Mulheres e Cidadania”, publicada online pela Fundação Cuidar o Futuro, recorda o seu pensamento, e citamos: «*Para ela, a democracia verdadeira implica o colocar da pessoa no centro, como sujeito e objecto da acção política, acima dos mecanismos do mercado ou quaisquer outros. Mais do que regras ou procedimentos, por necessários que sejam, democracia é um «vasto sistema de valores e um modo de pensar que o grande princípio director deve ser o pleno respeito da dignidade do ser humano, que assim pode usufruir totalmente da sua cidadania»*». <http://www.arquivopintasilgo.pt/MLP/Dossiers/Dossier1/1/Default.aspx?IdSubDossier=1>

atividade. O que significa, entre outras obrigações ou especificidades da ética profissional, que o jornalista «não se arvora juiz ou autoridade moral das questões quanto relata fatos, limitar-se-á a relatá-los (Gradim,2000:33).

Ora, o jornalismo público vem revolucionar esta concepção cultural, cristalizada no código genético da profissão, o que não podia deixar de gerar controvérsia. Como lembram Haas e Steiner, a ideia de que os jornalistas deveriam ajudar a resolver problemas, no seio das suas comunidades, provocou algumas oposições mais acesas entre críticos académicos e jornalistas, com interesse no jornalismo público, mas também posições coincidentes. Enquanto os primeiros, entre eles Michael Schudson (1999), entendiam que os jornalistas públicos exageram a sua importância como “agentes de mudança política”, também entre os segundos não faltou quem visse nesse tipo de envolvimento – à luz da concepção teórica do clássico papel do jornalista visto antes – uma ameaça à sua independência, manchando a distinção entre comunicação imparcial e advocacia política, obrigando-os a tomar partido em conflitos e a passar por cima de problemas complexos para os quais não existem soluções simples (2006:248).

Reside neste último argumento um dos aspetos mais substanciais da crítica às pretensões do jornalismo público que é a de considerar o jornalista, sem abdicar da sua independência, um agente de mudanças através da sua consciência cívica, podendo não só informar mas mobilizar, através da forma como informa, os cidadãos para a resolução dos seus problemas mais próximos. Uma das causas principais dos jornalistas é lutar contra «a tentação permanente de acreditar unicamente no seu próprio interesse e no daqueles que o rodeiam», como escrevia em 1971 Philippe Gaillard²⁶, num clássico livro sobre o jornalismo contemporâneo.

Voltamos ao texto de Haas e Steiner (p.249) para extrair as principais propostas no que se refere ao papel dos jornalistas públicos na relação (polémica) com os leitores/cidadãos, que passamos a resumir:

- a) Os jornalistas devem participar na resolução dos problemas, tudo depende de como fazê-lo.
- b) Os jornalistas precisam de considerar cuidadosamente se os problemas podem ser adequadamente tratados por meio da intervenção do cidadão

²⁶ O autor faz uma reflexão pragmática e esquematicamente evolutiva sobre o jornalismo contemporâneo, à época, falando sobre a função da imprensa, o papel do jornalista, o processo de procura de informação e a forma das notícias. No trabalho previa que o desaparecimento do jornalista «faz-tudo», genial ou não, com o futuro a pertencer a repórteres de grande cultura, altamente especializados no domínio da atividade humana que lhes está confiado. Cf. Gaillard, Philippe (1986) *O Jornalismo*, Publicações Europa-América, Mem Martins.

voluntário e da comunidade local, ou se requerem uma intervenção regional, nacional e internacional.

- c) Para problemas potencialmente resolvidos através da intervenção da comunidade local, os jornalistas poderiam facilitar os esforços dos cidadãos para projetar e aprovar soluções.
- d) Para os problemas que requerem a intervenção de natureza política ao mais alto nível, os jornalistas podiam incentivar os cidadãos a participar em organizações cívicas de maior escala, de modo a que estes pressionem para uma intervenção sistémica em maior escala.
- e) Em ambos os casos, se os cidadãos não estão dispostos a agir, a cobertura da imprensa pode aplicar pressão sobre os agentes e instituições relevantes.

Esta proposta teórica, ou modelo de resolução de problemas no processo de mediação jornalística com a sociedade, tem a intenção, por um lado, de evitar esse potencial exagero da importância dos jornalistas públicos como agentes de mudança política; por outro lado, o de reconhecer que alguns problemas (e não todos) podem ser resolvidos através da participação ativa dos cidadãos. Os autores reconhecem que, em alguns casos, a intervenção do cidadão em si mesmo é um objetivo digno e que para garantir a sua intervenção efetiva, as organizações noticiosas deveriam patrocinar, de uma forma mais consistente, os fóruns deliberativos ou as chamadas “conferências de consenso”, num processo de “diálogo genuíno” entre cidadãos e especialistas. São mecanismos de interação em que uma amostra de cidadãos é encarregada de examinar um determinado problema local, recebendo informações de fundo sobre o mesmo e ganhando competências argumentativas para colocar questões a especialistas, avaliar respostas de peritos e gerar recomendações. Estes processos, juntamente com as boas práticas de jornalismo público, têm sido determinantes para aumentar e aprofundar dinâmicas de conhecimento dos cidadãos, a sua confiança sobre a interação com especialistas e a sua vontade de participar em atividades de natureza cívica (Haas e Steiner, 2006: 249, 250).

Ao considerarem que a investigação empírica e análise concetual mostram que algumas das acusações contra o jornalismo público não foram justas, os autores concluem (p.251) que a sua aplicabilidade prática nas redações ainda falha e a sua teorização permanece ambígua. Referem-se ao exemplo do jornal norte-americano

Charlotte Observer, citado como a organização noticiosa melhor sucedida em manter um compromisso com o jornalismo público ao longo do tempo, tendo institucionalizado numerosas práticas nas rotinas informativas inspiradas na proposta. Tudo porque se verificou um amplo apoio da redação às metas do jornalismo público e um elevando grau de compromisso por parte da gerência de topo que permitiram esta rotinização. Com base neste exemplo, Haas e Steiner consideram que a viabilidade a longo prazo do jornalismo público depende de vários fatores fundamentais que se complementam, que se apresentam de seguida em resumo:

- Existência de atitudes cívicas da gerência de topo das organizações noticiosas e de um compromisso para com as metas do jornalismo público.

- Como esse apoio apenas por si não chega, para que o compromisso seja mantido, é necessário um esforço consciente de incluir editores e repórteres no desenvolvimento de uma orientação profissional mais pública.

- A viabilidade do jornalismo público a longo prazo depende da presença de uma vasta base de apoio à redação e institucionalização de rotinas conducentes aos objetivos de reportar mais questões públicas para a agenda dos jornais.

- O alcance de um amplo apoio das redações é difícil, mas não impossível, segundo estudos de Voakes (1999) e McDevitt et al. (2002) que encontraram em alunos de jornalismo dos Estados Unidos uma tendência a favorecer práticas de jornalismo público focadas na atenção aos problemas das comunidades particulares que visem ajudar os cidadãos a formular possíveis soluções para os seus problemas.

- Esse apoio ao jornalismo público diminui em geral, segundo os mesmos estudos citados por Haas e Steiner, quando os alunos trabalham para os jornais locais, verificando-se uma forte cultura sociológica tradicional dentro das redações profissionais que dificulta a tentativa de reconciliar a noção de jornalismo público com a prática.

- Se o jornalismo público não é introduzido e cultivado nas escolas de jornalismo como um projeto digno que oferece identidade e estatuto profissional, os futuros profissionais não são suscetíveis de trazer para os seus futuros locais de trabalho o tipo de receptividade necessária para a sua institucionalização (Haas e Steiner, 2006:251).

Nesta mutabilidade constante de práticas e reflexões em redor dos desafios do jornalismo, face a um processo evolutivo que nasce da confluência entre comunicação e tecnologia, também esta corrente do jornalismo público se tem potenciado no processo de mudança face às oportunidades do online. O que se sugere nas conclusões de Haas e

Steiner é que o jornalismo público pode estar a transformar-se em “jornalismo do público”, com o já explicado fenómeno da mudança de paradigma dos processos de informação pública. Esta deixou de ser veiculada num sentido unidirecional, como teoricamente se havia assumido desde Laswell, para uma comunicação bidirecional e multidirecional. Exemplo dessa dinâmica são os casos do sítio *online* sul-coreano *OhmyNews*²⁷, que ganhou uma reputação mundial como um jornal pioneiro no campo do jornalismo do século XXI ao complementar o seu staff profissional (com uma hierarquia editorial tradicional) com mais de 35 mil “cidadãos repórteres”. Ou, entre tantos outros, a *BBC Leeds “Where I Live”*²⁸, que oferece oportunidades aos moradores locais para trabalhar como “correspondentes comunitários”.

Mas se por um lado esta paisagem de interação comunicativa sugere que os cidadãos podem usar a Internet para entrar na esfera pública, a equiparação de tais formas participativas de jornalismo com a corrente de jornalismo público não é correta, como defendem Haas e Steiner (p. 251) e como se analisa mais aprofundadamente neste trabalho. Entre conteúdos constituídos, na sua grande parte, por expressões de interesses pessoais e sentimentais (*OhmyNews*) e avisos sobre eventos cívicos estritamente locais (*BBC Leeds*) permanecem as dúvidas se os cidadãos repórteres e a comunidade de correspondentes ou blogueiros podem compreender uma investigação jornalística rigorosa e sustentada e uma cobertura original de questões públicas importantes. Em vez disso, esta “participação” dos leitores pode funcionar como dispositivo de marketing.

2.3- Interatividade e a “nova era do jornalismo”

Voltando ao texto de Shaffer (2002), destacam-se novos espaços e dinâmicas de inclusão dos cidadãos nos processos de produção noticiosa e em iniciativas que vão para lá dessa função informativa. Essas interações que constituem um legado, sublinha o responsável do *Pew Center*, acabaram por ter um valor acrescentado e colocam os jornalistas cívicos na vanguarda da interatividade, projetando uma posição confortável de domínio e conhecimento no momento de mover essas interações para a Internet, no

²⁷ Num artigo publicado no sítio do *OhmyNews*, Ronda Hauben descreve o modelo pioneiro que desenvolveu o conceito de que “cada cidadão é um repórter” popularizando a ideia de um jornalismo colaborativo ou jornalismo *open source*, Cfr. Hauben R., *OhmyNews and 21st Century Journalism*, in: http://english.ohmynews.com/articleview/article_view.asp?no=246787&rel_no=1

²⁸ http://www.bbc.co.uk/news/england/leeds_and_west_yorkshire/

final da década de 90. Surgiu depois a era das ferramentas *online* de interação de permanente inovação, onde o envolvimento do público tem sido um forte testemunho do mérito do jornalismo cívico. Com esta certeza, Shaffer (2002) refere que «o jornalismo não é mais monolítico e nós temos uma grande capacidade de reinventá-lo e servi-lo melhor e mais útil aos cidadãos. A experiência do jornalismo cívico na imprensa é um exemplo clássico do muito do que é errado, em geral, no relato jornalístico de hoje».

A palavra “ligações” tem muito a ver com o futuro do jornalismo, profetizava Shaffer há nove anos, em que o seu papel não será apenas o de servir notícias de última hora mas o de promover interações, tendo em conta que os consumidores de notícias do futuro serão menos propensos a querer ou aceitar uma história, como terminada, no ato de publicação num jornal. Antecipava, de certo modo, o que já era uma evidência: um novo paradigma da comunicação pública, intensificado pela facilitação das novas tecnologias, em que os processos de produção deixaram de ser apenas centralizados pelos jornalistas para serem “disputados” por novos atores sociais, que sabem como obter a informação, muitas vezes a partir das fontes originais, sem *gatekeepers* ou filtros.

Estas gerações de novos atores de recolha e edição de informações – que veio dar origem ao jornalismo cidadão – não cresceram na era do Watergate, onde os jornalistas ganharam a áurea de heróis, ao conquistarem uma imagem de credibilidade na prestação de um serviço público, expondo a injustiça ou a corrupção de governos. Os sinais dessa “época de ouro” da imprensa, em que o jornalista assacava a exclusiva responsabilidade de escrutinar as questões do mundo, já não estarão na mente destas novas gerações. Faz parte da história, nos idos anos 70 do século XX, e apesar de ser conhecido com um caso paradigmático de corrupção política, descoberta pelo *Washington Post* e que levou à renúncia do então presidente Nixon – tendo inspirado películas cinematográficas – a verdade, diz Shaffer, é que essa realidade “já não se faz ressoar e não é isso que [as novas gerações de comunicadores] veem ou ouvem. Na verdade, eles veem frequentemente o contrário”.

O autor justifica assim o facto de as pessoas estarem hoje cada vez mais envolvidas no processo de coautoria e interessadas em coproduzir as suas próprias

histórias, fazendo referência a um estudo do *Pew Internet & American Life Project*²⁹. O que resulta na dinâmica – agora mais evidente do que à época do artigo, e amplamente tratada por Gillmor (2004) – de pessoas comuns se tornarem os seus próprios “caçadores” e “coletores” de informação, através da montagem das suas próprias narrativas internas, a partir de várias componentes e dispositivos de mediação, dos mais convencionais aos mais inovadores, como os tópicos áudio da rádio enquanto se conduz, as manchetes de jornais e das televisões, os e-mails dos amigos e a internet. O que muda, na opinião de Shaffer – ainda não antecipando o fenómeno do movimento do “jornalismo cidadão” nos dias de hoje – é que as pessoas constroem, desta forma, a história em que acreditam. Querem participar no processo de aprendizagem, interagindo com as informações, testando opções, através da simulação de diferentes cenários, consultando bases de dados dinâmicas.

Shaffer dá conta dos novos projetos que se seguiram ao “esmorecimento” da primeira fase do jornalismo cívico, para aquela que se considera a segunda fase, já na senda das oportunidades que a internet veio proporcionar ao processo de interação entre meios e públicos e vice-versa. O principal projeto, de que é fundador, é o *J-Lab: Institute for Interactive Journalism*, valendo-se dos avanços de interação cívica na arena digital, consolidação de novos modelos e novas formas de capacitar os cidadãos e lhes permitir participar nas escolhas sobre as suas comunidades. Lançado em 2002, o projeto foi criado para ajudar jornalistas e cidadãos a usar as tecnologias digitais para desenvolver novas maneiras de participação na vida pública.

De acordo com a descrição da história no seu sítio³⁰, o projeto rapidamente se tornou um dos primeiros espaços de estímulo para o campo das inovações no processo de notícias, tendo sido desenhado em mais de uma década de trabalho de jornalismo cívico. É, portanto, um sucedâneo das práticas levadas a cabo por cerca de 120 projectos-piloto que o *Pew Center for Civic Journalism* ajudou a desenvolver em todo o país, o que resultou no aperfeiçoamento quer das formas de relatar as notícias, quer nas ferramentas de envolver as pessoas na vida pública. Shaffer entende, todavia, que é mais

²⁹ A *Pew Internet & American Life Project* é um dos sete projetos que compõem o *Pew Research Center*, um centro de análise que fornece informações sobre as questões, atitudes que moldam a América e o mundo. O projeto produz relatórios e explora o impacto da internet sobre as famílias, comunidades, trabalho e casa, vida diária, educação, saúde, vida cívica e política. Cf. <http://pewinternet.org/>

³⁰ O J-Lab teve o seu impulso inicial na *University of Maryland's Merrill College of Journalism* mas, em 2008, alargou-se à *American University's School of Communications* com o trabalho académico a ser financiado pela *Knight Foundation*. Cf. <http://www.j-lab.org/about/history/> (Acesso a 12 de outubro de 2011).

sobre as questões acessórias que se constroem as conexões, os pontos de entrada, a interação e a participação e vaticina que «o jornalismo do futuro é tudo menos ruído e mais interação inteligente» (2002). O então responsável do *Pew Center for Civic Journalism* antecipava, exatamente, aquele que é hoje um dos principais desafios.

Num recente estudo de Julho de 2011 intitulado “Jornalismo Interativo – Novas atitudes, técnicas e ferramentas”, jornais dos EUA relatam mudanças radicais na maneira como definem a cobertura de notícias e até mesmo como veem a sua missão. A pesquisa, focada em todos os jornais diários com tiragem acima dos 20 mil exemplares, revela que nove em cada 10 editores dizem que o futuro da indústria depende ainda de mais interatividade com os leitores, registando-se um forte aumento dessa tendência de comunicação bidirecional e de abertura de vias de conexão com as pessoas³¹. É a comprovação de novas atitudes e práticas nas redações dos jornais norte-americanos, conduzindo ao que os autores designam por “nova era do jornalismo”.

No essencial, o amplo estudo revela que os jornais estão a cobrir novos tópicos, mais território, e estão a ganhar consciência de que o seu papel é, mais do que nunca, conectar-se com os leitores e interagir com as comunidades. No relatório síntese do estudo, no sítio do *Pew Center of Public Journalism*, Jack Nelson, jornalista do *Los Angeles Times*, e presidente do conselho consultivo daquela instituição, sustenta, a partir da pesquisa, que uma imprensa que enfatiza o conflito e a controvérsia, com a exclusão de abordagens explicativas e de serviço público, afasta leitores. O mesmo profissional entende que se trata de um desenvolvimento saudável para a imprensa e para o público que haja, por parte da primeira, uma ênfase crescente em artigos noticiosos, que abordem os problemas e as possíveis soluções, sendo esta a melhor forma de se conectarem com os leitores. Este estudo vem ainda demonstrar que as novas tecnologias de comunicação e a nova geografia do jornalismo estão a “forçar” as organizações de notícias, não só a prestarem mais atenção às mudanças mas também a reavaliar o que fazem e como o fazem. Em certa medida, evidencia-se uma mudança de paradigma³² entre um jornalismo como sistema unidirecional de informação para a ideia de uma

³¹ “**Journalism Interactive** - New Attitudes, Tools and Techniques Change Journalism's Landscape. Um estudo conduzido em consórcio por: Associated Press Managing Editors, Pew Center for Civic Journalism, National Conference of Editorial Writers.
http://www.pewcenter.org/doingcj/research/r_interactthree.html (Acesso em 12 de outubro de 2011).

³² O que constitui uma consequência lógica dos desenvolvimentos na história do jornalismo – como aconteceu no século XIX com a industrialização da imprensa e o nascimento do mito do «Quarto Poder» com separação radical entre factos e opiniões, entre informação e propaganda. Cf. (Traquina, 2004:63)

“conversação bidirecional de construção”. Não muda a missão dos jornais, que é informar, nem está em causa toda uma cultura profissional partilhada – uma identidade, um *ethos* próprio – rica em valores que asseguram, em grande medida, a qualidade da vida democrática nas sociedades.

O que sai reforçada é uma viragem de métodos de trabalho, de rotina, adaptada às novas tendências de socialização, aos novos modos mais expeditos de os cidadãos se pronunciarem e, portanto, lhes caber um papel ativo no «mercado das ideias» numa democracia, em que as diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas (Traquina, 2004:66). Significa que as tendências interpretativas sobre o *ethos* jornalístico estão hoje de novo a confrontar os dois polos dominantes no campo jornalístico moderno: de um lado o polo económico ou comercial, decorrente da forte expansão empresarial do séc. XIX, e o campo da sua autonomia relativa que é o polo ideológico ou intelectual, em que o jornalismo é serviço público – como vimos antes – e as notícias são o alimento que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos (2004:63).

O segundo, constituído ao longo de 150 anos de evolução, assegura em termos sociológicos o reconhecimento de uma profissão central de “segurança” democrática, em duas perspetivas: a) através da chamada liberdade positiva do jornalismo e b) a liberdade negativa na lógica de que o poder põe em cheque o poder (Traquina, 2004:66).

Na primeira perspetiva, a teoria democrática sustenta que o jornalismo não se deve desviar da função de veículo de informação para equipar os cidadãos com os instrumentos vitais para o exercício dos seus direitos e a voz na expressão das suas preocupações.

Na segunda, o jornalismo é entendido como guardião dos cidadãos, numa postura adversarial com o poder político, em que os meios de comunicação social protegem as pessoas de eventuais abusos de poder, por parte dos governantes. No conjunto das duas perspetivas edificou-se uma visão ideal do jornalista como sendo aquele que, desinteressadamente, se compromete a fornecer informação ao serviço da opinião pública e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia (Traquina, 2004:66).

Está implícito, nesta breve alusão à relação do jornalismo com a democracia, que ele é um dos vértices fundamentais do triângulo da teoria democrática, no qual se interligam o poder e a opinião pública. Se alguma coisa parece estar a mudar, na

sequência dos dados e interpretações mobilizadas para este texto, é o grau de importância que essa opinião pública tem no conjunto dos membros da comunidade interpretativa. Deixou de ser vista apenas como recetora das narrativas mediáticas para se integrar nelas. É a discussão do momento histórico presente, mas que tem referentes ao polo ideológico do jornalismo já teorizado: além de informar os cidadãos, como principal plataforma de esclarecimento e de acesso ao conhecimento, deve ser a voz na expressão das suas preocupações.

2.4- De divulgadores de fatos ao envolvimento cívico

Os editores dos jornais norte-americanos dão sinais de pretenderem reforçar de novo essa ligação básica: recentrar os seus jornais nessa função de maior relevância³³ democrática que é a de serem, através das mais diversas formas e com distintas ferramentas, a voz dos cidadãos e das suas preocupações³⁴. Há um dado esclarecedor no estudo do Pew Center, que reforça esta ideia de mais envolvimento cívico, quando 87% dos editores ouvidos afirmam que os jornais devem ter um papel mais amplo na comunidade para além de simples divulgadores de factos.

Entre as seis funções específicas reconhecidas a um jornal, surge em primeiro lugar a de “explicador de notícias”, seguindo-se as funções de “separador de notícias”, “cão-de-guarda de investigação”³⁵, “serviço para a conversação da comunidade” e, no fim, o papel de “disseminador apenas de factos” o que podemos entender como a função de informar o público dos factos ocorridos ou a ocorrer.

Revela-se uma tendência para a afirmação de um jornalismo cuja principal função é a de *explicar os fatos*, contextualizar e aprofundar, tornando-se mais

³³ O termo relevante é, em nossa opinião, oportuno ser refletido uma vez que, no conjunto dos valores e normas profissão que nascem da relação simbiótica entre jornalismo e democracia, como a liberdade, a independência e autonomia, a credibilidade e a verdade, tem um forte peso na sua própria afirmação e justificação social. O jornalismo será levado tanto mais a sério quanto maior for a sua conexão com assuntos e temas de preocupação fundamental dos cidadãos. O sociólogo Michael Schudson já alertava para essa realidade ao afirmar que: «A maior parte do jornalismo é irrelevante quanto a temas de preocupação fundamental(...)» (Traquina, 2004:69)

³⁴ Esta breve análise diacrónica sobre a relação entre a democrática e o jornalismo evidencia o que, em teoria, já estava definido como princípios éticos e valores fundamentais da profissão, conducentes ao que se pode chamar de “bom jornalismo”, e que, no fundo, é retomado pelas preocupações filosóficas do jornalismo cívico.

³⁵ A função de “*watchdog*”, uma terminologia clássica no campo do jornalismo, é um “ritual estratégico” para o alcance da objectividade na obtenção de mais factos, particularmente quando se trata de notícias políticas, pressupondo uma vocação de vigilância crítica em relação aos líderes políticos para defender o público de abusos de poder.

interpretativo. Para isso, a maioria dos respondentes do estudo reforça esta missão central do jornal, colocando imediatamente a seguir a função de “separar notícias”, tornando relevante aquilo que é interessante e eliminando, na avalanche diária de assuntos, o que é acessório. Esta segunda função remete para uma prática de rotina nas redações de incluir, excluir e hierarquizar a informação, a partir do grande volume de notícias, a partir das quais cada meio confeciona os seus conteúdos, que correspondem não só aos interesses dos diversos sectores da sociedade mas aos interesses editoriais e comerciais de cada meio (Fontcuberta,1999:33).

A agenda dos meios está, portanto, sujeita a uma organização redatorial na qual se impõem os fatores *espaço* (territorialidade, especialização organizativa e temática), *tempo* (diário e não diário) e *fontes*, (oficiais, não oficiais) a partir da qual cada meio constrói uma rede informativa espacial mais ou menos permanente em duas perspetivas: a) os factos tornam-se notícia quando os jornalistas são deles testemunhas ou b) quando se podem informar sobre eles sem grande esforço.

Neste fenómeno das práticas informativas significa que são privilegiados critérios de proximidade, na perspetiva de acessibilidade do jornalista ao facto, e importância das fontes com maior preponderância para se instituírem como emissores credíveis e facilitadores de informações. Como têm vindo a demonstrar³⁶, as atividades das instituições públicas e dos seus protagonistas (governo, câmaras, sindicatos, etc.) têm maior possibilidade de ser notícia. O que configura a tese de que quem define a notícia é a fonte, como defendeu Stuart Hall (1978) na sua teoria da definição, ou conspiratória, na qual sustenta que os meios de comunicação social tendem a reproduzir a estrutura existente no poder, na ordem institucional da sociedade pois dão preferência aos definidores primários, aos porta-vozes que se localizam nos campos institucional, do poder ou da autoridade, na política e nos seus assessores.

Ao mesmo tempo que o macro sistema das organizações e sociedades se profissionaliza, nas suas capacidades de emitir informação planeada para apoiar (não necessariamente manipular) os jornalistas, mais estes tendem a limitar-se ideologicamente na sua obrigação de investigação dos factos. Quando maior é o peso e a dependência organizativa das fontes oficiais ou institucionais, dessa lógica hierárquica das sociedades, menos possibilidade terá o jornalismo de refletir a pluralidade de vozes e temas. Esta prática de cobertura das atividades das instituições públicas tipifica

³⁶ No nosso estudo de 2006, provou-se que a fonte mais usada pelo conjunto de quatro jornais regionais foi a Câmara Municipal da Guarda (Amaral, 2006).

contornos de uma certa homogeneização das fórmulas e dos conteúdos e a prioridade dos aspetos comerciais da comunicação, convertendo o recetor de informação num consumidor de serviços (Fontcuberta, 1999:35).

Aparentemente, os indicadores, ainda incipientes, da chamada “nova era do jornalismo” apontam para um sentido inverso dessa homogeneização, isto é, uma heterogeneidade de práticas e abordagens que procuram recentrar o papel dos meios na sua relação estratégica com os públicos. Como se viu atrás, a função de um “jornal explicador” – que constitui o mote principal dos novos projetos de jornalismo *open source*, como é o caso do “Explainer.Net” de Jay Rosen – é reforçada com o clássico papel de *watchdog* cuja prática assegura, no cumprimento das obrigações éticas, um jornalismo de investigação atento aos abusos de poder e às falhas no funcionamento das instituições. Em suma, um jornalismo mais substancial sobre a origem, as causas e as consequências dos problemas das sociedades, das comunidades e dos cidadãos.

Estas estatísticas atuais sobre a perceção sociológica dos profissionais da imprensa nos EUA, traduzem uma forte preponderância – pelo menos no campo das intenções e missão teórica – para um modelo de jornalismo menos descritivo e de agenda, submetido a uma lógica de reprodução dos acontecimentos provenientes das fontes institucionais, para algo mais próximo dos cidadãos, servindo de catalisador para a “conversação da comunidade” e de agente de envolvimento de novos atores e temas na agenda pública.

2.5 – Oportunidades e fragilidades do jornalismo público 2.0

A democratização da comunicação coloca mais vozes individuais e perspectivas dentro do alcance da atenção pública. A consequente proliferação dos novos meios de comunicação, particularmente os weblogues e os media sociais, completam uma paisagem de liberdade de publicação cada vez mais pluralista mas também “saturada”, a que muitos chamam a era dos “*self media*”³⁷ (auto-edição) enquanto extensão dos novos *media*.

³⁷ Os *Self Media* são instrumentos que permitem a criação e o acesso à informação por seleção, reprodução e registo individual. Este *media* é caracterizado por estar disponível através de uma vontade de procura orientada por classes ou grupos de interesse e ainda por o produtor e o recetor da informação poderem ser o mesmo agente. Isto é, cada um dos utilizadores da informação é em simultâneo o seu produtor. Cf. Cloutier, Jean (1975) *A era de EMEREC*, Ministério da Educação e Investigação Científica - Instituto de Tecnologia Educativa.

É a confirmação de que as ferramentas de comunicação podem permitir, em certa medida, o auto-governo das pessoas. Ou seja, há uma progressiva emancipação cívica, graças ao papel central dos *media*, por um lado, e à fácil acessibilidade aos dispositivos de mediação simbólica de informação, por outro. Em teoria, essa democratização na acessibilidade e domínio sobre os fluxos alternativos ao jornalismo – e que nalguns casos o substitui – criaria melhores condições para os indivíduos se autogovernarem. Mas o argumento que aqui se defende vai no sentido de encarar a mediação jornalística como um sistema insubstituível nessa função. Mesmo que tal sistema esteja sob ameaça, como se tem vindo a analisar, e seja entendido como uma teoria desarticulada, como defendem Kovach e Rosenstiel (2001:193): «a civilização tem produzido uma ideia mais poderosa do que qualquer outra – a noção de que as pessoas se podem autogovernar. E criou uma teoria largamente desarticulada de informação para sustentar essa ideia, chamada jornalismo».

A visão tradicional deste processo diz que os jornalistas relatam os acontecimentos do mundo, os cidadãos leem essas reportagens e algumas formas de opinião pública ajudam a desenvolver maneiras de se conectar a vontade do povo com a ação pública. Por exemplo, a cobertura de umas eleições ajudam os cidadãos a decidir quem os deve representar nos órgãos do poder político. Notícias sobre as atividades governamentais geram dinâmicas de apoio e oposição da opinião pública que afeta, direta ou indiretamente, os resultados da política.

A tradicional função de “cão de guarda” da imprensa, que culmina por exemplo em reportagens sobre escândalos, abusos de poder ou incompetências de representantes dos cidadãos, continua a ser crucial para a transparência na democracia. Mas, como temos vindo a analisar, este é um tempo de ameaças e desafios para os gigantes *mass media* (Imprensa, Rádio e TV) que deixaram de ser únicos na capacidade de gerar informação. Agora, qualquer pessoa com uma ligação à Internet pode publicar para o mundo.

O que significa este novo ambiente para o jornalismo no que se refere às suas mais importantes funções de apoiar a democracia e melhorar a vida pública? Este é o ponto de partida de reflexão espelhado num dos mais recentes livros sobre os valores do jornalismo público – naquela que é considerada a segunda fase do movimento – na

idade da fragmentação dos *media*, editado por Jack Rosenberry e Burton St. John (2010). Com o contributo de vários teóricos (Barlow, Batten, Carpenter, DeShano, Friedland, Hass, Johnson, Kim, Mc Bride, Mensing, Merritt, Nip, Robison, Ryfe e Schaffer) o volume estabelece, através de uma combinação de pesquisas originais, ensaios e estudos de caso, como os princípios e práticas do jornalismo público oferecem aos jornalistas, estudiosos e cidadãos percepções sobre como a tecnologia digital e outras práticas contemporâneas podem aumentar o envolvimento cívico e melhorar a vida pública.

Através do cruzamento entre implicações teóricas, práticas e questões de reflexão, os autores evidenciam formas, princípios e propósitos de como o jornalismo público pode ajudar a construir uma imprensa de maior envolvimento cívico. Está em causa a proposta de um novo modelo (Jornalismo Público 2.0) edificado nos pressupostos filosóficos iniciais do movimento mas, sobretudo, em torno das capacidades técnicas que podem desempenhar uma nova vaga de relacionamento entre a imprensa, os cidadãos e o desenvolvimento da sociedade em geral.

Por um lado, a realidade, em síntese defendida no livro, é que a produção da imprensa cidadã não contribui, em grande medida, para a melhoria da vida pública no momento. Por outro, a promessa é que ela poderia alcançar esse objetivo, se informada e guiada por aspirações do jornalismo público e apoiada por jornalistas profissionais, sem medo de se envolverem mais intimamente com o seu público usando ferramentas online.

A visão de um jornalismo como sistema de apoio à democracia está bem presente na famosa observação de Thomas Jefferson ao preferir os jornais a um governo, como lembram Rosenberry e St, John III (2010:1). Esta abordagem atingiu a sua apoteose no início do século XX, por exemplo, com o Movimento Progressista³⁸

³⁸ Depois de 1900, os americanos fixaram-se na reforma de tudo o que poderia ser reformado. A luta por uma sociedade melhor foi considerada uma atitude progressista, tornando-se uma ideia popular. O “Progressismo” foi caracterizado pelo interesse em atividades intelectuais e eficiência. O amplo esforço foi compensado pela capacitação das mulheres, a reforma do governo e serviços sociais, a renovação da luta pelos direitos dos negros, etc. O Progressismo foi usado na investigação científica para reunir informações sobre as coisas que exigiam reformas. Esta abordagem metódica também foi aplicada aos locais de trabalho através da gestão científica. E, claro está, os *media* apanharam a “boleia” da popularidade do progressismo com o novo tipo de jornalismo: “Muckraking”. Nas publicações “muckraking” eram expostos os problemas e as injustiças nos Estados Unidos. Cf. Erickson, J, Arthur, «*The Progressive Era: Reform in America - Americans Worked Together to Form What They Saw as a Better Society*,» in http://www.associatedcontent.com/article/48352/the_progressive_era_reform_in_america.html

que procurou institucionalizar o jornalismo enquanto “quarto poder”. Os jornalistas serviam como intermediários entre o público e os tecnocratas da gestão do Estado, contribuindo para um sistema funcional democrático. Mas essa áurea foi sendo substituída por visões mais pessimistas e detratoras do cumprimento dessa verdadeira função estruturante dos media para a qualidade da vida pública, tratadas no primeiro capítulo, mas que teve, por exemplo, em James Fallows um crítico assumindo que os media, em vez de reforçar o sistema político, a bem da causa pública, contribuem para o “minar”. Isto é, longe de tornar mais fácil lidar com os desafios públicos, os *media*, muitas vezes, tornam essa tarefa mais difícil (Fallows, 1996, cit. in Rosenberry e St. John III, Fallow (2010: 2).

Essa aparente disfuncionalidade entre uma função democrática central e insubstituível dos *media*, universalmente conquistada e reconhecida ao longo dos tempos, e uma certa ideia de decadência e crise, gerou uma maior percepção de problemas e a consciência da necessária reflexão em redor de ideias para a melhoria do sistema de comunicação pública. Uma das potenciais respostas é precisamente o jornalismo público, ou jornalismo cívico, que tentou encorajar uma imprensa para um maior envolvimento dos cidadãos, facilitando a sua participação e gerando uma maior e substancial atenção às questões de interesse público (2010:2).

Tal como explicam os autores, o jornalismo público tem inspiração nas ideias do filósofo John Dewey que, em 1920, disse que os jornais devem avançar para além de meros relatórios de eventos, para se tornarem veículos para a educação pública, debate e discussão estruturada de questões públicas.

Um dos primeiros contributos para o impulso inicial do movimento veio do colunista do Washington Post, David Broder, na esteira da campanha presidencial norte-americana de 1988 entre George W. Bush e Michael Dukakis, ao classificá-la como demasiado superficial. Como explicam Rosenberry e St. John III (p.2), na corrida para as eleições intercalares, dois anos depois, Broder assumiu que os jornalistas foram, em grande parte, os culpados do nível de degradação do discurso da campanha por não exigirem dos candidatos mais compromissos em nome do público. Estes comentários tiveram eco junto de académicos e, entre outros, James Carey (1995) sustentou, a propósito da eleição de 1988, que “jornalistas e elites concentram-se a manipular-se uns aos outros, relegando o público para o papel de espectadores alienados”.

Jay Rosen, professor da Universidade de Nova York, considerado um dos principais teóricos defensores do jornalismo público, referiu-se também aos “factos

deprimentes” de 1988 que anteciparam a crítica do desempenho da imprensa. O final de 1980 trouxe o começo do movimento do jornalismo público: alguns jornais aplicaram experiências práticas de maior envolvimento dos cidadãos (Columbus, GA; Charlotte, NC; Spokane, WA e Wichita, KS). Vários dos trabalhos envolvidos nestes projetos surgiram no seio do grupo Knight-Ridder, tendo os comentários do seu CEO James Batten constituído uma espécie de manifesto a favor do jornalismo público. Evidencia-se a nova mentalidade do jornalismo subjacente ao movimento, enraizada no melhor das práticas do passado, destacando o contacto mais profundo com as realidades.

Abria-se a porta para um tempo mais inventivo do que nunca, no sentido de revitalizar o papel do jornalismo na disseminação de questões substanciais nas notícias e colunas de editoriais. Em vez de peças que pouco se preocupam com a realidade, ancoradas em suposições brandas, o responsável destaca a necessidade de os jornais identificarem as questões-chave e corajosamente afirmá-las como nunca em formatos de fácil leitura. «Os jornais que “mergulharem” na vida das suas comunidades, grandes ou pequenas, têm melhores perspectivas de sucesso para o sucesso nos próximos anos» (Rosenberry e St. John, 2010:3).

Estava lançada a ideia, e o desafio, de os jornais se conectarem com os seus leitores em maneiras novas e inovadoras, com foco na construção de comunidades mais envolvidas com as questões coletivas e, ao mesmo tempo, ajudando a revitalizar o jornalismo.

As primeiras experiências no campo e os aspetos filosóficos, debatidos inicialmente por Carey e Rosen, fundiram-se num conjunto de práticas e esforços centrados na inclusão da participação do cidadão na seleção de notícias de forma a incentivar o diálogo sobre questões de interesse público. Nesta visão, a finalidade do jornalismo deve ser abordar as pessoas na sua qualidade de cidadãos na esperança de reforçar essa capacidade. A centralidade filosófica do movimento, defendida por Rosen (1999), assenta na premissa de que o jornalismo deve tentar tornar a vida pública melhor, no sentido de fazer boa a promessa da democracia.

Este foi o verdadeiro tema do movimento que acabaria por gerar, numa década, a expansão de experiências em mais de 600 projetos em redações de jornais locais nos Estados Unidos. Mas como todos os movimentos de mudança, o jornalismo público não enfrentou fácil aceitação e gerou críticas de oposição de muitos quadrantes dentro e fora da indústria. Grande parte da energia inicial, inovação e suporte a partir de fontes como

fundações e académicos, que deram impulso ao movimento, diminuiu gradualmente, como atestam Rosenberry e St. John III (p.4).

Além disso, na classe de jornalistas levantaram-se vozes de alarme contra o jornalismo público alegando, entre outros aspetos, tratar-se de uma “jogada de marketing”, ou mesmo na fronteira da propaganda. Claro que o desafio ocupacional contraria a inércia de alguns sectores do jornalismo, sendo por isso normais tais críticas, que não aceitam facilmente os desafios da inovação que exigem, à partida, mais entrega e envolvimento profissionais.

A própria cultura implantada na atividade, centrada em modelos de jornalismo convencional, em que os fatores tempo e recursos são determinantes para o cumprimento do seu papel quotidiano, não é facilmente ultrapassável por novas ideias de ligação aos públicos, como as que se sugerem com o jornalismo público. O facto de ser reconhecido que o jornalismo público acrescentou mais vozes e novas perspetivas de abordagem dos assuntos, não chegou para o afirmar (2010:4). O movimento parecia ter tudo para fazer uma progressão natural, uma vez que, em teoria, desenhava-se um perfil mais democrático para o jornalismo, mas foi confrontado com a encruzilhada das suas bases de apoio serem insuficientes e não surgirem associadas a uma teoria logicamente desenvolvida, historicamente configurada e dotada de coerência interna, como reforça Hass (2007:68).

Sem perderem de vista a principal missão de envolvimento mais ativo dos cidadãos e das suas questões mais relevantes, preconizada pelo jornalismo público, Rosenberry e St. John III esclarecem que o chamado jornalismo cidadão, que emergiu com a proliferação das novas tecnologias portáteis de informação, não parece ser uma abordagem automática para tornar a vida pública melhor. No entanto, tal como se defende neste trabalho, entendem os autores que existem pontos em comum que devem ser potenciados.

Para o jornalismo público, tal interligação representaria uma oportunidade de validação da sua mais forte perspetiva filosófica – a de atribuir ao jornalismo grande parte da responsabilidade na participação dos públicos na cidadania e no debate público democrático – e para o jornalismo cidadão uma ancoragem teórica para a sua eficiência tecnológica. Esta perspetiva descentraliza e abre o jornalismo público para além das suas fronteiras iniciais de estreita ligação aos jornais locais dos Estados Unidos, baseadas numa série de experiências práticas nos idos anos 90, para algo mais

abrangente e atual. O que pressupõe a inevitável confluência de modelos de mediação, capazes de gerar vitalidade e inovação aos pressupostos embrionários do movimento.

Se o jornalismo público procurou transformar os jornalistas e cidadãos parceiros na condução da agenda das notícias, o jornalismo cidadão faz isso de uma forma direta. A internet, especialmente as ferramentas da Web 2.0, como os blogs e sites interativos, oferece uma maneira prática e eficiente para o exercício da comunicação interativa entre os cidadãos de uma comunidade a braços com uma determinada questão pública. Ora, esse era o elemento central preconizado por muitos dos tradicionais projetos de jornalismo público, levados a cabo nos EUA, embora em configurações “off-line”, tais como reuniões públicas ou fóruns de discussão. A chamada “cyber democracia” tem o potencial para uma maior eficácia deliberativa, mesmo que os resultados não se apresentem tão benéficos e automáticos quanto acreditavam os principais defensores mais utópicos.

Na linha do que alguns pensadores sobre o fenómeno defendem atualmente, como por exemplo Lewis A. Friedland (2010:56-65), não se deve reduzir o jornalismo público a um movimento impulsionado por jornais locais mas entendê-lo, atualizá-lo, como uma “visão e aspiração para o jornalismo”. É esta perspetiva, como defende Mensing, que lhe confere valor e pode fornecer um quadro prático de experiências on-line, por exemplo, como aquelas que Rosen está a desenvolver com o projeto “Explainer.Net”.

E tem esse valor na medida em que ele representa uma conceção alternativa de jornalismo movendo-se de um jornalismo como informação (*journalism-as-information*) para um jornalismo de envolvimento público (*journalism-as-public-engagement*). Não se trata de defender a utopia da mudança de um para o outro – como aliás se tornou impossível mesmo com os casos de sucesso das experiências norte-americanas – mas de ambas as conceções confluírem como está, de resto, a acontecer nas plataformas on-line. O jornalismo público como uma visão fornece uma maneira de entender as diferenças entre o modelo tradicional, um jornalismo dirigido e de autoridade, e um jornalismo que funciona a partir do ponto de vista de uma comunidade.

Fica clara uma tendência de associar a antiga versão de interação embrionária do jornalismo público a uma versão vincadamente mais virada para o aproveitamento mediador das novas tecnologias. Daí que o chamado jornalismo público 2.0 – que dá título ao livro aqui referenciado – pode ser melhor teorizado e discutido de modo a fornecer um modelo poderoso para moldar e avaliar as experiências de têm lugar no

espaço on-line. É também este modelo que pode corresponder melhor – considerando-o numa lógica de versatilidade comunicativa de interação entre públicos e plataformas de *media* – a um dos principais desafios do jornalismo público: que as organizações tradicionais de notícias enquadrem nas suas práticas o envolvimento dos cidadãos na deliberação pública. Este desafio pressupõe que os jornais se esforcem para envolver os cidadãos. Para Friedland (2010:58) este esforço não é só necessário como deve ser levado a cabo através de todos os meios possíveis ao alcance das organizações de notícias, como está a acontecer. Já a questão do carácter deliberativo suscita mais dúvidas. Até que ponto as promessas democráticas inerentes ao jornalismo público não são o resultado de uma visão negligenciada dos seus iniciais promotores.

Será que o mero envolvimento impulsionado pelo jornalismo cidadão é deliberação? Trata-se de uma questão mais complexa e que, para Friedland (*idem*), não tem sido devidamente questionada e respondida, como poderia ser, por parte dos defensores do movimento emergente, onde os cidadãos são o elo principal da produção de conteúdos informativos.

Será que com a intensificação de contacto, de envolvimento, a deliberação é possível? Friedland não é otimista e considera que, na generalidade, a “deliberação genuína” não se alcança com os auspícios de envolvimento promovido por jornais locais como aconteceu nos Estados Unidos, apesar de alguns esforços, e bons resultados, de projetos editoriais envolvidos e promotores de novas práticas de envolvimento, nos Estados Unidos, como o exemplo do Norfolk *Virginian Pilot's* ou, no início do movimento do jornalismo público, o *Wichita Eagle*. Tais esforços pressupõem disponibilização de meios humanos, tempo e dinheiro. Algo que torna o processo hoje cada vez mais difícil.

Os projetos experimentais de jornalismo público foram ancorados, no início, por apoios financeiros de instituições com fortes preocupações éticas e filosóficas (além de filantrópicas) com as questões da cidadania, face, por um lado, a um afastamento do jornalismo em relação às questões concretas da vida das suas comunidades e, por outro, a uma certa decadência dos níveis de participação política e de engajamento cívico nos Estados Unidos. Uma problemática trabalhada por Putnam (1993; 1995; 2000) cuja tese, ao introduzir o conceito de capital social, vincula esse declínio daquela que foi uma das sociedades com melhor padrão mundial de participação e engajamento.

Capítulo 3- Tecnologia, redes sociais e jornalismo

3.1- Internet e as mudanças na geografia do jornalismo

Como temos vindo a analisar, o quadro global de novos atores na arena da sociedade acontecedora gerou um mundo muito mais falador e conversador, sem limites, onde os jornalistas têm, cada vez mais, quem com eles compita no domínio do que Bourdieu (1997) designou por «um monopólio de saberes». Já não basta informar o melhor possível o cidadão, no cumprimento da satisfação de um mandato acordado pela sociedade. Como explica Rieffel (1992:70), é preciso uma auto-consciência dos jornalistas sobre os novos desafios da cultura profissional face a um novo mundo dos *media*: mais interativo, mais aberto, mais difuso, mais especializado, mais abrangente.

A anterior exclusividade desse *mandato social*, de uma comunicação unidirecional, deixa os jornalistas mais expostos à perda da sua clássica referenciação como os “heróis ao serviço do povo”. Porque o povo já não é só recetor, consumidor, mas é cada vez mais emissor, graças aos sucessivos processos de “emancipação cívica” materializados através das novas tecnologias de comunicação da sociedade de informação. A Internet acabou por provocar mudanças não só na geografia do jornalismo, tendo-se aberto novos horizontes de cobertura e difusão, mas, sobretudo, veio permitir aos cidadãos entrarem por outras portas mais diretas para a informação e gerar informação.

As pessoas estão hoje mais “educadas” para escrutinar e descrever as suas realidades, individuais ou coletivas, e apresentar a suas interpretações. O que resulta, em muitos casos, em fluxos de opinião fundamental, imprescindível, para se entender os fenómenos em determinadas estruturas segmentadas da opinião pública. É esta realidade que parece estar a provocar mudanças nas rotinas habituais da prática jornalística em todo o mundo, como se constata nos estudos referenciados.

No processo tradicional de incluir e excluir notícias, a que qualquer editor está sujeito na hora de tomar decisões, verifica-se uma nova variável: a necessária (ou obrigatória) atenção ao que designamos por “banco de entradas temáticas” (de natureza difusa entre a opinião, a informação, a interpretação, o auto-elogio, o ingrediente polémico, etc.) que circula no espaço virtual entre vozes emergentes. Como, por

exemplo, a blogosfera que se revelou um poderoso instrumento que permitiu que tenham voz os que tinham pouca ou nenhuma voz. Este fenómeno dos meios *on-line*, e das redes sociais³⁹, veio influenciar o processo de troca de informações à escala global e, aparentemente, a obrigar à reconfiguração do processo tradicional das fontes de informação e de toda a produção informativa. Os velhos meios estão a adoptar os métodos dos novos meios, naquilo que pode vir a gerar no futuro um jornalismo mais híbrido, e aos jornalistas exige-se capacidade proactiva de incluir novos procedimentos nas suas rotinas profissionais.

Este novo paradigma comunicacional é comprovado por pesquisas internacionais, de perfil quantitativo. Por exemplo, uma delas, realizada em Setembro de 2009 nos Estados Unidos, revelou que nove em cada dez jornalistas entrevistados – 89% de uma amostra de 400 profissionais da grande imprensa norte-americana – usam de forma continuada *weblogs* e páginas de redes sociais como o Facebook, Orkut e LinkedIn como fonte de informações para reportagens e textos analíticos. O trabalho teve a chancela da empresa Cision, especializada em comunicação planificada, e a Universidade de George Washington⁴⁰.

Uma tendência que parece reforçar-se em 2010, não só nos Estados Unidos mas em todo o mundo, como evidencia um estudo sobre a evolução do jornalismo digital levado a cabo pela prestigiada *Knight Center for Journalism in the Americas – The University of Texas at Austin*⁴¹, onde se conclui que os jornalistas de todo mundo dependem, cada vez mais, de redes sociais, como o Facebook e o Twitter para encontrar fontes e verificar informações. De acordo com a pesquisa, feita a uma amostra de 478 jornalistas de 15 países, entre eles o Brasil e os Estados Unidos, 40% dos profissionais usam o Twitter para encontrar fontes, e 35% recorrem ao Facebook. Na edição do mesmo estudo em 2009, eram 33% e 25%, respectivamente. Além disso, 55% dos profissionais disseram que os jornais para o quais trabalham mantêm um perfil no Twitter; 54% dinamiza blogs de jornalistas e 48% produz vídeos.

³⁹ Uma rede social define-se como uma plataforma de agilização e partilha de ideias entre grupos com vista a proporcionar discussão entre indivíduos. O mote é gerar temas de interesse para todas as partes do processo de intercâmbio digital, com pontos de vista em comum mas também com ideias diferentes porque o importante é proporcionar uma discussão pluralista e aberta de assuntos de forma a enriquecer os conhecimentos de todos acerca de um determinado tema. Através das redes sociais, todos podem livremente expor os seus pontos de vista, partilhar conteúdos (links, páginas, vídeos, imagens, etc) e até valores, sentimentos e atitudes.

⁴⁰ Cf. o sítio da empresa Cision em: http://us.cision.com/journalist_survey_2009/GW-Cision_Media_Report.pdf

⁴¹ Cf. o sítio da organização norte-americana em: <http://knightcenter.utexas.edu/pt>

O estudo sustenta que as pressões internas pelo uso das redes sociais e pela produção de conteúdos multimídia explicam por que 45% dos entrevistados tenham dito que produzem mais conteúdos atualmente, e 34% deles afirmaram trabalhar mais horas por dia do que há um ano atrás. São dados reveladores dos riscos de sobrevivência e das respostas a que os jornais estão hoje sujeitos, com vista à manutenção das suas audiências.

Indicadores semelhantes são confirmados noutro estudo de 2011, da responsabilidade da Oriella PR Network,⁴² que mede o impacto da Internet e da banda larga no jornalismo. Entre as conclusões, verifica-se que a audiência on-line no mundo é considerada maior que a imprensa e a radiofusão e os média sociais estão implantados nas redações com os jornalistas a utilizar os canais digitais, como blogs e o twitter, para apurar as matérias informativas. Do mesmo modo, os canais tradicionais de relações públicas, tais como palestras e comunicados de imprensa, continuam a ser altamente utilizados. Quase dois terços (62%) disseram que usam as agências de relações públicas como primeira fonte, com 59% citando porta-vozes das empresas como fontes. Quando se trata de confirmar as matérias, a utilização dos *media* sociais e digitais é menor, mas ainda assim significativa. Por exemplo, de acordo com o estudo, no Brasil a primeira fonte dos jornalistas são os *press releases*, com 32,14%. Os sítios de outras publicações, com 16,67% aparecem em segundo lugar como primeira fonte. Surgem, em seguida, as entrevistas com porta-vozes, com 14,29% das respostas.

Nesta relação entre a força dos novos *media* e os *media* convencionais, a ameaça principal é a de a imprensa escrita perder a sua capacidade de interessar os públicos consumidores, quer pela forma quer pelos conteúdos com que se “vende”. É mais que uma ameaça. O estudo da *Knight Center for Journalism in the Americas* revela – pela primeira vez desde que este estudo começou, em 2007 – que a proporção de entrevistados que concordam com a ideia de que os seus meios de comunicação ‘offline’ atraem mais público, caiu para menos de 50%. São indicadores mais precisos do enfraquecimento do papel do jornalismo e da frágil manutenção da imprensa escrita, pelo menos nos Estados Unidos.

⁴²O Oriella PR Network é uma rede de 15 agências de comunicação independentes em 20 países na América, Europa, Oriente Médio e África e Ásia /Pacífico. Cf. *O Estado da Arte em Jornalismo Digital em 2011*, disponível em <http://www.vianews.com.br/PESQUISAORIELLA2011FINAL.pdf>

Esta variável de mensuralidade que constitui os níveis de atracção dos públicos, expressa no estudo referenciado, é um assunto mais complexo, na medida em que é importante distinguir se esta atracção não significa, apenas, o contacto numérico para efeitos de audiência e que não conduz, automaticamente, a uma efectiva interactividade substancial geradora de conteúdos e temas de preocupação fundamental. Ela pode reduzir-se ao seu carácter utilitário, numérico, de acessibilidade dos públicos ao produto mediático por muitas outras razões (entretenimento, informação de serviços, etc.) e, portanto, não pela via da credibilização da informação jornalística.

O que mais interessa nesta reflexão sobre o jornalismo continua a ser, em nosso entender, a garantia de um dos seus valores essenciais: a credibilidade. Garantida através da afirmação do seu papel político de contrapeso insubstituível – como aconteceu no caso Watergate – que garanta a incomodidade das perguntas, o recuo epistemológico da tarefa profissional quotidiana de não ter como certas as versões superficiais, moldadas e oferecidas por todo o campo de actores com quem interage para produzir informações fundamentais para a percepção social sobre os caminhos do governo das instituições públicas, e não só.

Por mais que a paisagem das forças laterais e espeditas de comunicação obrigue o jornalismo a readaptar-se, lutando pela sua sobrevivência, não parece haver outro caminho que não seja o de manter um trabalho constante de verificação dos factos e de avaliação das fontes de informação, sejam mais convencionais ou de rotina ou agora as páginas dos weblogs ou redes sociais. É legítimo e importante que as usem, desde que esse procedimento não tolha a “agressividade jornalística” sustentada na honestidade, clareza, coragem, justeza e um sentido do dever para com o leitor, visto como cidadão e não mero consumidor, e a comunidade.

Está em causa, em termos de exposição ao risco, não o facto de as redes sociais se transformarem em fontes activas de informação, mas o uso que os jornalistas fazem delas. Não são piores nem melhores que as fontes convencionais partilhadas como as agências noticiosas, os gabinetes de imprensa, os comunicados ou as conferências de imprensa. É apenas mais uma categoria que entra em cena, no processo produtivo, que resulta de uma consequência natural das mudanças que se operam em plena “sociedade em rede” do século XXI, glosando o título da emblemática obra de Castells.

É o jornalismo a moldar-se aos novos tempos em que a chamada Web 2.0 ampliou as possibilidades de interacção entre as pessoas. A sua sobrevivência depende, em grande medida, dessa capacidade de se adaptar não perdendo a sua essência. Porque

todas estas novas formas e canais de comunicação, de redes interactivas mediadas por computador não só cresceram exponencialmente como também estão moldar a vida, sendo ao mesmo tempo moldadas por ela, como antevia Castells (2005).

Os estudos nesta área indicam que há uma tendência de inclusão das redes sociais como fontes de informação nas rotinas de produção informativa. Mas este aumento de uso das redes – que se enquadram simultaneamente na tipologia de fontes partilhadas/abertas e exclusivas (Fontcuberta, 1999:47) – não significa a perda de qualidade jornalística. Pelo contrário, se bem usadas, podem ser úteis no processo de pesquisa e investigação. As fontes partilhadas tradicionais garantem a todos os meios de comunicação um volume de informação homogéneo, em quantidade e qualidade. A acessibilidade a novas páginas de discussão temática diversa, ainda que suscetíveis de ser partilhadas por todos os meios, têm uma dimensão de exclusividade, porque implica que o jornalista as detecte e as escrute pelo grau de relevância e/ou pertinência.

À partida, esta realidade vai de encontro ao reforço do poder informativo de qualquer jornal, que se evidencia pelo número, qualidade e pluralismo das suas fontes (Fontcuberta, 1999:46). Não significa que as páginas das redes sociais ou os blogues sejam mais confiáveis sob o ponto de vista jornalístico, que não o são⁴³, mas, precisamente, porque através delas se pode alcançar, ou pelo menos tentar, esse objectivo simbólico de pluralidade de vozes, de mais perspectivas contraditórias ou opiniões distintas sobre os mesmos temas. O aumento de canais de circulação e partilha de informação – consequência natural de uma sociedade aberta e plural – reforça e alarga o leque de observadores públicos, a que o jornalismo pode ou não dar importância ou mobilizar para as suas narrativas noticiosas, fazendo com que a acção dos agentes políticos, por exemplo, seja mais democraticamente escrutinada. Mas também o facto de as mesmas redes sociais terem ganho popularidade junto das habituais fontes oficiais e serem hoje uma fonte de difusão informativa por parte das instituições públicas e dos principais detentores de alto cargos públicos.

É conhecido o uso estratégico, na arena política, que Obama fez das redes sociais para grangear popularidade⁴⁴ ou, exemplo semelhante, a actualização comunicativa que

⁴³ Ainda em referência ao estudo da divulgado pela empresa norte-americana Cision, a maioria dos jornalistas entrevistados (84%) refere que as notícias e informações divulgadas pelos media sociais são muito menos confiáveis do que as notícias divulgadas pelos media tradicionais. http://us.cision.com/journalist_survey_2009/GW-Cision_Media_Report.pdf

⁴⁴ Ver perfil de Barack Obama no Facebook em <http://www.facebook.com/barackobama>

Cavaco estabelece através da sua página no Facebook⁴⁵, a que nenhum órgão de informação é alheio se se quiser manter atento e actualizado sobre o que pensa e diz o presidente da República Portuguesa. Se há uma deslocação estratégica das principais fontes promotoras de informação para a instantaneidade comunicativa das redes sociais, extensível a muitas outras áreas para além da política, o jornalismo é obrigado a acompanhar esse movimento.

Ficar de fora significaria não perceber que a confecção das agendas já não é um património exclusivo seu, dos jornalistas, mas que resulta de uma proliferação de vozes e conteúdos que se tornam necessários, quando socialmente relevantes, para uma contínua renovação da informação jornalística que tenha como missão última uma aproximação interpretativa sobre a complexidade das sociedades modernas.

Se o grande objectivo de qualquer meio de informação jornalística é garantir e oferecer conteúdos verídicos, que se aproximem ao máximo do que na realidade acontece, esta abertura poderá ser entendida como uma oportunidade de facilidade e diversificação no acesso a fontes contrastáveis, susceptíveis de garantir versões mais abrangentes e significativas das “estórias” informativas. Qualquer meio de comunicação social procura trabalhar as suas notícias de forma a que, na recepção e apropriação por parte dos seus leitores, melhor sirva para compreender o que se passa, preparar-se para o que se vai passar, ajudar a entender o que os espera ou de que modo poderão esses leitores influenciar o que se passa (Fontcuberta:1999:38).

O processo de tematização não pode prescindir, portanto, de uma focagem alargada aos diversos aspectos colectivos que circulam e se esgrimem, com tantas versões, nos espaços das redes privadas e que se podem reflectir na vida pública. O principal desafio, tomando como positiva esta apropriação das redes enquanto fontes, é que os jornalistas sejam os principais agentes de clarificação informativa no meio de tanta desorganização e dispersão que caracteriza a Internet.

Entre as vantagens da rapidez, quantidade e diversidade que o meio permite – o que facilita o trabalho jornalístico – mantém-se a exigência de aplicação de regras de triagem do que, além de actual, é ou não relevante e significativo, cujas repercussões ou consequências para a sociedade atribuam interesse jornalístico.

A nenhum jornalista interessará, na perspectiva do interesse público ou mesmo do

⁴⁵ Ver perfil de Cavaco Silva no Facebook em <http://www.facebook.com/cavacosilva>

público, os devaneios introspectivos e interrogações metafísicas sobre o destino da terra presentes num blogue de um político. Mas pode interessar a interpretação pragmática e lúcida de um cidadão comum que, preocupado com a condução pública dos destinos e interesses colectivos, denuncia abusos de poder e incumprimentos de responsabilidade política. Ou mesmo a sua consistente e esclarecedora tomada de posição sobre assuntos públicos ou que o possam vir a ser.

Também aqui, como em todo o seu trabalho profissional, o jornalista faz escolhas. Tudo depende de que personagens estão por detrás ou dão a cara por essas fontes (não basta a perceção numérica de meios on-line usados como fontes mas, sobretudo, a averiguação da qualidade dessas fontes) e da forma como os jornalistas, para além de usarem, as valorizam quanto à sua independência, legitimidade, credibilidade e idoneidade públicas. Ou seja, é esperado que o jornalista submeta estas novas fontes, e os seus contributos narrativos, ao mesmo crivo crítico de distanciamiento ético com que profissionalmente faz as suas escolhas diárias. Escolhas que devem incidir, neste caso, mais nos níveis interpretativos e explicativos dos factos (o *como* e o *porquê*), uma vez que a mobilização dos contributos dessas fontes activas procura, regra geral, contributos plurais que confirmem aos acontecimentos maior grau de profundidade interpretativa.

O problema pode residir na acrítica assunção de contributos aparentemente relevantes que, por falta de confirmação ou verificação jornalística, se venham a revelar autênticos imbustes, manipulações, propaganda e, por consequência, notícias falsas (numa lógica de comprovação dos factos noticiados, uma vez que não nos identificamos com a assunção inquestionável de que o jornalismo alcança verdades absolutas, que não existem).

Não se pode perder de vista que os novos media sociais têm, regra geral, uma natureza e um *ethos* radicalmente distinto dos meios tradicionais, sem regulação ética, deontológica e responsabilidade social equivalentes ao jornalismo. Essa diferença pode ser ilustrada, por exemplo, com a permeabilidade aos rumores provenientes de fontes não identificadas nem seguras que circulam nesses novos meios.

Na ascepção clássica, entende-se por rumor uma informação que, apesar de aparentar ser verdadeira, não contém dados que auxiliem a verificação dessa verdade. Este rumor tem vida própria, difunde-se com grande rapidez e amplitude, seja através do mecanismo social do “boca-a-boca”, seja pelo mecanismo tecnológico das redes

online. Quanto mais ambiguidade e relevância tiver um assunto, maior força de difusão e propagação tem. Ora, se graças ao poder de difusão mediado pela tecnologia os cidadãos acederam à liberdade de dizer o que pensam, o que pensam ter visto ou ouvido – quer pelas suas experiências vivenciais diretas, quer pelas informações difundidas pelos *media* de massas ou de segmento – maior será a dimensão e a proliferação dos rumores. A “cegueira” das tecnologias – que não escolhem consumidores nem determinam a fiabilidade seletiva da informação que fazem circular, ao contrário da mediação jornalismo profissional – é claramente propícia a uma irrigação incontrolável de mensagens privadas à procura do seu espaço público.

É um processo que conduz ao dilúvio de milhões e milhões de informações, num vasto círculo de poder, cuja ambiguidade e importância é livremente ampliada e/ou escrutinada pelos cidadãos envolvidos nesse círculo, nessa rede. Há, portanto, que considerar a distinção entre o domínio da circulação da informação, que amplia tudo, transformando a Internet e as redes sociais num democrático e pluralista ciberespaço, tido como uma das principais plataformas de mobilização social.

3.2- Liberdade de expressão e entretenimento digital

Esta abordagem conduz a nossa reflexão ao “revés da medalha”. O que para uns é o “ouro” da democracia contemporânea, tendo-se generalizado o mito de uma autêntica liberdade cívica de todos dizerem o que pensam, projetando mudanças ideológicas no mundo, para outros pode representar um dilúvio de informações inconsequentes. Identifica-se um aspeto subversivo do processo de circulação do rumor. Isto é, a forma psicológica como as pessoas lidam com as informações, no primeiro contacto onde influi a subjetividade superficial da novidade, sem pormenores de profundidade, constitui uma tendência natural para a deturpação. O rumor, num primeiro nível de interpretação sem profundidade, alimenta a dimensão das emoções humanas, que são as mais mobilizadas na reação aos acontecimentos informativos.

Sem pôr em causa a natureza horizontal e aberta do espaço *online*, como sistema de circulação e confrontação de informações – nem tão pouco a sua utilidade absolutamente revolucionária na forma como se acede ao mundo – deve-se sublinhar que a haver uma “revolução” ela circunscreve-se, em nossa opinião, à sua natureza orgânica enquanto sistema tecnológico que, tal como a prensa de Gutenberg, aumentou

de forma colossal a capacidade de circulação das ideias. E, por essa via, também aceitamos como plausível a tese de que a maior parte das ideias públicas e privadas que constituem o âmago das nossas sociedades democráticas, nos temas e assuntos que alimentam as opiniões públicas, provêm hoje em grande parte desse sistema alargado pela tecnologia. Que, em suma, ampliou o efeito de proximidade psicológica uma vez que qualquer pessoa exposta e incluída na rede, no círculo de poder de conversação, se identifica com notícias e acontecimentos geograficamente mais longínquos.

A par dos *media* de massa, particularmente a televisão, a Internet e as redes sociais conduziram as sociedades a esse fenómeno de uma maior identificação ou proximidade psicológica com os fenómenos sociais, políticos, culturais e económicos que diariamente são evidenciados para equilíbrio e auto-governo de cada cidadão que se quer manter informado. Esse é, inegavelmente, um aspeto e um argumento poderoso pró Internet que faz dela, para cada vez mais entusiastas, a “mãe” de todas, ou grande parte, das emancipações contemporâneas.

Ao ponto de as últimas “revoluções” se poderem confundir com a força das redes sociais, a força comunicativa no espaço *online* que mobiliza tudo e todos. Será mesmo assim? Reside aqui um perigo da generalização deste mito, o de que a tecnologia está a conduzir e a determinar a História do nosso tempo atual. Tal como a invenção tecnológica de Gutemberg (século XV) – ao marcar o início de uma verdadeira revolução na circulação da informação – não determinou, por si, o curso da História nem o alcance deontológico da liberdade que a imprensa veio a conquistar ao longo dos tempos, também as redes sociais, enquanto meio tecnológico, não o fará. O que marca definitivamente esse curso, como aliás se pode ilustrar ao longo da evolução histórica dos *media* nos últimos dois séculos, é o uso que os homens fazem dessa tecnologia.

A euforia gerada pelas capacidades performativas de interação comunicativa, no que se refere especificamente à informação de natureza jornalística e socialmente necessária, tem-se vindo a acentuar muito pelo enfoque ao lado mais cândido do poder de democratização da Internet. Mas há reflexões atuais que estão a colocar em causa a perspetiva de que a liberdade do meio e o ativismo cívico por ele geradas são um patamar de inequívoca aceitação consensual, como uma espécie de consciência redentora da sociedade.

É o caso de Evgeny Morozov, investigador na área da tecnologia de libertação na

Universidade de Stanford, na Califórnia, autor do livro *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*, (2011). Morozov⁴⁶ coloca em causa precisamente esse mito, defendendo a tese de que a liberdade da Internet é uma ilusão. No essencial, mostra o lado negro da tecnologia e da sua natureza democratizadora pelo uso e aproveitamento dos regimes autoritários. Estes estão a usar a Internet para suprimir a liberdade de expressão, aprimorar as suas técnicas de vigilância, divulgar propaganda e pacificar as suas populações com entretenimento digital. Morozov critica a recente obsessão do mundo ocidental pela promoção da democracia digital, sublinhando as suas raízes ditatoriais que ameaçam e tornam mais difícil – e não mais fácil – a promoção da democracia.

Mais corrosivo, o autor refere que são dispensáveis, na diplomacia atual chavões como “política do século XXI”, que soam bem em apresentações *powerpoint*, quando, na realidade, se requer um maior cuidado e consideração política ao que designa por “diplomacia digital”. Através de estudos na área, Morozov (2011) sustenta que esta ideia de relação causal entre a tecnologia e os processos de democratização é frágil e perigosa, na medida em que ela também trouxe vitalidade a regimes opressivos das liberdades. Escreve que é necessário o devido distanciamento dessa ideia feita de que a Internet e os media sociais são eminentemente libertadores, nobres e peçados de iniciativas socialmente ambiciosas e relevantes e com grandes resultados, pode ter implicações desastrosas para o futuro da democracia como um todo.

É precisamente essa distância de princípios, valores, obrigações e compromissos, que está a preocupar algumas instâncias reguladoras no campo do jornalismo, designadamente em Portugal onde, tal como nos Estados Unidos ou no resto do mundo, está a aumentar o uso incontornável destas plataformas como fonte de informação. Embora, no caso português, ainda longe de representar uma consolidação nas rotinas jornalísticas, como provam alguns estudos (Gomes, 2009) onde o recurso a redes sociais como uso de fontes identificadas nas notícias não tem uma expressão muito significativa, sendo apenas usadas nos casos onde as fontes tradicionais falham.

Mesmo assim, face a uma tendência avassaladora de inclusão das redes no

⁴⁶ Acedido em: http://www.amazon.com/Net-Delusion-Dark-Internet-Freedom/dp/1586488740#reader_1586488740

processo de consulta de fontes, o conselho deontológico do Sindicato dos Jornalistas alertou, em Fevereiro de 2010, os profissionais dos media para a necessidade de contenção, nesse expediente de rotina, que pode comprometer os princípios do Código Deontológico dos jornalistas portugueses⁴⁷. Designadamente, no que toca à obrigação de relatar os factos com rigor e exatidão e ouvir as partes atendíveis em cada caso. O alerta resulta de uma reflexão sobre o uso, cada vez mais frequente, de blogues e redes sociais na construção de notícias, que se têm vindo a revelar como “potenciadoras de atropelos dos deveres jornalísticos”.

O conselho deontológico, nesta recomendação sobre redes sociais no jornalismo, tem em conta exemplos recentes para se mostrar preocupado. Por exemplo, foi através do Twitter que as primeiras notícias do sismo de dia 12 de Janeiro de 2010, no Haiti, chegaram às redações. E as primeiras imagens e sons captados por jornalistas no local também. A rapidez com que a informação se disseminou, neste caso, foi uma mais-valia para a rápida resposta das redações e para o cumprimento do dever de informar.

Mas, como nota aquele órgão do sindicato, no revés da moeda, foi também através do Twitter que vários meios de comunicação mundiais, a 27 de Janeiro, difundiram informações falsas sobre o novo iPad da Apple, com base em tweets publicados por Jason Calacanis, um guru da tecnologia, acreditado no meio. Calacanis terá ludibriado, intencionalmente, os jornalistas para provar que nem sempre estes profissionais param para pensar, perante a avalanche de informação disponível *online*, e refletem sobre a origem e veracidade da informação. Estão em causa, nesta nova era, os desafios de manter os princípios de refletir, confirmar a informação, confrontar várias fontes com a informação disponível, não ceder à pressão de ser o primeiro a chegar, procurar fontes de informação credíveis.

Importa sublinhar, a partir dos dados disponibilizados pelo estudo norte-americano referenciado, que não se trata de uma mudança de grande impacto. Ou seja, é interessante olhar a pesquisa no sentido oposto para se concluir que 53% dos jornalistas não usa o Twitter para apurar as suas “estórias” e 65% não recorre ao Facebook. A

⁴⁷ Trata-se de uma recomendação para um juízo deontológico e crítico na elaboração das notícias que tenham como origem blogues, redes sociais e “microblogging”, sendo incontornável que estes são hoje instrumentos de trabalho indispensáveis e que o campo em que se jogam os deveres éticos e deontológicos da profissão é cada vez mais desafiante. Cf. Sítio do Sindicato de Jornalistas Portugueses: <http://www.jornalistas.online.pt/>

maioria dos jornalistas ainda depende, principalmente, de métodos tradicionais para encontrar fontes: 62% dos entrevistados recorrem a assessorias de imprensa e 59% a representantes de empresas. Ou seja, a processos de comunicação especializada (relações públicas) facilitadoras de acesso à informação.

Estes dados demonstram, no geral, o quanto a maioria dos jornalistas em todo o mundo – considerando a amostra dos 15 países – está ainda desfasada no uso dessas ferramentas de pesquisa e busca de fontes de informação. O que evidencia um facto: a indústria dos media, particularmente os jornais, precisa percorrer um longo caminho na transição para os modelos digitais, caso seja isso que verdadeiramente procura para se manter, contra as previsões mais pessimistas, como uma das profissões de maior importância fundamental para a sociedade actual, também ela cada vez mais sujeita a tumultuos de instabilidade económica, política e social.

É um facto incontornável de que o jornalismo está exposto, e submetido, a um desafio que consiste em a) manter-se fiel aos princípios e rotinas tradicionais de produção – recolha, tratamento e edição de notícias e b) adaptar-se à metamorfose de uma produção multimédia *online* que galvanizou o mundo da comunicação. O caminho não parece ser o de prescindir da sua vocação fundadora expressa globalmente num *ethos* profissional de credibilidade e fiabilidade – e que o continuará a distinguir de outras formas de comunicação especializadas – mas o de se adaptar aos novos “habitats culturais” para continuar a ser relevante, enquanto polo intelectual de vitalidade democrática das sociedades, e rentável, enquanto polo comercial de sustentabilidade económica das empresas de *media*.

São estas duas dimensões dominantes no campo jornalístico o centro de todas as atenções e velhos “confrontos” teóricos. De um lado, os académicos que consideram que o polo comercial colonizou irremediavelmente o polo intelectual ou ideológico, com os jornalistas submetidos (vendidos) à lógica do capital; do outro, os empresários cuja reflexão pragmática lhes exige olhar para as audiências e para a capacidade de atração de anunciantes e outras fontes de sustentabilidade do negócio das notícias.

3.3 - A perspetiva do jornalismo dos cidadãos

As novas ferramentas de comunicação disponíveis na Internet estão a permitir que as notícias sejam produzidas por pessoas comuns e que, na perspetiva de Gillmor

(2005:12), ajudam a aprofundar pormenores sobre o *como* e o *porque* dos acontecimentos

Se já não é novidade o jornalismo em tempo real, o que muda é a possibilidade de os habituais destinatários das notícias se transformarem em fontes emissoras dos primeiros esboços das histórias, isto é, incluir os conhecimentos do público sobre a matéria a tratar. A notícia tradicional, cujos principais atores de produção são os jornalistas e as fontes preponderantes, está agora confrontada com a figura emergente do cidadão-repórter, cujos conhecimentos e rapidez de raciocínio no momento certo podem ajudar a moldar as peças jornalísticas.

Passar de um simples consumidor a produtor de notícias é uma mudança a caminho do jornalismo do futuro. Esta é a visão de Gillmor (2005:14) ao abordar a transformação do jornalismo como meio de comunicação de massas do século XX até algo mais profundamente cívico e democrático. Se durante o século XX a produção de notícias foi quase um domínio exclusivo dos jornalistas numa relação sinérgica com batalhões de gestores de comunicação organizacional, o século XXI introduz uma “revolução”: a linha divisória entre produtores e consumidores esbateu-se e a rede de comunicações é um meio de dar voz a qualquer pessoa, ao público.

Gillmor explica (p: 15) que esta mudança contribuiu para uma outra forma de ver o jornalismo: em vez de se entender a notícia como uma palestra, imposta como uma certa arrogância, olha-se para o jornalismo como veículo de troca de ideias ou seminário. Evidenciando-se a existência de novas formas de falar, comunicar e de aprender e a consequente problematização, sem fim à vista, em redor da noção de uma cidadania verdadeiramente informada.

Ele próprio jornalista há cerca de 25 anos, Gillmor diz que os jornalistas não se podem dar ao luxo de tratar a informação como um simples artigo comercial, cuja produção é controlada pelas grandes instituições e defende que se não se intensificar o uso de ferramentas do jornalismo cívico «passaremos à história» (p:16).

Referindo-se ao contexto norte-americano, o investigador sustenta que a moderna estrutura do negócio da informação conduziu o jornalismo a um certo conservadorismo, na forma como se vinha relacionando com os antigos recetores – agora teoricamente mais ativos por via das tecnologias – onde a consagração do “serviço público” ou “jornalismo sério” parece cada vez menos importante e a ser a vítima (2005:17). Mas este jornalismo institucional enquanto modelo empresarial, como as suas fragilidades e imperfeições, é o único que se encarrega dos grandes projetos de

investigação, e capaz de trazer para a praça pública os crimes públicos ou, de forma mais prosaica, para o bem e para o mal, como porta-voz de uma comunidade ou região.

A anarquia noticiosa, centrada na premissa de publicar primeiro e filtrar depois, não é a solução. A performance informativa, de circulação abundante e aparentemente pluralista, pode não ser mais que a proliferação desregulada de uma cacofonia ao serviço de uma combinação de forças diversas, que não garante, portanto, mais serviço público. Muito menos, precisão, rigor e credibilidade, princípios orientadores das organizações jornalísticas com massa crítica capaz de travar os combates necessários. Gillmor é, por isso, um otimista não prevendo que esse eventual cenário de anarquia vingue, até porque, em última instância, será sempre o próprio público a exigir notícias e comentários credíveis. Em vez dessa anarquia jornalística ou da informação “amordaçada”, o autor defende um equilíbrio que, simultaneamente, preserve o que o sistema atual tem de melhor e estimule o emergente jornalismo de publicação pessoal, o do futuro (2005:19).

Por outro lado, Gillmor defende que não se deve confundir as ferramentas de comunicação, como os blogues, os wikis, o SMS e as listas de e-mail e outros instrumentos, com o próprio jornalismo (p:57). É ele que garante certos valores como a justiça, a retidão, a credibilidade consagrados nalguns dos mais consensuais dos seus elementos ou princípios (Kovach e Ronsensiel, 2004), como sendo, por exemplo, a única técnica de informação que, por excelência, assume a procura desinteressada da verdade e é fiel, acima de tudo, aos cidadãos leitores.

A nova arquitetura para o mundo da informação está a construir mecanismos de disseminação de notícias, sem a medição profissional dos meios de comunicação e dos jornalistas. Está ao alcance de qualquer pessoa transformar-se em fazedor de notícias, provocando um oceano de informações globais, cruzadas, que derruba o modelo da era industrial, unidirecional, em que os leitores não passam de consumidores que comprem o resultado de uma produção “negociada” entre fontes ativas e jornalistas. A tradicional hierarquia dos meios de comunicação, do topo para a base, desmoronou-se e quem estava antes na base, como recetor, tem mais poder de interferir.

Gillmor diz, a propósito, que as fontes das notícias já não conseguem controlar as marés como dantes e vêem-se obrigadas a enfrentar três novas regras da vida pública. A primeira diz-nos que toda a espécie de estranhos pode imiscuir-se mais profundamente nas empresas e nos negócios das fontes, onde podem disseminar o que

sabem e fazerem-no com maior rapidez. Ou seja, nunca foi tão fácil a mobilização pública de modo a apoiar ou a denunciar uma pessoa ou uma causa.

Nesta perspetiva, pressupondo a boa-fé dos agora novos produtores, «o público tornou-se um formidável esquadrão da verdade» (Gillmor, 2005:60). Eis uma visão um tanto utópica que o autor deixa escapar, quanto ao papel do público, e que coloca em causa a credibilidade dos jornalistas no cumprimento desse primeiro princípio que é a procura desinteressada da verdade. Quem garante que o tal “esquadrão” age desinteressadamente?

A segunda regra, interligada com a primeira, diz respeito à abertura de uma conversação em que as pessoas do meio fazem parte do fórum, do qual a informação irrompe através de todas as barreiras de proteção. Automaticamente, como terceira regra, além dos e-mails a realidade das redes sociais é hoje uma clara evidência de como o que dali sai e circula, mesmo que não seja verdade, pode adquirir força própria. O exemplo do *facebook* – como mais de 500 milhões de utilizadores, equivalente à população do terceiro maior país do mundo – é bem o exemplo desse poder emergente e cujas consequências são um desafio para outras linhas de investigação.

Na nossa perspetiva, quanto maior é o volume de novos conversadores mais pertinente e relevante é o papel do jornalismo enquanto instância social de observação, investigação e análise credíveis. Esta ideia de que os cidadãos ativos, através das ferramentas da Web, se constituem como “batalhões da verdade” ao serviço de uma maior transparência informativa incorre no perigo da generalização da asserção de que os factos apontados pelo jornalista são errados.

O que garante ao comum do cidadão que outro cidadão comum, no seu blogue ou outra ferramenta informativa, está a transmitir de forma fidedigna uma informação? Para usar as palavras de Gillmor, até que ponto esse “observador” que se nomeia a si próprio, é, em muitos casos, um antagonista que emite informações e/ou comentários por maldade ou mesmo incompetência.

A questão não está em que medida é que tais “esquadrões da verdade” podem substituir os jornalistas – uma ideia não só radical como ingénua de que não partilhamos – mas como, com a sua natural legitimidade de novos observadores, podem ser parceiros ativos a caminho de um melhor jornalismo ou mesmo de novas formas de o fazer: mais profundo, mais comprometido socialmente. Esse é um sinal inequívoco da mudança de paradigma que os *media*, de um modo geral, enfrentam.

Por mais fortes que sejam as ferramentas da democratização informativa, da mediação de contacto interpessoal, os meios de comunicação de massas continuam a ser a forma como a maioria dos cidadãos procura saber o que se passa. Os jornalistas são a componente mais importante do sistema, pese embora esteja a emergir um círculo mais alargado de interessados que, direta ou indiretamente, interfere e contribui para uma rede de conhecimentos mais ou menos úteis.

Este fator obriga a uma maior exigência dos *media* tradicionais, uma vez que são agora alvo de mais escrutínio público, devendo direcionar novas atenções aos atores emergentes do espaço público ou de esferas públicas específicas, ouvindo, criando diálogos. Sobretudo se estes novos atores forem vozes vindas das franjas do sistema político, sem discursos viciados e normalizados, pessoas comuns com verdadeiras preocupações na vida comum.

Esta evolução também tem que ver com o robustecimento da cidadania, como defende Gillmor para quem a emergência da política de base está a trazer a atividade cívica de volta a uma cultura que tinha desistido da política, que a considerava um jogo próprio para ricos e poderosos (2005:99). As novas tecnologias de informação estão à disposição de todos, cidadãos e políticos, permitindo formas mais expeditas de participação e deliberação democrática, em que pode robustecer-se um sistema onde o consentimento dos governados é mais do que o simples ato de votar. Isso é, de resto, o que se verifica cada vez mais em movimentos cidadãos um pouco por todo o lado, como em Portugal, capazes de esgrimir racionalmente argumentação de relevância para causas e interesses comuns, mas longe de se generalizar. Muitas franjas da sociedade, onde os problemas mais se sentem na pele, continuam arredadas a esse acesso à conversação pública, e sem a mediação de um jornalismo ativo, integrador de novas vozes e temas na agenda mediática, capaz de ouvir esses cidadãos comuns, info-excluídos, dificilmente se pode falar em mudanças de paradigma.

3.4- Jornalismo de produção horizontal

O grande desafio, em nosso entender, está na aceitação das organizações jornalísticas em mudar de uma hierarquia vertical de produção para uma hierarquia horizontal, na qual os leitores consumidores, habitualmente afastados do centro mediático, passam a ajudar de forma direta – não substituindo os jornalistas como se

preconiza no *citizen journalism* – na criação de material jornalístico. Esta abertura do centro para a periferia representa, em teoria, uma cobertura noticiosa e interpretativa mais completa e esclarecida sobre as questões cada vez mais complexas e matizadas do nosso tempo.

Isto é, além do necessário recurso a fontes de credibilidade institucional que validem os factos, a inclusão de novas fontes de base primária mais comum é uma oportunidade de alargamento do espectro temático a questões específicas que digam diretamente respeito à vida dos cidadãos e da sua comunidade. Conseguindo-se, com isso, uma diversidade não só de factos e histórias mas, sobretudo, de ideias necessárias para a consciencialização coletiva que, direta ou indiretamente, sejam úteis no processo democrático e deliberativo. É este o caminho que se preconiza, em certa medida, no modelo do jornalismo público.

O atual turbilhão comunicativo, que tem posto em causa o modelo unidirecional dos *media* de massas, acontece no espaço on-line e tem na blogosfera a sua mais proeminente comunidade de ativistas. E por aqui se pode verificar que essa premissa da utilidade das ideias, ou de informações, muitas delas confidenciais, é dos aspetos mais polémicos uma vez que a liberdade de publicação, sem regulação ética e deontológica, pode gerar – ou gera – fluxo de informação tendenciosa ou totalmente errada. A par de páginas pessoais com credibilidade, prolifera muito lixo, muita interpretação preconceituosa e moralista, ataques velados e perseguições disfarçadas, ajustes de contas, marketing do ego, e um sem número de narrativas que de interesse público ao serviço do *bem comum*⁴⁸ têm muito pouco.

No centro desta dinâmica encontram-se organizações de disseminação informativa e influência global, cuja atividade de investigação partilhada, a uma escala sem limites, coloca em causa a própria diplomacia e os segredos de Estados. É o caso do polémico sítio de denúncias WikiLeaks⁴⁹ que, no início de Dezembro de 2010, divulgou

⁴⁸ A ideia de um Bem Comum como fim político-social surgiu pela primeira vez na filosofia política moderna com Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Para o filósofo da Revolução Francesa, o bem colectivo ou comum era aquilo que a “Volonté Générale” dos cidadãos persegue: não a soma das suas vontades particulares, mas sim das suas diferenças, após eliminarem-se os interesses que se entre-anulam. No seu *Du Contrat Social*, Rousseau define indirectamente o Bem Comum como a finalidade da “Volonté Générale”, ou seja, a preservação e o bem-estar de todos. Como fim da criação do Estado, o Bem Comum só pode ser alcançado, através daquele, pela vontade geral dos cidadãos. O Bem Comum é aquilo que interessa aos cidadãos preservar, dado ser a fonte e o garante da sociabilização política. Sem ele, é todo o edifício social que rui, e não apenas as formas ou as estruturas transitórias de governo ou do direito político.

⁴⁹ WikiLeaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia, que publicou, no seu site, *posts* de fontes anónimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos

cerca de 250 mil documentos de correspondência secreta trocada entre o Departamento de Estado Americano e as suas embaixadas espalhadas pelo mundo. Um caso que, além das repercussões políticas e diplomáticas do momento e dos impactos para o trabalho historiográfico, tem sobretudo implicações para o campo dos *media*.

A “transparência radical” e a auto-proclamada “nova forma de jornalismo” merece leituras e interpretações críticas, como é o caso de Esther Mucznik que, a partir de informações sobre o perfil de Julien Assange (criador da WikiLeaks), diz tratar-se de «um grupo liderado por um homem que oscila entre o fanatismo purificador e o banditismo» cujo trabalho, premiado pela Amnistia Internacional, «apenas está a contribuir para tornar a política e a diplomacia mais opacas. Não é certamente uma vitória para a democracia», advoga. (jornal Público, 2 Dezembro 2010, p.31). Rapidamente surgiram diversos pedidos para processar o Wikileaks e classificar o sítio como “organização terrorista internacional”. A empresa que alojava o sítio, face a ameaças de ataques informáticos, decidiu, no dia 3 de Dezembro de 2010, cancelar o serviço, tendo sido alojado e activado mais tarde a partir da Suíça. O movimento de desobediência civil foi abraçado por outro grupo, denominado Anonymous, que lançou uma verdadeira revolta popular, atacando os sítios de empresas que recusaram trabalhar com a WikiLeaks. A Anonymous atacou da mesma forma que foi atacado o sítio da WikiLeaks, quando começou a colocar *online* os mais de 250 mil telegramas diplomáticos dos EUA: ataques distribuídos de negação de serviço, que é uma forma de sabotagem como forma de deixar um sítio indisponível, mantendo os seus servidores sempre ocupados com pedidos de acesso falsos. Foi uma demonstração de que a Internet se tornou tão distribuída que dificilmente funcionará a estratégia de “desligar partes da Internet” – uma ideia defendida pelo senador independente norte-americano Joseph Lieberman, que introduziu legislação para punir futuras fugas de informação.

O caso acabou por criar um efeito maciço anti-americano, evidenciando-se uma grande insegurança no que se refere ao contexto das relações diplomáticas, sendo que, sem diplomacia, diríamos que é impossível haver paz no mundo. Ora, se a intenção

ou empresas, sobre assuntos sensíveis. A WikiLeaks recebeu vários prémios, incluindo o *New Media Award 2008* da revista *The Economist* e *Media Award 2009* (categoria "New Media") da Amnistia Internacional, pela publicação de *Kenya: The Cry of Blood - Extra Judicial Killings and Disappearances*, em 2008, um relatório da Comissão Nacional Queniana de Direitos Humanos sobre a política de extermínio no Quênia. Em Maio de 2010, a WikiLeaks foi referida como o número um entre os "websites que poderiam mudar completamente o formato atual das notícias".

maior da WikiLeaks é ajudar ao alcance dessa paz, nada garante que o efeito não seja contrário. Mas, como fenómeno novo de implicações ilimitadas quer para os Estados quer para o mundo secreto dos grandes negócios, que envolvem governos e a banca, pode ser imparável pela popularidade social que o caso gerou. Estão em causa dois pilares das sociedades democráticas, que são, por um lado, a liberdade de expressão e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Voltando aos impactos para o campo dos media, a libertação massiva de dados instigou questionamentos sobre o que a prática significa para o futuro do jornalismo. A WikiLeaks não é jornalismo, porque se trata apenas de usar o poder da Internet para divulgar, como nunca na história, documentos secretos sem qualquer tratamento informativo. Em certa medida, vem dizer onde o jornalismo clássico falha pode chegar a Internet.

Em parceria concertada com o WikiLeaks, os grandes jornais europeus dedicaram primeiras páginas e grande destaque ao assunto, concretamente o americano *New York Times*, o britânico *The Guardian*, o francês *Le Monde*, o espanhol *El País* e a revista alemã *Der Spiegel*. A pergunta comercial que surge, designadamente reflectiva no sítio do *Knight Center for The Journalism in The Americas*, é se a montanha de papel-jornal dedicada às revelações do Wikileaks realmente promove um aumento sustentável da circulação dos cinco jornais que tiveram acesso privilegiado ao material: «Tristemente para a imprensa escrita (...) qualquer aumento nas vendas será temporário. A tendência, especialmente entre os jovens, é que as notícias sejam entregues pela tela do computador e dos telefones inteligentes, e não pelos meios de comunicação impressos».⁵⁰

Os jornais continuaram a seguir as pistas dos documentos, tendo-se seguido a publicação de notícias que foram prolongando o efeito de “descoberta”, sobretudo, de relações secretas nos meandros da política internacional em diversos contextos, já com uma triagem e critérios jornalísticos. Por exemplo, o Jornal *El País* mobilizou 30 dos seus mais conceituados e entendidos jornalistas para tratar, em ambiente de alta segurança, exclusivamente os documentos da WikiLeaks através da investigação jornalística à qual se seguiram notícias por eles inspiradas.

O papel dos media tradicionais é, uma vez mais, insubstituível como filtro de um processo de coligir o que há de substancial e de interesse público na informação que

⁵⁰ <http://knightcenter.utexas.edu/en/blog/wikileaks-releases-250000-secret-diplomatic-cables> (acesso em 9/12/2010)

circula nos amplos espaços on-line. Conforme escreveu o jornal Público⁵¹, numa reportagem sobre o trabalho do El País, intitulado “Na sala do *Projecto C*”, assinada por Nuno Ribeiro, os documentos da WikiLeaks só são compreensíveis e úteis depois de trabalhados pelos jornalistas dos cinco órgãos de comunicação que a eles tiveram acesso.

No melhor dos mundos deste aglomerado da comunicação instantânea há instigações de cidadãos ativos, de movimentos civicamente comprometidos, munidos de princípios e valores democráticos e humanistas, que estão a contribuir para o surgimento de novas agendas de discussão pública e sistemas de governança mais participativos. E são estes que, com mais ou menos força em diversos contextos geográficos e culturais, estão a ombrear com os média de massas, muitas vezes obrigados a “sacar-lhes” dicas e informações, em capacidade de influência nas agendas dos governantes locais, nacionais e internacionais.

Ou seja, há intrinsecamente uma premissa deliberativista nesta dinâmica informativa de muitos para muitos, em que alguns, munidos de grande credibilidade e capazes de mobilizar a força de muitas vozes ativas, podem conduzir a mudanças de rumo nas políticas locais e globais que afetam a qualidade de vida das pessoas. Em teoria, parece não ser despropositado dizer que, indiretamente, há um carácter deliberativo nalgumas das práticas narrativas mais consistentes, mas obviamente que carece de prova científica.

Capítulo 4- Democracia, participação e cidadania

4.1- Significado e alcance de *participação e cidadania*

Começamos por esclarecer o alcance e significado do termo “participação”, nos termos que aqui é convocado. Um dos sentidos imediatos a que está associado é o de tomar parte nos processos de decisão coletiva, sendo definida como «a ação tendente a envolver um cidadão ou um grupo de cidadãos nos processos comunitários, cívicos e políticos que lhe dizem respeito» (Barreto (2002:301). Esta concepção não se reduz às possibilidades participativas, como um fim em si mesmas, mas como um processo que implica o sentimento de pertença vinculativa de identidades e conexões mais profundas às realidades contextuais. Barreto (p.305) estabelece essa distinção: a participação, no

⁵¹ Jornal Público, 18 de Dezembro de 2010, P2, pp.8 e 9

sentido político e cívico, implica, à partida, essa pertença. Mas a pertença não significa, automaticamente, participação. Ambas são formas de integração social, uma mais ativa do que outra, nos processos de reflexão sobre os mundos mais próximos do que cada cidadão julga como direito reclamar, discordar ou concordar, defender ou contestar, afirmar e julgar. Se a participação, numa perspetiva de relação substantiva e profunda da transformação democrática das sociedades, remete para sentido de pertença, não se pode, em nosso entender, reduzi-la a uma noção instrumental, como se daí se obtivesse o sucesso do seu alcance.

Participar não significa, por si só, o alcance do pleno social ou democrático de um envolvimento efetivamente deliberativo. Implica, pelo menos, a consolidação de atitudes e valores de responsabilidade individual e coletiva perante o desafio da partilha de reflexões e ações sobre os destinos da comunidade de cidadãos. Nesta concepção, a esfera civil, os cidadãos, ganham importância política muito para lá da vã e (muitas vezes) inconsequente dimensão institucional dos períodos de eleições. Não que se admita uma total harmonização entre as esferas civil e política, mas apenas uma tentativa de minimizar essa separação entre uma e outra nos processos deliberativos. Como sustenta Wilson Gomes (2009:77) «a esfera pública efetivamente deliberativa, ritualizada nas formas parlamentares da democracia contemporânea, está fora de alcance direto da esfera civil, que nem ouve nem é ouvida».

Conscientes de que não há formas de participação sem o reverso dos seus inconvenientes, importa aqui sublinhar, em síntese, que esta concepção de participação nos ajuda a compreender que o cidadão participativo - nos moldes que temos vindo a discutir à luz do jornalismo público - é visto na sua «qualidade de sujeito deliberativo que é capaz de desenvolver um discurso que ganha um espaço na esfera pública e compete com outros discursos que sempre têm tido mais aceitação pelas suas estratégias gramaticais de poder» (Miralles, 2001:129). É com este argumento que se encontra uma relação direta e sinérgica entre a função do jornalismo e o papel da participação. Se o primeiro contribuiu para a cidadania, para a democracia e para construir comunidade (Kovach e Rosenstiel, 2004:15), parece-nos evidente que a participação, como princípio democrático, ajuda à construção e consolidação da comunidade. Não significa que ela baste para resolver os problemas. Ao entusiasmo do seu uso, pelas ferramentas que se concedem aos cidadãos, deve opor-se o discernimento sobre o seu alcance prático. Levar as pessoas a participar é, antes de mais, lembrar-lhes um direito de cidadania que decorre da sua condição de membros de uma comunidade, sobre a qual podem e devem

pensar e agir. Mas não basta elucidar sobre esse “direito”, como ocorre nos processos de votação eleitoral. O sentido desta participação ultrapassa essa dimensão processualista e formal da relação entre os cidadãos e todas as valências do sistema democrático.

O alcance substancial da participação é aferível, sobretudo, pelo processo de integração cívica que é gerado e pela importância que possam ter as opiniões ou decisões nas quais os cidadãos venham a participar. Argumentamos que uma participação não gera um automatismo de envolvimento genuíno. Há muitos processos que desembocam em pseudoparticipações, onde o que conta é apenas o ato de participar por participar, numa lógica de mensurabilidade quantitativa, e não tanto o processo que conduz à participação, o *como*, *por quê* e *para quê* (Ander-Egg, 2006:168). O exemplo do orçamento participativo, que se aprofunda no ponto 4.5, é elucidativo sobre novas formas de questionamento dos processos de inclusão participativa, onde fica claro o alcance do *como* participar de modo a influir na gestão da própria comunidade, servindo de estimulação vital para a cidadania. A ideia que se tem vindo a delinear sobre o sentido de participação está intimamente ligada, e interdependente, à cidadania. Esta não poderá ser plena (ou aspirar a ser o mais plena possível) se não existirem causas e formas de participação. Poderá o jornalismo cumprir também esse papel? Será mais difícil se ele estiver submerso num modelo da imprensa empresarial, «não mais entendida como um conjunto de serviços sociais destinados a suprir a arena da opinião civil, mas como um sistema industrial de serviços voltados para prover o mercado de informações segundo o interesse das audiências» (Gomes, 2009:75).

Pela argumentação conceptual anterior, a participação objeto de questionamento não é qualquer participação mas aquela que é determinada e fundamentada pela natureza implícita no conceito de cidadania. Uma cidadania que significa, no sentido lato, a condição básica para que qualquer individuo afirme a sua pertença a uma comunidade política e social, com direitos, deveres, garantias e proteções. Uma relação sinérgica entre o polo da participação vivencial e socialmente comprometida com os desafios do bem-comum dá origem a uma ideia de “cidadania ativa” (como aprofundamos no capítulo cinco, mais à frente).

Quando os cidadãos participam no quadro desta conceção, pode dizer-se que os “*cidadãos simbólicos*” se transformam em “*cidadãos reais*”, isto é, em cidadãos que participam (Ander-Egg, 2006:161). Este autor explica que existem três formas práticas de expressão da cidadania, enquanto direitos e deveres: i) *A cidadania civil* - que se fundamenta no reconhecimento do valor e da dignidade inalienável dos seres humanos e

dos seus direitos e valores fundamentais, como são a liberdade individual, liberdade de palavra, de pensamento e de crença; ii) *A cidadania política* – supõe e exige o pluralismo político e ideológico, a existência de maiorias e minorias no governo, conforme eleição pessoal que cada cidadão faz em eleições livres e democráticas; iii) *A cidadania social* – que abarca os direitos necessários para assegurar condições básicas de existência, no plano económico (direito ao trabalho), de bem-estar material (um salário e igualdade de oportunidades) e no plano da segurança (direito à saúde, à reforma, a assistência face aos acidentes, a férias) e direito à educação e à habitação. Esta forma de cidadania expressa-se na medida em que existe uma apropriação/interiorização dos direitos e deveres sociais na consciência dos cidadãos (Ander-Egg, 2006:161). Realizar a democracia – não como mero sistema político e social – implica que se entenda como uma forma de vida de natureza integral, onde os cidadãos exercitam os seus direitos e deveres como membros de uma comunidade política (*idem*, p.163).

Vejamos, de seguida, alguns indicadores da realidade portuguesa que ilustram, a partir da prática, alguma “erosão” dessa relação entre as esferas civil e política.

4.2- A qualidade e a erosão do sistema democrático

O recorde de abstenção das últimas eleições presidenciais em Portugal é um aviso de que o sistema democrático está doente, noticiava o Público (23/1/11) ao constatar que os portugueses tendem a votar cada vez menos. A culpa é dividida entre cidadãos, políticos e Estado, escreve o mesmo jornal citando vários politólogos que falam sobretudo de um distanciamento dos cidadãos em relação à política. Pese embora haja questões técnicas que justifiquem esta realidade, por exemplo de sobre-recenseamento⁵², a opinião dos investigadores ouvidos pelo jornal vai no sentido da descredibilização da política e dos políticos, e também de algum laxismo por parte dos cidadãos. Sendo que a indiferença e a apatia são também duras formas de criticar. É um facto que as legislativas têm mais adesão por estar em causa a governação, com impacto direto na vida dos cidadãos, mas os partidos, para Manuel Meirinho, do Instituto

⁵² Os estudos de José Bourdain, investigador de ciência política, sobre os “eleitores-fantasma” mostram que estes serão na ordem dos dez por cento, cruzando dados do INE da população residente em Portugal com os números da Administração Eleitoral: dos 9,5 milhões de inscritos, quase um milhão não existe. (in Público, 23/01/11)

Superior de Ciências Sociais e Políticas, devem procurar uma maior credibilização e transparência e reforçar o relacionamento entre eleitores e eleitos. Carlos Jalali, investigador de ciência política da Universidade de Aveiro, questiona-se: “Quantos partidos promovem debates e tertúlias?”

Para estes investigadores, o Estado deve apostar a sério na sensibilização dos cidadãos. Carlos Jalali soma a aposta na educação e socialização, lembrando o estudo de uma comparação de duas turmas do 12.º ano de uma escola aveirense: os alunos que estudaram Ciência Política abstiveram-se menos nas eleições de 2009 do que os que não tiveram a disciplina. Mas quem se abstém será, em princípio, alguém com menor nível de educação, com sentimento de distância em relação ao Estado (pensa que a sua participação não conta), desconfia do funcionamento das instituições e tem menos identificação partidária (não se situa à direita nem à esquerda), descreve o politólogo António Costa Pinto.

O modo mais fácil de baixar a abstenção seria tornar o voto obrigatório e punir a falta à urna com uma sanção efetiva – multa ou restrição de um direito social ou cívico. Na Europa, o voto é obrigatório na Bélgica, Grécia, Itália e Luxemburgo. «Resolvia-se o problema, mas matava-se o mensageiro», critica Carlos Jalali; «criava-se um cenário artificial», contesta Manuel Meirinho; «nem sempre melhora a qualidade da democracia», avisa António Costa Pinto. A solução, defendem, é lidar de frente com as causas em vez de “resolver por decreto”.

Uma das questões que se coloca ao sistema democrático e aos seus atores, nos tempos que se seguem, é estudar a fundo as causas deste afastamento que fragiliza o sistema face ao desafio da mobilização e participação cívica. E o problema tende a agudizar-se, especificamente no caso português. O primeiro estudo sobre “A Qualidade da Democracia em Portugal: a Perspectiva dos Cidadãos”⁵³, da autoria de quatro sociólogos, vem revelar que há uma regressão no apoio popular ao sistema democrático, quer pela indiferença perante a importância da democracia, quer pelo aumento (preocupante) dos valores autoritários, que decorre da falta de confiança e credibilidade do poder democrático. O estudo revela que só 56% dos portugueses acreditam que a democracia é o melhor sistema político o que significa, na prática, que está a aumentar a

⁵³ O estudo foi divulgado através do jornal *Público*, edição de 19 de Janeiro de 2012, pp. 2 a 4

insatisfação com o regime em causa, havendo mesmo 15% da população a admitir que, em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível a um governo democrático. António Costa Pinto, um dos autores do estudo, refere que existe uma eminente contradição entre o que a democracia aponta como questão fundamental, que são as eleições livres, e o que as pessoas pensam o que é a democracia, ou seja, que ela assenta na redistribuição da riqueza, no emprego e no combate à exclusão social (*Público*, 19 janeiro 2012, p:3).

A “falta de confiança nos políticos/governo” é o maior defeito da democracia em Portugal, para 19% da população, enquanto 11% apontam “governos não eficazes” e 10% a “corrupção”. Estes três problemas da democracia mostram como há uma degradação do ponto de vista ético das lideranças que se torna mais acentuada com as medidas de austeridade, interpreta Luís de Sousa, sociólogo e um dos autores do estudo. (*Público*, 19 janeiro de 2012, p:4) No que se refere à avaliação dos políticos e das decisões, 78% das pessoas respondem que estes se preocupam apenas com os seus próprios interesses, cujas decisões políticas favorecem sobretudo os grandes interesses económicos. Para 75% da população, considerando o universo de 1207 inquiridos, os políticos não se interessam pelo que as pessoas comuns pensam e a maioria entende que é o presidente da República que mais capacidade tem para responsabilizar o governo, seguindo-se a União Europeia, a Assembleia da República o Provedor de Justiça e, finalmente, os meios de comunicação social que constituem, neste caso, o “quinto poder” do sistema de governação pública, dignificador, portanto, do seu papel e das suas funções de vigilância e questionamento público.

Quando se pergunta o que é mesmo importante na democracia, 89% das pessoas considera absolutamente fundamental haver um nível de bem-estar mínimo (nível de vida digno) para todos os cidadãos, ao mesmo tempo que 85% exige que os governos respondam às reivindicações dos cidadãos. Ou seja, está implícita a crítica a um sistema que, apesar das mais expeditas formas de comunicação e informação entre os governos e os cidadãos, como vimos antes, parece não corresponder a esse grande objetivo de uma efetiva democracia para e com os cidadãos, afinal a razão de ser da política: governar para o bem-estar geral dos cidadãos. Não admira, por isso, que o estudo revele que os portugueses se sentem mais representados por movimentos sociais de protesto – que têm vindo a aumentar à medida que a austeridade económica se instala em termos

globais e locais – do que pelos partidos políticos, a base do sistema democrático, ou mesmo os sindicatos. A desconfiança é tanto maior quanto maior é a dependência ideológica das instituições e agentes individuais de representação política. Ou seja, quanto mais uma iniciativa é independente dos partidos, mais adesão tem, explica António Costa Pinto (*Público*, 19 janeiro, 2012, p: 4).

Estes dados vêm demonstrar que a democracia é um bem ameaçado ou pelo menos com perda de qualidade para uma relativa maioria (56%) do universo da amostra. Este recuo do melhor dos sistemas de governo entre os piores, parafraseando a velha máxima de Winston Churchill, sem que não se vislumbre o que, para essa maioria, seria melhor, deve ser relativizado face ao momento histórico e político em que o estudo ocorreu, Julho de 2011, no quadro de uma grande crise económica e social que obrigou o país a recorrer à ajuda externa da União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. Um momento onde, naturalmente, há maior intolerância social pelos representantes políticos. Mas não deixa de ser preocupante, quer esse indicador que mostra uma grave erosão do sistema, quer, sobretudo, a preferência de 15% pelo autoritarismo.

O que constitui uma ameaça para os valores da liberdade, da expressão da vontade popular e do próprio Estado de Direito e da sua legitimidade. Coloca-se a questão: o que leva tantos cidadãos a descrer da democracia ou a preferir o autoritarismo? Sobretudo, quando a ascensão dos regimes autoritários na Europa, ao longo do último século, foi responsável pelo não cumprimento das liberdades e direitos fundamentais do ser humano.

O traço comum quer dessa ascensão anterior quer da atual tendência acaba por ser a grave crise económica e social que torna compreensível essa tomada de posição crítica contra o regime e os seus representantes. Esta aparente escalada do autoritarismo encontra paralelo no quadro de outras democracias europeias, pressupondo-se que a causa possa ter a ver com a conjugação de dois fatores: por um lado, um certo efeito de “contágio ideológico” da globalização política de extrema-direita, por outro a convicção desses 15% de portugueses de que só uma “mão de ferro” seria capaz de acabar, por exemplo, com a “corrupção”, uma vez que se trata de um dos principais problemas de democracia apontados. Ainda se coloca, em nossa opinião, um outro cenário para tal posição de simpatia por um regime autoritário, nesta altura de demonstrada insatisfação

pela qualidade e desempenho da democracia. Que é o do simples e emotivo desabafo de cidadãos que ao criticarem o que lhe parece estar mal, ou o que os afeta diretamente nas suas vidas, recorrem ao habitual exemplo do regime vigente em Portugal até abril de 1974.

Até porque, olhando para outros indicadores do Barómetro da Qualidade da Democracia extraem-se dados que, em certa medida, contrapõem essa aparente deriva pelo autoritarismo. Por exemplo, 86% dos indivíduos inquiridos acham essencial que haja eleições livres e justas, 71% que haja liberdade para criticar os governos – o que não acontece em regimes autoritários. Ou ainda, no que se refere à opinião sobre medidas de responsabilização, 76% das pessoas a pedir a existência de mais mecanismos de controlo independentes que avaliem a transparência das decisões tomadas pelo governo ou que este, na opinião de 69%, permita maior acesso da comunicação social às razões e aos critérios por detrás das políticas governamentais. Ou também os 81% de pessoas para quem é mesmo importante na democracia que haja partidos que representem a diversidade de opiniões na sociedade. Em suma, o que os cidadãos querem, como se espelha nestas respostas, é um regime que assegure e cumpra os valores da liberdade, tolerância e pluralismo. E esse, certamente, não será um regime autoritário e ditatorial, como aquele que governou Portugal durante 48 anos.

Não parece ser a vontade de recuar na história para daí extrair a solução mas, antes, a demonstração extrema de um descontentamento social generalizado, protagonizado sobretudo pelas classes mais vulneráveis, na presente situação da sociedade portuguesa, onde o desemprego lidera a lista de principais problemas, seguindo-se a pobreza e exclusão social, a dívida do Estado, o crescimento económico, a criminalidade, os impostos, o futuro do Serviço Nacional de Saúde e, por fim, a permanência de Portugal no Euro. O que os cidadãos procuram é que a democracia cumpra, enquanto sistema de governo ao seu serviço, todos os requisitos para que se alcance o que mais desejam: um nível de bem-estar mínimo para todos com a garantia dos direitos sociais na saúde, educação, habitação e segurança social. E o que sobressai do estudo citado é que a falta de confiança nos políticos e governos, como a sua “não eficácia” para implementar esses direitos, conduz à evidenciada insatisfação com a democracia em Portugal.

Importa, todavia, perguntar que democracia é esta, pela qual os portugueses se sentem defraudados? A clarificação do conceito é importante, até porque, como se pode verificar pelos dados do estudo, há uma clara tendência de os cidadãos quererem ser mais bem representados e que haja oportunidades eletivas para as pessoas participarem na política. Evidencia-se, por um lado, um certo cansaço dos partidos monolíticos, fechados nas suas nomenclaturas ideológicas, sem espaço para novas e mais amplas abordagens e mobilizações cívicas. Por outro - não sendo um fenómeno novo em Portugal - verifica-se um aparente aumento do interesse por movimentos de cidadania independentes, como ficou provado no estudo, embora se deva guardar as devidas reservas, caso a caso, sobre que sentido concreto terá essa ideia de “independência”. A verdade é que difundem – e não apenas nas e pelas redes sociais digitais – sinais de uma cidadania preocupada em ter voz, e fazê-la ouvir, face ao espectro dos partidos políticos ou mesmo dos movimentos sindicais, que, como se tem visto recentemente em Portugal, também são alvo de divisões, de fações ideológicas, de “lutas” pela representatividade junto dos poderes, como uma inevitabilidade da sociedade democrática e pluralista. Os cidadãos – ou aqueles que tudo fazem para se sentirem e mobilizarem como cidadãos, tomando partido nas causas públicas, deliberando, reivindicando direitos coletivos, assegurando uma participação democrática no seu espaço territorial ou contexto institucional de trabalho – estão hoje a exigir aos governos mais práticas comprometidas com a cidadania, mais independência, mais horizontalidade e inclusão pluralista nos modelos de decisão pública. Aliás, no Barómetro da Qualidade da Democracia, 79% da população entende que se deve aumentar o peso das organizações não governamentais na decisão e aplicação de políticas de interesse público. E essa vontade de o povo ter voz própria decorre da sensação, manifestada neste estudo, de que os governos tendem a tomar decisões subjugadas a interesses organizados, ou com os seus próprios interesses, e não tanto a responder às reivindicações dos cidadãos.

Mas o problema é que, como vimos nos índices de participação e envolvimento dos portugueses em causas coletivas, a ideia de cidadania democrática reduz-se, na generalidade, à democracia eleitoral, em que os cidadãos são munidos do poder de escolher os seus representantes. Embora, como o estudo evidencia, possa estar em construção uma “consciência cidadã” de um espaço público contemporâneo em que os cidadãos, em Portugal, sejam não apenas autores de opiniões argumentadas mas também, e sobretudo, atores portadores de intervenções e de iniciativas, participando na

agenda política (Hansotte, 2008:12). Essa mobilização da chamada sociedade civil, cuja complexidade contemporânea decorre da explosão dos contextos tecnológicos, económicos, culturais e sociais – quer locais quer globais – necessita de uma razão prática, enquanto competência coletiva indispensável ao exercício da cidadania, que permita conjugar princípios ou valores democráticos – como a liberdade, tolerância e pluralismo – com as necessárias escolhas de ação, seja ela consensual ou conflituosa. Trata-se, portanto, de uma legitimidade muito difícil de alcançar porquanto ela depende de um complexo processo de agregação de pressões múltiplas do Mercado sobre os Estados – como aconteceu no atual contexto de crise económica e política.

Sejam quais forem as perspetivas interpretativas deste pioneiro estudo em Portugal, o que parece ficar claro é que o regime democrático está fragilizado. Ou seja, a democracia representativa é um modelo posto em causa pelos cidadãos, na medida em que, ao assumir-se como único regime legítimo, a que se deve a democratização da sociedade, também ela se tornou uma presa fácil dos grupos sociais dominantes que a «perverteram e sequestraram para melhor servir seus interesses» no entender de Boaventura Sousa Santos (2011:101). É oportuno parafrasear este sociólogo português, no seu mais recente livro intitulado *Portugal – Ensaio contra a autoflagelação*, e que se cruzem as suas interpretações com os indicadores do estudo citado. É um facto que as principais conquistas democráticas, considerando quer Portugal quer a Europa como unidades de análise, se devem, inevitavelmente, às sucessivas mobilizações e ousadias das classes populares que, ao assumirem a democracia como sua, conseguem avanços ao serviço dos interesses da grande maioria da população.

4.3- Sinergias entre democracia representativa e participativa

O estudo do Barómetro da Qualidade da Democracia indica que as pessoas se sentem mais representadas, na luta pelos seus direitos, pelos movimentos sociais de protesto cuja dinâmica, nos tempos de maior mobilização, constituiu uma inovação extra-institucional de participação dos cidadãos como uma força decisiva. Então, tendo em linha de conta esta reflexão, a democracia representativa, tal como se apresenta hoje, precisa da participação dos cidadãos para cumprir o seu maior desiderato: democratizar a sociedade. Significa, na prática, a exigência de complementaridade entre a democracia representativa com a democracia participativa (Santos, 2011:102). Ou seja, aquilo que o jornalismo público de certa forma preconiza, o maior envolvimento e implicação dos

cidadãos nos processos de agendamento mediático das questões públicas mais relevantes, pode hoje significar um dos grandes desafios das sociedades democráticas.

Quaisquer reformas dos sistemas políticos no futuro, face à mega ideologia do neoliberalismo e a pressão das instituições do capitalismo global, não terão sucesso sem o envolvimento mais denso e comprometido dos cidadãos e das comunidades na condução da vida pública. Entende-se, portanto, a democracia como um processo de vida coletiva e partilhada, associativa e comunitária, mais do que a reduzir apenas à concepção de sistema político. O que, de resto, fica patente numa interpretação mais geral do estudo sobre a qualidade da democracia em Portugal. Mais do que um gueto de políticos e para políticos, os cidadãos vêm na democracia o seu sentido mais lato e transversal à sociedade. Não se revêm nela, apenas como modelo eleitoralista, mas exigem dela, e dos seus protagonistas, novos modelos de governo mais democráticos que aproximem representantes e representados. É evidente que esta ideia de maior participação dos cidadãos na condução da democracia, hoje motivada pela força das novas tecnologias de comunicação, tem um lado que importa, pelo menos, não ignorar: é necessário adquirir e exercer competências, além da vontade de intervir, que garantam à participação uma natureza substantiva que resultem em atividades e ou projetos verdadeiramente úteis para a vida democrática em sociedade. E que, portanto, não sejam a replicação daquilo que os cidadãos, de um modo geral, já questionem: a transformação da luta por causas comuns em lutas corporativistas e de interesses particulares.

É muito difícil mensurar se uma determinada mobilização social representa, na sua plenitude, um exercício e cidadania livre e independente, racional e logicamente argumentada, ou apenas um qualquer ajuntamento sem eficácia ou capacidade de alcance político além do seu eventual efeito mediático. Muitos dos movimentos sociais de protesto, a que os inquiridos do Barómetro de Qualidade da Democracia dão mais crédito como seus representantes, só numa perspetiva otimista se podem considerar verdadeiramente movimentos com intuítos genuinamente voltados para a ideia de bem comum. Não será a participação coletiva muitas vezes a mera soma das reivindicações pessoais de interesse próprio? Por exemplo, num movimento social de protesto de professores contra as medidas no sector da educação não está em causa, e só, a defesa de interesses corporativos de uma classe, subdivididos em milhares de problemas

particulares de cada um dos participantes que, por causa da sua vida pessoal, se mobilizou para um agrupamento de voz coletiva?

4.4- O desafio de incluir os cidadãos na deliberação democrática

No caso português, esta mobilização social – seja ela nos espaços tradicionais ou virtuais – decorre de uma cultura de participação típica de um povo que se conhece pela sua força de mobilização social, em todas as causas de defesa do interesse público? Há efetivamente um sentido comum de comunidade que conduz a essa participação democrática? Que estímulos conduzem à participação de natureza cívica? São questões para as quais não temos a ambição, nem o espaço neste trabalho, de responder. São, antes, pontos de partida para uma posição epistemológica sobre a sociedade e as suas múltiplas e complexas redes de socialização e mutação permanente. Quando nos referimos aos espaços tradicionais ou virtuais, importa voltar a incluir na presente reflexão o papel e a importância das novas tecnologias de comunicação, designadamente a Internet, como plataformas de mobilização e participação. Entendemos que face a um certo adormecimento dos espaços convencionais de expressão da opinião pública – como foram os cafés ou clubes literários na ascensão da classe burguesa na Europa do iluminismo – por força das mudanças sociológicas nos modos de vida comum ao longo dos últimos três séculos, a explosão do meio tecnológico acaba por ser, por si só, um estímulo à participação.

Neste caso, é o meio que acaba por motivar um fim de utilidade que se constitui, no atual quadro das sociedades tecnologicamente hiperativas, uma moda como novo espaço público. Um espaço cuja caracterização ao nível das motivações e interesses dos usuários levanta diversos paradoxos, entre eles o mais consensualmente admitido: a democratização de um volume colossal de informação – que não pára de aumentar – criou, em simultâneo, a perigosa ilusão de que tudo está ao alcance da facilidade de um clique. A ilusão de que o “instrumentalismo” da sociedade tecnocrática moderna é uma força de libertação (o que não é, à luz do pensamento da teoria crítica da Escola de Frankfurt, de que o filósofo Alemão Jurgen Habermas é o mais expressivo representante, como analisaremos mais à frente).

Da mesma maneira que a democratização dos telefones móveis criou uma sociedade instantânea e permanentemente em contacto e contactável – substituindo as

convencionais redes de sociabilidade física e interpessoal – a Internet e as redes sociais, como já vimos antes, são esse contraponto que parece ser a base de todas as revoluções que voltam a emergir nas ruas. Basta lembrar o caso da chamada *Primavera Árabe*, cuja mobilização social, em finais de 2010 e 2011, contra regimes opressores no Médio Oriente e Norte de África, face a tentativas de repressão e censura na Internet por parte dos Estados, acabou por reforçar essa áurea libertadora à rede das redes, capaz de sensibilizar a população e a comunidade internacional através dos media sociais como o *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. Ou também, no caso português, o *Movimento 12 de março* (M12M), descendente do movimento *Geração à Rasca* que juntou milhares na avenida da Liberdade, em Lisboa, numa composição inter-geracional, exigindo uma auditoria às contas públicas por uma entidade independente para apurar os responsáveis pela crise.

A mesma exigência, afinal, que 76% dos inquiridos do estudo sobre a democracia em Portugal que pedem mais mecanismos de controlo independentes que avaliem a transparência das decisões e, neste caso, das contas públicas. Encontra-se uma coincidência na natureza das reivindicações, tendo em conta que o problema central que as motivou foi precisamente a crise financeira do país amplamente mediatizada, refletiva e problematizada. Voltando ao centro da discussão sobre a democracia, independentemente dos verdadeiros impactos e alcance dessas novas redes de mobilização digitais, elas, para bem e para o mal, alargaram o conceito de democracia, na medida em que a voz dos cidadãos é agora mais audível e partilhável, capaz de alcançar o poder, quando bem conduzido, não só de colocar em causa a legitimidade da democracia representativa – como é o caso em Portugal – mas sobretudo de se auto legitimar, face às instituições de representação política que coloca em causa, como instância determinante e imprescindível no (difícil) equilíbrio do regime democrático. Um povo cuja voz não seja apenas um simples atributo mas um envolvimento efetivo de modo a que a cidadania se reforce como prática política horizontal, isto é, numa praxis política horizontal cujos atores não são exclusivamente os governos mas sim os governados (Hansotte, 2008:21).

Esta aceção de “política” como *praxis* é entendida – e corroborada pela interpretação anterior a partir do estudo da democracia na perspetiva dos cidadãos portugueses – como atividade pluralista de confrontos verbais, de debates, de reflexão

cruzada, de exigências e cedências, de redes e laços sociais, onde os cidadãos têm lugar e não são excluídos. Em contraponto, no sentido aristotélico o termo “política” é relativo à administração de uma Cidade, como uma atividade de gestão e organizadora para a qual existe uma ciência do político no mais alto ponto organizador. Reduzir o regime democrático à esteira de Aristóteles é, em certa medida, agudizar a sua crise.

No caso português, de acordo com um estudo de Cardoso e Morgado (2003), o segundo modelo está mais cristalizado na medida em que o seu sistema político parlamentar, na forma como se relacionada com a sociedade, não promove o contacto direto com os eleitores. Os autores analisam particularmente as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na modificação da prática política dos parlamentares, destacando como os fatores institucionais interferem nesse uso. E chegam à conclusão que não há apropriação política da internet no quadro parlamentar e que a sua utilização individual, motivada pelo sistema partidário e cultura política parlamentar, significa um uso restrito das TICs no campo político (Cardoso e Morgado, 2003:136). Depreende-se que na sua ação os representantes dos cidadãos na chamada “casa da democracia” estão sujeitos quer a uma cultura política de um sistema “restritivo e defensivo”, voltando às palavras de Boaventura S. Santos, quer ao controlo estrito do *staff* partidário. Esta ideia de restrição cívica em Portugal tem antecedentes históricos que não se devem descurar. Por exemplo, Rui Ramos (2004:447-569) analisa as causas que explicam a persistência dessa restrição, argumentando que ela não derivou simplesmente das implicações políticas de uma estrutura social nem da rutura da tradição cívica, mas do próprio projeto de cidadania formulado no regime da monarquia constitucional.⁵⁴

⁵⁴ Cfr. Rui Ramos, «Para uma história política da cidadania em Portugal », *Análise Social*, vol. XXXIX (172), 2004, pp:447-569. Para o investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, «têm-se invocado duas causas para explicar a persistência da restrição cívica em Portugal. Em primeiro lugar, presumiu-se que a natureza rural da sociedade portuguesa teria resultado, ao nível político, num sistema oligárquico, com clientelização das massas. Em segundo lugar, atribuiu-se ao Estado Novo (1933-1974) a interrupção, por motivos doutrinários e de expediente repressivo, da participação política supostamente promovida pelos regimes anteriores. Estas hipóteses deixam, porém, muito por esclarecer. Por exemplo, por que foi o princípio da cidadania tão cedo adoptado em Portugal, logo na década de 1820, e o que significava? E por que é que as mais severas restrições ao direito de votar foram decretadas em 1895 pelos liberais e em 1913 pelos republicanos?» (p.547). O autor argumenta que «a restrição dos direitos políticos em Portugal não derivou simplesmente das implicações políticas de uma estrutura social

A utilização das novas tecnologias tem apenas uma perspetiva de modernização, para incrementar a eficiência administrativa, e não a da possibilidade de revitalização nas formas de aproximação do parlamento à sociedade, promovendo-se uma nova cultura política de participação do público que ajudasse a conectar os políticos com os eleitores. Ou seja, incluir os cidadãos na deliberação democrática e, com isso, reconquistar a confiança destes na democracia e nos seus protagonistas – afinal o principal problema que o barómetro da qualidade da democracia em Portugal veio revelar.

Esta ideia de crise ou “mal-estar” da democracia representativa não se circunscreve a um problema político nacional sendo, também, um espelho do que se passa em termos internacionais. Veja-se, por exemplo, o que dizem Yves Sintomer e Enesto Gaduza (2008)⁵⁵ num estudo dedicado à democracia participativa e modernização dos serviços públicos, com enfoque empírico sobre as experiências de “pressuposto participativo” na Europa:

«(...)A dinâmica europeia parece paralisada, dividida entre concepções divergentes e ameaçada por movimentos nacionais e inclusive nacionalistas. Em todos os países –ou em quase todos – os sistemas políticos enfrentam uma desilusão ou uma crise de legitimidade. A democracia representativa clássica já não parece capaz de assegurar os novos desafios nem de mobilizar as energias e a confiança dos cidadãos nas instituições e na classe política» (Sintomer Y., e Gaduza, E., 2011:5).

O diagnóstico aclara essa evidência de uma “desilusão” e uma crise de legitimidade dos sistemas políticos na Europa, tal como referem os autores, nos quais a democracia representativa clássica já não parece capaz de mobilizar as energias e a confiança dos cidadãos. Sublinhe-se, de resto, a similitude que se encontra entre a interpretação destes autores, cuja obra foi originalmente publicada em França, em 2008, com o título *Les budgets participatifs en Europe: des services publics au service du*

nem da ruptura da tradição cívica, mas do próprio projeto de cidadania tal como ele foi formulado pelos chamados «liberais» sob o regime da monarquia constitucional» (Ramos, 2004:548)

⁵⁵ Cf. http://www.op-portugal.org/downloads/Demo_%20Part_y_modernizacion_de_los_servicios_publicos.pdf

*public*⁵⁶, e os resultados do barómetro da qualidade da democracia em Portugal. Nomeadamente, no que se refere ao retrocesso de confiança na classe política e nos partidos, cujo reconhecimento como voz de representatividade dos cidadãos perde intensidade.

Estes traços, resumidamente analisados, reiteram, por um lado, a aparente erosão do sistema da democracia representativa e, por outro, a afirmação de um modelo de democracia deliberativa que procura uma abertura da vida pública em todas as suas dimensões dinâmicas, como forma de redefinir as relações entre o “mundo da vida” dos cidadãos e o sistema governamental. Com base nos pressupostos do pensamento de Habermas, a teoria que sustenta este modelo deliberativo aponta para a defesa das condições ideais de formação da “opinião pública” democrática, com base na proliferação de processos comunicativos que garantam o diálogo racional para lá do habitual fechamento discursivo dos espaços convencionais da administração política e governamental.

Segundo a conceção do filósofo alemão (1989:36) este modelo de democracia deliberativa desafia os cânones da condução pública da *polis*, tradicionalmente centralizada nos poderes públicos a uma abertura a todos os cidadãos. Dotados de razão e comprometidos com as questões públicas, estes seriam capazes de garantir uma esfera pública decisiva para o equilíbrio de forças no poder deliberativo sobre a vida comum, retirando ao Estado-nação o exclusivo desse papel democrático. Os cidadãos privados aqui considerados são os que se apresentam envolvidos ou “engajados” com as questões vitais da vida política e social e cultural comum e que, nessa base, dão garantias de ombrear racionalmente através dos mais diversos processos de comunicação ou interação lógica sobre os assuntos de interesse comum. Ora o alcance dessa esfera pública depende, à luz da noção habermasiana, de três características fundamentais que são: 1) o único critério pelas quais as contribuições públicas devem ser julgadas é pela capacidade racional e argumentativa dos seus autores; 2) os tópicos da discussão devem ser circunscritos ao domínio do “interesse comum” e 3) deve-se alcançar uma abertura da discussão a todos os elementos do público (Habermas, 1989:36).

⁵⁶ Editado pela Editora La Découverte, Home page: <http://www.editions-lacouvert.fr>

Como um dos mais importantes expoentes da Escola de Frankfurt de teoria crítica, Habermas é fundador de uma teoria da ação comunicacional⁵⁷ na esfera pública a partir da qual se estabelecem alguns princípios orientadores da prática ideal da discussão pública e racional entre cidadãos privados em relação a temas ou assuntos de interesse público. Numa profunda reflexão sobre os pressupostos ideais de um processo de intercompreensão entre os indivíduos, com objetivo de se alcançar um estado ideal de vida social, retomada na sua obra *Teoria da Ação Comunicacional* (1981a) o filósofo alemão aponta para o poder emancipador que representaria o uso das racionalidades comunicacionais no alcance de melhor equilíbrio entre as dimensões que estruturam a sociedade. Por um lado o “mundo da vida”, onde opera e se interliga todo o cabedal cultural e normas sociais que legitimam e organizam espontaneamente todas as relações humanas no quotidiano; por outro, o “sistema” entendido, segundo o autor, como toda a administração económica e política das sociedades a quem cabe a condução estratégica e produtiva para a sustentabilidade da vida em comum.

Nesta dualidade de dimensões estruturais da sociedade, como dois polos indissociáveis um do outro, Habermas procura enfatizar a força de uma razão dialógica e intersubjetiva, onde a linguagem é o centro da argumentação e do entendimento mútuo como ação comunicacional capaz de democratizar a esfera pública contemporânea. A sua *Teoria da Ação Comunicacional* (1981a) aponta para esse desejo de universalização de condições de reconhecimento da linguagem como o principal agente de compreensão mútua no processo de comunicação humana. À luz da sua utilização concreta nas duas dimensões estruturais da sociedade (mundo da vida e sistema), o autor estabelece que a linguagem só é considerada um recurso da ação comunicacional, se ela for usada como plataforma de compreensão mútua e no alcance de consensos entre os indivíduos.

Ao contrário, se for usada como recurso retórico de influência de uma parte sobre outra nos atos de fala, então ela não é mais do que uma ação concertada e

⁵⁷ No essencial, a teoria da ação comunicacional de Habermas segue a mesma linha de influência do pensamento de Theodor Adorno e Max Horkheimer, materializada na obra *A Dialética do Esclarecimento*, editada em 1947, em Amesterdão, ao examinar os problemas da modernidade, sobretudo a adoção acrítica da “razão” que, em lugar de ser um mecanismo de libertação, se tornou outro mecanismo de controlo social através da tecnologia. Habermas, na sua obra de 1962 e, sobretudo, em *The Theory of Communicative Action* (1981) desconfia do “instrumentalismo” da sociedade tecnocrática moderna. A tecnologia deve ser vista como meio para atingir fins sociais, faltando uma “esfera pública” na qual se pode concretizar o ideal de debate crítico sobre a natureza e a conveniência desses fins. Trata-se, em suma, de uma teoria de revigoração do projeto do Iluminismo. (Cf. Law, 2009:343)

estratégica ao serviço do “sistema”. Habermas denuncia a colonização a que está exposto o “mundo da vida”, sobretudo por via da influência do sistema económico e do sistema político-administrativo. No essencial, para o filósofo alemão seria necessário impedir essa invasão como forma de preservar a vida humana de uma espécie de contaminação estrutural que a afeta. Ao admitir o colapso da esfera pública, face ao paradoxo de, por um lado, estar a expandir-se de forma impressionante e, por outro, a sua função estar a tornar-se insignificante - tendo como horizonte de reflexão os séculos XVIII, XIX e XX. Habermas (1962:2) desconstrói o ideal normativo da discussão pública herdado dos princípios feudais da legitimidade dos poderes superiores, desses séculos passados, para afirmar a opinião pública como a principal base de representação, pela força de uma racionalidade argumentativa de matriz universal através da qual, seguidos os critérios e as condições gerais de compreensibilidade e inteligibilidade⁵⁸, se poderia alcançar uma discussão mais democrática capaz de gerar entendimentos e consensos entre os falantes.

A argumentação teórica de Habermas em redor do seu modelo de “esfera pública”⁵⁹ é prosseguida na obra *A Transformação Estrutural da Esfera Pública* (1989) onde enfatiza a importância política e ética da linguagem como a base da interação social e racionalidade comunicativa. Trata-se de recuperar o princípio filosófico de que

⁵⁸ Habermas fundamenta o ideal de racionalidade comunicacional em *pretensões de validade* e numa *situação ideal de fala* em que no primeiro caso, e de forma resumida, qualquer orador deve aceitar as consequências da sua ação, no processo de interação linguística, e justificar a validade das suas pretensões argumentativas pressupondo que o que se diz está assente numa base de sinceridade, é compreensível pelo seu interlocutor, é verdadeiro e pode ser justificado. Por seu lado, a situação ideal de fala é garantida quando se garante a verdade, com provas fatuais e lógica nos argumentos. São estes os pressupostos para o alcance do consenso de que a ação comunicacional depende, e para a qual se orienta (Habermas, 1991a:180).

⁵⁹ Uma discussão atual e muito pertinente sobre a “esfera pública” no contexto dos desafios e paradigmas atuais pode ser encontrada em Correia, João C. e Maia, Rousiley C. (2011) *Public Sphere Reconsidered: Theories and Practices*, Estudos em Comunicação, UBI, in <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/84>. Trata-se de uma publicação que resulta de uma Conferência Internacional homónima que decorreu naquela Universidade, a 19 e 20 de maio de 2011, organizada pela Faculdade de Artes e Letras sobre a chancela do Projeto “Agenda do Cidadão” (coordenado pelo professor João Carlos Correia) Cf. <http://www.agendadocidadao.ubi.pt/PSR/>. Nessa discussão sobre os “sentidos” do modelo clássico de esfera pública de Habermas, face às alterações introduzidas pela Internet, ler, particularmente, o texto de João Carlos Correia (“The Meanings of Public Sphere: is there any democratic role for Internet?”, pp:37-50). Sobre a relação entre a tecnologia, a razão (kantiana), a liberdade de expressão e a esfera pública cf. o texto do professor António Fidalgo (“Conectados e tutelados: uma revisitação tecnológica da esfera pública”, pp:65-72), in http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20111222-public_sphere_reconsidered_ebook.pdf

o ser humano é socialmente legitimado através do uso da capacidade racional de pensar, com inteligência, como forma de ver, entender e discutir as coisas do mundo não pelas aparências mas através do *logos* (etimologicamente originário do verbo grego *légein*, entendido como discurso demonstrativo e argumentativo, contrário ao *mythos* como tudo aquilo que pode ser narrado mas não demonstrado). Não cabe aqui aprofundar o debate em torno da complexidade desta abordagem no campo da filosofia da existência, nomeadamente no que se refere à inicial oposição entre *logos* e *mythos* do racionalismo grego do século V a.C., com o nascimento da *polis*, da própria filosofia e política grega. O longo percurso histórico da filosofia tem múltiplas teorias, desde logo em relação à base do conhecimento, que centra as questões acerca do que podemos saber, de como podemos saber o que sabemos - onde se confrontam as crenças e as proposições de verdade (Law, 2009:49).

Voltando a Habermas, importa fixar a importância da argumentação racional como pressuposto básico de legitimação social de *atos de fala* entre atores na discussão sobre o “mundo da vida” no confronto com o “sistema”. Na discussão sobre a teoria da argumentação, o filósofo alemão explica que a argumentação torna possível um comportamento racional num sentido específico, ou seja, quando ele pressupõe uma aprendizagem com os erros explícitos dessa mesma argumentação. A abertura de expressões racionais para a crítica apenas aponta para o alcance de processos de *argumentação de aprendizagem* – por meio da qual adquirimos conhecimento teórico e discernimento moral, ampliamos e renovamos a nossa linguagem avaliativa e superamos auto enganos e dificuldades na compreensão (Habermas, 1984: 22,23). O autor define quatro formas de argumentação (discurso teórico, discurso prático, crítica estética, crítica terapêutica e discurso explicativo) às quais corresponde, respetivamente, expressões problemáticas e controversas expressões de validade, conforme se apresenta na figura 1.

Figura 1 - Tipos de argumentação segundo Habermas

Dimensões de Formas de referência argumentação	Expressões problemáticas	Controversas expressões de validade
Discurso teórico	Cognitivo- instrumental	Verdade das proposições; eficácia das ações teleológicas
Discurso prático	Prático-moral	Retidão de normas de ação
Crítica estética	Avaliativo	Adequação dos padrões de valor
Crítica terapêutica	Expressivo	Veracidade ou sinceridade das expressões
Discurso explicativo		Compreensibilidade ou bem- formação de construções simbólicas.

(Adaptado de Habermas, 1989:23)

Sem nos alongarmos na especificidade de cada forma apresentada, Habermas (1989:25) considera que o discurso argumentativo - como uma das bases fundamentais de legitimação da esfera pública democrática – deve ser entendido, em primeiro lugar, como um *processo* (itálico do autor) de interação comunicativa que pode não se aproximar das condições ideais. Com base nesta fragilidade o filósofo delineou proposições pragmáticas gerais da argumentação como condições específicas de uma situação ideal de discurso. Como *processo* a argumentação pode ser concebida como uma continuação reflexiva, com diferentes meios, com ação orientada para a compreensão. Pode ser ainda entendida como um procedimento, ou seja uma forma de interação sujeita a regras especiais e normativas onde o alcance de entendimento depende da forma cooperativa como defensores e opositores do processo discursivo apresentam as pretensões de validade. Finalmente, a argumentação pode ser vista nestes termos: tem como objetivo produzir argumentos convincentes que são convincentes em virtude das suas propriedades intrínsecas e das pretensões de validade, que podem ser aceites ou rejeitadas.

O desafio de incluir o cidadão no processo de deliberação democrático, para voltarmos ao ponto fulcral da discussão, só pode ser entendido à luz destes pressupostos teóricos. Isto é, o poder do envolvimento cívico – como se verá no exemplo da iniciativa participativa e deliberativa do orçamento participativo no ponto seguinte – deve ser olhado com essa distinção normativa do verdadeiro alcance não só da participação mas do que ela, efetivamente, significa para o debate racional-crítico sobre assuntos públicos no qual se envolvem os cidadãos privados. Como processo de

interação comunicativa e procedimentos de lógica discursiva, que poder representa a argumentação participativa, agora que a classificámos à luz da teoria habermasiana, e que resultados se alcançam nesse caminho de estruturação de uma esfera pública informal alternativa à racionalidade instrumental?

É uma questão em aberto para a qual não temos a pretensão de obter aqui a resposta. Prosseguimos o debate em torno da clássica relação entre o Estado (ou o “sistema” para Habermas), o cidadão e a esfera pública (mais simbólica que material onde circulam os *discursos coletivos* e os *discursos individuais*⁶⁰) convocando outras linhas de pensamento. O problema teórico mais geral que neste ponto nos orienta é esse confronto paradoxal entre uma sociedade da informação e da comunicação estrutural e materialmente capaz de assegurar o desenvolvimento da democracia - numa concepção liberal com o Estado, de um lado, a tutelar o governo do “sistema”, e a sociedade, do outro, como um sistema complexo de circulação de pessoas de acordo com as leis do mercado – e o sentimento de que o cidadão não a sente como sua.

Não basta confiar que as novas tecnologias vão brindar a sociedade com formas de participação mais adequadas ao alcance desse “desejo” filosófico de construção de uma real esfera pública de virtudes cívicas e democráticas. Como refere a investigadora catalã Victoria Camps, «pessoalmente custa-me a crer que os problemas da democracia se possam resolver acudindo à técnica» (2003:34). É a mesma desconfiança ao “instrumentalismo” da sociedade tecnocrática moderna que Habermas sistematizou na sua obra de 1962.

A sucessiva referência ao termo “opinião pública” ou a termos sinónimos, até aqui, obriga-nos a aprofundar o seu significado e a tentar compreender o sentido ou os sentidos do seu uso em estudos clássicos.

⁶⁰ Para Gérard Leclerc (2001) sobre a natureza do espaço público na sua abordagem sociológica e crítica sobre a Sociedade de Comunicação (pp:21-36) a modernidade ou a pós-modernidade marca o nascimento de um espaço público mais simbólico que material que deve ser entendido num sentido puramente sociológico (no sentido de Habermas) no sentido em que falamos de opinião pública e de bem público. Os *mass media* passam a disputar os discursos públicos com as instituições do “sistema”. O autor distingue discursos coletivos (conteúdo estereotipado, padronizado, repetitivo, apenas trazendo uma “informação” relativamente pobre) e discursos individuais (tornadas criações culturais cujo conteúdo podem ser palavras novas, “obras” que, criadas pela capacidade de inovação, se podem tornar uma síntese excecional entre a complexidade e a unidade, enraizando-se na memória histórica, na tradição e na cultura).

Optamos por juntar a Habermas, já brevemente interpretado, Elisabeth Noelle-Neumann (1995[1984])⁶¹, uma autora igualmente importante, talvez a mais consistente, na construção de uma história da opinião pública e de um esclarecimento das relações entre o homem moderno e os meios de comunicação.

4.5 - Conceito de “opinião pública” e o paradigma cívico do “público”

Na sua obra pioneira *A Espiral do Silêncio*, Noelle-Neumann (1995[1984]) estuda a opinião pública como uma forma de controlo social, na qual os indivíduos, percebendo quase intuitivamente as opiniões de quem os rodeia, adaptam o seus comportamentos às atitudes predominantes sobre o que é aceitável e o que não é. A autora começa por constatar a ambiguidade do conceito de opinião pública, pese embora o esforço de gerações de filósofos, juristas, historiadores, politólogos e investigadores do jornalismo tenham tentando, ao longo do tempo, formular uma definição clara. Noelle-Neumann (1995:84) lembra que nos anos cinquenta e sessenta do século XX, aumentou a exigência de abandonar o termo e aí se dizia que «a opinião pública era uma ficção que pertencia ao museu da história das ideias».

Mas o conceito, envolvido nessa ausência de uma definição aceitável, não teve apenas um interesse histórico mas sim uma constante inquietação e reflexão intelectual, como lembra Neumann ao recordar, por exemplo, os primeiros passos do contributo fundamental de Habermas, em 1962, quando este comentava a centralidade do termo “opinião pública”, quer no uso coloquial quer por investigadores, especialmente de direito, política e sociologia que não conseguiriam substituir o uso de categorias tradicionais como a de “opinião pública” por termos mais precisos. Trata-se de uma referência à obra inaugural do pensamento do filósofo alemão (1962) onde este faz uma investigação de uma categoria de esfera pública na sociedade burguesa das sociedades culturais da Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII. O ato de pessoas privadas se

⁶¹ Na sua obra original *The Spiral of Silence. Public opinion – Our Social Skin*, publicada pela Universidade de Chicago em 1984, Noelle-Neumann faz uma contextualização terminológica dos conceitos de “público” e “opinião pública” numa perspectiva diacrónica e fundamentada, desde as primeiras referências ao termo “opinião pública” em França e Inglaterra no século XVIII onde está já presente a ideia de que os governantes deve prestar sempre atenção à opinião em seu redor e do seu povo no geral. O tema está, de resto, presente nas obras de Shakespeare e Maquiavel, no séc. XVI. Não admira, por isso que a força da opinião pública seja, a partir daí, como um “tribunal de justiça” criador e destruidor de reputações. E que o termo anglo-saxónico *opinion* parecia conter um tal grau de publicidade que não requeria o adjetivo adicional de “pública” (1995:90,95).

juntarem enquanto público, neste caso um público da esfera burguesa, constitui o primeiro sinal da emergência de uma “opinião pública” capaz de, no uso normativo de uma racionalidade comunicativa simbólica, confrontar a hegemonia política das próprias autoridades públicas. Ou seja, na tese principal de Habermas, revista em obras posteriores, a opinião pública não é dominada apenas por quem tem vocação retórica ou pelos críticos talentosos mas pertence a um público politicamente ativo. No sentido de que todos estão implicados (Noelle-Neumann, 1995:90).

Nos princípios dos anos 70, do séc. XX, Neumann procura um modo de aceder a esse mostro chamado “opinião pública” defendendo que a “espiral do silêncio” poderia ser uma das formas de aparição da opinião pública, um processo gerador de uma opinião pública nova. A controvérsia intelectual girava, então, em torno dos conceitos de “público” e de “opinião”. Face a uma multiplicidade de sentidos do termo “público”, Neumann (p.86) explica a concepção legal do termo da qual sobressai o seu enquadramento etimológico de “abertura” – aquilo que é aberto a todo o mundo – em lugar público, em caminho público ou em juízo público – em distinção da esfera privada.

O segundo significado, para a autora, encontra-se nos conceitos de direitos públicos e poder público. Neste caso, “público” denota alguma implicação do Estado. Segundo este uso, “público” está relacionado com os interesses públicos como se expressa, por exemplo, na frase «a responsabilidade pública dos jornalistas». Uma responsabilidade que significa, neste caso, um tratamento de assuntos ou problemas que nos afetam a todos, relacionados com o bem-estar geral. Cabe ao Estado dar garantias desse princípio, escrutinado pelos jornalistas, através do uso legal da força que lhe foi delegado pelos indivíduos.

Um terceiro sentido de “público” poderia caracterizar-se como psicossociológico (Neumann, 1995:87) na medida em que o indivíduo não vive sozinho nesse espaço interior no qual pensa e sente. A sua vida está envolvida com outras pessoas e também com a coletividade como um todo, em especial nas grandes civilizações – como acontece hoje - onde o indivíduo está mais exposto às exigências da sociedade. A capa de proteção da sua intimidade e familiaridade é, neste contexto, cada vez menos capaz de o proteger dessa obrigação expositiva à dimensão social do seu meio. O indivíduo veste, por isso, uma “pele social”, como lhe chama Neumann (idem), com a qual evita o isolamento, a impopularidade e a má fama, enquanto ser social, assegurando a necessidade de consenso. Isto faz com que as pessoas desejem prestar atenção ao seu

contexto sociocultural e se mostrem conscientes do «olho público», sabendo se estão expostos ou ocultos da visão pública, comportando-se em consequência dessa auto percepção (Neumann, 1995:87).

Esta concepção de público é muito pertinente, no contexto da nossa investigação empírica, uma vez que nos ajuda a evitar uma visão eventualmente idealista de que os assuntos que as pessoas ditam, na nossa sondagem, como os mais importantes à luz das suas preocupações, resultam não de convicções verdadeiras (no sentido de as poderem legitimar racionalmente com argumentos lógicos) podem não passar de enunciações laterais, ventiladas pelas percepções gerais a partir da atualidade mediática geral. Da mesma forma que não nos identificamos completamente com o ideal do indivíduo emancipado e independente, na medida em que, como sublinha Neumann, o fato de participar ou ser chamado a enunciar as suas preocupações com a ideia de bem-comum, não evita que este indivíduo seja socialmente «isolado e temeroso da opinião dos seus semelhantes» (1995:88). Podendo usar esse “casulo de representação social”, em nossa opinião, para se posicionar discursivamente com virtudes cívicas.

Os indicadores empíricos do nosso estudo - que iremos apresentar e discutir na quarta parte deste trabalho, a partir do capítulo 9 - devem ser olhados com base nestes pressupostos, sobretudo limitando-os como resultados de uma de muitas formas de opinião pública. Ao darmos atenção a elementos de reflexão teórica a partir do modelo de “opinião pública” defendido por Noelle-Neumann, estamos a assumir a mesma orientação crítica de que não se pode compreender o sentido ou os sentidos do termo “opinião pública” ou de “público” sem se ter em conta os aspetos psicossociológicos do fenómeno. E aqui o assunto não é amplamente discutido, apenas aludir brevemente aos aspetos mais centrais.

Com base nessa concepção teórica do termo “público”, devemos relativizar sobretudo o conteúdo extraído dessa “opinião pública”, partindo do pressuposto de que pode não versar sobre temas importantes de “relevância pública”. O ato de confrontar um indivíduo com um questionário, como procedimento de obter a sua “opinião”, está fragilizado à partida por um conjunto de variáveis de natureza psicossociológica, à luz da proposta de Neumann, que sustentam e orientam essa opinião nem sempre para um sentido individual do que realmente se pensa mas para a fazer coincidir com a opinião geral ou comum.

A referência ao sentido *comum* na definição de *público* conduz-nos a outro contributo fundamental, obrigatório, que é o pensamento de Hannah Arendt, uma das filósofas mais influentes do séc. XX (1906-1975) no âmbito da filosofia e teoria políticas, tendo defendido o conceito de “pluralismo”, no sentido de inclusão do *outro*, como forma de se alcançar a liberdade e igualdade política nas sociedades democráticas. Na sua mais emblemática obra, *A Condição Humana* (1974), Arendt deixa um importante contributo teórico sobre o sentido de público. Genericamente, o público é comum quando se reconhece aos indivíduos particulares interesses em comum, sejam eles de natureza material ou espiritual. Em síntese, entende-se que esta coincidência simbólica de sentidos em relação ao que pode ser *comum* não está afastada de oposições ou divergências - em resultado de diferentes perspetivas e modos de ver o mundo - mas é garantida pelo fato de as pessoas partilharem o interesse pelo mesmo objeto.

Interpretando a teoria à luz da realidade, voltando ao exemplo da manifestação de protesto social que marcou o 15 de setembro de 2012, o que torna essa massa heterogénea de membros da sociedade portuguesa num sentido *comum*, como um bloco de força cívica face ao “sistema” político, é um interesse (matizado por milhares de interesses e razões individuais que, pela força da representação no espaço público ou na rua como um fórum de legitimação da indignação) pelo mesmo objeto (a carga fiscal sobre as vidas dos trabalhadores públicos e privados). Portanto, na nossa perspetiva, o público só é comum quando qualquer materialização nesse sentido resulta da emancipação dos cidadãos, na perspetiva de serem e pertencerem a uma comunidade (política, cultural e social específica) e terem como fim – apesar das diferenças de opinião - a consolidação estrutural dessa mesma comunidade de sentido comum e significado político.

Está em causa, segundo Arendt, na sua perspetiva cívica de entendimento da sociedade, a existência de um mundo comum que se transforma em comunidade neste sentido de unificação social pelos objetos - que pode ser a própria democracia - que a todos diz respeito. A autora defende, numa perspetiva comunitarista, que este pressuposto básico de garantia e permanência de um “mundo comum” depende da existência de uma esfera pública e da consequente transformação do mundo numa comunidade de coisas que agrupa e relaciona os homens entre si (1974:80). Tal como Habermas, também Arendt percebe que a modernidade intensificou a diluição das antigas barreiras entre as esferas pública (na perspetiva política) e privada (correspondente ao contexto familiar) no seio da “esfera social” e da sociedade de

matriz comercial (1974:58) guiada pela política económica. Na tradição clássica, em conclusão, esta sociedade do progresso económico é vista como uma ameaça ao papel político do cidadão, munido de virtudes cívicas em defesa dessa ideia de bem-comum, enquanto no pensamento liberal se defende que esse desenvolvimento económico é necessário para se alcançar a independência política e para a universalização da cidadania. O princípio é o de que quanto mais ricos formos mais possibilidades temos de participar como público, como cidadãos na atual esfera pública. Como explica João Correia (2008)⁶² acerca da operatividade do conceito de esfera pública:

«(...) Segundo este ponto de vista, a concepção comunitarista seria demasiado idealista e contrafactual, uma vez que tornaria o processo democrático dependente das virtudes dos cidadãos devotadas ao bem público. Quanto à abordagem liberal padeceria do défice de legitimidade de tomadas de decisões maioritariamente elitistas, na medida em que nem se chega a equacionar, pelo menos em toda a sua extensão, a dimensão ético-política da própria legitimidade» (Correia, 2008).

Concluindo este ponto, e com base no contributo de reflexão do mesmo autor à luz das teorias comunitaristas, de que Arendt é representante, o exercício de cidadania é caracterizado pelo exercício de liberdades positivas e pela prossecução de uma certa ideia de bem comum. Desta forma, revitalizar-se um entendimento projetivo da conceção de cidadania baseada na Vontade Geral ou no Bem Comum e que se traduziria no reforço dos mecanismos de participação (Correia, 2008).

Sem nos alongarmos nesta discussão, vejamos agora o termo “opinião”. Na linha de reflexões anteriores, o conceito de “opinião” está sujeito a uma ambiguidade de variáveis que impedem de que sobre ela se tenha uma conceção unívoca e universal. Como lembra Neumann (1995:85) já Platão (*A República*) havia constatado que a “opinião” se encontrava numa situação intermédia entre o conhecimento e a ignorância. Uma opinião é mais obscura que o conhecimento mas mais clara que a ignorância. Da mesma forma que Kant (*Crítica da Razão Pura*, 1893) considerou a “opinião” como um juízo insuficiente, tanto subjetiva como objetivamente.

⁶² Cf. Correia, J. (2008) «Novos media e esfera pública - As profecias cyber-democráticas no contexto da democracia deliberativa», in <http://www.ec.ubi.pt/ec/04/html/06-correia-novos-media-esfera-publica.html>

O debate que Neumann evoca, em redor do conceito em causa, confronta visões teóricas que, por um lado, se limitam a problematizar o valor ou a falta de valor da opinião, por outro, interpretações onde sobressai no sentido de acordo e de comunidade. É por esta segunda via de interpretação que a autora se inclina, sustentando que os indivíduos observariam o consenso do meio onde se encontram para o comparar com a sua própria conduta. E esclarece que esse consenso «não tem que ser, necessariamente, um consenso de *opinião*, pode tratar-se de opções de *conduta*» (itálico da autora, 1995:86). Em suma, há que entender a opinião sobretudo como expressão de algo considerado aceitável, seja materializado num discurso seja pelas condutas sociais dos indivíduos.

Finalmente, Noelle-Neumann (1995:88) propõe uma definição operativa de opinião pública: «Pontos de vista sobre temas polémicos que se podem expressar em público livremente». Esta concepção – que se refere à mudança ou defesa de posições estabelecida e consolidadas - foi alcançada com base na identificação dos seguintes elementos, que parecem estar relacionados com o processo de opinião pública e são investigáveis empiricamente: 1) a capacidade humana de perceber o crescimento ou debilidade das opiniões públicas; 2) as reações frente a esta percepção impulsionam a falar mais confiadamente ou a calar-se; 3) o medo do isolamento que faz com que a maior parte das pessoas tenda a submeter-se à opinião alheia. «Esta interpretação de opinião pública aplica-se quando as opiniões competem entre elas, quando as novas ideias emergentes encontram aprovação ou se estão a desmoronar as concepções existentes» (*idem*, p. 89). A espiral do silêncio – entendida como a forma de os indivíduos adaptarem o seu comportamento às atitudes predominantes sobre o que é aceitável e o que não é – funciona como uma reação frente à aprovação e desaprovação patente e visível no quadro da mudança de valores (*idem*, p.90).

Em resumo, deixando muitos pontos de ligação teórica por explorar face à natureza polissémica dos termos em causa, e da extensa argumentação sobre eles, podemos concluir que a “opinião pública” supera o significado do “mero opinar” na medida em que ela pressupõe, como projeto político, o exercício simbólico de um controlo social indireto. Esse exercício funciona como “espírito público” (*public spirit*) como explica Habermas (1981:128), e é a combinação do “sentir do povo”, da “voz comum” ou do “grito geral do povo”. E quando esta concepção se comprova empiricamente, à luz do pensamento habermasiano, pode surgir o real e polémico sentido do justo e do correto, que se dá sem mediações (inclinações ou tendências). Um

sentido, em certa medida, infalível sustentado pelo caráter fidedigno do sentido comum do povo. Este “espírito público”, no entender de Habermas, acaba por ser permeável ao cruzamento da opinião com o julgamento (*judgment*) ou o ajuste de contas público de certos argumentos contra outros.

Para ilustrar esta teoria - e também como acontecimento que comprova a tese de Sintomer e Gaduza antes citada - recorremos a um exemplo concreto da realidade e atualidade Portuguesa, que foi a manifestação popular de 15 de setembro de 2012, suscitada pelas políticas de austeridade “impostas” pelo Governo num quadro de grande fragilidade económico-financeira do Estado. Considerada, por muitos, como a maior manifestação de sempre da história da democracia⁶³, pode-se entender como a materialização expressiva desse “espírito público” ou do “grito geral do povo” de que fala Habermas. Se a democracia é essencialmente participação do povo, não apenas em atos eleitorais mas no seu envolvimento cívico com as grandes questões de interesse público, como terá sido o caso desta manifestação em Portugal, essa “voz comum” ou o “sentir do povo” - que se crê ter estado como nunca nas ruas, o que levou o politólogo José Avelino Maltez, num especial informação na noite de 15 de setembro na RTP, a falar em “batismo de cidadania” - constitui uma forma de afirmação de política de cidadania que confronta o “sistema” estatal e as tendências hegemónicas de uma democracia representativa de matriz liberal. Os cidadãos, neste caso, deram sinais de que podem não estar satisfeitos e seguros, quanto aos seus direitos – forçados com cada vez mais obrigações fiscais - com a legitimidade democrática dos representantes políticos.

O quadro dessa interação complexa, numa sociedade cada vez mais emancipada e com uma “opinião pública” interventiva e jovem, completa-se com uma «conexão entre posições políticas de representantes do povo e o sentir desse mesmo povo, entre interesses privados e interesses públicos, entre prazer e felicidade, entre paixão e razão» (Habermas, 1981:128). O principal ónus da questão está no alcance real ou efetivo ou transformador dessa “voz comum” – aceitando que esta manifestação poderá ter sido uma das menos partidarizadas de sempre e organizada espontaneamente pela sociedade civil. Para além de poder ser um caso de estudo em termos de tendências de modelos de

⁶³ Cfr. Jornal Público de 16 de setembro de 2012, p.2 ou em <http://www.publico.pt/Política/que-se-lixo-a-troika-os-protestos-sairam-a-rua-1563204> onde se destaca que o povo saiu à rua em uníssono e ao mesmo tempo em 40 cidades, num protesto contra a *troika* (entidade do Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional que tutela um programa de ajustamento das contas públicas nacionais) e as medidas do Governo.

democracia para o futuro, a manifestação enfrenta um paradigma teórico que Habermas explica: ainda que se tenham alcançado opiniões ou julgamentos aparentemente consensuais – sejam eles quais forem – esse “espírito popular”, por norma, não influi nas leis do Estado porque está baseado no consenso de homens privados, que não contam com autoridade suficiente para fazer lei (1981:126). A menos que empiricamente isso se possa vir a provar no futuro.

A definição habermasiana de esfera pública como argumentação pública, conduzida com racionalidade, aberta e orientada pelo princípio do melhor argumento adequa-se à concepção de democracia deliberativa mas, no entender de Wilson Gomes (que faz uma exaustiva análise da trajetória intelectual do filósofo alemão), é preciso desconstruir a concepção de esfera pública neste sentido de insidiosas interpretações que prejudiquem uma compreensão adequada. O professor e investigador brasileiro, da Universidade Federal da Bahia, defende que 1) A esfera pública não é uma coisa, lugar ou instituição social. A publicidade social que aqui se tem em vista é o processo público debate. Nem um sindicato nem um jornal nem o Parlamento são, imediatamente, esfera pública, embora possam funcionar como tal nas suas instâncias deliberativas ou no tratamento de matérias relativas ao bem comum; 2) A esfera pública concretiza-se em debates singulares, mas isso não nos autoriza, necessariamente, a falar de esferas públicas; 3) Reivindica-se o reconhecimento histórico de uma esfera pública subalterna ou plebeia ao lado da esfera pública burguesa, no passado, bem como de uma esfera pública alternativa ao lado da esfera pública dominante e mediática atual. (...) Uma discussão é ou não pública em virtude dos meios, modos, princípios e regras de procedimento empregados na sua realização, não em função do *status* social dos argumentantes; 4) Ganha-se muito mais flexibilidade se trabalharmos com um conceito de esfera pública, no sentido de debate público, menos substantivo e mais pragmático. Não há uma coisa que seja esfera pública; há, isto sim, uma prática social, obediente a certas regras de procedimento e conforme certas circunstâncias, que deve responder por esse nome (Gomes, 2008:139-141).

No contexto de uma sociedade cada vez mais desinstitucionalizada, política e socialmente instável e incerta quanto ao rumo, onde o “sistema” político de defesa e governo da *coisa* pública se entrelaça com os domínios do privado, estão em causa os clássicos conceitos de “opinião pública”, “espaço público” e “esfera pública” que, como vimos brevemente, desempenharam um papel fundamental no debate político em redor das democracias modernas do século XVIII. E continuam a ser fundamentais no debate

atual. Ou seja, a polarização tecnológica e sociológica acentuada no presente século ameaça a cristalização dos “velhos” conceitos e desafia a novas reflexões.⁶⁴

A crise da democracia só se resolve com mais democracia, considera Boaventura S. Santos (2011: 103) ao explicar que a teoria política liberal foi desenvolvida no pressuposto de que as instituições democráticas deveriam proteger-se da rebelião das massas, da mobilização extra-institucional das classes populares. Outras linhas mais elitistas de reflexão sobre a democracia entenderem este pressuposto no sentido literal do cidadão comum, como uma figura menor do processo de condução política das sociedades. Daí nasceram ideias como a de que os cidadãos não têm interesse em envolver-se na política; a democracia estabiliza-se na medida em que garante uma alternância de governo entre elites as quais, para governar, devem estar protegidas da turbulência popular ou ainda a ideia de que a condução política tornou-se demasiado complexa para poder estar ao alcance dos cidadãos comuns (Santos, 2011:103).

Esta interpretação da teoria liberal acabaria por criar como principais adversários da democracia os cidadãos comuns, pela pressão de baixo para cima exercida através de formas de participação, a começar pelo voto, mas alargado a outros momentos de controlo ou influência política popular. Quando, o que se vê em Portugal no atual contexto de crise económica é a pressão global dos mercados e imperativos economicistas dos países mais desenvolvidos – e agora credores – que defendem os seus legítimos interesses. Não serão esses imperativos globais uma ameaça à democracia?

O jornalista francês Hervé Kempf escreveu um livro onde vai mais longe e pede o fim do capitalismo em alternativa ao caos. Para salvar a democracia é preciso “fechar as televisões e ir para o café falar e discutir com os amigos”. Kempf acrescenta que isto só será possível se os cidadãos derem um passo atrás no individualismo e voltarem a estar dispostos a falar, a partilhar, a preocuparem-se com o bem-estar geral. “A ideia

⁶⁴Um texto que nos parece importante, central nesta discussão, e que marca um ponto de abertura e problematização sobre os novos desafios da sociedade contemporânea, pertence ao filósofo basco Daniel Innerarity (2006). O autor entende por *opinião pública* uma cultura latente que predetermina os lugares-comuns e estabelece o repertório dos assuntos públicos (p.101) na qual a vida social e política se bate numa “luta” pela atualidade, visibilidade e atenção públicas. Considera ainda, numa das ideias principais da sua obra, que vivemos num mundo em segunda mão pelo fato de os media, que constituem a principal mediação universal que fornecem a matéria da nossa realidade, não observarem acontecimentos mas observações (Innerarity, 2006:96). Voltaremos a este autor no capítulo final das conclusões gerais.

fundamental é voltar à praça, ao fórum, como os gregos.” Aí tudo é discutido. “A democracia é discutir, discutir as políticas, confrontar os argumentos”, considera o francês. E como se faz isso, como se criam esses espaços? “Eu diria para desligarem as televisões e irem para os cafés discutir com os amigos.”⁶⁵

A resposta à ideia de crise do sistema político vigente em Portugal, com base no estudo, não pode estar na ausência de questionamento sobre alguns dos traços que fazem dele um sistema “defensivo e restrito”, na opinião de Boaventura S. Santos (2011) que são: o exclusivo protagonismo dos partidos, a blindagem dos representantes em relação às reivindicações dos representados, a hostilidade às formas de democracia participativa, aos referendos e iniciativas populares e à regionalização. Para o sociólogo português, este sistema deve ser reformulado, ampliado no sentido de facilitar a criação de múltiplas esferas públicas onde a sociedade civil organizada em associações e movimentos possa participar efetivamente na vida política através de múltiplas formas de democracia participativa (Santos, 2011:104).

O desafio de mobilização cívica através de formas de democracia participativa, no atual contexto de desconfiança dos partidos e da “partidocracia”, só pode ser gerado na sociedade. Isto é, depende em grande medida da iniciativa dos cidadãos que, ao assumirem esse poder horizontal, emergem como pilar desta ideia de “democratizar a democracia” de que fala Boaventura S. Santos. Com que práticas e iniciativas esse objetivo se pode alcançar? Entre as várias possibilidades, o sociólogo português fala nas consultas e referendos sobre aspetos decisivos da governação; iniciativas legislativas populares em condições de competir lealmente com as iniciativas legislativas dos partidos; conselhos de cidadania, compostos por cidadãos sorteados e por organizações da sociedade civil, obrigatoriamente consultados sobre as medidas a tomar em cada uma das grandes políticas públicas (educação, saúde, trabalho, segurança social, política criminal, etc.) e, entre outras, a elaboração participativa de orçamentos municipais (Santos; 2011:104).

⁶⁵ "Os europeus estão preparados para um movimento ecológico", por Nicolau Ferreira, in Jornal Público, 09/12/2010 (http://www.publico.pt/Sociedade/os-europeus-estao-preparados-para-um-movimento-ecologico_1470187?p=3)

4.6- O exemplo do “Orçamento Participativo”

De todas a propostas de introdução de mecanismos de democracia participativa, o mecanismo governamental conhecido como “orçamento participativo” OP, a que Boaventura S. Santos (2002) dedicou uma outra obra, permite, em teoria, um modelo de decisão compartilhada, sobre os recursos públicos de um dado município, entre os poderes Executivo e Legislativo e a população. Ou seja, o poder de decisão deixa de estar sob a exclusiva alçada dos executivos municipais e os cidadãos podem, em condições democráticas, tomar partido na condução das políticas públicas. O modelo de governação teve origem no Brasil, concretamente na cidade de Porto Alegre, e foi uma consequência da redemocratização e promulgação da Constituição de 1988, pelo estímulo à participação popular e controlo social na definição de políticas governamentais, por intermédio da criação dos Conselhos Sectoriais de Políticas Públicas.

As experiências de OP estão disseminadas por todos os continentes, com especial destaque para a Europa, América Latina e África. Calcula-se que existam mais de duas mil experiências de OP a nível mundial, envolvendo organizações internacionais, como as Nações Unidas e o Banco Mundial, a que não é alheia a classe política de inúmeros países, passando por sectores académicos muito diversificados, bem como por inúmeras organizações da sociedade civil. Nalguns está legalmente instituído, como é o caso do Peru, onde existe um dispositivo legal que lhe confere bases constitucionais únicas, e a República Dominicana, onde a prática de participação assumiu a força de lei, constituindo-se, em 2007, como uma política pública institucionalizada.

Relativamente a Portugal, de acordo com o sítio da Rede Comum do Conhecimento (RCC)⁶⁶, existiam (à data da consulta do sítio) 25 experiências de OP, a maioria das quais é promovida por Câmaras Municipais, sendo também de assinalar o

⁶⁶ A *Rede Comum de Conhecimento* é um projeto de articulação e congregação de esforços na partilha de conhecimento, baseada na adesão livre por parte dos organismos públicos, centrais e locais, das entidades privadas e dos cidadãos que nela queiram participar. A RCC venceu a edição de 2011 dos *United Nations Public Services Awards*, das Nações Unidas, na categoria de “Fomentar a Gestão de Conhecimento na Administração Pública”, uma prestigiada distinção internacional de excelência e inovação do serviço público. Home page: <http://www.rcc.gov.pt/Paginas/default.aspx> (Acesso a 20 de Janeiro de 2012)

pioneirismo de algumas Juntas de Freguesia nesta matéria⁶⁷. A prática não está sujeita a uma metodologia standardizada, sendo o seu conteúdo definido em função das características de cada contexto. A tendência, segundo a mesma fonte, é que este modelo de governação partilhada entre representantes e representados, evolua para uma nova geração em que a participação dos cidadãos não se centra apenas na definição das prioridades de investimento (na despesa), mas geram também um debate amplo e aberto sobre as receitas, como forma de ampliar a consciência sobre o potencial e o limite de atuação de uma autarquia, e de co-responsabilizar políticos e cidadãos pela gestão de recursos públicos.

De acordo com Nelson Dias no livro *Orçamento Participativo- Animação Cidadã para a Participação Política*, editado pela Associação In Loco⁶⁸, o OP é hoje um tema importante de reflexão e ação política alternativa, em todo o mundo e em Portugal, que a) interpela a ação governativa dos poderes públicos, b) dá um novo sentido de participação cidadã na coisa pública e c) reorienta a democracia. Esta entendida – à luz da interpretação conceptual que temos vindo a abordar – como regime ao serviço do bem-estar social dos cidadãos, mas também, na perspetiva da sua abertura ao pluralismo social, como regime que fundamenta na comunicação bem sucedida a possibilidade da justiça política, como explica João Correia (2005). Isto é, para que a democracia não seja um mero regime processualista de escolha de elites, é necessário garantir a circulação de comunicação e de informação vinculada às estruturas comunicacionais do mundo da vida e traduzindo as pretensões de validade que permitem a formação de uma opinião pública racional (Correia, 2005:49).

Podemos entender a prática política do orçamento participativo como um modelo de “participação comunicativa” que, de certa forma, pode andar próximo desse projeto de uma liberdade de comunicação – já não apenas numa dimensão discursiva individual mas de envolvimento coletivo – que se traduza na possibilidade de inscrever um tema ou vários temas de interesse comum na ordem do dia da agenda pública (*idem*,p.49).

⁶⁷As experiências do OP em Portugal envolvem os seguintes territórios: Alcochete, Alvito, Avis, Aljustrel, Batalha, Braga, Castelo de Vide, Castro Verde, Faro, Lisboa, Marvão, Palmela – o primeiro município a aplicar o modelo - Santiago do Cacém, São Brás de Alportel, Serpa, Sesimbra, Tomar, Vila Real de Santo António (Concelhos), Agualva - Sintra, Carnide – Lisboa, Castelo – Sesimbra, São Sebastião – Setúbal (Freguesias). Cf. Dias, 2008:11.

⁶⁸ http://www.op-portugal.org/downloads/Livro_OP_AF_web.pdf. Acesso a 30 de Janeiro de 2012

Há, no modelo, uma subjacente indução de pluralismo sociocultural que se traduz numa relação de compromisso mais direto entre representantes e representados – pese embora se possam questionar os efeitos práticos da discussão do orçamento municipal na efetiva aplicação das políticas públicas, podendo ser residual⁶⁹ – a caminho de formas novas de cidadania.

A acontecer uma disseminação do OP em Portugal, como está a ser um pouco por todo o mundo, ela deverá ser acompanhada por um maior esforço de reflexão e de sistematização teórica e conceptual sobre o seu potencial, enquanto dispositivo para o aprofundamento da participação e da democracia ao nível local (Dias, 2008). Este não é o espaço para o efeito, mas não deixamos de o olhar como uma prática que pode vir a ser frutuosa, como forma de complementaridade entre a democracia representativa clássica e a democracia participativa – como sugere Boaventura S. Santos (2011) – e constitui-se um novo referencial de participação cidadã (Dias, 2008:6).

Importa, ainda que sumariamente, remeter à dimensão conceptual do Orçamento Participativo, o que se torna um exercício complexo dada a grande diversidade de experiências em diversas geografias políticas e territoriais do mundo. Sobretudo tendo em conta as diferenças e especificidades entre as experiências embrionárias no Brasil e na Europa. Glosando os trabalhos de Dias (2008) e Santos (1998), existem, todavia, traços comuns que permitem uma aproximação a uma espécie de modelo fundador, que se traduz em três princípios, a saber: a) participação aberta dos cidadãos, sem discriminação positiva atribuída às organizações comunitárias; b) articulação entre democracia representativa e direta, que confere aos participantes um papel essencial na definição das regras do processo; c) definição das prioridades de investimento público processada de acordo com critérios técnicos, financeiros e outros de carácter mais geral, que se prendem, sobretudo, com as necessidades sentidas pelas pessoas.

O que importa destacar, de muitos outros aspetos que não nos propomos trabalhar, é que, a partir destes traços, mais que nova forma de governação, o principal filão do modelo de OP em Portugal é o seu carácter mobilizador e aberto à participação

⁶⁹ De acordo com Nelson Dias (2008), uma das questões que emerge em torno do debate sobre experiências tão diferenciadas é a de saber se se pode falar, de forma indiscriminada, de orçamento participativo, quando, por exemplo, existem situações de consulta popular que, na prática, representam a afetação de menos de 1% de recursos do orçamento. As experiências mais consolidadas e avançadas de OP não vêm com bons olhos que experiências consideradas inferiores se auto-designem, também, de OP.

direta dos cidadãos – neste caso, por princípio constitucional, sem as contradições da democracia ateniense quanto à categorização de cidadão pelo gênero ou estatuto social – por via da figura da consulta e/ou codecisão sobre prioridades de investimentos públicos para um determinado território (Dias, 2008). O que pressupõe, como conquista democrática, um “envolvimento mais denso e comprometido dos cidadãos e das comunidades” a caminho da exigência de uma reforma profunda do sistema político que, como se tem vindo a analisar, não pode ser levada a cabo no estrito intramuros do parlamento (Santos, 2011:102,104) Isto é, exigirá a criação de uma esfera pública promotora e envolvida em iniciativas dos cidadãos, como esta do OP.

Há outra dimensão importante do processo que não se deve perder de vista, tendo em conta essa ideia de renovação democrática que decorre de tais iniciativas, não apenas sob o ponto de vista simbólico mas efetivo, que é o surgimento de novos atores políticos, em termos locais e internacionais. Na esteira de Boaventura de S. Santos, a renovação das lideranças políticas é um dos vários níveis a que se deve aspirar para o alcance do que ele chama de “democracia de alta densidade”, vinculada à ideia de inclusão e interculturalidade, com menos imaginação burocrática ou corporativa e mais imaginação política. Atores esses capazes de acreditar e fazer acreditar – o que parece não suceder a julgar pelos estudos citados – no exercício da política como criação de bem-estar e segurança individuais e coletivos (Santos, 2011:105).

Sumariamente, em termos evolutivos, de acordo com Dias (2008), o OP teve o seu percurso inicial, considerada a primeira fase, através das primeiras experiências no Brasil (Porto Alegre e Santo André) e Uruguai (Montevideu), passando pela fase da massificação brasileira (1997-2000), com mais de 130 municípios brasileiros a adotarem o OP, seguindo-se a expansão fora do Brasil e diversificação (2000 em diante) e, na atualidade, a disseminação em redes nacionais e internacionais de OP. Evidencia-se uma grande diversidade, pela diferença de escala, território e população, mas uma sistematização do modelo assente em quatro grandes dimensões, que são a orçamental (ou financeiro), a participativa, a normativa e jurídica e a territorial/sectorial. Referenciando, com mais detalhe, apenas a *dimensão participativa* – porque interessa perceber que tipo de participação aqui se fala – os diversos autores dedicados ao estudo do novo modelo de governação, dos quais glosamos a sistematização de Nelson Dias (2008), confluem para a identificação de três grandes tendências, na forma como se entende a participação do cidadão.

São elas: a) *Sistema de participação individual* – modelo de participação individual e direta das pessoas, sem ser através de representantes de estruturas comunitárias, sindicais ou outras. O número de participantes nas reuniões públicas (comunitárias ou temáticas) varia de ano para ano, verificando-se mesmo uma grande rotação de pessoas nestes processos. As taxas de participação situam-se entre 2% e 7% da população total de cada território; b) *Sistema de representação comunitária* – modelo de participação indireta, através de representantes das organizações comunitárias, sindicais e outras e c) *Sistema misto* – modelo de participação que associa os dois anteriores, abrindo o processo do OP às organizações comunitárias, mas mantendo a consulta pública das cidadãs e dos cidadãos interessados (Dias, 2008: 12).

Nesta dimensão participativa, de acordo com a teorização mobilizada por Nelson Dias, é importante identificar as diferentes lógicas subjacentes aos OP, tendo em conta o papel da Administração Local, sintetizadas em cinco objetivos, que são: a) construir uma democracia mais participativa; b) promover uma democracia de proximidade; c) favorecer a modernização participativa da Administração; d) criar uma parceria público-privado, com o envolvimento das empresas, assim como de cidadãs e cidadãos; e) apoiar o desenvolvimento comunitário (2008:13). Todos eles remetem para a refuncionalização necessária do sistema democrático representativo, mediante a mobilização de natureza participativa dos cidadãos, integrados na chamada sociedade civil, como atores do seu próprio desenvolvimento territorial, o que, numa perspectiva idealista, remete para um aprofundamento da própria democracia.

4.7- Sociedade civil: entre a experiência comunicacional e experiência cívica

Ao usar-se o termo *sociedade civil* é oportuno clarificar o sentido que aqui se aplica, justamente mediante um conceito que evite veleidades de senso comum. Isto é, coincidindo com o entendimento proposto por João Correia, entende-se por sociedade civil uma esfera de interação social localizada composta pela esfera íntima, pela esfera das associações voluntárias, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública. O que, na perspectiva deste autor, pressupõe uma conotação simbólica de ligação entre a experiência comunicacional e a experiência cívica, com o objectivo de amplificar, através de uma comunicação aberta, a pressão exercida pelos problemas (Correia, 2005:126,127).

Mas o entendimento conceptual de sociedade civil não fica completo se a ela não se confrontar o de *sociedade política* e *sociedade económica*. A primeira é composta apenas pelos partidos, organizações e públicos políticos, a segunda por organizações de produção e distribuição. O que as distingue? Os atores da sociedade política e económica estão diretamente envolvidos com o poder estatal e com a produção económica, que pretendem controlar e gerir. Logo, não podem subordinar os critérios instrumentais a padrões de integração normativa e de comunicação aberta característicos da sociedade civil. Não se trata de as considerar em “oposição cortante” uma vez que as noções de sociedade política e sociedade económica aqui propostas, a partir de João Correia, incluem esferas mediadoras através das quais a sociedade civil pode ganhar influência sobre os processos político-administrativos e económicos (Correia, 2005:126, 127).

Entre essas *esferas mediadoras* está, portanto, o modelo de orçamento participativo aqui referenciado, na medida em que constitui um exemplo concreto de que, como vaticina Correia, existe um papel da sociedade civil, não necessariamente relacionado com a conquista do poder – entendido como poder de natureza político-partidário ou governativo – nem com a gestão da economia mas com a geração de influência através das associações democráticas e da discussão sem constrangimentos na esfera pública. Importa ainda esclarecer que, neste caso, a sociedade civil não engloba a totalidade do mundo da vida social mas refere-se às estruturas de socialização e associação que possuam um certo grau de institucionalização (Cfr. Correia, 2005:127).

A heterogeneidade desta sociedade civil levanta outra questão importante, e que aprofunda a sua concepção enquanto sistema de mediações simbólicas complexas na relação com o Estado. Que é a de se entender com que eficácia ou igualdade de oportunidades os cidadãos acedem, ou são atendidos, por esse mesmo Estado. Ou seja, mesmo reconhecendo a eficiência das estruturas comunicacionais, e das formas mais expeditas de interligação informativa entre o Estado e os cidadãos, sobretudo através da migração da gestão pública para as novas tecnologias de comunicação digital, permanece a dúvida sobre a efetiva democratização igualitária desse acesso.

Na sua análise crítica, Boaventura S. Santos estabelece uma distinção oportuna, de cunho radical, referindo que Portugal tem uma sociedade polarizada entre uma *pequena sociedade civil íntima* – habituada ao acesso fácil e privilegiado às instituições públicas – e uma *vasta sociedade civil estranha* – a quem as instituições servem mal, de

forma seletiva, discricionária e distantemente. Uma assimetria que, na opinião do sociólogo, legitima um Estado dócil ante os poderes fácticos e arrogante ante as classes populares, de quem espera docilidade e obediência (Santos, 2011:109). Esta sociedade civil estranha representa a grande fatia não organizada de cidadãos, cujos interesses podem continuar longe de ser representados, mesmo que aumentem as formas de cidadania ativa, de forma organizada como o orçamento participativo, ou de outra natureza como, por exemplo, através de iniciativas como as petições públicas, expedientes de mobilização on-line onde os cidadãos – ativamente incluídos nas estruturas comunicacionais – podem livremente subscrever a favor de determinadas causas.

Não está em causa o potencial democratizador de todas elas, que existe efetivamente, mas já é mais arriscado assumir-se como uma panaceia de inquestionável sucesso ou verdadeiro impacto na mudança dessa “arrogância” de um Estado perante a esmagadora maioria dos cidadãos. Daí que se entenda que a participação, no sentido político de mobilização racional e argumentativa, seja difícil de ser alcançada junto da sociedade civil estranha e não organizada. Ela tem mais probabilidades de acontecer, com sucesso, na sociedade civil organizada onde se encontram os sindicatos, os movimentos sociais e organizações não-governamentais.

A dificuldade de cumprimento desse projeto mobilizador, jamais poderá ser integral à totalidade da sociedade, pelas razões aludidas, mas também porque essa *maioria estranha de cidadãos* tende a auto excluir-se naquilo que designamos por *cultura de delegação intelectual*, que significa não uma ideia estereotipada de nivelamento de baixa competência interpretativa da população aí enquadrada, mas porque a maioria opta pelo conforto da ausência de questionamento coletivo, participativo e interpessoal. Há, como se sabe, razões de ordem sociológica, e também económica, para que essa delegação de natureza política resulte, em certas faixas da população, numa quase ausência de interesse por tudo o que não diga respeito ao estrito mundo da vida quotidiana e da sobrevivência dos interesses particulares de cada indivíduo ou coletivo familiar.

Mas, na esteira de Boaventura de S. Santos, o potencial político dos cidadãos supostamente apolíticos pode ser, nas próximas décadas, importante de indeterminação e de transformação dos processos políticos, gerador de surpresas e nem todas necessariamente desejáveis. Tudo vai depender, no entender do sociólogo, do modo como este potencial se articular com as formas existentes de organização social e

política que determinará se a democracia se transformará em democracia de alta intensidade ou se, pelo contrário, vegetará em baixíssima intensidade e povoada de *fascismos sociais* (Santos, 2011:107).⁷⁰

Retomando o exemplo do modelo de orçamento participativo (OP), este representa, à sua maneira, uma tentativa muito promissora de resgate de uma cidadania politicamente ativa, habitualmente sem espaços de alargamento ou amordaçada pela sua própria indiferença e/ou comodismo. Ainda com um longo caminho a percorrer, mas com provas dadas em várias geografias territoriais e políticas, destacam-se duas linhas de força da proposta metodológica do orçamento participativo, que são 1) a solidificação de objetivos eminentemente sociais, na resposta aos problemas sentidos pelas comunidades, e 2) a construção de uma nova cultura política de “alta densidade”, usando a terminologia de Boaventura S. Santos (2011).

Ora, estes dois objetivos são incompatíveis ou complementares? Em nosso entendimento, são complementares na medida em que não há reconhecimento estável de uma cultura política, num dado território, se ela, através da *praxis*, não corresponder à mobilização de recursos públicos para a promoção de direitos sociais, por um lado, e para o combate às desigualdades mais evidenciadas em momentos de crise, como é o atual. É dessa dualidade entre a responsabilidade política dos governos e os direitos de cidadania – mediante a aplicação de políticas públicas em consonância com a missão democrática de garantia de bem-estar social para todos – que se constrói a estabilidade de um regime democrático, estabilidade essa que fica ameaçada – como se verifica em Portugal a partir da interpretação do barómetro da qualidade da democracia – em casos da perceção social negativa sobre o cumprimento dessa responsabilidade da tutela do Estado.

4.8- O papel dos *media* na participação multidimensional

Cabe à esfera pública adstrita à sociedade civil um papel de aglutinar, através de estruturas comunicativas, abordagens pluralistas de dinamismo social extra-muros das instituições estritamente estatais, como garante de um mimetismo de preocupações que podem jogar com fortes influências no xadrez das decisões políticas, à escala local,

⁷⁰ A utilidade científica das reflexões críticas do autor, tal como outras, reside na sua natureza de alerta (ou de consciencialização) para alguns problemas sociais numa perspetiva de debate no campo da filosofia política e da sociologia.

regional, nacional e internacional. De que estruturas falamos? É um facto que a dinâmica das sociedades democráticas tem passado, e continua a passar, por processos de maior “transparência” – entendida não no sentido literal ou absoluto mas, tal como a verdade, no sentido funcional do termo, isto é uma momentânea e útil clarividência dos factos do mundo da vida – resultando em inúmeros dinamismos sociais que tendem a ameaçar sistemas unilaterais ou dirigistas de governo.

Naturalmente, os meios de comunicação social são uma dessas estruturas, intrinsecamente implicados com as interceções sociais, pois é nelas que legítima, como se viu antes, a sua cultura e o seu papel que se considera, aos olhos de todos, imprescindível para a qualidade da democracia, pese embora a crise e as fragilidades históricas que se lhes reconhece, como analisámos no primeiro capítulo. Importa, sobretudo, entender esse papel dos *media* no quadro de um modelo de participação multidimensional, integrador de vozes de várias esferas, onde os fluxos de comunicação de sentido argumentativo e substancial, no que se refere aos processos de gestão da coisa pública, se geram em direções sinérgicas entre representantes eleitos, funcionários executivos e cidadãos. Quanto maior firmeza discursiva ocorrer no coração da sociedade civil, mediante a troca e disseminação de mensagens e ideias úteis, seja por via convencional ou digital, mais alcance terá a conquista de um modelo de sociedade onde os *pressupostos participativos* (Sintomer e Gaduza, 2011) se cumpram, na qual os cidadãos não são apenas destinatários passivos das ações políticas, como receptores atávicos e sem interesse – numa concepção elitista de democracia – mas delas possam ser agentes de reflexão e decisão.

Nesta equação, que está longe de ser linear, os *media* são entendidos como pilares fundamentais das interações concretas com os agentes sociais, e não opositores, como refere Correia, pois não podem ser entendidos como suportes ideológicos dos sistemas hegemónicos de pensamento ou estruturas de denominação oculta – embora esses sistemas ainda vigorem em regimes não democráticos – como sucedeu com a tradição marxista ortodoxa ou da Escola de Frankfurt (2008:129). São, com o seu poder e legitimidade não confiscada, mas questionada, uma das mais fundamentais instituições no processo de construção de sociedades democráticas civicamente ativas.

Cruzando a ideia antes sugerida de um *mimetismo de preocupações*, resultante de toda a dinâmica das estruturas comunicativas, onde os *media* tem um papel central, mas não só, recorreremos a um exemplo do mundo da vida quotidiana do panorama atual da sociedade portuguesa para aprofundar um pouco mais esta questão: O problema da

solidão da população envelhecida. Não se analisa a questão em si, numa perspetiva sociológica e demográfica, mas apenas o que ela motivou, e continuará a motivar, na relação entre o tema mediatizado pelos *media*, a sociedade civil e o Estado.

Não se trata de um problema novo, muito menos para as instituições estatais com responsabilidades no sector, mas num curtíssimo espaço de tempo mediático televisivo, da imprensa e rádio em Portugal, o assunto ganhou uma áurea de atualidade, motivada por algumas coincidentes mortes naturais de sexagenários que viviam em plena solidão, particularmente nas grandes cidades e nos recônditos lugares do país.

Independentemente da lógica de cobertura do assunto ter sido motivada pelas mortes, como um dos inesgotáveis valores notícia do *newsmaking*, a sua ampla divulgação teve não só um impacto na consciencialização social – pela proximidade psicológica com um dos fatores que torna as notícias de interesse humano, como é o caso, num ingrediente de grande atração, mesmo que geograficamente longínquas – mas, sobretudo, um efeito de “chamamento explosivo” junto das instituições governamentais e não-governamentais. Multiplicaram-se manifestações discursivas, por um lado, a favor da urgente monitorização do problema, para se perceber a sua verdadeira extensão, por outro em defesa de medidas de “combate” ao drama da solidão de pessoas idosas no país. Por parte do Estado, através do ministério que tutela a área do apoio social, anunciou-se o consequente reforço de políticas de apoio domiciliário. Da sociedade civil organizada, e como um dos fenómenos de mobilização por via *online*, surgiu em pouco tempo uma petição pública com o objetivo de pressionar a Assembleia da República a discutir em plenário e apresentar propostas no sentido de ser criada uma comissão nacional para a proteção da terceira idade.⁷¹

Estando em causa questões sociais e demográficas, cuja análise aqui não se justifica, serve este exemplo apenas para reforçar a interpretação teórica anterior, do qual sobressai essa relação triangular essencial entre os *media*, que anunciam o problema e o ampliam pelo debate, a sociedade civil, que não é apenas recetora passiva

⁷¹ Lê-se na justificação da petição: A solidão em que vivem muitos idosos é uma situação muito dramática e muito preocupante que merece uma reflexão profunda e a tomada de medidas a curto prazo. Em 2011, 15.596 idosos viviam sozinhos ou isolados em Portugal. Durante o mês de Janeiro de 2012, foram encontrados dez idosos mortos em casa. Neste [2012] ano europeu do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações, deveria ser criada uma comissão nacional para a proteção da terceira idade que sinalize e encontre respostas e soluções para os casos de isolamento, abandono, maus-tratos e negligência praticados contra os idosos bem como o lançamento de uma campanha de sensibilização a alertar para esta triste realidade. Petição disponível em: <http://peticaopublica.com/PeticaoVer.aspx?pi=P2012N19925> (Acesso a 30 de Janeiro de 2012)

mas que, além de tomar consciência, deve ser conduzida a pensar, tomar iniciativas que possam “obrigar” o parlamento a debater e, porventura, a legislar. E, por fim, o Estado que se vê na obrigação de atuar e dar respostas ao problema.

4.9- A democracia participativa na perspectiva de Tocqueville

Segundo a concepção clássica, na esteira da sua origem no contexto da democracia ateniense, a partir de 508 a. C., entende-se por democracia uma forma de governo em que os cidadãos participam, com uma igualdade de direitos. Essa foi uma das formas de organização e evolução política de Atenas, depois de ter passado pela monarquia, oligarquia e tirania, a que se deve o grande impulso da melhoria das condições de vida dos cidadãos. Designadamente, e em resumo, no que se refere à sua participação na vida política da *polis*. O grande apogeu político, e a correspondente consolidação da democracia como um regime concebido não para a satisfação de uma minoria mas das massas, em meados do século V a. C., correspondeu à instituição da possibilidade de todos os cidadãos se dedicarem à vida política, mesmo os mais pobres, sendo estes remunerados para que não houvesse impedimento de nenhuma ordem para essa participação na vida política da cidade.

Ora, está aqui em resumo um dos princípios da democracia, que atravessou séculos até à atualidade, que é da igualdade de direitos entre todos os cidadãos. No tempo, com Péricles como principal magistrado artífice desta consolidação democrática, essa participação, aparentemente pluralista, acontecia no espaço físico da *Agora*, a praça principal onde se discutiam as ideias políticas, onde os filósofos proferiam os seus discursos, e onde se concentrava toda a vitalidade, não só de cariz político, mas também económico e comercial. Tratava-se, portanto, de uma democracia direta onde o poder era exercido diretamente pelo próprio povo. Mas, como é sabido, o funcionamento do regime democrático ateniense foi pejado de contradições e limitações.

Basta atender, muito resumidamente, às características de estratificação acentuada da sociedade ateniense para se perceber que, na prática, essa participação democrática não estava, efetivamente, aberta a todos mas apenas aos indivíduos considerados “cidadãos”. Isto é, aqueles que dominavam a vida política de Atenas: indivíduos de sexo masculino, maiores de 20 anos, livres, naturais de Atenas, com pais atenienses e com o serviço militar cumprido. Só a esses era reconhecido o direito de

cidadania, direito esse vedado às mulheres, aos estrangeiros (chamados metecos) e, naturalmente, aos escravos. Há mais contradições no regime, além da existência da escravatura, que foi a falta de liberdade de expressão em relação às diretrizes e ideias dos governantes, com a ameaça do ostracismo e condenações à morte, e um certo imperialismo de Atenas sobre outras cidades-estado. Mas, no essencial, tratou-se de um regime inovador e inspirador na evolução e origem do atual modelo democrático da civilização ocidental.

Esta proposta de democracia que emerge de baixo para cima, no seio de uma sociedade emancipada em que cabe aos cidadãos um papel de atores políticos ativos, encontra uma referência teórica clássica na concepção de democracia participativa de Alexis de Tocqueville (1987), quando destaca, em *Da Democracia na América*, a participação do povo na condução do regime democrático, na participação da composição das leis e na escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do poder executivo. Na sequência da sua viagem aos Estados Unidos da América, na década de 1930, Tocqueville transmite na sua obra de referência uma imagem de um país como pátria de uma democracia participativa, pela força do associativo e do voluntariado, onde o povo, que reina sobre o mundo político americano, tem a força de ser ele próprio a governar de tão frágil e restrita ser a parte deixada à administração. Tocqueville (1987) destaca as virtudes comunitaristas dos movimentos associativos e das esferas culturais e públicas que conferem vitalidade a um modelo de democracia deliberativa, contrário ao paradigma redutor da sua concepção formal, processualista, onde a participação dos cidadãos é base fundamental. Está em causa, de certo modo, o confronto entre um visão, mais utópica, das capacidades morais dessa emancipação cívica de matriz associativa (no retrato tocquevilleano de uma América de matriz comunitarista onde prolifera uma imensidão de movimentos associativos para as causas mais diversas) e uma concepção mais formal e liberal da sociedade democrática, que presume de estruturação da sociedade: de um lado o Estado, a quem compete o governo da administração pública; do outro a sociedade civil, essa entidade difusa e complexa de circulação de pessoas de acordo com as leis do mercado (Habermas, 2002:271).

Persiste, neste modelo, um certo centralismo redutor de dinâmicas mais democráticas em confronto com essa matriz mais comunitarista e cívica de ativação

democrática de níveis de participação pluralista e contra – hegemónica (como as que Tocqueville encontrou na América⁷²). Não se trata aqui de defender que essa democracia de base participativa e comunitária é moralmente superior. Voltando à reflexão de João Correia (2008), «apenas se defende que certos contornos das estruturas comunitárias podem ser benéficas por permitirem sentir a experiência da multiplicidade de raízes e contribuir, conseqüentemente, para a reserva de capital social». O processo democrático torna-se mais legitimado socialmente se conseguir conviver, e implementar, mediações simbólicas integradoras e dialógicas.

Importa perceber que esse *capital social* se desenvolve mediante processos de interação cooperativa frequente baseada em laços de confiança entre as pessoas envolvidas formal ou informalmente em redes de engajamento cívico (Putnam, 1993). Segundo este autor (Putnam, 1993:35-42), as virtualidades das conversações cívicas e o alcance mais pluralista desse capital social não estariam apenas no contexto do associativismo cívico, em resultado da sua afirmação corporativa e identitária, mas sobretudo na generalidade de uma sociedade na qual as pessoas estabelecem pontes através de interações comunicativas com ideias diferentes em debate. E esse capital social, resultante de conversações informais e sociáveis, será tanto mais forte e influente, junto do “sistema” de governação pública, quanto mais conseguir ser substancial e orientado para as questões de natureza comum (seja sobre política, economia, emprego, desertificação e interioridade ou mesmo as obras de melhoramento de um mesmo bairro).

Parte-se do princípio geral, embora se admitam outras perspetivas críticas, de que essa malha de sociabilidade de matriz cívica consolida plataformas de informação mais amplas, e desinstitucionalizadas, a partir das quais os cidadãos aumentam os seus

⁷² Importa compreender, ainda que brevemente, que esta “pátria” do associativismo enaltecida por Tocqueville deve ser enquadrada no contexto, nas condições e características históricas dos EUA. Entre elas, em síntese, pode-se apontar o fato do país não ter tido um passado feudal (como aconteceu na Europa) e ter sustentado as suas bases políticas e administrativas em estratégias de descentralização em Estados federais que, em si mesmo, foram favoráveis à proliferação de múltiplas organizações com os mais variados fins. O país retratado por Tocqueville é fértil na liberdade de associação, numa perspetiva cívica de base não revolucionária (como se passou na Europa) como processo legal e natural de expansão organizativa da sociedade. O povo está, de fato, na base de tudo e a sua força associativa foi mesmo anterior à fundação de um estado central forte. Num livro fundamental para se perceber estas circunstâncias históricas, no qual não só interpreta como aprofunda novas perspetivas sobre o fenómeno associativo americano, Jason Kautman (2002) explica que o mesmo teve o seu auge nos finais do século XIX e princípios do século XX (entre 1860 e 1940) com um elevado crescimento das associações voluntárias, tendo sido considerado como a idade do ouro da fraternidade (*Golden Age of Fraternity*)

conhecimentos sobre a realidade e perspectivam ações mais concertadas e equilibradas nos julgamentos argumentativos que elaboram. Nesta perspectiva, apesar de não se estar em presença de conversações e ações comunicativas de matriz política, com força de deliberação institucional, este reforço de capital social de matriz comunitária tem a possibilidade de gerar processos deliberativos a partir do impacto das conversações e discussões cívicas, reflexivas, abertas e pluralistas (Moy e Gastil, 2006:443).

Está em causa a construção de uma sociedade baseada no equilíbrio (sempre complexo) entre formas de participação cívica (de matriz mais associativo ou informal, onde cabem as manifestações sociais de que falámos antes) e participação política (mais formal virada para a influência direta sobre a ação governamental). Não defendemos aqui que há mais virtudes numa ou noutra. A defesa do bem público e dos interesses coletivos está não só em ambas como em outras e distintas formas de participação social, muitas vezes na sombra dos processos de sociabilidade global. Tal como defende o investigador brasileiro Wilson Gomes (2008), numa reflexão sobre o capital social, não se prova facilmente em qual dos campos há mais virtualidades, nem a partir do qual os indivíduos formam a sua opinião e formulam decisões políticas.

Considera-se que, à luz destas interpretações, uma democracia só será suficientemente robusta e pluralista ao ser capaz de equilibrar a sua legitimidade representativa com a garantia de princípios e formas de participação dos cidadãos nas agendas mais substanciais da sua vida em comum. De acordo com Habermas (2002:270), o modelo republicano aponta para a inclusão democrática da capacidade dos indivíduos na resolução dos seus problemas. Neste pressuposto, a arquitetura liberal do Estado e da sociedade sofrem uma mudança significativa. Surge a solidariedade como força de integração social, ao lado da instância hierárquica reguladora do Estado e da instância reguladora descentralizada do mercado. Acredita-se, nesta perspectiva republicana, que essa solidariedade jogaria a favor de maior equilíbrio de forças (de representatividade e visibilidade) colocando os cidadãos como parte indispensável do processo democrático. Numa visão idealista herdada de Tocqueville, significa que a ativação cívica das virtudes dos cidadãos virados para o bem-comum constrói uma “verdadeira” democracia.

Neste caso, como conclusão do pensamento de Habermas (2002), são os processos comunicativos que garantem essa ativação democrática de matriz mais cívica,

sendo por via da informação jornalística que se constrói um espaço público mais consciente de si próprio e mais deliberativo. É também por essa via que, como pressuposto teórico, se pode entender a opinião pública, por um lado, como racionalidade⁷³, que contribuiu para o processo de formação da opinião e de tomada de decisões numa democracia; por outro como controlo social, sendo o seu papel promover a integração social de modo a garantir que há um nível suficiente de consenso, no qual se podem basear as ações e as decisões (Noelle-Neumann, 1995:280).

Não se procura aqui uma exaustiva análise crítica sobre esta matéria, apenas abordá-la numa perspetiva de enquadramento reflexivo no que se refere à clarificação conceptual de democracia e cidadania e da relação que se estabelece – e pode reforçar – entre elas e os meios de comunicação social. Nas conclusões gerais voltaremos ao assunto. O que está em causa pensar, em particular, é a pertinência democrática, e respetiva exequibilidade, de um novo tipo de relação desses meios com as suas audiências, tomadas não como consumidores abstratos e distantes mas como públicos e cidadãos ativos. Não basta ao modelo de jornalismo informativo assegurar-se numa ideia clássica de que a informação é vital para a democracia. É preciso que o processo de produção informativo seja, ele próprio, cada vez mais democrático e integrador de franjas menos ativas e produtivas (em termos de critérios de noticiabilidade) da sociedade em geral.

O movimento do *public journalism*, enquanto experiência de reativação democrática da relação dos cidadãos com os seus representantes políticos, fundamentalmente, tem muito de inspiração tocquevilleana por retomar, em certa medida, as virtudes do associativismo cívico de que o autor fala na sua obra. Uma adequada inserção dos cidadãos no sistema democrático depende, na perspetiva do jornalismo público, da responsabilidade com que os meios informativos assumem produzir e difundir informação útil para as suas vidas. Quer pelas suas bases filosóficas comunitaristas, que o tornam um movimento criticável pela carga moralista das virtudes cívicas, quer pela redução concetual a mera estratégia de captação de audiências em tempos de perda de credibilidade e de vendas da imprensa (considerando o seu contexto

⁷³ Entende-se aqui por racionalidade a aquisição consciente de conhecimento mediante a razão e a elaboração de juízos lógicos e racionalmente corretos a partir desse conhecimento. A aquisição de conhecimentos e a formação de opiniões supõe o uso de transformações e deduções lógicas (Noelle-Neumann, 1995:281).

inicial nos EUA), o jornalismo público, em nossa opinião, pelo percurso de reflexão teórica até aqui, assenta os seus pressupostos mais fundos, implicados com a transformação e melhoria da qualidade de vida pública. Não é apenas mais uma modalidade profissional que procura outra performance informativa num complexo e concorrencial mercado das notícias.

Consciente de que há um afastamento do público em relação aos jornais e aos assuntos aí dominantes, pela hegemónica e repetitiva cobertura mediática (neste caso de assuntos de política), a base fundadora do movimento procura atuar e defender uma certa transposição das fronteiras do jornalismo tradicional que, no geral, sempre fez do modelo filosófico liberal a sua base de ação: basta fornecer informação com base nos “mitos” da objetividade e do distanciamento para que a responsabilidade social dos jornalistas, no contributo para a democracia como fim último da sua função pública, esteja legitimada. O jornalismo público, tal como o percebemos a partir da revisão possível da literatura, procura refletir sobre as condições e a sua responsabilidade concreta na existência de um público com o qual já não basta contar no final de uma cadeia unilateral de produção informativa.

Esse público, essa “voz comum”, na terminologia de Neumann, está a afastar-se ou pode mesmo deixar de existir. Se o uso público da razão saiu à rua muito por força dos primeiros periódicos do séc. XVII, à luz da filosofia política sobretudo de matriz habermasiana, coloca-se hoje de novo em questão o cumprimento de uma responsabilidade social dos meios de comunicação social, em especial a imprensa, nesse papel de incluir a participação dos cidadãos nos processos de discussão e deliberação públicas. Segue-se um aprofundamento do debate teórico em redor do jornalismo, em geral, e em particular uma aproximação à realidade Portuguesa, à luz dos desafios que o modelo liberal de informação enfrenta como “sistema de representação” (não eleito mas legitimado pela natural necessidade antropológica e material de notícias para a vida individual e coletiva).

Segunda Parte – Enquadramento da investigação

Capítulo 5 - Desafios no contexto da imprensa em Portugal

5.1- Experiências de jornalismo público: da teoria à prática

Num contexto de crise económica com redução de encargos e racionalização de recursos humanos, como viabilizar experiências de jornalismo público? Estarão os jornais interessados nessa conexão mais profunda com a vida social e a tratar jornalisticamente o material e os temas sugeridos pelos cidadãos? Como pode este movimento ser aplicável em Portugal, onde não tem qualquer expressão e pouca reflexão? Que propostas existem que são viáveis para a realidade dos media portugueses?

É nosso propósito clarificar e evidenciar uma área pouco explorada a nível académico, entre nós, procurando medir o potencial futuro, apontar caminhos e fornecer alguns indicadores para o uso de técnicas de construção jornalística focadas na agenda dos cidadãos. Trata-se de um contributo de repensar o campo jornalístico a partir do projecto do *public journalism*. ***Até que ponto o modelo do jornalismo cívico pode contribuir para a revitalização da imprensa em Portugal – o caso da imprensa regional.*** Este é o nosso ponto de partida, procurando alcançar a clarividência de uma formulação totalmente satisfatória que encerre em si a trilogia da clareza, exequibilidade e pertinência como critérios de uma boa interrogação de partida, enunciados por Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt (2008:31 a 38).

Trata-se de um caminho necessariamente de avanços e recuos de modo a que se cumpra uma das dimensões essenciais do processo científico: a rutura com os preconceitos e as noções prévias. Numa perspetiva epistemológica, enquanto postura crítica de reflexão e de intervenção relativa ao campo de estudo, permanece em nós a dúvida se a pergunta assim enunciada pode ser tratada, i. e. se a partir dela podemos trabalhar eficazmente e, em particular, se desse trabalho sairão elementos para lhe responder (*idem*: 34,35). Como tal, faz sentido aprofundar o debate, cruzando linhas da reflexão anterior com novos contributos teóricos e exemplos a partir da realidade da imprensa, por um lado, e das preocupações académicas com o presente e o futuro do jornalismo. É o que procuramos fazer de seguida.

Nenhuma crítica sobre o jornalismo o reduz na sua primordial centralidade democrática. Pelo contrário, reforça-o como uma instituição fundamental, preciosa e imprescindível para toda a sociedade, pois serve ao interesse público. Muitas outras instituições o fazem. Sobretudo outras instituições da arena política. Mas o jornalismo fá-lo de maneira frequentemente melhor (Gomes, 2009:70). Ao manter a clássica postura de vigilância sobre as outras instituições, com distanciamento ético, cimenta uma sociedade de valores supremos. Valores como a liberdade com responsabilidade, a “transparência” institucional e, entre outros, a dignidade e proteção dos Direitos do Homem. Poucas instituições poderão cumprir essa singularidade de representatividade plural, em defesa de consciências cidadãs, ou “inteligências cidadãs”, nas palavras de Majo Hansotte (2008). No sentido de que ser-se cidadão do mundo hoje, ao mesmo tempo que se é no país ou na comunidade de origem, “pressupõe um envolvimento e já não um simples atributo” (Hansotte, 2008:20).

Muito se deve ao jornalismo, como motor desse envolvimento, e de uma permanente redefinição dos papéis de cada sujeito na sociedade. A ele se devem tarefas essenciais para o mais amplo benefício da sociedade, nos mais variados campos da vida social, cultural e política. A informação cria vínculos que sem ela não existiriam porque, na generalidade das conclusões de historiadores e sociólogos, ela satisfaz um impulso humano básico: saber o que se passa para lá da experiência direta de cada um (Kovach e Rosenstiel, 2004:5). Nesta medida, a informação jornalística instaura comunidades de pensamento e de sentimento e conduz a uma inserção ativa na vida das comunidades humanas, tanto na imediata e local como na distante e mundial. Não somente é assim possível a civitas maxima – ideal dos filósofos da Idade Moderna - como só o poderá ser graças à informação (Beneyto, 1970:17).

Mas este idealismo tem, como sempre, um outro lado da medalha. Deve-se admitir que há, frequentemente, distâncias fraturantes entre o ideário e os princípios que legitimam culturalmente o jornalismo e o que se passa na realidade. Alguns dos problemas que alimentam o debate sobre a ideia de crise no jornalismo encontram reflexo noutras épocas anteriores. A principal (e recorrente) é a de que - como se tem vindo a analisar neste trabalho- o jornalismo está ameaçado e fragilizado. Está hoje como sempre esteve ao longo da sua história, intermediada por contextos políticos e sociais distintos, mas que, no essencial, o confrontam com volatilidade das próprias mudanças – sejam endógenas ou exógenas. O jornalismo contemporâneo está vinculado

historicamente a um conceito de notícia com uma bifurcação genética de natureza económica e cultural.

Como explica Jeanneney (1996:15-29), desde a origem dos tempos até aos movimentos bolsitas atuais, o “apetite” das notícias tem esse duplo sentido: de um lado a simples curiosidade - do que se passa aqui ao lado, ou no fim do mundo, alimentando um interesse cultural do conhecimento sobre os fatos, as mudanças e os protagonistas; do outro o espírito de concorrência que rapidamente foi substituído pela procura do lucro. Mais do que um produto cultural, a notícia torna-se numa mercadoria. Uma mercadoria que serve diversos fins. Sobretudo, em termos antropológicos, serve ao ser humano para se construir como cidadão na relação social com os outros. Mas também para enganar deliberadamente o seu adversário. Ou seja, fazer aquilo a que a moda contemporânea chama de “desinformação”. Significa que os fenómenos de fragilização do jornalismo decorrem, em primeiro lugar, do fato de este, enquanto profissão, estar rodeado de um conjunto de constrangimentos que condicionam e limitam a possibilidade do seu exercício (Mesquita, 2003:47).

Por diversos fatores endógenos e exógenos - cujo alcance é tão vasto, difuso e complexo que não cabe aqui qualquer ambição de o tornar claro - a ideia da “desinformação” como um dos mais desviantes aspetos da crítica ao jornalismo não é, obviamente, nova. Assegura Jeanneney: «a coisa, se não a palavra, existe desde há muito tempo: não só quando dissimulamos as notícias para o outro, mas também quando tentamos afastá-lo através de mentiras» (1996:16).

A questão ilustra, em certa medida, o modo como o campo da informação pública qualificada dificilmente consegue “escapar” a esta matriz genética que configura a coexistência de um binómio entre a “qualidade” da informação e a pseudoinformação. O que, à luz de alguns termos cunhados para classificar esse cenário, se pode designar por “jornalismo preguiçoso” ou o chamado *pack journalism*, proposto em 1973 por Timothy Crouse, no livro *The Boys on the Bus*, no qual detalha (e critica) a vida na estrada dos repórteres durante a cobertura da campanha presidencial de Estados Unidos de 1972.⁷⁴ Um *best-seller* usado como texto de referência nos cursos de jornalismo nos Estados Unidos e que, colocando o dedo na ferida, aponta para uma

⁷⁴ First Draft by Tim Porter - Newspapering, Readership & Relevance in a Digital Age (Online)
<http://www.timporter.com/firstdraft/archives/000433.html>

deploração do papel do jornalista, incapaz de alcançar profundidade na narrativa, limitando-se a “empacotar” notícias de forma acrítica e homogênea, a partir das mesmas fontes que todos e com a mesma previsibilidade. Aquilo a que mais tarde Ramonet (2004) vem designar por “mimetismo mediático”, um jornalismo ferido de superficialidade e exposto (ou obrigado?) à (re)transmissão cada vez mais imediata e instantânea da informação. Ignácio Ramonet (2004:73) propõe até que o jornalista que opera neste enquadramento – onde o valor mercantilista da informação ameaça a verdade jornalística – se passe a chamar “jornalista instanteísta” ou um “imediatista”.

Se a palavra “jornalista” significa, etimologicamente, “analista de um dia”, ele está forçado (externamente e não por ideologia ou opção ética) a narrar o que se passa nesse dia, tendo tendência a operar como um simples elo, um fio que permite conhecer o acontecimento e a respetiva difusão. Diz Ramonet (p.74) que, desta forma, não tem tempo de filtrar, de verificar, de comparar porque, se perder demasiado tempo, é ultrapassado pelos próprios acontecimentos e, sobretudo, pela concorrência. É esse o sentido teórico da proposta do *pack journalism* – hoje novamente em causa – que confronta a profissão com o desafio (democrático) de verificação, análise e contextualização dos fatos como forma de garantir “a verdade” como o elemento decisivo do valor de uma informação. E que é considerado também como um dos princípios mais importantes (Kovach e Rosenstiel, 2004): a procura desinteressada da verdade, tendo como única fidelidade servir os cidadãos ao permitir-lhes o acesso (e a expressão) livre a informação não manipulada.

A comunicação social, toda ela, mas em particular a imprensa – que neste trabalho mais nos interessa – tem este importante desafio atual e futuro: não ser um “elo” ou um “fio” da plasticidade manipulatória da sociedade económica, política, social e cultural mas, antes, uma barreira a esta ideia de “perversão da informação” que continua a ameaçar minar a sua credibilidade.

Ao mesmo tempo que a evolução das tecnologias de comunicação, ao longo da história, permitiu ao jornalismo desenvolver estratégias de legitimação técnica, parece ser a própria tecnologia que o ameaça na sua legitimação cultural. No primeiro caso, desde a tecnologia mecânica de Gutenberg (séc. XV) - que automatizou o sistema de produção de textos e se antecipou ao que seria a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no séc. XVIII – que se assiste a uma aceleração dos fluxos noticiosos. Uma aceleração sobretudo suportada por infraestruturas tecnológicas, como foram o telégrafo de Samuel Morse (1837) ou o telefone de Graham Bell (1876), mas também por

dispositivos jornalísticos, de que as agências de notícias são o melhor exemplo. Se a isto se juntar as necessidades sociais de informação, que foram crescendo, percebe-se melhor que o jornalismo foi moldado por um vasto conjunto de condições que permitiram o florescimento da imprensa popular noticiosa.⁷⁵

Quando se fala de jornalismo, importa considerar diversas distinções consoante as épocas, os modelos de negócio, as práticas, a vocação das publicações, os princípios estatutários, os contextos, os padrões, as dinâmicas do mercado, entre muitos outros aspetos. Um só mundo, vários jornalismo. Significa que uma abordagem crítica pressupõe uma postura epistemológica de focagens nunca absolutas e que, portanto, jamais permitem a assunção de visões totalmente abrangentes à clarividência científica sobre um objeto de estudo. Assume-se aqui que duas ou três premissas que corroborem uma conclusão, como exercício filosófico de reflexão coerente, nem sempre, ou quase nunca, garantem uma perfeita arrumação conceptual dos fenómenos. Evitar visões simplistas é um desafio de audácia intelectual nada fácil. Particularmente no que se refere à reflexão sobre o jornalismo, hoje sujeito a mutações de ordem estrutural, funcional e ideológico face às novidades da sociedade de informação, que colocam em causa as tradicionais funções massivas com diversos “bombardeamentos” sobre a sua legitimidade na era dos media pós-massivos (Lemos, 2009:9).

O principal perigo pode residir na conceção do jornalismo – aquele que se autolegitima na especialidade informativa e de investigação - como um mero ramo de negócios ou de serviços industriais, como qualquer outro. Não é a mesma coisa. Ele é uma instituição social para a promoção da cidadania, uma *cidadania ativa* ligada à ideia de defesa de causas e à superação da ideia de simples receção mecânica e externa dos direitos políticos dos cidadãos (Santos, 1999:17). E, simultaneamente, um sistema industrial de serviços para alimentar o mercado de informações, de acordo com o interesse das audiências. Defendendo-se legitimamente como um negócio – o que

⁷⁵ Além das novas vias de comunicação, a evolução do jornalismo na maioridade – considerando aqui a imprensa do século XIX – não se pode dissociar daqueles que foram os grandes traços caracterizadores nas sociedades ocidentais desse mesmo século: a expansão e consolidação do capitalismo e da Revolução Industrial; a passagem da família rural, alargada e solidária, à família nuclear urbana contemporânea; a “democratização” do acesso à tecnologia; a ascensão educacional e social das populações; o progresso e ascensão social dos operários crescentemente instruídos; o aumento da instrução e da capacidade de conhecer e ler o mundo; a democratização da vida política (os estados vão, gradualmente, incorporando os cidadãos - e contribuintes - no processo decisório); o incremento dos processos coloniais, em África e grandes partes da Ásia (o que provoca um constante afluxo de notícias); a formação de grandes correntes ideológicas, que gerariam muitas das guerras do século XX; a eclosão e massificação dos conflitos armados; as relações entre jornalismo e política. Cfr. JEANNENEY, Jean-Noel (1996); e SOUSA, Jorge Pedro (s/d) in: <http://www.bocc.ubi.pt>

atualmente é um exercício nada fácil quer pelo baixo índice de leitura, quer pelas debilidades do mercado publicitário - o jornalismo funda-se no valor universal de servir os cidadãos, sendo-lhe fiel acima de quaisquer outros interesses, na procura desinteressada da “verdade” (uma verdade funcional e não científica, portanto sujeita a todas as subjetividades). Cumpre-lhe esse grande objetivo de se bater por uma consciência cidadã dos seus leitores. E, por obrigação ética, uma autoconsciência cidadã dos seus profissionais.

5.2- Metamorfoses do chamado “interesse público”

O importante é que o chamado *interesse público*, entendido como o direito que o público tem de saber coisas do seu próprio interesse, seja sempre preservado (Gomes, 2009:71). O jornalismo assemelha-se a canais de irrigação por onde deve circular a livre opinião pública – essa entidade difusa mas poderosa – e para garantir que os seus interesses sejam reconhecidos e satisfeitos. Esse é o fator de maior questionamento em redor do que, nas decisões do dia-a-dia de cada jornalista ou diretor de jornal, se transforma em notícia e com que protagonistas. Que temas, que assuntos, que abordagem, que perspetiva e que vozes asseguram melhor esse princípio de serviço público? O valor do serviço a um bem maior, o chamado “bem comum”, é como que uma “tatuagem” na consciência de um jornalista. É uma afirmação pretensiosa. Arrisca-se aqui. Sobretudo neste tempo de grandes tensões sobre o papel e finalidade da imprensa convencional, de natureza massiva e unidirecional, para o que alguns autores designam de “nova esfera conversacional” de natureza pós-massiva, cujas características são: liberação do polo da emissão, conexão mundial, distribuição livre e produção de conteúdo sem ter que se pedir concessão ao Estado (Lemos, 2009:11).

Pode ainda ser mais pretensiosa uma vez que, certamente, ela é igualmente aplicada a tantas outras profissões, a começar pelos políticos – eleitos com essa obrigação moral de servir o “bem comum”. Do que se fala aqui é de uma “liberdade de consciência” dos jornalistas para revelar os abusos contra o “interesse público”, ao serviço dos cidadãos e da sua capacidade de construir razão sobre a coisa pública. Não uma consciência persecutória ou delatora, motivada pela corrida à “caixa” jornalística para gerar receitas ou prestígio, mas uma consciência deontologicamente orientada para sacrificar tudo e todos ao escrutínio público, em nome do bom jornalismo. Pode-se perguntar: o que garante que essa liberdade de consciência está ao serviço de um bem

maior do mundo da vida coletiva? Nada, à partida, pois a principal premissa dessa liberdade de consciência, tão difícil de definir como de a predizer como um todo, é precisamente o uso da liberdade de cada um. Neste caso, de cada jornalista. É a “liberdade de criação, expressão e divulgação”, como um direito do jornalista de imprensa regional, conforme define o artigo 7.º do Estatuto de Imprensa Regional.⁷⁶

Não é o princípio da liberdade de consciência dos profissionais, per si, que salvaguarda o cumprimento desse serviço público. Nem se considera que essa tarefa seja um exclusivo dos jornalistas. O argumento⁷⁷ aqui mobilizado recentra apenas a dimensão simbólica da responsabilidade social, com tudo o que ela tem de subjetividade, destes lidarem e se confrontarem com uma exigência ética de produzir informação ao serviço dos cidadãos contra todos os tipos de abusos, respeitando escrupulosamente a verdade, o rigor e objetividade dessa informação sob a capacidade de auto observação dos limites ao exercício da liberdade da imprensa nos termos da lei. (Estatuto da Imprensa Regional, artigo 8.º)

Muitos desses abusos ou desvios à funcionalidade coerente, sobretudo, das esferas governamental e política (local ou nacional) poderão ser provocados por “fascismos” impregnados nos sistemas da administração pública e política, como argumenta Boaventura Souza Santos (2011), para quem urge “democratizar a democracia”. Embora se possa relativizar esta postura de uma “retórica sociológica”, de perfil ensaístico do autor, admite-se que a democracia é um sistema imperfeito por natureza. Tal como o foi ao longo da história dos *media* (Jeanneney, 2001:23,36) com os sucessivos combates pelas liberdades (contra a opressão, a censura, a corrupção, a punição), o jornalismo continua a ser um “motor” dessa democratização, irrigando, a partir das suas fontes, um amplo debate que seculariza o poder, retirando-o do segredo e expondo-o ao escrutínio público. Ele garante para a esfera civil um fluxo alternativo (não completo) de comunicação, fora do controlo sobretudo dos interesses do campo político, aparentemente mais confiável e mais respeitoso do interesse civil, do interesse público (Gomes, 2009:78).

⁷⁶ Cfr. <http://www.apimprensa.pt/informacao-util/legislacao/legislacao9.aspx> (acesso a 20/01/2012)

⁷⁷ Um argumento, em termos filosóficos, é uma inferência que se refere a uma sequência de uma ou mais premissas e uma conclusão, sendo que, como argumentação dedutiva ou indutiva, as premissas devem apoiar racionalmente a conclusão. Uma inferência, para ser legítima cientificamente, depende de um raciocínio dedutivo que produz um argumento sólido (quando as premissas apoiam racionalmente uma conclusão) mas também de um raciocínio indutivo (quando a conclusão não deriva logicamente das premissas, nem se pretende que o faça; as premissas apenas devem apoiar racionalmente a conclusão. Cfr. Stephen Law (2009) *Filosofia*, Civilização, Editores, Lda, Porto, pp. 194-197.

5.3- A mediação na era da *mass-self-communication*

No complexo paradigma da relação entre o campo jornalístico, a sociedade democrática, e o desenvolvimento sustentado, a chamada *imprensa de proximidade* tem especial importância no contributo para a “regeneração” de um espaço público local, potenciando a capacidade racional e ação cívica dos cidadãos sobre assuntos da *res publica*. Para cumprir esse papel de relevância social, a imprensa de expressão local e regional só tem um caminho: erguer-se em projetos editoriais sem dependências comprometedoras de um trabalho informativo rigoroso, pluralista, abrangente, significativo, substancial e útil para a sociedade civil local. Corresponder às necessidades da opinião civil, no âmbito do dever de cidadania de qualquer jornal, alimentar o mercado das informações a favor do interesse das audiências e captar fatias publicitárias para garantir os negócios é um dos mais desafiantes objetivos atuais e futuros.

Os desafios são ainda maiores porque a imprensa convencional, seja local ou nacional, já não tem o exclusivo da mediação informativa. Multiplicaram-se as vozes e as narrativas pós-jornalísticas em ambientes de intensidade comunicativa não profissional materializados em modelos de comunicação horizontal de muitos para muitos. Vive-se uma nova forma de comunicação a que Castells (2007) chama de *mass self-communication* (comunicação individual de massa) ao caracterizar a atual *network society*, (sociedade em rede). É uma realidade de contornos (ainda) indefinidos. Multiplicaram-se as vozes e as narrativas pós-jornalísticas, de que a internet é mãe, em modelos de comunicação horizontais de muitos para muitos. Assistiu-se, a partir das últimas década do séc. XX, a uma reconfiguração da paisagem comunicacional que se dá pela instituição de um novo sistema (aberto, “todos – todos”, independente”) designado por André Lemos de “pós-massivo”, em tensão com o sistema clássico caracterização pelo fluxo “um-todos” da informação para as massas (Lemos, 2009:10).

Para manter a força social dos jornais na atual “era hipermoderna em que tudo é concorrencial, prolifera e se multiplica infinitamente”(Lipovetsky, 2010:31) não basta o discurso de auto legitimação, simplificada em *slogans*, de que eles, como há duzentos anos, são a única mediação confiável para a sociedade civil (Gomes,2009). Derrubaram-se os portões, “o público junta-se à festa”, escreve Gillmor ao analisar a transformação do jornalismo de um meio de comunicação de massas do séc. XX para algo mais profundamente cívico e democrático (2005:14). Mas esse “algo” (em construção

permanente) não significa, automaticamente, uma sociedade mais democrática ou cívica.

O tema da “aldeia global” é uma realidade técnica e «uma ilusão do ponto de vista do conteúdo da informação», como diz Dominique Wolton (1999:239), para quem a mundialização da informação, a sua omnipresença, ilustra essa contradição: Só aparentemente o enfoque mediático é global. Mas, teoricamente, por via da *self-mass-communication* essa contradição esbate-se. Sabemos mais hoje de realidades locais e regionais do mundo que há uma década. Deve-se aos *media* tradicionais, sim. Mas onde estes não chegam, os cidadãos mais atuantes podem fazer a diferença. O que antes era visto como massa indeterminada de recetores passivos – o público – tem hoje um papel proactivo de reflexão partilhada e emissão de discursos concorrenciais.

O jornalismo de código aberto – onde todos podem ser úteis – parece ser uma inevitabilidade. A web interativa fez a sua parte. O 11 de Setembro de 2001 terá sido o catalisador a materializar, de forma medonha, essa “revolução” de cada um poder publicar notícias (Gillmor, 2005:36). Verifica-se uma rutura do monopólio do *gatekeeping* dos *media*. O público tem agora o poder de dispensar os “Cães de guarda”. Como já analisámos noutro capítulo, a conversação de natureza informativa nos *media* sociais - para bem e para o mal - empresta novas matizes à leitura das realidades.

Alarga-se o enfoque mediático dos *media* – por influência de novas agendas fora dos habituais círculos do poder, como fontes preponderantes. Atuam novos poderes, também eles úteis (em função da relevância pública das suas narrativas) ou inúteis (pela cacofonia estéril dos seus contributos). Trata-se de um novo *poder diluído*, como lhe chama João de Almeida Santos (2010). Um poder revelado num espaço público onde as pessoas agem livremente, revelando-se umas às outras através do que dizem e fazem. A Rede, de dimensão (quase) global, é um sistema estruturado a partir de uma lógica relacional massificada (a da relação «many-to-many»). Mas é individualmente centrado, com diversas modulações de acesso, emissão, receção e interação e sem centros de comando equivalentes aos dos *media* tradicionais (Santos, 2010). O individuo é ator sem deixar de ser espetador. Na proposta de Kovach e Rosenstiel (2004), os leitores transformam-se não em consumidores mas em “prosumidores”, uma forma híbrida de produtor e consumidor. Em suma, altera-se a própria geografia situacional dos indivíduos. O local rapidamente passa a global e o global mais facilmente invade o local, por via da *rede*.

Será este *poder diluído* perigoso para o jornalismo? É ameaçador, como todas as mudanças, porque a natureza das novas tecnologias “dissociou o jornalismo da geografia e da comunidade no sentido político e cívico” (Kovac e Rosentiel, 2004:31). Mas é também uma oportunidade, na medida em que permite o impulso de um *jornalismo bidirecional* (*idem*, p.23). Este novo ambiente de efervescência comunicativa, aqui retomado, tem oportunidades para dinâmicas *aut of the box*, isto é, integradoras de modelos dialógicos de ação comunicativa descentralizada e participativa. Mas o argumento que aqui se defende – como aliás em toda a tese – é de que nada se compara e nada pode substituir a mediação profissional jornalística. Consideramos utópicas as teorias de um devir tecnológico tão verdadeiramente democrático que consiga substituir, na prática, essa essência da mediação jornalística fundada em princípios ético-deontológicos universais (admitindo a sua mutabilidade).

A passagem para um jornalismo bidirecional (na prática, nas rotinas, ele é sempre bidirecional) na perspetiva da sua ligação mais intensa e substancial aos públicos não pode significar, portanto, a assunção de que um dos polos de produção – os jornalistas – é dispensável. Mal de uma sociedade quando achar que pode prescindir desta classe profissional. Sem ela, não se fazem jornais capazes de cumprir uma missão absolutamente fundamental para a democracia: escrutinar, fiscalizar, verificar, aprofundar, analisar e contextualizar um país e o mundo.

O que hoje nos parece essencial já não é tanto discutir como cada cidadão consome informação – face a tantas plataformas ao seu dispor – mas como esse cidadão e a sociedade, no seu todo, reconhecem e reclamam o bom jornalismo como um dos mais importantes bens públicos em defesa da democracia. É assim que se pensam os “grandes” jornais de referência face aos desafios da sociedade em rede. É assim que, por exemplo, a diretora do jornal Público, Bárbara Reis, pensa quando escreve:⁷⁸

«Hoje, com a velocidade, quantidade e superficialidade da informação - tantas vezes frustrantemente monocórdica e repetitiva -, os jornais de referência são ainda mais cruciais. A crescente falta de meios suscita aliás o risco - ou até a tentação - de descaracterizar a matriz original dos jornais. Cada um escolherá ler, ver ou ouvir os conteúdos na plataforma - e na máquina - que quiser. Isso hoje já é um detalhe. O fundamental é a sociedade reconhecer que o bom jornalismo é

⁷⁸ Reis, Bárbara (2011), *Hoje nasce o Público Mais*, Jornal Público, Editorial de 27/7/2011, [Online] http://www.publico.pt/Media/hoje-nasce-o-publico-mais_1503983?all=1

um bem público, vital para a democracia, e que isto, parecendo um cliché, é incontornavelmente verdadeiro. São os jornais de referência que escrutinam, fiscalizam e verificam; que aprofundam, analisam e contextualizam o nosso país e o mundo; que hierarquizam e dão a proporção certa ao que se passa à nossa volta; que investem tempo e dinheiro numa reportagem na Somália e numa investigação sobre o que polui o estuário do Tejo. E, por isso, são os jornais de referência que geram a maioria das notícias que, uma vez publicadas, alimentam rádios, televisões e sites, para não falar dos blogues, do Google, do Twitter ou do Facebook(...)»

Uma leitura destas (mais aprofundada noutro capítulo sobre novas práticas das empresas jornalísticas entre nós) centraliza, de novo, a importância e o papel social dos jornais, seja em Portugal ou nos Estados Unidos, quando aparentemente tudo aponta (ou apontava) no sentido de uma polarização de múltiplas mediações de informação no seio das quais o jornalismo – cada vez mais dispensável - se estaria a perder. É essa a constatação ameaçadora de que as notícias estavam a transformar-se em entretenimento e este assumia um carácter de notícia que levou, nos Estados Unidos, o *Committee of Concerned Journalists*, através do *Project for Excellence in Journalism*⁷⁹, à reflexão e descrição da teoria e cultura do jornalismo (Kovach e Rosenstiel, 2004).

Considerando as diferenças ao nível dos respetivos contextos sociais, políticos e culturais – que como hoje ao longo da história dos *media* marcam velocidades e modelos de informação distintos – a verdade é que esse projeto de reflexão norte-americano iniciado em 1997 faz sentido ser hoje não só lembrado mas atualizado. Hoje como há 15 anos atrás, continua a ser necessário refletir sobre os pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades que o jornalismo enfrenta como um todo e, particularmente, a imprensa pela sua natureza fundadora, a primeira a instituir-se – a partir do séc. XVII – como base fundamental para a liberdade dos cidadãos. Portanto, glosando de novo os princípios pelos quais um bom jornalismo se deve afirmar (Kovach e Rosenstiel, 2004:10), muita coisa está a mudar mas há uma que não pode sucumbir a todas e quaisquer novas noções de mediação da informação pública: fazer tudo por um bom

⁷⁹ Há 15 anos que o *think tank* americano *Committee of Concerned Journalists* (<http://rjionline.org/ccj>) desenvolve um fórum contínuo com jornalistas na tentativa de fixar a essência do jornalismo, tendo chegado a estes princípios (materializados no livro de Kovach e Rosenstiel (2004) e no *Project for Excellence in Journalism* (http://www.journalism.org/about_pej/staff))

jornalismo, fundado nos seguintes princípios: o compromisso é com a verdade; a lealdade é para com os cidadãos; a verificação é a essência da sua disciplina; a independência em relação às pessoas tratadas nas notícias é estrutural; serve de indicador para as pessoas e instituições com poder; dá aos cidadãos um fórum de crítica e compromisso; torna interessantes as coisas importantes; dá às notícias contexto e proporção.

Mesmo num contexto em que a imprensa deixou de ser a guardiã (*gatekeeper*)⁸⁰, como vimos antes, e o seu conceito se polarize para uma entidade cada vez menos homogénea e escrutinada, estes princípios garantem-lhe, teoricamente, uma ligação à génese estruturadora que continuará a ser exigível no quadro de um “novo” jornalismo que já não decide (sozinho) o que o público deve saber. Mas esta dimensão interpretativa de natureza teórica tem que, obrigatoriamente, ser confrontada com a realidade, com as realidades distintas quer de país para país, de continente para continente, quer de cidade para cidade onde o jornalistas e diretores se debatem hoje com inúmeros desafios. Mas sobretudo dois: o de manter intato o papel insubstituível da profissão e o de não perder o “comboio” da mundividência comunicativa da era hipermoderna, de que fala Lipovetsky (2010). Só parece haver duas formas de enfrentar tais desafios: com jornalistas e com dinheiro.

Glosando o contributo de Bárbara Reis, diretora do *Público*, referindo-se aos princípios do jornalismo “só uma redação forte, experiente e com jornalistas especializados conseguirá dar resposta a este conjunto de fundamentos”. Acrescentando que “só falta uma coisa: isto custa muito dinheiro” (Cfr. Editorial jornal *Público*, 27/07/2011). É precisamente este um fator ameaçador da sustentabilidade dos projetos e das empresas de comunicação social, também elas cada mais sujeitas a cortes e “emagrecimentos” que podem colocar em causa o cumprimento do “serviço público” que prestam aos cidadãos.

Curiosamente o grupo Sonae, detentor do jornal *Público*, antes citado, anunciou em outubro de 2012 um projeto de reestruturação, como «imperativo de assegurar

⁸⁰ Sobre a teoria do *Gatekeeping* no contexto da imprensa regional da Beira Interior, ver tese de mestrado de Ricardo Cordeiro (2009), Universidade da Beira Interior.

sustentabilidade (...) com a diminuição de custos de funcionamento e previsível saída de 48 colaboradores».⁸¹

Este debate sobre a relação entre jornalismo e sociedade, num sentido mais vasto, e a do reconhecimento alargado dos princípios ou fundamentos da prática jornalística concreta, numa tentativa de o não deixar diluir na ascensão de outras formas de comunicação híbridas, faz-se em muitos quadrantes da reflexão académica e enfrenta-se em muitas redações dos jornais. Sejam globais ou locais. Aliás, foi esse mesmo sentido estratégico de discussão alargada sobre a “essência” do jornalismo que, sob inspiração do movimento norte-americano dos Jornalistas Preocupados, também em Portugal surgiu um projeto que de seguida se descreve.

5.4- Os caminhos do jornalismo: mudanças de paradigma?

Para que serve o jornalismo e que caminhos deve seguir? Eis o mote de um projeto designado “Jornalismo e Sociedade”, organizado pelo jornalista Adelino Gomes, que dinamizou, pela primeira vez, em várias cidades portuguesas⁸², um conjunto de debates com profissionais, académicos, alunos de ciências da comunicação e o público em geral, com o objetivo de discutir o futuro do jornalismo em Portugal. Partindo das inquietações sobre o momento atual do jornalismo, as suas fragilidades e desafios, a ideia é ouvir jornalistas, académicos e cidadãos e perceber para que serve o jornalismo e que caminho deve seguir. O projeto Jornalismo e Sociedade surge numa altura em que muita gente se questiona como vai ser com a imprensa em declínio, a Internet com dificuldades em encontrar um modelo de negócio, a rádio estagnada e a televisão com muitas interrogações sobre a sua evolução.

⁸¹ Lê-se no comunicado publicado no jornal: «A imprensa escrita está desde há alguns anos a atravessar uma mudança estrutural profunda, à escala mundial, que se tem traduzido numa forte tendência de queda de receitas em resultado do efeito de substituição do papel pelo *online*. Ao setor em Portugal somam-se ainda os severos impactos da actual crise económica, quer nas receitas de circulação, quer nas receitas de publicidade. O PÚBLICO, reconhecido como um dos jornais de referência em Portugal e líder em termos de leitura *online*, com uma presença de destaque nas múltiplas plataformas digitais – web, smartphones, tablets – não está imune a estes desafios. Este plano consistirá no reforço e adequação de competências, onde se inclui a maior orientação para as crescentes exigências do mundo digital, e na redução da estrutura de custos em cerca de 3,5 milhões de euros por ano, com a diminuição de custos de funcionamento e previsível saída de 48 colaboradores». <http://www.publico.pt/Media/comunicado-sonaecom-anuncia-reestruturacao-no-publico-1566747>

⁸² Escolhendo como palcos dos debates as universidades e politécnicos, o fórum itinerante Jornalismo e Sociedade teve início em Coimbra, dia 13 de Março de 2012, tendo-se seguido: Covilhã (15/3), Braga, Porto (3/5), Lisboa (21/3). Portalegre e Algarve foram palco dos restantes debates sobre "O futuro do jornalismo" com vista a aproximar a comunicação social da sociedade.

Inspirado no *Pew Project for the Excellence in Journalism* e nos nove elementos do jornalismo, apresentados pelos norte-americanos Tom Rosenstiel e Bill Kovach no final do século XX – cuja reflexão já debatemos neste trabalho – o projeto português pretende saber o que deve ser mantido como fundamental para definir o jornalismo. A meta passa por determinar em que medida os princípios se aplicam, se é preciso alterá-los, como alterá-los ou quais eliminar. Quase duas décadas depois de as mesmas preocupações mobilizarem, nos Estados Unidos, académicos, jornalistas e cidadãos, o projeto *Jornalismo e Sociedade* pretende, como meta de investigação, debater, entre outros, a validade de critérios como a verdade, lealdade para com os cidadãos, verificação e independência. Dos contributos de todos os envolvidos sairá uma carta dos novos elementos do jornalismo.

Adelino Gomes explica, numa entrevista ao jornalista freelancer Alexandre Gamela, publicada no seu blogue de reflexão sobre os novos media⁸³, que a investigação sobre o jornalismo implica, não apenas observar as narrativas que os media fazem sobre a sociedade, o que os media dizem sobre ela, e como dizem, mas saber para que servem, afinal, os media, quem os faz, quem atua neles e em que condições (a precariedade laboral, as dificuldades de sustentabilidade das empresas, etc). Ou seja, implica conhecer os problemas e as realidades de perto. E averiguar o que pensam os jornalistas sobre a ideia de crise de identidade que a reflexão académica lhe atribui.

O jornalista, com uma larga experiência, faz uma breve abordagem diacrónica sobre a evolução dos *media* em Portugal apenas para testemunhar o quanto mudou o paradigma na praxis jornalística, sobretudo em termos tecnológicos com impacto no processo histórico e evolutivo da profissão. «A minha geração não estava preparada para as mudanças», refere Adelino Gomes aludindo ao caso concreto do nascimento do jornal *Público*, cuja redação inicial integrava, em 1989, na qual jovens jornalistas não sabiam escrever em computadores. Para este profissional o jornalismo é um privilégio – na medida em que os jornalistas estão encarregados pela sociedade que lhe paga para verem o que se passa no mundo – e uma responsabilidade porque, havendo uma ilusão e uma construção da realidade, ele tem de dar à sociedade uma visão tão completa quanto possível diminuindo os constrangimentos (crenças cognitivas e desconhecimento).

Este desafio, sustenta Adelino Gomes na mesma entrevista, está para além das suas forças. Num tom mais crítico, adianta que se fizeram redações que se transformaram em “igrejas”, onde se foram instituindo “dogmas” nos procedimentos e

⁸³ <http://www.alexgamela.com/blog/2012/03/14/jornalismo-e-sociedade-entrevista-a-adelino-gomes/>
(acesso a 16 de março de 2012)

uma autolegitimação processual de ação, aparentemente universal que hoje está posta em causa. “A inteligência não mora nas redações, diluiu-se e está em todo o lado (redes sociais) atesta o jornalista aludindo ao contexto – já tratado neste trabalho – do advento das comunicações em rede e da democratização da acessibilidade. Fenómeno que confronta o jornalista com a exigência de maior responsabilidade em selecionar, com base nos mesmos princípios, o que é relevante e significativo.

Vive-se um contexto desafiante, com novas geografias em processos de comunicação horizontais, onde o centro de poder se polarizou por influência das inovações tecnológicas. É normal que tudo o que é novo neste vasto campo da mediação comunicativa comece por ser ameaçador. Sempre assim foi.

Um dos fenómenos mais proeminentes da evolução pragmática dos processos comunicais, ao longo da história, e que se evidenciou logo na transição da uma cultura oral para a escrita, é uma “desconfiança”, uma rejeição sobre o que é novo. Platão, por exemplo, atualiza no seu diálogo *Fedro* o sentido dessa desconfiança sociológica - comum a todas as épocas e também à atual – no confronto entre a tradição da comunicação oral e a invenção da escrita.

Veja-se, no excerto da obra, a distinção que Theuth (divindade a quem simbolicamente se atribuiu a invenção da escrita) e o rei Tamos (Egipto) fazem sobre o valor cultural desta nova revolução que constituiu, e constitui, um dos alicerces dos processos de comunicação social. E que permitiu o registo e a transmissão (mais rigorosa) de informações de geração em geração melhorando a sujeição do processo comunicacional à infidelidade dos processos de transmissão oral. Voltando ao *Fedro*, está em causa esse confronto entre meios externos, não biológicos, enaltecidos pelo seu criador e criticado pelo detentor do poder terreno, um poder que, por via da escrita, é ameaçado. Diz Theuth:

“(...)Este é um ramo do conhecimento, ó rei, que tornará os Egípcios mais sábios e de melhor memória. Na verdade, foi descoberto o remédio da memória e da sabedoria.”

Ao que o rei Tamos responde:

“Ó engenhosíssimo Theuth, um homem é capaz de criar os fundamentos de uma arte, mas outro deve julgar que parte de dano e de utilidade possui para quantos dela vão fazer uso. Ora tu, neste momento, como pai da escrita que és, apontas-lhe, por lhe queres bem, efeitos contrários àqueles de que ela é capaz. Essa descoberta, na verdade, provocará nas almas o esquecimento de quanto se aprende, devido à falta de exercício da memória, porque, confiados na escrita, recordar-se-ão de fora, graças a sinais estranhos, e não de dentro,

espontaneamente, pelos seus próprios sinais. Por conseguinte, não descobriste um remédio para a memória, mas para a recordação.”

Eis uma clássica dialética sobre a complexidade que alimentou, ao longo da história, debates de natureza filosófica sobre os atributos positivos e negativos de todas as transformações fisiológicas, processuais e tecnológicas revolucionárias da comunicação humana. A sua genealogia é, por natureza, difusa e complexa. Ela assenta numa perspetiva construtivista da evolução das sociedades, ao longo de séculos, com reminiscências interpretativas diversas, feitas de politeísmos de valores que faz dos conceitos, não compartimentos fechados ou imutáveis, mas processos dinâmicos resultantes da complexidade das relações presentes na realidade história e que se reúnem em virtude da sua significação cultural, como explica Max Weber (1993:137-138).

O cenário é, portanto, desafiante para os *media*, hoje cada vez mais obrigados a estar presentes no mundo da comunicação e interação digitais, e particularmente para a imprensa de expressão local e regional portuguesa. Em ambos os casos, qualquer estratégia de potenciar a conversa aberta e livre, de muitos para muitos, deve ser entendida como a base para a ação política agora mais ativada, em teoria, pela capacidade de produção, partilha e distribuição de conteúdo (Lemos, 2009:11). Não significa que essa ativação em rede e o consequente aumento da esfera conversacional resulte, na prática, na resolução dos problemas do “engajamento político”, como refere Lemos (p.12). Mas tem potencial de gerar maior amplificação dos assuntos públicos e maior sensibilização dos cidadãos para a ideia de uma consciência cidadã. Uma consciência alimentada por fluxos de informação, de natureza horizontal, participada e refletiva, que resgata os assuntos de interesse público da opacidade e da superficialidade muitas vezes criticada aos *media* convencionais.

Essa ação política subjacente à mobilização pode ser mais intensa e consequente quando pensada estritamente no campo da imprensa local e regional. E porquê? O argumento, admitindo a sua questionabilidade, enquadra-se na redefinição do debate sobre a (verdadeira) natureza conceptual desta imprensa local. No caso dos grandes *media* (grandes como aglomerados empresariais, estruturais, de abrangência indiferenciada) qualquer aproximação ao modelo de conversa das redes pode ser entendida (embora não descorando a componente de ação política a favor da cidadania)

como uma estratégia de segmentação de mercado, útil para editores e anunciantes no processo negocial das audiências.

Ou seja, há em toda a linha estratégica de renovação editorial uma perspectiva eminentemente comercial. E que consideramos naturalmente legítima, como força motriz de qualquer negócio, ou não fosse a publicidade uma das principais fontes de autonomização estrutural dos *media*. Ou mesmo a fonte principal de uma maior independência relativamente aos Governos (que ao longo da história tentaram “domesticar” a imprensa) como aconteceu, sobretudo, com o pioneirismo da invenção do “reclamo” na imprensa inglesa do séc. XVII (Jeanneney, 2001:26).

Este recuo aos primórdios da história dos jornais, no que se refere à relação entre a sua função social e a sobrevivência comercial, legitima uma preocupação presente: a de que, tal como no advento do impulso do jornalismo moderno, de que França e Inglaterra são a principal referência, permanece o perigo de um esbatimento da fronteira - que devia ser absoluta- entre o conteúdo das notícias e a publicidade comercial. Com os *media* sociais, por exemplo, agigantou-se um batalhão de comunicadores da persuasão comercial que invade todos os fluxos de interação comunicacional. Embora isso não signifique um “contágio” ou uma ameaça generalizada aos valores que informam a seleção e a descrição informativa assentes no rigor, independência e veracidade como elementos chave de um jornalismo ao serviço do esclarecimento público.

Ao longo da história a figura social do jornalista sempre foi criticada por episódios de revelação de falta de escrúpulos, de dependências diversas de intervenção e narrativas subornadas em proveito de interesses dissimulados tirando proveito da credulidade dos leitores. Ao mesmo tempo que foi emergindo, com força libertadora imparável, um movimento de reflexão de conjunto do mundo dos jornais acerca da verdade informativa que veiculam, acerca dos seus limites e dos seus efeitos (Jeanneney, 2001: 27, 29). Vem do séc. XVII, segundo este historiador, a consciência de um problema que continua hoje a alimentar o debate: O alcance justo, preciso e pormenorizado do que se passa no mundo. Isto é, antecipa-se aqui a dúvida teórica se essa tríade da “perfeição” informativa do relato jornalístico poder-se-á, dever-se-á fazer e de que forma.

Em face desse problema alinham-se, neste contexto histórico e político referido, três atitudes possíveis sobre o entendimento pragmático da profissão jornalística. São elas: uma *modéstia necessária*, uma *inquietação recorrente* e uma *confiança*

corroborante. Na explicação de Jeanneney (2001:29), a primeira atitude tem que ver com o sentimento da pressão do tempo, tendo nascido nos jornalistas, há quatro séculos, a consciência diferenciada do seu papel face ao do historiador ou do filósofo. Enquanto estes, na quietude distanciada dos seus gabinetes de trabalho, dispõem de mais tempo e liberdade de ação para escolherem o verdadeiro e o falso, os jornalistas estão confrontados com a prontidão do ritmo que não lhes deixa a mesma liberdade. Trata-se da antecipação de uma auto-imagem profissional. O ato de fazer notícias implica perceber, entre outros aspetos, que os jornalistas e as redações estão sempre sobre pressão.

Atualizando esta atitude, a partir da perspectiva crítica de Curran e Seaton (2001:328) significa que “os acontecimentos que têm a honra de se tornarem notícia são aqueles fáceis de obter e não são, de modo algum, os acontecimentos mais significativos que ocorrem”. Ou seja, esta *modéstia necessária* de que fala Jeanneney (itálico nosso) corrobora com uma interpretação crítica e irrealista da imagem popular dos jornalistas, mitificada por muitos filmes de inspiração watergateana, como “caçadores corajosos que perseguem a verdade escondida”. Em vez disso, como defendem Curran e Seaton (idem, ibidem), o fluxo de notícias é determinado não pela importância dos acontecimentos mas pela organização das indústrias de processamento de notícias.

Os jornalistas fazem o seu trabalho a partir de um monte de suposições plausíveis, bem definidas e largamente inconscientes, traduzindo a realidade desordenada em histórias claras com princípio, meio e fim (Curran e Seaton, 2001:329). Ou seja, nas conclusões destes autores, os valores que informam a seleção de notícias – mesmo que não contagiadas pela informação planeada de natureza comercial – servem, normalmente, para reforçar opiniões convencionais e autoridade estabelecida. A necessidade dos *media* assegurarem uma atenção instantânea, sobretudo num quadro de fortíssima concorrência – que ultrapassa a mera mediação narrativa e se estende nos grandes conglomerados à segmentação de negócios em cadeia cotados nas bolsas financeiras - acaba por criar “um forte preconceito a favor de histórias e temas familiares ao mesmo tempo que um processo de simplificação filtra o perturbante ou o inesperado” (Curran e Seaton, 2001: 329).

Mas a crítica, no que se refere a esta dimensão de proximidade (ou promiscuidade) entre a publicidade e a informação – e que surge com a invenção do anúncio em Inglaterra há quatro séculos – tem nestes autores uma clarividência explícita: «(...) muito do que é entendido como notícia é pouco mais do que publicidade

grátis. (...) Muito do que aparece como “notícias políticas” é, de fato, escrito por conselheiros, candidatos e membros do parlamento» (Curran e Seaton, 2001: 330).

Estas constatações críticas têm um contexto histórico e político que é preciso delimitar. Elas fazem referência ao desenvolvimento, crescimento de organizações e capacidades com o objetivo de manipular os *media*, como foram as relações públicas, a partir dos anos 30 do séc. XX na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. É a referência ao surgimento dos chamados “pseudo-acontecimentos”, como atividades cujo único objetivo é assegurar e controlar a cobertura mediática.

Nesse contexto, Curran e Seaton consideram a imprensa local como sendo a mais vulnerável a estas atividades, isto é, às notícias pré-dirigidas. Ora, encontramos nestes autores, aqui sumariamente parafraseados, uma postura que fez escola na consolidação geral de uma imagem popular associada à imprensa local, como uma imprensa manipulável ao serviço dos interesses das elites e da autoridade (política, económica, religiosa...). Esta imagem tem atravessado os tempos e as geografias sociopolíticas e culturais, cristalizando-se em visões estereotipadas e perigosamente generalistas. Será que há razões ou provas (científicas) que possam (ajudar a) desmitificar esta imagem? Será que a(s) realidade(s) comprovam que essa crítica de Curran e Seaton (ainda que historicamente contextualizada) não faz hoje qualquer sentido e está ultrapassada?

Só há uma maneira de saber: Estudar a especificidade desta imprensa, apontando-lhe as fragilidades mas também as vantagens, com base na acumulação de entendimentos teóricos sobre a sua evolução. E com base numa pesquisa própria que ajude a aprofundar o conhecimento. Conhecer-la implica estudá-la e debatê-la de igual para igual face à dita imprensa nacional. Sobretudo focando as variáveis que ao longo do tempo a foram moldando, como a qualquer órgão de comunicação social, designadamente: a base organizacional e ideológica, a evolução sociológica das redações, a transformação tecnológica e os processos de recolha, escolha e edição de notícias. Essa abordagem está concentrada no capítulo 6.

Retocámos, até aqui, linhas de reflexão sobre a crise de legitimidade do jornalismo face aos desafios da comunicação pública, através de uma breve abordagem da crítica pública sobre a comunicação mediática. Após este percurso de revisão teórica, necessariamente com défices analíticos que não cabem neste projeto, elencamos um conjunto de questões em aberto, perguntas guia no percurso da nossa investigação: i)

Como se pode conseguir um equilíbrio (e não uma rutura) entre o exercício liberal da autorregulação dos *media* e o compromisso para uma sociedade e um espaço público contemporâneos assente em pressupostos efetivos de participação cívica pluralista e abrangente? ii) Que tipo de participação os cidadãos comuns podem ter nos sistemas mediáticos que os tornem, a ambos, mais esclarecidos, mais ativos e interligados?; iii)- Como informar para a cidadania? iv) Como fornecer aos cidadãos elementos de decisão para escolhas políticas conscientes?

Não se procura responder uma por uma a estas questões. Mas, na reflexão que se segue, procura-se alcançar alguns indicadores de como, particularmente, a imprensa em Portugal está a posicionar-se face aos novos desafios e a paradigmas, cuja mutabilidade é tão voraz que se torna uma exigência permanente para os atores dos *media* reinventar-se num momento em que está tudo posto em causa: os modelos de negócio e o próprio jornalismo como o conhecemos (e o defendemos) hoje.

5.5- Práticas de envolvimento da imprensa com os leitores

Neste subponto, identificamos algumas das práticas empresariais do campo dos *media* em Portugal, particularmente a imprensa escrita, que consubstanciam novas posturas ou inovações editoriais, cruzando-as com as teorias antes mobilizadas. Interessa-nos alargar a reflexão sobre os desafios em Portugal, com o nosso humilde contributo, e perceber que sinais se evidenciam nas mudanças que todos parecem adivinhar (ou profetizar) mas cujos contornos estão para ser descobertos. Não temos aqui essa ambição. Apenas identificar caminhos de como o jornalismo público ou cívico, sem se assumir a sua designação, pode estar a emergir entre nós.

5.5.1- O caso *Público*: proximidade, filantropia e jornalismo

Em Portugal, o jornal *Público* – pioneiro na edição *online* – é o caso mais paradigmático dessa resposta à necessidade de revitalização e adaptabilidade aos novos desafios decorrentes de mudanças estruturais ao nível social, económico e político que determinam exigências de criatividade, ousadia e inovação. Num claro posicionamento estratégico de maior proximidade com novas abordagens, foi criado um espaço

designado “Comunidades”⁸⁴, destinado a alargar o espaço de comunicação entre os leitores e a produção noticiosa, através de várias ferramentas como o blog do provedor dos leitores, um e-mail para onde os cidadãos podem enviar sugestões de notícias, um espaço de debate sobre temas de atualidade, um consultório on-line para questões de justiça, que visa informar os leitores sobre os seus direitos dos cidadãos, um espaço de receção de perguntas concretas sobre um problema da rua, bairro ou cidade de cada um, comprometendo-se o jornal a procurar resposta junto das autoridades responsáveis.

Consciente do impacto da mudança de hábitos dos leitores em todo o mundo ocidental, o Público – que há mais de 20 anos é um jornal de referência em Portugal e no mundo de língua portuguesa – procura adaptar-se e responder aos desafios de futuro. A 20 de Julho de 2011 nasceu o projeto *Público +*, cujo objetivo é, de acordo com a sua diretora Bárbara Reis⁸⁵, «fazer mais *Público*» no caminho de um jornalismo de excelência. Diz a diretora que a meta é «fazer trabalhos que, sendo essenciais para o conhecimento, estão a desaparecer dos jornais». É a assunção corajosa e clarividente, de dentro para fora, da ausência de fôlego no cumprimento das funções que constituem a essência do jornalismo.

O projeto pretende contribuir para o conhecimento e desenvolvimento da sociedade em quatro áreas (Reportagem, Cultura, Ciência/Ambiente e Multimédia) “mantendo os valores intocáveis de rigor e independência”, escreve a diretora do jornal convicta de que um maior conhecimento sobre o essencial dessas áreas dará poder aos cidadãos para que participem de forma ativa nas suas comunidades. Essa é, portanto, a principal função do jornalismo: converter informação em conhecimento. E com esse conhecimento os cidadãos são mais livres e mais cultos. Bárbara Reis cita o pensamento de Bill Kovach, fundador do *Committee of Concerned Journalists*, para quem as redações dos bons jornais são “*think tanks* de construção de cidadania”.

O *Público+* recebeu o apoio de seis empresas - EDP, Galp, Mota-Engil, Banco Santander Totta, REN e Vodafone. Para Bárbara Reis estas empresas “mostram, deste

⁸⁴ Dos blogues às dúvidas sobre questões de justiça, passando pelas transmissões em direto e sugestão de notícias à redação, os leitores podem, neste espaço on-line, entrar em contacto mais facilmente com os jornalistas do PÚBLICO. Como critérios de participação, o jornal refere que «São inaceitáveis comentários que contenham acusações de carácter criminal, insultos, linguagem grosseira ou difamatória, violações da vida privada, incitações ao ódio ou à violência ou que preconizem violações dos direitos humanos». (<http://www.publico.pt/comunidades>)

⁸⁵ Cf. Editorial, http://www.publico.pt/Media/hoje-nasce-o-publico-mais_1503983?all=1 (acesso dia 20 de Julho de 2011)

modo, o seu perfil filantrópico e acreditam, como nós, na importância do jornalismo de qualidade”. A principal questão que se coloca nesta prática é a garantia do princípio da independência jornalística. Este apoio explícito e publicitado do mundo empresarial, sobretudo as empresas mais influentes, não significa que se o jornal se dobre sobre as suas pretensões corporativas. É essa a garantia da diretora do jornal:

“[As empresas] aceitaram que não vão discutir nem saber com antecedência como o PÚBLICO vai usar os recursos deste novo fundo, aceitaram receber prestação das contas (onde fomos, fazer que trabalhos e gastando exatamente quanto) apenas no fim de cada ano. Estas empresas sabem que o PÚBLICO não fará jornalismo nem mais nem menos simpático sobre qualquer tema de Portugal ou do mundo, incluindo as suas próprias empresas. Não foi preciso sermos nós a dizê-lo, foram os próprios presidentes dos conselhos de administração destas seis empresas que o disseram. Não há contrapartidas. (Editorial do Público, 20 de Junho de 2011)

Trata-se de uma inovação em Portugal onde não há tradição de filantropia no apoio direto e declarado de empresas e instituições privadas aos *media*, como acontece na Grã-Bretanha ou os Estados Unidos. É Bárbara Reis quem lembra que há, nestes dois países, casos como o *Financial Times*, que tem cadernos especiais financiados por empresas, ou a histórica e respeitada televisão pública americana (PBS), ou o novo jornal online *Huffington Post*, cuja fundadora faz campanhas de recolha de fundos e recebe doações de cinco milhões de dólares num só ano.

Numa senda de inovações editoriais, que revela também a necessidade de diversificar o produto informativo adaptando-o a novos públicos, particularmente os mais jovens como forma de captar leitores, o *Público* inaugurou um novo projeto editorial, o P3. Citando o jornal⁸⁶, «nasceu para todos os jovens (e não só) que se encontram afastados dos órgãos de informação por não se reverem nos temas tratados.» Trata-se de um sítio de informação generalista produzido por uma equipa que concilia a experiência jornalística do *Público* com a ousadia dos estudantes da faculdade de Letras da Universidade do Porto⁸⁷. O novo projeto editorial pretende acompanhar a atualidade

⁸⁶ <http://p3.publico.pt/static/projecto> (acesso a 26 de Setembro de 2011)

⁸⁷ Este projeto resulta de um consórcio composto pelo *Público*, pela Universidade do Porto, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e pelo INESC Porto, é uma iniciativa do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), co-financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Fatores de Competitividade e tem como principal objetivo criar um site de informação destinado a jovens entre os 18 e os 35 anos. cf. Sítio do Projeto <http://p3.publico.pt/static/projecto>

nacional e internacional e apostar nos temas culturais e nas novas narrativas multimédia. A recomendação de conteúdos e a interação nas redes sociais são preocupações constantes, reforçando o incentivo à participação dos utilizadores. Na sua essência, como laboratório, combina diferentes experiências e áreas de conhecimento e cruza o mundo académico e empresarial, ligados à comunicação.

Encontramos no *Público* uma estratégia claramente atenta às tendências de uma comunicação mais interativa, tratando-se, no caso particular, e citando Gillmor (2005:112), «uma oportunidade de ouro para os cidadãos se envolverem, para ajudar as pessoas a informarem os seus concidadãos que se preocupam com questões específicas». Que resultados alcança esta estratégia de captação de uma participação cidadã por parte do jornal Público? Quantos cidadãos, e quais, efetivamente se mobilizam perante este repto de um maior contacto? É provável, ou quase certo, que não são as massas a aderir, mas indivíduos que se interessam por determinadas questões. E que questões?

Sejam quais forem os resultados, é um sinal evidente de que os jornais – o Público em particular - têm consciência das mudanças de paradigma e da necessidade urgente de abandonar um modelo de comunicação monolítico, e as suas representações simplistas do mundo, e incluir uma cada vez maior diversidade de perspetivas, ideias e versões do modo como podemos entender esse mundo. Qualquer caminho para marcar a diferença acabará, forçosamente, por recolocar o indivíduo não no centro do alvo enquanto mero recetor ou consumidor, mas uma fonte fundamental, enquanto cidadão, a favor de um valioso fluxo de informação. Sempre com a mediação profissional do jornalista. No fundo trata-se de testar, avançar, a possibilidade de fundir um certo ativismo dos cidadãos com o jornalismo. Na medida em que esse ativismo for estritamente útil ao jornalismo na sua clássica missão de descobrir e revelar verdades nem sempre (ou nunca) coincidentes com as verdades oficiais. Ou lhe sirva de plataforma para novas perspetivas de agendamento, mais focadas com questões substanciais e problemas de relevância pública que mais digam respeito à vida concreta das pessoas comuns, da sua relação no contexto territorial, institucional e comunitário a favor de uma abordagem informativa implicada com a base social.

Com base nos pressupostos teóricos do jornalismo público, a informação jornalística está orientada para a construção e manutenção de diálogos públicos, fazendo mais visível uma agenda da cidadania. Isto implica, desde logo, a adoção cultural por

parte dos jornalistas de que trabalhar nesta perspetiva – em parte do agendamento noticioso – significa aceitar que fora do circuito habitual, da “volta” em redor das principais instituições públicas e das personagens com mais poder de acesso, há outras representações sociais, outros atores, outras formas de expressão da cidadania. Tornar visível uma “agenda do cidadão” tem o mesmo desafio que tornar a “agenda das elites”, pelas razões que sublinhamos antes, mas ao dar-se mais abertura ao cidadão comum – quando ele na prática tem alguma coisa de substancial para dizer – é conferir às narrativas de informação novas abordagens que ajudam a sociedade, neste caso local e regional, a conhecer-se melhor. Este é um dos paradoxos da sociedade instantânea da informação sem fronteiras e aparentemente global: mais informação não significa que estejamos mais informados e conheçamos melhor o país, a região ou a cidade em que vivemos.

José Gil constata isso mesmo: «Vivemos num país desconhecido. Por baixo da informação tangível, dos números e das estatísticas, correm fluxos de acontecimentos inquantificáveis e que, no entanto, condicionam, decisivamente a nossa vida» (*Público*, 5 março 2012, p. 4). O filósofo português escrevia na qualidade de diretor por um dia do jornal *Público*, numa edição especial na passagem dos 22 anos da publicação, dando corpo a uma experiência editorial de «fazer pensar diferentemente no país que temos e na informação que dele dispomos». No artigo “O vazio das não-notícias” (p.4), Gil afirma: «Acreditamos que a informação que, por definição, vive da positividade do dado, do pleno, que nos enche os olhos e o cérebro criando a ilusão de pensamento, poder ser tratada de outra forma».

Sob essa orientação, a partir da auto reflexão sobre qual a função do jornalismo impresso, o *Público* assumia um compromisso editorial de dar “o salto”(p.76) fazendo atravessar em todo o jornal, de modo orgânico – e aplicada às notícias do dia – a filosofia de maior profundidade com a certeza de que o papel do papel, hoje, só poder ser um: acrescentar de forma significativa uma compreensão da realidade e hierarquizar a informação, eliminando das páginas dos jornais a quantidade de “bugigangas” que se publicam. (*Público*, editorial, p.76)

É um sinal importante que vem reafirmar a necessidade de um jornalismo que não se limite a “levantar ata” de uns fatos acéticos e descontextualizados que, indiretamente, se inspira na teoria da responsabilidade social (tal como o jornalismo público) e expressa através de um tratamento jornalístico “em profundidade” (Moral e Ramírez, 1993:87). A iniciativa do jornal *Público* (e que o jornal, ao fim de oito meses

de mudanças, avalia como tendo muita aceitação junto dos leitores, quer por via de correio eletrónico quer mediante processos de monitorização em *focus group*) enquadra-se numa tendência por um jornalismo “em profundidade” e “explicativo” (que, no fundo, se enquadra nas premissas do jornalismo público, lembrando o projeto mais recente de Jay Rosen, o “Explainer.Net”) no qual pode considerar-se mais importante o valor da *honestidade* do que a de *objetividade*, como defendem Moral e Ramirez (*idem*).

Os autores sublinham que não se pode falar de uma “unidade de estilo” porque, dentro do mesmo termo de “explicativo”, podem ser considerados outros movimentos jornalísticos que emergiram no século XX. A principal dúvida, que alimenta esse debate, reside nesta questão: Até que ponto se é “explicativo” ou até que ponto se apresenta as coisas em “profundidade” (Moral e Ramírez, 1993:87). Um jornal sensacionalista e popular – que traz maior calor humano, maior personalização e interesse pelos temas secundários e as vidas dos envolvidos nos acontecimentos – também pode reclamar essa classificação. Também aprofunda e explica. Ora então fará mais sentido falar de um *jornalismo em profundidade*, um jornalismo responsável, autenticamente contextualizador, de explicação séria e documentada da globalidade de um problema em vez da franqueza piegas malevolente pelo “caso limite” (Moral e Ramírez, *idem*).

O exemplo do *Público* ilustra, em nossa opinião, um dos caminhos de como o jornalismo público – aqui enquadrado como cabendo dentro dessa categoria de jornalismo em profundidade – na medida em que se pretende, à partida, contrastar a informação acelerada e pontual de cada dia com visões mais sossegadas e de conjunto. Esta pode ser entendida como uma forma de ir ao encontro a uma agenda dos problemas dos cidadãos, escutando-os e envolvendo-os em processos participativos, opondo-se a sistemas de exclusão próprios do jornalismo tradicional (tal como o problematizámos neste trabalho) desde o ponto de vista do domínio de certo tipo de discursos, de fontes e de assuntos, como se analisou.

Trabalhar com base numa “agenda do cidadão” é não apenas estimular e garantir uma participação dos cidadãos através de linhas telefónicas, fóruns ou sondagens mas, com base nestes e noutros processos participativos, acompanhar a agenda, dar-lhe enquadramento noticioso, com a profundidade possível, e consequente inclusão nas agendas pública e política. Assim se poderá cumprir a função deliberativa subjacente do modelo. Com a sua filosofia, aqui brevemente lembrada, o “jornalismo em profundidade” desafia os cânones de um jornalismo rotineiro de objetividades acéticas

que só comprometem os jornalistas a ser “notários” ou “levantar ata” do que as fontes interessadas lhes querem contar (Moral e Ramírez, 1993:88).

5.5.2 – Revista *Visão*: compromisso com o jornalismo próximo do leitor

Ao fim de 19 anos, a revista que em 1993 revolucionou o mercado português da comunicação social, no campo das chamadas *newmagazines*, chegou ao número 1000 na semana de 3 a 9 de Maio de 2012 com o que designou de “festa da reportagem”. Numa altura em que, para os mais pessimistas, se reforça o perigo do chamado “jornalismo sentado”, a revista aposta num périplo (simbólico) de 1000 km de reportagem por 50 locais do território do país (continente e ilhas) como marca de afirmação e “compromisso com o jornalismo próximo do leitor” (Linha Direta, *Visão* nº 1000, p.5). Mais do que contemplações revivalistas sobre as suas próprias vitórias, os tempos conturbados da atualidade levaram a publicação (líder no seu segmento e com responsabilidades acrescidas pela credibilidade, qualidade e confiança que diz ter do público) a afirmar-se pelo “bom jornalismo” como um compromisso com os leitores.

A revista saiu para a rua, colocou a redação no contato físico com realidades do país real, numa grande reportagem que deu voz aos políticos, sim, mas também a desempregados, estudantes, empresários, emigrantes, artistas, pensionistas, peregrinos, marginalizados, ambientalistas, militares e surfistas, mostrando os portugueses tal como são. Escreve o seu diretor, Pedro Camacho, que se trata de “um grande puzzle de muitas histórias recolhidas no terreno, em discurso direto, sem falsos “embelezamentos” e sem a frieza das estatísticas, onde as pessoas nos revelam as suas esperanças e as suas desilusões, os seus sucessos e os seus fracassos” (*Visão* nº1000, p.5). Camacho deixa a promessa de que a revista continuará a “fazer jornalismo próximo das pessoas, falando do que se passa de importante no País e no mundo, mas sem esquecer o que é importante para a vida dos leitores”.

Numa estratégia que podemos considerar próxima da filosofia do jornalismo público ou cívico, a revista lança o repto aos leitores para que se envolvam nesse objetivo de a publicação refletir as suas preocupações, os seus problemas ou os seus sonhos. “Queremos a sua ajuda para continuarmos a fazer bem o que sempre fizemos ao longo destas duas décadas, o jornalismo próximo do leitor”, escreve a revista na página 5 reafirmando o rigor e a seriedade como grande razão de ser do jornalismo. O repto é explícito, sob a designação de «VISÃO 1001 ideias», e interpela os leitores a enviar -

através de email ou de um postal RSF oferecido e a descolar da própria revista - assuntos ou casos específicos que gostassem de ver tratados jornalisticamente pela redação. Ainda que não analisada de forma exaustiva, de modo a perceber a sua relação com o marketing da revista num tempo de dificuldades, esta ação editorial pode ser vinculada aos fundamentos teóricos e práticos do jornalismo cívico. Ou seja, utiliza-se o termo de “jornalismo próximo do leitor” – o que configura a falada relativização do conceito de “proximidade” atribuído à imprensa local e regional – e coloca-se o leitor no centro do processo, como forma de o jornalismo, sem perder o seu referente de mediação e rigor profissional, estar sintonizado com as preocupações, os problemas e os sonhos dos cidadãos.

Esta estratégia da revista é reforçada, em conjunto com a estação de televisão SIC, do mesmo grupo empresarial, a partir da edição de 19 de julho de 2012, com uma proposta editorial de realização de reportagens especiais até ao final do ano. “O país à lupa” é o que cerca de 50 jornalistas da Visão e da SIC dizem querer fazer, numa parceria que pretende concretizar um «grande trabalho multimédia e verdadeiramente multiplataforma», escreve a revista (p.6), designado por “Visão Portugal”. Inspirado nos dados do Censos de 2011, as reportagens “ambicionam ser um retrato atualizado do País” em que o foco central são as mudanças na área da população, da saúde, da educação e nos comportamentos e estilos de vida. O projeto afirma um compromisso com o jornalismo, «com muita reportagem, ouvindo muita gente, e não apenas políticos e dirigentes públicos, e com grande proximidade dos leitores e dos seus problemas» (Visão nº 1011, 19 de julho de 2012, Linha Direta, p.6).

Por outro lado, deve atender-se a uma outra mudança que, não sendo nova, está a mobilizar os *media* para um olhar mais positivo sobre o País. Já se percebeu que a sua função não se circunscreve à produção “distanciada” de notícias. A indústria da informação está a passar por um processo de transformação, motivada por todas as ameaças que desembocam na perda de audiência, que obriga à criatividade nos processos de envolvimento na procura de melhor futuro. As iniciativas editoriais do jornal Público, que se analisou antes, e da *Visão*, que junta a visibilidade mais massiva do meio audiovisual para se “vender” a ideia de uma cobertura mais substantiva do país, podem ser entendidas como uma tentativa de ganhar contato e proximidade com a realidade social do país, ou de algumas zonas do país.

Essa procura injeta novas ideias no mercado da concorrência informativa, com destaque para o aumento de sinergias por causas coletivas. E radiografar

jornalisticamente o País nas suas áreas fundamentais, como se propõe a *Visão/SIC*, é uma causa coletiva. Democratiza-se o acesso a uma informação fora do habitual remoinho mediático centralista, focado nos principais polos de esgrima do mundo político e económico. É preciso estar lá, sim, mas os jornalistas já perceberam que hoje não basta fazer a cobertura nos corredores do poder. Nem ouvir sempre os principais rostos da vida pública, como fontes com maior grau de credibilidade em teoria. Os corredores da vida real e dos seus mais comuns protagonistas trazem uma nova geografia e um colorido sociológico às realidades de um país que precisa de impulsos de desenvolvimento, inovação e criatividade na afirmação global.⁸⁸

A macrocefalia da capital faz com que muitos dos jornais ditos nacionais, falando particularmente da imprensa, não passem de publicações regionais com redações maiores e mais meios e uma distribuição mais ampla em postos de venda pelo país. É, por exemplo, o que pensa também António José Teixeira, diretor da SIC Notícias e subdiretor de informação da SIC, com larga experiência diretiva também na rádio (TSF) e na imprensa (JN e DN). Em entrevista à revista cultural Praça Velha (PV)⁸⁹, o jornalista admite que a imprensa perdeu proximidade, perdeu contato. Diz António José Teixeira:

«Os jornais não souberam ou não tiveram possibilidade de manter correspondentes pelo país fora. Não souberam, depois, fazer a ponte para as experiências de comunicação social regional e não era difícil fazê-lo. (...) Perderam leitores por dois motivos: porque não dão atenção aos problemas locais, perderam contato com a realidade social, e também porque a própria distribuição dos jornais, por estranho que possa parecer, se tornou mais deficiente do que já foi no passado.» (Praça Velha, nº 31, p.172)

⁸⁸ A *Visão* de 19 de julho de 2012 (p.4) anuncia mais uma iniciativa, em sinergia estratégica com a Siemens, na procura de soluções de excelência para a gestão das cidades. Mais próxima dos portugueses em geral e dos leitores em particular, a revista pretende mostrar e promover projetos, vias e políticas inteligentes e sustentáveis, já existentes em várias cidades do país, e que possam constituir um exemplo a seguir. É uma iniciativa que apresentará o que se faz de bom a nível local, distinguindo, com a ajuda dos leitores, os casos que merecem aplauso. Trata-se de uma mudança nos critérios de noticiabilidade que contraria a máxima de que só é notícia o que é negativo ou está mal. “O que se faz de bom” começa a ser um filão de cobertura mediática com grande potencial de crescimento entre nós.

⁸⁹ Publicação semestral da Câmara Municipal da Guarda, na sua edição de junho de 2012 é publicada uma entrevista ao jornalista guardense, conduzida por Hélder Sequeira, onde o jornalista analisa algumas das questões que emergem do mundo da comunicação social atual. Cfr. Revista Praça Velha, nº 31, pp.163-181.

O diretor da SIC Notícias afirma que mesmo «a cobertura das grandes urbes é deficiente» e esta «é uma perda que os próprios jornais continuam a pagar caro e porventura ainda vão pagar de uma forma mais evidente» (idem, p.174). Com base nesta posição, sustentada na sua própria experiência direta, o responsável entende que não há imprensa verdadeiramente nacional, mesmo nos casos dos diários de maior penetração como são os casos do *JN*, com fraca influência a sul, e o *Correio da Manhã* que não tem tanto “peso” a norte.

Num período de grandes incertezas quanto aos modelos de negócio no atual quadro de instabilidades sociais e económicas, que afeta tudo e todos, os meios de comunicação social serão obrigados a repensar-se, como são exemplo o *Público* e a *Visão*, brevemente analisados. Não havendo (ainda) receitas de sucesso, no que se refere ao campo do jornalismo não sensacionalista ou popular, estas iniciativas de incluir outras histórias para contar podem ser um caminho a seguir. Não deixando de cobrir acontecimentos que marcam negativamente o mundo, porque mobilizam o interesse geral, pode estar em marcha uma nova atitude jornalística mais focada nos aspetos positivos da sociedade. António José Teixeira refere precisamente esta tendência:

«Nesta fase em particular, nas redações reflete-se muito sobre esta atitude, se a tal anormalidade que é notícia não passa agora por aquilo que corre bem. O que corre bem começa a ter um poder de atração bastante maior do que foi no passado». (PV, nº 31, p.175)

As histórias positivas são um filão a explorar e, particularmente, as televisões - sabendo que é maioritariamente pela televisão que os cidadãos se informam em Portugal - não vivem apenas do acidente ou do crime, mas cada vez mais das histórias das pessoas, dos seus sucessos e experiências que dão certo, como explica António José Teixeira (idem, ibidem)

Será esta uma mudança de paradigma no jornalismo atual? Não se sabe. Mas é muito significativo que uma das principais revistas de informação, juntamente com a respetiva televisão privada do grupo Impresa, queira afirmar um *jornalismo de proximidade*, ouvindo muita gente e sobretudo gente comum, cidadãos. E a vertente multimédia de complementaridade entre os vários meios, como é o caso da Visão/SIC, pode ser uma preciosa ajuda nesta aparente reconfiguração do papel dos *media* na sociedade. Tudo isto não fere, teoricamente, os princípios éticos de um jornalismo responsável. Nada do que estas práticas informativas sugerem incorre, à partida, no

perigo de limitar a liberdade e/ou independência de um jornalista para poder atuar de forma responsável e equitativa. Entre muitos princípios que refletem um fundo comum de aspirações e exigências éticas de que nenhum jornalista pode prescindir, destaca-se, por exemplo, aquela que pode ser uma imagem deontológica básica: a relação a um ideal de serviço que serve o interesse público, a justiça social e a promoção dos direitos humanos (Blazquez, 1994: 329).

O que a revista *Visão* (agora juntamente com a SIC) e jornal *Público* preconizam é partir dessa base do cidadão comum, para o centro do poder, de o envolver num processo de comunicação bidirecional de ativação da cidadania. Um empreendimento nada fácil mas potencialmente mais compensador⁹⁰, num país onde os índices de participação cívica são incipientes. Este é, aliás, o dado mais preocupante para qualquer tentativa ou iniciativa de apelo à consciência coletiva como processo de enriquecimento cívico e, por consequência, democrático.

O índice de participação está expresso no estudo *Necessidades em Portugal – tradição e tendências emergentes*⁹¹, a partir de uma reflexão sobre as transformações contemporaneamente observadas na sociedade portuguesa, que se propõe concretizar uma identificação alargada das necessidades consideradas *não satisfeitas* em Portugal continental, conferindo particular atenção às tendências latentes e emergentes que, na atualidade e a breve trecho, perturbam e prejudicam a otimização das oportunidades da vida individual e coletiva do país. Em resumo, Portugal é retratado como uma sociedade de risco na qual se evidencia a falta de confiança interpessoal e nas instituições,

⁹⁰ Compensador na medida em que o jornal pode conseguir diversificar e aumentar a sua abordagem informativa e uma aproximação aos cidadãos mais ativos, e, desta forma, reduzir custos ao apelar e deixar que sejam esses cidadãos a chamar a si novas tarefas – e com elas se sintam mais úteis à ideia de bem comum – com reais impactos na produção de conteúdos antes apenas dependentes de jornalistas, secretárias de redação, editores, etc. Esta interatividade tem, portanto, uma ideia democrática de acesso aberto, e, em simultâneo, uma missão de sustentabilidade de um modelo de negócio cuja sobrevivência depende, em grande medida, da relação de troca comercial entre o jornal e os seus leitores. Só que o jornal não se pode limitar, hoje, a vender de forma unilateral um produto de notícias, comentários, opiniões, informação de serviços, etc; é obrigado a incluir esses leitores no processo das notícias, dos comentários, das opiniões, da informação de serviços, etc.

⁹¹ Promovido pela TESE – Associação para o Desenvolvimento, em parceria com o Instituto da Segurança Social e a Fundação Calouste Gulbenkian, o Estudo desenvolve-se desde Janeiro de 2008, sob Coordenação Científica do Centro de Estudos Territoriais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CET/ISCTE). A Young Foundation e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) assumem, neste percurso partilhado, o papel de Consultores Científicos. O presente relatório dá conta de alguns dos principais resultados de um inquérito por questionário aplicado, em Novembro de 2008, junto da população residente em Portugal Continental. http://www.tese.org.pt/assets/files/pdf/Relatorio_inq_questionario_Necessidades_em_Portugal.pdf (acesso a 8/12/2010)

nomeadamente governamentais, défice de participação informal e incertezas face ao futuro.

No contexto desta análise é relevante destacar o conceito de *capital social* como derivando da qualidade das relações sociais e para a importância desta dimensão não apenas no bem-estar e qualidade de vida individuais mas na qualidade societal, reforçando a estrutura democrática das sociedades e promovendo mesmo a sua prosperidade económica (Fahey *et al.*, 2003). A confiança nos outros e nas instituições tem vindo a ser defendida como um importante ingrediente do capital social a par das redes familiares e comunitárias, influenciando na capacidade de constituição de laços identitários e fomentando a coesão social.

É na família que a sociedade portuguesa encontra o “lado forte” do capital social, em contrapartida o “lado fraco” encontra-se na debilidade dos laços sociais constituídos a partir da confiança interpessoal e nas instituições. A que se junta, cá está, os fracos níveis de participação informal e confiança nos outros⁹², duas variáveis que não favorecem, desde logo, uma interação e preocupação com o social, com o coletivo, com o compromisso cívico.

De acordo com o referido estudo, a análise da participação formal e informal, como indicadores de participação na comunidade/sociedade e de capital social, manifesta dois traços distintos: Por um lado, verifica-se uma elevada participação política ativa (*formal*), através do exercício de voto nas últimas eleições para a Assembleia da República em 2005 (74,8%); por outro, a participação *informal* na comunidade – expressa nas atividades de voluntariado, associativismo, fazer um donativo junto de uma instituição, entre outras – revela um fraco envolvimento para a concretização de objetivos coletivos (média total de 11,4%).

Da interpretação dos dados, observa-se que a maioria dos inquiridos afirmou não ter levado a cabo, no ano de 2008, nenhuma das atividades associadas a uma

⁹² A confiança depositada *nos outros*, numa gradação de 1 a 1047, alcança um valor médio situado abaixo do ponto médio da escala: 4,52, o que, representando um valor muito idêntico ao obtido em inquirições europeias, coloca Portugal com um dos níveis de confiança interpessoal mais baixos neste contexto, posicionando-se em sexto lugar por ordem crescente de confiança entre os 31 países objeto de inquirição.

participação informal.⁹³ Há um dado interessante, no que se refere à diferenciação por regiões, que coloca os inquiridos da região Centro a manifestarem uma maior participação em atividades que envolvem uma maior expressão coletiva – participar numa manifestação (7,4%), escrever num blogue (9,4%) e recorrer a algum sindicato ou participar em alguma atividade promovida pelo mesmo (7,3%). Já na região de Lisboa e Vale do Tejo existe um maior número de respostas associadas à participação informal. Fazer um donativo junto de uma instituição (41,5%), assinar um abaixo-assinado (17,1%), escrever num livro de reclamações (11,7%) e escrever num blogue (10%) são as atividades mais referidas.

5.6 - Cidadania em Portugal: mobilizar quem?

Da leitura dos dados, percebe-se que os cidadãos, regra geral, entendem que a sua participação cívica tem nos momentos eleitorais a expressão máxima. Exercer o direito e o dever de voto assume-se, para uma grande maioria, como o mais representativo expediente do exercício da cidadania. Este ato confere aos governados o poder da liberdade de escolher os governantes, o garante da democracia, mas que não passa de uma participação formal, ritualista e programada pelos calendários eleitorais. Formam-se governos com o consenso dos governados, é certo, mas é um consenso genérico e vago que se afirma, de forma passiva, no instante das eleições. Neste caso trata-se de uma pseudo participação. Em vez de cidadãos, temos eleitores que, reduzidos a números, se limitam, em consciência individual, a depositar um voto que representa, em última instância, a sua opinião relativamente à pessoa ou pessoas que devem conduzir os destinos coletivos do país. Este ato ritual é, todavia, insuficiente para a robustez de uma sociedade civil.

⁹³ *Recorrer a um sindicato ou participar em alguma atividade promovida pelo mesmo* apresenta-se como a atividade menos realizada pelos respondentes (95,1%). Por outro lado, *fazer um donativo junto de uma instituição* foi a atividade mais realizada pelos inquiridos (35,3%). Os inquiridos com níveis de instrução mais elevados (Superior e Secundário) apresentam níveis de participação informal mais elevados em todas as atividades. Os mais jovens (18 e 34 anos) manifestam maiores níveis de participação na realização de trabalho voluntário (15,5%), assinar um abaixo-assinado (16,1%), participar numa manifestação (9,7%) e escrever num blogue (17,2%). Já os inquiridos com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos dizem fazer mais donativos junto de instituições (40,4%), aderir a greves (9,3%) e recorrer a sindicatos ou participar em atividades promovidas pelos mesmos (8%).

Como refere Marcelino S. Lopes⁹⁴, «a participação, para ser real, deve ser comprometida com o desenvolvimento, fruto de uma democracia participativa e de um convite permanente à opinião dos cidadãos. Assim, a democracia é sinónimo de participação e não de delegação; democracia que apela ao sentido crítico do cidadão, permitindo-lhe o exercício de uma cidadania implicada na assunção de responsabilidades que advêm de uma educação projetada para o dever de participar na coisa públicas e nas tarefas em comum» (2006:427).

Sobre este aspeto fundamental da participação cívica, um pressuposto central deste trabalho, é importante acrescentar reflexões implicadas com o sentir atual das mudanças sociais e políticas, ainda que sumariamente. Por exemplo, replicamos o contributo de Alexander Ellis, Embaixador Britânico em Portugal. Num *post* intitulado “Brandos costumes; participação cívica”,⁹⁵ fala de um encontro com estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em Lisboa, em Maio de 2009, sobre a diplomacia pública.

Evidenciando as mudanças de como hoje se faz política, a partir da sua própria experiência, o embaixador refere que o crescimento daquilo que ele chama de “diplomacia pública” se deve a quatro fatores, designadamente:

1) As campanhas e movimentos massivos, muitas vezes iniciadas por ONGs, têm obrigado os partidos políticos a adotar novas estratégias, como o exemplo do movimento "Make Poverty History", através do qual ativistas de muitos países obrigaram os membros do G8, e de outros países, a comprometer-se na cimeira de Gleneagles em 2005 a aumentar a ajuda ao desenvolvimento;

2) A comunicação social obriga a mais abertura e rapidez da parte das autoridades públicas. Um Primeiro-Ministro hoje em dia é, entre outras coisas, um "*communicator in chief*";

3) A embaixada põe cada vez mais ênfase nos serviços públicos, quer para apoiar turistas (em 2008, 2,5 milhões de turistas Britânicos visitaram Portugal), quer empresas britânicas em Portugal; e

⁹⁴ O autor da primeira tese de doutoramento sobre Animação Sociocultural em Portugal sustenta que participar é ter presentes as necessidades humanas, é pensar o homem na sua dimensão social, é procurar relacionar-se e partilhar com os outros, é assumir-se homem cidadão que pensa, que age, que opina, que intervém e que confere à democracia formal conteúdo social.

⁹⁵ <http://aeiou.expresso.pt/brandos-costumes-participacao-civica=f514672> (acesso em 8/12/2010)

4) O trabalho de "diplomacia tradicional" tem saído dos corredores até à praça pública; por exemplo, o debate sobre o que fazer no Afeganistão. Ellis, no final da sua apresentação, questionou os alunos portugueses se estaria a cometer um erro de utilizar ferramentas da sua cultura política num contexto político português, no qual, em seu entender, por exemplo o papel das ONGs, dos movimentos extra-partidários parece menor que em Inglaterra, em causas como a luta contra a pobreza ou contra as alterações climáticas. No seu texto, o embaixador cita algumas das razões que foram alvitadas por alunos e professores, numa espécie de retrato sociopolítico de Portugal, que sintetiza assim: a) Uma tradição de dependência duma entidade protetora; seja o Estado, seja outra; b) O domínio dos partidos políticos na praça pública; c) Frustração quando a ação direta não tem consequências rápidas; d) Medo que movimentos massivos possam criar ingovernabilidade; e) Foco nas questões imediatas durante a crise; f) A cultura de "brandos costumes".

Alexander Ellis recusa o argumento "cultural" para a justificação dum comportamento questionável, ou passividade cívica, afirmando que pode-se sempre mudar uma cultura, recorrendo a Ghandi quando disse "*Be the change you want to see*" - ou, ao famoso *slogan* de Obama, "*Yes we can*". O embaixador Britânico sustenta que não se deve confundir o meio de participação cívica com o facto de participação cívica e reconhece que há muita participação e ativismo em Portugal, mas que se faz de maneira diferente, por exemplo, da do Reino Unido - mais por famílias e comunidades pequenas, menos via movimentos maiores.

Está em causa o conceito de participação que podemos olhar à luz do texto da Constituição Portuguesa, nomeadamente o uso do termo no plano formal da legislação ao longo da história constitucional pós 25 de Abril. De acordo com Lima (1998) no documento de 1976 a palavra participação foi usada em 32 artigos dos 312, a que corresponde uma percentagem de 10,2% do conjunto de outros conceitos da teoria social e política nele referidos. O termo participação é ainda mais usado no texto da Constituição revisto em 1982, 53 vezes em 36 artigos num total de 300, correspondendo a uma percentagem de 12%, e no texto de 1989 a palavra surge 48 vezes em 34 artigos dos 298. Assume-se o conceito de democracia participativa a última revisão da Constituição, em 1997, designadamente no artigo 2º onde se pode ler:"

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na

separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.” (p. 27)

Verifica-se que o conceito de participação é amplamente expresso no plano formal mas, tendo em conta o estudo atrás referenciado, evidencia-se uma divergência entre o ideário político emanado da Constituição e o seu efetivo cumprimento na sociedade. Um paradoxo que, por exemplo, José Gil (2005) interpreta como uma espécie de «atrofia genética» de um povo sofredor ainda preso a um passado castrador onde, precisamente, o conceito de participação não fazia parte do léxico das relações interpessoais e sociais. O diagnóstico do filósofo português remete para a ideia de um certo domínio do que designamos de “lei do silêncio”⁹⁶ - essa reminiscência do passado cinzento que nos tolheu de liberdade de expressão e quase livre pensamento – que, em certa medida, perdura e não permite uma maior consolidação de uma sociedade civil cidadã.

Uma sociedade na qual atores múltiplos acedem à discussão, à reflexão e resolução comum política, para além do *lobbying* ou corporativismo, por exemplo, de partidos políticos e sindicatos. Referimo-nos a *sociedade civil* no sentido atual do termo, configurada por atores empenhados em movimentos de opiniões e de lutas ou causas, por associações e movimentos voluntários permanentes, resultantes de emancipações cívicas de cidadãos vulgares interessados em problematizar e questionar a hegemonia dos sistemas estatais e económicos que regem o mundo, em termos globais e locais.

5.7- Cidadania, “inteligência coletiva” e sociedade civil cidadã

Nesta perspetiva, tornar-se cidadão, no sentido lato do termo, «pressupõe um envolvimento e já não apenas um simples atributo» como sustenta Majo Hansotte (2008:20)⁹⁷ para quem a palavra tem se ser dada à sociedade civil, num contexto das atuais sociedades mediáticas e comerciais, nas quais, apesar das mobilizações coletivas, as referências democráticas tornam-se demasiado frágeis. Hansotte questiona-se sobre

⁹⁶ Marcelino de Sousa Lopes chama-lhe “cultura do silêncio” quando se refere a uma série de comportamentos que, em sua opinião, condicionam, limitam e neutralizam a participação. Essa cultura, diz, provoca o medo de participar, o medo de interagir com o outro, o medo de falar e de se expor, que até leva ao medo de viver e, consequentemente, conviver (2006:429).

⁹⁷ Investigadora sobre espaço público, com uma tese defendida na Universidade de Liège, responsável pelo pólo de cidadania no Instituto Jules-Destrée, na Bélgica - a quem voltaremos mais à frente - Majo Hansotte é doutora em Filosofia e Letras e tem a seu cargo a formação de intervenientes em movimentos sociais e associativos, em desenvolvimento cultural e territorial, na educação popular e escolar.

como facilitar o debate coletivo ou como dar vida a um espaço público local e mundial e ainda em que condições os cidadãos podem ser competentes e legítimos perante a complexidade contemporânea, apesar de as injustiças ou as dificuldades do mundo levarem esses cidadãos a organizarem-se para construir uma *inteligência coletiva*.

Para esta autora, a aposta do espaço público, para o cidadão, é poder impor coletivamente questões públicas, ou publicamente questões coletivas (p.74). Este é, em grande medida, um desafio a que aspira o modelo do jornalismo cívico aqui trabalhado na perspetiva de poder contribuir - e não substituir - para melhorar a função do jornalismo tradicional.

É necessário que a sociedade civil seja cada vez mais robusta, sob o ponto de vista racional e interventivo, para que o Estado e o Mercado atuem sob princípios de equidade e a incluam como pilar fundamental do processo de governança pública. Não se pode permanecer numa certa visão passadista e burguesa da sociedade civil, caracterizada como sistema de necessidades, sistema do mercado, do trabalho e da troca de mercadorias, mas entender esta sociedade numa relação e ação não constrangidas por uma tutela económica ou estatal na qual se defendem e concretizam interesses universalizáveis, pondo em confronto as exigências do mundo vivido e as escolhas políticas, económicas ou tecnológicas (Cortina, 1999:217-219).

Este aspeto é relevante para conceptualizar o sentido que aqui queremos defender de sociedade civil cidadã, usado atrás, que se consubstancia numa ideia de espaço público, no sentido existencial, caracterizado pela emergência de novos laços informais e pluralistas de discussões sobre problemas de sociedade. Estes lugares, com sensibilidades diferentes, permitem praticar um espaço público, visto que aí se trocam opiniões a partir de experiências concretas, fixadas no aqui e agora, e que aí se discutem soluções possíveis para todos, no aqui e ali.

Estes contextos favoráveis ao espaço público são constituídos por agrupamentos voluntários, fora da esfera do Estado e do Mercado (Hansotte, 2008:74-75). Na perspetiva desta autora, a ideia de sociedade civil cidadã constrói-se, sobretudo, a partir da emergência de movimentos culturais, sociais, filosóficos, ambientais, organizações não-governamentais ligadas ao desenvolvimento, incluindo bases sindicais e partidos, que não pertencem a sistemas burocráticos e tecnocráticos, mas visam contudo efeitos políticos, graças a uma influência pública.

Na essência dessa sociedade civil está a ideia de um desenvolvimento durável, assente num espaço político comum, no qual participam os cidadãos de uma cidade, de

uma região, de uma nação. Trata-se de uma instância discursiva – no qual se encontram o problemático, o consensual e o conflitual - especificamente ética e política, por activar uma confrontação permanente entre insatisfações concretas particulares, aqui e agora, na procura de justiça e igualdade procuradas por todos os cidadãos. É esta a produção específica do espaço público. Um confronto entre o particular e o universal que origina uma singularidade coletiva, em cada contexto, sempre renovada em função dos interesses dos atores mais ativos (Hansotte, 2008:74).

Joga-se aqui o cerne da vitalidade do espaço público, i.e., de quem tem efetivamente condições e competências para garantir a representatividade da sociedade civil. Que vozes se tornam mais audíveis, mais ouvidas, mais citadas, mais fortes no jogo simbólico de confronto das quatro componentes ativas de uma democracia: o Estado, o mercado, os *media* e uma sociedade civil cidadã? Já vimos que é por via da assunção de um espaço público emancipador, aberto a trocas discursivas e permeável ao livre contributo racional de diversos atores, que se garante uma sociedade civil, à partida, saudável. A quem interessa, e por que razões, ter uma intervenção e uma participação nos enunciados de influência pública?

Já podemos concluir que o ato de delegar supera o de participar, e que esta participação ocorre mais quando a assuntos mais pessoais e familiares diga respeito e menos quando diz respeito à coisa e causa públicas. E que o mais comum recurso de cidadania é a delegação passiva, sem riscos e complexidades, naqueles que podem, por um lado, garantir segurança e bem-estar pessoal e, por outro, nos conduzam nos sinuosos caminhos da reflexão humana.

Entram, portanto, os partidos políticos e os sindicatos como os principais detentores de poder de inscrição no simbólico espaço público, como baluartes de representatividade dos interesses de classes, de ideários coletivos e promissores futuros. Pergunta-se, então, se quer uns quer outros fazem parte da sociedade civil.

Toda esta questão não pode ser interpretada sem olharmos, muito sumariamente, às diferenças entre uma sociedade tradicional e a sociedade moderna. Encontramos em Schwantiz (2008: 393 a 396) uma clara distinção onde se evidencia que a identidade pessoal e social, na sociedade tradicional europeia, era a mesma coisa, não havendo ainda diferença entre o Eu e o papel. Ao passo que na sociedade atual dissolveram-se os Estados e já não há divisão das pessoas em grupos (as famílias, os clãs, as tribos e os estratos). Na perspetiva deste autor, a estrutura da sociedade consiste em instituições capazes de interligar acontecimentos fugazes e transitórios como atos comunicativos

(tribunais, governos e partidos, escolas e universidades, fábricas, bolsas de valores e mercados, etc).

Estes subsistemas já não se encontram ordenados de forma hierárquica e todos funcionam de acordo com o princípio da divisão do trabalho. O que é diferenciador, na sociedade moderna, já não são os grupos de pessoas mas sim os tipos de comunicação. Está implícita, segundo Shawntiz (2008.95), uma transformação da relação do indivíduo com a sociedade na qual “o Homem já não pertence por inteiro, mas apenas em determinados aspetos e de forma transitória (....) Já não há lugar na sociedade onde figuremos como pessoas por inteiro: pelo contrário, somos excluídos da mesma como indivíduos”. Com esta ideia de liberalização das identidades, diz Schawntiz (2008:396), cabe ao Homem na sociedade de comunicação um papel de “visitante em funções alternadas (....) que vai usando roupas que deve retirar do guarda-roupa societário para daí compor o traje da sua identidade”.

Perante esta posição, questionável mas lúcida, coloca-se a questão sobre o que é então a sociedade dos dias de hoje: um mero amontoado de pessoas? É o próprio Schwanitz que responde ao defender que a sociedade distingue-se do indivíduo tal como a casa se de distingue do tijolo. É, portanto, ingénuo pensar-se na sociedade como um todo, bem como tirar conclusões sobre a estrutura da sociedade a partir do indivíduo.

Capítulo 6 – Território da imprensa regional

6.1- Jornalismo público e imprensa regional: o caso da Guarda

Chegados aqui, importa reposicionar uma postura epistemológica relativamente ao jornalismo público e cívico, sintetizando as suas premissas, com algumas nuances distintas, e questionando sobre se as suas práticas, na perspetiva do envolvimento dos cidadãos e consequente natureza deliberativa. Para isso, retomemos, em resumo, o essencial do movimento e os respetivos objetivos. A vertente do jornalismo público consubstancia uma tentativa de resposta à perda de leitores muito influenciada pela concorrência da televisão e, ainda, como tentativa de tornar mais pluralista o debate político e não apenas controlado pelas máquinas partidárias. Ou seja, pode-se admitir que a emergência desta vertente surge a partir da década de 60, com a força mobilizadora da televisão, “obrigando” a imprensa a uma redefinição da sua postura pública. Por um lado, motivada por questões de sustentabilidade dos negócios, por outro, e em consequência, um reforço de ligação ao público leitor, numa tentativa de auto legitimação como modelo de representação desse mesmo público.

Neste caso, em termos de objetivos gerais o jornalismo público procura 1) Reportar problemas de interesse particular para o cidadão; 2) Cobrir estes problemas a partir das perspetivas dos cidadãos e 3) Envolver os cidadãos nos esforços para solucionar os problemas. Evidencia-se, portanto, uma postura de maior atenção aos problemas mais particulares dos cidadãos, num desvio de agendamento ao carácter mais “industrial” dos fluxos de informação pública em que, em vez do enfoque às fontes institucionais e de legitimação política, se integram coberturas temáticas de nível mais básico e quotidiano da sociedade.

Por seu lado, a vertente do jornalismo cívico apresenta-se como modelo de participação direta dos cidadãos, sempre “mediada” por jornalistas, como tentativa de “mobilizar” e dar a palavra aos cidadãos comuns. Neste caso, cabe ao jornalista um papel de “dinamizador ou animador” do debate entre o cidadão comum e autoridade pública. Está aqui subjacente o entendimento do público não apenas como o que identifica os seus problemas mas o que ganha competências para os expor e debater.

Como objetivos gerais, a vertente do jornalismo cívico pretende 1) Enaltecer valores democráticos de participação e “engajamento”; 2) Apontar o confronto de opiniões como motor da deliberação coletiva e 3) Trabalhar junto com associações e

comunidades procurando soluções para problemas. Em ambas as vertentes há uma complementaridade com a questão da deliberação, seja ela mais indireta ou mais direta, cuja importância merece maior profundidade reflexiva, que se apresenta mais à frente. Por agora, vira-se o debate para a questão do carácter inovador que os teóricos otimistas defendem para o “seu” movimento. O que permite que, clarificados os aspetos fundadores e as premissas do modelo “regenerador” da imprensa, se pergunte: É o jornalismo público e cívico algo de tão novo? A pergunta tem, neste caso, apenas uma perspectiva de reflexão sobre a praxis jornalística e não sobre as origens filosóficas do movimento. Ou seja, interessa aqui reaproximar e confrontar aquilo que são os seus objetivos centrais, resumidos anteriormente, a experiências e realidades no contexto da imprensa portuguesa, particularmente ao subsector da imprensa local e regional, embora se desenvolva uma abordagem sobre que práticas gerais da imprensa atuais podem ser, na grande imprensa, consideradas próximas ou com afinidades à proposta do jornalismo público.

Para quem, como nós, passou pela experiência em redações de jornais regionais – precisamente o contexto organizacional de onde, nos Estados Unidos, emergiu o movimento, não tendo tido expressão muito para lá dessa fronteira – esta questão permite refletir e cruzar o problema teórico da ligação dos jornalistas à sua comunidade de pertença e de cobertura jornalística, a partir da praxis, no que se refere, por exemplo, ao objetivo de reportar problemas de interesse para o cidadão e cobri-los na perspetiva deste.

A reflexão que se segue tem por base a nossa experiência enquanto jornalista e com funções de decisão sobre linhas editoriais, secções e linhas temáticas de reportagem, em toda a década de 90, em dois jornais regionais editados na cidade da Guarda (*Terras da Beira e O Interior*).

Para a exploração deste ponto, recuemos à génese do processo informativo através de um olhar prospetivo, e crítico, sobre uma das publicações regionais a que estivemos profissionalmente ligados. Evitar-se-ão interpretações casuísticas, procurando, antes, uma abordagem sobre aspetos da prática jornalística num período em que surgia nos Estados Unidos, com mais ênfase, como se analisou antes, o movimento do jornalismo público. O objetivo é justamente caminhar para uma argumentação no sentido de que a imprensa local e regional tem, não só em termos normativos mas no concreto da sua ação, procedimentos e práticas defendidas pelo jornalismo público. Esta imprensa – quando assumida como projeto profissional e cumpridor das condutas éticas

e deontológicas com um corpo de jornalistas profissionais e uma estrutura empresarial de base empreendedora - configura um exercício de vigilância sistemática sobre o meio socio-político fornecendo informação que, para o bem e para o mal, tenha repercussões na vida dos cidadãos. Além de que, com isso, cumpre-lhe o papel democratizador de construir e ampliar uma opinião pública local, que vai deixando progressivamente de ser dominada pelas vozes mais poderosas, e burocráticas, para algo mais aberto e amplificador de novos horizontes temáticos e novos atores enunciadores.

Contrariamente a um cenário muitas vezes estereotipado sobre a natureza e a caracterização desta imprensa local e regional – que noutro ponto mais adiante se falará – argumenta-se aqui, a partir do exemplo analisado de seguida, por uma imprensa cuja intermediação não só é essencial como determinante para a qualidade da democracia, em termos gerais, mas na mobilização de agendas temáticas que são mais suscetíveis de ser coincidentes com os interesses e problemas sentidos pelas populações do que no caso da imprensa de expansão nacional. Embora - como se aprofunda mais à frente sobre o conceito de “interesse público”- se deva questionar essa ambiguidade do conceito de “interesse dos cidadãos”. O que é do interesse dos cidadãos, ou de alguns cidadãos, não significa que coincida com o “interesse público”. Nem sempre o que é do interesse do público é coincidente com o interesse público. Esse é, de resto, um aspeto crítico que se aponta ao jornalismo público, numa espécie de “tensão paternalista” ao defender que as agendas da imprensa e dos cidadãos coincidam.

Argumenta-se aqui uma diferença teórica, a de que pode coexistir uma prática jornalística comprometida com princípios de inclusão cidadã sem que tal signifique uma inteira dependência de uma “agenda do cidadão”, sob pena de se generalizarem abordagens de agendamento que em lugar de ser pluralistas se podem tornar revivalistas e inócuas para a própria ideia de “interesse público” ou “bem comum”. Aliás, o que garante a ideia de pluralismo democrático não é a coincidência de interesses ou o consenso mas, muitas vezes, o contrário.

Também se assume, como argumento teórico, de que o papel do jornalismo não é propriamente propor soluções para os problemas. Essa proposta, defendida pela filosofia do jornalismo público, exigiria uma transferência de responsabilidade para o jornalista suscetível de provocar fraturas na cultura profissional e viria complicar a relação do jornalismo com a democracia. À instituição jornalística, ao contrário das instituições do Estado democrático, não lhe cabe uma responsabilidade executiva de zelar pelos interesses dos cidadãos. Não é mandatada formalmente, por via do sufrágio

universal que é o voto, a fazê-lo. Cabe-lhe, sim, uma função de sensibilização, de mobilização para a autoconsciência dos cidadãos com a qual, quando bem informados, melhor podem refletir e deliberar sobre assuntos públicos.

Parece mais razoável entender o processo de interação bidirecional, da relação entre o jornal e o leitor-cidadão, como uma plataforma de democracia, ou democratização do jornal, no sentido de entender esse leitor não como mero consumidor mas como cidadão com voz e com contributos significativos para a agenda pública. Naturalmente, como postura crítica, não significa que democratizar o meio se melhor a democracia. Este é um outro aspeto importante que mais à frente se aprofunda.

6.2- Estudo de caso sobre práticas jornalísticas na década de 90: Diferenças e semelhanças com modelo norte-americano

Depois deste preâmbulo procura-se, de seguida, alguns indicadores que ajudem a reorientar a reflexão central desta tese: repensar a prática jornalística de expressão local e regional à luz da teoria do jornalismo público. Para uma maior aproximação ao detalhe da praxis da cobertura informativa de natureza local, no sentido de informar este ponto do trabalho, optou-se, em termos metodológicos, por analisar, simbolicamente, o jornal Terras da Beira⁹⁸, mediante um corpus constituído, de forma aleatória, pelas edições inaugurais de cada ano, de 1993 a 2000, num total de oito, tendo como referente de pesquisa qualitativa os temas de maior destaque mobilizados na primeira página e respetivo tratamento no corpo do jornal.

Janeiro de 1993. «*Má sorte ter sido canalizador*». Eis a primeira manchete, da primeira edição, que aludia a uma notícia de “interesse humano”. Um homem que, após um acidente de trabalho, ao serviço de uma autarquia, ficou paraplégico. Tendo como único sustento familiar uma reforma que «não dava para a sopa, sem qualquer outra

⁹⁸ A opção de estudo recai sobre o jornal “Terras da Beira”, editado semanalmente na Guarda desde 1993, por ter representado uma viragem qualitativa no modo de fazer jornalismo numa cidade do interior, com apenas uma publicação, até então, ligada à Diocese, (jornal “A Guarda”). Apesar dos constrangimentos inerentes a um projeto de comunicação social regional, naquela altura a publicação foi uma autêntica “pedrada no charco” no conservadorismo do discurso mediático local, meramente circunstancial na tipologia de difusão informativa, sem pesquisa própria, entregue a uma ênfase no artigo de opinião e na colaboração externa. Ao contrário, com uma postura empresarial arrojada, pela mão do então e atual diretor e proprietário (Virgílio Mendes Ardérius), o “TB” constituiu-se com uma equipa de três profissionais, com experiência em projetos de imprensa nacional, e dois estagiários locais. Um “balão de ensaio” que viria a resultar num projeto que ganhou credibilidade e, sobretudo, despertou para o papel insubstituível de uma imprensa ativa enquanto fórum de cidadania e desenvolvimento regional.

comparticipação na sua reabilitação», assim descreve a notícia de primeira página. Serve esta breve referência para reforçar o papel específico da imprensa local enquanto ator que define, identifica, informa, dá a conhecer, reconhece e faz reconhecer pessoas, grupos, organizações; em suma, a vida social, cultural e política do seu universo regional. A notícia puxada à capa do jornal, que aqui se usa como objeto de estudo, remete para o tipo de tratamento da matéria-prima informativa preconizada pela chamada imprensa de proximidade: como é que o jornal local constrói as notícias e que assuntos são dominantes?

Pela sua especificidade, afastada da massificação mediática dos grandes *media*, da imprensa local espera-se que enuncie, dê ao conhecimento e divulgue aspetos próximos da vida quotidiana dos seus públicos. Isso pressupõe que, na definição da agenda de acontecimentos noticiáveis, os assuntos digam diretamente respeito à comunidade local. Tendo como âncora a reciprocidade de discursos do meio social, em referência a uma prática cívica atenta e ativa.

Voltemos à notícia de abertura do jornal “TB” para, com ela, ilustrar esse poder de dar visibilidade a algo que, provavelmente, ficaria no campo desfocado de uma realidade a que os *media*, de um modo geral, não acedem. Isto é, a reconstrução da realidade que estes focam, para além da carga intersubjetiva, está longe de significar a realidade propriamente dita. Há zonas de silêncios e atores sociais sem voz. Mas é no que se diz, no que o jornal dá à visibilidade, que se colhem elementos para uma análise no domínio da importância e influência da comunicação social local. E do que está escrito, do que se dá forma discursiva, olhem-se particularmente os seguintes aspetos.

Primeiro, aquilo que no discurso jornalístico se constitui como referente: os acontecimentos. E o que são os acontecimentos? Adriano Duarte Rodrigues (1997:98), por exemplo, refere que é acontecimento tudo o que irrompe na superfície lisa da história de entre uma diversidade aleatória de factos virtuais. Ou seja, o acontecimento está numa escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. Significa que, sob o ponto de vista jornalístico, quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de ser notícia.

Este processo está associado a uma ampla pesquisa sobre as condições de construção da informação, nomeadamente o célebre estudo do “*gatekeeping*” (seleção de informação em “portões” controlados por “porteiros”, havendo informação que passa e outra que fica retida) inspirado no conceito do psicólogo social Kurt Lewin (1947), como se analisou na primeira parte. Este enquadramento serve, neste caso, para analisar

a especificidade e as condições do processo informativo na imprensa local. Nos grandes órgãos de comunicação social, grande parte da matéria noticiosa é filtrada e selecionada, através do modelo de *gatekeeping*, a partir de um intenso fluxo informativo de agências nacionais e internacionais⁹⁹, criando-se um efeito mimético de reprodução informativa à escala global sobre os assuntos que mais se enquadram, por exemplo, no principal critério jornalístico que é a atualidade.

Na imprensa local, o acontecimento, para se constituir notícia, depende mais da procura autónoma do jornalista. Em vez de uma certa “passividade organizacional” das grandes redações¹⁰⁰, onde os acontecimentos são “oferecidos” por um sistema que se autoalimenta ininterruptamente de forma estável, ao jornalista da imprensa local é exigido, em teoria, mais do que ser mero recetáculo de “discursos pré-fabricados”. Até pela proximidade que tem aos diversos atores do discurso público, sendo mais vulnerável a eventuais mecanismos de controlo e manipulação, o profissional da imprensa local é confrontado com uma exigência ética de alcançar equilíbrios entre a acessibilidade dos agentes sociais e políticos e a clássica fidelidade aos princípios da independência e imparcialidade.

Seria, no entanto, ingenuidade considerar-se um assunto arrumado, tal qual se acabou de enunciar. No complexo processo de construção da informação, longe da objetividade recorrentemente evocada, há diversos fatores influenciáveis na seleção dos assuntos de agenda e respetiva produção noticiosa e que a tornam sujeita a diversas permeabilidades. E quais são esses fatores? Pela sua abrangência teórica, considera-se substancial a proposta dos níveis de influência sobre as notícias a partir do modelo explicativo de Michael Schudson (1988) fixados em seis níveis, a saber:

1) *Ação pessoal* (as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções); 2) *Ação social* (as notícias são fruto de dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas); 3) *Ação ideológica* (as notícias são originárias de forças de interesse que

⁹⁹ Ver, a este propósito, as mudanças de paradigma do conteúdo noticioso comprovadas nos artigos de Harvery Molotch e Marliyn Lester, *As Notícias como procedimento intencional*, e Robert A. Hachett, *Declínio de um paradigma?*, in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Comunicação & Linguagens, Vega, Lisboa, 1999, pp: 34-51, 101-130

¹⁰⁰ Ver, a propósito, uma reflexão de Aníbal Alves sobre os “*Condicionalismos do processo informativo na Imprensa Regional*”, no âmbito de uma comunicação proferida na Universidade do Minho (Braga) em 11 de Abril de 1997, integrada num colóquio dedicado à Comunicação Social Regional, organizado pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACC). Esta e outras comunicações estão reunidas no livro *O Processo Informativo na Comunicação Social Regional e Local*, Colóquios 97, AACC, Lisboa, pp: 225-238

dão coesão aos grupos, seja esse interesse consciente e assumido ou não); 4) *Ação cultural* (as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, que condiciona quer as perspetivas que se têm do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo); 5) *Ação do meio físico e tecnológico* (as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos usados no seu processo de fabrico e do meio físico em que são produzidas); 6) *Ação histórica* (as notícias são um produto da história, durante a qual interagiram as restantes cinco forças que enformam as notícias).¹⁰¹

No campo da ação ideológica é pertinente que, no contexto da imprensa local, se reflita sobre o papel e a exposição vulnerável de quem dirige as publicações. Confrontados, cada vez mais, com a exigência de independência, rigor e isenção do seu produto jornalístico, os diretores pisam um campo pantanoso entre, por um lado, a necessidade de sobrevivência financeira, e, por outro, de manter boa vizinhança com os poderes locais. Este aspeto é muito relevante para se perceber até que ponto os diretores são ou não influenciáveis no processo de construção da informação. Pelo vasto campo de relações sociais onde interagem, são recetores e emissores, para o interior das estruturas que dirigem, de discursos de organizações, grupos ou pessoas com interesses corporativos.

Não se pode ignorar a importância cívica que o detentor de um púlpito mediático local tem na respetiva vida social e política. Daí que esteja duplamente exposto a outro tipo de constrangimentos, subtilmente diluídos na engrenagem da construção informativa, porquanto um órgão de comunicação representa, em si mesmo, uma instituição social. Uma instituição que se auto legitima no papel de reguladora dos desvios da norma das outras, enquanto representante do povo, em nome do tão proclamado "interesse público".

Levantam-se aqui dois aspetos indissociáveis do poder que hoje auto assumem os *media* e cuja legitimidade expressiva e pragmática é delegada, por natureza, dos restantes campos sociais. Ou seja, é como se cada cidadão tenha delegado nos *media*, automaticamente, a função de observar, mediar, analisar e intervir em seu nome (Wolf, 2006:128). As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. É

¹⁰¹ In Sousa, Jorge Pedro, *As Notícias e os seus efeitos*, Universidade Fernando Pessoa, 1999, URL: <http://www.booc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-noticias-efeitos.html>

este o pressuposto fundamental da teoria do *agenda-setting*, que analisámos na primeira parte deste trabalho. A imprensa regional assume-se como fator de influência na construção das relações sociais e políticas da comunidade onde é ator e encerra em si propostas de projetos de sociedade, influenciando na própria realidade social.¹⁰² Veja-se como, a partir do jornal que nos serve de objeto de análise. O título de manchete puxado à "vitrine" da primeira edição do TB ilustra, na imprensa local, a rotina da fixação da agenda a partir de procura própria. Inerente a essa procura está mais do que uma preocupação formal com o discurso jornalístico ou com a policromia da primeira página. Está lá, aparentemente, uma outra preocupação. A de dar voz a um campo social fragilizado, tornando protagonistas sujeitos habitualmente sem poder de acesso às agendas mediáticas.

Impõem-se aqui, obviamente, uma chamada de atenção para o facto de esta estratégia se poder confundir ou associar com o recurso habitual à exploração de assuntos de interesse humano que, pela sua natureza, interpela aos sentimentos de compaixão dos públicos e, assim, os leva a aderir mais pelo coração do que pela razão. É, de facto, uma prática da modernidade mediática, muito por influência dos *media* dominantes, particularmente a televisão, ao aproximarem, sem distinção, a informação com sedução, como se analisou no primeiro capítulo. Este é um dos aspetos mais pertinentes da atual reflexão crítica do campo mediático e sobre o qual muitos autores têm refletido. Ramonet (1999) confere-lhe especial atenção, nomeadamente quando fala no termo "mimetismo mediático", como um fenómeno de imitação decorrente da hegemonia televisiva.

Não se pode negar que tal orientação não esteja presente na postura subjetiva do jornalista ou editor no momento em que decidem focar determinada história de vida em detrimento de outros acontecimentos. Do mesmo modo, quando decidem, enquanto prática semiótica incorporada, qual a imagem fotográfica que complementa o título e respetiva disposição gráfica da mancha da página (Rodrigues,1997:109).

¹⁰² Recorremos a Aníbal Alves para melhor compreender que a imprensa local define, informa, isto é, dá forma aos conhecimentos e fenómenos (...) ela nomeia, identifica, reconhece e faz reconhecer as entidades sociais, indivíduos, grupos ou organizações (...) É através desta atividade discursiva e cognitiva que a imprensa desempenha o seu papel mais profundo de mediação ou comunicação social, porquanto se trata de construir e reconstruir a própria realidade social. *In Imprensa Local e Desenvolvimento*, Cadernos do Noroeste, Vol.3 (1-2), 1990, p. 238,

6.3- Informar e formar consciências para os problemas sociais locais

A relevância social e a proximidade da história aos problemas reais dos leitores são ingredientes de eleição na hora de tomar decisões. E, na análise do conteúdo do *lead*, verifica-se um pormenor relevante que terá servido como critério de valor-notícia: o facto do homem retratado ser funcionário camarário e tendo tido, nessa condição, o acidente que o imobilizou fisicamente. A notícia, não proveniente de canais de rotina informativos, tem uma carga simbólica. O assunto interfere com a estrutura do poder local e alerta a população para o modo como as instituições públicas podem não assumir, como lhes compete, as responsabilidades sociais de zelar pelos interesses dos cidadãos. Este mote reforça o papel social do jornal local, quando este sai para a rua, com autonomia organizacional e acutilância informativa.

De facto, o jornal assume o papel de mediador na persecução não só dos seus objetivos de informar mas, sobretudo, de formar consciências para os problemas de determinados contextos sociais. Nesta medida, o jornal é um fator de influência nessa construção das relações sociais entre quem (des)espera por decisões e quem as deve tomar. Em suma, entre o cidadão que quer ver garantidos os seus direitos e os detentores do poder de decidir sobre eles.

Esse aspeto remete, todavia, para o carácter orientado da informação. Isto é, será que o jornal ao contar uma história de vida, com honras de destaque, estará apenas a informar? Se a notícia parte de uma opção editorial, pode-se concluir que há uma intencionalidade. Há uma orientação determinada, pela convicção de que, ao focá-la, o jornal, mais que o efémero ator de informar, está a garantir-se enquanto ator de influência e mediação real. Ou seja, o discurso informativo ou o texto jornalístico, não é apenas representativo, mas sim argumentativo (Alves, op.cit.p.233). Por outras palavras, a posição da imprensa regional deve ser encarada como agente estruturador da sociedade berço e não tanto como veículo de transmissão neutral (Hackett:1999:109).

Neste pressuposto, a imprensa tem força para lá das rotinas do mero relato piramidal dos factos ocorridos. Ou seja, à luz das funções tradicionais, o jornal informa, documenta mas, implicitamente, também julga. Funciona como mediador da consciência coletiva, uma espécie de “tribunal da razão cívica” no qual, por força da liberdade de expressão e de imprensa, os poderes instituídos se orientam, posicionam e

defendem em função desta *ágora* de “controlo público”, capaz de interferir e condicionar posições, valores, medidas e posturas políticas dos atores locais.¹⁰³

O jornalismo é, nas relações com o sistema político, uma atividade de controlo de poder e de mobilização para o exercício da cidadania. Neste pressuposto, o jornalista obriga-se à adoção de um conjunto de valores, os quais incluem a liberdade, a autonomia e a procura incessante da verdade, considerando que a notícia não é o espelho da realidade e o jornalista um simples mediador, como argumenta Nelson Traquina (2002:135-137).

Mas esta é uma atividade de contradições na justa medida das condições estruturais e na forma como se processam as interações entre os agentes do discurso e as estratégias jornalísticas. As notícias resultam de uma construção social, na medida em que implicam a utilização de enquadramentos. E, sendo assim, é lícito reconhecer que a autonomia de quem produz e difunde informação é relativa. Significa que não há trabalho de produção noticiosa sem influências, diretas ou indiretas, do sistema social e político. Não há jornalismo sem promotores. Não há notícias sem fontes de informação.

No chamado jornalismo de massas, a uma escala de mediação com contornos de indústria cultural, é pertinente convocar o entendimento de Jay G. Blumer, que investigou a influência dos meios de comunicação na vida política muito pelo facto daqueles se terem convertido nos novos pontos de referência em detrimento das mensagens eleitorais.

De acordo com as indicações deste autor, citado por Enric Saperas (1987:34-35), há efeitos de carácter cognitivo¹⁰⁴ dos *media* que sobre a “opinião pública”, a saber: a) os *media* incidem diretamente no tipo de avaliação do público sobre a política e os políticos; b) incidem sobre o grau de compromisso do público com as diversas organizações políticas e, por último, c) os *media* desenvolvem uma notável incidência sobre o grau de consenso da sociedade quanto à agenda de temas políticos. Daqui resulta que os *media* são um dos principais fatores de influência na trama de relações

¹⁰³ Este enquadramento remete para o chamado Modelo Ocidental de Jornalismo, definido por Hachten (1996), que preconiza que a imprensa deve ser independente do Estado e dos poderes, tendo o direito a reportar, comentar, interpretar e criticar as atividades dos agentes do poder, inclusivamente dos agentes institucionais, sem repressão ou ameaça. Teoricamente, os jornalistas seriam apenas limitados pela lei, pela ética e pela deontologia. Cf. Sousa (1999:12).

¹⁰⁴ Conjunto de consequências da ação comunicativa, de carácter público e institucional, que incidem nas formas do conhecimento quotidiano (dos saberes publicamente partilhados) que condicionam o modo como os indivíduos percebem e organizam o seu meio mais imediato, o seu conhecimento sobre o mundo e a sua orientação para determinados temas (Saperas, *Idem*, p.21)

sociais e políticas. Ao ponto de a vida política, aqui entendida como instância de decisão pública, se ajustar cada vez mais em função da sua representação mediática.

A partir deste enquadramento, importa questionar: Será que a imprensa local e regional age no quadro de certo “mimetismo” dominante? Será que adota normas e hábitos de produção e enunciação dos grandes *media*? Ou, pelo contrário, cumpre a sua função de proximidade real a uma agenda das preocupações dos cidadãos? Pode-se estabelecer uma relação entre as premissas do jornalismo público e aquilo que a imprensa local e regional faz na prática?

Para se alcançar alguma clareza, nunca transparência, nestas dúvidas, retoma-se o exemplo concreto aqui resumidamente analisado. O jornal TB volta ao mesmo tema da edição inaugural, na primeira edição de 1994, para informar que «*Carlos Domingues* [o canalizador que havia ficado em cadeira de rodas há um ano] *já pode andar*». Este procedimento de rotina de produção noticiosa indicia que se está perante uma atitude jornalística que ultrapassa, em resposta às questões que anteriormente levantadas, o mero relato factual, efémero, dos acontecimentos. O jornal, ao fim de um ano, retomou o assunto. Veio dar novos elementos, informações atuais sobre o caso de vida tornado público nas suas páginas. Parece estar aqui presente uma atitude “militante”, uma postura de responsabilidade social e vigilância para com a responsabilidade das instituições públicas no sentido de se asseguram condições de dignidade humana. No sentido de que os problemas concretos dos cidadãos possam ter resposta por parte de quem as compete dar. É um sinal, ainda que discutível na forma e no conteúdo explícito, de como este jornal é um exemplo, de certo modo, para um jornalismo local mais comprometido com os cidadãos e os seus problemas concretos.

Verifica-se que prevalece uma ideia de interatividade, na justa medida em que, para quem tomou decisões de edição à altura, os factos não devem servir apenas para preencher espaço, como produtos nas prateleiras comerciais prontos ao consumo massificado. Estes, já que provêm do sistema social local, devem dizer respeito à própria vida das pessoas que aí residem. Devem não só informá-las mas permitir-lhes construir, racionalmente, conceções amplas sobre o que se passa à sua volta e, assim, poderem sentir-se mais aptas a intervir civicamente no espaço público, quer sobre forma de discurso em esferas privadas, quer de tomada de decisões.

Este episódio na rotina organizacional do jornal TB pode ser enquadrado, ainda que com reservas pela simplicidade da amostra, nas premissas do jornalismo público. O principal indicador assenta no reforço e ligação entre o jornalismo e a vida comunitária,

bem como numa atitude baseada em maior atenção a cada tema ou problema de interesse dos cidadãos, tal como defendem os defensores do movimento.¹⁰⁵

Voltando às notícias, a caminho de outras perspetivas analíticas e notas conclusivas, a primeira edição do TB do ano de 1995 titula, em garrafais, «*Bloqueio popular*». Trata-se de um tema regional, respeitante a um problema de desencontro entre as legítimas pretensões de uma população inteira, que não pôde evitar que o traçado de uma Estrada Nacional cruzasse uma via estratégica, secular, de acesso aos seus pertences, constituindo perigo para transeuntes e animais. O jornal dá voz à população, servindo de mediador na difusão de um problema concreto. Desta forma, o jornal é um fator ou instrumento de comunicação entre lesados e visados, isto é, entre a população e as instituições que gerem a causa pública, entre elas a autarquia local. A presença de um jornalismo que privilegie questões substantivas, que se podem refletir na vida das pessoas, acaba por legitimar o seu papel na comunidade e, por consequência, condicionar positivamente a ação de quem gere a vida pública. Ou seja, sem o assumir, o jornal acaba por ser um agente ativo na persecução de problemas da comunidade, precisamente uma das premissas teóricas do jornalismo público.

Na capa da primeira edição de 1996, o TB notícia «*A um Paço da recuperação*». Um tema de património em manchete para dar conta que, de acordo com uma posição oficial, após anos de abandono, um edifício emblemático da cidade da Guarda (Paço Episcopal) iria ser recuperado. O jornal, ao informar sobre uma hipotética recuperação condicionada a fundos comunitários, fixava já uma espécie de compromisso público que poderes local e nacional, pela importância cultural do edifício, não deviam esquecer. Como, de resto, se veio a verificar.

O jornal regional, mais que um repositório de factos quotidianos, de notícias "quentes"¹⁰⁶, pode assumir-se como uma tribuna do cidadão, capaz não só de focar aspetos relevantes da realidade, de uma determinada realidade, entenda-se, como determinar, antecipar, influenciar os contornos dessa mesma realidade. Ou seja, as rotinas de seleção noticiosa deste jornal - nesta fase analisada - estão para lá da mera agenda dos acontecimentos programados. De acordo com Denis McQuail (1991) podem

¹⁰⁵ Ver, sobre este assunto, "As tendências comunitaristas no jornalismo cívico" in Mário Mesquita (2003) *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*, Minerva, Coimbra. pp:59-68

¹⁰⁶ As notícias "quentes" (*hot news*) são aquelas que se reportam a acontecimentos recentes. De acordo com a denominação tradicional anglo-saxónica extraída dos conhecimentos de rotina dos jornalistas, as notícias podem dividir-se, segundo Tuchman (1978), em *hard news* (notícias "duras" ou "quentes", respeitantes a acontecimentos) e *soft news* (notícias brandas, referentes a ocorrências sem grande importância).

distinguir-se notícias programadas (resultantes de um serviço de agenda) de notícias não programadas (sobre acontecimentos inesperados) e de notícias fora do programa (geralmente *soft news* que não necessitam de difusão imediata). Evidencia-se, nesta imprensa, uma preocupação com o próprio desenvolvimento local, como motor de todas as mudanças estruturais. Embora este espeto não possa ser assim superficialmente assumido, como veremos mais à frente ao analisarmos esta relação entre a imprensa regional e o desenvolvimento.

6.4- Uma imprensa mobilizadora para a cidadania ativa?

A edição inaugural do ano de 1997 é, de todas, a que mais reflete a tendência, crescente, para as notícias de política local. «*Presidente por um fio*» e «*Confissões de um Governador*» remetem para a relevância atribuída a assuntos onde reina um dos ingredientes mais desejados pelos *media*, de um modo geral: a polémica¹⁰⁷. Sobretudo quando esta polémica envolve os protagonistas da vida pública ou, mais concretamente, agentes de poder. Mas, no caso das duas notícias, não se trata de um tratamento noticioso a partir das habituais conferências de imprensa que, por norma, e à luz das tendências do jornalismo atual, têm sempre valor noticioso mesmo que, em relevância pública, pouco signifiquem para lá da retórica permanente dos seus promotores. Mas que significa, na prática, uma cada vez maior profissionalização desses mesmos promotores. Pela narrativa jornalística, conclui-se que há uma tentativa de independência organizacional, no sentido de ser o jornal a determinar quais os factos relevantes, em vez de ser mero recetor das lógicas institucionais ou corporativas de quem, com diversos interesses em jogo, difunde informação. O jornal vai à rua, ousa confrontar protagonistas, investiga e requer audição das partes envolvidas no acontecimento. Esta prática está explícita no modo como este jornal, aqui analisado ao longo de oito edições, se apresenta.

Não será desajustado enquadrar a imprensa local e regional, a partir deste caso concreto, no chamado Modelo Ocidental de Jornalismo, que, na sua essência, preconiza a ideia de uma imprensa independente dos poderes, tendo direito a reportar, comentar, interpretar e criticar as atividades de quem detém o poder. Em suma, já não se está perante traços típicos de um jornalismo dependente de caciquismos ou

¹⁰⁷ Trata-se de um dos vários ingredientes das notícias que Manuel Piedrahita enuncia no seu livro *Jornalismo Moderno – História, perspectivas e tendências rumo ao ano 2000*, pp. 32-33

constrangimentos resultantes da onnipresença dos poderes locais. Isto mesmo se pode verificar na edição de abertura do ano de 1998, com o título «*Ano de grandes expectativas*». Acompanhada com uma fotografia a toda a altura da página, estilo ecrã, a chamada à "vitrine" remete para um conjunto de artigos de análise sobre os principais acontecimentos do ano anterior que se deverão repercutir no novo ano. Temas "escaldantes", no dizer do jornal, entre eles o mediático julgamento do ex-autarca Abílio Curto (um dos dinossauros do poder local em Portugal no pós-25 de Abril), o processo de Regionalização; a atividade camarária concelhia resultante de um inesperado resultado autárquico; o futuro do Instituto Politécnico da Guarda; a provável classificação de Património da Humanidade das gravuras do Vale do Côa (como veio a acontecer) e, entre outros, o futuro incerto de uma das maiores empresas têxteis da Guarda que acabaria por fechar.

É aqui, mais uma vez, que o jornal regional se afasta de um conceito de jornalismo pré-industrial. Tal como a maioria dos *media*, a imprensa de proximidade define não só quais os acontecimentos significativos que ocorrem mas também oferece poderosas interpretações de como compreender esses acontecimentos (Traquina, 2002:140).

Nas duas últimas edições do TB analisadas, na primeira de 1999 o título «*Hospital perde director clínico*», uma notícia de interesse humano mas igualmente com contornos de política local; e, na primeira edição de 2000, os títulos «*Perigo iminente*», respeitante à ameaça de desmoronamento de parte do castelo do Sabugal, e «*Lixeira transformada em campo de golfe*», alusiva a uma ideia camarária de reutilizar o espaço de despejo de lixo para fins lúdicos.

A partir da análise da tipologia das notícias, a partir dos títulos, retirámos algumas conclusões que vão de encontro, e confirmam, a hipótese: mais do que simples mediador de informações de fluxos previsíveis, o jornal regional é um construtor de relações e um mobilizador para uma cidadania mais consciente dos seus problemas, dos seus desafios, das suas oportunidades e das ameaças com que se confronta.

Importa entretanto que possamos encontrar, a partir do material informativo analisado, alguma resposta à dúvida que levantámos sobre a adoção ou não, por parte da imprensa local, de um certo mimetismo dominante dos grandes *media*. Voltemos ao «aparelho titular» (Sousa,1999:259) enquanto «conjunto de signos linguísticos que podem figurar à cabeça de um texto a fim de designar, de indicar o seu conteúdo global e de seduzir o público visado». No plano da deontologia jornalística, o título deveria

corresponder a um desígnio essencialmente informativo. Mas, pelas lógicas que presidem às políticas organizacionais de difusão, é comum que a par de títulos informativos, com predomínio da função referencial da linguagem, coexistam títulos expressivos com o intuito de cativar ou mesmo seduzir os leitores.

Será assim no caso do “TB”? De facto, uma das primeiras conclusões a retirar é a de que o jornal usa quase sempre títulos curtos, eventualmente por força dos constrangimentos próprios da paginação. São, portanto, redigidos de forma telegráfica, com supressões de termos designativos, de verbos e de nomes. Há uma tendência de aplicar uma fórmula apelativa. Mas nem sempre tendo em vista uma dramatização dos acontecimentos. Entre os títulos analisados, vejamos os exemplos seguintes: «*Má sorte ter sido canalizador*», «*Bloqueio popular*» e «*Perigo iminente*». Mais informativos seriam se, por exemplo, fossem trocados por, respetivamente, «*Canalizador sofre incidente de trabalho e fica numa cadeira de rodas*», «*População bloqueia estrada nacional*» e «*Castelo do Sabugal ameaça ruir*». Mas será que, desta forma, as notícias teriam a mesma força de atração? A resposta está dada na adoção de um estilo mais apelativo, por quem, no processo de construção das notícias, tomou decisões.

Noutra perspetiva, os títulos telegráficos do jornal em análise são trabalhados sobre a forma de mensagens que remetem para a função poética da linguagem. Ou, no dizer de Nobre Correia (1989:150) são títulos «lúdicos que correspondem a um trabalho operado a partir de títulos de filmes, de livros, de canções ou de *slogans* publicitários».

Como se o editor ou jornalista submetessem a notícia a uma lista de títulos cinematográficos, no intuito de obter uma leitura mais apelativa. Nesta linha estão, por exemplo, e para além das manchetes, os títulos: «*Má sorte ter sido canalizador*», «*Tentações de liderança*», «*Presidente por um fio*», «*Confissões de um governador*», «*Perigo iminente*», «*A casa abandonada*», «*Álcool: El Matador*», «*A dança dos Orçamentos*». É curioso verificar que estes títulos surgem nas edições posteriores a 1995, precisamente quando, em Portugal, segundo análise de Mário Mesquita (2004:261), pegou a moda dos títulos inspirados na imprensa popular e que tiveram, no espaço francófono, o jornal *Libération* como inspirador. Estamos na presença de uma influência dessa moda no campo da imprensa regional? O que se denota, com este tipo de título, é que na área de informação, nem sempre cumpre o objetivo de resumir o conteúdo da notícia. Mário Mesquita diz mesmo que, desta forma, «as exigências de encenação sobrepõem-se às preocupações de informar ou de questionar».

Não sendo tão deterministas na conclusão, teremos de admitir, no entanto, dois aspetos a partir dos quais a imprensa local se iguala à nacional, neste domínio das técnicas da narrativa jornalística. Primeiro, sejam quais forem as motivações subjetivas do jornalista ou editor, o jornal local não é imune à influência do mercado e, por consequência, às lógicas de enunciação apelativas. Segundo, retomando as funções dos títulos analisados, está presente uma espécie de «ceticismo» do discurso jornalístico perante a política e os políticos. O que, enquadrando este modelo num quadro de referência teórica, representa, mais uma vez, a adoção de normas generalizadas no modo como o jornalista, na Guarda ou nos Estados Unidos, vê a sua ação: Isto é, um jornalista não apenas observador distante mas, sem o assumir ideologicamente, um agente participativo. Mais uma vez, uma coincidência com os princípios do jornalismo público. Um dos principais teóricos movimento, Jay Rosen¹⁰⁸, defende mesmo o abandono das teses de objetividade e neutralidade jornalística em nome de uma reforma da cidadania, apontando para um jornalista com perfil participativo «como forma de ver a democracia como algo que temos que criar, de reinventar, de re-imaginar» a caminho de uma nova abordagem.

O papel de representante dos cidadãos, como se por eles fizesse as perguntas sobre a vida pública, parece justificar tal atitude cética perante o sistema representativo democrático, os partidos políticos e os autarcas eleitos. No entanto, a partir da apreciação do caso concreto em análise, não se verifica que tal prática seja sistemática. Estamos, antes, perante uma atitude regeneradora em busca de um jornalismo de qualidade e de resistência. No concreto, o modelo de produção informativa preconizado por este jornal local da Guarda – e depois retomado por títulos subsequentes¹⁰⁹ – constitui uma forma de mediação com preocupação de ajudar a comunidade a equacionar as instâncias do poder, tradicionalmente fechadas, e a descobrir caminhos para a resolução dos principais problemas.

¹⁰⁸ Jay Rosen, «*Para além da objectividade*» In: Traquina, Nelson (org.) *Jornalismo 2000*, Revista de Comunicação e Linguagens, Relógio d'Água Editores, nº 27, 2000, p.149

¹⁰⁹ A influência deste jornal na vida social e política da cidade berço, ao longo de uma década, contribuiu decisivamente para o aparecimento de outros títulos no mercado local, nomeadamente “O Interior” (semanário vencedor do Prémio Gazeta de Imprensa Regional, em 2002. ao fim de apenas dois anos de vida) bem como o reforço qualitativo dos já existentes, como são o caso de “A Guarda” (publicação quase centenária que procurou acompanhar as mudanças através de uma rotina informativa mais arejada a arrojada) e o “Nova Guarda” que, de um período inicial atribulado, deu o salto organizativo tendo-se assumido como publicação de todo o distrito, sobretudo apostando numa ampla cobertura dos acontecimentos desportivos.

Pelo exposto podemos concluir que a imprensa local é um fator determinante na relação entre a população e seus representantes no poder. É notório um esforço de afastamento, apesar do carácter de proximidade que a caracteriza, da chamada «teoria conspiratória», defendida por Edward S. Herman (1999)¹¹⁰, em que as notícias servem os interesses do poder estabelecido. Tendo como suporte o caso analisado – e ao contexto temporal e histórico da última década do séc. XX - a imprensa local tende a querer impor-se pela independência, uma certa irreverência decorrente do seu papel de principal ator social ou instituição de regulação cívica das decisões públicas. Ainda afastada de lógicas de concentração mediática e de um mercado publicitário forte e influente, a imprensa local assume o papel, cada vez mais relevante, de contribuir para o reforço da identidade local e regional, através de mecanismos de produção simbólica que, de algum modo, contemplam o reforço do sentimento de pertença.

É um facto que a imprensa local congrega virtudes inalienáveis de uma sociedade democrática. Mas até que ponto o seu carácter específico está imune aos constrangimentos internos e externos do fazer jornalístico contemporâneo, das rotinas produtivas e organizacionais próprias dos grandes *media*? Nomeadamente ao carácter negocial do campo informativo, o "jogo da corda" entre fontes de informação e jornalistas.

6.5 - Mediação jornalística de proximidade e o papel dos cidadãos

Este quadro de análise particular justifica-se para reiterar um argumento que esclarece e aprofunda o principal objetivo preconizado pelo jornalismo público e que, defendemos, pode estar presente nas práticas da imprensa de expressão local e regional. O de aprofundar a proximidade entre jornalistas e as suas comunidades, integrando os cidadãos como sujeitos ativos no processo de agendamento mediático, a favor de uma melhor cidadania e democracia. Esta síntese teórica tem que ver com os papéis, funções e ligações de jornalistas e cidadãos. O elemento fundamental que tem vindo a ser mobilizado neste debate - sempre permeável a novas linhas de reflexão e por isso limitado – é justamente este complexo agir de intermediação entre dois campos interdependentes. De um lado o jornalista, a quem compete identificar, seleccionar,

¹¹⁰ Ver artigo «A diversidade de notícias: Marginalizando a oposição», in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, op. cit., pp. 214-223

recolher e difundir os acontecimentos do mundo, neste caso do mundo local e regional, do outro a população, ora vista como “opinião pública”, massa indiferenciada e consumidora das mensagens jornalísticas, ora como conjunto de pessoas, cidadãos com direito à livre expressão, e tomada de posição, em relação aos seus próprios problemas comuns. O que cabe ao primeiro e que se espera dos segundos?

Da análise mobilizada anteriormente retira-se uma premissa relevante: a de que os jornalistas que conhecem bem as suas comunidades, das quais retiram e constroem a informação e para as quais escrevem, estarão, à partida, mais próximos de garantir uma agenda plural dos assuntos mais importantes que tocam em aspetos substanciais da vida daquelas. Exemplificando este argumento, dir-se-ia que, estando garantido esse cumprimento de responsabilidade jornalística, nada mais se exigiria aos cidadãos do que serem fieis leitores. Salvo quando, e só quando, essa espécie de “contrato social” fosse violado, por erros ou omissões de natureza ética, os cidadãos agiriam chamando à atenção os seus jornais, exigindo-lhes, mediante cartas ao diretor, o cumprimento rigoroso das suas obrigações profissionais em nome de informação de qualidade e “verdadeira”. Mas também quando esse mesmo contrato significa, através do trabalho jornalístico desenvolvido, um alcance de equidade, de rigor, de representatividade e cumprimento fiel do papel do jornal na sociedade local. Neste caso, só há interação direta entre os campos, o jornalístico e o social, quando o segundo, por meio de agentes mais ativos e informados, encontra no primeiro falhas que motivam a indignação e repulsa, pela negativa, ou então bons desempenhos da função social do primeiro sobre o meio social que suscita elogios e estímulos.

Considera-se aqui um duplo sentido de interação: no primeiro caso, passiva com total delegação de mediação nos jornalistas; no segundo com alguma mobilização de iniciativa espontânea do público leitor. Em nenhum dos casos o jornalista abdica da sua responsabilidade em determinar a agenda. O que se verifica na *praxis* do jornalista de proximidade é que, ao vincular-se ao princípio da proximidade ela é mais que geográfica, ela é sobretudo ideológica, no sentido de um compromisso profissional e ético para uma “agenda do cidadão”. Mais que mero *slogan* de legitimação profissional, argumenta-se que no campo da imprensa local se pode construir e consolidar um modelo de representatividade plural mesmo sem uma mobilização intensiva, bidirecional entre jornalistas e fontes, à imagem do paradigma da comunicabilidade permanente atual, no qual os outrora destinatários (ou alguns deles) são cada vez mais emissores, como se analisou antes.

Ou seja, entende-se que colocar os sujeitos no centro do processo de mediação de enunciados de natureza jornalística não é, ou não pode ser, substituí-los aos jornalistas. Nunca, em nosso entender. Isso seria uma desvirtuação injustificável de uma das mais basilares instituições das sociedades democráticas, pese embora uma certa euforia (perigosa) das capacidades performativas dos meios eletrónicos. Com isto, recentre-se o essencial da teoria do jornalismo público: não se propõe que a agenda dos jornais seja feita pelos cidadãos mas que estes sejam consultados e ouvidos. E, tal como foi na génese pragmática do movimento nos Estados Unidos, não se trata sequer de converter todo um jornal, quer na sua estrutura organizacional quer nos conteúdos jornalísticos, à filosofia e práticas do jornalismo público. O tema da política foi o que motivou o princípio do “engajamento”, no sentido de os jornais “forçarem” os políticos, sobretudo em campanhas eleitorais, a “descer” à realidade dos problemas das comunidades a que pedem votos.

Do que se trata, mais do que uma espécie de “conversão utópica” de toda uma cultura jornalística – cristalizada durante séculos – é uma redefinição quer filosófica quer pragmática do *status quo* jornalístico para que se cumpra o seu mais consensual princípio: ser fiel, acima de tudo, aos cidadãos (Kovach e Rosenstiel, 2009). De que forma se pode garantir melhor essa fidelidade? Não será, certamente, se os jornalistas entregassem toda a sua responsabilidade de fazer um jornal ao público. Acreditando no potencial desse modelo de mediação atualizado pelo jornalismo cidadão – quando executado com regulação profissional e ética admitindo-a fora do campo estritamente jornalístico e passível de ser bem aplicado por outros agentes e cidadãos competentes – uma sociedade que se quer mais democrática, mais consciente de si própria e dos desafios de futuro, não pode prescindir da mediação profissional dos jornalistas.

Aprofundaremos, mais à frente, esta postura teórica com a apresentação e discussão dos resultados de outra parte metodológica da investigação, designadamente o cruzamento de análise de conteúdo, aplicação de inquéritos por questionário a cidadãos e entrevistas presenciais com jornalistas.

De seguida debatemos a relação entre imprensa regional e o desenvolvimento.

Capítulo 7 – Imprensa regional e o desenvolvimento

7.1- Revisitação ao conceito de imprensa local e regional

Sendo o nosso estudo enquadrado numa limitação espacial circunscrita à imprensa regional da Guarda – o que portanto torna ainda mais crítica qualquer generalização sem ter em conta os respetivos contextos – o que se debate de seguida tem por base o conhecimento dos jornais que constituem o *corpus* de análise da presente investigação. Ou seja, estabelece-se uma relação evolutiva e crítica sobre os aspetos mais ilustrativos e caracterizadores da imprensa regional em pleno séc. XXI, que nos ajudará a redefinir a sua importância, no conjunto dos *media* locais, e o seu papel político no conjunto dos meios de comunicação social como um todo. Falamos de *media* locais numa relação geográfica com o resto do país, da mesma maneira que se pode (e deve) falar de *media* locais quando se estabelece uma relação dos media nacionais com a Europa ou com o Mundo.

Ou seja, há que relativizar o conceito do que é “local” “regional” e “nacional” e até “internacional”. Da mesma maneira que, por exemplo, um “grande” jornal nacional como o *Sol* tem edições em alguns países lusófonos, podendo com essa estratégia autoafirmar-se como um jornal global, também o *Jornal do Fundão* – o decano dos jornais regionais em Portugal – o pode reclamar quando circula mais em França do que muitos jornais nacionais. Este exemplo serve para reforçar o que diz Peruzzo (2003:68) e que é corroborado por João Correia (2012): a imprensa regional, mais do que quaisquer demarcações geográficas, representa e transmite laços de proximidade, familiaridade, e de identidades diversas que incluem, entre outros aspetos, uma história comum. Claro que também o *Sol*, ao ser lido em Angola por portugueses de raiz, simbolizará estes pressupostos de uma aproximação ao seu local de origem. Por isso entendemos que se trata aqui, sobretudo, de um problema de escala: sobretudo uma escala estrutural interna que se reflete, em toda a linha, na capacidade de produção e de cobertura informativa territorial.

Na imprensa local e regional (sem contar com o carácter geográfico como critério distintivo e não esquecendo a sua igual natureza comercial) admite-se como plausível um maior compromisso ideológico pela *proximidade* à vida concreta dos cidadãos e dos seus problemas. O jornalismo de expressão local e regional – também cada vez mais global no alcance pela apropriação das ferramentas *online*, como é o caso dos jornais da

Guarda, com um deles (*O Interior*) a praticar uma extensão nas linguagens da televisão digital – tem um desafio de assumir-se como espaço de afirmação independente e singular de comunicação social, contrariando uma certa visão de um modelo passivo e dependente de notificações oficiais, mostrando-se preparado para os desafios atuais. Um jornalismo ao serviço de uma sociedade civil local mais informada, mais apta a pensar racionalmente o momento histórico que lhe coube como destino. Mais apta a agir pelos seus próprios interesses, quando reconhecidos como sendo comuns à generalidade da comunidade de pertença.

Não é fácil provar uma relação direta entre a profissionalização da imprensa, como alavanca do agir coletivo, e o aumento de emancipação política dos cidadãos de uma urbe ou, sequer, o seu desenvolvimento. A definição do papel que a imprensa regional tem no desenvolvimento depende da ideia que se tenha de desenvolvimento. Assim, em termos concetuais interessa olhar para duas perspetivas, não antagónicas mas complementares, que são a do *desenvolvimento endógeno* e a do *desenvolvimento humano sustentável*.

No primeiro caso, de acordo com Aledo Tur (2003), os princípios de classificação orientadores são: 1) Aproveitamento dos recursos próprios e não depender excessivamente do exterior; 2) Que as pessoas tenham um protagonismo no processo do desenvolvimento económico e social participando no planeamento, desenho e execução de ações; 3) Ganhar independência e autonomia através da educação. Pode-se, por este prisma, entender o desenvolvimento como um processo de construção de futuros sociais, que envolve dinâmicas diversas, tendo como meta mudar um dado território, uma comunidade ou um grupo de pessoas.

Na segunda perspetiva, entende-se o desenvolvimento a partir da sua definição universal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹¹¹ que lançou, no início da década de 1990, as bases teóricas do Desenvolvimento Humano Sustentável, elevando o ser humano a agente e sujeito do próprio desenvolvimento,

¹¹¹ Em 1990, o PNUD introduziu em todo o mundo o conceito de desenvolvimento humano sustentável, que promove a adoção de políticas públicas cujo foco está voltado para as pessoas – e não para a acumulação de riquezas – como propósito do desenvolvimento. Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o [Índice de Desenvolvimento Humano \(IDH\)](#), criado pelo professor Amartya Sen, vencedor do Prémio Nobel de Economia, em 1998. O [Relatório de Desenvolvimento Humano](#) do PNUD, publicado anualmente desde 1990, promove o debate de temas relativos ao desenvolvimento e produz o ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, listando países e territórios divididos em grupos muito alto, alto, médio e baixo desenvolvimento humano. Cfr. <http://www.pnud.org.br/pnud/#link5> (acesso a 12/02/12).

com a publicitação para as agendas globais e nacionais dos principais problemas que afligem a humanidade. Os principais pressupostos assentam justamente na defesa, promoção e adoção de políticas públicas que consideram as pessoas, e não tanto a acumulação de riqueza, como propósito final do desenvolvimento. Ao contrário do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, esta perspetiva focaliza o indivíduo e a sua comunidade, revelando com que eficácia o crescimento económico é transformado em bem-estar para toda a população.

De acordo com o sítio do Programa das Nações Unidas, esta é uma forma inovadora de medição do desenvolvimento, a partir da identificação de três dimensões básicas relacionadas ao ser humano; 1) a sua longevidade e acesso à alimentação adequada, abrigo, saneamento básico e saúde; 2) as suas possibilidades de educação e acesso ao conhecimento e à informação; e 3) o acesso aos meios para uma vida digna.

Só à luz destas concepções fundamentais do desenvolvimento, uma e outra colocando as pessoas no centro dos processos sociais, se pode perceber ou estabelecer uma relação com o papel social dos *media* locais como agentes promotores de inserção ativa dos cidadãos na vida das suas comunidades, criando esses vínculos de familiaridade, identidade e pertença. Contando com todas as dinâmicas sectoriais de natureza económica e comercial que fazem naturalmente avançar uma cidade, a dinâmica ativa da informação pública, capaz de revitalizar fluxos informativos antes desfocados e cobrir temas de interesse geral, pode ser condição suficiente (não única) para o fortalecimento racional de uma esfera pública local, e, consequentemente, surgir como um dos principais atores de uma ideia de desenvolvimento sustentado.

7.2- Responsabilidade jornalística e desenvolvimento sustentado

Parece-nos importante, por isso, conjugar uma ligação entre os princípios basilares desse desenvolvimento, aqui brevemente enunciado, com a ideia de uma ideologia de responsabilidade pública jornalística, a nível local e regional, em contextos territoriais mais desfavorecidos e fragilizados, sobretudo por alguns pressupostos demográficos como o despovoamento do interior do país, o abandono das terras (embora com tendência para uma inversão no atual quadro de contração económica e crise financeira) e a concentração populacional nos centros urbanos, com múltiplas consequências nos modos de viver e de pensar. Que ligação aqui se argumenta? Em primeiro lugar, considerem-se os princípios da universalidade cívica subjacente ao

conceito de desenvolvimento sustentado das Nações Unidas de onde a tónica fundadora e desafiadora, para todas as geografias políticas do mundo, se centra nas pessoas. E, sobretudo, à medida que as sociedades democráticas (ou em vias de para lá caminharem) progridem para que mais unidade social, política, económica e cultural se alcance. Ora, esse é um dos desafios sem fim que se coloca a todos, a um vasto campo de instituições locais, nacionais e internacionais que, ao serviço do povo, para ele, por ele e com ele possam determinar uma *praxis* de serviço público. É este o fio condutor dos princípios defendidos pelas Nações Unidas, na concepção do desenvolvimento numa perspetiva humanista e democrática, ao defini-lo como:

“Um desenvolvimento das pessoas, por meio da ampliação das capacidades, oportunidades, potencialidades criativas e direitos de escolha individuais; para as pessoas, levando a que a riqueza produzida por uma nação seja apropriada equitativamente por cada um dos seus membros; pelas pessoas, através da participação ativa dos indivíduos e das comunidades na definição do processo de desenvolvimento do qual são, ao mesmo tempo, sujeitos e beneficiários” (Cfr. sítio das Nações Unidas).

Estes princípios, além de transformados em bandeiras de direitos humanos globais - cujo cumprimento efetivo global é um desafio permanente - estão presentes no momento em que um cidadão comum, num lugar recôndito do interior profundo de um país como Portugal, testemunha a um jornal da sua terra que não tem água ou esgotos, ou que “os senhores do governo só cá vêm a pedir votos na altura das eleições”. Ou ainda quando, nos mesmos lugares, jovens urbanos, a apostar numa escolarização de esperança, reclamam contra a falta de oportunidades de trabalho. Como acontece com a crise acentuada da falta de empregos em Portugal, exposto internacionalmente (às agências de rating e aos credores) com uma taxa de desemprego de 14% no quarto trimestre de 2011 de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Do mesmo modo, com distintas matizes, envolvimento e funções, esses princípios estão implícitos na ação ideológica dos *media*, particularmente dos que estão mais próximos, mais ligados umbilicalmente a uma ideia de desenvolvimento sustentado das comunidades onde são atores civicamente mobilizadores.

Dir-se-ia, então, que a imprensa local e regional, com a sua natureza distinta de ser agente de criação de novos vínculos comunitários, sustenta um projeto político de

mobilização para esse desenvolvimento humano sustentável na medida em que – considerando as suas limitações e falhas como qualquer outra instituição social – é uma plataforma facilitadora da ampliação ilimitada (tanto quanto editorial e estruturalmente cada meio for capaz) do conhecimento mútuo da realidade social de onde se ergue a informação. Ao estar próxima destas realidades sociais, sejam com matriz de fragilidade (cobertura do negativo) ou de potencialidades (cobertura do positivo, hoje muito em voga nos media nacionais com novas rubricas de noticiar o que Portugal tem de melhor), a imprensa local e regional retrata-as para um amplo sentido de reflexão coletiva, resgatando micro realidades para a agenda pública, gerando discussões em esferas sociais diversas.

Nesta medida, a imprensa regional sensibiliza a população para os seus próprios problemas e para os seus desafios de pensar, ela mesma, soluções. Pode argumentar-se, neste pressuposto, que é por vida da informação jornalística de proximidade que aumenta o índice de crescimento do interesse público. Isto é, de questões que, dada a natureza implicada com o bem-estar coletivo, têm interesse para a maioria das pessoas, pelo menos daquelas que, por sua iniciativa ou por pertença a coletivos de mobilização associativa, sociocultural, política ou outras, se libertam da sua condição de cidadãos, como mero atributo legislativo ou simbólico, para se envolverem e assumirem com voz a ter em conta.

Retoma-se aqui o argumento de Hansotte (2008:20-21) para quem a exigência de um modelo democrático capaz de enfrentar o desafio da mundialização apela a ver a cidadania de outra maneira que não nos termos de um estatuto conferido ou ofício reconhecido por um Estado. Este modelo democrático pressupõe que, por um lado, se assuma a cidadania como uma prática política – podendo assim descobrir todas as suas potencialidades ativas e transculturais - e a política não apenas na perspetiva aristotélica de política-gestão de uma Cidade mas, sobretudo, vendo-a como *praxis* horizontal cujos atores são os governados.

Os *media*, no seu todo, mas a imprensa local e regional, em particular, são esse lugar de potenciação de uma cidadania ativa onde a sociedade civil, neste caso local, ganha soberania efetiva¹¹². No sentido de que, com uma informação atenta e

¹¹² Nas entrevistas aos jornalistas da imprensa da Guarda (Cf. Capítulo 12) encontra-se vincada, por parte de alguns, esta postura de afirmação de um papel social que vai para além de uma simples mediação desconectada com a realidade. Há quem afirme, entre eles, que a imprensa regional é um agente de desenvolvimento ativo a favor de causas de compromisso cívico. Ver entrevistas completas no Anexo X da versão digital deste trabalho.

independente ao serviço dos cidadãos, o Estado, e todas as suas extensões burocráticas de governo da coisa pública, estão expostas ao escrutínio público. Nesta medida, com a democratização da informação jornalística, o povo deixa de ser visto como simples símbolo, para uma cobertura ideológica do Estado, onde este tem menos manobra para monopolizar a decisão política e a orientação das políticas públicas. Recriam-se permanentemente desigualdades entre grupos sociais, como lembra Hansotte (2008:19), mas dá-se uma maior consistência de um espaço público para o cidadão, justamente porque, citando a mesma autora (p.74), se podem impor coletivamente questões públicas ou publicamente questões coletivas, por via da informação jornalística.

7.3 - Revisitação aos conceitos: *local e proximidade*

Como podemos classificar a imprensa regional? Que atributos, que papel social, que atores, que práticas, que proximidade afinal está em causa quando falamos deste subsetor da comunicação social?

Estas são as questões de partida que neste capítulo se procuram refletir e problematizar. A exploração teórica deste ponto tem como objetivo melhorar o conhecimento científico em redor da especificidade da Imprensa Regional. Para o efeito, conduz-se o debate para os conceitos de proximidade e papel social. Ao longo deste capítulo, pode surgir a necessidade de interrogar e clarificar novos conceitos, admitindo que outros possam escapar ao nosso filtro da percetibilidade: não se assume, portanto, a exaustividade da análise, muito menos a certeza de que se alcança a objetividade do objeto de estudo (nem nos atrevemos a falar em verdade) porque, à luz de muitos dos pressupostos filosóficos da modernidade, consideramos que o próprio conhecimento absolutamente objetivo é inalcançável.

Ora, não se trata de alcançar a essência da realidade que nos propomos estudar mas uma representação, tão completa quanto possível, através de um processo científico que nos pareça mais adequado ao objeto de análise (o processo) e à consequente síntese (a finalização). Entendendo por análise o percurso, de avanços e recuos, de sistematização de parcelas de conhecimento sobre o objeto de estudo; e por síntese a operação de sintetização sumária, clarividente, do alcance do processo científico. Em

termos metodológicos, o percurso de pesquisa¹¹³ comunicacional é aqui complementado com uma aproximação etnográfica à realidade da imprensa regional da cidade da Guarda, cuja técnica se explica mais à frente. Pretende-se obter novos conhecimentos no campo da realidade atual da imprensa regional, mediante a adoção crítica de alguns desses procedimentos cuja aplicação possa representar um alcance de clarificação das questões de partida.

A importância do local e a sua afirmação no contexto da globalização cultural mas também política e social, pela importância dos particularismos identitários de cada comunidade num contexto internacional, conduz o debate, nesta fase, para uma redefinição dos conceitos. Falar de imprensa local é, antes de mais, enquadrá-la face a uma ideia mais clara do que é o local, por um lado, e do que se pode entender por proximidade. No primeiro caso, como analisa Cecília Peruzzo, não é fácil demarcar fronteiras do que é local até porque se estabelece uma relação de proximidade semântica entre os termos *regional*, *local* e *comunitário*. Não está em causa apenas submeter e limitar o conceito sob o prisma de fronteiras territoriais ou geográficas mas de inclusão de territórios, por exemplo, de base cultural, ideológica, de idioma e de circulação da informação, entre outros (2003:67,67).

No estudo da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sobre a imprensa regional em Portugal, Azeredo Lopes, então responsável da ERC, escreve:

“ (...) a imprensa regional desempenha um papel notável de reforço de um conceito rico de cidadania. Cultiva a proximidade, é útil para quem a lê, estimula ou, pelo menos, conserva, laços identitários, culturais e históricos da maior importância. Acarinha o particular, numa altura em que só se prega o global. Cultiva a língua portuguesa, num plano cada vez mais raro na Imprensa em geral. E, por isso e não só por isso, fascinante, e justifica, plenamente, que, sempre que possível, os poderes públicos – na ponderação de decisões – tenham estes aspetos presentes, a pesar favoravelmente num dos pratos da balança”. (Lopes, 2010:18)

¹¹³ Entende-se por pesquisa o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico em que o objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (Gil, 1999:42).

A sua especificidade é explanada no já citado Estatuto da Imprensa Regional (Decreto-Lei n.º106/88 de 31 de Março):

“A imprensa regional desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do Mundo. Muitas vezes, ela é, com efeito, o único veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível; e constitui, por outro lado, um autêntico veículo de difusão, junto daqueles que se encontram fora do País, daquilo que se passa com os que não os quiseram ou não puderam acompanhar. Além disso, tem, por regra, sabido desempenhar uma função cultural a que nenhum órgão de comunicação social pode manter-se alheio. (...)”

O diploma estabelece (no seu artigo 1º) que se consideram de imprensa regional todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respetivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico. Esta classificação, corroborada por todas as associações representativas do sector, deu origem a um conjunto normativo de funções específicas da imprensa regional que lhe conferem, aos olhos da sua relação com o Estado, o reconhecimento de direitos (artigo 3.º) e apoios (artigo 4.º) que a clarificam para a sociedade o papel, os objetivos e atribuições de relevância pública que lhe estão a cometidas.

Essa clarificação estatutária, para todos os efeitos, confere a caracterização oficial deste sector da imprensa num plano de justiça, face à sua reconhecida função cultural, e não numa perspetiva paternalista ou protecionista. As funções (artigo 2.º) são, respetivamente:

a) Promover a informação respeitante às diversas regiões, como parte integrante da informação nacional, nas suas múltiplas facetas;

b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura e identidade regional através do conhecimento e compreensão do ambiente social, político e económico das regiões e localidades, bem como para a promoção das suas potencialidades de desenvolvimento;

- c) Assegurar às comunidades regionais e locais o fácil acesso à informação;
- d) Contribuir para o enriquecimento cultural e informativo das comunidades regionais e locais, bem como para a ocupação dos seus tempos livres;
- e) Proporcionar aos emigrantes portugueses no estrangeiro informação geral sobre as suas comunidades de origem, fortalecendo os laços entre eles e as respetivas localidades e regiões;
- f) Favorecer uma visão da problemática regional, integrada no todo nacional e internacional.

Apesar de nunca ser usado o termo “proximidade” no documento oficial que caracteriza o sector, há implicitamente referências a ela. A expressão “laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes” está vinculada à ideia de uma comunicação que aproxima pessoas, sob o ponto de vista psicológico (que apela a dimensões idiossincráticas no campo dos afetos, dos sentimentos de pertença, da saudade, da família...) em função de temas e abordagens que de alguma forma têm um carácter de vizinhança. Essa função de proximidade é assegurada pela diversidade temática das publicações, muitas vezes até por secções que menos dependem do trabalho jornalístico mas que assumem, nesse contexto, uma grande importância como é o caso da necrologia.

A perda de um elemento da “família cultural e comunitária” constitui, por via da imprensa local e regional - apesar de hoje menos influente por vida dos *media* pós-massivos que as novas gerações de emigrantes também dominam – um desses momentos de aproximação psicológica e de vizinhança. Mas esses laços de proximidade têm matizes muito diversas que dependem do tipo de receção com que a imprensa local e regional é acolhida no seio de comunidades de emigrantes, por exemplo, ou mesmo nas famílias de emigrantes que assinam o “seu” jornal da terra distante. Ou seja, parte-se de induções de generalização que requerem, para maior rigor de análise, esse estudo de como se opera essa receção no mundo da vida concreta desses atores sociais. Não sendo este o espaço para tal abordagem, o de confrontar uma visão teórica com as mutações próprias das dinâmicas cognitivas dos destinatários dos produtos de *media*, considera-se mais ou menos cimentada uma concepção de que esta imprensa distingue-se pela capacidade de “mobilização dos afetos e da memória ao serviço da compreensão crítica” (Correia, 2012).

O reconhecimento oficial de que a imprensa local e regional configura esse papel cultural de manter laços em defesa da permanência de identidades e da própria

língua materna, no caso dos emigrantes, reforça ainda mais esse sentido de proximidade do local no contexto global. A imprensa é de proximidade na medida em que, não só por via de uma territorialidade concreta onde atua e onde circula com mais intensidade, quer em termos de cobertura quer de difusão, mas sobretudo porque é um elo de consolidação de uma história em comum que inclui a partilha de costumes, condições de existência e conteúdos simbólicos e não simplesmente demarcações geográficas (Correia, 2012).

Essa consolidação não se opera apenas num universo do território geográfico das fronteiras de uma determinada região, ou comunidade, mas estende-se a novas geografias sem fronteiras pela apropriação, de emissores e recetores, de novas ferramentas digitais que reconfiguram o sentido político de proximidade. A dimensão de proximidade da informação coincide, ou é complementar, com a dimensão local do jornalismo. Já que ele é sempre local e a proximidade pode estar, afinal, em todos os *media* na medida em que cumprem esse papel de aproximação psicológica dos destinatários da informação aos factos, mesmo quando são geograficamente longínquos. Sobretudo com a facilitação tecnológica da comunicação instantânea da sociedade da informação.

A estas dimensões de proximidade e de local junta-se uma terceira. A dimensão hiperlocal no jornalismo que se refere, em primeiro lugar, a informações oferecidas em função da localização do usuário (bairro, rua, etc) e, em segundo lugar, pelas características pós-massivas desse novo jornalismo onde qualquer um pode ser produtor de informação. Essa é, de acordo com André Lemos, uma das tendências atuais do jornalismo: vinculação de notícias cruzando diversas fontes, oficiais, profissionais e cidadãos à geolocalização (2009:22).

Com base no quadro de uma reconfiguração cultural, económica e política, com confrontos de paradoxo entre as funções (tradicionais ou convencionais) e os desafios da nova esfera comunicacional, potenciadoras de funções pós-massivas, há uma polarização acelerada com o advento das novas tecnologias de comunicação que obriga a uma redefinição da noção de território geográfico onde as dimensões de familiaridade (língua, valores, tradições, religião, etc) podem ser partilhadas para além do espaço territorial. Ou seja, a proximidade, como se viu antes, não se reduz à sua natureza de aproximação física e geográfica. As relações entre a imprensa e os seus públicos – já não entendidos com consumidores mas agentes ativos em novos ambientes de

conversação – podem-se estabelecer, com base da proximidade de interesses e identificações, através de comunidades virtuais (Peruzzo, 2003: 68,69).

Como se define o hiperlocal? Trata-se de uma conjugação de funções massivas e pós-massivas onde à convencional e profissional mediação dos jornais num determinado local se junta a dinâmica comunicativa de natureza conversacional dos *media* sociais (Lemos, 2003:22). Por outras palavras, o hiperlocal configura o cruzamento entre as notícias dos jornais, a matéria jornalística elaborada por jornalistas, com informações não produzidas por jornalistas ou por empresas jornalísticas, num cada vez mais pluralista campo online de emissores (blogs, redes sociais, páginas web de serviços das mais variadas instituições e projetos)¹¹⁴. Os cidadãos dispõem hoje de autênticos mapas georreferenciados, links de favoritos e fontes diversas de acesso às informações de que necessitam. Há uma mudança de paradigma que afeta claramente a posição e o modo como são vistos os *media* tradicionais, particularmente a imprensa local e regional.

Se antes o público consumidor dispunha, regra geral, apenas da fonte tradicional do jornal da sua região para conhecer alguns dos mais mediáticos assuntos sobre a mesma, hoje as fontes são muitas e difusas. Os jornais locais são hoje confrontados com a provável ineficácia da clássica atualização periódica semanal - atendendo ao facto de a maioria dos jornais locais em Portugal terem uma periodicidade semanal - pois a ampliação da conversação e a proliferação de novos emissores obriga-os a repensar a suas estratégias. Entre elas uma presença dinâmica no espaço da web.

Ao falar-se de um conteúdo hiperlocal significa que, pese embora a redundância do termo, se trata de uma vinculação direta a um “local”, mediante a disponibilização de diversos serviços informativos, não exclusivamente de natureza jornalística, que ajudam o público a conhecer melhor esse local. Tal como os hipermercados proliferaram por todos os territórios do país, dando resposta às necessidades gerais de consumo mas também de segmentos de população mais cosmopolita a residir no interior, também o

¹¹⁴ É paradigmático, por exemplo, o caso do sítio do Guarda Digital que disponibiliza, de fácil acesso e simples de utilizar, um Diretório Regional completo com informações sobre Comércio, Serviços numa dinâmica de comunicação de proximidade com 13 municípios contemplados no projeto Guarda Distrito Digital. O guarda.pt (com os sub-portais: executivo.guarda.pt; turismo.guarda.pt; agroflorestal.guarda.pt e coolkids.guarda.pt) tem atualização diária e privilegia o diálogo com os leitores/visitantes, promovendo, nas suas secções e nos vários formatos interativos que o suporte internet permite, a participação desses mesmos destinatários. Cfr. <http://www.guarda.pt/servicos/Paginas/default.aspx>

fenómeno se estende à comunicação. A tónica assenta numa ampla disseminação de produtos, neste caso informativos, a partir de amplas prateleiras hipermediatizadas onde cada qual pode consumir, partilhar, convocar, opinar, etc, a partir da liberdade de consulta e publicação pelos microcomputadores pessoais. Trata-se de uma oferta de conteúdo cada vez mais específico, explorando nichos de permuta cultural, política e naturalmente económica, que resgata todas as antigas limitações de ordem geográfica.

7.4 – A imprensa entre a proximidade e a comunidade orgânica

O local é hoje, por isso, mais uma parte do global, não podendo estabelecer-se uma separação conceptual tão nítida. A união do local com o global potenciado pelos ambientes online permite que todo o tipo de empresas – e também as empresas de *media* – possam satisfazer as necessidades dos clientes rapidamente pois, agora, podem dimensionar a oferta em tempo real (Beldran, 2010) ¹¹⁵. O conceito de proximidade é entendido como um dos mais consensuais princípios estruturadores desta imprensa mas confronta-se hoje com a mutação da sociedade de informação, cuja vertigem não permite fixar contornos muito nítidos (Lemos, 2009:11) e da qual emergem novos modelos de replicação de proximidades.

Exige-se, portanto, um retorno ao debate sobre o conceito de proximidade. Não só para se definir um caminho próprio que ajude a perceber do que se fala quando se fala de imprensa de proximidade mas, sobretudo, de se ganhar maior consistência filosófica para confrontar e extrair indicadores comparativos com o modelo teórico e prático do jornalismo público.

Para o efeito, em termos metodológicos, além da revisão de literatura, como até aqui, faremos dois percursos de pesquisa ao contexto do universo de estudo – Imprensa local e regional da Guarda - numa perspetiva diacrónica a partir de 1) indicadores qualitativos de análise de conteúdo a uma das publicações e 2) entrevistas de profundidade ao universo dos jornalistas das três publicações editadas atualmente naquela cidade.

Se, como vimos, é difícil fixar um conceito sobre o que entender por imprensa regional, talvez seja oportuno sustentar aqui, de forma aberta, um aspeto que nos pode ajudar a solidificar concetualmente a especificidade da imprensa regional. O nosso

¹¹⁵ BELDRAN, Diogo, «Geolocate.now: Startups e o Buzz do (Hiper)Local», 2010. Disponível em: <<http://readwriteweb.com.br/2010/04/30/startups-e-o-buzz-dohyperlocal/>>

argumento, a partir da ideia de familiaridade subjacente ao campo específico em causa, vai no sentido de considerar esta imprensa no seu propósito cultural – despidendo-a de outras considerações ou análises. Isto é, consideramos que um projeto editorial de pequena escala pode ser um arauto (talvez a palavra seja demasiado permissiva ao exagero) da ideia de “comunidade orgânica”. Uma comunidade que se constrói – e se funda – na familiaridade dos seus cidadãos. A própria condição histórica do país - com 800 anos sem guerras e com as mesmas fronteiras, ao contrário do que aconteceu com a Europa do Norte que sofreu duas guerras mundiais – cimentam a existência de comunidades orgânicas onde o sentido do próximo é mais forte e fundador das relações sociais e de poder.

Em Portugal o núcleo familiar funciona como o principal elemento representativo da sociedade, vinculada a uma conceção orgânica que permanece hoje nas visões modernas do retorno à terra, do regresso à raiz como uma procura da “essência” da vida. Estas características históricas e culturais do contexto, abordadas aqui muito sumariamente, são importantes para se perceber o conceito desta imprensa dita de proximidade. A nossa proposta vai no sentido de a entender como um *artefacto social de identidade* que não se esgota, portanto, na sua mera natureza tecnológica de mediação informativa sobre um determinado território. Mediação essa que está liberta da sua geografia, no que se refere à difusão, seguindo o movimento natural de uma progressiva “libertação do homem relativamente às distâncias geográficas”, como escreve António Fidalgo¹¹⁶.

Entende-se aqui por “comunidade”, num sentido sociológico, não apenas resumida às pessoas que a constituem, nem a uma determinada delimitação física ou geográfica, mas como um conjunto orgânico de interações, comportamentos humanos com significado e expectativas entre os seus membros. Trata-se de uma “construção sociológica” na qual coabitam, e interagem, diversas ações que têm como base a partilha de valores, crenças e significados entre os indivíduos.

E como não há hoje fronteiras para os mais diversos cruzamentos socioculturais entre comunidades e pessoas, existe uma heterogeneidade que torna polarizada e ambiciosa a ideia de uma comunidade com a mesma origem, a mesma língua, religião ou outras características para uma proposta de identidade comum. Esse movimento

¹¹⁶ Fidalgo, António (1999), Nova Corte na Aldeia. Internet e ruralidade, Universidade da Beira Interior [online] <http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-corte-aldeia.html> (publicado em Diálogos Raianos – Ensaio sobre a Beira Interior, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 89-99)

heterogéneo é mais intenso em contextos urbanos, menos em contextos rurais onde, teoricamente, ainda permanecem sinais de uma certa vida comunitária de natureza orgânica, isto é, pessoas com origens comuns, em termos territoriais e culturais. Mas estas divisões são cada vez mais difíceis de definir. O urbano está no rural e vice-versa. Como explica António Fidalgo (1999), o contexto rural da comunidade tradicional mudou, nalguns casos radicalmente, com novas formas de vida em sociedade, mudanças de hábitos perante a globalização nas suas várias faces.

As comunidades, nesta conceção sociológica, são hoje espaços híbridos de socialização, entre a tradição e a modernidade, com fronteiras pouco definidas, em mutação constante, o que torna complexo qualquer exercício classificatório. Nesta perspetiva, uma comunidade é uma organização humana e um sistema sociocultural que transcende a sua realidade física. As “mutações globais” da sociedade são portadoras de novas perspetivas de desenvolvimento para as zonas tradicionalmente mais fragilizadas, designadamente os territórios rurais ou cidades de pequena e média dimensão. Assiste-se a uma maior importância das noções de território e de identidade local através de um conjunto de oportunidades, como são, por exemplo, o desenvolvimento de atividades turísticas e recreativas, o acesso a novos mercados, a criação de novas atividades nos setores dos serviços e do ambiente e o acolhimento de novos residentes (Bryden, 1998:4-12).

Ao mesmo tempo que a ideia de uma globalização neo-liberal da economia mundial exerce uma “pressão” aparentemente ameaçadora para a vida sociocultural em geral, cujo debate não é consensual, emergem sinais de “resistência” assentes em dinâmicas de ação local, *empowerment*, sustentabilidade, cidadania e soberania popular, como explica Boaventura Sousa Santos (2003:39,74). Neste debate sublinhamos esse reforço da importância que alguns autores - não exclusivamente da área da comunicação mas da sociologia e da economia “ecológica” como Korten, 1990; Friedmann, 1992; Becker, et al 2004 - estão a colocar num conceito de desenvolvimento centrado nos territórios locais e nas pessoas, teorizado com distintas designações como por exemplo desenvolvimento endógeno, comunitário, local ou participativo. Por exemplo, a tese de Korten, ao abordar uma perspetiva sobre a importância do voluntariado e de uma agenda global para o século XXI, aponta para o papel ativo fundamental que os cidadãos e a sociedade civil devem desempenhar no sentido da criação de novos espaços de participação a caminho de uma soberania popular. Por seu lado, Friedmann (1992:36) defende mudanças nas estratégias nacionais existentes mediante a

dinamização estruturante de uma política de democracia participativa, de crescimento económico apropriado, de igualdade de géneros e de sustentabilidade ou equidade entre gerações.

Ora a importância que se tem vindo a atribuir ao território local, neste caso numa perspectiva do setor da comunicação jornalística, não é desfasada destas correntes de pensamento. Pelo contrário, cruzam-se. E ajudam, em certa medida, a uma melhor compreensão do papel da imprensa local e regional, como plataforma com uma dinâmica própria e uma ação localizada a um ou mais espaços com identidade socioeconómica e cultural. Poderá a imprensa local e regional ser concetualmente aceite como um dos agentes de mobilização para a defesa de um “território-projeto”, em contraponto com uma visão meramente de um território político-administrativo?

Ainda que esta ideia de relação causal entre uma imprensa regional forte e a “construção” simbólica de uma “comunidade orgânica” - com todas as suas heterogeneidades – seja demasiado idealista, ela encontra alguma lógica no reconhecimento normativo que sobre esta imprensa se tem escrito. Da mesma maneira que um jornal está imbuído deste “espírito comunitarista orgânico”, também promove uma visão cosmopolita da sociedade local e regional. É, portanto, um duplo papel que dá mais consistência a uma ideia de proximidade: mais do que física, geográfica ou territorial, ela é, sobretudo, cultural. Constitui-se como um agente de solidificação estruturadora e integradora não só da região como espaço geográfico, político-administrativo ou económico mas, sobretudo, afirmando-a, interna e externamente, na sua identidade sociocultural.

A imprensa regional – quando comprometida profissional e eticamente com essa função social – é um modelo de revitalização dos valores culturais que definem e identificam os traços identitários de um dado território.¹¹⁷

Não significa que esta se submeta a uma atitude de “estatismo” na dinâmica de escrutínio sobre o que vai mal, designadamente, nas opções estratégicas para a defesa do desenvolvimento sustentado de uma região. Pelo contrário, ela só cumpre essa

¹¹⁷ Entende-se aqui por “identidade de um território” como um conjunto de perceções coletivas que têm os seus habitantes do seu passado, das suas tradições, do seu património cultural, da estrutura produtiva, dos seus recursos materiais e, entre outros aspetos, do seu futuro. Não se trata de um identidade monolítica mas de um conjunto complexo que integra inúmeras identidades próprias de cada grupo social e de cada lugar, num processo que é mutável, vai evoluindo, reforçando-se e modernizando-se. Cf. Observatório Europeu LEADER, «[A competitividade territorial](http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/compet/contents.htm): Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER» [Inovação em meio rural - Caderno n.º6/1 - dezembro de 1999], in <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/compet/contents.htm>

função orgânica em redor da construção de futuros mobilizadores e se mantiver, de coluna erguida, a obrigação de vigilância crítica e independente dos poderes. Isto é, só com a mobilização pluralista do esclarecimento e do diálogo social, e nível local e regional, se pode constituir como plataforma de mudanças positivas, favorecendo uma visão da problemática regional. O enfoque sobre os pontos fracos e ameaças, sobre o que atrasa visões integradoras de dinamismo local, funciona como um tónico de chamamento de uma consciência coletiva (e cívica) para os debates do que devem ser os caminhos e os projetos do desenvolvimento local e regional.

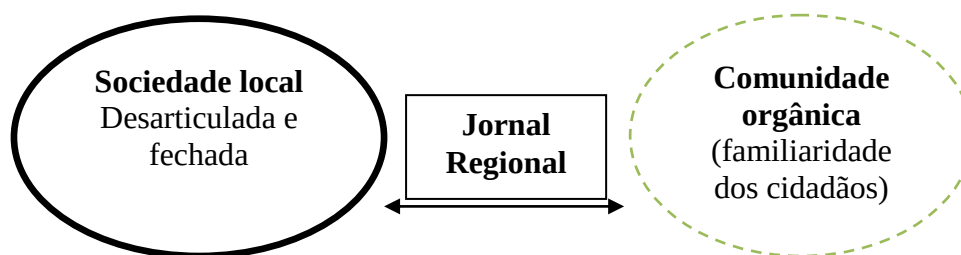
Voltando à relação da imprensa regional com o desenvolvimento, o principal elo de cimentação entre um polo (o da informação pública) e o outro (o do desenvolvimento público) é a criação de uma consciência local e regional sobre as necessidades e as potencialidades. Essa consciência cria uma aproximação sociocultural às micro realidades, sobretudo locais e sublocais de comunidades que, no seu conjunto, constituem uma ideia de região. Mesmo que ela, sob o ponto de vista político, normativo e administrativo, não exista como acontece em Portugal. As ambiguidades do próprio conceito de imprensa local e regional advêm também desse fato.

A clarificação concetual é matizada por diversos aspetos. Focamos aqui o que nos parece mais relevante. A imprensa de expressão local e regional exerce um papel imprescindível na própria “construção histórica” sobre as comunidades de pertença, permitindo a acumulação de narrativas episódicas de natureza orgânica sobre a vida social, política, cívica e cultural.

Todos os órgãos e comunicação social de grande expansão trabalham, na sua estratégia de *marketing*, uma aproximação aos leitores, utilizando estratégias de vinculação orgânica às suas vidas, pensando *slogans* de apelo afetivo a essa proximidade que não sendo geográfica e territorial pode ser psicológica. O jornal local ou regional já tem, à partida, essa proximidade genética no seu ADN. É um prolongamento dessa familiaridade. E é, sobretudo, um agente de promoção do debate sobre questões mais próximas da vida das pessoas em comunidade. Na sua relação (e compromisso) com o desenvolvimento – como se analisou atrás – a imprensa regional cumpre, por tradição, um papel estruturante como “fator de promoção local e de afirmação e defesa dos valores culturais e da individualidade das regiões”, como escreve Alexandre Parafita ao admitir um grau de incidência notável no desenvolvimento qualitativo das regiões (1997:104).

O jornal regional corresponde, em nossa opinião, a uma estrutura cultural que congrega, em sistema circular, relações bidirecionais com essa ação continuada de reforço das identidades culturais de um determinado território. Pode alcançar resultados de mudança de uma “sociedade local desarticulada”, sob o ponto de vista do envolvimento dos seus cidadãos em questões de interesse comum, para uma “comunidade orgânica” no sentido de um maior entrosamento e envolvimento, como ilustramos no esquema (Fig.2). Não significa que isto aconteça sempre, como uma espécie de modelo universal, da mesma maneira que não é clara, por exemplo, a tese de que a imprensa, um jornal ainda que dinâmico e “agitador de consciências”, crie ele próprio uma moral pública que recuse o individualismo egoísta característicos das sociedades modernas, sejam elas mais ou menos cosmopolitas.

Figura 2 - Genealogia do papel da imprensa regional (do autor)



Tal como se provou pela teoria do agendamento (*agenda-setting*), o que aqui se defende é que os efeitos de influência se podem verificar no campo da informação, funcionando como «uma aprendizagem através dos *media*», como explicam McQuail e Windahl (1993:94). Ao ficarem a saber quais os assuntos e as questões públicas e a sua ordem de importância, os públicos ganham consciência crítica sobre as matizes socioculturais e políticas da sua mundividência de proximidade. Esta teórica influência não é linear, sobretudo na atual sociedade em que se verifica uma multiplicidade de emissores e uma emancipação comunicativa por parte dos recetores, menos passivos e mediaticamente críticos face aos *media* massivos, como a televisão, e por isso continuam a permanecer as ambiguidades da hipótese do *agenda-setting* (McQuail e Windahl, 1993:96), como se referiu na primeira parte.

Quando em cima estabelecemos essa relação de influência, indireta, entre o papel de um jornal regional e a probabilidade da passagem de uma sociedade mais fechada sobre ela própria (isto é, sem uma consciência cívica mais ativa e geradora de

atitudes e movimentos formais ou informais de emancipação social, cultural e política no seio da sociedade civil) para uma sociedade com um sentido orgânico de familiaridade (no sentido de uma vinculação de compromissos coletivos em que na generalidade dos seus membros se estabelecem laços de proximidade) não se defende uma absoluta ou inequívoca relação entre causa (o jornal como fonte) e efeito (maior consciência cívica e familiaridade orgânica da comunidade).

Tal como comentam McQuail e Windahl, mesmo em casos de assuntos fortes, que geram muita cobertura mediática e provável atenção das audiências, nem sempre se verifica um forte processo de *agenda-setting*, alertando para o risco de uma aceitação acrítica deste agendamento como efeito geral e incondicional dos *media* (1993:95). Significa que há diversas agendas em jogo, no complexo processo de construção de ideias e opiniões, sobretudo as agendas interpessoais que, em contextos sociológicos de forte matriz comunitarista, onde as pessoas se conhecem pelos nomes e os movimentos sociais estão (ainda) marcados por sistemas de comunicação básicos (e de grande influência e poder) que são as simples relações entre os membros de uma micro sociedade local. Admitindo-se, tal como os primeiros estudos de *agenda-setting*, que a televisão e a sua centralidade ocupa um papel importante nos processos de aculturação social (McQuail e Windahl, *idem*), constituindo-se como um *media* ainda prioritário e “esmagador” no poder de agendamento - sobretudo porque gera uma proximidade psicológica com as grandes narrativas fatuais (informação global instantânea) e ficcionais (entretenimento glocal massificado) – coexiste uma diversidade multifuncional de fontes e interações comunicativas que complexificam e questionam qualquer linearidade concetual em redor da teoria do agendamento.

McQuail e Windahl (p.95) defendem uma necessária fundamentação e combinação das teorias da socialização e da aprendizagem, uma vez que neste processo coexistem fontes de informação fidedignas e especializadas, pessoais e institucionais cujo poder relativo, perante os *media* e outras fontes, determina, em certa medida, qual a agenda que ganha proeminência. Em lugar da versão simples desta hipótese dos efeitos dos *media* sobre os temas da opinião pública, como fora enunciada por Cohen (1963), os contributos posteriores de Rogers e Dearing (1987) apontam para essas interações mais complexas. A sua explicitação, ainda que breve a partir de McQuail e Windahl, é pertinente para fundamentar teoricamente a nossa posição argumentativa a favor de uma influência da imprensa regional não sobre as opiniões particulares mas,

num sentido mais geral, sobre um certo (per)curso de consciencialização das pessoas para a sua realidade social e histórica.

De acordo com os estudos citados, em síntese, temos uma interação de influências de narrativas que são originadas em três agendas: a *agenda dos media* (aquele que reflete aos temas e acontecimentos priorizados nos conteúdos dos media), a *agenda do público* (a saliência variável dos assuntos na opinião e conhecimento do público), e a *agenda política* (apresenta os temas e propostas dos políticos). Entre estas agendas foram identificadas, tendo como campo de investigação a relação dos *media* em contexto de campanhas eleitorais, alguns tipos de interações ou efeitos, a saber:

a) os *mass media* influenciam diretamente a agenda do público, provavelmente através do nível de atenção e autoridade dos *media*;

b) a agenda do público (opinião pública) influencia a agenda política, uma vez que os políticos procuram responder aos anseios dos eleitores;

c) a agenda dos *media* também tem uma influência independente e direta na agenda política, na medida em que é usada pelos políticos como guia para a opinião pública;

d) em alguns assuntos, a agenda política influencia direta e fortemente a agenda dos *media*;

e) a agenda dos *media* é diretamente influenciada por muitas fontes e por acontecimentos do mundo real que lhes chamam a atenção, fator que não era geralmente incluído nas primeiras enunciações teóricas do processo de agendamento (McQuail e Windahl, 1993:97).

Ou seja, há diferentes tipos de efeitos e relações entre esses três mundos distintos (media, público e política) que faz com que os mantenha ligados e percorridos por cada vez mais intensas e complexas redes (como vimos noutros capítulos anteriores) de contatos pessoais e influenciados pelas experiências pessoais. Este campo de reinterpretação teórica, em permanente fragilidade, permite, pelo menos, admitir que a *agenda-setting* já não é exclusivamente iniciada pelos *media* (se é que alguma vez o foi).

Em grande medida, como se tem vindo a provar por diversos estudos e onde se inclui a nossa investigação sobre a preponderância e uso das fontes institucionais na imprensa regional (Amaral, 2006), o poder de agendamento está muitas vezes nos decisores políticos (agenda política). Mas, como previam McQuail e Windahl, «não se deve excluir a possibilidade de o próprio público influenciar a agenda dos media, uma

vez que alguns meios de comunicação procuram pistas de seleção de conteúdos avaliando as preocupações correntes do público» (1993:98).

Fixa-se, chegados aqui, um aspeto fundamental nesta complexa teia de correlações que, não exclusivamente olhadas na perspectiva do agendamento - mas por influência dele - constitui uma visão das complexas variações e diferentes níveis de influência e interseção entre a especificidade dos *sistemas sociais* (que são necessariamente diferentes, em função da sua composição e geografia, e sujeitos a distintos graus de estabilidade) os *sistemas mediáticos* (considerando muitos dos aspetos estruturais, normativos e ideológicos que distingue uns dos outros) e as audiências (uma imensa e heterógena massa de população que consome, interage e cria (in)dependências distintas dos media).

Este resumo, a partir do contributo fundamental de McQuail e Windahl (1993:100-101) - a que voltaremos na discussão da investigação empírica deste trabalho – ajuda-nos a relativizar que a haver, na prática, esta correlação de agendas no campo da imprensa regional no sentido de, com elas, se admitir uma influência direta entre a agenda mediática e a agenda do público, ou vice-versa, ela tem muitas matizes interpretativas que exigem, se não o esclarecimento total, pelo menos uma postura de recuo epistemológico.

Recentrando ao nosso argumento central de um aprofundamento concetual sobre a especificidade da imprensa regional, estas explicações anteriores confluem no sentido de podermos cimentar na argumentação a presença de um processo de dependência (que, como se viu, não é linear) entre, pelo menos, os três campos com poder de agendamento que - sempre interligadas mas com o poder último na figura dos jornalistas - produzem e difundem narrativas que marcam um determinado curso histórico e temporal de um contexto humanizado.

É nessa medida que se pode falar, em nossa opinião, num processo de “construção histórica” do percurso sociológico e antropológico de uma comunidade territorial cuja “identidade” se solidifica entre a confluência de patrimónios materiais, sim, mas sobretudo imaterial onde a marca da humanização é preponderante. A imprensa regional funciona aqui como uma espécie de elo de ligação (não linear mas complementar) entre vários “mundos da vitalidade social” dos contextos da realidade que mobiliza para o campo da construção informativa, produzido em recortes noticiosos que, sendo temporários e fugazes na eventual influência direta junto das pessoas,

constituem, como veremos de seguida, um acervo histórico que pode ser percorrido, esmiuçado lenta e cientificamente noutros tempos.

7.5 - Imprensa, identidade e construção história

Afastamo-nos da posição crítica de Nietzsche ao considerar o jornalismo uma das práticas formais mais flagrantes da «doença histórica», num pensamento de intolerância aristocrática para com a cultura de massas, particularmente os *media*, que, como analisa Umberto Eco, tem raiz num desprezo que só aparentemente se dirige à cultura de massas, mas que, na verdade, se refere às próprias massas (1991:51-87).

É nesta posição epistemológica que se avança na reflexão, considerando neste caso a imprensa regional como uma instância estruturante das relações sociais, podendo ver nela algumas diferenças em relação a alguns dos «pontos de acusação» sobre os *media*, desenvolvidos no primeiro capítulo, e que encontram em Eco uma abordagem crítica e integradora da cultura de massas e do papel importante (e positivo) que os *media* assumem nas sociedades contemporâneas. Se os apocalípticos, como Nietzsche, desaprovam e diabolizam o papel dos *media*, como instâncias de massificação cultural nefastas para o homem, os integrados, como Eco, entendem que a cultura de massas não é essa misteriosa cultura superior ameaçadora. Ela difundiu-se simplesmente junto de grandes massas que dantes não tinham acesso aos bens de cultura (1991:57-61). Como explica o autor:

«O excesso de informação sobre o presente com prejuízo de uma consciência histórica é recebido por uma parte da humanidade que dantes não tinha informações sobre o presente (e era portanto excluída de uma inserção responsável na vida associada) e não dispunha de conhecimentos históricos senão na forma de noções esclerosadas sobre mitologias tradicionalistas» (Eco, p.63).

Ainda que admita que o excesso de informação – hoje ainda mais acentuado do que em 1964 quando Eco escreve a sua obra - seja uma ameaça para a ideia de uma “consciência histórica” das audiências, Humberto Eco sublinha um ponto coincidente com a nossa perspetiva; isto é, mesmo com os defeitos de uma aceleração excessiva da atualidade, submissa a esse mesmo valor notícia, os *media*, de um modo geral, mas a imprensa em particular, contribuem para um processo de inclusão dos cidadãos no seu

próprio percurso, numa certa emancipação racional face aos fenómenos cuja explicação deixa de ser censurada ou simplesmente pertencer ao limbo do metafísico.

Ou seja, neste caso a imprensa é uma plataforma de transmissão de conhecimentos que podem solidificar-se como históricos (verifica-se, portanto, um processo de *construção histórica*) em ambientes de liberdade de expressão e circulação de ideias cuja validade, útil ou inútil, cabe ao cidadão, nessa mesma liberdade, julgar e reintegrar no seu circuito de comunicabilidade e reflexão interpessoal. Não basta evocar ou recomendar com nostalgia, como sublinha Eco (p.63), um regresso ao equilíbrio interior do homem grego, sem esquecer que se pode estar a falar do escravo ou do meteco, a quem eram negados direitos civis e instrução. Ora, os utentes da cultura de massas são os seus equivalentes modernos que, embora sujeitos ao bom e ao mau nessa cultura, seja por vida da rádio, do cinema, da televisão ou da internet, serão mais respeitados.

Tendo em conta a referência a uma ideia de “construção histórica” importa aprofundar o conceito de *identidade*. Esse esclarecimento concetual permite, de resto, perspetivar uma outra relação da imprensa regional com o seu contexto de proximidade.

Em primeiro lugar, esta relação entre a imprensa regional e a ideia de “construção histórica” obriga a que se especifique, ainda que brevemente, o nosso entendimento sobre o conceito de história.

Sem entrar em detalhes sobre a complexidade e ambiguidade do termo, consoante as perspetivas disciplinares que se têm mobilizado no campo da discussão científica (entre a ciência histórica e filosofia da história), importa apenas aqui estabelecer algumas (breves) linhas de pensamento que solidifiquem a nossa perspetiva. Encontramos este debate em autores clássicos como Jacques Le Goff (1997) e Michael Pollak (1992).

Parte-se da premissa básica de que a imprensa constitui material documental, numa perspetiva história, quando esta, arquivada por exemplo em bibliotecas públicas ou privadas, é selecionada como documento de uma investigação e validada pelo ofício de um ou mais historiadores ou investigadores das ciências sociais. Os textos e as imagens mobilizadas nessas narrativas episódicas da vida de uma comunidade acabam por constituir um acervo patrimonial que, cruzado com outras fontes de investigação, legitima interpretações de natureza história sobre o passado dessa comunidade. Se um jornal é composto por notícias (além de outras seções aqui não tratadas), em termos

antropológicos, como explicam Kovack e Rosenstiel (2004:5,6), elas «satisfazem um impulso humano básico de saber o que se passa além da sua própria experiência direta».

Ao longo da sua história, desde o alvorecer da comunicação humana, passando pela galáxia de Gutenberg até à atual era da *mass self-communication* (Castells) as notícias cumprem esse papel antropológico de servir ao conhecimento humano (ainda que fragmentando e incompleto) num complexo sistema – que é o jornalismo – de criação de laços de proximidades diversas (geográficas, psicológicas, culturais, políticas...). Partindo do conceito de que a chave da notícia é a sua qualidade de interessar ou chamar a atenção, K. Young, numa clássica obra sobre a opinião pública e a propaganda, sustenta que «é provável que as notícias tenham sido sempre uma influência presente na sociedade e ocupado sempre um lugar no processo de formação dos mitos e lendas» (1993:111). Para este autor, a função que os jornais cumprem na sociedade não pode ser compreendida sem o recuo a uma cronologia histórica da sua própria evolução, da qual se retira um indicador básico de que estes diferem na estrutura, na intenção e utilidade consoante os distintos países e continentes.

Um jornal, em termos práticos, não cumpre necessariamente a mesma função em todas as latitudes e contextos histórico-políticos e socioculturais. Sendo que, como escreve Young (1993:111), «na maior parte dos países democrático-capitalistas, os jornais são empresas comerciais que vendem notícias, interpretações de notícias e propaganda».

Numa posição pragmática sobre este contexto, o mesmo autor afirma (p.111) que «os jornais não são instituições de caridade nem instituições reformistas. Considera-se que são serviço público e discute-se a influência que exercem sobre a moralidade do público». Young refere que o jornal moderno é desenhado em torno do que designa por «murmuração corrente», procurando atrair os «amantes do sensacional» que correspondem a tipo de pessoas, com todas as diferenças individuais de uma vida e uma estratificação social muito complexa. Esse cunho para o sensacional, diz Young, tem que ver com a moral, a política, as crises económicas, os desastres e conflitos, as personalidades relevantes e o “interesse humano” (1993:119).

Nesta perspetiva, considera que a elaboração dos relatos noticiosos revela muitos dos aspetos psicológicos comuns da elaboração das atitudes, estereótipos, mitos e lendas. Ou seja, capta-se a atenção e o interesse do público mediante a atração exercida sobre os interesses universais do homem, modificados pelas determinações culturais (p.124). Se na Idade Média a figura de um “errante narrador” de relatos fabulosos falava

de guerras, desastres e lugares desconhecidos - deixando os seus ouvintes boquiabertos - Young considera que, em termos contemporâneos, o jornal cumpre a mesma função para milhões de leitores, e a técnica que emprega é, em grande parte, a mesma (p.125).

Com base neste pressuposto teórico, ainda a partir do pensamento de Young, considera-se que os relatos jornalísticos participam na criação do mundo sociocultural onde vivem os leitores. Perante estes relatos, que constituem, como temos vindo a defender, uma “memória simbólica” de comunidades, das duas, uma: ou os leitores assumem uma reverência perante a letra impressa, não duvidando do conteúdo do relato, ou assumem atitudes críticas face à eventual superficialidade ou parcialidade das narrativas focadas nessa “murmuração corrente”. Quer num caso, quer noutro, as notícias são informações que possuem um interesse pragmático, versam sobre acontecimentos que podem dizer diretamente respeito aos leitores e afetar a sua existência e convicções (Leclerc, 1998:71).

Como argumenta este autor, se a informação se desvaloriza com o tempo, os acontecimentos – considerando-os como a irrupção de uma inovação autêntica, um salto de valor, uma mutação imprevista e perturbante, uma criação cultural importante – valorizam-se com ele. É neste pressuposto que, em nosso entender, os enunciados informativos de natureza jornalística - sobretudo aqueles que dizem respeito às práticas de uma imprensa regional profissionalmente competente - acabam por se integrar no código cultural, nos saberes coletivos, nos sistemas simbólicos partilhados.

As informações provêm do corpo social – agora cada vez mais ativo e preparado para interagir com os *media*, como vimos em capítulos anteriores - num sentido ascendente desde um “momento zero” (um termo usado por Leclerc, 1998:72) até à difusão noticiosa. Aqui o sentido deste momento zero tem que ver com a lógica de mediação jornalística que começa quando um acontecimento, um fato, cai na órbita da atenção do jornalista ou é por ele detetado. A esse ponto de partida seguem-se as fases de recolha de informação, confrontação de novas informações, cotejo de fontes, construção mental da história, produção narrativa e difusão reação. Esta ordem discursiva sobre o real (ou a sua representação) que é o jornalismo não constitui ainda uma construção coerente de memória, na perspetiva histórica, porque a ação histórica processa-se a uma outra velocidade que não a da ação informativa, como explica Leclerc (pp:72-74).

Mas ela é, para nós, matéria simbólica a caminho dessa memória, de uma integração no imaginário coletivo, por um lado, e nas múltiplas leituras *à priori*, de

natureza literária e científica, que procuram na análise demorada e sistemática dos conteúdos jornalísticos, percursos da história de contextos políticos e socioculturais determinados. Coincidimos no argumento integrador de Leclerc, ao criticar autores como Pierre Nora (1972) ou Régis Debray (1991), na postura demasiado pessimista e unilateral de considerarem que a “má informação” (o *fait divers* sem importância) expulsaria a “boa informação” (o acontecimento autêntico, a informação sobre a nova obra, sobre a mutação cultural, sobre a criação original).

Diz Leclerc – um pouco na linha do pensamento de Eco - que a imprensa tem um papel mais complexo e mais positivo e em vez desta dicotomia do confronto entre a boa e a má informação (conceitos tão relativos e complexos), entre o *fait divers* (o sensacional) e o discurso cultural (o saber), deve-se apontar para a sua compatibilidade. Embora a informação se refira, em grande medida, a um estado das coisas mais ou menos transitório, muitas vezes passageiro e evanescente, «o saber e a informação não são incompatíveis ou incomensuráveis, e muito menos contraditórios, mesmo no domínio particular da realidade social» (Leclerc, 1998:74).

Chamando a atenção para a necessária separação tipológica dos *media*, face à pluralidade e diversidade de funções que preenchem, não se caindo na generalização de “meter no mesmo saco” os *media* populares e de elite, este autor (idem, p.75) considera que a sociedade manifesta simultaneamente invariantes estruturais e mutações (que o jornalismo procura apreender «a quente», que a análise histórica tenta analisar e compreender «a frio»). Uma sociedade «fria» corresponde à civilização oral e tradicional, a «quente» à civilização da escrita, da imprensa e dos *mass media*, da sociedade moderna (Leclerc, p. 75). Esta civilização quente lembra-se de uma forma mais eficaz do que a civilização fria, para quem a leitura matinal de um jornal, assimilação de publicidade ou uma olhadela na televisão, não são apenas lembranças mas reforços do código cultural (Leclerc, 1998:76).

Encontramos nesta argumentação uma base teórica para sustentar uma nova aproximação concetual sobre a imprensa regional. Ela constitui-se um elemento fundamental da “cultura quente”, isto é, dessa relação entre a coisa vivida e a sua narração simbólica, que se vai inscrever no código cultural de uma determinada comunidade, como é o caso do nosso contexto geográfico, político e sociocultural de investigação.

Está aqui presente a ideia de que a imprensa regional é um artefacto indutor de história - ou história social - na perspetiva do seu uso científico e documental. Se de um

modo geral se pode entender a história social como um conjunto de acontecimentos e a narração desses acontecimentos, então essa *narração* é um dos sentidos que dá consistência relacional entre “história” - do grego *histor*, ‘testemunha’ no sentido de ‘aquele que vê’, ou do grego antigo *historein* que significa ‘procurar saber’, ‘informar-se’ - (Le Goff, 1997:158) e “imprensa regional”. Portanto, história acaba por ser entendida, em sentido lato, como uma narração, verdadeira ou falsa, com base na «realidade histórica» ou puramente imaginária. A objetividade histórica – um objetivo ambicioso – constrói-se pouco a pouco através de um trabalho de verificação sistemática e acumulação de verdades parciais.

A narração jornalística, não submetida à lógica da consistência histórica científica, cumpre um papel no presente quotidiano de informação sobre os acontecimentos que considera mais relevantes sobre a comunidade territorial e cultural que cobre. Esse material informativo, sumário e nem sempre coerente com a ideia de uma “verdade histórica”, constitui o vivido de uma relação nunca acabada entre o presente e o passado. A imprensa estabelece uma “imagem social” - ainda que submersa de subjetividades - suscetível de validar diversas interpretações histórias e concepções das causas (e dos protagonistas) das mudanças sociais num determinado contexto sociocultural e político comunitário. Apesar da clássica máxima jornalística de que “os fatos são sagrados e a opinião é livre”, sabe-se que, por vezes, os fatos (numa perspetiva da ciência histórica) são menos sagrados do que se pensa. Se em termos jornalísticos, os fatos bem delimitados e estabelecidos não podem ser negados – o que constitui de certo modo a natureza do jornalismo – esses fatos podem não ser em história a base essencial de objetividade. Isto porque, conforme explica Le Goff (p. 167) «os fatos históricos são fabricados e não dados e porque, em história, a objetividade não é a pura submissão dos fatos».

A notícia e a história interessam-se ambas por acontecimentos mas tratam-nos de forma diversa ou distinta. Importa referir, depois do que antes se argumentou, que as disciplinas, as práticas e os objetivos entre os dois campos (jornalismo e história) apresentam diferenças. O jornalismo apresenta e descreve os acontecimentos, numa cronologia da urgência submetida à atualidade e ao presente, enquanto a história procura localizar, contextualizar e interpretar os acontecimentos à luz do passado. Um dos textos fundamentais que reforça esta perspetiva, e apresenta um entendimento fundador de como a notícia constitui uma forma de conhecimento, é de Robert Park (1976) para quem a notícia não se interessa pelo passado (como a história) mas pelo

presente e, agora, em nossa perspectiva, também pelo futuro tendo em conta o grande tumulto global na área da economia, essa sim uma disciplina preocupada com as previsões e cenários macroeconômicos que fazem mover o mundo dos negócios e afetam a vida concreta das pessoas. Essa distinção normativa é esclarecida por Park:

«(...) A notícia não é história e os seus fatos não são fatos históricos. Não é a história porque, em primeiro lugar, se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los nem com sequências causais nem com sequências teleológicas. A história não só descreve os acontecimentos, mas também procura colocá-los no lugar que lhes cabe na sucessão histórica (1976:174).

Está estabelecida uma clara distinção entre a disciplina de história e a *praxis* jornalística. Para o jornalismo, no registo de uma “história em movimento”, procura-se garantir a objetividade com a submissão dos fatos. Em todo o caso, esta relação, que teria muito mais aspetos a desenvolver, aprofunda uma outra dimensão concetual importante que se liga à *identidade*. Se, como vimos, a imprensa tem também como função armazenar informações, estas permitem comunicar através do tempo e do espaço que acaba por fornecer ao conhecimento humano – quando mobilizado – “um processo de marcação, memorização e registo”, como teoriza Goody (1977b: 78).

Ora, a *identidade*, num sentido aberto de identidade coletiva é feita de memórias. Logo há uma relação entre memória, história e identidade. Isto é, havendo uma lógica, temporalmente determinada, na evolução das sociedades, esta trilogia da “construção histórica” não é um simples resultado das ações humanas mas sobretudo das relações e interações entre os poderes institucionais, conforme explica João A. Santos (1999:55).

O que se pretende argumentar, neste ponto, é que a natureza e função da imprensa (neste caso a de expressão local e regional) não se esgota no serviço planeado (e construído) de informação fatural, analítica e reflexiva. Esta tríade entre a narração dos fatos, a sua eventual análise nos próprios jornais e a reflexão que suscita junto da população (ou da opinião pública) constitui, para lá da sua existência empresarial e pragmática, uma forma de memória do real (ou da sua mediática representação), ou marcação de uma geografia social de realidades locais e regionais, de vozes que marcam um trajeto humanizador dos contextos (nem sempre conciliador ou estável) num determinado tempo, com determinados acontecimentos marcantes (e portanto

históricos) em diversos campos que se podem considerar uma matéria memorável. Pode tratar-se daquilo a que alguns teóricos desta área designam por “memória artificial” ou “memória coletiva” (Goody, 1977b:108-109). Ou “memória social” numa perspetiva de ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade, num processo de construção social e individual da memória herdada. Esta proximidade entre memória e identidade está presente no pensamento de Le Goff (1997).

Não se pretende aprofundar o debate sobre a vasta reflexão em redor da polissemia da palavra *memória*, o que nos obrigava a recuar às interpretações do seu entendimento diacrónico desde as antigas civilizações, nomeadamente a Grécia da época arcaica onde a memória se fez uma deusa (*Mnemosine*) ou aos seus mais representativos filósofos, como Platão e Aristóteles, para quem a memória é uma componente da alma que se manifesta unicamente na sua parte sensível e não intelectual. Toda essa vasta interpretação constituiu, durante séculos, a teoria clássica de memória artificial ou coletiva que conhece o seu desenvolvimento através da evolução social e política desde o mundo antigo (Le Goff, 1993: 23).

Esta abordagem sumária serve-nos, sem absolutizar a relação teórica aqui assumida, para redefinir o papel ou função da narrativa jornalística no seio de projetos editoriais ditos de proximidade.

Entendemos que a imprensa local e regional contribui para a memorização de uma cultura – ao lado e com distinto peso de outras formas de mediação oral, escrita, visual como sempre foi ao longo da história da própria evolução das civilizações. Funcionando sobre esta perspetiva, a de uma imprensa como instituição-memória, ela «contribui para o desenvolvimento da cultura e identidade regional através do conhecimento e compreensão do ambiente social, político e económico das regiões e localidades, bem como das suas potencialidades e desenvolvimento» (Lei da Imprensa, art.º 2.º). Além deste entendimento normativo ou formal, e com base no que antes se expôs, a perceção sobre a especificidade da imprensa regional resulta desta confluência de entendimentos sociológicos distintos, de grande mutabilidade sociocultural e política, que terá sempre diferentes leituras consoante o contexto, e o tempo, onde se estude.

Da mesma maneira que a imprensa periódica como fenómeno público teve a atenção científica nos séculos XVII e XVIII, sobretudo na Alemanha, também hoje, em pleno século XXI, continua a suscitar debates sobre o papel que joga – juntamente com os restantes *media* informativos – no desenvolvimento e no movimento local e universal

de integração social de todos os indivíduos dentro de cada país, dentro de cada cidade ou aldeia ou bairro. Nesta perspetiva, como escreve Ángel Benito (1982:127), a imprensa é uma «aliada para reconstruir a história anterior, um instrumento para conhecer o presente e, inclusive, para prevenir a sociedade futura».

7.6 - A imprensa local e regional, que futuro?

Antecipámos uma visão renovada sobre a ideia, sempre ambígua, de uma imprensa com uma identidade particular, não diremos distinta, que a seguir se continua a debater, a partir das disposições normativas. Mais à frente, noutro ponto, esta perspetiva de debate conta com as opiniões diretas de jornalistas do campo da imprensa regional, mobilizadas metodologicamente para este trabalho através da figura da entrevista presencial ou aprofundada, cujos contributos nos ajudam a perspetivar, não só um melhor entendimento sobre o conceito mas também o debate sobre o papel, as agendas, as rotinas, a proximidade e, em termos gerais, uma abordagem prospetiva sobre o que se avizinha com o futuro.

Reafirma-se aqui a importância cada vez maior da imprensa local e regional, quando é artífice de coragem editorial, acutilância profissional e sentido de serviço ao público-cidadão. Mas aos discursos de legitimação retórica, como o que se acabou de enunciar, é preciso confrontar a realidade e com ela redefinir caminhos e reflexões. Ou seja, qual é a realidade hoje desta imprensa? Resumidamente, recorrendo a um dos mais completos estudos sobre o estado do sector da imprensa local e regional em Portugal, focado em 2009, editado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) a radiografia é lapidar. Diz a ERC que, não obstante desempenhar um importante papel no sistema mediático português, a imprensa local e regional enfrenta enormes problemas, entre os quais, o escasso investimento publicitário e outras fontes de receitas (sobretudo em áreas geográficas económica e empresarialmente pouco consolidadas), o reduzido índice de leitura nas zonas do interior, a diminuição do número de assinantes, as dificuldades na distribuição, e, consequentemente, o seu impacto diminuto na vida política, económica, social e cultural, a nível nacional, ao contrário do que sucede nas respetivas zonas de circulação, onde o seu impacto é significativo. O estudo conclui que a imprensa em geral e, em particular, a de âmbito local e regional é um sector caracterizado por grande mutação, o que torna difícil fixar um perfil estável da mesma. (ERC, 2010:21)

Entre os principais desafios e problemas, a Associação Portuguesa de Imprensa (API), no mesmo livro da ERC, aponta para os caminhos que se estão a percorrer no sentido de 1) melhorar o investimento publicitário no sector, com o desenvolvimento de uma estratégia de planeamento publicitário em parceria com o Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado (IPOM) e apoiado pelo Instituto de Comunicação Social (ICS). A questão da publicidade representa um dos principais problemas para a sustentabilidade do sector cujo cenário se tem vindo a agravar, prevendo-se uma queda generalizada do investimento publicitário em todos os *media* tradicionais, em 2012, na ordem dos 2,1 por cento, para níveis de finais dos anos 90.¹¹⁸

Debater sobre o futuro desta imprensa remete para dois problemas de partida. O primeiro diz respeito à dificuldade na definição do conceito de imprensa local e regional. O segundo, dependente deste mas ainda mais pantanoso, tem a ver com o retrato das especificidades do setor em Portugal e tentativa de antecipar tendências sobre o seu futuro. Que desafios enfrenta esta imprensa dita de proximidade na nova galáxia da sociedade global da comunicação, cujas mutações tecnológicas e sociológicas conduziram o mundo (ou parte dele) ao paradigma da *self-mass-communication*? Não se persegue aqui uma espécie de visão “profética” sobre o que, previsivelmente, pode acontecer no futuro com este sector da imprensa. Apenas uma tentativa de perceber melhor o presente. E com esse conhecimento, melhor se podem antecipar tendências de futuro. Coincidimos na postura epistemológica de James Curran e Jean Seaton ao afirmarem:

«Quando falamos de futuro, podemos revelar mais acerca de como entendemos o presente do que fazer previsões confiáveis acerca do que irá acontecer. Pensar no futuro pode ser útil, dando-nos imagens e esperanças para as quais vale a pena trabalhar, avisos a que se deve prestar atenção, ou pode ser inútil, escondendo as necessidades que precisam ser compreendidas e resolvidas» (2001:283).

¹¹⁸ <http://www.elmundo.es/elmundo/2012/01/23/comunicacion/1327318348.html>

Voltando ao conceito, a maior parte dos estudos focados neste subsector da comunicação social apontam para essa fragilidade concetual. É possível identificar uma profícua reflexão em torno da especificidade da imprensa local e regional no país, cuja atenção e o interesse se tem vindo a evidenciar atualmente. Não se admite aqui uma distinção absoluta entre imprensa regional e grande imprensa, sobretudo tendo a proximidade como critério dessa ideia distintiva, uma vez que todo o jornalismo pode reclamar esse epíteto de estar próximo das múltiplas realidades, sejam locais ou globais. O conceito de proximidade não se esgota na imprensa regional, como defende em tese Carlos Camponez (2002).

Não basta uma perceção empírica do seu valor que todos, à partida, reconhecem como relevante. Ou uma consequente adoção interpretativa à luz das leis de imprensa que foram sendo publicadas. Até porque, neste caso, a legislação portuguesa que classifica o subsector é ela própria, ao longo da história, exemplo dessa ambiguidade conceptual. Vejamos como, em resumo. Dizia-se em 1971 que “a imprensa regional é constituída pelas publicações periódicas não diárias que tenham como principal objetivo divulgar os interesses de uma localidade, circunscrição administrativa ou grupos de circunscrição de vizinhos”. Sobressai aqui o critério geográfico como principal aspeto distintivo, não se admitindo nessa conceção a existência de jornais diários. O legislador antecipou, na sua subjetividade, a incapacidade de o setor e do mercado gerarem publicações com essa regularidade periódica, num país cujo contexto sociocultural e político, à época, não augurava tamanhos voos. Como não augura no atual contexto de contração económica.

Quatro anos mais tarde, a Lei de Imprensa de 1975 vem definir que “as publicações periódicas podem ser de expansão nacional e regional, considerando-se de expansão nacional as que são postas à venda na generalidade do território”. Destaca-se, neste caso, o critério da “expansão” concluindo-se que as publicações locais e regionais serão aquelas cuja venda se circunscreve, respetivamente, a uma localidade, a um distrito ou uma região. Está igualmente subjacente o vínculo de pertença territorial. O conceito, sem aqui ser ainda explícito, já reporta a uma proximidade situada localmente, num espaço e num tempo territorialmente identificados. E é dessa relação entre a proximidade, geradora da ideia de “comunidades de lugar” e a partilha de valores de um território que melhor se pode entender as especificidades da imprensa regional, como evidencia Carlos Camponez (2002:20).

Voltando à legislação, publica-se em 1988 o Estatuto da Imprensa Regional (Decreto-Lei n.º 106/88, de 31 de Março) que vem acrescentar ao âmbito geográfico referências aos conteúdos e à independência em relação ao poder político. O estatuto considera imprensa regional “todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respetivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a fatos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico”. No preâmbulo do mesmo estatuto lê-se que “a imprensa regional desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do mundo”.

Por seu lado, a Lei de Imprensa (art. 14.º, n.º 2) define as publicações regionais como aquelas que, “pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”. Este contributo legislativo não ilude a dificuldade em decifrar o universo da imprensa regional portuguesa, sobretudo porque a base conceptual da reforma legislativa – e que contribuiu para uma generalizada afirmação estrutural, sociocultural e política da imprensa regional e local – está assente em pressupostos básicos e muito gerais que não salvaguardam a multiplicidade das realidades distintas no mapa da comunicação social de expansão local e regional.

Como nota Paulo Ferreira (2005:167) trata-se de um estatuto equívoco, com pouco cuidado na elaboração e com pouca informação sobre a realidade dos *media* regionais e locais. Sobretudo porque não faz distinção discriminatória entre projetos editoriais profissionais, com aposta quer em recursos humanos quer materiais e tecnológicos, e jornais rudimentares sob todos os aspetos. Não tem em conta micro realidades do espaço mediático diverso e disperso pela geografia do país nos aspetos sociológicos, sobre quem são as pessoas ou os jornalistas que fazem estes *media*; e nos aspetos técnico e económico sobre quais as condições e circunstâncias de produção.

Este contributo legislativo é suficiente para decifrar o universo da imprensa regional portuguesa? São estes pressupostos estatutários (básicos e gerais) suficientes para uma base concetual que salvguarde a multiplicidade das realidades distintas no mapa da comunicação social de expansão local e regional?

Podemos definir a Imprensa Regional, sob o ponto de vista sociológico, como uma indústria de comunicação social que se distribui numa dada área geográfica, à partida com as mesmas características da imprensa em geral? À partida, tal como a “grande” imprensa, estrutura-se (com escala diferente) num sistema empresarial, com uma componente técnica e organizativa destinada à produção, transmissão e consumo de informação. Em termos de cobertura e audiência principais (sem contar com a realidade online), distinguem-se publicações locais (abrangentes a uma localidade, a uma cidade) e regionais (abrangente a uma região, a um ou mais distritos).

7.6.1- Breve retrato do sector

Os registos do Instituto da Comunicação Social e da antiga Direcção-Geral da Comunicação Social permitem observar que entre 1991, ano em que o Estado começou a subsidiar a imprensa regional e local, e 1998 o número de jornais regionais e locais aumentou quase 50%, passando de 615 para os cerca de 900. O estudo da ERC (2010) aponta para um universo de 728 publicações periódicas de âmbito local e regional, nos 18 distritos de Portugal Continental e nas duas regiões Autónomas, datando a última atualização de 7 de Dezembro de 2009. No contexto dos incentivos do Estado à comunicação social regional e local, de acordo com os dados disponíveis (ex-ICS e GMCS) em 2007 beneficiaram do Incentivo à Leitura 343 publicações, em 2008 foram 274 as publicações beneficiadas, em 2009 foram apoiadas 229 publicações, em 2010 o número de publicações apoiadas foi 233 e em 2011 foram 223. Conclui-se que há cada vez menos jornais locais. Em 13 anos, 445 jornais deixaram de ter apoios. A maior quebra dá-se a partir de 2007, com a extinção do Porte Pago. Comparando com dados da ERC (2010), das 728 publicações periódicas registadas em 2009, 499 não têm apoios do Estado.

Significa que os incentivos (à leitura, à modernização tecnológica e outros) pouco contribuíram para o sucesso da imprensa regional e local? Qual o verdadeiro alcance e eficácia dos apoios estatais? Podem-se adiantar duas hipóteses: 1) Ajudou a criar jornais assentes em estruturas capazes de sustentar projetos profissionais e empresariais; 2) Foram uma “mão amiga” para uma fraca aposta na profissionalização dos projetos. As duas são comprováveis. Mas há dados que destacam a segunda. A fraca aposta na profissionalização é identificável na política de recursos humanos. De acordo com o Anuário da Comunicação do Obercom de 2001/2002 (pg. 169), o subsector da

imprensa regional e local emprega apenas cerca de 2 136 trabalhadores. O que dá uma média de cerca de apenas 2,4 profissionais por cada título registado na época. De 1999 para 2000 registou-se um decréscimo de quase 18,1% no número de empregados do subsector.

Um estudo de Março de 2000, desenvolvido pela AIND, mostrou que das 275 empresas jornalísticas regionais e locais que responderam a um inquérito 23,4% não tinham qualquer jornalista ao seu serviço. E entre os jornalistas contratados para a imprensa regional e local 52,4% eram contratados a tempo parcial, contra 47,6% contratados a tempo inteiro. Dessas empresas, só 15,8% integra mais de três jornalistas. Além disso, 73,8% das empresas respondentes não tinham trabalhadores comerciais e de marketing a tempo inteiro. Estes dados revelam o amadorismo de muitos dos projetos de imprensa regional e local em Portugal. Em termos de associativismo, para além das duas associações nacionais do sector (AID - Associação da Imprensa Diária e Associação Portuguesa de Imprensa) e da Federação da Imprensa, a imprensa regional congrega-se também noutras associações que têm por objetivo os interesses que a ela dizem diretamente respeito, designadamente: APIR - Associação Portuguesa da Imprensa Regional, sediada no Porto, UNIR - União Portuguesa da Imprensa Regional, sediada em Oliveira de Azeméis e AIC - Associação de Imprensa de Inspiração Cristã.

A taxa de leitura da Imprensa Regional é estável embora com uma perda de 2,4% em cinco anos. O Bareme Imprensa Regional 2010, realizado pela Marktest em parceria com a MeioRegional, contabiliza no Continente 4 310 mil residentes com 15 e mais anos que costumam ler ou folhear títulos de imprensa regional, um número que representa 51,9% do universo em análise. Em 2009, o valor era de 49,7%. O que significa um aumento de 2,2% da população que tem por hábito ler ou folhear imprensa regional.

De acordo com a mesma fonte, e em dados analisados pela EREC , nos últimos anos a taxa de leitura de imprensa regional permaneceu estável, variando entre um máximo de 54,3% (em 2005) e um mínimo de 47,3% em 2007. Comparativamente, a imprensa de âmbito nacional – compreendendo apenas os jornais de informação geral – alcançou um índice de leitura de 60,2%. Mas os dados de 2010, comparativamente com 2005 (Tabela.1) mostram que o hábito de leitura destas publicações diminuiu 2,4% em cinco anos.

Tabela 1 - Comparação evolutiva dos hábitos de leitura da IR

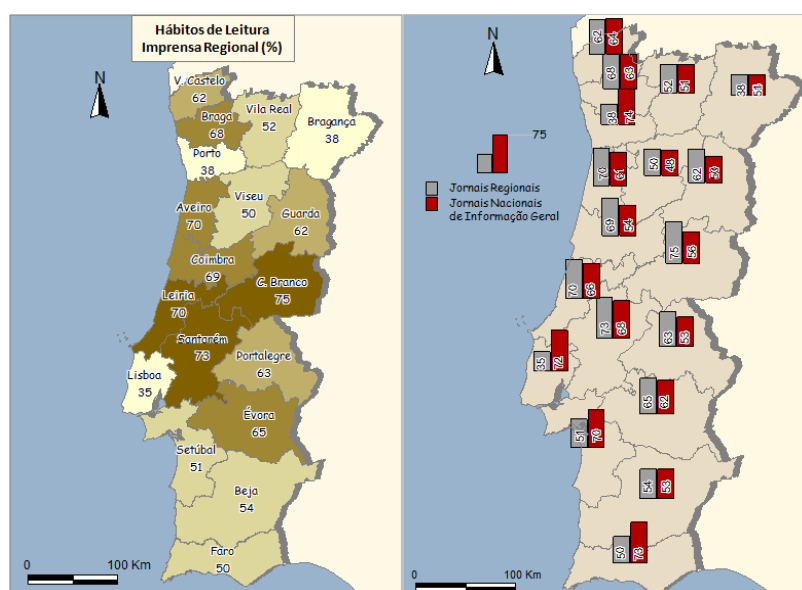
2005	2007	2009	2010	Evolução
54,3%	47,3%	49,7%	51,9%	- 2,4% (em cinco anos)

Fonte: Bareme Imprensa Regional 2005,2007,2009,2010 (Marktest)

7.6.2- Índice de leitura mais acentuado no interior do país

Os residentes no distrito de Castelo Branco são os que mais referem ler títulos regionais (74,7%). É o que revela a análise por distritos (que se ilustra no mapa em baixo, Fig.2), corresponde a 2010, seguindo-se (na casa dos 70%) os residentes nos distritos de Santarém, Leiria e Coimbra, onde 73,4%, 70,1% e 69% dos seus residentes leem jornais regionais. O distrito da Guarda (a que reporta a nossa investigação) encontra-se entre os dez distritos onde mais se lê imprensa regional com 62%. No extremo oposto, são os residentes no distrito de Lisboa que menos se interessam por publicações regionais, com uma cobertura máxima de 35,0%. Abaixo da média estão também os distritos de Bragança e Porto onde se observam, respetivamente, taxas de 37,6% e 38,0%.

Figura 3– Hábitos de leitura da imprensa (nacional e regional) por distrito



Fonte: Bareme Imprensa Regional 2010 (Marktest)

É interessante verificar, numa análise mapa da esquerda (fig.3) que os valores de cobertura máxima de jornais regionais superam os dos títulos de jornais nacionais de informação geral na maioria dos distritos. As exceções ocorrem em Bragança, Faro, Lisboa, Porto, Setúbal e Viana do Castelo onde maior número de residentes lê títulos nacionais de informação geral.

Comparando com 2009, e até com anos anteriores, esta cobertura territorial de hábitos de leitura em Portugal, no que refere à relação imprensa regional e imprensa nacional, é praticamente semelhante no que se refere aos três distritos onde as primeiras publicações têm mais força e onde, ao contrário, menos são lidos. Invariavelmente, Castelo Branco, Coimbra e Leiria são os distritos onde se registaram os mais altos valores de leitura de imprensa regional em termos percentuais. Como se vê pelos dados, e numa tendência diacrónica analisada pela ERC (2010), apenas em quatro distritos o índice de leitura se situa abaixo dos 50% da população - Faro, Bragança, Porto e Lisboa. Como avança o estudo da ERC, crê-se que as baixas percentagens verificadas em particular em Lisboa e no Porto se devem à maior concentração e concorrência das publicações nacionais, mas também a maior concentração populacional.

Estes dados, para além de outras interpretações possíveis, demonstram uma coerência entre o que o Estatuto do setor determina em termos classificatórios (Decreto-Lei n.º 106/88, de 31 de Março) e a realidade. Isto é, “a imprensa regional desempenha um papel altamente relevante (...)” sobretudo - tendo em conta a abrangência do estudo - no “âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito”. Os dados não dizem respeito aos hábitos de leitura da imprensa regional junto das comunidades de emigrantes, relativamente ao efetivo impacto dos “laços de familiaridade” (que o estatuto considera como carácter distintivo) entre nativos e conterrâneos espalhados pelo mundo.

Mas tem-se vindo a considerar que em países europeus onde a emigração foi ou é forte, como o caso de França, os meios de comunicação regionais e locais desempenham um papel relevante de elo de ligação entre comunidades oriundas da mesma área geográfica mas que devido à emigração andam dispersas pelo mundo. É esta a conclusão de Jorge Pedro de Sousa, num estudo sobre a comunicação regional e local na Europa Ocidental, centrado no caso português e galego, que considera ainda que a presença destes *media* de expressão local e regional na Internet acentua este papel. Isto é, embora sem dados, crê-se que além da proximidade garantida com a expedição da edição em papel, a presença na Internet da imprensa local e regional possa contribuir

para uma nova e mais ativa relação comunicacional não só com assinantes mas com novos públicos, nomeadamente as novas gerações de emigrantes também elas mais familiarizadas com o consumo de informação por via das novas tecnologias.

Esta variável da presença nos espaços globais da sociedade da informação, potenciada pela Internet, traz novos desafios ao mapa concorrencial dos órgãos da comunicação local e regional na medida em que os “obriga”, como posicionamento estratégico de viabilidade e sustentabilidade, a agir com mais inovação e profissionalismo.

A sobrevivência do setor em Portugal, de um modo geral, pode vir a depender da tentativa de modelos de negócio capazes de atrair maior fatia do mercado publicitário através da confluência das plataformas física e digital, como edições on-line dinâmicas – e não apenas a transposição literal e estática da edição em papel, o que os jornais regionais mais ativos já fazem – com o potencial do espaço televisivo na web, como é o caso, por exemplo, do jornal *O Interior*, na Guarda, que se dinamiza nessa plataforma. Independentemente da eficácia ou dos resultados líquidos que essa estratégia representa para os cofres do jornal em causa, importa sublinhar que está em curso – ainda com contornos pouco perceptíveis - uma mudança de paradigma na paisagem da concorrência mediática local e regional. Mantendo-se ainda muitas publicações com deficitária estratégia empresarial e debilitadas sob o ponto de vista do quadro de profissionais - com reminiscências em modelos passadistas e promíscuos de uma mesma pessoa concentrar a gestão, a angariação de publicidade e a produção de informação – a tendência deverá ser a de uma maior clivagem entre os projetos profissionais e os amadores. Até porque estes últimos, por força quer dos desafios da sociedade da informação quer das obrigações legais que regulam o apoio estatal ao setor, só têm um de dois caminhos: extinguir-se ou crescer.

Apesar de em média a maioria das pequenas e médias localidades europeias e em Portugal não irem além da existência de um jornal ou uma rádio, como ilustra Sousa (p.45) – o que anula a concorrência e não dinamiza o mercado - os casos principalmente de Castelo Branco, Guarda, Leiria, Coimbra ilustram uma inversão dessa tendência. Nestes distritos, dois do interior e dois do litoral, verifica-se uma maior dinâmica do setor dos media revelando um mercado local mais competitivo com a coexistência de vários títulos locais, rádios e, nos últimos anos, projetos de televisão exclusivamente para a web com delegações regionais, como é o caso da LocalVisão (www.localvisão.pt) com delegações em vários pontos do país e também na Guarda.

Este caso, aliás, é uma sequência lógica do interesse e da apetência dos órgãos de comunicação nacionais para com os conteúdos regionalizados, naquilo a que Sousa (p.45) designa por “regionalização dos órgãos de comunicação nacional” cuja cobertura, todavia, se centra mais na macro-região do que na localidade. A localidade só tem valor notícia quando a amplitude ou o impacto social de um acontecimento assim o determina. Por exemplo, no caso da Beira Interior Norte, os fatídicos acidentes no ex-IP5 (que ficou conhecida por “estrada da morte”) foram uma marca dessa lógica da cobertura mediática dos *media* nacionais, fale-se de jornais, rádios ou televisões. Ou visão mais idílica e encantatória da província serrana, os belos e frios nevões.

Enquanto, por exemplo, em França a imprensa regional tem uma forte implantação fazendo frente ao centralismo de Paris, com distribuição e cobertura muito abrangente, sendo por isso reconhecida fora do seu contexto territorial de maior influência, em Portugal isso não acontece. Como é evidenciado no estudo da ERC (2010: 21), as dificuldades na distribuição das publicações regionais - grande parte delas não integram sistemas de prestação de serviços de distribuição - faz com que fiquem circunscritas, em todos os aspetos, à sua limitada área geográfica. Se aqui o impacto é significativo - como se vê pelos dados analisados antes - o seu impacto na vida política, económica, social e cultural, a nível nacional, é diminuto (ERC, p.21). Quanto menor é a área de influência, maiores serão as dificuldades e os problemas.

No estudo da ERC são apontados alguns deles: escasso investimento publicitário e outras fontes de receitas (sobretudo em áreas geográficas económica e empresarialmente pouco consolidadas, como é o caso da Guarda), reduzido índice de leitura e diminuição do número de assinantes. Ou seja, por detrás das (simpáticas) taxas que os estudos do Bareme da Imprensa Regional revelam, esconde-se uma outra realidade muito difícil de tornar clara sobre a verdadeira realidade do sector. Estes problemas que a ERC evidencia em 2010, num esforço de maior conhecimento deste importante campo mediático em Portugal, estão na génese da sua evolução recente. Tendo em conta indicadores económicos, numa perspetiva diacrónica de há uma dúzia de anos para cá, a tendência decrescente no segmento da imprensa regional vem-se acentuando, como escrevemos em 2005 num artigo sobre a imprensa regional e as políticas de comunicação, designadamente uma fraca representação no mercado publicitário (era de 5% em 1999), diminuição de receitas, baixos índices de leitura, baixas tiragens e o desinteresse dos agentes económicos. A ausência de visão estratégica

e de marketing foram razões apontadas, na altura, pelo anuário do Obercom - Observatório da Comunicação, respeitante a 2002-2003.

Se a Europa é caracterizada por uma forte presença de órgãos jornalísticos regionais e locais (onde se incluem rádios e televisões) isso deve-se à influência, entre outros, de fatores como a diversidade linguística, étnica e cultural, a riqueza, a urbanização e a densidade populacional – somos 500 milhões em 27 países. A dinâmica - que consubstancia a ideia de uma Europa das regiões à escala comunicacional - reflete simultaneamente compromissos de cidadania e a satisfação das necessidades comunicacionais das comunidades regionais e locais, tendo-se vindo a destacar a importância da informação e do jornalismo de proximidade (Sousa, s/d, p.44). Esta importância do subsector da comunicação social, quer na Europa quer em Portugal, é ilustrada, por exemplo, com o reconhecimento das principais instituições estatais supranacionais como é o caso da Comissão Europeia, liderada por Durão Barros, que de 7 a 9 de Fevereiro de 2012 convidou 14 jornalistas de órgãos de comunicação local e regional portugueses para uma visita de informação às instituições europeias em Bruxelas. Embora seja uma estratégia habitual com jornalistas da grande imprensa, sempre que se trata de alcançar maior visibilidade de políticas, intenções, ações ou projetos, a iniciativa, no que aqui nos importa, reforça o papel fundamental dos jornais e das rádios locais e regionais na divulgação das questões europeias junto dos cidadãos. Tanto assim que, no caso português, a representação da Comissão Europeia criou espaços regulares de informação comunitária em 19 jornais regionais do país, conforme divulgação da página oficial da Comissão.

Por outro lado, as pesquisas vêm demonstrando a preferência pelos títulos locais e regionais sobre os nacionais na maior parte dos distritos (cfr. Marktest, Bareme Imprensa Regional 2008 e 2009; ERC, 2010, Faustino, 2004: 49-52; Santos, 2007: 33)

A edição de 2009 resulta da aplicação de uma “alargada sobre-amostragem a partir da amostra de base do Bareme-Imprensa”, tanto ao nível das regiões como da idade. O alargamento da sobreamostragem a todas as regiões do país “teve como objetivo realizar um número superior de entrevistas ao proporcionalmente necessário, com o intuito de permitir que títulos de circulação geográfica restrita, como são os títulos da imprensa regional, tivessem a oportunidade de alcançar um número mínimo de referências na amostra (30) que permitisse a sua análise em relatório, e respetiva inclusão nos softwares de planeamento”. O alargamento da sobre-amostragem aos

escalões etários mais jovens teve como objetivo equilibrar o peso dos escalões etários mais elevados, no quadro do envelhecimento populacional (Cfr. Bareme Imprensa Regional 2009, Metodologia).

Figura 4 - Evolução dos hábitos de leitura de imprensa regional por distrito da Beira Interior

Distrito	2007 %	2009 %	Evolução (p.p)	2010%	Evolução (p.p)
Castelo Branco	73	71,3	-1,7	75%	+ 3,7%
Guarda	55,0	63,2	8,2	62%	-1,2%

Fontes: Bareme – Imprensa Regional 2008; Bareme – Imprensa Regional 2009, Bareme – Imprensa Regional 2010

Os hábitos de leitura de imprensa regional ter-se-ão incrementado, em dois anos, na maior parte dos distritos, uma evolução que é confirmada comparando-se os dois mais recentes Bareses Imprensa Regional. Observaram-se evoluções negativas moderadas nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra e Santarém. E uma evolução positiva no distrito da Guarda que vê aumentar os hábitos de leitura da imprensa regional de 2007 para 2009.

7.6.3- O perfil dos leitores de imprensa regional em 2010

De acordo com o estudo citado, este tipo de imprensa tem maior penetração junto dos homens, pois 56.8% deles costuma ler ou folhear jornais regionais, face aos 47.3% das mulheres com o mesmo hábito. Por idades, são os indivíduos entre os 35 e os 44 anos os que revelam audiência superior de títulos de imprensa regional, lidos por 59.2% deles. Pelo contrário, a menor penetração é encontrada junto dos indivíduos com mais de 64 anos, 36.5%.

Junto dos indivíduos da classe social média encontramos também maior penetração destes títulos, lidos por 57.6% destes indivíduos, face aos 41.0% que registam junto dos pertencentes à classe social baixa. Por regiões, são os residentes no Litoral Norte os que apresentam índices de leitura superiores, com 69.7% dos seus residentes a afirmar ler ou folhear jornais regionais. Pelo contrário, nas regiões do Grande Porto e da Grande Lisboa encontramos os valores mais baixos, de 26.8% e 30.3%, respetivamente.

Uma análise por ocupação mostra ainda que 63.2% dos trabalhadores especializados e pequenos proprietários são leitores de jornais regionais, grupo

ocupacional que apresenta valores acima dos restantes. No extremo oposto estão as domésticas, que constituem o grupo com menor audiência destes títulos, com 42.6%.

Exploramos, de seguida, algumas características enunciadas que darão uma perspectiva diacrónica (não absolutamente exaustiva porque a nossa abordagem não é histórica) de como está hoje a imprensa regional. Sintetiza-se a análise a quatro vetores que nos parecem adequados para o efeito, podendo surgir necessidade de incluir outros. São eles a) A base organizacional e ideológica; b) A evolução sociológica das redações; c) A transformação tecnológica, d) Os processos de recolha, escolha e edição de notícias.

Importa referir, como processo de pesquisa científica, que as considerações seguintes são baseadas na triangulação metodológica de i) investigações anteriores (Amaral, 2006); ii) experiência própria como jornalista profissional em duas redações de jornais regionais na Guarda e iii) na investigação atual com recurso a entrevistas em profundidade (ou qualitativas) a uma amostra dos profissionais da imprensa escrita na cidade da Guarda (Cf. Capítulo 12).

Terceira Parte - A investigação empírica

Capítulo 8 – Metodologia

8.1- Preâmbulo à investigação

O estudo de *campo*¹¹⁹ levado a cabo, e que passamos a expor de seguida, resulta, em primeiro lugar, e de forma direta, da reflexão teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, nos quais se debateu sobre os limites, as crises e as esperanças que se deparam ao jornalismo, num quadro de mutabilidade dos dispositivos de mediação informativa, com o surgimento de novas tendências da profissão e desafios de mudança do próprio espaço público. Aprofundaram-se, sem ambição de absolutizar a polaridade de abordagens possíveis, os fenómenos mais representativos dos novos media, sobretudo pela rutura que representam nos sistemas de hierarquização informativa tradicional, com a *mass-self-communication* (Castells, 2007) a questionar o *status quo* e a obrigar o jornalismo tradicional a repensar os seus valores e as suas práticas.

É neste vasto conjunto de traços de uma hiper-realidade, com tanto de ameaçadora como de motivadora, que se retomou e aprofundou uma discussão sobre o paradigma de um jornalismo mais comprometido com a cidadania e a democracia, com uma sociedade local de maior grau de “inteligência cidadã” (Hansotte, 2005), a partir de alguns dos mais importantes contributos teóricos e, sobretudo, mobilizando especialmente a corrente teórico-empírica do chamado jornalismo público, surgido nos Estados Unidos, depois da cobertura frustrada das eleições presidenciais de 1988.

As primeiras experiências do movimento emergem após o “espetáculo perturbador” (Rosen, 1999:39) da cobertura mediática da campanha presidencial, marcada por questões secundárias. Os jornais não valorizavam, na perspetiva dos principais teóricos do movimento, as questões mais importantes dos eleitores e fizeram uma "cobertura do tipo de corrida de cavalos". O movimento do jornalismo público ou

¹¹⁹ De acordo com o entendimento teórico de Noelle-Neumann (1995 [1984]: 64), o uso do termo “campo” opõem-se aqui a “laboratório” no sentido de que os sujeitos permanecem no “campo”, no seu contexto natural. A aplicação de um questionário, por exemplo, é uma ferramenta de investigação imperfeita e um método que proporciona estímulos relativamente débeis e difíceis de controlar. Mas tem a vantagem de se confrontar com a naturalidade de todas as circunstâncias do “campo” e porque implica a possibilidade de observar uma amostra da população (ainda que no nosso caso não seja representativa mas accidental, no que se refere à amostra dos 200 cidadãos).

cívico provocou reações apaixonadas e críticas, como se analisou, tendo em conta o seu principal objetivo: colmatar o distanciamento entre cidadãos e governo e entre organizações noticiosas e os seus públicos, propondo uma alteração da tradicional relação entre os *media* noticiosos e a vida pública.

Além das questões principais, consideramos ainda mais duas complementares com o objetivo de clarificar conceitualmente o objeto de estudo para o qual o cruzamento com a investigação empírica deverá contribuir. Essas questões são: *Como podemos classificar a imprensa regional? Que atributos, que papel social, que atores, que práticas, que proximidade afinal está em causa quando falamos deste subsetor da comunicação social?*

A exploração teórica deste ponto tem como objetivo melhorar o conhecimento científico em redor da especificidade da Imprensa Regional. Para o efeito, conduz-se o debate para os conceitos de *proximidade* e *papel social*. Ao longo deste capítulo, pode surgir a necessidade de interrogar e clarificar outros conceitos, admitindo que outros possam escapar ao nosso filtro da percutibilidade: não se assume, portanto, a exaustividade da análise, muito menos a certeza de que se alcança a objetividade do objeto de estudo (nem nos atrevemos a falar em verdade) porque, à luz de muitos dos pressupostos filosóficos da modernidade, consideramos que o próprio conhecimento absolutamente objetivo é inalcançável, pese embora o processo científico tenha vindo a ser matizado, e consolidado, no sentido de se reconhecer uma certa universalidade do conhecimento científico¹²⁰, graças a uma sucessiva compartimentação disciplinar.

Trata-se pois de alcançar uma representação da realidade estudada, tão completa quanto possível, através de um processo científico que nos pareça adequado ao objeto de análise (o processo) e à consequente síntese (a finalização). Entendendo por *análise* o percurso, de avanços e recuos, de sistematização de parcelas de conhecimento sobre o objeto de estudo; e por *síntese* a operação de sintetização sumária, clarividente, do alcance do processo científico. Este processo resulta, portando, de uma reconstrução que permite ao investigador não o alcance pleno de uma verdade apodíctica, mas de uma “verdade fenomenológica”¹²¹, a partir do cruzamento reflexivo e discursivo em

¹²⁰ Entende-se por conhecimento científico, em oposição ao conhecimento empírico e vulgar baseado no senso comum, aquele que decorre da aplicação metódica e sistemática de relações de causalidade (relações de causa-efeito) entre fenómenos perceptíveis (pelos órgãos dos sentidos ou através de instrumentos) visando, em última análise, encontrar as leis que determinam e regulam essas relações. Cf. Sousa (2003:206).

¹²¹ Regressando à ideia de Descartes de que a filosofia devia começar pelo sujeito pensante, Edmund Husserl (1859-1938) criou o termo “fenomenologia” para designar uma abordagem da filosofia que se

compromisso com o melhor conhecimento possível sobre um objeto de estudo, sobre uma realidade a investigar.

Em termos metodológicos, além da revisão bibliográfica o percurso de *pesquisa comunicacional* é aqui complementado com uma aproximação etnográfica à realidade da imprensa regional da cidade da Guarda, cuja técnica se explica mais à frente. Entende-se por *pesquisa* o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico em que o objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (Gil, 1999:42). Pretende-se obter novos conhecimentos no campo da realidade atual da imprensa regional, mediante a adoção crítica de alguns desses procedimentos cuja aplicação possa representar um alcance de clarificação das questões de partida. O emprego anterior do termo “problemas” implica a sua clarificação conceptual, pois o seu sentido semântico é polissémico, sendo permeável a muitas e díspares interpretações. Falar de problemas desta forma requer um exercício de precisão e refinamento reflexivo. Naturalmente que numa pesquisa científica nada mais interessa que definir “problema” em termos científicos. Ou seja, importa perceber que a delimitação lógica de um problema de pesquisa implica submetê-lo a um crivo de distinção conceptual tão clara quanto possível.

Da mesma maneira que conhecimento, em sentido lato, não é ciência (como o conhecimento vulgar de senso comum) também a enunciação irrefletida de um problema de pesquisa não significa que se trate, efetivamente, de um problema científico ou de um problema do âmbito das ciências sociais. O que é então um problema científico? Para melhor se responder, devem antes de mais atualizar-se as concepções correntes sobre o que se pode entender por problema. Pode ser uma qualquer questão que dá margem a hesitações ou perplexidades, por ser difícil de explicar ou resolver; ou ainda algo que provoca desequilíbrio, mal-estar, sofrimento ou constrangimento às pessoas. Na aceção científica, problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento (Gil, 1999: 49). Um problema é de natureza científica quando as suas proposições podem ser tidas como testáveis e as suas variáveis podem ser observáveis e manipuladas. As respostas aos problemas, pelo método científico, têm compromisso em relevar como as coisas

limitava a descrever aquilo que era diretamente evidente para a consciência (Cf. Stephen Law, 2009:43). À luz da fenomenologia, a realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenómeno. A realidade é o compreendido, o interpretado, o comunicado. Não há, portanto, uma única realidade mas tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. Ao contrário do positivismo, que reifica o conhecimento transformando-o num mundo objetivo, de “coisas” (Cf. Gil, 1999: 32,33).

são, as suas causas e consequências, e não enveredar por juízos de valor. Quando se trata de problemas cuja interpretação concorre para as ideias de bem e de mal, de correto ou incorreto, de melhor ou pior, está-se perante um problema de valor. Devem os pais dar umas palmadas nos filhos? Eis um problema de valor para o qual se podem verter diversas opiniões e inferências (Gil, 1999:50).

Este preâmbulo desafia-nos a submeter o nosso problema de pesquisa ao crivo conceptual evocado para se determinar qual a sua relevância em termos científicos, práticos e sociais. Parafraseando o entendimento de António Carlos Gil (p.51), no primeiro caso, o problema é relevante cientificamente se contribuir para o alcance de novos conhecimentos da área; no segundo, é relevante em termos práticos na medida em que as respostas (ou conclusões) obtidas trouxerem consequências favoráveis de aplicabilidade prática; no terceiro, é relevante em termos sociais em face das consequências sociais do estudo para um determinado contexto comunitário e as suas diversas (e desejáveis) interpretações de valor.

Assim, tentar compreender o campo da imprensa regional e local implica este exercício metodológico de não precipitar o debate para juízos de valor, sobretudo pela “proximidade” do investigador ao objeto de estudo. O problema que se procura debater neste capítulo é o da ambiguidade conceptual do termo “imprensa regional” – pese embora se aceite a definição normativa do seu estatuto, como vimos antes. E essa ambiguidade, em nossa opinião, apesar de a termos tentado antes minimizar, não pode ser resolvida à margem dos seus protagonistas. Se o problema tem a ver com grupos, instituições ou comunidades – como é o caso – então a relevância científica, prática e social evocada antes será tanto mais significativa quanto maior entrosamento houver com todos. Um dos defeitos em que se pode cair no estudo dos vários campos do conhecimento das ciências sociais, e em particular no campo do jornalismo, é o de discorrer teoricamente num ímpeto de antecipação do futuro, de sugestões e inferências sobre o melhor caminho. Qualquer receituário teórico carece de uma ancoragem ao conhecimento da(s) realidade(s) nas suas múltiplas perspetivas. É esse o caminho que nos propomos fazer.

É com base nestes pressupostos e outras questões teóricas analisadas que importa agora confrontar com uma aproximação empírica ao campo das dinâmicas cívica e jornalísticas portuguesas, focada particularmente ao caso da cidade da Guarda cuja escolha se deve ao fato não só de nela termos residência mas, sobretudo, porque é um caso de particular interesse no campo da imprensa regional pela dinâmica do setor

no contexto atual, com três jornais semanários (até final de 2011 eram quatro) a disputar o espectro da informação e do fraco mercado publicitário.

8.2- Pressupostos epistemológicos

Entendemos que o conhecimento é construído a partir de experiências partilhadas e que o contributo dos participantes envolvidos no estudo, no quadro de um determinado contexto sociocultural e histórico, neste caso na cidade da Guarda, é determinante para uma melhor clarividência científica. Eis porque nos identificamos com uma postura epistemológica construtivista, como alternativa ao positivismo, tentando evitar um pensamento filosófico baseado em princípios intangíveis e primeiras verdades, como algo totalizante e consolidado, cuja inspiração está veiculada à imediatez dos dados empíricos.

Como veremos de seguida, a dúvida e o recuo foram os principais guias de um trajeto de investigação que procurou equilíbrios com uma consolidação das experiências, de natureza teórica e empírica ao longo do processo de trabalho. Ao imediato, às percepções de primeira linha, procurou-se sobrepor o construído. Isto é, ao lado do pensamento de outros investigadores do campo estudado fomos acrescentando mais conhecimento científico, partindo dessa experiência de reflexão, observação, análise e auscultação de contributos diversos das amostras definidas. É um conhecimento que resulta de uma filosofia aberta, uma *filosofia do não*, que se define como «a consciência de um espírito que se fundamenta trabalhando no desconhecido, buscando no real aquilo que contradiz conhecimentos anteriores» (Bachelard, 1989:142).

Trata-se, na proposta teórica deste autor, de um *racionalismo aplicado*, como alternativa ao positivismo e ao idealismo, cujas obrigações filosóficas se fundam num racionalismo concreto, baseado na síntese da teoria e das experiências particulares e precisas, e aberto para receber novas determinações dessas experiências (Bachelard, 1989:137-138). Seguimos, em certa medida, estes contributos teóricos que apontam para os seguintes fundamentos: 1) A objetividade é resultado de uma ruptura epistemológica; 2) O método da ciência expressa-se na multiplicidade de métodos e 3) A investigação científica tem como finalidade articular o abstrato com o concreto.

Em síntese, de acordo com Bachelard (1989:147-161), o primeiro fundamento indica que o objeto de investigação não se nos apresenta como algo objetivo, acessível

clara e diretamente ao nosso conhecimento. Significa que se exige uma ruptura epistemológica sobre as concepções prévias do objeto de estudo de modo a desconstruir (e criticar) as tendências de leituras deterministas, o sentido ou senso comum, as sensações, a prática mais habitual e, entre outros aspetos, a etimologia de uma palavra. O principal objetivo é evitar herdar ou formar convicções desde a sedução da primeira observação ou escolha que podem ganhar, perigosamente, aparência de saber.

Quanto ao segundo fundamento, Bachelard defende a especialização da ciência, articulando o geral com o particular e o abstrato com o concreto, e consequente diversidade de métodos que permita captar as particularidades de cada objeto de estudo (1989,156). Foi isso que procurámos aplicar, utilizando diferentes métodos para captar melhor as experiências que permitam avançar na ciência.

Com base no terceiro fundamento epistemológico, para que a aplicação de um conceito à experiência tenha valor científico é necessário ter em conta as condições e o processo de aplicação desse conceito. A experiência, a realidade, deve ser respeitada e não podemos manipulá-la para que se adeque aos conceitos. Num sentido mais lato, a investigação consiste em procurar na experiência ocasiões para “complicar” os conceitos, repensá-los de modo a conseguir as condições de aplicação que a realidade não pode reunir (Bachelard, 1989:161). Este fundamento da articulação do abstrato com o concreto permite, na investigação científica, uma evolução criativa do pensamento, obrigando a uma transformação constante dos conceitos mediante a sua aplicação à experiência ou realidade, e uma evolução dessa mesma realidade mediante as possíveis transformações com a introdução de mudanças, sejam elas técnicas ou outras, e pressupostos de intervenção social.

8.3- Pressupostos metodológicos

Devemos, neste ponto, começar por esclarecer conceptualmente o que se entende por *metodologia*. De uma forma ampla, pode-se entender como o estudo do método, um conjunto concertado de operações para o alcance de objetivos ou a fundamentação teórica dos procedimentos a utilizar para a aquisição de conhecimentos científicos. Este é o entendimento proposto por Ezequiel Ander-Egg (2011) um dos cientistas sociais mais considerados na área da pedagogia social e animação sociocultural, ligado à UNESCO. A sua reflexão, pese embora não surja associada ao campo das Ciências da Comunicação, enquadra-se neste ponto pela sua abrangência e clarividência conceptual.

Ander-Egg (2011:16) explica que toda e qualquer metodologia tem origem em problemas propriamente metodológicos, tendo implícitas questões de carácter *ontológico* (que se referem ao tipo de realidade que está compreendida na realidade social); de carácter *fenomenológico* (que se referem às possibilidades de conhecimento científico que determinam as relações entre a realidade e o pensamento); de carácter *lógico* (base comum para as formas de conhecimento em geral e o científico em particular) e de carácter *epistemológico* (que faz referência aos modos de produção, formas de validação e os limites de uma ciência).

Para o alcance de maior objetividade e precisão possíveis na presente pesquisa procuramos não apenas limitá-la a um só método ou procedimento mas a vários métodos específicos de que as ciências sociais se socorrem. Tendo em conta que um estudo teórico e a análise de dados empíricos são vistos “*como um processo cognitivo de descoberta e manipulação abstracta e de relações entre essas categorias*”, (Goetz e LeCompte, 1984:167), a meta desejável corresponde ao conhecimento abrangente e sistemático dos factos observáveis.

Um estudo empírico é uma investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar. Todas as ciências naturais, bem como todas as ciências sociais, têm por base investigações empíricas porque as observações deste tipo podem ser utilizadas para construir explicações ou teorias mais adequadas. O trabalho que se apresenta, no âmbito das ciências sociais, assenta numa investigação empírica através dos dispositivos metodológicos de aplicação de inquéritos por questionário e análise de conteúdo. Considerou-se serem os métodos mais pertinentes em relação aos objetivos específicos de trabalho, às suas hipóteses e aos recursos ao alcance do investigador (Quivy e Campenhoudt, 2008: 186).

Trata-se do que na literatura os autores designam por “investigação pura”, na medida em que o seu objetivo é descobrir novos factos (dados empíricos) para testar deduções feitas a partir de uma teoria, ou um movimento filosófico de prática jornalística, que possui um interesse intelectual e que, no momento da investigação, parece todavia não dispor de aplicação prática em Portugal. Este género de investigação contribui para o enriquecimento do conhecimento sobre uma determinada área, neste caso concreto sobre as preocupações dos cidadãos da Guarda e a imprensa. O objetivo deste estudo é, sobretudo, estudar a viabilidade de construção de uma “*agenda do cidadão*”, através da identificação de temas considerados prioritários por estes na

relação de compromisso com as questões substanciais de desenvolvimento da comunidade, como complemento à revitalização de um modelo de medição jornalística profissional de compromisso social e consciência cívica coletiva.

Por outro lado, pretende-se descobrir níveis de consumo de jornais, tipologia, entendimento sobre a qualidade da informação recebida, as preferências da amostra face aos meios de comunicação social regionais e indicadores sobre o papel da imprensa regional na sua relação com a sociedade civil. Como o processo de investigação não é apenas um processo de aplicação de conhecimentos, mas igualmente um processo de planificação e criatividade controlada, nesse sentido, a investigação empírica compreende determinados aspetos. Por um lado, tem como objetivo proceder a uma investigação e precisa de escolhas em termos do tema e das hipóteses específicas a testar. Por outro lado, obriga a um planeamento dos métodos de recolha de dados, antes de iniciar a parte empírica da investigação.

O objetivo pretendido e questões de investigação colocadas apontam para um estudo que abarca preferencialmente uma natureza descritiva e interpretativa. Este trabalho insere-se no paradigma quantitativo, ou seja uma abordagem quantitativa como “uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das perceções pessoais” (Bogdan e Biklen (1994: 96).

Ao optar pela pesquisa quantitativa e envolvendo a obtenção de dados descritivos, daremos mais relevância ao processo de recolha de dados, preocupando-nos em retratar a perspetiva dos participantes. Além disso, Bogdan e Biklen (1994:97) identificam quatro características que uma investigação quantitativa deverá possuir. São elas: 1) a fonte direta de dados é o ambiente natural; 2) os dados recolhidos são, na sua essência, descritivos; 3) os dados são analisados de forma indutiva e 4) é dada especial importância ao ponto de vista dos participantes.

Estas características refletem, em grande parte, o que se irá fazer neste estudo. Mas para aprofundamento científico da pesquisa, e melhor confronto entre as bases teóricas, considera-se determinante recorrer também a uma abordagem qualitativa, já que se procura a exploração dos dados e descoberta de resultados com maior riqueza e mais próximos da realidade que se quer compreender, como se explica mais à frente. Neste estudo empírico sobre o jornalismo e sociedade, a pesquisa situa-se no cruzamento entre duas perspetivas que caracterizam os estudos recentes desta área,

como explica Isabel Ferin¹²², e que permitem, por um lado, aprofundar o conhecimento científico sobre o universo produtivo das empresas jornalísticas, nos seus diversos aspetos; por outro, aferir o impacto dos *media* e do jornalismo nos indivíduos e na sociedade. As perspetivas são:

Produção/Encoding – na qual se inclui apenas o estudo, através da técnica de análise de conteúdo, da construção temática de uma agenda informativa semanal nos media locais da cidade da Guarda e fontes protagonistas.

Recepção/Decoding – na qual se incluem as pesquisas de audiências e sobre os públicos, na perspetiva dos efeitos da receção, por um lado, mas também, e sobretudo tendo em conta o objeto de estudo, colocando estes públicos no papel ativo de identificação de problemáticas e na consequente definição de uma “agenda do cidadão”.

8.4- Níveis de pesquisa

Sistematizando, e porque o processo de pesquisa não se alcança sem recuos e avanços, quer nos raciocínios quer nos procedimentos, o presente trabalho tem por base três níveis de pesquisa complementares, embora formalmente distintos nos seus objetivos. Designadamente o nível exploratório, descritivo e explicativo.

No nível exploratório, tal como explicam os manuais de investigação em ciências sociais, particularmente Quivy e Campenhoudt (2008:69-86), pretende-se atingir uma certa qualidade de informação acerca do projeto estudado e encontrar as melhores formas de o abordar. Assim, consideram-se as leituras preparatórias que decorrem do meu interesse pela área do jornalismo em geral, e da imprensa local em particular, cujo contributo se centra, especificamente, em obter informação sobre as investigações já levadas a cabo sobre o tema do trabalho e para situar em relação a elas a nova contribuição que se pretende fazer.

Enquadram-se também neste nível os contributos formais das sessões teóricas presenciais da componente letiva do doutoramento, quer de conversas informais com os professores universitários e colegas de investigação, cujos contributos foram fundamentais para o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias. Chegar a um relevante e pertinente problema de investigação depende, em grande medida, da flexibilidade e abertura com que o investigador deixa correr o olhar sem se fixar numa só pista, escutar tudo em redor sem se contentar só com uma

¹²² <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=cunha-isabel-ferin-metodologias.html>

mensagem, apreender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões do problema estudado, as suas facetas mais reveladoras e, a partir daí, os modos de abordagem mais esclarecedores (Quivy e Campenhoudt, 2008:83).

No que se refere ao levantamento bibliográfico e documental, além das primeiras pesquisas na Biblioteca da Universidade da Beira Interior, o recurso mais usado foi a Internet, designadamente a pesquisa global de obras e artigos científicos ligados ao tema, através da palavra-chave *civic* ou *public journalism*. Por outro lado, além da discussão académica, era importante estar a par dos fenómenos comunicacionais cuja mutação acontece todos os dias no espaço global da web. De tal modo que os conceitos e os procedimentos parecem tornar-se obsoletos ainda antes de se aplicarem. Assim, procedeu-se à observação, no espaço da comunicação mediada por computador, de exemplos práticos de sítios que podem constituir estudos de caso para uma melhor compreensão sobre as mudanças nos media, sobretudo a “explosão de conversas” que está a acontecer e para onde se encaminha (Dan Gilmor, 2005:231) se é que conseguimos por ora alcançar.

Quanto ao campo de observação, distinguem-se três etapas de pesquisa empírica: um que diz respeito ao levantamento de dados através de inquéritos por questionário aplicados nas modalidades de aplicação presencial (amostra de “cidadãos comuns”) e por telefone (amostra de assinantes); outro relativo à análise de conteúdo que reporta aos jornais locais da cidade da Guarda, num *corpus* correspondente ao primeiro trimestre de 2011; a última etapa corresponde a aplicação de entrevistas em profundidade, no primeiro trimestre de 2012, com todos os jornalistas dos jornais analisados, à exceção do jornal *Nova Guarda* que entretanto encerrou.

Submetemos o processo de construção dos inquéritos à aplicação de mecanismos de validação, para mais facilmente se detetarem eventuais erros e se proceder à sua reformulação. Um princípio do questionário é que este tem de ser validado, de forma a assegurar que vai fornecer os dados para que foi construído, contribuindo assim para a fiabilidade dos resultados da investigação. Para o efeito, como forma de assegurar esta exigência e porque a precisão não é obtida imediatamente, desenvolveu-se uma versão piloto do questionário para ser submetida aos diversos níveis de análise.

Como complemento da fase exploratória, foi aplicado um pré-inquérito a 25 respondentes semelhantes àqueles a quem o questionário se dirige – na amostra de “cidadãos comuns” - a quem foi perguntado o que pensam sobre o que fizeram, em termos de inteligibilidade e facilidade. Interessava perceber se as perguntas eram claras

e precisas, isto é, formuladas de tal forma que todas as pessoas interrogadas as interpretem da mesma maneira (Quivy e Campenhoudt, 2008: 181). A mesma versão foi analisada pela orientadora científica deste projeto, Anabela Gradim, e por Ricardo Carvalheiro, sociólogo e investigador da UBI.

Da conjugação das duas atividades do nível exploratório, o documento foi substancialmente melhorado, podendo então ser aplicado. O questionário final (Anexo I) ficou formado por perguntas fundamentalmente de natureza qualitativa, havendo, no entanto, algumas de natureza quantitativa. Com ligeiras alterações, o segundo questionário foi trabalhado com base nas mesmas orientações (ver Anexo II).

Tendo como objetivo de pesquisa a descrição das características de determinada população na sua relação com a imprensa, através do estabelecimento de relações entre variáveis, considera-se integrada no nível descritivo os procedimentos de recolha e tratamento de dados a partir da aplicação dos inquéritos. Inserem-se nesta dimensão de análise todos os procedimentos relativos à análise de conteúdo, os quais se refletem nos dados obtidos através da aplicação de grelhas de observação construídas para o efeito, apresentados nos diferentes quadros, e que permitiu o levantamento e uma hierarquização temática das mensagens veiculadas pela imprensa local estudada (ver Anexo III).

No nível explicativo está a análise e interpretação dos resultados e deduções conclusivas que procuram encontrar as respostas às questões ou hipóteses equacionadas no modelo de análise aplicado neste trabalho.

8.5- Questões e hipóteses de investigação

Pretende-se, de uma forma geral, estudar a implementação de práticas de jornalismo cívico em Portugal, através da imprensa regional, e responder às seguintes questões:

- 1- Será que os cidadãos se identificam mais com os seus jornais regionais se estes focarem mais a sua atenção mediática na sua agenda de preocupações substanciais?
- 2- Será que todos ganham (cidadão, jornal, cidadania) se a imprensa fomentar o envolvimento dos leitores no debate público?
- 3- Haverá possibilidades estruturais e de rotina para adotar práticas jornalísticas mais comprometidas com a qualidade da cidadania e da democracia?

As respostas implicam uma abordagem descritiva e exploratória. O pressuposto de base, designadamente para a questão 3, é que alguns procedimentos e aspetos incluídos no movimento do *civic journalism* poderão ser importantes para melhorar o processo de revitalização da imprensa, no atual quadro de uma certa crise de credibilidade, e consequentemente melhorar a qualidade, a abrangência e a relevância da informação pública.

As hipóteses constituem uma afirmação acerca do valor de um parâmetro ou de relacionamento entre parâmetros, que pressupomos como verdadeiras. Pelo facto de estarmos a trabalhar com uma amostra e não com toda a população, quaisquer que sejam a conclusão dos testes, são sempre baseadas na chamada evidência amostral, i.e. naquilo que podemos inferir a partir da amostra que recolhemos. Assim, definimos as seguintes *hipóteses de investigação*:

- 1) Os jornais regionais são vistos mais como veículos de informação e influência, com uma agenda temática focada nas movimentações da política local, e menos como meios de comunicação que dão voz a uma “agenda do cidadão”.
- 2) A maioria das pessoas considera que a imprensa regional devia fazer notícias mais aprofundadas, sobre assuntos sugeridos pelos cidadãos, fomentando o envolvimento dos leitores no debate público.

8.6 - Métodos e técnicas de recolha de dados

Na conceção tradicional, tendo em conta a sua origem grega em termos de estrutura verbal, o termo método significa *meta* y *odos*. *Meta* é uma proposição que confere um sentido de movimento (rumo à imensidão) y *odos* significa caminho (Ander-Egg, 2011:17). Mas, como explica o investigador, esta conceção de método, como um caminho ao qual se recorre para ir de encontro a alguma coisa, deve ser reformulada. A ideia de “caminho”, como se algo estivesse estabelecido e seguro bastando apenas segui-lo para alcançar determinadas metas ou objetivos, «não expressa o pensar científico» resultante das transformações e metamorfoses da ciência a partir da última década do século XX. Ander-Egg defende, por isso, uma nova perspetiva dos meios de

investigação onde o substancial não é a ideia de “caminho” mas antes a ideia de “estratégia”, como arte de combinar, distribuir e realizar ações com vista ao alcance de determinadas metas e objetivos. Desvincula-se, portanto, da ideia metodológica de etapas rígidas e lineares de uma formulação normativa para uma atuação de maior flexibilidade que capacita um investigador para atuar com mais realismo perante a mutabilidade do seu objeto de estudo.

A aceleração e as transformações da sociedade atual conferem uma dinâmica que assenta na linha do provisório o que exige que pensemos e atuemos a partir da incerteza e da perplexidade. Por isso, entende-se que um método não se basta a si mesmo. Pode indicar um caminho mas não como fazê-lo. Surgem, para isso, as técnicas de investigação como procedimentos e meios instrumentais que tornam operativos os métodos (2011,17-18). As técnicas são um conjunto de ações (atos técnicos) realizados em conformidade com orientações teóricas e regras empíricas que se levam a cabo para prosseguir objetivos de investigação e alcançar resultados cientificamente válidos e confiáveis.

A componente empírica deste projeto assenta num conjunto de métodos e técnicas, designadamente o inquérito por questionário e análise de conteúdo, como principais instrumentos de recolha de dados, e a entrevista em profundidade. A partir de alguns autores (Almeida e Pinto, 1986; Bardin, 1991; Bell, 2010, Gil, 1999) sistematizam-se, de seguida, os principais instrumentos de análise empírica em sociologia, consubstanciados nos métodos *experimental*, de *análise extensiva* e de *análise intensiva*. O método experimental tem como objetivos a realização de observações e a recolha de dados, exigindo a presença de dois conjuntos de unidades, controláveis quanto à sua semelhança através de diversos processos técnicos. Os constrangimentos do método residem na sua aplicabilidade relativamente restrita no campo das ciências sociais, pelo menos na sua forma mais rigorosa e pura.

O método de análise extensiva ou de medida traduz-se basicamente na observação, através de perguntas diretas ou indiretas, orientada para populações relativamente vastas colocadas em situações reais, como forma de obter respostas suscetíveis de serem trabalhadas mediante e de acordo com uma análise quantitativa. A análise de todas as unidades torna-se impossível pelas dimensões e dispersão da população, pelo que, em termos metodológicos, o caminho é o da incidência limitada a uma amostra, que constitui uma parte ou um subconjunto representativo da população

ou objeto de estudo. Os resultados da extrapolação, a partir deste processo de amostragem representativa, serão tanto mais fiáveis quanto menor for o grau de incerteza. Cabe neste método o inquérito por questionário, que se usou na presente pesquisa, sendo estruturado de forma estandardizada, com vista à possibilidade de comparação de dados, através da uniformização da informação apurada. Procurou-se em especial com esta técnica, garantir esse princípio de modo a que a posterior aplicação, classificação e contagem fossem alcançadas com êxito.

Este método de medida, que neste caso foi usado em duas modalidades de aplicação (presencial e por telefone), tem vantagens no que se refere à sua extensão e possibilidade de generalização dos resultados, embora com limitações ao nível da exigência de maior aprofundamento sobre particularidades do objeto ou população de estudo. Todavia, uma observação rápida no processo de recolha de dados é, em si mesma, limitativa quanto à capacidade de alcance de níveis de pesquisa intensiva e mais substancial. Ora é precisamente no método de análise intensiva, ou estudo de casos, que se garante essa maior amplitude e profundidade. Sobretudo através do uso de técnicas que garantam e preservem o carácter unitário da amostra particular – que pode ser uma dada situação, um processo, uma instituição ou, neste caso, um grupo de indivíduos, como por exemplo os jornalistas que vamos entrevistar - com a finalidade última de obter uma compreensão mais completa do fenómeno em toda a sua extensão.

Como explicaremos mais à frente sobre o uso da entrevista em profundidade, a investigação do maior número possível de aspetos sobre o objeto de estudo – neste caso sobre a imprensa regional – facilita a intensidade da análise e a sua compreensão mais extensa. Pese embora, como a qualquer método, se lhe possam apontar defeitos como a incapacidade para uma mais ampla e rigorosa generalização de conclusões para outras classes mais amplas de fatos, experiências ou realidades. Isto é, fazer uma análise intensiva sobre o pensamento de uma amostra de uma dúzia de jornalistas de imprensa regional não nos dará, com certeza, indicadores para uma generalização sobre todos os jornalistas em Portugal.

Com base em tudo o que se disse antes verifica-se que o processo de investigação científica, numa postura epistemológica de abertura, já explicada, resulta de uma complementaridade das debilidades e qualidades metodológicas dos procedimentos normativos aqui sintetizados. Os métodos visam proporcionar uma orientação necessária ao desenvolvimento da pesquisa, com maior objetividade e

precisão possíveis e, por isso, devem ser adaptados aos objetivos da investigação. Tendo em conta os objetivos da presente tese, e as questões de investigação apresentadas, aplicou-se um controlo crítico dos procedimentos metodológicos, tendo em conta as suas possibilidades e limitações, de modo a que os instrumentos de pesquisa escolhidos correspondam e se adaptem.

Apresenta-se, de seguida, cada uma das técnicas utilizadas submetidas a uma interpretação crítica a partir da bibliografia sobre metodologias de investigação em ciências sociais. A discussão foi mais alargada, no caso da entrevista em profundidade, com base na nossa própria experiência de jornalista.

8.6.1- Inquérito por questionário

O presente estudo assenta, como já se explicou, num conjunto de métodos e de técnicas complementares e diversificadas que abrangeram as fases exploratória, descritiva e explicativa.

Escolheu-se o questionário para ser a uma das fontes privilegiadas de recolha da informação para este estudo, por permitir uma pesquisa sistemática o mais rigorosa possível, de dados sociais significativos, a partir das hipóteses formuladas, de modo a fornecer explicações (Quivy e Campenhought, 1992:66). Trata-se de uma das técnicas mais emblemáticas, sobretudo do campo da sociologia que consiste num processo de interrogação de um conjunto de indivíduos, sobre fatos ou opiniões, por norma representativos de uma população global, tendo com principal objetivo averiguar inferências e generalizações (Foddy, 1996:1,2).

Os inquéritos por questionário são instrumentos de pesquisa que visam a recolha de informação sobre ideias e comportamentos das pessoas. Os inquéritos diferem quanto à sua natureza, considerando-se três tipos: *inquéritos descritivos, analíticos e mistos* (Sousa, 2003: 220-221). Recorremos ao método de *inquérito misto* que mistura características dos primeiros – cujo objetivo é documentar e descrever o que existe num determinado momento, quais os temas que uma determinada população gostaria de ver na informação dos jornais locais - e do segundo, uma vez que procuramos descrever algumas razões explicativas para determinados aspetos do fenómeno jornalístico na relação com a sociedade.

A opção por este instrumento de recolha de dados prendeu-se, por um lado, com a dimensão do universo/população e, por outro, com a maior celeridade que se verifica

na recolha e tratamento dos dados, sendo a sua análise mais sistematizada e, por isso, mais simples. O facto de ser uma opção mais acessível em termos de custos também pesou nesta escolha. Para assegurar a fiabilidade do questionário considerámos a seguinte sequência de atividades na sua elaboração:

- definição da amostra;
- formulação do tipo de questões;
- pertinência do número de questões;
- utilização da terminologia adequada à área;
- organização das questões e validação do questionário através de pré-teste.

A elaboração do questionário tenta garantir o seu rigor, uma vez que dele depende a medição da maioria das variáveis de investigação, pelo que, antes da sua elaboração, procurou-se definir com rigor:

- os tipos de perguntas a fazer;
- os tipos de respostas adequadas;
- as escalas de medida a utilizar;
- os métodos para análise dos dados.

O documento de recolha de dados foi desenvolvido com o objetivo principal de obter uma visão sobre as preocupações da população da Guarda e a sua relação com a imprensa regional. Designadamente determinar os cinco temas de maior interesse público que constituem a “agenda do cidadão”, tendo como referente os dados das duas amostras definidas, e estabelecer comparações de natureza qualitativa entre elas e com a agenda da imprensa estudada.

O questionário foi estruturado em quatro partes, o mais conciso possível, com perguntas fechadas, de modo a evitar ambiguidades na interpretação e na codificação das respostas e, ainda, possibilitar a utilização sistematizada de métodos estatísticos de análise. Este tipo de questionário facilita o tratamento e análise da informação, exigindo menos tempo. Por outro lado, as perguntas mais fechadas são bastante objectivas e requerem um menor esforço por parte dos sujeitos aos quais esta ferramenta é aplicada.

As questões formuladas no questionário final (Anexo I) foram então estruturadas em quatro partes distintas:

Parte I – Caracterização de hábitos de leitura de OCS, classificação da informação e co-relação entre temas e preocupações cívicas.

Parte II – Identificação dos cinco temas da “agenda do cidadão”

Parte III – Caracterização dos jornais regionais: o que deviam ser

Parte IV – Caracterização biográfica: idade, sexo e nível de instrução

Na elaboração do questionário, uma das fases mais exigentes e delicadas do processo¹²³, foi associada uma escala de medida às várias alternativas de resposta, de forma a possibilitar a sua análise por meio de técnicas estatísticas. Assim, para conjuntos de categorias de respostas qualitativamente diferentes e mutuamente exclusivas, aplicamos uma escala nominal do tipo VAS (*Visual Analogue Scales*) e para conjuntos de respostas alternativas, em que se estabelece uma relação de ordem entre elas, aplicamos uma escala ordinal, do tipo Likert, em que é feita uma ordenação numérica das diferentes alternativas de resposta (Cruz V., 2004). A escala VAS é um tipo de escala baseada numa linha horizontal, apresentando duas proposições contrárias: “Sim” ou “Não”.

O inquirido deve responder à questão assinalando na linha a posição que corresponde à opinião do inquirido. A escala Likert é um tipo de escala que advém da escala VAS, apresentado os mesmos objetivos mas um formato diferente. A escala Likert apresenta, neste caso, uma série de cinco proposições, das quais o inquirido deve selecionar uma, sendo estas, “Discordo totalmente”, “Discordo”, “Indiferente”, “Concordo” e “Concordo totalmente”. Deste modo o inquirido concorda com uma das proposições. Este tipo de escala pretende medir o grau de importância relativamente às proposições de opinião.

¹²³ «Na redação de um questionário sociológico sobressaem cinco dimensões nevrálgicas, todas elas exigindo uma eficiente combinação de imaginação e rigor: a forma; a linguagem; as reações e os efeitos suscitados; a disposição das perguntas; a economia ou estruturação do conjunto» (Gonçalves, 1996:56-57)

8.6.1.1- Procedimentos de aplicação via telefone

De todas as técnicas, a entrevista por telefone talvez seja a mais complicada¹²⁴, uma vez que exige uma certa habilidade para se ser capaz de manter o entrevistado ao auricular respondendo às perguntas. Para uma maior eficácia da aplicação é importante definir um tempo útil a partir do qual qualquer interlocutor deixa de tomar atenção havendo mais probabilidade de as suas respostas serem incompletas.

Da experiência acumulada no campo da investigação, de acordo com a clássica obra de Roger D. Wimmer e Joseph R. Dominick¹²⁵, traduzida para castelhano por J. Luis Dader¹²⁶, conclui-se que qualquer entrevistador profissional, via telefone, deve conseguir aplicar e manter a atenção do entrevistado durante 20 minutos. A partir daí, o número de respostas completas desce abruptamente por número de entrevistados. Tendo em conta este dado, optámos por fazer um teste de eficiência de aplicação submetendo o questionário a uma prova prévia para que a recolha de dados seja o mais eficiente possível, no que dependa do entrevistador. Em situações normais, a aplicação do nosso questionário pode ocorrer em menos tempo do que sugere o estudo citado, concretamente entre 10 e 12 minutos. O que é uma vantagem para a taxa de sucesso da aplicação. Foram ainda tidas em conta regras de procedimento para reduzir o número de substituições durante a execução das chamadas telefónicas nas situações de *Recusa*, *Ausência Temporária*, *Ausência Definitiva*, *Não Atendido* ou *Ocupado*.

Para uma maior eficácia na gestão de todo o processo de realização e recolha de dados através deste método, consideramos relevante acrescentar um quadro de

¹²⁴ Dos quatro métodos fundamentais que constituem os tipos ou formas de entrevistas, por correio, por telefone, por entrevista pessoal e aplicação simultânea, optámos, nesta fase da investigação, pelo método do telefone. Em qualquer um deles há vantagens e inconvenientes que convém ter em conta. Ponderámos o envio por correio, um procedimento muito popular no campo da investigação em vários domínios científicos, por representar um mínimo custo de tempo e financeiro. Mas do lado oposto da balança, em termos de eventuais inconvenientes, há que ter presente que a maior das pessoas – mesmo numa cidade pequena como a Guarda – estão ocupadas e com pouco tempo disponível. Em consequência, sem a interação pessoal do entrevistador, para resolver dúvidas ou ampliar as instruções, não haverá muita gente a compartilhar o entusiasmo de quem preparou o questionário e que muitos se podem limitar a tirar os papéis dos envelopes. Apesar de haver estratégias metodológicas para garantir a adesão (Wimmer e Dominick, 1996:128), decidimos optar pela aplicação via telefone.

¹²⁵ Autores de *Mass Media Research, An Introduction*, International Thomson Publishing, Wadsworth, 1994, com quatro edições, uma obra onde se encontram uma prática abordagem sobre estatística e métodos de investigação científica, na qual se desmistificam os procedimentos e se aproximam as técnicas a situações de trabalho real.

¹²⁶ A referida obra teve a primeira edição espanhola em Junho de 1996, pela mão de J. Luis Dader, numa edição de Bosch Casa Editorial, S.A.

incidências que nos permita ir anotando a situação de cada chamada (Wimmer e Dominick, 1996:131). Esta metodologia permite-nos quantificar a taxa de respostas em relação aos seguintes detalhes adicionais: número de entrevistas plenamente completadas, não conseguidas, ausências de resposta, abandonos a metade da entrevista, entre outros aspetos refletivos no quadro seguinte:

Figura 5 - Quadro de incidências por chamada no questionário telefónico¹²⁷

Código: 1-Entrevista completa; 2-Atendedor automático; 3-Linha ocupada; 4-Não atende; 5-Recusam responder; 6-Sugere outro momento. Quando....; 7-Telefone fora de funcionamento; 8- Número alterado;9- Sem possibilidade de falar com pessoa desejada; 10-Entrevista impossível de realizar					
Chamada	1	2	3	4	5
Número marcado	Dia: Hora:	Dia: Hora:	Dia: Hora:	Dia: Hora:	Dia: Hora:
(....)	Código:	Código:	Código:	Código:	Código:
(....)	Dia: Hora: Código:	Dia: Hora: Código:	Dia: Hora: Código:	Dia: Hora: Código:	Dia: Hora: Código:
(....)	Dia: Hora: Código:	Dia: Hora: Código:	Dia: Hora: Código:	Dia: Hora: Código:	Dia: Hora: Código:

A recolha de informação é efetuada diariamente, entre as 18h e as 22h, através de entrevista telefónica para o lar dos entrevistados. Relativamente às várias situações que ocorrem na execução da entrevista, estão estabelecidas regras de procedimento para reduzir o número de substituições.

Nos contatos em que há uma situação de *Recusa*, que pode assumir a forma de recusa explícita, desligar o telefone sem nenhuma explicação ou desistir da entrevista, estes números de telefone ficam disponíveis para mais duas tentativas. Isto significa que os números de telefone nestas situações ficam disponíveis para serem selecionados até à terceira tentativa. Ou seja, estabelecemos apenas três chamadas – uma inicial e duas tentativas – mas se nas três der sinal de ocupado ou for remetida para gravador de chamadas, contabilizamos cinco tentativas para tais casos. (*ver quadro de incidências*)

¹²⁷ Adaptado a partir de um gráfico de incidência por chamada de um questionário telefónico de Roger D.Wimmer e Joseph R. Dominick (1996:131)

Quando se escuta o sinal de *Ocupado*, a regra é voltar a tentar meia hora depois. Se não se conseguir, espera-se entre duas a três horas para voltar a tentar. Não há limite para o número de tentativas nas categorias de *Não Atendido* ou *Ocupado*. Estes números voltarão a ser ligados durante todo o período em que decorre o estudo.

As chamadas efetuadas ao final da tarde-noite sem resposta voltam-se a tentar no dia seguinte. Na situação de *Ausente Temporariamente*, há novo contacto na hora e dia que for indicado pela pessoa que atendeu o telefone. Quando assinalada uma *Ausência Definitiva*, haverá mais uma tentativa com um intervalo de tempo de, no mínimo, dois dias. Na categoria de *Não Atendido*, a temporização destas tentativas está programada do seguinte modo: de segunda a sexta-feira (das 18 às 22h) com intervalos de uma hora até esgotar quatro tentativas.

Para reduzir os possíveis problemas potencialmente ocasionados com a atitude do entrevistador, é preciso ter em conta instruções adequadas para evitar manifestações de parcialidade na condução do entrevistado, que podem interferir na necessária sinceridade das respostas. Ao mostrar aprovação de certas respostas pode estimular contestações similares a outras perguntas. Saltar perguntas, formular as questões de maneira descuidada ou mostrar-se impaciente pode também ser uma fonte de problemas. Tendo isto em conta, vamos seguir as recomendações de Roger D. Wimmer e Joseph R. Dominick (1996:129)¹²⁸ que, à partida, nos sugerem garantias de melhor corresponder ao objetivo de sucesso na realização das chamadas concretizadas. As recomendações metodológicas são:

- a) Ler as perguntas como estão escritas, e pela ordem exata como se apresentam. Saltar de umas para as outras onde e quando o questionário assim o expressa.
- b) Nunca sugerir uma resposta ao tentar explicar a pergunta ou introduzir de forma implícita o tipo de resposta supostamente desejada. Não apoiar em nenhum sentido.
- c) Se não se entende uma pergunta, dizer: «permita-me que lha leia de novo» e repita-a com clareza. Se, mesmo assim, não é entendida, anotar um “sem resposta”.
- d) Reproduzir as respostas e comentários exatamente como são expressos, escrevendo-os na sua totalidade. Se uma resposta parece vaga ou incompleta, introduzir uma pergunta neutra, do tipo: “Poderia explicar isso?” ou “Que quer dizer com isso?”

¹²⁸ Wimmer e Dominick replicaram tais recomendações a partir da National Association of Broadcasters, dos Estados Unidos, tomadas de «A Broadcast Research Primer», 1976, pp.37.38

- e) Comportar-se de maneira interessada, atenta e apreciadora da colaboração mostrada pelo entrevistado, mas nunca fazer comentários sobre as suas manifestações. Nunca se deve expressar aprovação, desaprovação ou surpresa. Incluindo um *Oh!* que pode causar vacilação na resposta a outras perguntas. Nunca elogiar ou criticar o entrevistado.
- f) Cumprir rigorosamente as instruções quer esteja ou não de acordo com elas e apontar cada problema de comunicação que surja.
- g) Ao terminar agradecer ao entrevistado, deixando uma boa impressão para eventuais contatos futuros.

8.6.2 - Análise de conteúdo

Krippendorff (2004:3) enquadra a análise de conteúdo em termos históricos e conceptuais na multiplicidade de perspetivas de usos científicos, referenciado, como primeira fase, a análise sistemática de textos anterior ao processo de inquisição da Igreja católica no século XVII, tendo as primeiras dissertações sobre jornais sido enquadradas no campo da teologia e defendidas em 1690, 1695 e 1699.

A partir das várias técnicas de análise de conteúdo (Quivy e Campenhoudt, 2008:226-232) a que mais interessa em relação ao objeto de estudo corresponde à chamada *análise categorial temática*, que consiste em calcular e comparar as frequências de certas características - os temas evocados pelos jornais - previamente agrupados em categorias significativas. Esta análise foi efetuada às primeiras páginas dos jornais que constituíram o *corpus* desta pesquisa, tendo assentado em operações de identificação temática das manchetes, títulos e chamadas em função de categorias pré-estabelecidas. O procedimento é essencialmente quantitativo.

Um dos principais desafios metodológicos é como chegar a categorias significativas. Como explica Bardin (1991:117) «a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia, com os critérios previamente definidos». Ora o nosso critério de categorização - seguindo a sugestão da autora - será de ordem semântica (categorias temáticas: por exemplo todos os temas que significam cultura ficam agrupados na categoria "Cultura"). O problema está numa eficaz e inquestionável categorização. Esta, segundo Bardin (p.119), pode empregar

dois processos inversos: 1) O sistema de categorias é fornecido e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados. Trata-se de um procedimento por "caixas"; 2) O sistema de categorias não é fornecido, antes o resultado da classificação analógica e progressiva dos elementos. O título conceptual de cada categoria é apenas definido no final da operação.

Através do segundo processo, não implica a criação de uma grelha de categorização prévia mas antes a aplicação de um procedimento de classificação temática sugerida pelas próprias notícias de 1ª pág. dos jornais. Mas este não será o melhor caminho. Uma análise categorial temática implica, à partida, sempre uma categorização terminal. Em termos de defesa teórica sobre as qualidades de categorias boas, e para aí chegarmos adotamos mais uma vez Bardin (1991,120) através dos processos de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, produtividade (na perspetiva de fornecer resultados férteis de inferências, dados exatos). Mais à frente, no processo de organização e análise de dados, explica-se a categorização adotada de acordo com estes princípios.

A adoção da análise de conteúdo neste trabalho justifica-se por se tratar de uma técnica metodológica com grande utilidade, quer na sua clássica vertente quantitativa quer numa operação de natureza qualitativa que nos permite usar, criticamente, as informações na sua relação simbólica com o respetivo contexto. Essa pesquisa mais aprofundada, no caso do presente trabalho, ganha maior relevo e riqueza investigativa com a adoção de um conjunto de métodos e técnicas (Bardin, 1991; Krippendorff, 1980; Quivy e Campenhoudt, 2008). Todos os autores aqui mobilizados, com pequenas diferenças de interpretação, consideram que através da análise de conteúdo se pode alcançar uma clara percepção do 1) tipo de acontecimentos mais destacados ou privilegiados pelos responsáveis dos jornais para serem transformados em notícia; 2) dos critérios de noticiabilidade destacados pela construção informativa; 3) a distribuição noticiosa da agenda dos *media* em relação às realidades (local, nacional, internacional) e dentro destas descortinar a proporcionalidade geográfica de tratamento informativo entre os centros e as periferias; 4) as fontes mais privilegiadas pelas notícias, entre outros aspetos.

8.6.3 - Entrevista em profundidade: fundamentos epistemológicos

Para o aprofundamento da investigação sobre o campo da imprensa regional, como objeto de estudo científico aqui considerado, pretende-se aplicar uma metodologia que privilegie uma aproximação à realidade desse objeto. A aplicação de uma análise de conteúdo às publicações em causa, pese embora o seu caráter científico por via da quantificação matemática e estatística, não garante o alcance de um conhecimento sobre todos os ângulos do objeto de estudo. O método quantitativo, também designado por distributivo, tem o duplo objetivo de descrever e explicar os fenómenos e situações sociais à luz do contraste das hipóteses de tipo probabilístico (Rubio e Varas, 2004:239).

Mas este método científico “matemático”, que transitou das ciências naturais para as ciências sociais, tem as suas limitações, pelo que neste trabalho se propõe complementar a pesquisa com a aplicação do método qualitativo, mediante o uso da técnica de entrevista em profundidade, cujo conceito se discute mais a frente. Sem descartar a importância decisiva da quantificação dos fatos sociais assegurada pelo primeiro – no nosso caso usada para classificar tematicamente uma amostra de jornais regionais - o segundo permite descobrir aspetos da realidade que, de outro modo, podem passar descuidados ou mesmo relegados ou depreciados. A metodologia qualitativa é também empírica uma vez que parte da observação dos fatos, quer sejam discursos, símbolos ou outras unidades de análise a considerar, para construir as suas interpretações (idem, p. 245).

O nosso objetivo é assegurar um dispositivo global de investigação, um método de trabalho, que ajude na elucidação do real (Quivy e Campenhoudt, 2008:15) sem correr o risco de este se tornar paradoxalmente inútil. Quer por omissão, quer por excesso de observação e análise da realidade sem uma fundamentação teórica que sustente as opções e as justifique evitando-se, tanto quanto possível, a arbitrariedade da investigação social. Procura-se aqui uma via metodológica o mais adaptável possível à natureza do nosso trabalho, com base em experiências de investigadores que admitem a sua subjetividade e não defendem a imposição mecânica de um determinado processo investigativo a título de cânone universal (Quivy e Campenhoudt, 2008:16). Portanto, pese embora nos pareça sensato o uso de um determinado método e técnica de investigação, em sentido restrito como procedimentos de trabalho corretamente

adaptados ao presente projeto, estes estão sempre sujeitos ao seu caráter de imprecisão e irrevogabilidade (*idem*, p.17).

Chegados aqui, procura-se desenhar (e justificar) uma metodologia (arriscada) de combinar diferentes métodos de recolha de informação. Numa parte do trabalho, como se explicou antes, a análise de conteúdo serve para uma interpretação sobre o perfil dos jornais em análise, noutra com a aplicação de inquéritos alcança-se uma perspetiva de relação dos cidadãos-leitores com a “sua” imprensa. Nesta parte, com uma amostra de nove jornalistas exclusivamente da imprensa escrita analisada¹²⁹, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo mediante correlações de natureza qualitativa. Importa, por isso, enquadrar teoricamente este cruzamento metodológico, com maior precisão. Este uso de metodologias oriundas de diferentes tradições (métodos quantitativos e qualitativos) na mesma investigação é um processo (aparentemente) mais adequado aos nossos objetivos de investigação. É uma necessidade que nos parece natural face ao aprofundamento da análise e que, em termos de fundamentação teórica, se funda num paradigma de confluência de métodos no campo da investigação social, cada vez mais comum.

Assiste-se, nos últimos anos, a um movimento de reflexão teórica que, em termos gerais, vem desafiar o campo da investigação para as virtudes (e os perigos) da combinação de metodologias de natureza concetual distinta mas que podem, quando bem usadas, ser muito úteis. De forma muito sucinta, surgem designações que refletem esse pluralismo metodológico de que são exemplo as noções de “triangulação” e “métodos múltiplos”. A ideia da “triangulação” constitui, de acordo com a literatura, um conceito central na integração metodológica, sendo definida como uma das formas de combinar vários métodos entre si (Flick, 2005a e 2005b) e de articular métodos quantitativos (Fielding e Schreier, 2001, Flick, 2005a).

Trata-se de uma proposta conceptual contrária à ideia do uso de um método único. Por seu lado - com um mesmo sentido semântico - a noção de “métodos múltiplos” designa a combinação de diferentes tipos de métodos numa mesma investigação com o objetivo central de ultrapassar as limitações de cada método. Estamos, portanto, no campo específico daquilo a que alguns autores designam por

¹²⁹ Os nove jornalistas correspondem atualmente (2012) ao total de profissionais a exercer a profissão nos três jornais da cidade, correspondendo à seguinte distribuição: 2 no jornal *A Guarda*; 3 no *Terras da Beira*; 4 no *O Interior* (neste caso considerando o diretor da publicação que é simultaneamente profissional). Considera-se, por isso, uma amostra totalmente representativa dos profissionais do universo das publicações em análise.

“triangulação metodológica” entre métodos quantitativos e qualitativos (Cox e Hassard, 2005:109-133).

Como qualquer debate de natureza científica, permanentemente rebatido por visões distintas, novas abordagens e propostas de definições, também esta questão sobre as mudanças no paradigma metodológico – que aqui não temos o propósito de aprofundar – encontra divergências. Sobretudo no que se refere às premissas mais importantes de um estudo científico: a seriedade e a validade.

Já o temos vindo a assumir e voltamos a sublinhar: os meios não garantem os fins, isto é, mais métodos de recolhe e análise não significam, só por si, melhores resultados. Uma agregação técnica de diferentes métodos não assegura que se alcance uma perceção completa sobre uma realidade em estudo porque ela é, por natureza, matizada e multifacetada. Não há “a verdade” mas “uma verdade funcional”, que serve para debater hipóteses de trabalho, construída a partir de dados interpretados com uma carga de subjetividade do investigador. É esse o entendimento de Almeida e Pinto (1986) para quem, em resumo, a categoria “verdade” deve ser entendida apenas como um limite e uma orientação operatória para se alcançarem aproximações ao objeto de estudo.

Por outro lado, considera-se determinante para o alcance de um discurso científico que os pressupostos epistemológicos, que orientam uma pesquisa, possam ser confrontados, interrogados, analisados à luz da sua relação pragmática com os contextos e com os atores que operam no campo. Isto é, procura-se escapar a um registo discursivo subjetivo, ensaístico – pese embora se possa admitir a legitimidade científica da ciência como uma retórica sobre o mundo, na linha do pensamento do sociólogo Boaventura Sousa Santos (2011) – para o aproximar a uma objetividade discursiva que informe, tanto quanto possível, como as coisas são. Isto é, alcançar um retrato completo e holístico do fenómeno em estudo. O pensamento científico, neste caso, tornar-se-á substancial e relevante se for coadjuvado e sustentado por resultados de um processo de pesquisa empiricamente comprovável, desenhado para garantir princípios de universalidade metodológica que, ao ser replicados, não admitam heterogeneidades gritantes. Mas, como postura epistemológica crítica, não nos revemos na aceção superficial de que a complementaridade de métodos aqui defendida seja usada apenas para descrever a convergência ou divergência de resultados, corroborar ou infirmar esses mesmos resultados quantitativos. É esse o entendimento de Fielding e Schreier (2001:47) ao defenderem que a principal vantagem da “triangulação” – como processo

de combinação de métodos quantitativo e qualitativo – não é alcançar conclusões (absolutamente) fidedignas ou precisas mas, antes, estimular o investigador a uma postura crítica e permanentemente cética quantos aos resultados.

Com base nestes princípios teóricos de orientação geral, procura-se, de seguida, explicar o principal objetivo da pesquisa, neste ponto da tese, a metodologia adotada e a sua completa justificação, quer concetual quer quanto aos procedimentos técnicos. O principal objetivo, em termos gerais, é alcançar uma perceção sobre o papel e função sociopolítica da imprensa regional designado, por alguns autores, de “jornalismo de proximidade” (Camponez, 2002) e que em Portugal não conhece um significativo desenvolvimento investigativo, nem o reconhecimento que merece no campo das Ciências da Comunicação. É a necessidade desse reconhecimento (e de mais fecundo estudo) que além de uma maior atenção por parte de entidades como a ERC (como se analisou no ponto anterior) tem merecido maior atenção por parte da academia, com projetos de investigação em curso (como é o caso do Projeto “Agenda do Cidadão” desenvolvido na UBI, sob a coordenação do Professor João Correia, e do qual faremos uma triangulação de resultados e de dados na parte final deste trabalho).

O nosso propósito não será o de ousar uma completa radiografia do sector - não é esse o alcance desejado - mas contribuir para um maior conhecimento da especificidade desta imprensa, no que se refere ao seu papel social (a sua exterioridade com a comunidade) e a sua auto-imagem de legitimação jornalística (a sua interioridade profissional protagonizada pelos jornalistas) a partir de um ângulo de pesquisa sociológico que permita aclarar alguns aspetos (indissociáveis da sua classificação conceptual) enunciados em forma de temáticas ou questões de pesquisa. A escolha destas temáticas procura seguir um critério de pluralidade e diversidade na abordagem à imprensa regional a partir dos contributos discursivos dos seus profissionais. Com o objetivo de orientar o guião de entrevista, estas são as linhas que se procuram debater:

Temática 1: A imprensa regional revisitada pelos seus profissionais

- a)*** Como se vê a si própria a imprensa regional.
- b)*** Qual a realidade que persiste na perspetiva da experiência direta dos seus jornalistas.
- c)*** Que valores e princípios de orientação ética sustentam esta imprensa.
- d)*** Que significa *proximidade* para os jornalistas.

- e) Como se vê, a ele próprio, o jornalista: mero mediador, observador fora do jogo social, alguém que apenas disponibiliza informação (mediador) ou também dá sentido (ator)¹³⁰.
- f) Que relação dialógica se estabelece hoje com os públicos.
- g) Quais os traços específicos de uma cultura profissional na imprensa regional.
- h) Que (in)compatibilidades entre as dimensões do jornalismo-negócio e do jornalismo-poder (jornalismo-informativo e jornalismo-explicativo).¹³¹
- i) Que mudanças (positivas e negativas) e desafios representam os avanços tecnológicos.
- j) Quais os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do sector na opinião dos seus protagonistas diretos.

Temática 2: A imprensa regional desejada pelos cidadãos¹³²

- k) Que interesse jornalístico existe na identificação de uma agenda dos assuntos que mais preocupam os cidadãos.
- l) Que viabilidade em produzir reportagens mais aprofundadas a partir de temas sugeridos pelos cidadãos.
- m) Que vantagens e perigos numa atitude de maior proximidade com uma “agenda do cidadão”.
- n) Que tipo de relação se espera (e se concretiza) entre o jornalismo e a sociedade local e regional.

¹³⁰ Como explica Carlos Camponez (2004:181,182), enquanto a atividade profissional resulta sobretudo de uma ideologia profissional, dar sentido implica uma responsabilidade social. Isso torna o jornalista não apenas um mediador, mas também um ator social tanto mais importante quanto mais se valorizam politicamente democráticos de sufrágio universal, e a intervenção cívica através daquilo que normalmente se denomina por espaço público e opinião pública.

¹³¹ O advento da sociedade industrial, sobretudo na segunda metade do séc. XIX, está marcado por uma etapa da informação que coincide com a primeira evolução do jornalismo como *jornalismo-fenómeno* de massas, também denominado por jornalismo moderno. Neste quadro de referência histórica, como explicam Javier Fernández del Moral e Francisco Esteve Ramírez (1993), entende-se que a primeira assimilação da sociedade capitalista sobre o jornalismo é olhá-lo como *jornalismo-negócio*, considerando a dimensão publicista como a fundamental, aspeto que chegou e se consolidou (gerando toda uma linha crítica, como se analisou nesta tese) até aos nossos dias. E etapa do jornalismo-informativo resulta da primeira etapa ideológica de afirmação de um jornalismo-poder de persuasão. Trata-se da primeira evolução do jornalismo moderno, como fenómeno específico de especialização profissional, seguindo-se uma segunda evolução com o jornalismo-explicativo valorizando-se os conteúdos informativos como parcelas do conhecimento especializado, ao que viria a constituir-se a aparição histórica do jornalismo especializado como estrutura informativa. Cf. Moral e Ramírez, 1993:70,71)

¹³² Esta questão resulta diretamente da aplicação de duas sondagens de opinião a uma amostra de 100 cidadãos leitores de imprensa regional, assinantes do jornal *Nova Guarda*, e mais 200 “cidadãos comuns”, que permite, entre outros aspetos tratados noutro capítulo, identificar uma tendência de como a imprensa regional é vista pelos seus públicos, o que estes esperam dela e, com base nesta investigação, estabelecer relação comparativa com o entendimento dos jornalistas. Cf. Capítulos 9,10,11 e 12.

- o) A que obedece a informação jornalística profissional: às leis do mercado (a cujo aparecimento deve ela a sua própria existência¹³³), aos interesses dos cidadãos (que visão têm os jornalistas sobre os “interesses” dos cidadãos).

Tema 3: A imprensa regional a caminho do futuro

- p) Que desafios a nova galáxia dos *media* sociais, da interação global, traz à imprensa regional?¹³⁴

Importa esclarecer, no que se refere ao tema 3, que não se procura uma espécie de visão “profética” sobre o que, previsivelmente, vai acontecer no futuro com este sector da imprensa, mas apenas uma tentativa de perceber melhor o presente. E com esse conhecimento do presente, melhor se podem antecipar tendências de futuro. Coincidimos na postura epistemológica de James Curran e Jean Seaton (2001:283) ao afirmarem: “Quando falamos de futuro, podemos revelar mais acerca de como entendemos o presente do que fazer previsões confiáveis acerca do que irá acontecer. Pensar no futuro pode ser útil, dando-nos imagens e esperanças para as quais vale a pena trabalhar, avisos a que se deve prestar atenção, ou pode ser inútil, escondendo as necessidades que precisam ser compreendidas e resolvidas”.

Uma aproximação à realidade da imprensa local pressupõe não apenas discorrer teoricamente sobre ela, a partir de interpretações e reinterpretações de outrem, mas assumir que ela tem uma existência e uma realidade objetiva, mutável, sobre a qual se procura um entendimento através de meios racionais. Como explica Curran e Seaton (2001: 304), muitas das ideias extremas que derivam, por exemplo, das teorias sobre a globalização são frágeis ou simplesmente proféticas, sem correspondência científica universal. São o caso das muitas suposições pessimistas acerca do impacto dos *media* na vida das pessoas, vistos como os grandes persuasores “escondidos”, cujas imagens mantinham todo o mundo pós-imperial em desenvolvimento na escravidão das grandes

¹³³ Alusão ao contexto do advento da imprensa na fase do mercantilismo capitalista com uma sobrevalorização da notícia, como mercadoria, onde a informação jornalística obedece primeiramente às leis do mercado, como sustenta Jurgen Habermas (1981:53).

¹³⁴ A referência ao termo galáxia deriva da distinção histórica da evolução da comunicação humana, teorizada por diversos autores, entre eles McLuhan, através de abordagens diacrónicas de transição entre os universos pré-tipográfico e pós-tipográfico para a chamada Galáxia de Gutenberg e que ilustra uma genealogia das transformações não só ao nível das tecnologias de comunicação mas também as consequentes mudanças sociais, intelectuais, políticas e culturais que daí resultaram na civilização ocidental desde o Renascimento (séc. XVI) até ao séc. XX. Cf. Francisco Rui Cádima (1996:61-73).

sociedades do mundo desenvolvido e através delas à mercê da fantasia política dos poderes imperiais (*idem*, p.291).

Ora, na opinião destes autores (*idem*, p. 303), “não existe prova de que os *media* tenham conduzido a pessoas “globais com sentimentos globais uniformizados”. É esta postura contrária a um ceticismo ensaístico que nos orienta, ao mesmo tempo que se tenta evitar uma posição reconfortante de uma (aparente) inteligência prévia presa a ideias generalistas ou suposições subjetivas sobre o objeto da investigação neste ponto. Tal como a globalização (tecnológica ou cultural) não significa a homogeneidade de visões utópicas de um mundo pleno de “imagens” de abundância e excesso – de que a galáxia de Bill Gates é profícua - também o conhecimento e a interpretação (possível) de lugares e realidades particulares, baseados em ideologias particulares e processos de mutação constante, carece de um recuo epistemológico consubstanciado, simultaneamente, num olhar neutro, e de uma aproximação clínica ao objeto de estudo, para dele obter significados de realidade que informem determinados ângulos de conhecimento.

O que se procura, particularmente neste ponto da tese e em toda ela, é justamente uma perspectiva de conhecimento sobre a realidade da imprensa regional considerada a partir da micro-realidade geográfica, sociocultural e política da região da Guarda. Podendo, a partir dela, estender tendências suscetíveis de novos e mais aprofundados estudos. Para o efeito, tal como se expôs no início deste capítulo, pretende-se passar de uma descrição e explicação de dados quantitativos, distribuídos por frequências e correlações – que foram usados noutra parte deste trabalho – mas a uma análise e interpretação “subjetiva do mesmo objeto de estudo a partir do discurso dos seus protagonistas (Rubio e Varas, 2004:245,246).

Procura-se, portanto, perceber a imprensa regional, não apenas no que se revela a partir de uma análise exterior, mas à luz da lógica da sua interioridade. Tal como qualquer outro fenómeno social, ou instituição de mediação, a imprensa regional tem uma história, feita de estórias e protagonistas distintos, e é uma realidade heterogénea que torna difícil sobre ela construir-se, com segurança, uma tipologia empírica. Como tal, considera-se aqui não apenas o nível da explicação mas aprofundar o nível da compreensão. E falar desta imprensa (ou de outra qualquer) implica, no nosso ponto de vista, não apenas olhar ao nível dos fatos (nível fático do método quantitativo) mas adotar o método qualitativo por ser mais adequado (não melhor ou pior) para se aceder ao nível dos discursos ou nível significativo. Neste, por teoria, podem garantir-se

melhor as razões “subjetivas” ou as bases sobre as quais opera ideológica e socialmente a imprensa regional (Rubio e Varas, 2004:246).

Interessa perceber como se vê ideológica e socialmente a imprensa, no discurso dos seus profissionais, em vários dos aspetos anteriormente explicitados. O uso dos termos “investigação” e “ciência” obriga-nos à fuga da ligeireza do seu entendimento e ao empenho substancial do seu alcance. Isto é, podemos, com segurança, falar em investigação se ela nos permitir captar, com maior perspicácia, as lógicas de funcionamento das organizações jornalísticas, objeto de estudo, e ainda compreender com mais nitidez como os seus profissionais apreendem a realidade e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações. Da mesma forma, alcançar-se-á “ciência” se a investigação contribuir para fazer progredir os quadros conceituais das ciências sociais (Quivy e Campenhoudt, 2008:19).

Explica-se de seguida a técnica de investigação adotada, à luz dos contributos teóricos de vários autores, para a discussão sobre como se vê a ela própria a imprensa regional.

8.6.3.1- Fundamentos metodológicos

Também designada por entrevista qualitativa, mais vulgarmente conhecida por entrevista em profundidade, é um dos principais instrumentos ao serviço da investigação social. Procura-se aqui uma abordagem conceptual pluralista, consoante as experiências e os campos de investigação dos seus autores, que nos permitam assumir, com espírito crítico, a entrevista na sua versão tipológica mais adequada ao nosso projeto.

Face a um processo específico de investigação em ciências sociais e da comunicação, que deve ser fiável pela replicabilidade, impõe-se, no nosso ponto de vista, uma postura crítica permanente: i) entender a entrevista com função primordial de assegurar uma rutura com a especulação gratuita e com os preconceitos. Facilmente se pode cair na armadilha da ilusão da transparência, quer no modo como enunciamos uma pergunta quer na confirmação superficial de ideias preconcebidas (Quivy e Campenhoudt, 2008:70). Para se cumprir essa função de rutura - seguindo as recomendações destes autores, cuja obra aqui citada, na 5ª edição, foi revista e corrigida com o contributo de inúmeros investigadores de vários países – devem ser cumpridas certas condições apresentadas sob a forma de respostas às três perguntas seguintes (*idem*, p.71): i) Com quem é útil ter uma entrevista?, ii) Em que consistem as entrevistas

e como realizá-las?; iii) Como explorá-las para que permitam uma verdadeira rutura com os preconceitos, as pré-noções e as ilusões de transparência?

No primeiro caso, e seguindo a terminologia dos autores (Quivy e Campenhoudt, 2008), aplica-se no nosso projeto a escolha dos jornalistas da imprensa regional da Guarda como *testemunhas privilegiados* face aos objetivos de investigação, sendo os principais interlocutores pela sua posição, ação e responsabilidade. A sua atividade profissional coloca-os diretamente em contato com a realidade da vida dos jornais sendo, por isso, muito útil entrevistá-los. O uso do advérbio “muito” não deve, todavia, permitir absolutizar a inequívoca utilidade das prestações discursivas desses interlocutores. Nada, à partida, garante que um conjunto de respostas não tenha desvios devido à ilusão da transparência. Como explicam Quivy e Campenhoudt (2008:72) as entrevistas a estes interlocutores privilegiados ou ao público a que um estudo diga diretamente respeito são as que oferecem os maiores riscos. “A subjetividade, a falta de distância, a visão parcelar e parcial são inerentes a este tipo de entrevista” (*idem*, *ibidem*). Significa que, de acordo com os mesmos autores, é indispensável uma boa dose de espírito crítico e um mínimo de técnica para evitar as armadilhas que encerram.

Coincidente com esta posição teórica, Judith Bell (2010:137), ao destacar a adaptabilidade como grande vantagem da entrevista, adverte para o fato de ser uma técnica “altamente subjetiva, havendo sempre o perigo de ser parcial”. Se, à luz das clássicas definições, uma entrevista pode ser entendida como uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado com o objetivo de extrair determinada informação, alcançar o êxito dessa tarefa não é tão simples (*idem*, p.138).

Transpondo estas precauções metodológicas para uma reflexão apontada ao contexto da nossa investigação, percebe-se melhor a exigência dos procedimentos, dos tópicos a selecionar, das questões a elaborar e os métodos de análise a adotar. Uma entrevista de natureza científica não é a mesma coisa que uma entrevista jornalística; a primeira tenta apreender as dinâmicas sociais através de indicadores com os quais alimenta a sua reflexão, a segunda procura reações imediatas na urgência de uma medição normalmente superficial para iluminar perspetivas da subjetividade informativa quotidiana. É essa engrenagem de uma mecânica de narrativas de desgaste e consumo rápido - as notícias- que marca uma separação metodológica dos dois modelos ou tipos de entrevistas. Mas, como procedimento de recolha de informação, a separação não é assim tanta que permita afirmações deste género: “Um investigador não é um jornalista de escândalos” (Quivy e Campenhoudt, 2008:84). Trata-se de uma generalização crítica

que incorre no perigo de não salvaguardar boas práticas no uso da entrevista jornalística. Ela, no fundo, só não tem a mesma finalidade: o jornalista é, à sua maneira, um historiador do presente sem a obrigação científica do investigador que procura uma explicação mais profunda da realidade, contra visões estereotipadas e superficiais. Mas um jornalista não procura, indiferenciadamente, escândalos.

Não descuramos que um dos perigos de parcialidade ao entrevistar jornalistas como interlocutores decorre, precisamente, de uma certa formatação discursiva para a brevidade da descrição dos fatos e acontecimentos. Diretamente envolvidos na ação, no ato de produzir informação envolvidos num determinado contexto organizacional, com as suas fragilidades e limitações, estes jornalistas podem ser levados a explicar as suas ações, justificando-as. É aqui que podem estar as “armadilhas” de que fala Bell (2010:72). O que exige uma postura crítica.

No nosso ponto de vista, o grau de utilidade de um entrevistado não decorre da classificação enquadradora a montante mas da sua efetiva disponibilidade para ajudar na investigação, dispondo-se, depois de conhecer os objetivos da mesma, a expressar-se com a máxima liberdade e honestidade de pensamento. Uma entrevista só é útil na medida em que o entrevistado por ela se revelar na clarividência das suas ideias, sem especulação gratuita ou constrangimentos de auto defesa pessoal, corporativa ou organizacional. Pode acontecer que, por razões de salvaguarda pessoal numa altura de fragilidade laboral, um jornalista – mesmo que para um trabalho de investigação – não se exponha à revelação de “toda a verdade” vivida numa organização jornalística.

Também por isso se exige do investigador o cuidado de não fazer da entrevista um interrogatório de natureza individualizante. Ser-nos-á útil, em cada caso, adaptar com flexibilidade a medição ao comportamento vivido na experiência real da realização da entrevista, permitindo uma atmosfera favorável para que o entrevistado não se sinta pressionado, como é defendido por alguns dos autores aqui mobilizados de seguida.

8.6.3.2- Da teoria à prática: como realizar entrevistas

De acordo com Rúbio e Varas (2004: 408), a entrevista esteve inicialmente vinculada ao uso regular em disciplinas como a etnologia e etnografia, no primeiro quartel do século XX, como forma de recolha de informações diretamente dos informantes chave. Derivou para outra variante designada por entrevista focalizada (*focused interview*), com o objetivo de procurar “marcas” de uma experiência

determinada. A denominação em si não reúne consenso e há quem assinale e discuta o equívoco que ele significa uma vez que a ideia da procura do profundo, de uma verdade que se procura, está na superfície do discurso dos informantes, pelo que esta entrevista é, na realidade, uma “entrevista em superfície, porque permite produzir e reter um discurso que se revela em toda a sua superfície. Em contraponto com um inquérito por questionário que só produz e retém fragmentos de discurso (Ibáñez, 1986:122).

Na literatura metodológica encontram-se várias definições, a partir da década de 70 do século XX, das quais retiramos, em resumo, as linhas principais a partir de autores mobilizados por Rubio e Varas (2001:407-408) Por exemplo, há quem considere a entrevista em profundidade um encontro falado entre dois indivíduos, o entrevistador e o entrevistado, com diferenciação de propósitos, que comporta interações tanto verbais como não-verbais. Ou, na mesma linha, a entrevista consiste num diálogo face a face, direto e espontâneo, de uma certa concentração e intensidade, entre o entrevistado e o entrevistador, que oriente o discurso lógico e efetivo de forma mais ou menos diretiva segundo a finalidade perseguida. Com mais ênfase em questões metódicas e na interação verbal, outros contributos são adiantados no sentido de se considerar a entrevista como um procedimento metodológico com finalidade científica, mediante a qual o entrevistado deve proporcionar informações verbais por meio de uma série de perguntas intencionais ou estímulos comunicados

De todas estas considerações teóricas são fixados uma série de elementos básicos ou princípios orientadores, de como a entrevista qualitativa ou em profundidade se constitui como uma técnica de observação científica, claramente distinta da observação comum. São eles: a) A conversação está sustentada por um propósito (objetivos de investigação); b) A relação entrevistador-entrevistado é assimétrica, sendo o primeiro quem dirige e ordena, em maior ou menor medida, o curso da entrevista; c) O suporte básico de informação, ainda que não exclusivo, é a palavra; d) A dinâmica da entrevista assenta numa interação comunicativa, cujas dimensões o entrevistador deve conhecer e manejar; e) É uma situação cara a cara na qual não interfere nenhum suporte material ou terceiras pessoas entre o entrevistador e a pessoa entrevistada (Rubio e Varas, 2001:408).

Deste conjunto de orientações metodológicas, de acordo com os autores ressalta a necessidade teórica de distinguir *entrevista* de *conversação comum*. A *entrevista qualitativa* é uma conversação com um propósito ou intencionalidade fixada a partir de objetivos de investigação. Há outras questões a ter em conta, designadamente o

conhecimento e domínio técnico apropriado das distintas dimensões da comunicação interpessoal, desde os procedimentos de seleção, de registo da informação e sua posterior análise. A partir de todas as possibilidades que oferece a comunicação interpessoal, o que se apresenta como principal objetivo é a pura obtenção de informação para o qual o entrevistado (investigador) se deve abster de exercer qualquer influência ou manifestar qualquer juízo de valor. A literatura metodológica da área atesta que a entrevista não assume uma única forma ou intencionalidade, distinguindo-se diferentes tipos, e também não há regras fixas ou estandardizadas acerca de como realizar as entrevistas. O que existe, sim, são orientações que em cada caso o entrevistador terá de adaptar à singularidade do seu objeto de estudo (Rubio e Varas, 2001: 408). Por exemplo, o número de participantes ou informantes, quantidade de sessões usadas para as entrevistas, o tipo de enfoque de investigação (mais centrado nas pessoas ou nas organizações), o tipo de perguntas, a atitude do entrevistado, etc, conjugam múltiplos critérios de classificação.

Assim, a partir da literatura consultada, considera-se de maior interesse e centralidade para a clarificação metodológica perspetivar a entrevista segundo o objetivo e finalidade última e o grau de estruturação e diretividade da mesma. Isto é, no primeiro caso, segundo o objetivo, a entrevista que pretendemos aplicar junto de uma amostra de jornalistas da imprensa regional enquadra-se no tipo de *entrevista de investigação* (Varas e Rubio, 2001:409, 410) na qual o entrevistado é visto como um mero transmissor de informação sobre um tema ou situação de que participa ou é conhecedor. Não se trata, com ela, de descobrir a situação pessoal do entrevistado (em termos psicologistas ou clínicos) mas sim de averiguar questões que compartilha, da experiência direta, com aqueles com quem participa de um mesmo problema, situação ou posição social, sistema cultural, espaço físico e organizacional, entre outros aspetos.

Como defendem Quivy e Campenhoudt (2008:74), as entrevistas de investigação social não são rigorosamente não diretivas na medida em que se referem mais ou menos diretamente ao tema imposto pelo investigador e não àquilo que o interlocutor deseja falar. Até porque o seu objetivo está ligado aos objetivos da investigação e não ao desenvolvimento pessoal da pessoa entrevistada. Nesta perspetiva, os autores propõem a designação de *entrevista semidiretiva* ou *semiestruturada*.

Inspirados em investigações anteriores na área da psicoterapêutica não diretiva, Quivy e Campenhoudt sustentam uma atitude por parte do entrevistador orientada para cinco princípios que aqui resumimos ao essencial:

1) Para evitar respostas breves e menos interessantes, o entrevistador deve esforçar-se por *fazer o menor número possível de perguntas* (itálico dos autores) porque a entrevista não é um interrogatório nem um questionário. Trata-se de garantir que o entrevistado sinta liberdade para comunicar o mais fundo do seu pensamento e da sua experiência.

2) Reconduzir a entrevista aos seus objetivos, evitando intervenções demasiado precisas e autoritárias, incentivando o entrevistado a aprofundar certos aspetos importantes exprimindo a própria “realidade” na sua linguagem, com as suas características concetuais e quadros de referência, deixando os silêncios como espaços de liberdade no pensamento de modo a não abafar a livre expressão.

3) O entrevistador deve *abster-se de se implicar no conteúdo da entrevista*, não tomando posição sobre afirmações do entrevistado ou envolver-se em debate de ideias.

4) Para se conseguir uma entrevista aprofundada e autêntica, esta deve desenrolar-se num ambiente e num contexto adequados, sem presença de terceiros, devendo o entrevistado ser informado da duração provável da mesma.

5) Do ponto de vista técnico, é indispensável gravar a entrevista, conseguindo-se uma homogeneidade de recolha sem a intensidade da tomada de notas que pode distrair o entrevistado, devendo-se anotar, de tempos a tempos, algumas palavras simplesmente para estruturar a entrevista em pontos a esclarecer, questões a que seja útil voltar ou temas que falta abordar (2008:74-77).

Estes traços configuram e sustentam metodologicamente num método de entrevista que não pode ser confundida quer com a simples troca de pontos de vista entre duas pessoas quer com a sondagem de opinião. A interação pessoal, neste tipo de entrevista de natureza científica, tem aspetos particulares de grande exigência, não existindo nenhum “truque” ou dispositivo preciso ponto a usar como uma receita, como avisam Quivy e Campenhoudt (p.77). Significa que, em cada caso, o entrevistado deve adaptar o seu comportamento com flexibilidade e pertinência (idem, p. 79).

No caso concreto da nossa investigação, trata-se de identificar tendências discursivas que iluminem o conhecimento, com matizes diversas, sobre a(s) realidade(s) da imprensa regional. Procura-se alcançar por esta via metodológica de análise uma descrição e explicação de fenómenos ou situações coletivas, a partir de informantes chave, considerados os mais indicados representantes da classe referência - neste caso os próprios jornalistas - através da reprodução metódica de discursos ou coordenadas motivacionais. Considera-se que a entrevista de investigação tem um carácter

simultaneamente descritivo e interpretativo, interessando-se tanto por comportamentos em torno de um determinado tema (o que se faz) como por questões valorativas ou o que se pensa sobre ele (o que se diz).

De acordo com Wimmer e Dominick (1996,113-114), que classificam este tipo de entrevista como *entrevista pessoal*, a dimensão descritiva pretende refletir ou documentar as condições ou atitudes presentes, isto é, descrever o que existe no momento atual a que reporta a investigação. Por seu lado, a dimensão interpretativa ou analítica tenta descrever o *porquê* de certas situações. Reside, aqui, na nossa perspetiva, um dos aspetos de permeabilidade científica a desvios entre o que na realidade se passa, o que se faz, e o que um informante diz sobre o que se passa. É, de certo modo, em função do posicionamento de honestidade intelectual do entrevistado – nem sempre perceptível aos olhos do entrevistador – que também se joga a eficiência do processo investigativo. Mas, pese embora essa aparente desvantagem (não há metodologias científicas perfeitas) a entrevista permite investigar problemas em contexto muito realista. Tratando-se de uma entrevista pessoal, segundo a categoria proposta por Wimmer e Dominick, ela tem a vantagem de um acesso direto, sem intermediário, às fontes primárias que, no caso da presente investigação, são os jornalistas como protagonistas diretos do objeto de estudo em causa.

A entrevista de investigação ou entrevista pessoal em profundidade serve-nos, principalmente, para obter informação em relação ao campo da imprensa regional, designadamente no que concerne a vetores da sua estruturação institucional, sistemas de normas e valores assumidos, práticas cristalizadas e em mutação, dinâmicas vitais na relação com as audiências, com os leitores, estrangimentos estruturais e pontuais, projeção desejada para o futuro, entre outros aspetos que, não tendo sido definidos no desenho prévio da investigação podem surgir durante a aplicação da mesma – admitindo-se, portanto, que o contato direto com as realidades pode revelar questões não previstas inicialmente.

Tendo em conta esta circunstância, e as potencialidades que ela representa em termos de captação de informação útil e relevante, pergunta-se que tipo de entrevista é mais adequada segundo o grau de estruturação e diretividade. Medindo as vantagens e desvantagens em todas as opções metodológicas, parece-nos mais ajustada a escolha da *entrevista aberta ou semidirecta*, seguindo a terminologia científica proposta por Varas e Rubio (2001:414) que consideram menos correto o uso do termo *entrevista não estruturada* ou *não diretiva*, proposta por outros autores, uma vez que é necessário

sempre o mínimo de estruturação e controlo diretivo por parte do entrevistador, nem que seja em referência aos temas ou aspetos a tratar. Coincidem com a argumentação de Quivy e Campenhoudt (2008:74) ao proporem a terminologia de entrevista *semidiretiva* ou *semiestruturada*.

A nossa opção metodológica – ao escolher esta modalidade - vai no sentido de permitir um protagonismo do entrevistado, não o submetendo a uma bateria de perguntas fixas – como acontece na *entrevista estruturada ou diretiva* - sejam elas abertas ou fechadas (neste segundo caso, estaríamos mais próximos de um questionário). É intenção investigativa permitir que o peso da conversação caia sobre o lado do entrevistado, cabendo ao entrevistado utilizar táticas comunicativas para ir animando aquele a seguir com a conversa, associando ideias, fornecendo informações e dados, apresentando argumentos, recordando fatos e experiências, etc. A intervenção do entrevistador – um pouco como a função de um jornalista – acontece quando o discurso do entrevistado se desvia dos objetivos da investigação com que se promoveu a realização da entrevista.

Pode acontecer, por exemplo, que qualquer entrevistado aproveite para (consciente ou inconscientemente) discorrer considerações valorativas de natureza pessoal, sobre ele próprio ou sobre outrem, que nada interessam à finalidade da investigação. Embora, por regra, o entrevistador procure a profundidade e a fluidez da informação e deva, para isso, motivar o entrevistado para que se expresse com sinceridade e liberdade, nestes casos cabe-lhe reorientar a entrevista, até por uma questão de economia de tempo. Uma das vantagens do processo está também no nível de conhecimento dos temas por parte do entrevistador podendo obter, com essa mediação competente e informada, um discurso não só extenso mas detalhado e em profundidade.

A partir dos contributos teóricos mobilizados, perspetivamos e adotamos a entrevista como uma conversa menos diretiva e mais livre, não submetendo o entrevistado a um guião rígido que, no fundo, já dirige as respostas. Tudo se joga na sensibilidade para saber ouvir e extrair a informação mais útil. Neste ponto particular, incluímos uma reflexão pessoal sobre a “arte” de entrevistar que decorre da nossa experiência como jornalista durante mais de uma década. Um tempo que serviu para uma significativa maturação dos processos de recolha de informação e produção jornalística, onde a entrevista é a base de todo o trabalho. Sabemos como uma entrevista

pode ser um processo de “extrair” respostas “certas”, um exercício de plena audição e escuta ativa das mais variadas fontes.

E, ao contrário do que dizem Quivy e Campenhoudt, nem sempre o uso da entrevista serve para a “caça” ao escândalo, dependendo também do que se interpreta por “escândalo”. É verdade que um jornalista procura informação que cause impacto, tendo a novidade como um dos critérios de noticiabilidade mais importantes, podendo esta embarçar até os seus protagonistas, que em última instância provoquem esse “escândalo” de que falam os autores. Mas a existir - desde que não seja o jornalista a “inventar” ou a falsear a realidade dos fatos, embora saibamos que assim aconteceu ao longo da história dos *media* e continua a acontecer – esse escândalo pode contribuir para o esclarecimento. Falamos sobretudo de um tipo específico de escândalo como o que envolve questões de interesse público, de que são exemplo acontecimentos que revelem incumprimentos graves materializados em crimes públicos que contrariam princípios consagrados de salvaguarda do bem comum.

Mas esta é uma problemática sobre a qual não temos aqui intenção de debater. Apenas o interesse, em particular, de focar a discussão na natureza metodológica da entrevista como processo de recolha de informação. Uma entrevista jornalística, por experiência própria, obriga um profissional de informação pública e ter cuidados semelhantes aos do investigador. Só que não tem o tempo nem, sobretudo, o propósito deste. O tempo cronometrado da produção noticiosa, mesmo num semanário regional onde os poucos jornalistas escrevem sobre todas as temáticas, obriga a um exercício de simplificação, sim, mas coerente com o compromisso ético de não omitir ou truncar a “verdade” dos fatos. Isso não significa, só por si, que um jornalista passe por cima de todas as regras. Muito menos, de forma generalizada, achar que é a procura do “escândalo” que motiva a ação jornalística. Para que a captura informativa seja valiosa – como numa pescaria – há uma preparação sobre os procedimentos técnicos e, sobretudo, uma seleção criteriosa dos tópicos com os quais se inquirir uma fonte, seja presencialmente seja via telefone.

Entre modelos de entrevistas mais formalizadas, submetida à rigidez de uma estrutura de perguntas pré concebidas, ou mais informais, cuja forma é determinada por cada entrevistado (Bell, 2010:139), o trabalho da entrevista jornalística obriga a um posicionamento de objetividade, semelhante ao do investigador científico. Grande parte das regras elencadas na bibliografia metodológica sobre o uso da entrevista como método de investigação é por nós reconhecida na realização concreta do trabalho

jornalístico. Salvaguardando, naturalmente, a diferença de objetivos, o cuidado no registro, recolha, verificação e análise da informação. Como técnica de auscultação de interlocutores úteis para a compreensão da(s) realidade(s), a entrevista jornalística foi por nós usada, em contexto real de trabalho, com o apuramento, entre outros aspetos, da exigência de precisão e clareza – dois princípios elementares para garantir a produção de informação adequada e que, do mesmo modo, são defendidos no trabalho de investigação em ciências sociais (Quivy e Campenhoudt, 2008:181). Mas também aprimorando um conjunto de competências técnicas de domínio da entrevista em todos os seus momentos fulcrais que traduzimos na correlação sequencial e circular das fases da pré-entrevista, da entrevista e da pós-entrevista.

Desde a preparação, à realização até à difusão, o jornalista, com base na nossa experiência, passa por um conjunto de estádios de decisão (sempre subjetivos, ainda para mais submetido à urgência da produção informativa) que podemos sintetizar aos seguintes aspetos: a seleção do interlocutor mais útil (ou que lhe parece mais fiável) para esclarecer um acontecimento, um fato, ou antecipar uma nova perspetiva sobre o seu entendimento por via das declarações; a preparação dos itens, dos tópicos, das ideias, das perguntas mais concisas e objetivas que permitam centrar a conversa aos objetivos jornalísticos da informação completa, clara e relevante; a informalidade de deixar respirar os silêncios para, com eles, estimular o entrevistado à expressão mais profunda, porventura mais genuína e útil; o rigor profissional de não permitir que a simpatia ou a cordialidade do contato (traduzida muitas vezes em “palmadinhas nas costas”) se confunda com a exigência do distanciamento crítico e do cumprimento do objetivo da entrevista; o cuidado numa interação informada e enérgica (no sentido de demonstração de que é o jornalista a comandar a entrevista e não o contrário, se o entrevistador persistir em desviar-se dos assuntos ou cair em discursos desinteressantes que não passam de “palha” - na gíria jornalística – que não interessa a não ser ao próprio).

Muito sumariamente, apresentámos aqui alguns dos requisitos profissionais da experiência jornalística no uso da entrevista como principal recurso base. E sobre a qual construímos um saber fazer - sempre sujeito ao exercício de auto crítica e refinamento técnico - que, acreditamos, nos é muito útil na realização desta componente metodológica do presente projeto de investigação. Admitir a mais-valia da experiência jornalística não significa, obviamente, aligeirar o processo de exigência científica. Muito pelo contrário, impõe-se a necessária justificação e fundamentação teórica das

opções tomadas, o que fizemos até aqui. Mas não deixa de ser um aspeto relevante incluir e argumentar com o contributo próprio que resulta não apenas de uma percepção teórica, ainda que bem fundamentada, mas de uma sucessão de práticas jornalísticas em contexto de trabalho real, como é o caso. De seguida, cruzamos os contributos de Quivy e Campenhoudt (2008) com o de Laurence Bardin (1991) de no que se refere à exploração das entrevistas como documento informativo para a investigação.

8.6.3.3-A exploração das entrevistas: o discurso como fonte e como processo

Uma entrevista tem como função principal abrir pistas de reflexão, alargar os horizontes de leitura sobre o problema de investigação. É, portanto, uma fonte de informação (Quivy e Campenhoudt, p.79) que permite, num primeiro nível, uma análise ao inventário do conteúdo exposto. Usada aqui como um complemento metodológico ao universo da análise de conteúdo e aplicação de inquérito por questionário, poderá ajudar na verificação das hipóteses e, sobretudo, na tomada de consciência das dimensões e dos aspetos mais substanciais em redor do campo específico da imprensa regional. Pese embora haja aspetos ocultos inerentes a qualquer processo de recolha de informações, pela eventual parcialidade de um interlocutor, considera-se que este cruzamento de métodos é benéfico e cumpre o objetivo de se alcançar um conhecimento tão completo quanto possível sobre o que aqui se pretende clarificar.

A expressão das vivências ou as percepções de um interlocutor, para um verdadeiro alcance científico do contributo, pressupõe, da parte dele, uma reflexão, uma reunião de ideias em coerência encontrando as palavras adequadas para transmitir o seu ponto de vista. Como notam Quivy e Campenhoudt, a entrevista está exposta, em teoria, ao perigo de um conjunto de circunstâncias de ordem psicológica materializadas, por exemplo, em frases incompletas, pontos de vista contraditórios, informações cuja revelação julgam ser perigosa. Esta fragilidade pode originar respostas caóticas, desconexas e marcadas por viragens ilógicas mas que podem ser reveladoras.

Nesta perspetiva, “a comunicação resultante da entrevista deve ser entendida como um processo (mais ou menos penoso) de elaboração de um pensamento e não de um simples dado” (2008:80). Coincidindo na análise, para Bardin (1991:71) o discurso é um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso implica de contradições, incoerências e lacunas. Não se trata de uma transposição transparente de

opiniões, de atitudes, de representações existentes e maneira acabada. Ao dar-lhe forma através da linguagem – como um ato de comunicação subjetivo – o interlocutor exprime-se com toda a sua ambivalência, os seus conflitos, a eventual incoerência do seu inconsciente. Claro que essa fragilidade processual do discurso é minimizada pela triangulação relacional entre o próprio interlocutor - e as suas circunstâncias psicossociais - o objeto de reflexão e o entrevistador ou investigador.

Perante estes dois polos em jogo, qualquer discurso procura garantir o máximo de coerência e consistência, submetendo-se à exigência da lógica socializada, como explica Bardin (1991:71). Entender o discurso não apenas enquanto informação mas enquanto processo pode ajudar o investigador a evitar as armadilhas da ilusão de transparência e a descobrir o que se diz por detrás das palavras, entre as linhas e para lá dos estereótipos. Por conseguinte, uma entrevista de investigação tanto pode constituir-se como uma rutura como um meio de reforço das ilusões e dos preconceitos. Depende da forma como é pensada, preparada, efetuada e explorada: apenas como simples inventário de conteúdo ou como método mais penetrante e heurístico (descoberta de ideias e pistas mais aprofundadas) de acesso ao conhecimento por via de perguntas-problema (Quivy e Campenhoudt, 2008:81). Pensá-la e prepará-la quanto aos objetivos de investigação e aos aspetos práticos do trabalho; realizá-la com os cuidados metodológicos adequados e explorá-la mediante uma estruturação coerente de unidades de análise articulando ideias umas com as outras.

8.6.3.4 - Preparação e desenvolvimento da entrevista

A partir deste enquadramento teórico, e dos objetivos da investigação, desenhamos um guião de pontos temáticos agrupados em três blocos: o primeiro, como se explicou no início deste capítulo, diz respeito à perceção da auto-imagem dos jornalistas sobre a especificidade simbólica, ideológica e estrutural onde trabalham; o segundo, na relação com o que a partir da pesquisa de opinião pública os cidadãos dizem sobre a imprensa regional; o terceiro, de matiz mais projetiva, sobre as visões de futuro a partir da leitura do presente deste sector da comunicação social.

Estes temas estão vinculados, por um lado, às reflexões teóricas desenvolvidas na presente tese e, por outro, ao desejo de incluir e cruzar campos da experiência empírica que nos permitam conhecer melhor o território da informação local e as suas mutações no séc. XXI, numa altura de mudanças de paradigmas comunicacionais, como

foi analisado ao longo dos capítulos anteriores. Tem-se construído alguma teorização sobre a especificidade da imprensa regional, no caso português, tendencialmente com leituras críticas que a remetem para “formas desqualificadas de comunicação, navegando nas águas turvas de um jornalismo pré-industrial”, como sinaliza Camponez (2002:74), mas esse debate continua a merecer atenção.

Como tal, a preparação e o desenvolvimento de uma entrevista aberta aqui mobilizada segue os pressupostos desse objetivo maior que é reenquadrar a imprensa regional no campo das Ciências da Comunicação, como objeto de estudo pertinente e exigente. Exigente na medida em que se torna difícil o seu claro enquadramento no vasto e cada vez mais indefinido conceito de *media* de massa (*idem*, p. 75).

A partir dos contributos dos autores que se têm dedicado ao seu estudo, entre os quais nos incluímos, procuramos neste capítulo perspetivar e reorientar uma dimensão teórica sobre a imprensa regional à luz das posições (subjetivas) de quem a tem vivido, construído, projetado, sustentado simbolicamente e a pensa para o futuro face aos constrangimentos e os desafios do presente. Segue-se um quadro síntese (fig.6)¹³⁵ do modelo que construímos como guião para a entrevista semiestrutura ou aberta. Pelas suas características, com se viu antes, não exige uma lista de perguntas fixas e fechadas mas um alinhamento de questões genéricas que consubstanciam os temas considerados úteis de acordo com os objetivos da investigação.

Figura 6 - Guião da Entrevista Aberta Qualitativa

Temáticas	Abordagem específica orientadora
1ª	A imprensa regional revisitada pelos seus profissionais a) Questão de orientação para o debate do tema
2ª	A imprensa regional desejada pelos cidadãos b) Questão de orientação para o debate do tema
3ª	A imprensa regional a caminho do futuro c) Questão de orientação para o debate do tema

¹³⁵ O guião completo para a realização da entrevista aos jornalistas, encontra-se na listagem de anexos (Anexo IV)

A criação deste instrumento metodológico, que garante uma orientação com algum grau de estruturação e sequenciação lógica na persecução da finalidade da entrevista, implica o desenho de outros dois instrumentos complementares, um para a fixação da listagem dos entrevistados e outro para a facilitação e cumprimento científico da análise do discurso.

A abordagem metodológica sobre a entrevista implica que se tenha em conta, no momento da sua realização, algumas habilidades comunicativas gerais e específicas. A eficácia da mesma será tanto maior quanto menor forem as dificuldades na comunicação. O entrevistador deve colocar em prática estratégias favoráveis, utilizando algumas habilidades ou táticas comunicativas que ajudem a romper barreiras e a obter, do entrevistado, o máximo de informações (Rubio e Varas, 2001:422). Colocando-se o entrevistado no lugar de protagonista, dando-lhe liberdade de conversação, exige que o entrevistador não se apresente distante e frio, mas que crie um ambiente de *compreensão empática* (idem, ibidem), isto é, saiba colocar-se no lugar do entrevistado para não só compreender o problema ou o tema tratado mas também alcançar o mundo significativo da pessoa que o relata, que o explica.

Por princípio, como defendem Rubio e Varas, esta empatia pressupõe que o entrevistador explicita o seu interesse e respeito pela pessoa entrevistada e pela informação que presta, sejam quais forem as suas características e opiniões. Esta postura significa que não há posições totalmente neutras, o que não significa que o entrevistador se converta em cúmplice ou confessor. Consideramos importante, a partir das diretrizes teóricas da literatura revisitada, que outras habilidades comunicativas sejam respeitadas para que se possa alcançar um grau de maior cientificidade nos discursos obtidos. Por exemplo, o entrevistado deve abster-se de emitir, nesse ambiente de empatia, juízos de valor ou gestos de desaprovação ou aprovação, bem como não se aconselha que parta para a entrevista com uma ideia dominante e pré concebida (evitando-se a inclinação para a estereotipia) seja sobre o tema a tratar seja sobre as características da pessoa entrevistada.

Nas competências gerais de comunicação há ainda aspetos determinantes como o cuidado com o uso da linguagem verbal e os comportamentos não-verbais; no primeiro caso com o uso de terminologia e clarividência do que se pretende pedir ao entrevistado, segundo o seu nível cultural, no segundo adotando posturas naturais e relaxadas que, por si, são demonstrativas de interesse e respeito pela conversa do entrevistado. Outros cuidados a ter em conta são, por exemplo, não interromper uma conversa com outras

tarefas paralelas, sejam quais forem, por representarem falta de consideração por interromper o clima de empatia criado.

Nas habilidades comunicativas específicas (Rubio e Vara, 2001: 423), consideramos pertinente, para o caso da nossa investigação, tendo em conta o tipo de entrevista adotada, ter em atenção a aplicação prática dos seguintes aspetos:

a) *O silêncio da escuta ativa* – que permite ao entrevistado falar com liberdade, sendo a principal evidência do seu protagonismo, e facilita a compreensão do entrevistador;

b) *Os estímulos neutros de animação* – que equivale à função fática da linguagem com uso de expressões de ligação do tipo “sim, sim”, “mmm”, ou gestos assertivos com a cabeça que servem para manter o canal de comunicação e animar o entrevistado para que prossiga e aprofunde o seu discurso;

c) *As formas verbais neutras de elaboração* discursiva como: “muito interessante”, “e isso significa....?” “disse que....”, “alguma coisa mais acerca de....?”;

d) *A aclaração* ou o *eco* – com expressões do tipo: “O que o leva a pensar isso....?”; “O que recorda dessa época....?”; “Mas como era isso de....?”. Todas elas, entre outras, visam ampliar o conteúdo da conversa e a aclaração de algum aspeto concreto sobre o qual ao entrevistador lhe pareça pertinente.

e) *A mudança de tema* e o *encadeamento* – no primeiro caso o entrevistador deve atender a situações que perturbem em excesso o entrevistado, devendo mudar de tema, ou desviá-lo para aspetos menos conflituantes ou delicados. Esse tato e prudência não deve, todavia, significar que se esquivam mecanicamente esses temas, por conveniência de um ou de outro interlocutor da conversa, porque pode desvirtuar a riqueza informativa do conjunto da entrevista. No segundo caso, o encadeamento numa entrevista aberta consegue-se quando o entrevistado, pelo clima de empatia, introduz espontaneamente os temas a partir de frases ou palavras encadeadas do entrevistador, como por exemplo: “Quando mencionou.....me ocorreu...., que opinião tem sobre isto?; “Para terminar, um último aspeto que esteja relacionado....”.

O entrevistador limitar-se-á – como um etnólogo – a recolher informações de como as coisas são, ao que se segue, no seu trabalho de interpretação discursiva posterior, um trabalho de natureza etnológica e antropológica que permitem inferir explicações sobre o porquê das coisas.

8.7- O processo de amostragem

Determinante para a validade científica do presente estudo é a seleção da amostra correspondente. Por razões económicas e de gestão de tempo não é possível, como acontece na maior parte dos casos, obter informação de todas e cada uma das pessoas que formam a população objeto de estudo. Perante estas limitações, a investigação mediante o método de sondagem de opinião recorre ao processo de amostragem de população que proporcionam informação cientificamente passível de se extrapolar ao conjunto da mesma. Impõe-se, todavia, a necessidade de distinguir entre *universo* (ou população é o conjunto de elementos objeto de estudo) e *amostra* (uma parte ou fração representativa desse conjunto populacional ou universo).

De modo a garantir a representatividade do conjunto populacional ou universo, a metodologia quantitativa baseia-se na teoria estatística, em concreto no cálculo de probabilidades e erros da amostra¹³⁶, mediante três operações de seleção, designadamente: (Rúbio e Varas, 2004: 319)

- **Determinação do tamanho da amostra** - calcular o número de pessoas a entrevistar com base em critérios de fiabilidade de resultados e otimização de custos económicos e materiais e tempo a disponibilizar.

- **Escolha da forma de amostra** - aquela que encaixa melhor com os objetivos da investigação e em função dos recursos disponíveis, quer humanos quer económicos.

- **Obtenção das unidades de amostragem** - proceder à escolha das unidades a quem se vai aplicar cada questionário concreto – indivíduos, unidades familiares, etc.

Tendo em linha de conta a importância dos procedimentos de seleção da amostra, na presente investigação o caminho adotado consubstancia-se nas seguintes opções:

No caso da amostra de assinantes, a opção metodológica adotada foi o recurso ao processo de amostragem probabilística, através da modalidade mais elementar que é a *amostra aleatória simples*, garantindo-se, desta forma, que todas as unidades (assinantes) da população têm a mesma oportunidade de ser selecionados (Wimmer e Dominick, 1996:69).

¹³⁶ Quando se escolhe uma amostra a partir de uma população, o próprio procedimento introduz uma probabilidade de erro de amostragem, ou seja o grau em que a medição dos elementos da amostra poderia diferir da medição dos componentes da população total. Por isso, há que ter em conta este erro potencial, dado que é impossível proporcionar, por esta via, uns resultados exatos a respeito da realidade da população (Cf. Wimmer e Dominick, 1996:67,68).

Todavia, tendo em conta os objetivos da investigação e a sua limitação sob o ponto de vista geográfico ou espacial à população do concelho da Guarda, correspondentes ao código postal 6300, numa amostra projetada de 100 indivíduos, utilizámos um procedimento sistemático de seleção condicionada e não uma seleção aleatória pura. Ou seja, em vez de considerarmos o universo na sua totalidade (cerca de 5 mil assinantes), efetuou-se uma separação prévia de 800 assinantes correspondentes ao universo espacial objeto do estudo. De seguida, atribuímos um número de série a partir do número mais baixo da referida base de dados dos assinantes. Com o recurso ao programa Excel, a partir de regras matemáticas incorporadas, criámos uma tabela de 100 números ordenados aleatoriamente¹³⁷ de 1 a 9 para dar lugar, automaticamente, a uma sequência de números aleatórios. Na prática, ficou garantido o sorteio aleatório de unidades de sondagem a partir de uma lista exaustiva das mesmas. Como tal, esta amostragem garante validade para inferir características do universo de assinantes e para calcular a precisão desta inferência e a confiança que lhe podemos atribuir, sob forma de margem de erro provável (Sousa, 2003:222).

No que se refere à sondagem de opinião aos cidadãos, e em face do necessário ajustamento às circunstâncias e de racionalização de custos, a nossa opção recaiu sobre uma prática de amostragem representativa não probabilística. Concretamente aquilo a que os autores desta área designam por “amostragem acidental” (Gonçalves, 1996:42) que se baseia no acaso para alcançar a representatividade, embora não se apliquem as mesmas leis e os cálculos das probabilidades. Trata-se de um género que não é completamente aleatório uma vez que não se consegue prever, de antemão, que probabilidade os elementos têm de aparecer na amostra. O que significa, à partida, a sujeição a enviesamentos, sendo necessário o máximo de cuidado e definição de critérios de base na aplicação. Em termos metodológicos, os elementos da amostra são os passantes selecionados à sorte mediante uma amostragem espacial, isto é definir determinados locais públicos onde decorre a “seleção”. Esta escolha espacial é feita em conformidade com base nas probabilidades distintas de os potenciais elementos da amostra passarem ou estarem presentes em diversos locais.

Por outro lado, segundo o mesmo autor antes citado (Gonçalves, 1996) é necessário programar a amostragem temporal. O que implica definir quando, em que meses, dias e horas, vai decorrer o levantamento da amostra? Isto porque os elementos

¹³⁷ Através do processamento automático facultado através do serviço digital Random Integer Generator (www.random.org)

amostráveis têm diferentes probabilidades de aparecer consoante os períodos de tempo. Apesar dos cuidados com os aspetos da amostragem espacial e temporal, importa ainda prever que as probabilidades dos potenciais elementos constar da amostra dependem das frequências de passagem e presença e do nível de exposição ao contato. Mas esse é um risco inerente ao próprio processo amostral em causa, que se procurará ultrapassar mediante a aplicação criteriosa dos procedimentos definidos.

Em resumo, para este processo de “amostragem accidental”, foram tidos em conta critérios de seleção dos entrevistados, no sentido de corresponder à heterogeneidade e representatividade da amostra, nas variáveis de género e sexo, tais como: a) Aplicação em distintos locais de afluência de públicos;¹³⁸ b) Distribuição proporcional por dias da semana;¹³⁹ c) Cobertura em diferentes horas do dia e d) Controlo numérico dos entrevistados pelo critério de espaçamento regular nas entradas efetivas de pessoas nos locais selecionados. Este último critério, a somar aos restantes, surge no sentido de evitar que a seleção concreta dos “amostráveis” tenda a orientar-se por critérios vagos de simpatia ou até conhecimento pessoal que induz imediata disponibilidade.

No que se refere ao método da entrevista em profundidade, já como processo de na análise de natureza qualitativa menos padronizada, está enquadrada teoricamente nas amostras não representativas. No caso concreto do nosso estudo, a amostra a considerar tem a ver com os objetivos de investigação, no caso focada na imprensa escrita da cidade da Guarda, pelo que é desenhada à medida dessas conveniências. Trata-se de uma amostra intencional (Gonçalves, 1996) focada no universo dos jornalistas da dita imprensa, que, no caso, por coincidência, é composta apenas por nove profissionais que se pretendem entrevistar (apesar de um ter ficado de fora da amostra, como se refere na análise das entrevistas mais à frente).

8.8- Organização e análise de dados

Considerando o primeiro nível de pesquisa do projeto, o objetivo da análise de conteúdo é identificar uma *agenda mediática local* e indagar sobre i) quais os temas

¹³⁸ A opção recaiu na escolha das entradas dos quatro hipermercados e do único centro comercial da cidade da Guarda, por se considerarem os principais locais de circulação regular e heterogénea de pessoas a abranger pelo estudo.

¹³⁹ De modo a conseguir-se uma seleção de “amostráveis” mais heterogénea possível, este critério aponta para a abrangência dos tempos não só de maior fluxo de pessoas nos locais indicados mas sobretudo tentar aplicar em períodos distintos durante o dia (uma aplicação durante a manhã poderá garantir uma faixa etária mais elevada, com pessoas mais velhas que fazem compras, e o fim do dia é mais propício a garantir “amostráveis” mais jovens).

mais importantes para a imprensa regional da Guarda e ii) que vozes ativas ou fontes de informação desses temas são mais privilegiados e protagonistas. O nosso objeto de análise, neste caso, resume-se ao significado do enunciado simbólico noticioso que decorre do seu conteúdo, ou seja o estudo da estrutura semântica do discurso para identificarmos aquilo que podemos designar uma *agenda dos media* locais e perfil de personalização, circunscrita ao período de estudo. O nosso universo analítico situa-se no âmbito do espaço simbólico e das representações sociais da imprensa.

Definição dos conceitos operacionais:

Agenda mediática ou jornalística - conjunto de temas de atualidade presentes num meio de comunicação durante um período e que resulta de um tratamento seletivo e hierarquizado em sintonia com a capacidade humana e profissional dos jornalistas, o contexto editorial e empresarial do órgão de comunicação social respetivo.¹⁴⁰

Vozes ativas (personificação): São agentes particulares individuais ou coletivos que fornecem uma leitura informativa ou interpretativa do acontecimento ou problemática, quando interpeladas diretamente pelos jornalistas. Em contraposição, consideramos as *vozes passivas* que são aquelas que são apenas inscritas (nome ou personagem) sem qualquer envolvimento na ação da notícia (Fairclough, 1995: 77-81). Por exemplo, os moradores, ou os toxicodependentes, os assaltantes, os trabalhadores, etc. Em termos operacionais, para a grelha de análise, faremos a distinção entre as fontes oficiais (enquanto vozes ativas do domínio público) e fontes não oficiais ou anónimas (fontes ativas do domínio privado). É uma distinção que usaremos, considerando que, por norma, as vozes ativas são próximas das pessoas da elite isto porque as ações destes são, numa perspetiva de curto prazo, mais importantes do que as atividades dos outros (Cf. Johan Galtung e Mari H. Ruge)¹⁴¹. É fundamental perceber quem são as personagens nomeadas nas notícias de primeira página. Consideramos apenas as personagens antropomórficas, i.e., pessoas nomeadas explicitamente, cujo procedimento passa pela recolha de todas as nomeações do *corpus*.

¹⁴⁰ Sobre a conceptualização da agenda mediática, Cf. Enric Saperas (1987), Denis MacQuail (1991), Manuel López (1995).

¹⁴¹ No texto «A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros» Cf. Traquina (1999: 61-73).

Imprensa: Genericamente e em sentido lato, a imprensa é entendida como uma técnica de difusão periódica de informação, conforme os dicionários. Neste estudo, restringe-se o termo ao conjunto de publicações impressas com periodicidade regular, geograficamente circunscritas a um território geográfico concreto em Portugal, designadas por imprensa local e regional, conforme já foi analisada conceptualmente na segunda parte desta investigação. Concretamente, o conceito de imprensa escrita refere-se, neste caso, aos jornais *A Guarda*, *Terras da Beira*, *Nova Guarda* e *O Interior*.

8.8.1- Definição do corpus e dos procedimentos de análise

O *corpus* de análise é constituído pelas edições semanais dos quatro jornais da Guarda (*A Guarda*, *Terras da Beira*, *Nova Guarda*, *O Interior*), considerados no período do primeiros trimestre de 2011, com um total de 52 publicações.

Optou-se por uma amostra aleatória de um trimestre seguido pese embora esta opção possa levantar questões de fiabilidade, por não ser uma amostra estratificada ou construída ao longo de um ano, de modo a minimizar perdas de representatividade. Mas, em nosso entender, este problema colocar-se-ia com mais pertinência se esta análise incidisse, por exemplo, sobre as representações de um fenómeno na imprensa. Aí sim, exigia-se aumentar o período de amostragem sendo tanto melhor quanto maior for a amostra, como defendem Wimmer e Dominick (1996:177).

Como procuramos identificar uma “agenda jornalística” sobre os temas com mais regularidade das primeiras páginas da imprensa local, e não procurar regularidades de um só tema de estudo, não vimos vantagem em estabelecer um período alongado de amostragem. A opção da estratificação, por exemplo organizar a amostra de um jornal por mês de cada publicação (correspondente à 4ª semana) dar-nos-ia uma amostra de apenas 43 edições. Mesmo que a opção fosse o dobro, considerando dois jornais por mês, não significa que, à partida, os resultados fossem aumentar significativamente a exatidão da aferição. Como evidenciaram estudos desenvolvidos nos anos 70, uma semana completa de análise sobre conteúdos violentos em televisão dava resultados similares aos de uma amostra estratificada construída por dias espalhados ao longo do ano (Sousa, 2003:232).

A principal unidade de pesquisa é constituída pela primeira página de cada jornal, considerando-a como “montra” de valoração mediática e da escolha editorial de cada publicação.

8.8.2 - Unidades de análise e variáveis operacionais

Definida a amostra, impõem-se agora identificar de forma clara e delimitada as unidades de análise que são os elementos que se quantificam. Na perspetiva da análise de conteúdo estas “unidades de registo” são entidades homogéneas que obedeçam e garantam a “regra da exclusividade”, uma das condições impostas por Bardin (1979). Tendo em conta os objetivos de pesquisa, consideram-se três unidades, são elas:

A peça jornalística ou a notícia - como género informativo por excelência-materializada nas chamadas à primeira página, como uma das mais importantes páginas dos jornais. A classificação hierárquica das notícias localizadas nas capas principais segue os critérios de identificação do tipo de entrada, a sua localização na respetiva página e o tema geral a que elas se referem. Os jornais apresentam a informação de destaque segundo uma ordem decrescente de importância, com o recurso a critérios de distribuição espacial e estética no corpo da página, colocando na primeira metade desta as notícias que consideram mais importantes e as menos importantes por baixo ou ao lado. Há uma orientação deliberada para o centro nevrálgico da atenção visual dos leitores, quer quando os jornais estão expostos, dobrados, ou no ato de uma leitura tradicionalmente orientada de cima para baixo. É esta orientação de importância que os jornais atribuem às notícias, presentes na primeira página, que confere uma hierarquização dos indicadores de registo na nossa análise. De acordo com este raciocínio, optamos por codificar as notícias segundo a categoria genérica de “manchetes” (consideradas gráfica e tematicamente as mais destacadas, independentemente do uso ou não de fotos) e de “chamada- título” (todas as chamadas apenas com um título, e/ou acompanhadas, em alguns casos, com frases ou pequenos textos introdutórios).

O tema a que a peça alude ou enquadra, tendo em conta que uma notícia não espelha o real mas recria-o, através da sua identificação temática, contribuindo para a perceção simbólica da realidade social.

O protagonista considerando-o em termos conceptuais como já foi indicado antes quando se aborda a definição de vozes ativas, materializada nas unidades de registo de “fontes oficiais” (todas as entidades oficiais da administração pública e os seus atores) e “não oficiais”(todas as organizações, instituições e movimentos não estatais de natureza associativa, sindical, desportiva, cultural ou outra).

No processo de identificação em causa, tendo em conta as três perspetivas de análise, consideramos unidades complementares de registo a *palavra, a frase, o título e resumo do acontecimento (lead)*. O resumo representa a unidade de análise mais importante, na nossa opinião, como estratégia central de produção e controlo jornalístico, sendo a expressão de macroestruturas cognitivas sobre o que é mais relevante, sendo aí que vamos encontrar a clara identificação do tema ou assunto da notícia.

Procuramos identificar nas notícias de capa dos jornais o respetivo sentido temático, usando estas unidades de sentido pois são elas que, na ausência de indicação explícita de secção temática a que pertencem, nos vão indicar a que categorias ou temas dizem respeito. Por exemplo, se no resumo de primeira página nenhuma palavra, frase ou título revelar o enquadramento temático – até porque as palavras não têm um sentido único e podem ter valores diferentes consoante os contextos em que são empregues – achamos que a perceção do acontecimento, eventualmente com o recurso à análise da respetiva notícia no corpo principal do jornal, acabará por completar o processo de análise.

Consideram-se variáveis (unidades de registo) de forma e de conteúdo, as primeiras fundamentam-se nas teorias do jornalismo, as segundas fundamentam-se nas áreas temáticas do objeto analisado. Concretamente, como variáveis de forma consideram-se: *var1 - identificação* - onde se atribui o número à peça; *var2 - jornal* - discrimina o jornal a que pertence a peça; *var3 - data*- atribui uma data à peça registada; *var7- tipo de peça* - caracteriza o género jornalístico da peça. Nas variáveis de conteúdo, identificam-se as seguintes: *var8 – tema* - caracteriza o tema/assunto; *var9- fontes oficiais*- regista as vozes ativas do domínio público presentes na peça; *var10 -fontes não oficiais* - regista as vozes ativas do domínio privado em cada peça informativa.

8.8.3- Definição de categorias de análise

Com base nas considerações epistemológicas anteriores, passamos a elaborar uma grelha de análise de categorias capazes de medir e caracterizar o discurso noticioso dos jornais. Ou seja, são as unidades de registo temáticas, com base no conhecimento das áreas científicas respetivas, que procuramos definir de forma mais exaustiva possível, para que nenhum ou quase nenhum elemento substantivo do discurso

jornalístico deixe de ser classificado. A análise de conteúdo vai permitir descrever quantitativamente as variações temáticas de cada jornal em comparação com os demais, o que nos dará uma percepção sobre os grandes temas que mais atravessam a discussão pública local e regional. Isto é, a leitura dos quadros finais sobre os temas mais tratados e com mais destaque, dá-nos não apenas uma ideia sobre as opções editoriais de cada jornal mas também a percepção de quais as áreas mais significativas que mexem numa comunidade do interior do país. É essa inferência que nos vai permitir cruzar criticamente a agenda jornalística dos jornais locais com a agenda dos cidadãos, que decorre do outro momento da investigação aplicada do nosso trabalho.

A peça chave de toda a análise de conteúdo é o sistema categorial utilizado para classificar as unidades quantificadas (Wimmer e Dominick, 1996:179). A sua configuração específica varia de uns casos para os outros em função da natureza do estudo, sendo determinante para a relevância científica que eles se inspirem nos conhecimentos e teorias clássicas e, sob o ponto de vista prático, estiverem claramente formuladas e bem adaptadas ao campo de estudo em causa. Um sistema de classificação é um conjunto de definições de categoria que atribui valores para as unidades de análise.

As definições das categorias podem ser classificadas numa grande variedade. Deese (1969) apresentou uma tipologia de componentes úteis para conceptualizar as categorias de análise de conteúdo (cit. por Riffel et al, 2003:72,73), que diferem em função do objeto de estudo. Referimos apenas a componente de “agrupamento” que, de forma resumida, significa que o conteúdo é colocado em grupos, quando as unidades de análise compartilham atributos comuns. Quanto mais partilha de atributos houver para um mesmo grupo, mais fácil será classificar as unidades, assegurando-se, também, uma menor quantidade de erros de medição. No que se refere à classificação do sistema, os mesmos autores prescrevem que o processo de criação de instruções específicas de codificação para a análise de conteúdo deve atender a cinco requisitos. Ou seja, as categorias devem: a) refletir o propósito da pesquisa, b) ser mutuamente exclusivas, c) ser exaustivas, d) ser independentes, e) ser derivadas de um princípio único de classificação (Riffe et.al, 2003:75).

Cruzando com a proposta teórica coincidente de Wimmer e Dominick (1996:179), conclui-se que para que tenham efetiva utilidade, os sistemas categoriais devem ser reciprocamente *exclusivos, exaustivos e fiáveis*. Exclusivos quando cada

unidade de análise pode encaixar-se só numa única categoria. Se, pelo contrário, sucede que uma mesma unidade encaixa em duas categorias diferentes, significa que há necessidade de criar duas categorias diferentes. O princípio da exaustividade diz-nos que toda e qualquer unidade de análise tem que poder enquadrar-se nalguma das categorias definidas de modo a evitar a circunstância de alguma não se enquadrar logicamente em nenhuma das opções categoriais habilitadas. Para minorar este problema, e não deixarmos de lado unidades híbridas inclassificáveis, consideramos a categoria de “outros”. Mas temos de ter em conta que, se nos resultados finais, esta categoria tiver mais de 10% significa que não tivemos em conta algum elemento conceptual significativo (*idem, ibidem*).

Por fim, o sistema de categorização por nós definido deverá ser fiável, na perspectiva de que diferentes codificadores possam estar de acordo com a maioria das atribuições das unidades de análise e as diferentes categorias. A fiabilidade implica, portanto, aplicar um grau de precisão inequívoco nas opções de categorização – o que cabe e o que não cabe – pelo que, no nosso caso, o processo de desenho passou por algumas provas de ensaio de aplicação antes de aplicar o processo de análise do *corpus* do trabalho. O primeiro problema metodológico surge quanto à quantidade de categorias a considerar. Não há modelos científicos prontos a aplicar, pelo que se trata de um exercício arriscado e minucioso. Mas tivemos que adotar um critério.

Tendo em conta as experiências teóricas clássicas (Wimmer e Dominick, 1996:181) partimos de um grande número de categorias, em vez de pequeno, de modo a que na confluência da reflexão de todas pudéssemos estabelecer relações e chegar a uma categoria global que incluía essas subcategorias. Dizer global não significa dizer “definitiva”. Ou seja, de acordo com as regras normalizadas neste tipo de análise, não vamos estabelecer categorias “definitivas” mas sim categorias *a priori* de modo a que, a justificar-se, possam ser criadas novas categorias (*a posteriori*) à medida que se vai realizando a análise do conteúdo jornalístico. Isto porque as primeiras podem não conter em si mesmas, nos seus traços definidores, todas as características substantivas dos elementos que aí foram classificados. Significa, portanto, que definir categorias é sempre uma operação limitada no seu alcance (Sousa, 2003:232-233). Mas quando mais rígidas foram definidas as categorias e melhor aplicados os procedimentos de análise,

mais se pode assegurar a sua necessária validade externa, como prescrevem Wimmer e Dominik (1996,188-189).

A categoria sociedade é, de todas, a que mais ambiguidade pode gerar uma vez que ela pode ser olhada de vários prismas. Isto porque o conceito de sociedade é polissémico e pode ser definido de diversas formas, em função das diferentes perspectivas teóricas e de investigação a usar. Em termos gerais, diremos que o entendimento mais coerente de sociedade nos remete para a ideia de uma rede de relações entre indivíduos, grupos sociais e instituições.

Na categoria **Sociedade** incluem-se as subcategorias: ambiente, educação, saúde, património, justiça, religião, assuntos sociais, acidentes/catástrofes.

No **ambiente** consideram-se as notícias relacionadas com poluição em geral, incêndios florestais, proteção da natureza e animais.

Na **educação** agrupam-se notícias relacionadas com escolas, alunos, professores, estudos sobre a situação da educação local e regional, políticas educativas das autarquias ou do ministério, projetos pedagógicos, estudos científicos e tecnologias.

Na **saúde** consideram-se as notícias sobre a realidade dos hospitais, centros de saúde, ou tudo o que tenha direta ou indiretamente a ver com questões de saúde pública.

Em **património** incluem-se notícias sobre o estado de edifícios de interesse público, obras/projetos de recuperação e edificação, achados arqueológicos, eventos de projeção histórica.

Em **justiça** estão agrupadas notícias sobre crimes, julgamentos, detenções, assaltos, queixas populares sobre desordens, ameaças, e ainda informações sobre os tribunais e as polícias (recursos humanos ou físicos).

Em **religião** incluem-se notícias respeitantes as todas as práticas ou manifestações religiosas, eventos ou falas dos seus principais atores.

Em **assuntos sociais** cabem as notícias que enfoquem a pobreza, as perdas materiais ou humanas decorrentes de incêndios, realojamentos, problemas da terceira idade ou outros grupos sociais desfavorecidos ou fragilizados.

Em **acidentes/catástrofes** inclui-se acontecimentos extraordinários, acidentes de viação e outros que incluam danos de natureza material e/ou humana, derrocadas e inundações, acidentes de trabalho e outras ocorrências decorrentes de fatores imponderáveis das atividades humanas.

Na categoria **política**, dada a diversidade de ângulos de que é objeto, consideramos as seguintes subcategorias e respetiva tipologia de notícias aí englobadas:

Vida Partidária - tudo o que diga respeito à sua vida interna mas também às suas ações externas cuja leitura seja de intervenção política, em tempo de eleições ou fora delas.

Personalidades ligadas à política - notícias foquem e personalizem diretamente os protagonistas políticos em aspetos da sua vida pública e/ou privada.

Obras e inaugurações - especificamente notícias sobre lançamento de obras públicas e inaugurações.

Decisões – Sobre Orçamento de Estado para a Guarda, decisões da Assembleia Municipal, Câmara Municipal, etc.).

Autarquias - atuações dos executivos, resultados de reuniões, declarações da oposição referentes à gestão camarária; antecipação de cenários políticos a nível local).

Governo - projetos de desenvolvimento que dependam da tutela, financiamentos da administração central, medidas políticas, alterações legislativas com impacto local ou regional, deslocações de membros do governo em ações estritamente de governação, distribuição de verbas, ações dos Governos Cívicos.

Na categoria **Economia**, as notícias que falem sobre a situação da economia em geral, seja local, regional, em comparação com a dimensão nacional, bem como notícias sobre consumo, evolução do tecido empresarial, projetos de turismo e desenvolvimento local e regional, áreas comerciais, industriais, negócios, preços e mercado em geral.

Pela sua relevância e importância no contexto da economia local e familiar, criamos a subcategoria **trabalho** na qual se incluem notícias que retratem a problemática do emprego/desemprego (condições de trabalho, empresas em falência, salários em

atraso, etc.), problemas sociais decorrentes da instabilidade laboral e que se traduzam também em pobreza.

Na **Cultura**, em vez da divisão por subcategorias, consideramos as notícias clássicas sobre todas as áreas reconhecidas como sendo de intervenção, animação ou difusão culturais. Tais como, teatro, música, dança, artes plásticas, presentes em eventos culturais, gestão de equipamentos culturais, programação. Considera-se também todas as manifestações socioculturais bem festivais de cultura popular.

No **Desporto** incluem-se todas as notícias do amplo campo desportivo, facilmente identificadas não se justificando a sua divisão em subcategorias.

Em **Outros**, enquadram-se aquelas notícias que, pela sua ambiguidade, não cabem em nenhuma das outras categorias. Para que nada fique de fora do quadro categorial, e considerando que haverá sempre assuntos mais marginais que importa considerar, incluem-se aqui temas diversos.

8.8.4- Tratamento dos dados

A natureza da técnica de recolha de dados utilizada remete para uma pesquisa do tipo quantitativo, que visa o tratamento estatístico dos dados obtidos, caracterizada por ser essencialmente numérica. Mas, para aí se chegar, a análise de conteúdo e análise interpretativa foram ferramentas indispensáveis no desenho de categorias de sentido pertinentes ao objeto de estudo, que depois se refletem nas variáveis e códigos que originam os resultados quantitativos.

Para efetuar o tratamento dos dados recolhidos recorreu-se à análise estatística com recurso ao *software SPSS – Statistic Package for Social Sciences*, versão para *Windows*. Trata-se de um recurso fundamental para universalizar uma linguagem consagrada nas Ciências Sociais.

Quarta Parte – O resultados

Capítulo 9 – Análise e interpretação dos resultados

9.1- Preâmbulo introdutório

Seguindo os métodos, técnicas e procedimentos de investigação teoricamente apresentados no capítulo anterior, recorda-se aqui que o trabalho assenta num estudo empírico¹⁴², repartido por três fases distintas, através dos dispositivos metodológicos e respetivos universos de amostragem, conforme se sintetiza na tabela seguinte. Considerou-se serem estes os métodos mais pertinentes em relação aos objetivos específicos de trabalho, às suas hipóteses e aos recursos ao alcance do investigador (Quivy e Campenhoudt, 2008: 186), conforme se explicou na metodologia.

Tabela 2 - Fases da investigação empírica

Técnicas	Método de amostragem e universo	Dimensão da amostra
1- Análise de Conteúdo	Amostra longitudinal, para um período temporal do 1º trimestre de 2011, aos jornais <i>A Guarda, Terras da Beira, Nova Guarda e O Interior</i>	52 edições
2-Sondagem de opinião Inquérito por questionário de aplicação direta	Amostragem representativa não probabilística (amostragem acidental) a transeuntes/cidadãos	200 Inquiridos
Inquérito por questionário de aplicação direta via telefone	Amostragem aleatória simples a assinantes do jornal <i>Nova Guarda</i>	100 Inquiridos
3- Entrevista em profundidade	Amostragem intencional ou casuística	8 jornalistas

Considerando os vários níveis de pesquisa levados a cabo no presente trabalho, estamos em presença do nível descritivo e explicativo. No primeiro, incluem-se os

¹⁴² Um estudo empírico é uma investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar. Todas as ciências naturais e sociais se solidificam na base de investigações empíricas podendo, com mais rigor, construir explicações ou teorias mais adequadas a partir das observações deste tipo de investigação. O principal objetivo é descobrir novos fatos, neste caso dados empíricos, para testar deduções feitas a partir de teorias que possam ter aplicação prática.

procedimentos de recolha e codificação de dados obtidos através da aplicação de grelhas (em Anexo) de observação, o que permitiu o levantamento e uma hierarquização temática das mensagens veiculadas pela imprensa local estudada. No segundo nível complementar precede-se a uma análise e interpretação dos resultados e deduções conclusivas, que procuram encontrar as respostas às questões ou hipóteses equacionadas no modelo de análise aplicado neste trabalho.

9.2- Resultados da Análise de Conteúdo

Apresentamos de seguida os resultados da primeira fase da investigação empírica, correspondente à análise de conteúdo da imprensa regional no contexto da cidade da Guarda, o que nos dará indicadores sobre as características de cada uma das publicações do estudo ao nível dos temas e fontes predominantes. Trata-se de uma análise de conteúdo aplicada aos quatro jornais editados na cidade da Guarda, respetivamente *A Guarda*, *Terras da Beira*, *Nova Guarda* e *O Interior*.

Considerando o universo de análise, a amostra foi constituída pelas publicações semanais de cada um dos jornais supra referidos, cronologicamente distribuídas entre 1 de Janeiro a 31 de Março de 2011, obtendo-se 13 publicações correspondentes a 13 semanas, num total de 52 edições analisadas. Considera-se uma amostra longitudinal, para um período temporal de um trimestre, de acordo com a cronologia adotada, correspondendo ao total das edições publicadas no trimestre considerado. Em termos de quantidade de peças analisadas, o jornal “Nova Guarda” é o que detém maior número de peças (109), seguindo-se “O Interior” (98), “A Guarda” (93) e o “Terras da Beira” (68). Estes dados, conforme tabelas 3 e 4, indicam uma clara perceção da estratégia das publicações no que se refere às opções de mancha informativa de primeira página. Uns apostam mais que outros no critério quantidade de notícias.

Tabela 3 - Jornais e número de exemplares do universo de análise

Jornais	Exemplares
<i>A Guarda</i>	13
<i>Terras da Beira</i>	13
<i>Nova Guarda</i>	13
<i>O Interior</i>	13
Total	52

Tabela 4 - Número total de peças analisadas e distribuição por jornal

Jornal	Nº de peças	Percentagem
<i>A Guarda</i>	93	25%
<i>Terras da Beira</i>	69	18%
<i>Nova Guarda</i>	109	30%
<i>O Interior</i>	98	27%
Total de peças	369	100%

n=369 (nº total de peças analisadas nos jornais da amostra)

A recolha do corpus de análise efetuou-se diretamente nas organizações jornalísticas, mediante o contato pessoal, de acordo com os critérios de seleção indicados. Como unidade de análise a quantificar foi definida, conforme objetivos da investigação, a peça ou notícia jornalística em presença na primeira página. Trata-se de uma focagem analítica aos géneros jornalísticos informativos, e não opinativos, onde se incluem a notícia, a reportagem, a entrevista e as breves (embora, neste caso, seja raro encontrar destaque de uma breve em primeira página, a não ser uma informação nova de primeira mão, ou última hora, resumida ao lead, que tem muita importância como forma de marcar a agenda informativa em casos como, por exemplo, a divulgação de um putativo candidato autárquico).

Fazer notícias corresponde, regra geral, a um exercício de mobilização de reportagem e entrevista investigativas. Por isso, o processo produtivo da informação não pressupõe uma separação rígida de géneros. Pelo contrário, a notícia de acontecimentos recentes e de atualidade, ou atualizados pelos jornalistas pela sua perspicácia, resulta de uma auscultação de fontes que prestam declarações mediante o ato de entrevistar, seja em presença física (cada vez mais raro), seja com recurso a mediação tecnológica. Trata-se da mais básica técnica do jornalismo. Por outro lado, considera-se a entrevista como um género autónomo quando, em termos de estilo, esta surge claramente separada, sob a apresentação gráfica e discursiva de perguntas efetuadas pelo jornalista e as respostas do entrevistado, no habitual “pergunta-resposta” ou “discurso direto”, este último também diluído, como citação, nas narrativas intermediadas com diversas informações e interpretações de uma peça jornalística. São consideradas, neste género,

todo o tipo de entrevistas, desde as que se focam em personalidades às mais comuns entrevistas de declarações.

Por seu lado, o género reportagem, é a mais nobre da prática jornalística, porque desafia os profissionais a voos para lá da rotina e da prática normativa de noticiar a atualidade. É com ele que se aprofunda uma visibilidade mais alargada sobre o mundo, seja local ou global, e se mistura, na mesma narrativa, todas as competências cognitivas de um jornalista. Fazer reportagem é fazer “respirar” as coisas, permitindo ao leitor uma aproximação não apenas fatual, superficial e básica, mas substancial sobre as causas e consequências dos acontecimentos.

A reportagem conta histórias, alarga o círculo dos protagonistas e traz à atualidade aspetos muitas vezes menos conhecidos do público. Das suas características sobressai um uso híbrido dos vários géneros, sendo por isso o mais rico de todos eles, e pressupõe um conjunto classificatório amplo. De acordo com Jorge Pedro Sousa (2004) e Anabela Gradim (2000), e de forma sintética, pode-se entender as reportagens consoante a origem (rotina, imprevista, planificada); a enunciação (na primeira ou na terceira pessoa); o tipo (reportagem de acontecimentos, de personalidade, temática ou mista); o tamanho (curta ou grande reportagem); características estéticas e formais (reportagem narrativa, descritiva, explicativa, de citações e mista) e quanto à linguagem (informal, formal ou técnica).

Em termos de operacionalização da análise considera-se como principal variável o “conteúdo” jornalisticamente de maior destaque nas publicações, restringindo-se ao espaço redatorial das capas. Neste caso, como único eixo de análise focado no conteúdo, definiu-se a categoria “tema” como principal indicador das suas características uma vez que permite detetar quais são os temas tratados pelos jornais. Isto é, o perfil de opções editoriais de cada publicação. Neste caso, os títulos e respetivos resumos do texto das notícias em destaque nas primeiras páginas são os indicadores da narrativa jornalística que confere um mapeamento da organização temática privilegiada. O exercício de identificação do tema principal de cada peça é, neste caso, facilitado pelo fato de os editores com responsabilidade de hierarquizar e conduzir a informação para a capa indicarem, em antetítulos, o respetivo tema do assunto em destaque. Mais facilidade ainda no caso das manchetes, com foto ou sem foto, cuja identificação temática está perfeitamente explícita em todos os elementos da notícia. Nos casos em que isso não acontece, e são raros, a análise estende-se ao corpo das notícias, no interior do jornal,

onde a leitura do *lead* confere essa indicação. A identificação do tema orientou-se pelos critérios de presença explícita da temática nos títulos ou lead das peças.

Relativamente à proveniência da informação, e de acordo com a classificação teórica clássica sobre a relação entre jornalistas e fontes (Santos, 1997, 2003; Crato, 2002), e que trabalhámos mais amplamente na nossa dissertação de mestrado (Amaral, 2006), optámos por considerar apenas a sua classificação quanto ao estatuto. Considerando as *fontes oficiais* (todas as entidades oficiais da administração pública) e fontes *não oficiais* (todas as organizações, instituições e movimentos não estatais de natureza associativa, sindical, desportiva, cultural ou outra).

9.3- A tematização da imprensa regional da Guarda em 2011

De acordo com os objetivos e opções definidas, a análise de conteúdo permite agora alcançar um retrato dos temas que mais mobilizam a atenção dos jornais da cidade da Guarda e que, por sua influência, se acredita serem os temas de maior relevância pública, segundo a hipótese do *agenda-setting*, conforme se explicou nos capítulos iniciais. Lembramos que para classificar cada notícia foi definida uma grelha de categorias (Tabela 5) que por sua vez se dividia em subcategorias, são elas:

Tabela 5- – Listagem de categorias e respetivas subcategorias

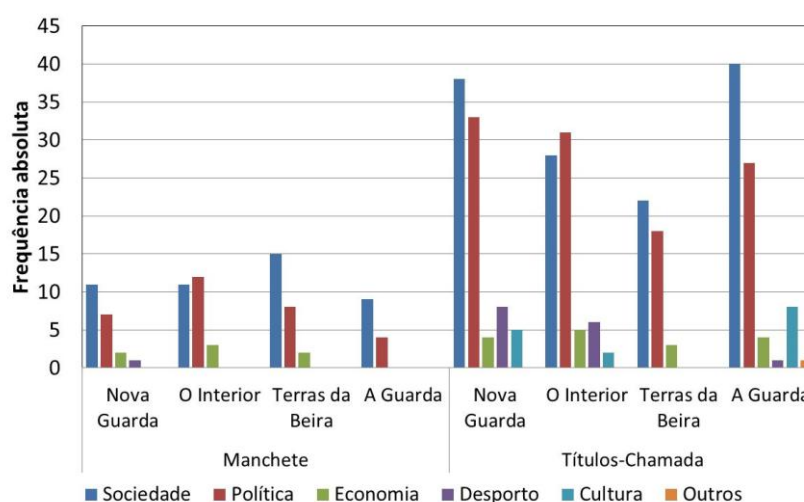
Categorias						
Subcategorias	Sociedade	Política	Economia	Desporto	Cultura	Outros
	Ambiente Educação Saúde Património Justiça Religião Ações Sociais/Pobreza Acidentes/Catástrofes	Vida partidária Personalidades políticas Obras e inaugurações Decisões Autarquias Governo	Trabalho (Emprego/ Desemprego)	Sem subcategorias	Sem subcategorias	Sem subcategorias

Com o objetivo de conhecer a ênfase temática do conjunto dos jornais, como a principal categoria de análise que nos dá indicadores preciosos para a interpretação sobre as prioridades de agendamento desta imprensa, vejamos os resultados globais (em manchete e chamada – título e tipologia de fontes) da análise efetuada aos jornais da amostra, no período correspondente ao primeiro trimestre de 2011.

Tabela 6 - Distribuição dos temas em cada jornal

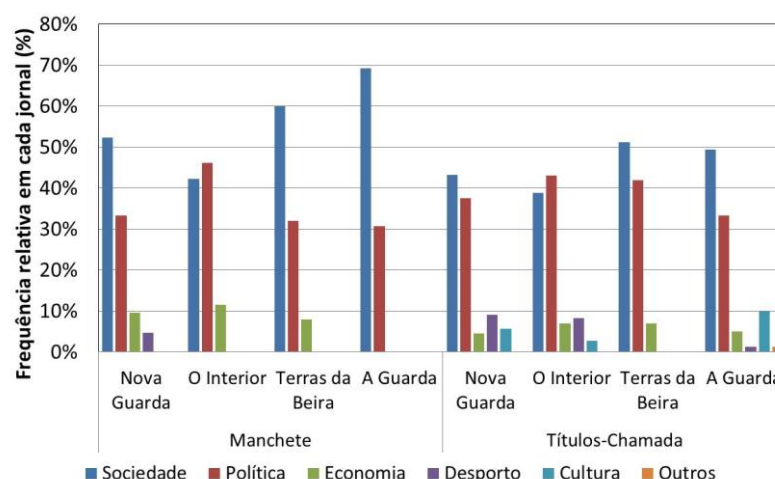
			Tema						
			Sociedade	Política	Economia	Desporto	Cultura	Outros	Total
Manchete	Nova Guarda	N	11	7	2	1	0	0	21
		% no jornal	52,4%	33,3%	9,5%	4,8%	0,0%	0,0%	
	O Interior	N	11	12	3	0	0	0	26
		% no jornal	42,3%	46,2%	11,5%	0,0%	0,0%	0,0%	
	Terras da Beira	N	15	8	2	0	0	0	25
		% no jornal	60,0%	32,0%	8,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
	A Guarda	N	9	4	0	0	0	0	13
		% no jornal	69,2%	30,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos-Chamada	Nova Guarda	N	38	33	4	8	5	0	88
		% no jornal	43,2%	37,5%	4,5%	9,1%	5,7%	0,0%	
	O Interior	N	28	31	5	6	2	0	72
		% no jornal	38,9%	43,1%	6,9%	8,3%	2,8%	0,0%	
	Terras da Beira	N	22	18	3	0	0	0	43
		% no jornal	51,2%	41,9%	7,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
	A Guarda	N	40	27	4	1	8	1	81
		% no jornal	49,4%	33,3%	4,9%	1,2%	9,9%	1,2%	

Gráfico 1 - Distribuição dos temas em cada jornal: Frequências absolutas



Os temas mais abordados são a sociedade e a política, com valores ligeiramente superiores para a sociedade nos jornais “Nova Guarda”, “Terras da Beira” e “A Guarda” e com valores ligeiramente superiores para a política no jornal “O Interior”. Tal sucede quer para as manchetes, quer para os títulos-chamadas. Além destes dois temas principais, nas manchetes são ainda abordados temas da economia, exceto para o jornal “A Guarda” e é feita uma referência ao tema do desporto no jornal “Nova Guarda”. Os temas da economia, cultura e desporto são mais referidos nos títulos-chamadas nos jornais “Nova Guarda”, “O Interior” e “A Guarda”; destes temas, o jornal “Terras da Beira” apenas refere nos títulos-chamadas o tema da economia e “outros temas” apenas surge no jornal “A Guarda”.

Gráfico 2 - Distribuição dos temas em cada jornal: Frequências relativas



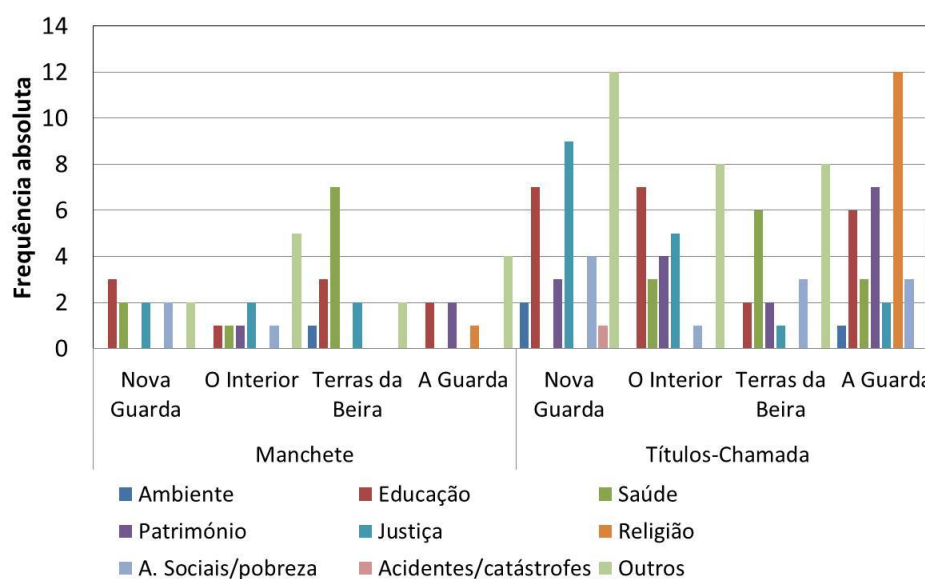
Este gráfico ilustra os mesmos resultados que o anterior, mas em frequências relativas para cada jornal. Verifica-se que mais de 50% das manchetes são referentes a assuntos relacionados com a categoria “sociedade”. É ainda de realçar o facto de não existir qualquer acontecimento ligado à categoria “Cultura” como manchete. A categoria “Desporto” surge como manchete mas com muito pouca frequência e apenas no jornal “*Nova Guarda*”. No que se refere à distribuição de chamadas-título, a categoria “Sociedade” surge com maior número de notícias em destaque, no entanto não atinge 50% das referências.

Importa de seguida olhar para os dados relativos à grande categoria “sociedade” (Tabela 7, Gráfico 3) subdividido em vários subtemas, cuja análise se passa a apresentar.

Tabela 7 - Distribuição dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal

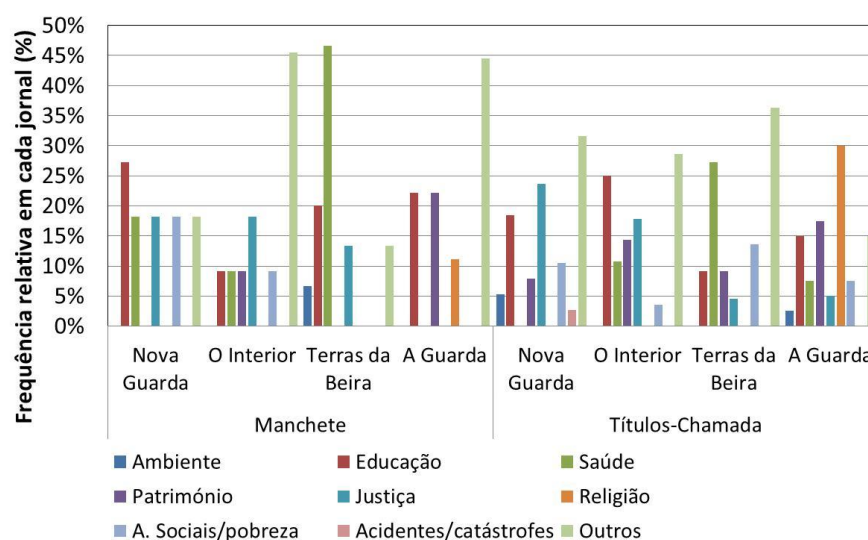
		Subtema										Total
			Ambiente	Educação	Saúde	Patri-mónio	Justiça	Religião	A. Sociais/pobrez a	Aciden-tes/catás-trofes	Outros	
Manchete	Nova Guarda	N	0	3	2	0	2	0	2	0	2	11
		% no jornal	0,0%	27,3%	18,2%	0,0%	18,2%	0,0%	18,2%	0,0%	18,2%	
	O Interior	N	0	1	1	1	2	0	1	0	5	11
		% no jornal	0,0%	9,1%	9,1%	9,1%	18,2%	0,0%	9,1%	0,0%	45,5%	
	Terras da Beira	N	1	3	7	0	2	0	0	0	2	15
		% no jornal	6,7%	20,0%	46,7%	0,0%	13,3%	0,0%	0,0%	0,0%	13,3%	
	A Guarda	N	0	2	0	2	0	1	0	0	4	9
		% no jornal	0,0%	22,2%	0,0%	22,2%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	44,4%	
Títulos-Chamada	Nova Guarda	N	2	7	0	3	9	0	4	1	12	38
		% no jornal	5,3%	18,4%	0,0%	7,9%	23,7%	0,0%	10,5%	2,6%	31,6%	
	O Interior	N	0	7	3	4	5	0	1	0	8	28
		% no jornal	0,0%	25,0%	10,7%	14,3%	17,9%	0,0%	3,6%	0,0%	28,6%	
	Terras da Beira	N	0	2	6	2	1	0	3	0	8	22
		% no jornal	0,0%	9,1%	27,3%	9,1%	4,5%	0,0%	13,6%	0,0%	36,4%	
	A Guarda	N	1	6	3	7	2	12	3	0	6	40
		% no jornal	2,5%	15,0%	7,5%	17,5%	5,0%	30,0%	7,5%	0,0%	15,0%	

Gráfico 3 - Distribuição dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal: Frequências absolutas



Foram selecionadas e analisadas 174 peças correspondentes a esta categoria. Os subtemas são bastante diversificados nos vários jornais relativamente às manchetes, com exceção do jornal “O Interior” com mais manchetes sobre outros subtemas, e do jornal “Terras da Beira” com mais manchetes sobre saúde. Os subtemas mais referidos nos títulos-chamadas do jornal “Nova Guarda” são Outros, Justiça e Educação; no jornal “O Interior” são Outros, Educação e Justiça; no jornal “Terras da Beira” são Outros e Saúde; e no jornal “A Guarda” é a Religião, seguida de Património, Educação e Outros.

Gráfico 4 - Distribuição dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal: Frequências relativas



Este gráfico 4 ilustra os mesmos resultados que o anterior, mas em frequências relativas para cada jornal. Dentro desta categoria sociedade, verifica-se que a subcategoria “Saúde” é aquela que surge mais frequentemente como manchete nas primeiras páginas dos jornais (10 peças, 21,7%), seguida pelos temas relacionados com “Educação” (nove peças, 19,5%), “Justiça” (seis peças, 13%) e “Assuntos sociais/pobreza” (três peças, 6,5%). Por outro lado, as subcategorias que menos surgem como manchete (num total de 46 manchetes) são “Ambiente” (uma peça, 2,1%) e “Religião” (uma peça, 2,1%). Este último tema apenas é visado numa das publicações em análise, “A Guarda”, uma vez que se trata de um jornal com uma linha editorial de um “regionalista católico”, sendo publicado pela Diocese da Guarda.

No caso das chamadas-título da grande categoria “sociedade” (num total de 128 peças) surgem com mais ênfase as subcategorias “Educação” (22 peças, 17,1%), “Justiça” (17 peças, 13,2%) e “Património” (16 peças, 12,5%). A subcategoria “Saúde” surge aqui com 12 peças (9,3%), percebendo-se pelo facto de ter mais peso nas manchetes, sobretudo no jornal “Terras da Beira”.

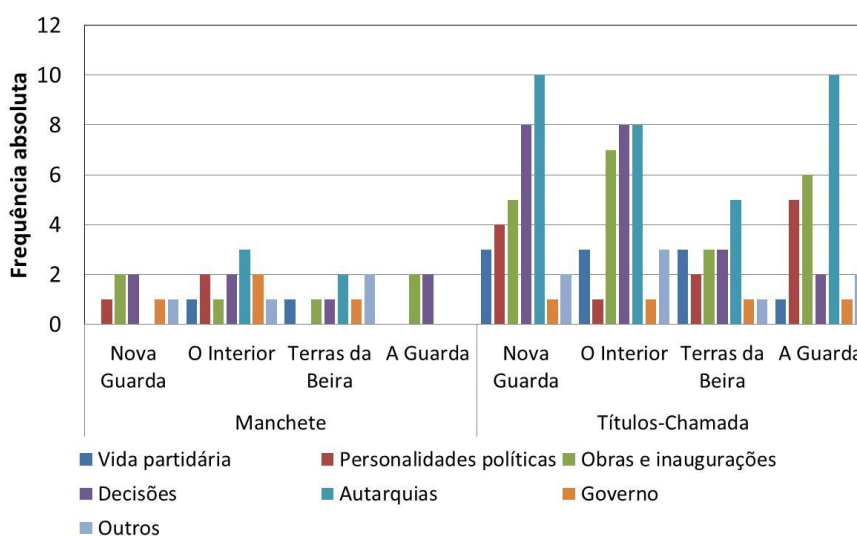
Poder autárquico protagoniza agendamento

Os dados seguintes dizem respeito à categoria “política”, a partir da subdivisão em vários subtemas, cuja análise se passa a apresentar. Contam-se um total de 31 manchetes sobre esta temática e 109 títulos-chamadas.

Tabela 8 - Distribuição dos subtemas do tema “Política” em cada jornal

			Subtema							Total
			Vida partidária	Personalidades políticas	Obras e inaugurações	Decisões	Autarquias	Governo	Outros	
Manchete	Nova Guarda	N	0	1	2	2	0	1	1	7
		% no jornal	0,0%	14,3%	28,6%	28,6%	0,0%	14,3%	14,3%	
	O Interior	N	1	2	1	2	3	2	1	12
		% no jornal	8,3%	16,7%	8,3%	16,7%	25,0%	16,7%	8,3%	
	Terras da Beira	N	1	0	1	1	2	1	2	8
		% no jornal	12,5%	0,0%	12,5%	12,5%	25,0%	12,5%	25,0%	
	A Guarda	N	0	0	2	2	0	0	0	4
		% no jornal	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Títulos-Chamada	Nova Guarda	N	3	4	5	8	10	1	2	33
		% no jornal	9,1%	12,1%	15,2%	24,2%	30,3%	3,0%	6,1%	
	O Interior	N	3	1	7	8	8	1	3	31
		% no jornal	9,7%	3,2%	22,6%	25,8%	25,8%	3,2%	9,7%	
	Terras da Beira	N	3	2	3	3	5	1	1	18
		% no jornal	16,7%	11,1%	16,7%	16,7%	27,8%	5,6%	5,6%	
	A Guarda	N	1	5	6	2	10	1	2	27
		% no jornal	3,7%	18,5%	22,2%	7,4%	37,0%	3,7%	7,4%	

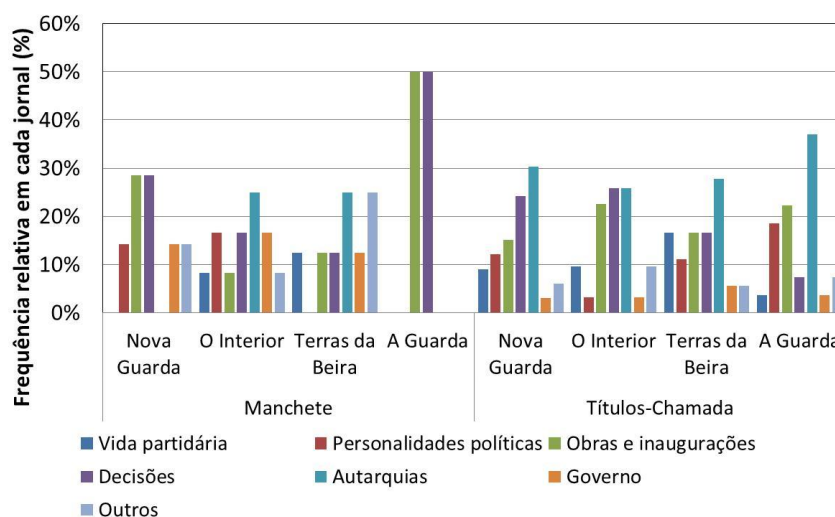
Gráfico 5 - Distribuição dos subtemas do tema “Política” em cada jornal: Frequências absolutas



Os subtemas são bastantes diversificados nos vários jornais relativamente às manchetes, com exceção do jornal “A Guarda” com manchetes apenas sobre “Obras”, “Inaugurações” e “Decisões”. Os subtemas mais referidos nos títulos-chamadas do jornal “Nova Guarda” são “Autarquias” seguidos de “Decisões”. No jornal “O Interior”

são “Autarquias”, “Decisões”, “Obras” e “Inaugurações”. No jornal “Terras da Beira” são “Autarquias”; e no jornal “A Guarda” são “Autarquias”, seguida de “Obras”, “Inaugurações” e “Personalidades políticas”.

Gráfico 6 - Distribuição dos subtemas do tema “Política” em cada jornal: Frequências relativas



Este gráfico ilustra os mesmos resultados que o anterior, mas em frequências relativas para cada jornal. Relativamente à distribuição das manchetes da categoria “Política” (Gráficos 5 e 6) tendo em conta as subcategorias definidas, verifica-se que não existe uma grande discrepância entre os valores das diferentes subcategorias. Contudo, é muito importante notar que os temas mais visados são os ligados às “Decisões” tomadas pelo poder político local (sete manchetes, 22,5%; 21 chamadas-título, 19,2%), seguindo-se “Obras e inaugurações” (seis manchetes, 19,3%; 21 chamadas-título, 19,2%); “Autarquias” (cinco manchetes, 16,1%; 33 chamadas-título, 30,2%); “Personalidades políticas” (três manchetes, 9,6%; 12 chamadas-título, 11%) e “Governo” (quatro manchetes, 12,9%; quatro chamadas-título, 3,6%). Segue-se finalmente o subtema “Vida partidária” (duas manchetes, 6,4%; 10 chamadas-título, 9,1%) com menor expressão neste período em análise por não coincidir com qualquer época pré-eleitoral.

Estes dados revelam que os assuntos relacionados com o poder autárquico e o agendamento político protagonizado pelas elites locais, particularmente as personalidades políticas, as suas decisões no contexto das autarquias, são focos da atenção e fontes de mobilização prioritária, com um peso considerável no agendamento da imprensa local analisada. Isso constata-se, com mais evidência, no caso das

chamadas-título das mesmas subcategorias onde se evidencia, precisamente, que a subcategoria “Autarquias” é aquela que mais destaque recebe nas peças analisadas, seguindo-se as subcategorias “Decisões” e “Obras e inaugurações”.

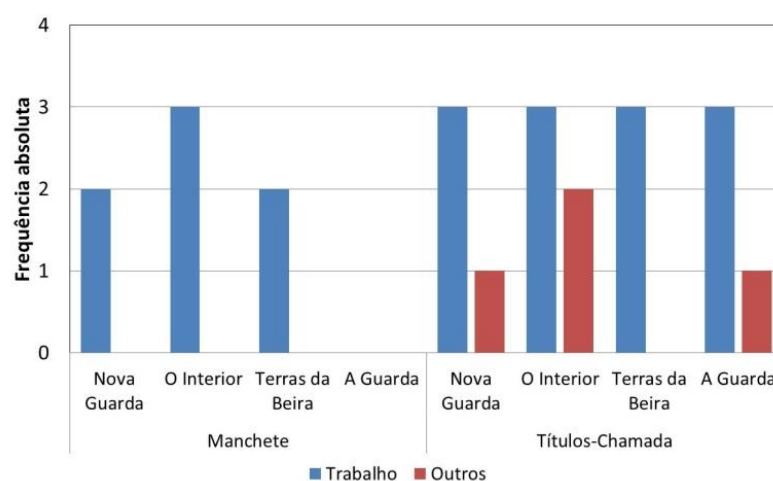
Temas de economia com pouca expressão mediática

No que diz respeito à categoria “Economia” foi subdividida em dois subtemas, cuja análise se passa a apresentar (tabela 9, gráfico 7) da qual se totalizaram sete manchetes e 16 títulos-chamadas.

Tabela 9 - Distribuição dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal

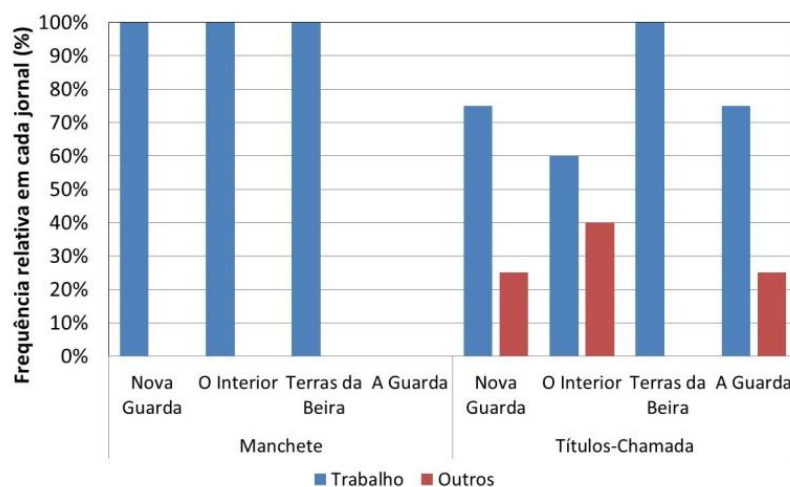
			Subtema		Total
			Trabalho	Outros	
Manchete	Nova Guarda	N	2	0	2
		% no jornal	100,0%	0,0%	
	O Interior	N	3	0	3
		% no jornal	100,0%	0,0%	
	Terras da Beira	N	2	0	2
		% no jornal	100,0%	0,0%	
	A Guarda	N	0	0	0
		% no jornal	0,0%	0,0%	
Títulos-Chamada	Nova Guarda	N	3	1	4
		% no jornal	75,0%	25,0%	
	O Interior	N	3	2	5
		% no jornal	60,0%	40,0%	
	Terras da Beira	N	3	0	3
		% no jornal	100,0%	0,0%	
	A Guarda	N	3	1	4
		% no jornal	75,0%	25,0%	

Gráfico 7 - Distribuição dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal: Frequências absolutas



Os subtemas são apenas o “Trabalho” nos vários jornais relativamente às manchetes. Os subtemas mais referidos nos títulos-chamadas dos vários jornais são também maioritariamente o Trabalho.

Gráfico 8 - Distribuição dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal: Frequências relativas



Este gráfico ilustra os mesmos resultados que o anterior, mas em frequências relativas para cada jornal. A categoria “Economia/trabalho” tem, nos dados gerais, pouca expressividade mediática, não estando entre as categorias mais dominantes – ao contrário do que revela o estudo do Projeto “Agenda do Cidadão” (2001) onde surge entre as três mais noticiadas.¹⁴³

9.4- Resultados globais em *Manchete* e *Chamada-Título*

Conforme evidenciam os resultados (tabela 9, gráficos 9 e 10), o tema mais abordado é “Sociedade”. Num total de 85 peças com a categoria de manchete, no conjunto dos quatro jornais, 46 manchetes (54,1%) são-lhe dedicadas. A expressão é reforçada nos títulos-chamadas com 128 peças alusivas ao tema num total de 284, o que corresponde a uma percentagem de 45,1%.

Apenas com menos 15 machetes de diferença, o segundo tema mais destacado na imprensa regional da Guarda é a “política”, com 31 manchetes (36,5%) e 109 títulos-chamada (38,4%). Verifica-se a presença, ainda que residual, de temas das categorias “Economia” (sete manchetes, 8,2%; 16 títulos-chamada, 5,6%) e “Desporto” (uma manchete, 1,2%, 15 títulos-chamada, 5,3%). A “cultura” é a categoria menos destacada, com 15 títulos-chamada (5,3%).

¹⁴³ Referência ao trabalho levado a cabo pelo “Projecto Agenda do Cidadão : jornalismo e participação cívica nos media portugueses” que, entre outras conclusões relevantes, identifica o predomínio das três grandes áreas temáticas “Cultura”, “Política” e “Economia” no conjunto das publicações de imprensa regional analisadas Cf. Correia, J; Morais, R., Sousa, J.C, (2011)

Tabela 10 - Distribuição global dos temas

		Tema						Total
		Sociedade	Política	Economia	Desporto	Cultura	Outros	
Manchete	N	46	31	7	1	0	0	85
	%	54,1%	36,5%	8,2%	1,2%	0,0%	0,0%	
Títulos- Chamada	N	128	109	16	15	15	1	284
	%	45,1%	38,4%	5,6%	5,3%	5,3%	0,4%	

Gráfico 9 - Distribuição dos temas: Frequências absolutas

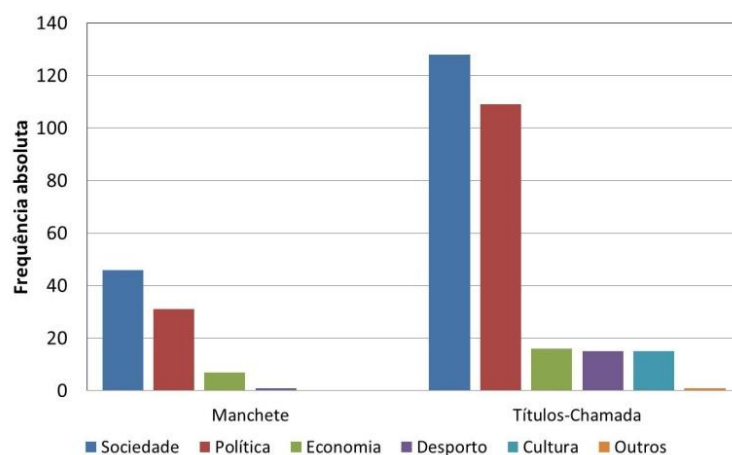
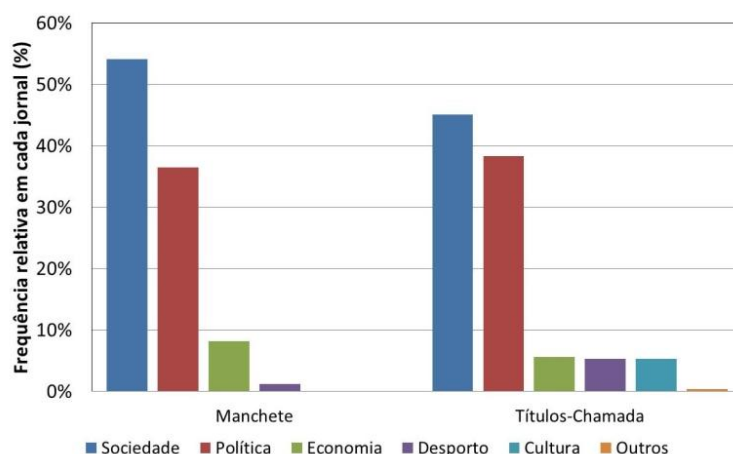


Gráfico 10 -Distribuição dos temas: Frequências relativas



Evidencia-se uma primeira conclusão muito significativa, numa perspetiva de análise longitudinal a partir de estudos que desenvolvemos anteriormente (Amaral, 2006). As prioridades de agendamento dos mesmos jornais analisados antes (a partir de uma amostra do ano de 2004) e agora (uma amostra de 2011) apresentam uma nuance muito significativa.

Se no primeiro caso se verificou um domínio claro da categoria “Política” seguida da “Sociedade” (Amaral,2006:89), no segundo - que agora se apresenta - as

posições invertem-se. A categoria “Sociedade”, nomeadamente através dos temas ligados à “Saúde” e “Educação”, ganha estatuto de maior notoriedade nas capas dos jornais. Claro que a política - como revela o projeto “Agenda do Cidadão” -, continua a ser um tema dominante, também como se pode ver nos resultados seguintes, sobretudo ao nível das questões autárquicas e presença das elites políticas.

Mas não deixa de ser interessante verificar que a categoria está em segundo plano nas opções de destaque da imprensa local e já não em primeiro, como se constatou em 2006. Deve-se igualmente sublinhar, e estabelecer relações mais latas, que ajudam à caracterização deste tipo de imprensa de proximidade, através da coincidência com os dados do estudo do projeto “Agenda dos Cidadãos (2011:13) onde os autores chegaram à mesma conclusão.

Estes dados cruzados permitem extrapolar aquela que poderá ser uma das características contemporâneas da imprensa regional, quer circunscrita à geografia deste estudo, a cidade da Guarda, quer à generalidade das publicações portuguesas neste campo, incluídas no estudo citado. Isto é, a imprensa local portuguesa pode estar mais próxima de corresponder a um (ligeiro) afastamento de um agendamento excessivamente dependente das “fontes oficiais” organizadas – como se verifica pelos dados sobre as fontes de seguida - através da eficácia da comunicação planificada, procurando enfoques sobre assuntos sociais, onde neste caso se destacam a Saúde e a Educação, mais próximos das preocupações dos cidadãos.

Depois das temáticas que constituem a “agenda mediática” das publicações locais, analisamos de seguida a dimensão da proveniência dessa agenda informativa de destaque através da identificação das fontes mobilizadas. O objetivo é verificar que tipo de fontes é mais preponderante na relação estratégica com os jornalistas e de que forma estas podem ser determinantes para o agendamento das temáticas.

9.5 – Que fontes dominam nas notícias de primeira página?

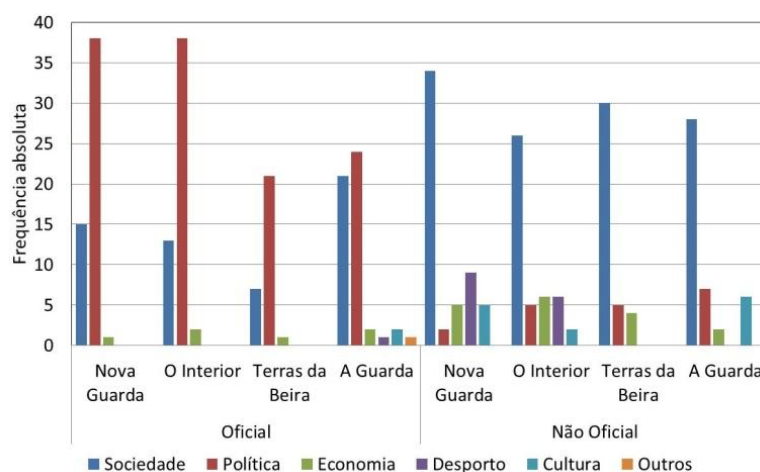
Uma primeira evidência extraída dos resultados (tabela 10, gráficos 11 e 12) dá conta, sem surpresas, que é na categoria “Política” onde surge maior uso de “Fontes oficiais”. No total dos quatro jornais, no que se refere ao total de 187 manchetes analisadas, nessa categoria verificou-se a referência a 121 “Fontes oficiais” (64,7%) contra apenas 19 “Fontes não oficiais” (10,1%).

Conclui-se que nas “Fontes oficiais” predomina o tema “Política” em todos os jornais, embora no jornal “A Guarda” o tema “Sociedade” apresente valores semelhantes. Verifica-se que a tradicional esfera da “Política”, também em termos regionais e locais, tem não só um forte peso no processo de agendamento, como o tratamento informativo correspondente está visivelmente vinculado à mobilização dos principais atores do campo (políticos e demais porta-vozes afins) e pouca expressão de outras vozes externas às “máquinas” institucionais, que mais facilmente se impõem como fontes primárias das notícias.

Tabela 11 - Distribuição das fontes das notícias por temas em cada jornal

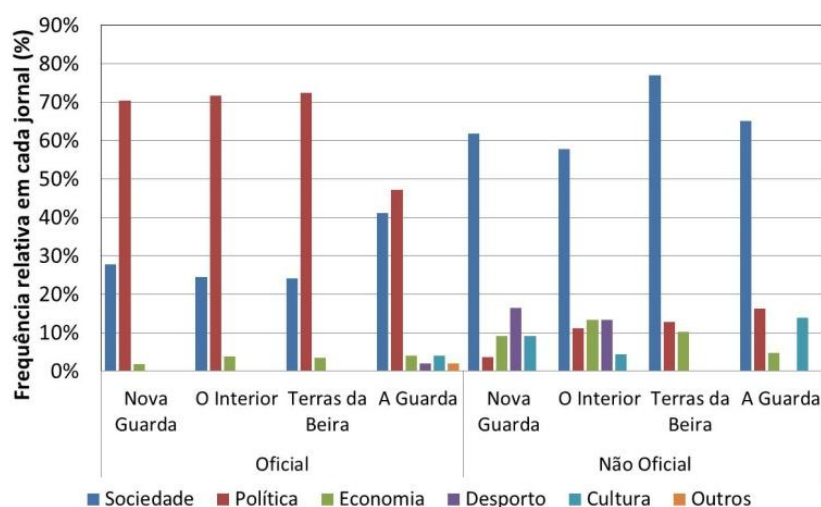
			Tema						Total
			Sociedade	Política	Economia	Desporto	Cultura	Outros	
Oficial	Nova Guarda	N	15	38	1	0	0	0	54
		% no jornal	27,8%	70,4%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	
	O Interior	N	13	38	2	0	0	0	53
		% no jornal	24,5%	71,7%	3,8%	0,0%	0,0%	0,0%	
	Terras da Beira	N	7	21	1	0	0	0	29
		% no jornal	24,1%	72,4%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	
	A Guarda	N	21	24	2	1	2	1	51
		% no jornal	41,2%	47,1%	3,9%	2,0%	3,9%	2,0%	
Não Oficial	Nova Guarda	N	34	2	5	9	5	0	55
		% no jornal	61,8%	3,6%	9,1%	16,4%	9,1%	0,0%	
	O Interior	N	26	5	6	6	2	0	45
		% no jornal	57,8%	11,1%	13,3%	13,3%	4,4%	0,0%	
	Terras da Beira	N	30	5	4	0	0	0	39
		% no jornal	76,9%	12,8%	10,3%	0,0%	0,0%	0,0%	
	A Guarda	N	28	7	2	0	6	0	43
		% no jornal	65,1%	16,3%	4,7%	0,0%	14,0%	0,0%	

Gráfico 11 - Distribuição das fontes em cada jornal: Frequências absolutas



Nas “Fontes não oficiais” predomina o tema “Sociedade” em todos os jornais, sendo os restantes temas maioritariamente de “Fontes não oficiais.” Este gráfico 12 ilustra os mesmos resultados que o anterior, mas em frequências relativas para cada jornal.

Gráfico 12 - Distribuição das fontes em cada jornal: Frequências relativas

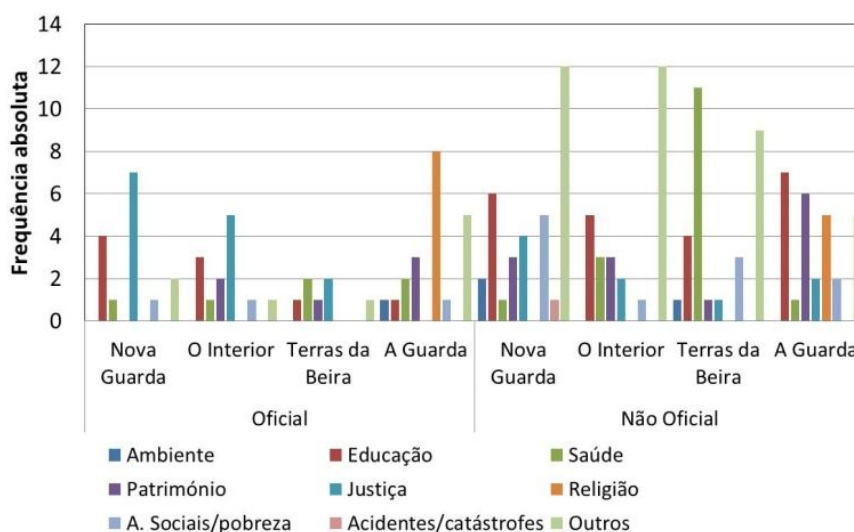


Apresenta-se, de seguida, a análise das fontes quanto à categoria “Sociedade”, com a respetiva subdivisão em vários subtemas, tendo-se registado um total de 56 “Fontes oficiais” (36,1% do total) e 118 “Fontes não oficiais” (67,8%). É a primeira evidência de que nesta categoria predominam “Fontes não oficiais”, como veremos nos resultados absolutos mais à frente.

Tabela 12 - Distribuição das fontes das notícias dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal

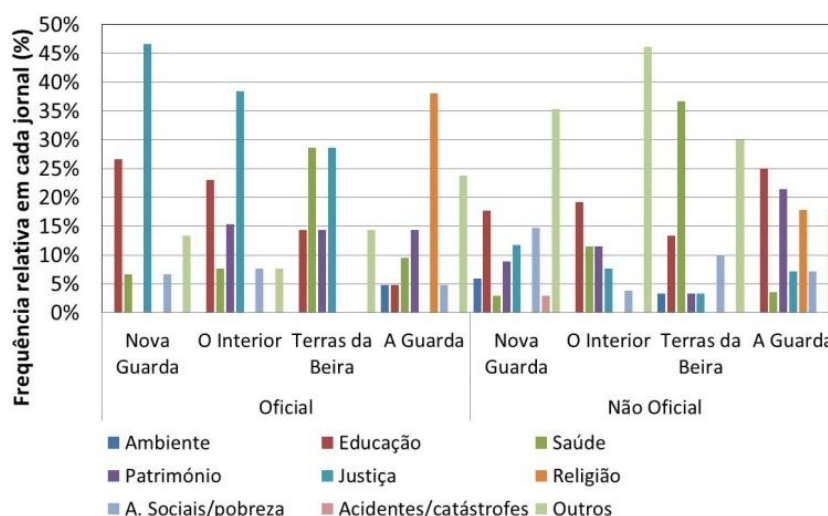
		Subtema										Total
			Ambiente	Educação	Saúde	Patri-mónio	Justiça	Religião	A. Sociais/pobres	Acidentes/catástrofes	Outros	
Oficial	Nova Guarda	N	0	4	1	0	7	0	1	0	2	15
		% no jornal	0,0%	26,7%	6,7%	0,0%	46,7%	0,0%	6,7%	0,0%	13,3%	
	O Interior	N	0	3	1	2	5	0	1	0	1	13
		% no jornal	0,0%	23,1%	7,7%	15,4%	38,5%	0,0%	7,7%	0,0%	7,7%	
Oficial	Terras da Beira	N	0	1	2	1	2	0	0	0	1	7
		% no jornal	0,0%	14,3%	28,6%	14,3%	28,6%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	
	A Guarda	N	1	1	2	3	0	8	1	0	5	21
		% no jornal	4,8%	4,8%	9,5%	14,3%	0,0%	38,1%	4,8%	0,0%	23,8%	
Não Oficial	Nova Guarda	N	2	6	1	3	4	0	5	1	12	34
		% no jornal	5,9%	17,6%	2,9%	8,8%	11,8%	0,0%	14,7%	2,9%	35,3%	
	O Interior	N	0	5	3	3	2	0	1	0	12	26
		% no jornal	0,0%	19,2%	11,5%	11,5%	7,7%	0,0%	3,8%	0,0%	46,2%	
Não Oficial	Terras da Beira	N	1	4	11	1	1	0	3	0	9	30
		% no jornal	3,3%	13,3%	36,7%	3,3%	3,3%	0,0%	10,0%	0,0%	30,0%	
	A Guarda	N	0	7	1	6	2	5	2	0	5	28
		% no jornal	0,0%	25,0%	3,6%	21,4%	7,1%	17,9%	7,1%	0,0%	17,9%	

**Gráfico 13 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal:
Frequências absolutas**



Nas “Fontes oficiais” predomina o subtema “Justiça” nos jornais “Nova Guarda” e “O Interior”, no jornal “Terras da Beira” observam-se vários subtemas e no jornal “A Guarda” predomina o subtema “Religião”, seguido de “Outros”. Nas “Fontes não oficiais” predomina o subtema “Outros”, seguido de “Educação” nos jornais “Nova Guarda” e “O Interior”; no jornal “Terras da Beira” predomina o subtema “Saúde”, seguido de outros e no jornal “A Guarda” predominam os subtemas “Educação”, “Património”, “Religião” e “Outros”.

**Gráfico 14 -Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Sociedade” em cada jornal:
Frequências relativas**



Este gráfico anterior ilustra os mesmos resultados que o anterior, mas em frequências relativas para cada jornal. Permite constatar claramente o uso de “Fontes oficiais” na categoria “Justiça”, em três dos jornais da amostra, o que denota a afirmação de rotinas profissionais orientadas para uma certa “segurança” das narrativas informativas que abordam temas geralmente mais complexos do campo da justiça e dos tribunais. Citar “Fontes oficiais”, neste caso particular, ilustra também que no campo desta imprensa em análise são escassas as possibilidades de noticiar processos e histórias que envolvam polémicas e casos de polícia, por exemplo, sem o recurso a quem, de direito, possa fornecer informações fidedignas e esteja “oficialmente” por dentro dos processos. Os jornalistas assumem um papel de mediadores dessas informações provenientes maioritariamente da esfera oficial. Mesmo assim, refira-se que nos temas dessa categoria “Justiça”, onde 14 notícias provêm de “Fontes oficiais” (25%) nove têm como base “Fontes não oficiais” (16%).

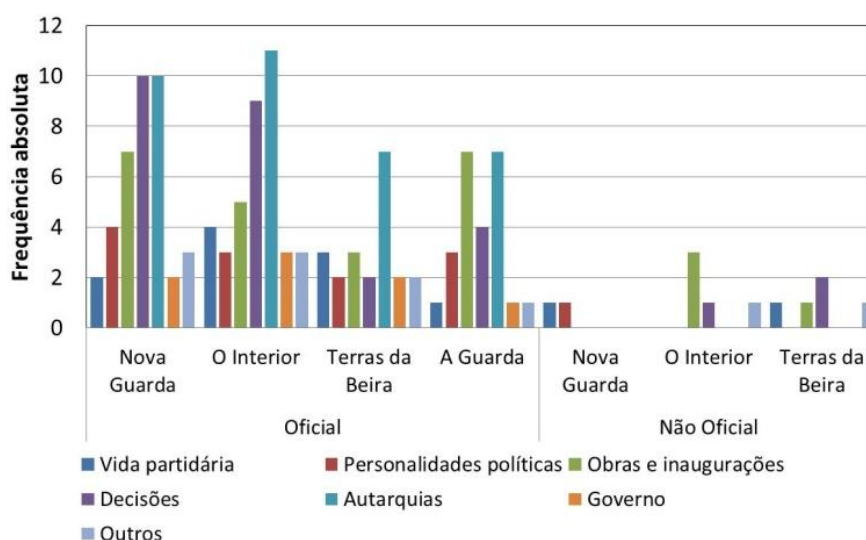
Destaca-se, ainda, comparativamente, que as “Fontes não oficiais” têm mais peso nos temas de “Educação” (22 peças contra nove de “Fontes oficiais”); “Saúde” (16 peças contra seis provenientes de “Fontes oficiais”); “Património” (13 peças contra seis de “Fontes oficiais”); “Assuntos sociais/pobreza (11 peças contra três de “Fontes oficiais”) e “Ambiente” (três peças contra uma de “Fonte oficial”).

Segue-se o mesmo procedimento analítico para a categoria “Política”, subdividido em vários subtemas, cuja análise se passa a apresentar. Refira-se que num total de 140 fontes de informação analisadas nesta categoria, 121 são “fontes oficiais” (86,4%) e apenas 19 “fontes não oficiais” (13,5%), conforme a distribuição percentual por cada jornal (ver tabela 13).

Tabela 13 - Distribuição das fontes das notícias dos subtemas de “Política” em cada jornal

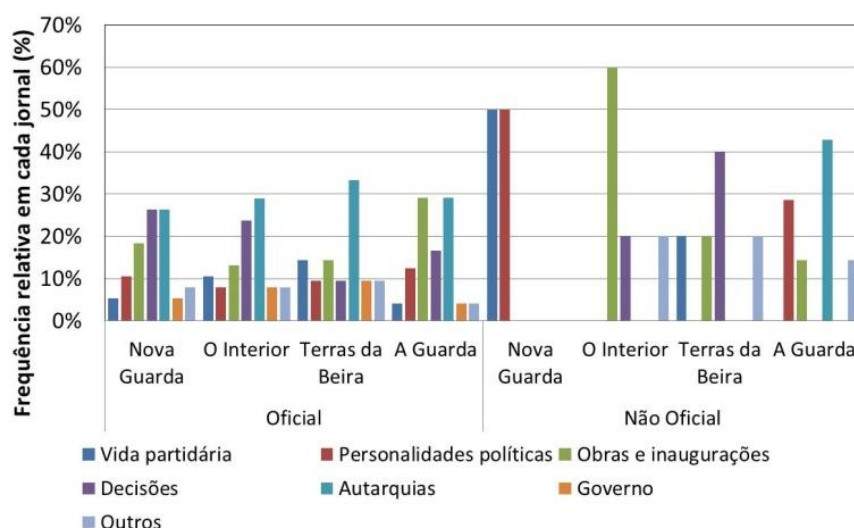
			Subtema							
			Vida partidária	Personalidades políticas	Obras e inaugurações	Decisões	Autarquias	Governo	Outros	Total
Oficial	Nova Guarda	N	2	4	7	10	10	2	3	38
		% no jornal	5,3%	10,5%	18,4%	26,3%	26,3%	5,3%	7,9%	
	O Interior	N	4	3	5	9	11	3	3	38
		% no jornal	10,5%	7,9%	13,2%	23,7%	28,9%	7,9%	7,9%	
	Terras da Beira	N	3	2	3	2	7	2	2	21
		% no jornal	14,3%	9,5%	14,3%	9,5%	33,3%	9,5%	9,5%	
	A Guarda	N	1	3	7	4	7	1	1	24
		% no jornal	4,2%	12,5%	29,2%	16,7%	29,2%	4,2%	4,2%	
Não Oficial	Nova Guarda	N	1	1	0	0	0	0	0	2
		% no jornal	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
	O Interior	N	0	0	3	1	0	0	1	5
		% no jornal	0,0%	0,0%	60,0%	20,0%	0,0%	0,0%	20,0%	
	Terras da Beira	N	1	0	1	2	0	0	1	5
		% no jornal	20,0%	0,0%	20,0%	40,0%	0,0%	0,0%	20,0%	
	A Guarda	N	0	2	1	0	3	0	1	7
		% no jornal	0,0%	28,6%	14,3%	0,0%	42,9%	0,0%	14,3%	

**Gráfico 15 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Política” em cada jornal:
Frequências absolutas**



Nas “Fontes oficiais” predominam os subtemas “Decisões” e “Autarquias” no jornal “Nova Guarda” e “O Interior”, no jornal “Terras da Beira” predomina o subtema “Autarquias” e no jornal “A Guarda” predominam os subtemas “Autarquias” e “Obras e inaugurações”. Nas “fontes não oficiais” são referidas poucas notícias destes subtemas.

**Gráfico 16 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Política” em cada jornal:
Frequências relativas**



Neste gráfico, que apresenta os mesmos resultados que o anterior, mas em frequências relativas para cada jornal, é visível o domínio percentual de “Fontes oficiais” em praticamente todos os subtemas da categoria “Política”, o que evidencia que, por norma, as narrativas jornalísticas focadas neste campo têm como origem

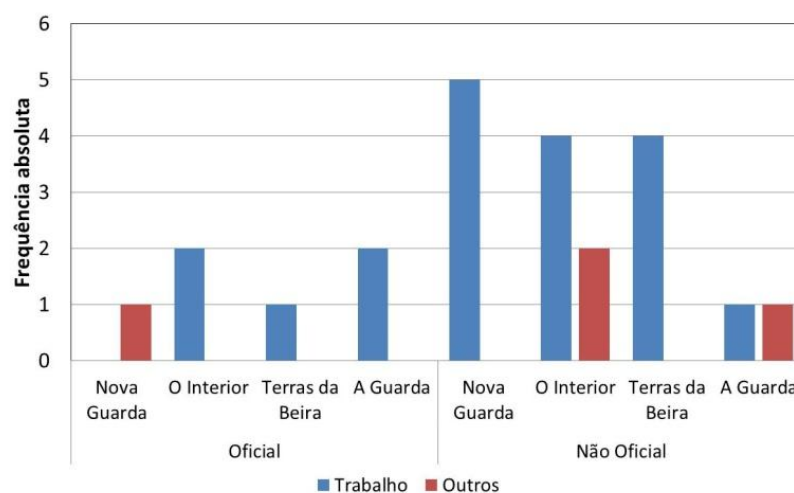
primária os atores e elites da cena política local e regional, onde são pouco expressivas outras vozes da sociedade civil.

Finalmente, antes de se apresentarem os resultados gerais das fontes, veja-se o que se passa com a categoria “Economia”, que foi subdividida em dois subtemas, cuja análise se passa a apresentar. Neste caso, contabilizaram-se 23 notícias alusivas ao tema, no total dos quatro jornais, das quais seis delas tiveram origem em “Fontes oficiais” (26%) e 17 em “Fontes não oficiais” (73,9%).

Tabela 14 - Distribuição das fontes das notícias dos subtemas de “Economia” em cada jornal

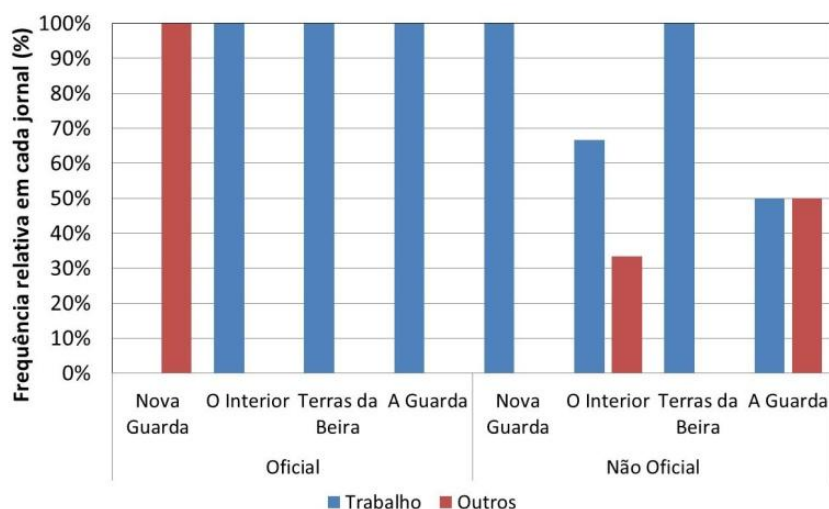
			Subtema		Total
			Trabalho	Outros	
Oficial	Nova Guarda	N	0	1	1
		% no jornal	0,0%	100,0%	
	O Interior	N	2	0	2
		% no jornal	100,0%	0,0%	
Não Oficial	Terras da Beira	N	1	0	1
		% no jornal	100,0%	0,0%	
	A Guarda	N	2	0	2
		% no jornal	100,0%	0,0%	
Oficial	Nova Guarda	N	5	0	5
		% no jornal	100,0%	0,0%	
	O Interior	N	4	2	6
		% no jornal	66,7%	33,3%	
Não Oficial	Terras da Beira	N	4	0	4
		% no jornal	100,0%	0,0%	
	A Guarda	N	1	1	2
		% no jornal	50,0%	50,0%	

Gráfico 17 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal: Frequências absolutas



Nas “Fontes oficiais” predomina o subtema “Trabalho” (14 fontes contra cinco de “fontes oficiais”) nos vários jornais, com exceção do jornal “Nova Guarda” que apenas apresenta um subtema “Outro”. Nas “Fontes não oficiais” também predomina o subtema trabalho, sendo referidas outro nos jornais “O Interior” e “A Guarda”.

Gráfico 18 - Distribuição das fontes dos subtemas do tema “Economia” em cada jornal: Frequências relativas



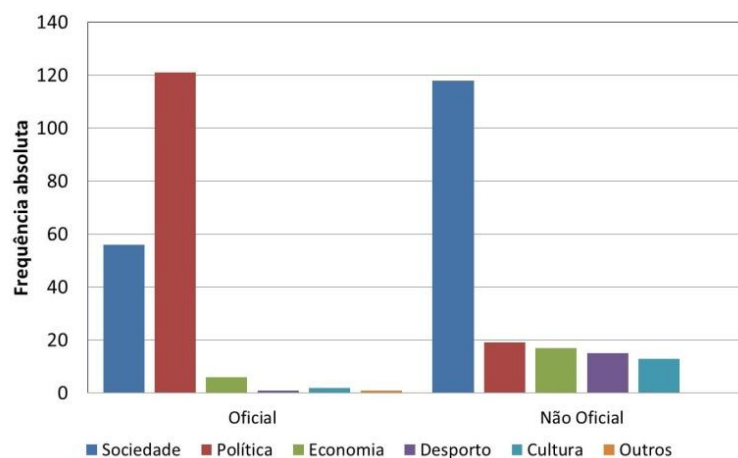
9.5.1- Resultados globais: fontes oficiais com mais presença na agenda da imprensa

Os resultados globais, a partir do estatuto de “Fonte oficial” e “Não oficial”, conforme explicação na metodologia, são os seguintes:

Tabela 15 - Distribuição global das fontes

		Tema						Total
		Sociedade e	Política	Economia	Desporto	Cultura	Outros	
Oficial	N	56	121	6	1	2	1	187
	%	29,9%	64,7%	3,2%	0,5%	1,1%	0,5%	
Não Oficial	N	118	19	17	15	13	0	182
	%	64,8%	10,4%	9,3%	8,2%	7,1%	0,0%	

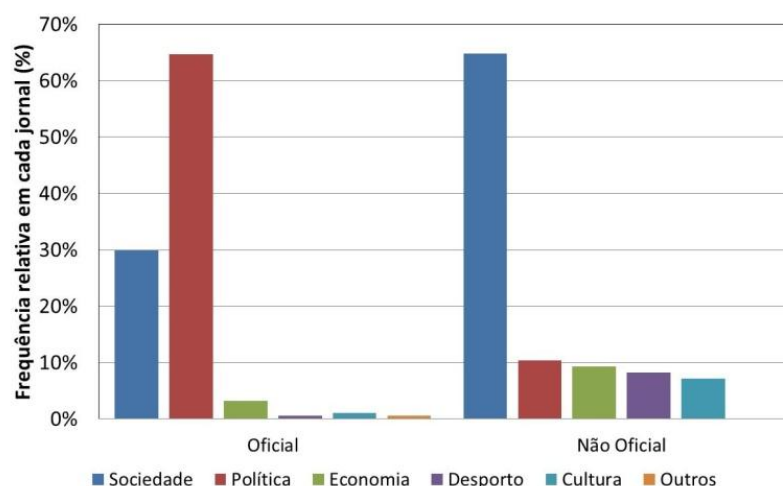
Gráfico 19 - Distribuição dos temas por fonte: Frequências absolutas



Conforme interpretação dos dados (tabela 15, gráficos 17 e 18), nas “Fontes oficiais” predomina o tema “Política”(121 fontes, 64,7%), seguido de “Sociedade” (56

fontes, 29,9%) verificando-se ainda a “Economia” (seis fontes, 3,2%) e depois residualmente os restantes temas. Para as “Fontes não oficiais”, o tema mais referido é a “Sociedade” (118 fontes, 64,8%), seguido da “Política” (19 fontes, 10,4%), “Economia” (17 fontes, 9,3%), “Desporto” (15 fontes, 8,2%) e “Cultura” (13 fontes, 7,1%).

Gráfico 20 - Distribuição dos temas por fonte: Frequências relativas



Estes dados globais permitem, agora, concluir que as “Fontes oficiais” são preponderantes no agendamento da imprensa regional analisada, uma tendência que já havia sido apontada pelo nosso estudo anterior (Amaral, 2006). No entanto, olhando para os valores totais (187 “Fontes oficiais”, 50,6%, contra 182 “Fontes não oficiais”, 49,3%) verifica-se uma diferença de apenas cinco referências (1,3%) o que constitui, em nossa opinião, uma tendência de afirmação e importância das fontes não oficiais nos processos de produção noticiosa. Esta constatação, aqui quantitativamente ilustrada, é reforçada por algumas opiniões dos jornalistas ouvidos para este trabalho (ver capítulo 11), que denotam um certo “cansaço” de um “mimetismo” de agendamento focado nas fontes oficiais, sobretudo as que se posicionam, estrategicamente, na ala do poder político para aceder a um *poder simbólico* (Bourdieu, 1994) imanado da visibilidade mediática.

Tal como concluímos em 2006, as “Fontes oficiais” são as que mais força têm no relacionamento com os jornalistas, mas regista-se uma nova tendência de maior abertura a “Fontes não oficiais” olhando para os valores relativos. Essa é a conclusão a que chega o citado estudo “Agenda do Cidadão” (2011:21), no qual se verifica maior peso das fontes “não oficiais” no conjunto dos jornais regionais analisados por aquele projeto de investigação na Universidade da Beira Interior (UBI).

Capítulo 10-Sondagem de opinião aos assinantes de imprensa regional

10.1- A relação dos leitores com a imprensa e as suas expetativas

Nesta fase apresentamos os resultados da componente do trabalho de investigação empírica que resulta da auscultação de uma amostra de 100 assinantes de um dos jornais do *corpus* de análise, o jornal *Nova Guarda*, e, no capítulo seguinte, a uma amostra de 200 “cidadãos comuns”, conforme se explicou na metodologia. Em ambos os casos, de um modo geral, procura-se perceber as relações de reciprocidade entre os órgãos de comunicação social, em particular a imprensa, e os seus leitores, através de uma pesquisa direta junto do chamado “público” dos *media*.

Pela sua natureza, apesar de se basear em inquéritos estatísticos, não se trata de um *estudo das audiências* para delimitar a população dos leitores, a sua estrutura e extensão. É antes enquadrado no que Rieffel (2003:164) designa por estudos do público, que se situam noutro nível e têm como objetivo compreender os meandros do comportamento do recetor, as suas motivações e apreender os universos de significação, as formas de participação ou de resistência que, neste caso, a imprensa desencadeia.

Um dos principais focos de pesquisa nesta parte da investigação resulta da curiosidade sobre a especificidade da relação e expectativas dos leitores para com a “sua” imprensa regional. Sabendo-se que a leitura da imprensa, ou o consumo dos *media* de um modo geral, depende de um conjunto de fatores, é importante perceber o que se passa com esta imprensa que analisamos, a quem teoricamente se atribuem características distintivas, como se analisou em capítulos anteriores. Questões importantes como aferir o que as pessoas esperam do “seu jornal” cimentam uma interpretação mais substantiva sobre o teor das relações que se constroem entre esta imprensa dita de proximidade e os leitores, que se podem traduzir em reconhecimento, aceitação e fidelização. Por outro lado, esta coleta científica de informações do interior dos públicos confere indicadores preciosos para um dos pressupostos de pesquisa centrais do nosso trabalho: analisar o grau de envolvimento da imprensa regional numa agenda das preocupações mais destacadas dos seus leitores ou cidadãos, perceber quais são essas reais preocupações, e qual o papel que, na opinião destes, esta imprensa deve desempenhar.

O trabalho descritivo que se segue divide-se em três partes:

- a) Estatística descritiva, que permite perceber a forma como se distribuem as respostas às questões colocadas no inquérito.
- b) Análise de inferência estatística para realizar o estudo dos objetivos da tese (aplicada à sondagem de opinião dos assinantes)
- c) Análise de inferência estatística para realizar o estudo das hipóteses de investigação (aplicada à sondagem de opinião dos assinantes)

10.2- Estatística descritiva

Em termos de estatística descritiva apresentam-se, para as variáveis de caracterização, as tabelas de frequências e gráficos ilustrativos das distribuições de valores verificadas e, para as variáveis quantitativas e em escala de Likert, também as tabelas de frequências e as estatísticas relevantes.

As variáveis medidas em escala de Likert foram analisadas através das categorias apresentadas. Para as variáveis da escala de medida, apresentam-se alguns dados significantes, como:

- a) Os valores médios obtidos para cada questão (para as questões numa escala de um a 56, um valor superior a 3 é superior à média da escala).
- b) Os valores do desvio padrão associados a cada questão que representam a dispersão absoluta de respostas perante cada questão.
- c) O coeficiente de variação, que ilustra a dispersão relativa das respostas: quanto maior, maior é a dispersão de respostas.
- d) Os valores mínimos e máximos observados.
- e) Gráficos ilustrativos dos valores médios das respostas dadas às várias questões.

Os intervalos de confiança são determinados com um grau de confiança de 95%. Os intervalos de confiança são um instrumento da inferência estatística, que permitem inferir sobre os intervalos de valores que se observam para a população, a partir de dados da amostra, e também averiguar se diferenças observadas na amostra são estatisticamente significantes. Ou seja, se as conclusões da amostra se podem inferir para a população.

Ao valor de 95% para o grau de confiança está associado um valor complementar de 5%, que é um valor de referência utilizado nas Ciências Sociais para

testar hipóteses. Significa que estabelecemos a inferência com uma probabilidade de erro inferior a 5%.

Para as variáveis quantitativas, apresentam-se os valores médios e o limite inferior (LI) e limite superior (LC) do intervalo de confiança, com um grau de confiança de 95%. Estes dados permitem concluir sobre os intervalos de valores que se observam para a população e comparar quaisquer duas variáveis quantitativas:

1) Se existir sobreposição entre os valores do intervalo de confiança, significa que não podemos considerar que as duas variáveis em análise apresentam valores diferentes, em média.

2) Se não existir sobreposição entre os valores do intervalo de confiança, significa que podemos considerar que as duas variáveis em análise apresentam valores diferentes, em média.

Estas conclusões são estabelecidas para um nível de significância de 5%, tal como todos os testes de hipóteses utilizados nas Ciências Sociais.

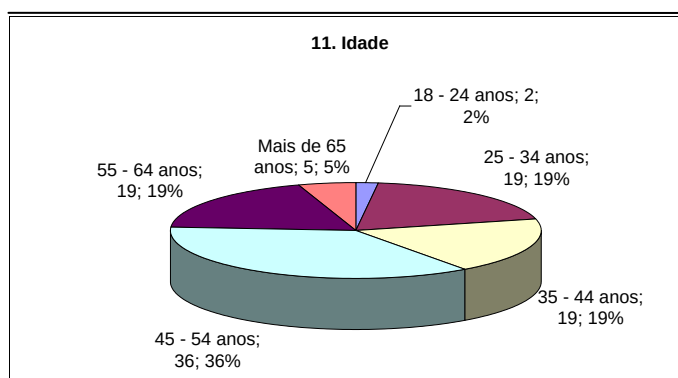
10.3 - Os resultados

Seguem-se os resultados e respetiva interpretação. Apesar de no inquérito a caracterização biográfica estar no final, em termos cronológicos de apresentação gráfica, optamos por colocar os respetivos dados no início deste relatório. O que permite uma identificação imediata sobre as principais características da amostra, no que se refere às variáveis da idade, sexo e nível de instrução. A recolha de dados desta primeira sondagem durante o último trimestre de 2010.

10.3.1- Caracterização biográfica

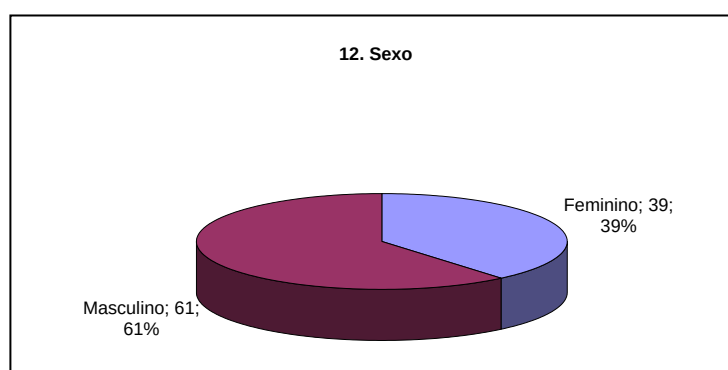
Na amostra, 36% tem entre 45-54 anos, as classes 25-34 anos, 35-44 anos e 55-64 anos representam 19% da amostra cada, 5% têm mais de 65 anos e 2% têm entre 18-24 anos (ver tabela 16 em anexo).

Gráfico 21 – Grupo etário da amostra de assinantes



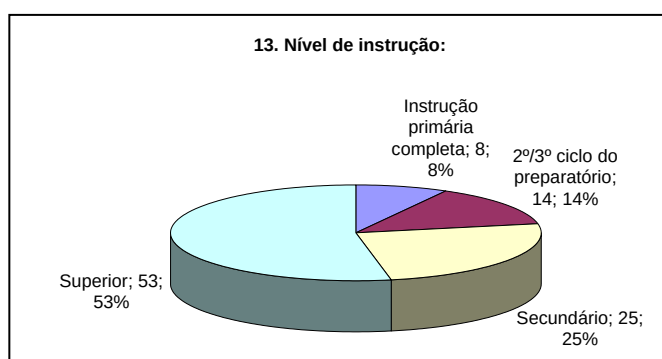
Como se pode observar pelos dados, no que respeita ao sexo, 61% dos inquiridos pertence ao género masculino e 39% do género feminino.

Gráfico 22 – Sexo da amostra



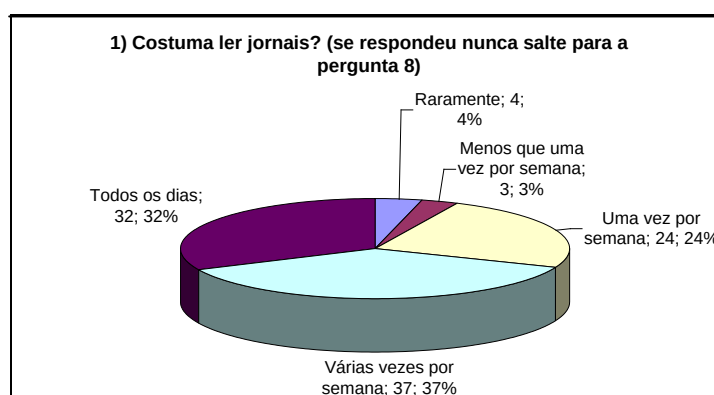
No que diz respeito ao nível de instrução, como se pode visualizar no gráfico 23, 53% tem ensino superior, 25% ensino secundário, 14% 2.º/3.º ciclo e 8% instrução primária (ver tabela 17 em anexo). Significa que a maioria dos assinantes se encontra numa fatia de cidadãos com maior nível de instrução e formação académica, pressupondo que esse fator possa, por si só, influenciar o interesse sociocultural e maior atenção ao que se passa na sua cidade. Não é um dado surpreendente uma vez que quanto maior for o grau de conhecimentos e estabilização educativa e interesse cultural de uma população mais esta tenderá a ser leitora e interessada nos assuntos à sua volta.

Gráfico 23 – Nível de instrução da amostra



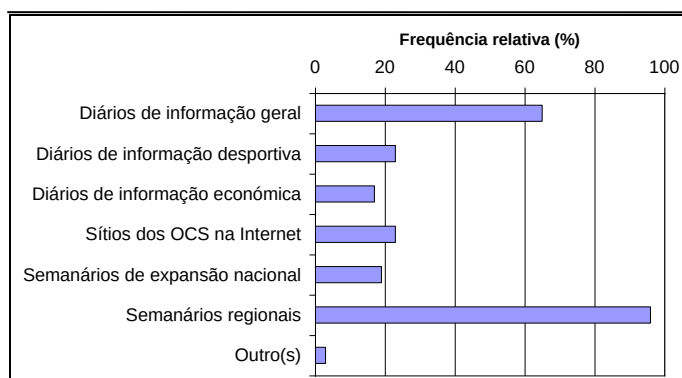
Seguindo agora a ordem das questões apresentadas no inquérito (Anexo), apresentam-se os respetivos resultados (gráfico 24, tabela 18 em anexo). No que se refere aos hábitos de leitura/consumo de imprensa, na amostra, 32% leem jornais todos os dias, 37% várias vezes por semana, 24% uma vez por semana, 3% menos de uma vez por semana e 4% raramente. A resposta nunca não é assinalada por nenhum elemento da amostra.

Gráfico 24 – Hábitos de leitura da amostra



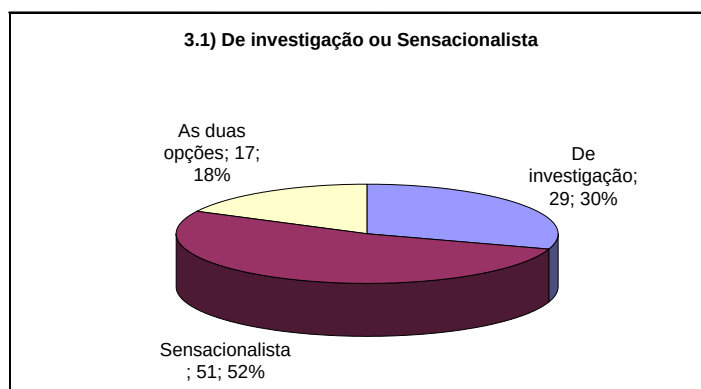
Quanto ao género de publicações, a opção mais assinalada é “semanários regionais”, por 96% da amostra; seguindo-se diários de informação geral, assinalado por 65%. (gráfico 25, tabela 19 em anexo)

Gráfico 25 – Género de publicações



As restantes opções: “Diários de informação desportiva”, “Diários de informação económica”, “Sítios dos OCS na Internet”, “Semanários de expansão nacional”, são assinaladas por valores semelhantes: entre 17% e 23% da amostra. A opção “outros” é assinalada por três elementos da amostra (3%), que referem literatura e revistas informativas. Retira-se, como seria de esperar, um indicador relevante do peso dos jornais regionais como órgãos preponderantes de informação no conjunto de todas as opções referidas (tabela 20 em anexo).

Gráfico 26 - Classificação da informação (de investigação ou sensacionalista)



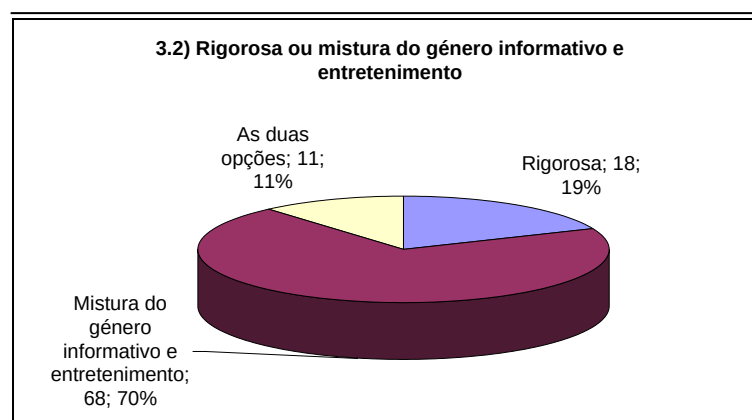
Nesta questão, que procura obter uma perceção da forma como os leitores interpretam criticamente a informação que consomem, 30% classifica a informação como de investigação e 52% como sensacionalista, enquanto 18% assinalam as duas opções (ver tabela 21 em anexo). Importa esclarecer que o termo “investigação” é entendido (e assim foi explicado aos inquiridos) no estrito sentido de “jornalismo de investigação” que se centra na procura desinteressada da “veracidade” dos acontecimentos e factos e não na “verdade científica” como fruto específico do

pensamento humano. Este jornalismo de investigação trata de resgatar, para a luz do dia, o que os poderes públicos, principalmente, tendem a ocultar e que os cidadãos têm o direito de saber (Cf. Blazquez, 1994:284, 285) e Kovach e Rosenstiel (2004)

Os leitores confirmam aquilo que teoricamente se reflete em algumas das reflexões mais críticas ao comportamento geral dos *media* informativos, como analisámos nos capítulos iniciais, mais inclinados para uma deriva sensacionalista num mercado cada vez mais frágil e mais exigente para a sustentabilidade dos negócios e das audiências. Esta perceção transmitida pela amostra acaba, em certa medida, por ser um indicador do sentido crítico mais apurado que os cidadãos hoje têm sobre o comportamento ético dos órgãos de comunicação social, o que os torna mais exigentes e mais capacitados para contrariar a linearidade da influência da *agenda-setting* sobre a qual refletimos antes.

Se 51 pessoas em 100 tem esta opinião, significa que há uma tendência comportamental dos *media*, em termos gerais, que merece uma reprovação de quem os lê. E se quem os lê é quem mais importa, estes mostram preferir menos “espetáculo da informação” que tende a destacar a mera curiosidade por coisas objetivamente irrelevantes. Trata-se, como analisa José Luís Garcia (2009:41), de uma ameaça de «desvinculação do jornalismo do seu compromisso com a sociedade e elevação da vida cívica».

Gráfico 27 – Classificação da informação (rigorosa ou mistura de géneros)

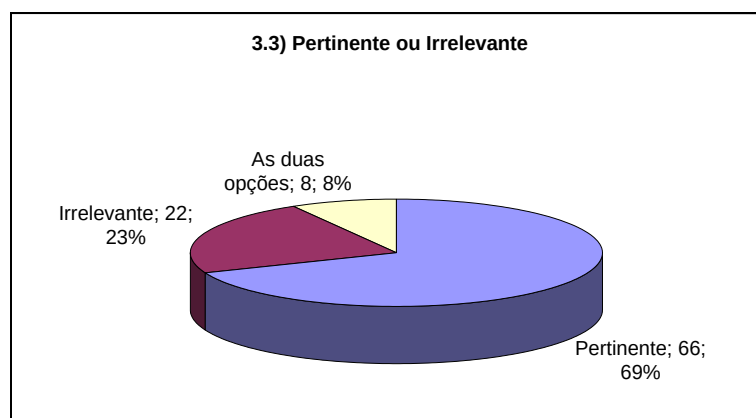


Na amostra (gráfico 27, tabela 22), 19% classifica a informação como rigorosa e 70% como mistura do género informativo e entretenimento, enquanto 11% assinalam as duas opções. Estes dados acabam por corroborar a questão anterior. Ou seja, ainda é maior a percentagem de pessoas que considera haver uma mistura de géneros

informativo e entretenimento, um produto híbrido onde menos se nota as fronteiras entre um campo e outro. O que não significa que a informação seja irrelevante, porque na maior parte dos casos não o é, como se comprova nos dados da pergunta seguinte.

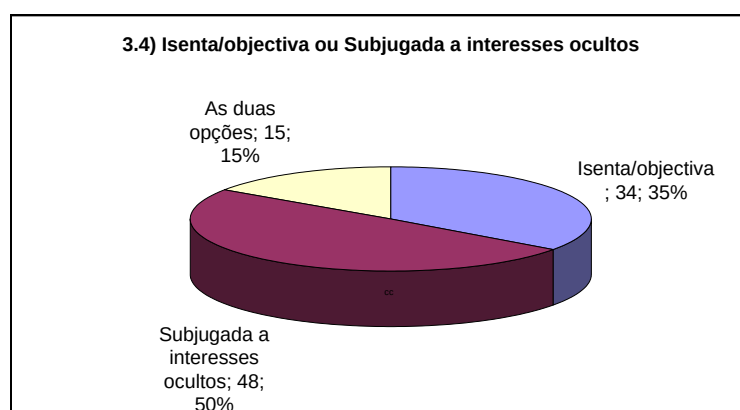
O problema é a forma como a informação pertinente passa pelos “portões”, entre a realidade e a sua mediatização. Aí parece haver, a partir dos números, uma crítica explícita à forma como os órgãos de comunicação social divulgam informação. Estaria em causa, pese embora a insignificância da amostra, um sinal de uma certa perda de princípios que o jornalismo deve defender e aplicar tão rigorosamente quanto possível, tais como, entre outros, os critérios éticos de alcançar sempre uma clara distinção entre os fatos e opiniões e interpretações, difundir unicamente informações fundamentais e utilizar métodos dignos para obter informação e imagens. Qualquer ilicitude, imprecisão, especulação ou distorção cabe nessa categoria de mistura de géneros que coloca o campo informativo sob a ameaça de perda de credibilidade.

Gráfico 28 – Classificação da informação (pertinente ou irrelevante)



Neste caso, 69% classifica a informação como pertinente e 23% como irrelevante, enquanto 8% assinalam as duas opções (gráfico 28, tabela 23). Como vimos antes, apesar dessa mistura ameaçadora dos princípios éticos da profissão jornalística, os dados mostram que os cidadãos acham a informação pertinente.

Gráfico 29 – Classificação da informação (isenta ou subjugada a interesses ocultos)



Por outro lado, 35% classifica a informação como isenta/ objetiva e 50% como subjugada a interesses ocultos, enquanto 15% assinalam as duas opções (gráfico 29, tabela 24 em anexo). Metade dos inquiridos acham que a informação está “ferida” de influência de interesses ocultos o que, mais uma vez, vem manchar o retrato ideal do jornalismo responsável, do qual, no topo das normas e dos princípios, está - como se analisou nos capítulos de enquadramento teórico - a procura desinteressada da verdade. A teoria diz, de um modo geral, que é difícil o alcance de uma objetividade completa e total, mas isso, por imperativo ético, não impede a “luta” da *praxis* de não se manipular a verdade.

A atitude de um jornalista deve ser incorruptível face à exigência da verdade. O cidadão, culturalmente menos apático, está mais capacitado para escrutinar, através de um consumo selecionado e crítico de informação, eventuais desvios de consciência ética de quem tem a obrigação profissional de ser fiel, acima de tudo, aos cidadãos, citando Rosenstiel e Kovac (2004).

Os receptores ou usuários da informação, sobretudo os que têm um nível de escolaridade maior, demonstram conhecer, ou pelo menos ter uma ideia relativamente segura, sobre quais devem ser as regras deontológicas a seguir pelo jornalismo. É com o conhecimento dessas regras que se sentem aptos a interpretar o que leem, ouvem e veem, e também a cruzar, comparar e escrutinar as componentes da informação pública. Regra geral, estes receptores culturalmente mais competentes ou com um nível assinalável de educação para o consumo dos *media*, dão um sinal mais seguro de saber distinguir o que é informação útil de informação sem interesse (essa mistura comercialmente rentável entre as novidades das “casas dos segredos” e os segredos dos poderes públicos). Não temos como aferir, com absoluto rigor, o que cada um dos 100

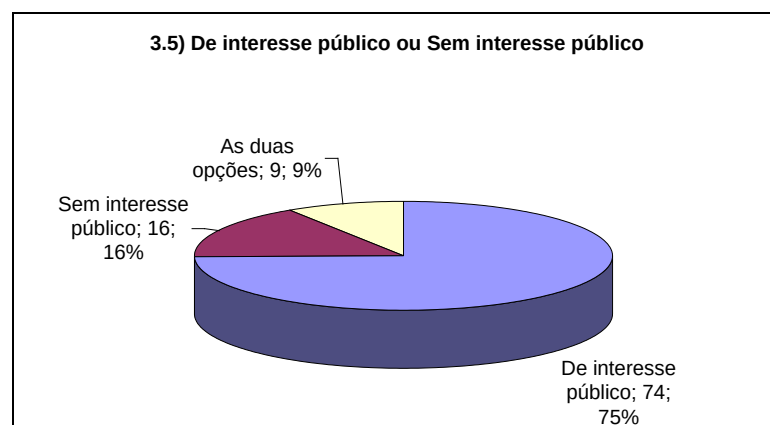
inquiridos nesta amostra entende por informação de “interesse público” ou “sem interesse público”.

Os números estão longe, como sempre, de ser o retrato fiel de uma realidade ou da sua total interpretação. Ao longo da aplicação do inquérito, via telefone, conforme se explicou na metodologia, fizemos tudo para recolher dados tão fiéis quanto possível para esta tentativa de clarificar a nossa perspetiva de investigação. As probabilidades de um inquirido responder para despachar – sem o trabalho da reflexão consistente – são uma das principais ameaças à fiabilidade deste tipo de processo de investigação.

Não ousamos esconder esse fato na frieza da apresentação sumária dos números, porque eles escondem sempre aspetos qualitativos indecifráveis, embora possam transmitir “rigorosamente” o sentido explicitado pelos inquiridos às perguntas efetuadas. Voltando às questões, vejamos as seguintes.

Como se observa no gráfico seguinte, 75% classifica a informação como de “interesse público” e 16% como “sem interesse público”, enquanto 9% assinalam as duas opções (ver tabela 25 em anexo).

Gráfico 30 – Classificação da informação (de interesse ou sem interesse público)



10.3.2- O universo da relação entre leitores com o seu jornal regional

De seguida, as questões refletem uma abordagem específica ao campo da imprensa regional, o principal foco da presente investigação. Interessava perceber, como se explicou no preâmbulo deste capítulo, que tipo de relação existe entre um assinante e o jornal que escolheu como “seu” – na perspetiva de uma maior proximidade e até afetividade. Apresenta-se, em anexo, o quadro da listagem dos motivos indicados

pela amostra, sendo os mais relevantes aqueles que estão relacionados com a principal missão do jornal: conter informação da região e da cidade. Significa uma adesão a uma «norma de informação» (Rieffel, 2003:167) na medida em que, para o leitor, «é útil e necessário informar-se». Depreende-se que exista uma particular fidelização, em que se instaura a confiança e a leitura se torna regular. Teoricamente, como refere Rieffel (*ibidem*), está-se em presença de uma «valorização da escrita como atividade gratificante ou lúdica, aquisição e transmissão de hábitos de compra e de consulta no seio da família, na escola, etc.».

Verifica-se que quase metade dos inquiridos assina o jornal para estar informado sobre o que se passa na região, seguindo-se o interesse por notícias da cidade e, em especial, para alguns assinantes, informações da área desportiva. Dos quatro semanários analisados neste trabalho, verificou-se que o jornal *Nova Guarda* – a quem recorremos para efetuar esta análise específica a uma amostra de assinantes – é o que mais destaque dá ao tema desporto. Esta maior cobertura informativa do desporto leva a que o jornal seja visto – e um dos inquiridos o tenha afirmado - como um “agente” incentivador das práticas desportivas.

Entre outras razões indicadas - e a coincidir com a ideia de aquisição e transmissão de hábitos de que fala Rieffel - merece especial referência a ligação ao jornal “por tradição”, por “amizade ao diretor” ou “proximidade familiar”. Não é tanto a representatividade numérica dos respondentes, porque é residual, mas o que estas opções significam em termos simbólicos. Não sabemos qual o efetivo uso ou consumo informativo que o jornal representa quando chega a casa das pessoas; se o assinante o lê de fio a pavio, se passa apenas os olhos pelas “gordas”, se é lido e comentado por mais pessoas na família ou se, pura e simplesmente, nem é aberto.¹⁴⁴ Eis, portanto, um dos limites deste inquérito por sondagem.

Mas, neste caso, importa precisar que tratando-se de uma amostra de assinantes, estamos em presença daquilo que Rieffel (2003:167) chama de «leitores fiéis, ligados a um título pelo fato de o conteúdo do jornal corresponder, de certa forma, às suas expectativas». Glosamos deste autor francês a explicação para a classificação deste tipo de universo de leitores assinantes, cuja acepção restrita aponta precisamente para o

¹⁴⁴ Como explica Rieffel (2003:167) os termos «ler» ou «folhear» não são claros. O que se aplica ao nosso caso de investigação. Quando na sondagem um leitor diz que lê o jornal, ou que lê esta ou aquela publicação, não se sabe o que significa exatamente ler. Será na íntegra ou na diagonal? O que significa exatamente folhear? Quando alguns assinantes afirmam que o são por causa de seção de desporto, só consultam essa parte do jornal? E quando dizem que é “por tradição” ou por “amizade ao diretor”, que tipo de uso fazem da publicação?

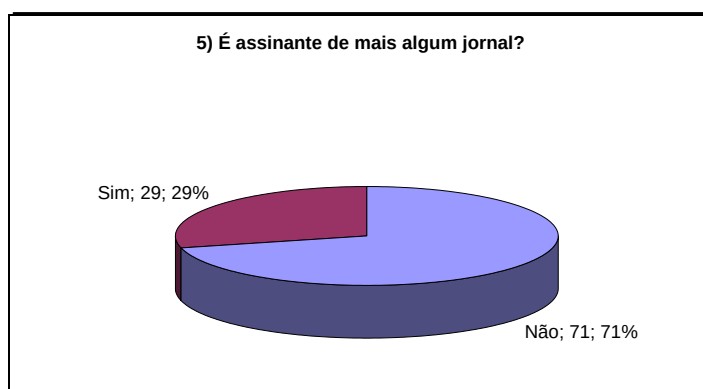
grupo de pessoas - nunca homogêneo como se comprova nos dados da caracterização biográfica da amostra - que consultam regularmente um determinado jornal (ou declaram fazê-lo, desde logo mediante o compromisso de uma assinatura). Há nesta relação entre um jornal de matriz regionalista e os seus assinantes, ou leitores fiéis, no que se refere à «tradição», um elo de representação simbólica das identidades e dos tempos sociais.

Existe como que um código de compromisso mútuo através da agregação simbólica de opções individuais, algumas delas explícitas nos motivos de tal fidelidade ao jornal; outras, de natureza cognitiva menos identificável, que são baseadas nos mais diversos sinais de reconhecimento utilizados por uma publicação, propositadamente ou inadvertidamente, em consideração para com os seus leitores. Entre esses sinais estão, de acordo com Rieffel (2003:167), desde a forma como se trabalha e apresenta a informação até a referências políticas ou culturais comuns.

Essa relação torna-se mais umbilical, mais orgânica e consistente, quanto maior é a distância das pessoas às suas raízes. Se a amostra fosse constituída por assinantes fora da Guarda, em especial a residir no estrangeiro, provavelmente o sentido e os motivos da assinatura do jornal, além do valor psicológico da informação dos lugares de origem, dariam maior expressão a esta perspetiva de uma certa afetividade genética, materializada no ato de compra permanente de um produto efêmero como é um semanário local e regional. A tabela 26 (em anexo) permite uma leitura dos motivos indicados pelos leitores relativamente à sua fidelização ao jornal. Os dados dizem respeito à questão 3) *Qual o motivo de ser assinante do jornal Nova Guarda*

A importância da imprensa regional está ainda patente no fato de 29% da amostra ser simultaneamente assinante de mais jornais regionais da sua terra, como se pode ver pelos dados apresentados na questão seguinte (gráfico 31, tabela 27 em anexo).

Gráfico 31 – Assinatura de jornais



Desses 29% de leitores que procuram complementar o acesso a jornais congêneres da mesma cidade, tendo em conta a listagem dos outros jornais de que são assinantes, os mais indicados são o “Terras da Beira”, por 16 elementos, “O Interior”, por 14 elementos, e “A Guarda” por 11 elementos, conforme tabela 28 em anexo.

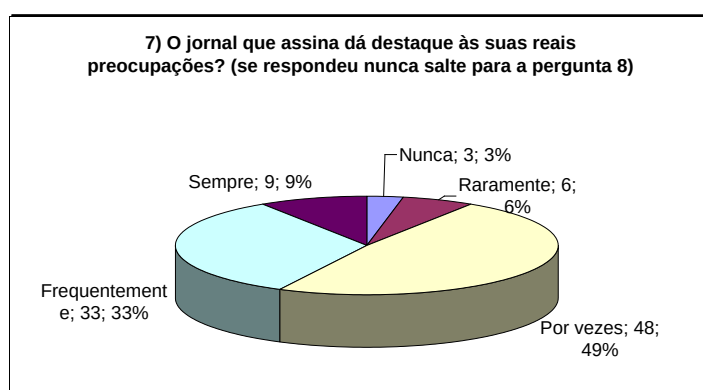
O que esperam os leitores/assinantes do seu jornal regional? As respostas com mais representatividade são: ter “informação isenta/ imparcial/ objetiva” (15% da amostra), seguidos por “informação aprofundada” (5%) “informação regional de relevância” (4%), “manter-se como está” (4%), “continuar a fornecer informação correta/com interesse” (3%). A tabela 29 (em anexo) dá conta de uma variedade de expectativas dos leitores, grande parte delas focadas naquela que é a principal função pública de um jornal: fornecer notícias através do cumprimento rigoroso dos princípios deontológicos.

As questões que se seguem conferem indicadores sobre como estes cidadãos leitores pensam a utilidade social dos jornais e dos jornalistas, remetendo para a filosofia do jornalismo público no pressuposto de que estes podem servir diretamente os interesses e preocupações dos primeiros. Trata-se aqui de saber qual o tipo de relação identificável entre o jornal e os seus habituais e comprometidos leitores.

Uma das responsabilidades sociais do jornalismo é dar sentido público aos acontecimentos, que possam direta ou indiretamente afetar a vida das pessoas, numa perspetiva de as ajudar a compreenderem e a refletir sobre os seus próprios problemas, que podem ir deste o buraco no fim da rua, capaz de provocar uma queda, até ao aumento do crude nos grandes mercados, que se reflete na hora de pagar os

combustíveis. Face a um contexto global de mimetismos que estão a provocar, como se analisou nos capítulos teóricos, a ascensão ameaçadora de modelos híbridos que provocam a crise da especialidade crítica do jornalismo em benefício de uma lógica comercial (Rieffel, 2003:146), o que pensam os leitores dos conteúdos do seu jornal regional? Dá ou não destaque às principais preocupações dos cidadãos? Foi isto que se procurou saber com a questão nº 7 do inquérito, cujos resultados se apresentam no gráfico seguinte (ver tabela 30 em anexo).

Gráfico 32 – Relação entre os conteúdos do jornal e as preocupações dos leitores



Na amostra, apenas 9% responde sempre, 33% frequentemente, 49% por vezes, 6% raramente e 3% nunca. Partindo do princípio que a fidelidade de uma assinatura tem, em primeiro lugar, a ver com o papel que os conteúdos (notícias e tudo o resto) do jornal desempenham como serviço de informação de proximidade e satisfação, depreende-se que um assinante tenha uma boa impressão desse mesmo serviço. Ninguém assina uma publicação de que não gosta ou com a qual não se identifica. Logo a perceção dos seus usuários mais assíduos irá, regra geral, no sentido de afirmar a sua identificação com os conteúdos. E estes tenderão a ser vistos, pela habituação cognitiva com assuntos que correm localmente, como fazendo parte de um agendamento pessoal sobre o que interessa saber e falar.

O que se pretendia aqui era apurar o grau de coincidência entre a agenda do jornal e as reais preocupações dos leitores. O jornal reflete as expectativas informativas dos seus mais fieis seguidores? Verifica-se, pelos números, que está mais próximo de o fazer com regularidade do que o contrário, pelas razões a que aludimos antes. A não ser num caso de um assinante “revoltado” com a ideia de passividade informativa do jornal em causa, razão pela qual deixou de o ser, no conjunto da amostra revela-se uma

identificação com as opções editoriais do jornal. Mesmo assim, não deixa de ser significativo que apenas 9% da amostra refira que o seu semanário dá “sempre” destaque às suas preocupações.

Levanta-se a questão teórica sobre o que serão, para estas pessoas, as “reais preocupações”. A heterogeneidade dessa *esfera subjetiva* - que se reflete a vários níveis desde as convicções às expectativas e motivações pessoais (Rieffel, 2003:136) - é tão complexa como indecifrável no presente trabalho. Supondo que numa cidade pequena como a Guarda, à semelhança da vida social numa comunidade rural, os seus habitantes partilham um sentido comum sobre os principais problemas, acredita-se que a questão seguinte pode corresponder a esse quadro tão vasto dos temas que mais preocupam a vida coletiva.

É esse o objetivo: identificar a variedade de sensibilidades e perspetivas sobre o que, na agenda das preocupações cívicas, mais atualidade tem no discurso dos protagonistas desta fase do estudo. Na tabela 31 (em anexo) apresenta-se a listagem completa dos temas referidos, com a indicação das respetivas frequências, a partir da questão 8) *Quais os temas que mais o preocupam na vida da sua cidade?*

Uma leitura imediata que se retira é que há uma grande variedade de temas a pairar sobre as preocupações das pessoas da amostra, destacando-se um indicador de que existe vitalidade no escrutínio dos principais sectores da vida pública. Quando é envolvido, como é o caso através deste estudo de opinião, o cidadão comum mais atento - acredita-se que também por influência dos jornais que lê da sua cidade ou região – tem opinião informada. Está a par das fragilidades sectoriais e estruturais da cidade, como se verifica pela diversidade temática da agenda das suas preocupações.

O sentido crítico subjacente à indicação do que deviam ser as prioridades de governo local e regional – e por consequência também prioridade editorial dos respetivos jornais – está bem patente no uso significativo do termo “falta”. É usado por 39 inquiridos, o que corresponde a mais de um terço da amostra. É um dado que ilustra, de certa forma, um pensamento público sobre a relação entre as expectativas dos cidadãos face ao seu contexto sociocultural e político, nos mais variados domínios de bem-estar social individual e coletivo para o qual, inevitavelmente, contribuiu o estado do desenvolvimento endógeno. Desde a falta de ação da autarquia à falta de trabalho, neste último caso muito significativamente apontado como a principal preocupação conforme se pode ver na tabela 16, as variáveis ilustram um estado de espírito – o que

nos é permitido perceber pela audição e tratamento dos dados da amostra – de um certo descontentamento generalizado com o estado das coisas em termos gerais.

No sentido de se identificar uma agenda mais precisa sobre as preocupações destes cidadãos, os temas foram agrupados em categorias – a partir da tabela 31 mais completa em anexo - tendo-se obtido os seguintes resultados, com a ordenação dos temas pela frequência com que foram indicados.

Tabela 16 – A “agenda do leitor/assinante” de imprensa regional da Guarda

	N	%
Desemprego / Criação de postos de trabalho / Trabalho / Emprego / Falta de trabalho	51	51%
Segurança / Insegurança / Assaltos / Furtos / Roubos / Vandalismo / Violência / Violência juvenil / Violência nas escolas / Falta de policiamento / Falta de vigilância nas escolas	33	33%
Cultura / Desenvolvimento cultural / Cultura e lazer / Diversidade cultural / Entretenimento / Eventos sociais/culturais / Mais cultura / Realizações culturais / Agendas culturais / Aspetos culturais / Cartaz cultural / Falta de atividades de lazer / Lazer	22	22%
Desenvolvimento (da cidade / económico / local) / Sustentabilidade / Falta de crescimento da cidade / Fraco desenvolvimento da cidade / Pouca produtividade	21	21%
Educação / Educação/cultura	21	21%
Falta de empregadores / Falta de empresários e empresas / Falta de negócios/ inovação / Falta de desenvolvimento empresarial / Falta de investimento	20	20%
Saúde / Saúde (falta de condições de maternidade) / Cuidados de saúde	16	16%
Desertificação / falta de oportunidades / Cidade esquecida / parada / fantasma / parece aldeia / Falta de alternativas / Marasmo em que se vive	13	13%
Crise social / Ação Social / Apoio Social / Políticas sociais / Problemas Sociais / Reflexão sobre preocupações sociais / Integração social / Assistência à infância e 3ª idade	12	12%
Política / Poder político / Política e obras públicas / Política inativa da cidade	12	12%
Urbanismo / Urbanismo e obras públicas / Vandalismo urbanístico / Falta de planeamento urbanístico / Património não valorizado / Planeamento urbanístico / Problemas urbanísticos / Organização territorial	11	11%
Acessibilidades / Vias de acesso à cidade / Vias de comunicação / Vias de transporte no inverno / Má conservação das ruas / Estado das ruas/ estradas / arruamentos	10	10%
Empresas / Empresas a fechar / Poucas empresas / Falta de atrativos para criação de empresas / Falta de indústria / Fixação de empresas / Fracas condições da zona industrial / Parque industrial em abandono / Inovação empresarial / Empreendedorismo	10	10%
Crise política / Estratégia política de desenvolvimento / Falta de dinamismo dos políticos / Falta de motivação política / Falta de objetivos dos governantes / Fraco poder político / Hipocrisia dos governantes / Inércia política / O que fazem os políticos pelo desenvolvimento	9	9%
Economia e problemas económicos / Economia local / Crise económica / Política económica	9	9%
Estacionamento / Falta de estacionamento	9	9%
Gestão autárquica / Falta de ação da autarquia / de dinamismo da Câmara / Destino do nossos impostos a nível local / Município / Vida autárquica / Problemas camarários / Pouco investimento do poder local	9	9%
Cultura social e política / Falta de adesão às iniciativas / Falta de civismo / Falta de diálogo entre forças vivas / Indiferença entre as pessoas / Interesses públicos da população	8	8%
Ambiente / Zonas verdes / Ecologia / Natureza	7	7%
Desporto / Desporto e lazer / Eventos desportivos	7	7%
Obras públicas / Obras na cidade / Obras sem nexo na cidade / Poucas obras públicas relevantes	7	7%
Cidadania / Ausência da cidadania / Alheamento cívico / Dinamismo da sociedade civil na sombra / Descontentamento cívico	6	6%
Pobreza / Empobrecimento contínuo da cidade / Fome / Perda do poder de compra dos cidadãos / Subsistência precária	6	6%
Comerciantes / Dificuldades do comércio local / Falta de diversidade comercial / Falta de oferta de serviços / Fraco desenvolvimento comercial	5	5%
Falta de atrativos para os turistas / Falta de dinamismo turístico / Ineficácia turística / Mais atrativos para o turismo	5	5%
Portagens	5	5%
Transportes / Transportes públicos / Praça de camionagem obsoleta	5	5%
Agricultura local / Desvalorização da agricultura / mundo rural / Penalização do sector primário	4	4%
Juventude / Nível de vida dos jovens / Perda de jovens / Futuro dos jovens	4	4%
Abandono da zona histórica / Preservação da zona histórica	3	3%
Associativismo / Associativismo cultural / Vida associativa	3	3%
Falta de evolução / Falta de iniciativa / Falta de motivação para o desenvolvimento	3	3%
Infraestruturas	3	3%
Investimentos / Investimento público e privado / Investimento público e privado	3	3%
Os bons exemplos de iniciativas / O que temos de melhor / Curiosidades positivas	3	3%

	N	%
Corrupção / Corrupção política	2	2%
Encerramento de escolas	2	2%
Falta de atividades para jovens / Falta de opções para os jovens	2	2%
Falta de apoio aos visitantes / de informação para turistas	2	2%
Falta de informação	2	2%
Instituições de solidariedade social / Relevo ao trabalho da instituições de solidariedade	2	2%
Limpeza da cidade	2	2%
Qualidade de vida / Baixa qualidade de vida	2	2%
Trânsito / Trânsito urbano	2	2%
Atendimento na função pública	1	1%
Aumento dos combustíveis	1	1%
Efemérides pertinentes	1	1%
Embelezamento da cidade	1	1%
Espaços públicos	1	1%
Está tudo bem assim	1	1%
Falta de sinalização	1	1%
Falta de visibilidade de coisas novas na cidade	1	1%
Futuro da Guarda	1	1%
Monopólios em diversas áreas	1	1%
Outros protagonistas	1	1%
Pertencer a Portugal	1	1%
Poluição	1	1%
População envelhecida	1	1%
Relações ibéricas	1	1%
Sociedade/ sociologia	1	1%
Não respondeu	2	2%

O que esta lista vem revelar é uma vasta “agenda do cidadão” - mesclada por perspetivas de natureza multidisciplinar, umas mais vagas, outras mais precisas no que respeita ao contexto sociocultural e político em causa - capaz de rivalizar com os mais académicos diagnósticos sobre o que importa colocar na agenda das prioridades de reflexão e ação comuns, em nome da clarificação democrática e do *desenvolvimento sustentado*, tal como o definimos teoricamente no capítulo 7. Destacam-se claramente as questões relacionadas com a estabilidade laboral, sendo o emprego/desemprego o binómio dominante nos tópicos de maior preocupação social (51% da amostra).

O grande tema da economia e o estado das empresas, no que diz respeito à geração de postos de trabalho, são a primeira de todas as preocupações. Estes dados não são alheios ao cenário de instabilidade laboral geral a que a região da Guarda, tal como o país, está exposta.¹⁴⁵ Daí admitirmos uma certa influência da hipótese *agenda-setting*, segundo a qual as pessoas tenderam a colocar na agenda dos seus temas de reflexão pessoal e social os que mais são também noticiados por todos os *media*.

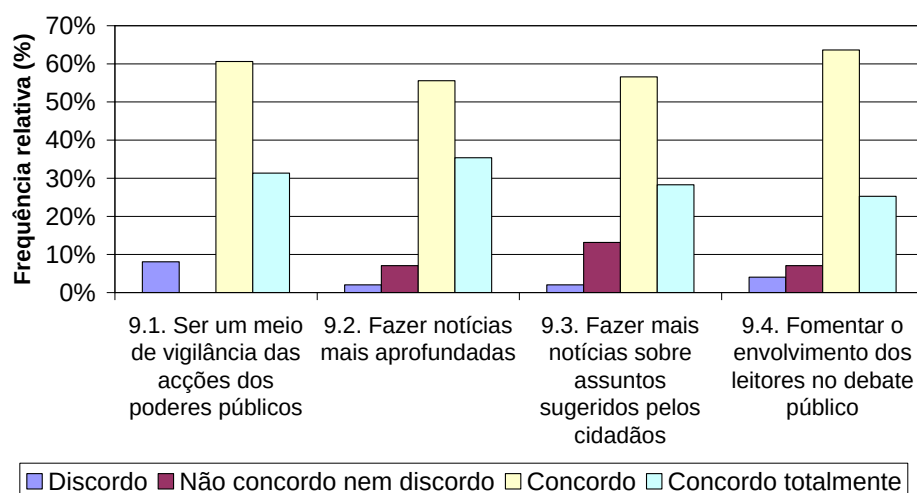
¹⁴⁵ De acordo com dados disponíveis no portal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, só no concelho da Guarda, o número de desempregados passou de 1.672 em 2009 para 2.066 em 2010, o que representa uma subida de 394 pessoas, números que não se podem dissociar dos 315 trabalhadores despedidos da Delphi da Guarda no fim do ano de 2009. Em Maio de 2010, Portugal atingia o máximo histórico de 10,9% de desemprego, a quarta mais alta da União Europeia. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, www.ine.pt), 15% da população ativa estava desempregada no segundo trimestre de 2012, o que equivale a 826.900 trabalhadores no desemprego em Portugal.

O relatório analítico revela outros indicadores igualmente preciosos para se estabelecerem novas perspectivas sobre a relação recíproca e bidirecional entre os jornais e os seus públicos reais, neste caso não o “público” figurado, fisicamente invisível, mas os seus assinantes. E, melhor que ninguém, pela proximidade evidente e conhecimento de causa, são estes interlocutores que melhor podem dar um *feedback* sobre qual o papel e utilidade social que a imprensa regional tem por obrigação deontológica e democrática desempenhar.

Nesta parte do inquérito, relativamente à pergunta 9 (*Qual o papel que a imprensa regional deve desempenhar?*) são apresentadas quatro opções, teoricamente endossadas às questões de investigação geral do nosso projeto, no sentido de apurar não só a visão externa, não específica, sobre as funções das notícias na sociedade mas, sobretudo, a missão profissional a que deve estar reservada, aos olhos dos seus leitores, esta imprensa regional.

Seguem-se os resultados (gráfico 33) cuja análise conclusiva reservamos para o cruzamento de dados com as outras fases do trabalho empírico na parte final.

Gráfico 33 – Frequência das opções sobre o papel da imprensa regional



A distribuição de respostas (ver tabela 32 em anexo) é semelhante para as quatro afirmações, sendo a resposta mais dada concordo, seguida por concordo totalmente. Note-se que a opção discordo totalmente nunca é assinalada. Para este quadro e para os restantes análogos, quando a soma das frequências observadas é inferior à dimensão do

grupo, significa que existem *missing values* (não respostas), que se podem observar no valor de N para o cálculo das estatísticas (ver tabela 33 em anexo).

Os valores médios observados, como se ilustra no gráfico seguinte, são muito semelhantes para as quatro afirmações, superiores a “concordo”. Comparando as quatro afirmações, a média é ligeiramente superior para “9.2 – Fazer notícias aprofundadas”.

Gráfico 34 – Valores médios observados para a questão 9

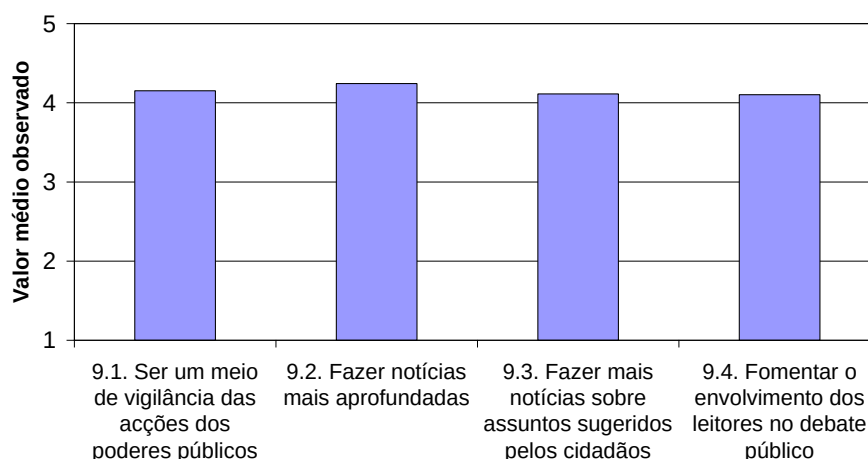
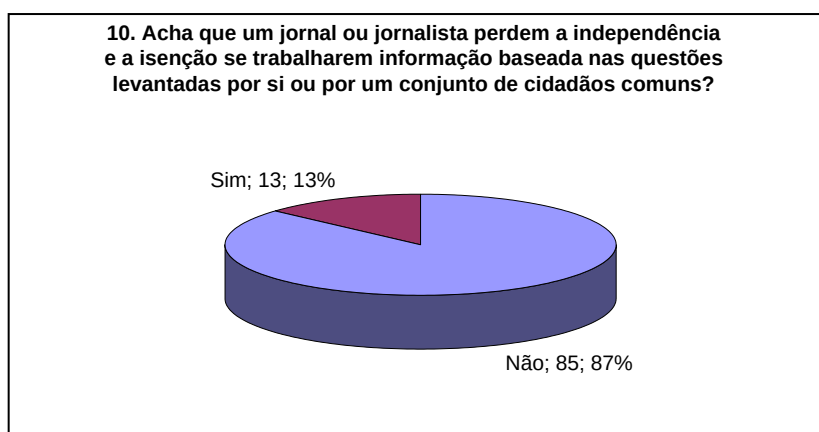


Gráfico 35 – Independência e isenção dos jornalistas em caso de maior envolvimento com a “agenda do cidadão”.



Esta última questão remete para um dos “problemas” teóricos levantado pelo debate crítico em redor das premissas filosóficas do jornalismo público, sobre as quais refletimos no capítulo 2, e foi também colocada aos jornalistas entrevistados, como veremos no respetivo relatório de análise das mesmas mais à frente. Está em causa,

basicamente, saber o que pensam os leitores, no que toca à obrigação ética de rigor e isenção no caso de os jornalistas passarem de uma postura “neutral” para uma atitude profissional “participante”, na justeza deontológica de apenas passarem a estar mais sintonizados, em parte, com uma “agenda dos cidadãos”.

Na amostra, 87% responde negativamente o que não deixa margem para dúvidas sobre a não oposição, por princípio, a tal premissa. Fazer jornalismo de maior envolvimento com a heterogeneidade dos cidadãos, usando os seus contributos para produzir informação, não significa uma perda de independência. Não significaria, de todo, a transformação de um jornalista classicamente visto como “neutral” e uma eventual postura mais do tipo “participativa” e envolvida com as questões mais prementes indicadas pelas pessoas comuns. Veremos sobre a mesma questão o que pensam os jornalistas da nossa amostra.

Fazemos de seguida, e para concluir esta fase do estudo de campo, uma análise das principais questões que confrontam e se interligam com os objetivos e hipóteses de investigação apresentados no início desta tese.

10.3.4 – À luz dos objetivos de investigação

Será que os cidadãos se identificam mais com os seus jornais regionais se estes focarem mais a sua atenção mediática na sua agenda de preocupações substanciais? Este é um dos objetivos da presente investigação cuja aferição científica, à luz do cruzamento analítico dos resultados desta fase de estudo, nos permite adiantar interpretações conclusivas. Ainda que, sublinhamos, se tenha em atenção que se trata da opinião de uma amostra de assinantes de um jornal o que não legitima qualquer generalização ao conjunto da amostra de todos os jornais regionais analisados. Mesmo assim, e porque é com estes dados que estamos a trabalhar, permite reter indicadores sobre essa relação, muito complexa, como temos vindo a notar, entre leitores e os jornais que assumem como “seus”, pela proximidade quer seja entendida enquanto contiguidade geográfica e física quer temática e psicológica.

Apresentam-se os intervalos de confiança para as respostas às questões 7. e 7.1.

7) O jornal que assina dá destaque às suas reais preocupações?

	Média	IC a 95%	
		LI	LS
Nunca	3%	0%	6%
Raramente	6%	1%	11%
Por vezes	48%	39%	58%
Frequentemente	33%	24%	43%
Muitas vezes	9%	3%	15%

Por exemplo, comparando a resposta “Por vezes” cujo IC a 95% é [39%,58%] com a resposta “Raramente” com um IC a 95% de [1%,11%], não existe sobreposição e conclui-se que a resposta “Por vezes” tem uma frequência superior à resposta “Raramente”. Outro exemplo, comparando a resposta “Por vezes” cujo IC a 95% é [39%,58%] com a resposta “Frequentemente” com um IC a 95% de [24%,43%], existe sobreposição e não se pode concluir que a resposta “Por vezes” tem uma frequência superior à resposta “Frequentemente”. Ambas apresentam frequências semelhantes.

Podemos concluir que as respostas “Por vezes” e “Frequentemente” são mais dadas e que as restantes respostas apresentam menor frequência. Deste modo, uma grande maioria dos assinantes pensa que este jornal regional foca a sua atenção mediática na sua agenda de preocupações. Ilustram-se graficamente estas diferenças nas tabelas 34 e 35 em anexo.

7.1) Com que grau de relevância/destaque?

	Média	IC a 95%	
		LI	LS
Pouca	26%	17%	35%
Bastante	57%	47%	67%
Muita	17%	10%	24%

Podemos concluir que a resposta “Bastante” é mais dada e que as restantes respostas apresentam menor frequência. Deste modo, uma maioria dos assinantes pensa que este jornal regional foca a sua atenção mediática na sua agenda de preocupações reais com bastante destaque. Ilustram-se graficamente estas diferenças na tabela 36 em anexo.

Veja-se, de seguida, uma aproximação interpretativa aos principais objetivos de verificação que orientam este trabalho:

a) Será que todos ganham (cidadão, jornal, cidadania) se a imprensa fomentar o envolvimento dos leitores no debate público?

Apresentam-se os intervalos de confiança para as respostas às questões 9.3. e 9.4 que ajudam a clarificar, em termos quantitativos, esta premissa. Embora, naturalmente, esta leitura seguinte se deva relativizar porque, como já assumimos, não vemos os números como o retrato fiel da realidade, mas um apoio estatístico para a fixação temporária (e questionável) de uma imagem com fortes probabilidades de se verificar na prática.

9.3. Fazer mais notícias sobre assuntos sugeridos pelos cidadãos

	Média	IC a 95%	
		LI	LS
Discordo	2%	0%	5%
Não concordo nem discordo	13%	6%	20%
Concordo	57%	47%	66%
Concordo totalmente	28%	19%	37%

Podemos concluir que a resposta “Concordo” é mais dada, seguida por “Concordo Totalmente” e que as restantes respostas apresentam menor frequência. Deste modo, uma grande maioria dos assinantes concorda com a sugestão de a imprensa fomentar o envolvimento dos leitores no debate público. Ilustram-se graficamente estas diferenças na tabela 37 em anexo.

9.4. Fomentar o envolvimento dos leitores no debate público

	Média	IC a 95%	
		LI	LS
Discordo	4%	0%	8%
Não concordo nem discordo	7%	2%	12%
Concordo	64%	54%	73%
Concordo totalmente	25%	17%	34%

Podemos concluir que a resposta “Concordo” é mais dada, seguida por “Concordo Totalmente” e que as restantes respostas apresentam menor frequência. Deste modo, uma grande maioria dos assinantes concorda que a imprensa deve fomentar o envolvimento dos leitores no debate público. Ilustram-se graficamente estas diferenças na tabela 38 em anexo.

- b) Haverá possibilidades estruturais e de rotina para adotar práticas jornalísticas mais comprometidas com a qualidade da cidadania e da democracia?**

Apresentam-se os intervalos de confiança para as respostas à questão 10.

10. Acha que um jornal ou jornalista perdem a independência e a isenção se trabalharem informação baseada nas questões levantadas por si ou por um conjunto de cidadãos comuns?

	Média	IC a 95%	
		LI	LS
Não	87%	80%	93%
Sim	13%	7%	20%

Podemos concluir que a resposta “Não” é mais dada. Deste modo, uma grande maioria dos assinantes não acha que um jornal ou jornalista perdem a independência e a isenção se trabalharem informação baseada nas questões levantadas por si ou por um conjunto de cidadãos comuns. Logo, no que depende da opinião dos leitores, confirma-se que há possibilidades estruturais e de rotina para adotar práticas jornalísticas mais comprometidas com a qualidade da cidadania e da democracia. Evidentemente que esta premissa, em termos de concretização prática nas redações, depende de tantas outras variáveis, como veremos na análise das entrevistas aos jornalistas, que apenas aqui é considerada como uma conclusão teórica que decorre da interpretação dos resultados. Ilustram-se graficamente estas diferenças na tabela 39 em anexo.

10.4.5- Hipóteses de investigação

- a) Os jornais regionais são vistos mais como veículos de informação e influência, com uma agenda temática focada nas movimentações da política local, e menos como meios de comunicação que dão voz a uma “agenda do cidadão”.**

Apresentam-se os intervalos de confiança para as respostas à questão 9.1.

9.1. Ser um meio de vigilância das ações dos poderes públicos

	Média	IC a 95%	
		LI	LS
Discordo	8%	3%	13%
Concordo	0%	0%	0%
Concordo	61%	51%	70%
Concordo totalmente	31%	22%	40%

Podemos verificar que a resposta “Concordo” é mais dada, seguida por “Concordo Totalmente” e que as restantes respostas apresentam menor frequência. Deste modo, uma grande maioria dos assinantes concorda com a imprensa ser um meio de vigilância das ações dos poderes públicos. Logo, os jornais regionais são vistos como devendo desempenhar um papel de vigilância. Ilustram-se graficamente estas diferenças na tabela 40 em anexo.

b) A maioria das pessoas considera que a imprensa regional devia fazer notícias mais aprofundadas, sobre assuntos sugeridos pelos cidadãos, fomentando o envolvimento dos leitores no debate público

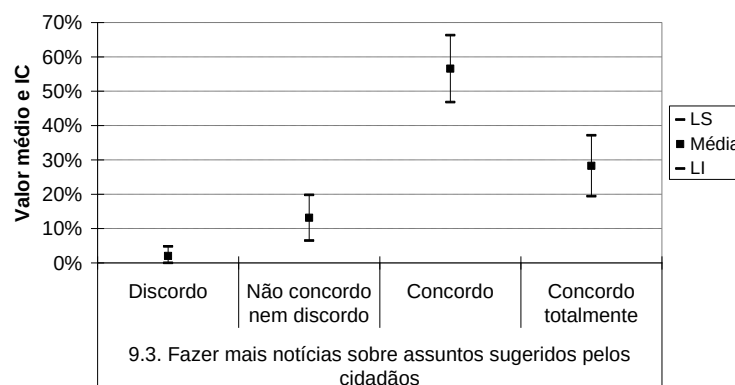
Apresentam-se os intervalos de confiança para as respostas à questão 9.2. e analisam-se novamente as respostas a 9.3. e 9.4. e 10.

9.2. Fazer notícias mais aprofundadas

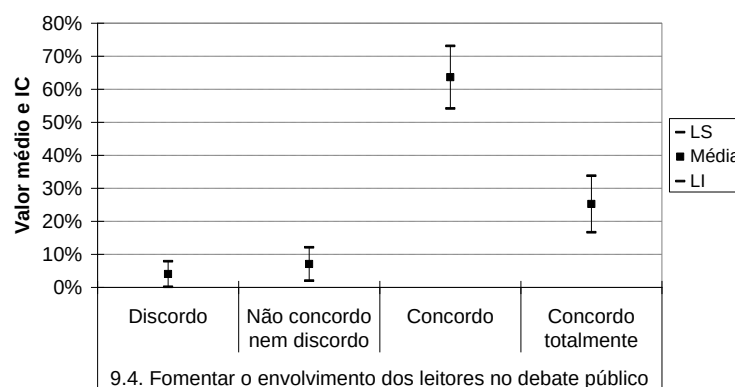
	Média	IC a 95%	
		LI	LS
Discordo	2%	0%	5%
Não concordo nem discordo	7%	2%	12%
Concordo	56%	46%	65%
Concordo totalmente	35%	26%	45%

Conclui-se que a resposta “Concordo” é mais dada, seguida por “Concordo Totalmente”, e que as restantes respostas apresentam menor frequência. Deste modo, uma grande maioria dos assinantes concorda que a imprensa regional devia fazer notícias mais aprofundadas. Ilustram-se graficamente estas diferenças na tabela 41 em anexo.

Repetindo os resultados de 9.3., 9.4., para ilustrar as conclusões:



A resposta “Concordo” é mais dada, seguida por “Concordo Totalmente” e que as restantes respostas apresentam menor frequência. Deste modo, uma grande maioria dos assinantes concorda que a imprensa regional devia fazer notícias sobre assuntos sugeridos pelos cidadãos.



Verifica-se que a resposta “Concordo” é mais dada, seguida por “Concordo Totalmente” e que as restantes respostas apresentam menor frequência. Deste modo, uma grande maioria dos assinantes concorda que a imprensa regional devia fomentar o envolvimento dos leitores no debate público.

Foram aqui analisadas as premissas teóricas propostas neste trabalho, apenas à luz dos resultados da sondagem telefónica à amostra dos assinantes considerados. Elas serão finalmente refletivas criticamente, no capítulo final, com um cruzamento dos dados das restantes fases, nomeadamente com os indicadores qualitativos da reflexão dos próprios jornalistas, que nos ajudarão a perceber os vários campos ou esferas do processo complexo de compreender e pensar o jornalismo regional face à multiplicidade de desafios e questões ligadas à sua própria identidade e legitimidade públicas.

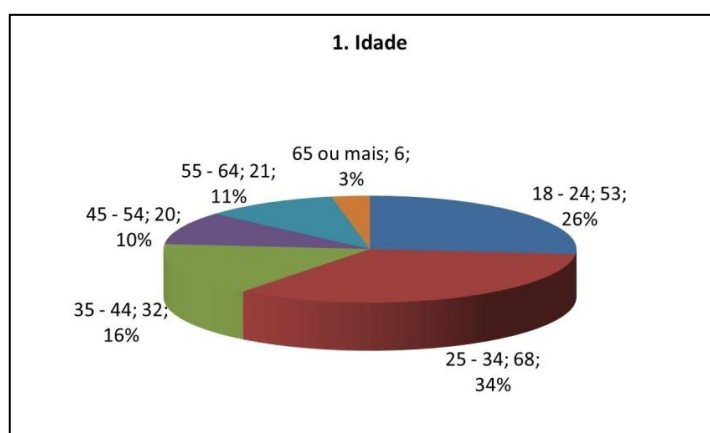
Capítulo 11 – Sondagem de opinião aos “cidadãos comuns”

Recorda-se que a amostra desta fase do estudo, com o objetivo central¹⁴⁶ de identificar uma agenda dos temas que mais preocupam as pessoas, é representativa não probabilística do tipo “amostragem acidental”, tendo-se efetuado um total de 200 entrevistas a cidadãos comuns maiores de 15 anos, residentes na cidade ou Concelho da Guarda, através do método de aplicação direta e presencial de um inquérito por questionário (Anexo1). A recolha de dados ocorreu na semana de 1 a 5 de Junho de 2011.

Em termos de estatística descritiva apresentam-se, para as variáveis de caracterização, as tabelas de frequências e gráficos ilustrativos das distribuições de valores verificadas e, para as variáveis quantitativas e em escala de Likert, também as tabelas de frequências e as estatísticas relevantes. Seguiram-se os mesmos métodos estatísticos usados na sondagem de opinião aos 100 assinantes (conforme se explicou no preâmbulo do capítulo anterior)¹⁴⁷. Segue-se a apresentação dos resultados.

11.1- Caracterização biográfica da amostra

Gráfico 36 – Grupo etário da amostra de “cidadãos comuns”



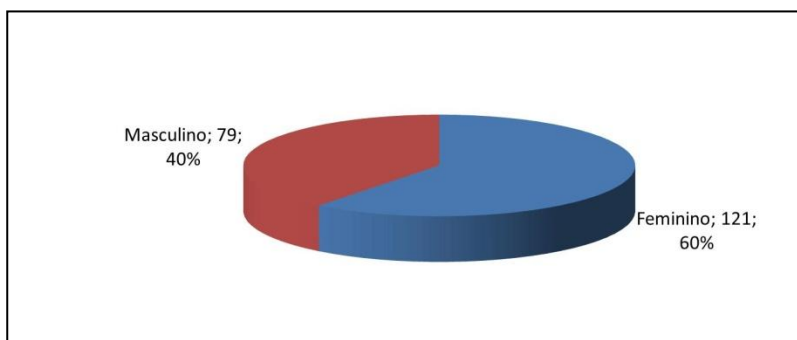
¹⁴⁶ Incluímos, em anexo, um tratamento estatístico complementar, da sondagem de opinião à amostra que permite tirar conclusões gerais sobre os seguintes objetivos específicos: a) Conhecer hábitos de leitura; b) O género de publicações; c) Conhecer a perceção sobre a qualidade da informação fornecida; d) Hábitos de leitura de jornais regionais e assinatura; e) Jornais regionais preferidos; f) Perceção sobre o destaque dos jornais a uma “agenda das preocupações do cidadão”; g) Função da imprensa regional

¹⁴⁷ Os valores médios obtidos para cada questão (para as questões numa escala de 1 a 56, um valor superior a 3 é superior à média da escala); Os valores do desvio padrão associados a cada questão que representam a dispersão absoluta de respostas perante cada questão; O coeficiente de variação, que ilustra a dispersão relativa das respostas: quanto maior, maior é a dispersão de respostas; Os valores mínimos e máximos observados; Gráficos ilustrativos dos valores médios das respostas dadas às várias questões. Para as variáveis quantitativas, apresentam-se os valores médios e o limite inferior (LI) e limite superior (LC) do intervalo de confiança, com um grau de confiança de 95%.

Verifica-se que, na amostra, 26% tem entre 18-24 anos, 34% tem entre 25-34 anos, 16% tem entre 35-44 anos, 10% tem entre 45-54 anos, 11% tem entre 55-64 anos e 3% têm 65 anos ou mais (ver tabela 42 em anexo).

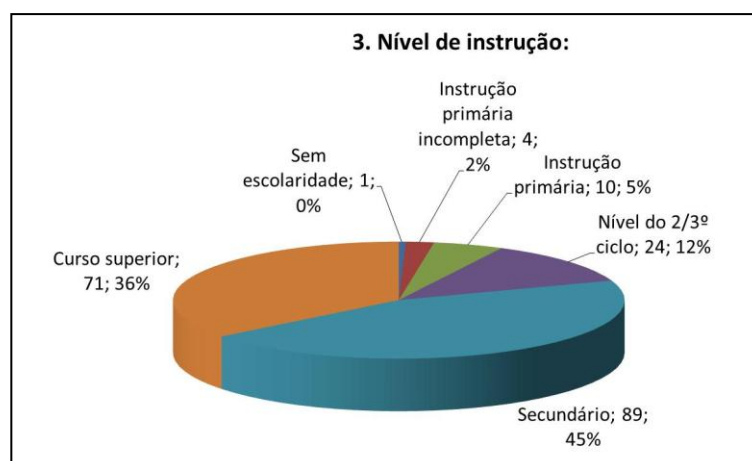
No que se refere a variável sexo (tabela 43 em anexo) a amostra é constituída por 60% do sexo feminino (121 indivíduos) e 40% do sexo masculino (79 indivíduos).

Gráfico 37 – Sexo da amostra de “cidadãos comuns”



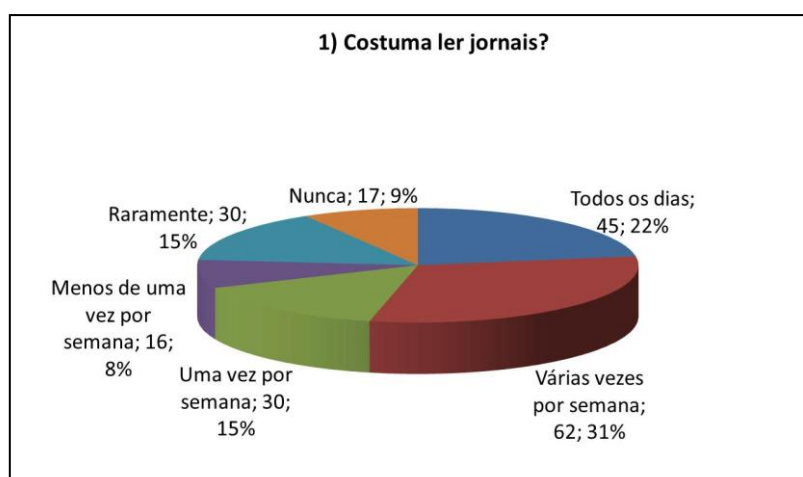
Relativamente ao nível de instrução da amostra - na qual se verifica uma não resposta – constata-se que 36% tem ensino superior, 45% o ensino secundário, 12% o 2.º/3.º ciclo, 5% a instrução primária, 2% a instrução primária incompleta e um elemento não tem escolaridade (ver tabela 44 em anexo).

Gráfico 38 – Sexo da amostra de “cidadãos comuns”



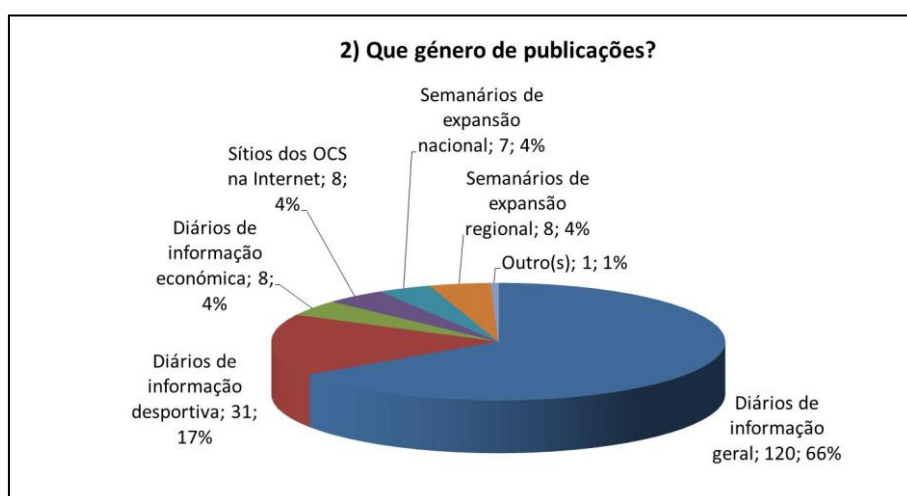
A primeira pergunta colocada às pessoas que se disponibilizaram a responder a este questionário foi: *Costuma ler jornais?* Apurou-se, como se pode de seguida, que a leitura de jornais é cada vez mais um hábito da população guardense (gráfico 39).

Gráfico 39 – Hábitos de leitura da amostra de “cidadãos comuns”



Na amostra, 22% leem jornais todos os dias, 31% várias vezes por semana, 15% uma vez por semana, 8% menos de uma vez por semana, 15% raramente e 9% nunca. Para as questões seguintes (até à questão 7), são 183 os respondentes, pois não respondem os que assinalaram nunca na questão anterior (ver tabela 45 em anexo).

Gráfico 40 – Género de publicações nos hábitos de leitura da amostra

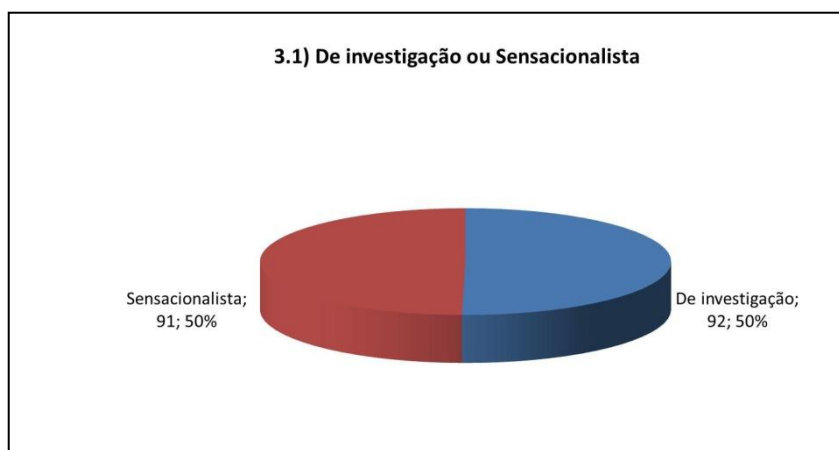


Na subamostra, 66% leem diários de informação geral, 17% Diários de informação desportiva, as respostas Diários de informação económica, Sítios dos OCS na Internet, Semanários de expansão nacional e Semanários de expansão regional são assinaladas cada por 4% da amostra, verificando-se ainda um elemento que assinala a resposta outro. Com estes dados (ver tabela 46 em anexo) os jornais de expansão regional teriam menos expressão nos hábitos de leitura de imprensa. No entanto, como veremos na questão nº 4, relativa especificamente à perceção de leitura destes jornais,

verifica-se outro indicador no sentido da sua maior presença nos hábitos de consumo de informação. Sublinhe-se ainda que para esta questão era apenas pedido um tipo de publicação, contudo muitos foram os questionados que apontaram mais do que uma opção de imprensa escrita. É um aspeto a ter em conta uma vez que demonstra a importância que os meios de comunicação impressos ainda detêm, apesar do constante desenvolvimento das novas tecnologias e das novas formas de veicular informação na atual quadro de uma sociedade em rede.

Foi solicitado de seguida aos cidadãos que classificassem a informação que lhes chega através dos órgãos de comunicação que dizem mais usar.

Gráfico 41 – Classificação da informação



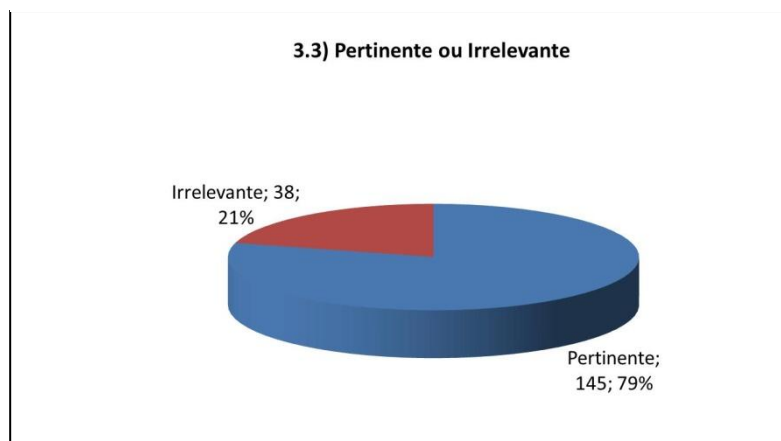
Na subamostra, 50% classifica a informação como de investigação e também 50% como sensacionalista (tabela 47 em anexo).

Gráfico 42 – Classificação da informação consumida



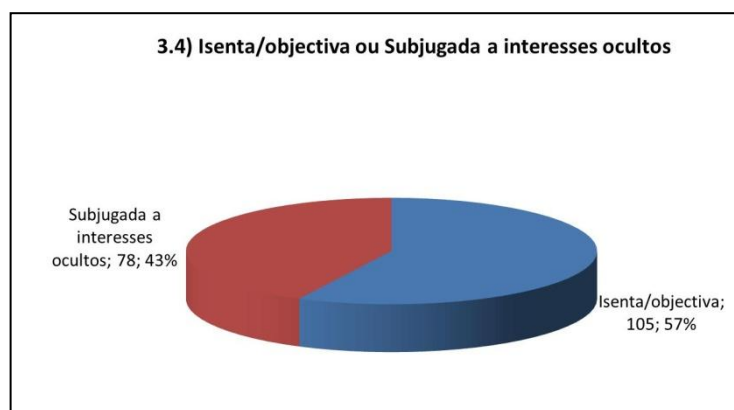
Na subamostra, 19% classifica a informação como rigorosa e 81% como mistura do género informativo e entretenimento (tabela 48 em anexo).

Gráfico 43 – Classificação da informação consumida



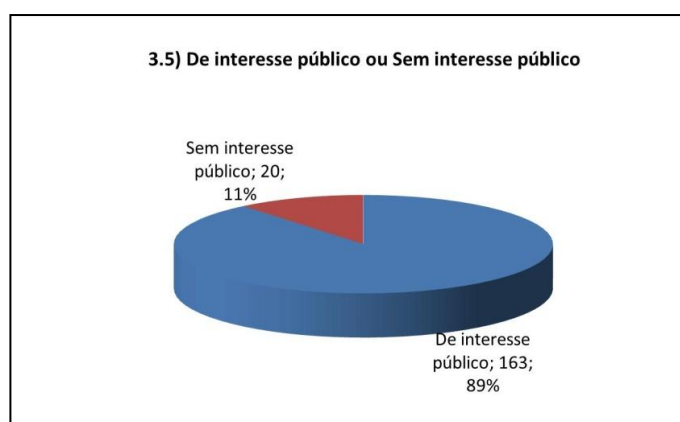
Na subamostra, 79% classifica a informação como pertinente e 21% como irrelevante (tabela 49 em anexo).

Gráfico 44 – Classificação da informação consumida



Na subamostra, 57% classifica a informação como isenta/ objetiva e 43% como subjugada a interesses ocultos (tabela 50 em anexo).

Gráfico 45 – Classificação da informação consumida



Na subamostra, 89% classifica a informação como de interesse público e 11% como sem interesse público (tabela 51 em anexo).

A questão seguinte (gráfico 46) diz respeito aos semanários regionais que na questão sobre a tipologia de meios de consumo informativo surgem com uma percentagem bastante reduzida. Contudo, perante as respostas à questão 4 (*Costuma ler o folhear os semanários regionais?*), é possível verificar que 34% costuma ler ou folhear os jornais regionais todas as semanas, 25% quase todas as semanas, 3% duas vezes por mês, 6% uma vez por mês, 22% respondem ler mais raramente e 19% não sabem ou não respondem (ver tabela 52 em anexo).

Gráfico 46 – Hábitos de leitura de jornais regionais

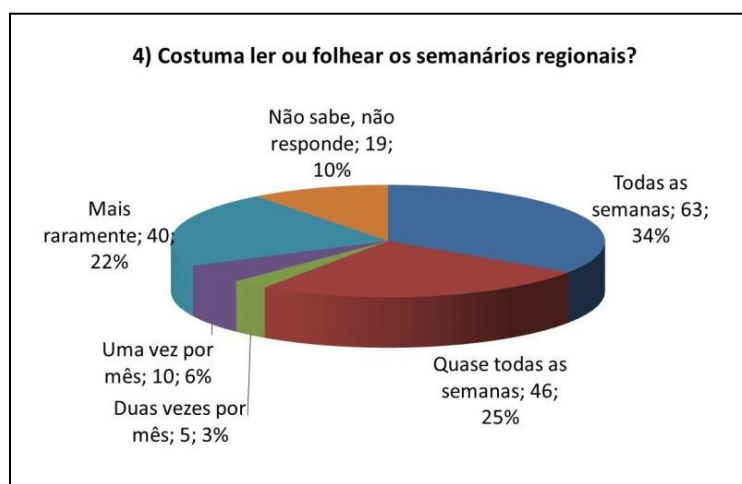
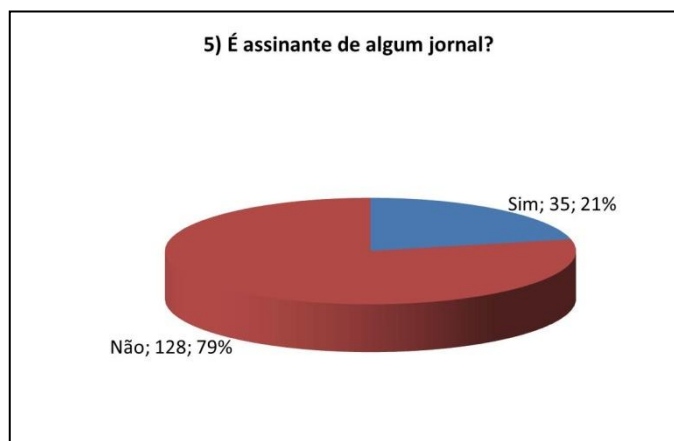


Gráfico 47 – Assinatura de jornais regionais



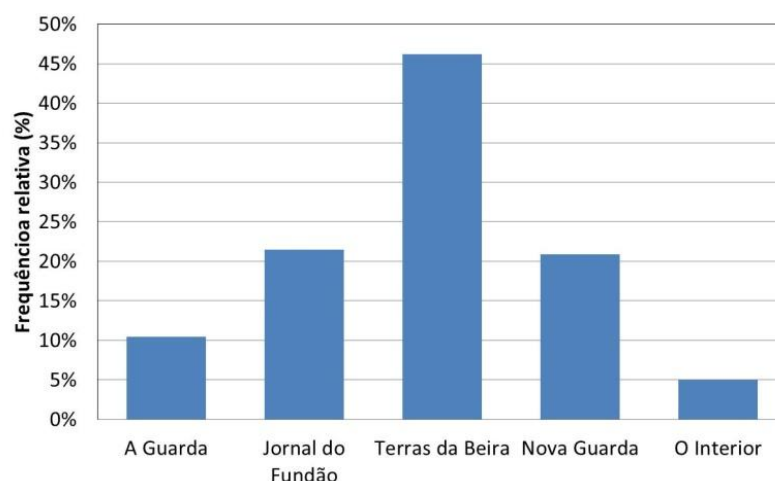
Na subamostra, 21% são assinantes de algum jornal, os restantes respondem negativamente. O que evidencia claramente uma taxa de assinatura de baixa incidência nos inquiridos, dados espectáveis na medida em que, por norma, o grosso dos assinantes encontram-se fora da área geográfica direta em que o jornal se encontra (ver tabela 49 em anexo). Sobre qual o ou quais os jornais de que são assinantes, os inquiridos assinalam pelo menos dois jornais em simultâneo, sendo “Terras da Beira” e “Nova

Guarda” assinalados por 5,5%, o “Terras da Beira” e “Jornal do Fundão” assinalados por 4,3%, “Terras da Beira” e “O Interior” assinados por 1,2% e “Nova Guarda” e O Interior” também por 2% (tabela 53 em anexo).

Quando questionados sobre o jornal preferido, que nos dá uma “imagem” do grau de influência das publicações regionais neste contexto regional do estudo, na subamostra, 39% assinalam o jornal “Terras da Beira”, 18% o “Jornal do Fundão”, 15% o jornal “Nova Guarda”, 11% o jornal “A Guarda” e 2% o jornal “O Interior” (tabela 54 em anexo).

Procedendo à análise por jornal, integrando os dados dos jornais que assinam e sobre os quais afirmam ter preferência, obtém-se os seguintes dados:

Gráfico 48 – Jornais preferidos dos cidadãos



Na subamostra, 39,3% preferem o jornal “Terras da Beira”(TB), 17,8% o “Jornal do Fundão”(JF), 15,3% o jornal “Nova Guarda”(NG), 11% o jornal “A Guarda” e 1,8% o jornal “O Interior”. Optou-se por incluir o “Jornal do Fundão” por se tratar de uma publicação com previsível implantação na cidade da Guarda (onde já teve uma delegação), tendo-se confirmado com 17,8% da amostra a indicá-lo como jornal preferido (ver tabela 55 de frequências de respostas em anexo). Tendo em conta as frequências globais na preferência dos jornais (assinantes mais cidadãos comuns), o TB lidera com 46,2%, seguindo-se o JF (21,4%), o NG (20,9%), A Guarda (10,4%) e O Interior (4,9%), conforme dados na tabela 56 em anexo.

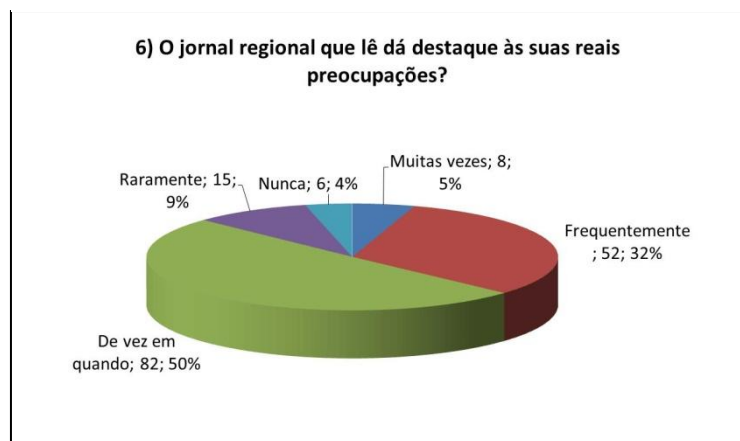
Confrontando estes dados com um estudo das audiências das publicações regionais no distrito da Guarda¹⁴⁸, realizado em 2009 pela Marktest (ver tabela 57 em anexo) salvaguardando as diferenças de amostragem que conferem outra dimensão interpretativa e não podem servir de comparação, apenas de indicador, o jornal *Terras da Beira* era a publicação mais referenciada (10,8%), seguindo-se o *Nova Guarda* (9,6%), *O Interior* (7,9%) e *A Guarda* (6,3%). O presente estudo consolida – no que refere às publicações editadas a partir da cidade da Guarda - a mesma hierarquia de liderança, com o “*Terras da Beira*” mais destacado, seguido do extinto *Nova Guarda* e, ao contrário do estudo da Marketest, *A Guarda* à frente de *O Interior*.

11.2- Relação da agenda dos jornais com as preocupações dos cidadãos

Quando inquiridos sobre se o jornal regional que mais leem dá destaque às suas reais preocupações, relativamente à vida coletiva na cidade, verifica-se que (gráfico 49), na subamostra, 5% responde muitas vezes, 32% frequentemente, 50% responde de vez em quando, 9% raramente e 4% nunca (ver tabela 58 em anexo). Constata-se que para a maioria dos respondentes os jornais regionais só falam, de vez em quando, com destaque de uma “agenda” das suas mais importantes preocupações. O que é um dado relevante para a perspetiva central desta tese, em redor do questionamento das práticas jornalísticas à luz das teorias do jornalismo público. Se os cidadãos entendem que os jornais da sua comunidade só “de vez quando” refletem uma agenda de proximidade em relação ao que mais os preocupa (embora se deva relativizar sobre qual a relevância pública dessas preocupações “pessoais”) poderíamos estar em presença de uma cultura jornalística de indiferença, de desconexão entre os jornalistas e os cidadãos, na senda da proposta teórica de Lippmann (1922[1998]).

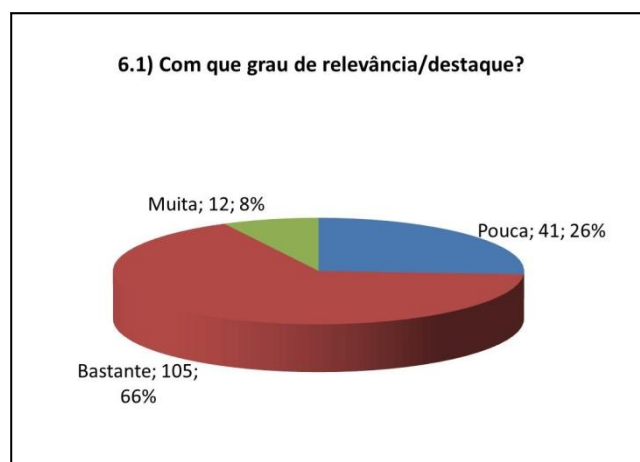
¹⁴⁸ O distrito da Guarda tinha, em 2009, de acordo com o estudo, 63,2% de leitores de imprensa regional, sendo, por isso, o nono distrito do país com mais leitores que declaram ler o folhear estas publicações, num ranking liderado, em termos percentuais, por Castelo Branco, seguido de Coimbra e Leiria. Fonte. Bareme – Imprensa Regional 2009

Gráfico 49 – Destaque que os jornais dão a uma “agenda do cidadão”



Para se perceber com que grau de relevância, na subamostra dos respondentes, 66% responde bastante, 26% assinala pouca e 8% responde muita. A relevância/destaque dada aos assuntos que realmente preocupam os cidadãos é classificada como “bastante” como é possível verificar com o gráfico seguinte (ver tabela 59 em anexo).

Gráfico 50 – Grau de importância mediática sobre as preocupações dos cidadãos



11.3- Os temas que mais preocupam os “cidadãos comuns”

Na identificação da “agenda do cidadão”, a partir da pergunta 7. *Indique 5 temas que mais o(a) preocupam na vida da sua cidade?*, as respostas são bastante diversificadas, dada a heterogeneidade da amostra. Contudo existe um tema que preocupa a generalidade das pessoas e que, a partir da diversidade de nomeação, se agrupa na categoria de “emprego/desemprego”.

Nesta questão houve a necessidade de padronizar as respostas de forma a obter designações mais abrangentes e que tocassem as diversas designações dadas pelos inquiridos. Tomando o emprego como exemplo, as respostas variavam entre emprego, desemprego, falta de trabalho, etc. Aquando da inserção dos dados no SPSS optou-se por usar apenas a designação “emprego/desemprego”.

Os temas foram agrupados em categorias, tendo-se obtido os seguintes resultados, com a ordenação dos temas pela frequência com que foram indicados (ver tabela 60 mais completa em anexo).

O tema mais focado, conforme tabela seguinte, é o “Emprego/ Desemprego” (69%, 138 respondentes), seguido de “Saúde (acesso, centros saúde, condições, Hospital)” (24%, 48) e “Crime, Vandalismo, Delinquência, Assaltos, Burlas, Desfalques, Agressões” (23,5%, 47). Segue-se depois “Estacionamento” (19%, 38), “Economia”(18,5%, 37), “Política/ Políticos” (16,5%, 33), “Educação, Academia, Escolas” (15,5%,31), “Entretenimento/ Eventos/ Lazer” (15,5,31), “Pavimento das ruas” (14,5%, 29), “Cultura (e desporto)/ Programação cultural” (14%, 28) e “Segurança/ insegurança”(14%,28).

Tabela 17 – Síntese dos temas da “agenda do cidadão”

	N	%
Emprego/ Desemprego	138	69,0
Saúde (acesso, centros saúde, condições, Hospital)	48	24,0
Crime, Vandalismo, Delinquência, Assaltos, Burlas, Desfalques, Agressões	47	23,5
Estacionamento	38	19,0
Economia	37	18,5
Política/ Políticos	33	16,5
Educação, Academia, Escolas	31	15,5
Entretenimento/ Eventos/ Lazer	31	15,5
Pavimento das ruas	29	14,5
Cultura (desporto)/ Programação cultural	28	14,0
Segurança/ insegurança	28	14,0
Transportes/ Rede de transportes públicos	22	11,0
Desporto	18	9,0
Desenvolvimento	15	7,5
Centro histórico (conservação, desenvolvimento)	14	7,0
Empresas/ indústria/ dinâmica/ investimento	14	7,0
Espaços de lazer, verdes	14	7,0
Violência (infantil, noturna, violações)	13	6,5
Desertificação	11	5,5
Poluição	11	5,5
Sociedade	11	5,5
Drogas, Toxicodependência, Tráfico	10	5,0
Limpeza/ Lixo ruas	10	5,0
Ambiente	9	4,5
Policiaimento/ Vigilância	7	3,5
Políticos (qualidade, incoerência, desinteresse)	7	3,5
Turismo	7	3,5

Como se verificou na sondagem de opinião à amostra de 100 assinantes de um dos jornais da amostra, a diversidade de assuntos que preocupam a população “comum” é

muito vasta, sendo a questão do “emprego/desemprego” a mais destacada. Temas como a “saúde”, “economia”, “política”, “ambiente” surgem com alguma frequência. Sobretudo o tema “saúde” (24%). No entanto, são muito gerais, podem ser analisados tendo como base os problemas da cidade mas também na perspectiva de temas comuns a toda a população nacional e, arriscando um pouco na generalização, ao mundo inteiro pois são pontos de interesse cada vez mais debatidos em todos os meios de comunicação social.

Fica a dúvida sobre se a agenda mediática, à altura do estudo comandada praticamente pelas condições de debilidade económica e instabilidade laboral dos portugueses, no quadro de uma Europa em recessão económica, ajuda a estabelecer a agenda pública, aqui refletida nas opiniões da amostra.¹⁴⁹ Pressupondo que o agendamento – como hipótese teórica trabalhada por diversos autores desde o clássico estudo empírico de MacCombs e Shaw (1972) – nem sempre funciona em relação as todas as questões e pessoas. Mas considera-se (Traquina, 2000:33) que em função do fator “necessidade de uma orientação” (definida pelas variáveis de alto interesse e um alto nível de incerteza), quanto maior for essa necessidade mais probabilidades haverá de os media fazerem mais do que reforçar as crenças preexistentes. Neste caso, a influência da agenda jornalística é mais direta e imediata.

Sendo o emprego, ou a falta dele, um dos assuntos com maior grau de envolvimento da experiência direta das pessoas (mesmo traduzindo-se, na prática, numa ameaça não direta e traduzida num ambiente geral pessimista de instabilidade global) torna-se mais óbvia essa influência de agendas. Tendo em conta as diversas direções de investigação a partir da premissa inicial da teoria do agendamento, cujo alcance teórico já não cabe neste trabalho, considera-se aqui que esta influência tem uma matriz

¹⁴⁹ Considera-se, em teoria, que a informação, entendida como matéria-prima, e a comunicação, como processo de socialização na troca e partilha de conhecimentos, notícias e novidades numa dada sociedade, são uma das importantes bases da socialização dos indivíduos, enquanto atores sociais, numa fase da chama “socialização secundária”, ao longo da vida, onde assimila e reorganiza experiências. Os *media* funcionam como agente dessa socialização, ao lado de outros como a família e o núcleo social de amigos, e podem influenciar a visão que cada pessoa tem do mundo e dos problemas. (Cfr. Ferin, 2002:63-65). Os estudos já citados sobre o *agenda-setting*, na ótica dos efeitos cognitivos dos *media* na sociedade, pressupõe essa existência de uma relação direta de atenção entre os temas difundidos por estes (sejam eles os *media* tradicionais ou os *novos media*) e a exposição a eles por parte dos públicos (2002:71). A partir da definição das funções informativas e persuasivas das notícias, Van Dijk (2005:79) defende que grande parte do nosso conhecimento e crenças dominantes derivam da influência dos *media*, como poderosos instrumentos de cognição social, e explica a existência de “modelos preferenciais” que forma o âmago dos processos de persuasão, de desinformação e controlo do público pelos *media*.

bidirecional. Isto é, os *media* tendem a refletir os grandes temas fraturantes da sociedade nas áreas de maior “proximidade” com a experiência quotidiana das pessoas e estas, por sua vez, tendem a assimilar, com diferentes graus em função da natureza das questões, os tópicos que circulam na agenda dos media. Como defende Traquina (2000:37), o modo como as questões são enquadradas impõe uma agenda de atributos que tanto pode afetar *o que pensar* quanto *o como pensar*. Poderemos aqui admitir, na sequência destes postulados, que as questões económicas ligadas ao emprego têm um significativo peso na agenda das preocupações mais prementes das pessoas, por se tratar de um assunto extraordinariamente envolvente a toda a sociedade.

Uma análise mais pormenorizada sobre os resultados do apuramento final daquela que, de acordo com os nossos objetivos, designamos de “agenda do cidadão”, permite evidenciar o seguinte. Quando os cidadãos foram questionados sobre o segundo e subsequentes assuntos de maior preocupação, a tendência dos inquiridos vai, invariavelmente, no sentido das questões relacionadas com a problemática do emprego/desemprego. A juntar às 138 pessoas (69%) que claramente identificam esta categoria, há ainda mais 37 (18,5%) que identificam a economia como tema de maior preocupação. Ou seja, 175 cidadãos focam a sua atenção nesta área. O segundo tema é saúde (24%), o terceiro criminalidade (23,5%), o quarto é estacionamento (19%) e economia é o quinto tema (18,5%).

Os segundo e quarto temas podem refletir, com maior probabilidade de influência direta, a realidade social da cidade da Guarda. Pode-se dizer que são dois problemas estruturais e que, por isso, mais facilmente podem fazer parte da agenda pública local. O estacionamento na zona central da cidade está apenas confinado ao parqueamento de superfície das artérias e mais recentemente ao parque subterrâneo do principal centro comercial. A saúde tem sido um tema de muitas incertezas e problemas estruturais, quer com concursos públicos para médicos que não se preenchem, quer com a complexa construção de um novo hospital distrital que, em 2012, depois de concluídas as principais infraestruturas, se encontrava parado.

No que se refere ao tema “criminalidade”, o terceiro tema da “agenda do cidadão”, já se levantam mais dúvidas sobre uma eventual coincidência entre o que se passa na realidade da comunidade local, que se pode designar por “agenda pública”, e as preocupações das pessoas. Mais uma vez se coloca aqui a questão da influência macro sistémica da agenda jornalística global, segundo a hipótese da teoria do agendamento, e

por todo um conjunto de outras influências impregnadas na chamada *socialização secundária* (Ferin,2002:64) onde se incluem todos os contextos de interação pessoal e institucional onde os indivíduos formam as suas percepções e crenças sobre o mundo. Percepções essas que podem resultar de visões estereotipadas, numa concepção mais pessimista inspirada em Lippmann (1922[1989]). Ou seja, até que ponto essa preocupação encontra reflexo na realidade concreta da experiência direta dos cidadãos?

De acordo com os dados oficiais do Relatório de Segurança Interna de 2011 do Estado Português¹⁵⁰, o distrito da Guarda, no conjunto dos 18 distritos e regiões autónomas, está entre os que registam menores índices de participações criminais (4.254 num total de 405.228 participações, com Lisboa e Porto no topo). Como é observado pelo estudo, apesar do decréscimo na criminalidade violenta e grave registado durante o ano de 2011, o fato de estes crimes estarem enformados de contornos progressivamente mais violentos e mais graves, sobretudo crimes contra pessoas - acompanhados de uma intensa mediatização - poderá contribuir para esse sentimento de insegurança das populações. Uma insegurança que pode ser sentida apenas em termos psicológicos, pelas notícias sobre criminalidade, de uma ameaça à integridade física sempre latente na vida de cada pessoa, e agora cada vez mais global. Essa “insegurança” é evidenciada pelos inquiridos nem sempre por resultar de uma consequência direta de experiências vividas na primeira pessoa, ou sequer por estarem socialmente enquadrados em ambientes sociais destabilizados e “ameaçadores”, como se comprova pelo fato da Guarda, comparativamente aos grandes centros urbanos, não viver em sobressaltos de

¹⁵⁰ De acordo com o documento (p.31), em matéria de extremismos ideológicos, 2011 ficou marcado pelo desenvolvimento das plataformas de protesto iniciadas para a contestação da cimeira da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), em NOV10, às quais se deu continuidade com a reciclagem de causas e frentes de intervenção pública, facto que teve a sua expressão visível mais significativa no movimento das ‘Acampadas’, organizadas em diversas cidades do País, mimetizando o fenómeno das *Puertas del Sol* (MADRID), no verão de 2011. Conjugadas diversas condições, designadamente os fatores de instabilidade económica aliados ao desencantamento das populações em relação ao universo político e a criação de movimentos alargados de protesto global de rua, como são exemplos o ‘12MARÇO’ e o ‘15OUTUBRO’, os grupos mais atuantes no espectro radical da extrema-esquerda aproveitaram o movimento de indignação geral para uma reorganização de meios e uma redefinição de objetivos mais orientados para a crise. Ainda que alguns destes grupos e indivíduos defendam perspetivas ideológicas extremistas e violência política sobre o sistema, e apesar do forte dinamismo revelado ao longo do ano, a sua ação, em 2011, limitou-se a iniciativas de impacto mediático reduzido, muitas das quais integradas nos protestos gerais da chamada ‘Geração à rasca’ e do ‘Indignados’, motivados pelo clima de instabilidade económica e social. http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_anual_seguran_a_interna.pdf

insegurança significativos. Acaba por ser um assunto à escala global que afeta a agenda das preocupações locais.

Mas é possível precisar uma maior aproximação do tema “criminalidade” à realidade da Guarda na identificação do quarto e quinto temas, através de referências mais concretas do que pode realmente preocupar os cidadãos neste contexto. Expressões como “rebeldia juvenil”, “ruas vandalizadas”, “monumentos vandalizados” “vandalismo” e “violência juvenil”, “violência noturna”, “burlas” e “assaltos” são o exemplo.

Na tabela de apuramento dos temas surgem outros assuntos genéricos, como “ambiente”, “cultura”, “política”, “falta de desenvolvimento”, “educação” para os quais não se alcançam especificidades conceptuais à luz das respostas dadas. Dentro destes grandes temas cabem inúmeras possibilidades focais, subáreas diversas, nem sempre percepcionadas nas respostas. São linhas gerais que motivam a atenção das pessoas no que se pode designar por *sentidos socioculturais dominantes* (Ferin, 2002:57). Não temos como operacionalizar noções mais precisas do que realmente preocupa as pessoas, por exemplo quando apontam a “cultura” como preocupação.

Deve-se sublinhar que o tema da política não está nos cinco primeiros na agenda das preocupações dos cidadãos – o que contrasta claramente com as opções da agenda da imprensa regional analisada, onde este tema está em grande destaque apesar da vontade de mudança desse paradigma manifestado pelos jornalistas entrevistados, como se analisa no capítulo seguinte. Na terminologia associada à política, surgem referências críticas explícitas em expressões de preocupação como estas: “falta de qualidade dos políticos”, “incapacidade das autoridades”, “incoerência política”, “desinteresse político” e “Câmara pouco ativa”. Transmitem uma ideia de insatisfação com a classe política e com a ação pública autárquica.

Os cinco temas mais referidos pelas duas amostras

Juntamos, na tabela seguinte, as duas agendas correspondentes às sondagens das amostras de assinantes e de “cidadãos comuns”, a partir da qual se podem estabelecer breves comparações, considerando os cinco temas mais destacados.

Tabela 18 - Comparação das agendas (assinantes/cidadãos comuns) nos cinco temas mais referidos

100 Assinantes	N	%	Sondagem 200 participantes	N	%
Desemprego / Emprego	51	51%	Emprego/ Desemprego	138	69%
Segurança / Insegurança / Assaltos / Furtos / Roubos / Vandalismo / Violência / Violência juvenil / Violência nas escolas / Falta de policiamento / Falta de vigilância nas escolas	33	33%	Saúde (acesso, centros saúde, condições, Hospital)	48	24%
Cultura / Desenvolvimento cultural / Cultura e lazer / Diversidade cultural / Entretenimento / Eventos sociais/culturais / Mais cultura / Realizações culturais / Agendas culturais / Aspetos culturais / Cartaz cultural / Falta de atividades de lazer / Lazer	22	22%	Crime, Vandalismo, Delinquência, Assaltos, Burlas, Desfalques, Agressões	47	24%
Desenvolvimento (da cidade / económico / local) / Sustentabilidade / Falta de crescimento da cidade / Fraco desenvolvimento da cidade / Pouca produtividade	21	21%	Estacionamento	38	19%
Educação / Educação/cultura	21	21%	Economia	37	19%

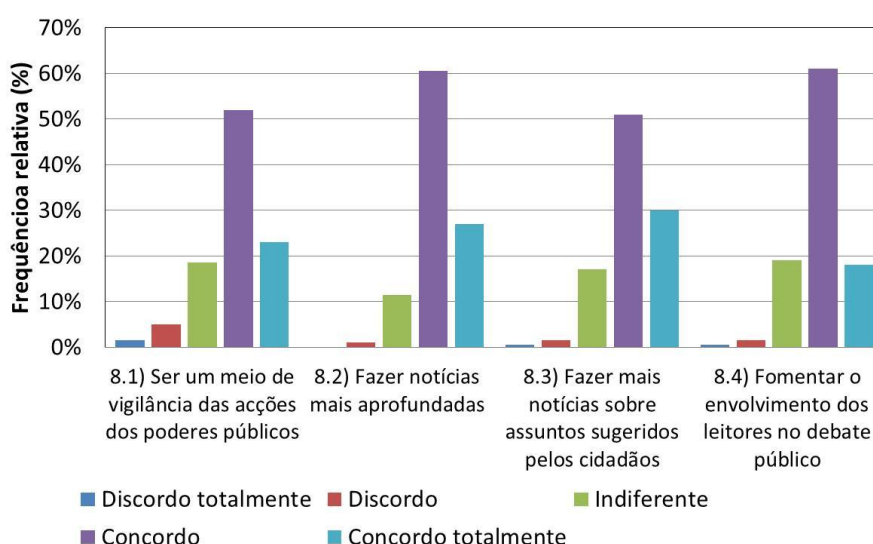
Concluiu-se que o emprego/desemprego está no topo das principais preocupações de todos os públicos, sendo mais acentuada nos “cidadãos comuns”. Já no segundo tema verifica-se uma diferença. Enquanto os assinantes se mostram mais preocupados com temas de segurança e criminalidade, os cidadãos comuns destacam a saúde. No terceiro tema, os cidadãos viram-se para a problemática do crime e vandalismo, enquanto os assinantes se preocupam com a cultura e subáreas afins. No quarto tema os assinantes sublinham as questões do desenvolvimento local e económico da cidade, a sua falta de crescimento e fraca produtividade, enquanto os “cidadãos comuns” se preocupam com o estacionamento. O quinto tema mobiliza os assinantes para a educação e os cidadãos para a economia.

Pode-se observar um outro indicador importante nesta tabela. O lado dos temas indicados pelos assinantes evidencia mais conteúdo e maior diversidade de assuntos que o lado dos “cidadãos comuns”. Olhando para indicadores de nível de escolaridade e hábitos de leitura, poderíamos inclinar para uma explicação de que quanto mais formação e mais leitura, mais conhecimento e mais domínio de temas da vida coletiva. Mas ambas as amostras evidenciam semelhantes níveis, quer de formação, quer de hábitos de leitura, embora seja plausível o argumento de que, provavelmente, os assinantes de um jornal, por uma assiduidade no acesso à informação, possam demonstrar-se mais conhecedores dos problemas da comunidade e, por isso, como se verifica, enunciem mais itens.

11.4- Função da imprensa regional para os cidadãos

Qual o papel que a imprensa regional deve desempenhar? Na codificação dos resultados à questão nº 8 do questionário, subdividida em quatro opções diferentes, três delas teoricamente sustentadas nas premissas do jornalismo público¹⁵¹, podemos concluir (gráfico 51) que todos os aspetos são considerados como importantes, uma vez que a resposta média está sempre próxima de “concordo”. Mas é ligeiramente superior para “8.2) Fazer notícias mais aprofundadas” e ligeiramente inferior para “8.1) Ser um meio de vigilância das ações dos poderes públicos”

Gráfico 51 – Papel que a imprensa regional deve desempenhar



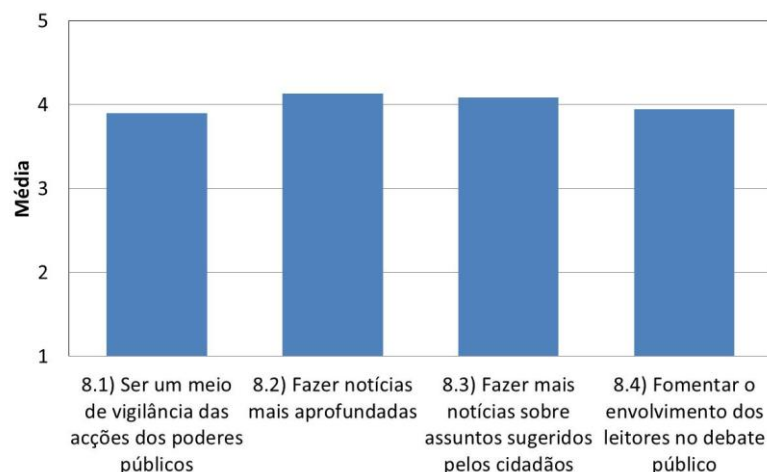
A distribuição de respostas, estatisticamente apresentada na tabela 62 (em anexo), é semelhante para as quatro afirmações, sendo a resposta mais dada “concordo”, seguida por “concordo totalmente”. Note-se que as opções “discordo totalmente” e “discordo” são muito pouco assinaladas.

Para este quadro, quando a soma das frequências observadas é inferior à dimensão do grupo, significa que existem *missing values* (não respostas), que se podem

¹⁵¹ Como analisámos no contexto teórico deste trabalho, o jornalismo público, apesar de não estar sustentado numa teoria logicamente desenvolvida, tem como pressuposto filosófico a afirmação de um jornalismo com a responsabilidade de dinamizar democraticamente a sociedade através de práticas editoriais de envolvimento dos cidadãos (e dos jornais e jornalistas) na participação e no debate público sobre os principais problemas que estes sentem. Por isso considera-se que as opções indicadas na pergunta 8 do questionário (8.2- Fazer notícias mais aprofundadas; 8.3 – Fazer mais notícias sobre assuntos sugeridos pelos cidadãos; 8.4 – Fomentar o envolvimento dos leitores no debate público) constituem hipóteses direccionadas para esta forma de fazer jornalismo.

observar no valor de N para o cálculo das estatísticas. Ilustram-se graficamente os valores médios observados (ver tabela 63 em anexo).

Gráfico 52 – Valores médios sobre a função da imprensa regional



Os valores médios observados são muito semelhantes para as quatro afirmações, estando próximo de “concordo”. Comparando as quatro afirmações, a média é ligeiramente superior para “8.2 – *Fazer notícias aprofundadas*” e “8.3) *Fazer mais notícias sobre assuntos sugeridos pelos cidadãos*”. Conclui-se que, para esta amostra, as notícias de profundidade deveriam ser uma constante nestas publicações regionais, seguindo-se uma cultura jornalística de maior atenção sobre os assuntos sugeridos pelos cidadãos. Ou seja, a amostra considera fundamental esta premissa de um trabalho jornalístico mais substancial e aprofundado. Sai reforçado o cânone tradicional do jornalismo, ao ser entendido como um serviço de informação, mas sobretudo de esclarecimento e de maior envolvimento dos cidadãos.

Os problemas e os temas apresentados pelos cidadãos deviam ser trabalhados pelos jornalistas, na perspetiva dos cidadãos inquiridos para quem esta prática ajudaria a despertar o interesse de mais leitores, por verem as suas preocupações refletidas nas páginas dos jornais. Sendo também uma forma de os cidadãos, que nem sempre têm um meio ao seu dispor para se fazerem ouvir, poderem não só identificar problemas coletivos mas também soluções para esses problemas. *Deverão os jornais fomentar o envolvimento dos leitores no debate público?* Para esta premissa do jornalismo público,

mais de 60% dos inquiridos expressa a sua concordância em que os jornais devem procurar ouvir o cidadão e saber a sua opinião sobre os mais diversos assuntos.

Finalmente, na questão nº 9 (gráfico 51, tabela 64 em anexo), na opinião de 84% destes cidadãos o jornal ou jornalista não perderiam a sua independência ou isenção ao trabalhar informação sugerida pelos cidadãos. Apenas 16% responde positivamente.

Gráfico 53 - Perda de independência e isenção ao trabalhar a “agenda do cidadão”



Na prática, esta premissa de uma maior sintonia da agenda jornalística local com a agenda das preocupações cívicas das pessoas não constituiria, de acordo com estes dados, qualquer ameaça à clássica “independência e isenção” jornalística como bases de credibilidade pública. Os cidadãos inquiridos expressam claramente essa vontade de verem os jornalistas também como promotores de maior envolvimento na vida comunitária.

Ficam expressos indicadores positivos para a mobilização de alguns dos pressupostos teóricos do jornalismo público e de práticas de maior envolvimento cívico dos jornais locais com a sociedade civil. O que prova, também, que os cidadãos desejam ser “envolvidos” e não apenas serem vistos como destinatários passivos a quem os jornalistas entregam informação. Ou seja, além das funções mais clássicas da imprensa reconhecidas pelos públicos, sai evidenciada a necessidade de uma maior ligação de contexto, voltando à terminologia de Rosen, entre a informação pública e os problemas substanciais da vida dos cidadãos comuns.

Os dados analisados levantam, de novo¹⁵², questões da relação entre jornalistas e cidadãos, entre a função dos jornais e a cidadania no quadro de um sistema democrático que, como se analisou neste trabalho, está em constante debate. Entre as várias questões possíveis, destacamos estas: quais são os papéis dos jornalistas e dos cidadãos numa democracia? De que forma podem coincidir esses papéis? Tentar-se-á, de seguida, proporcionar alguma luz a estas nublosas questões, a partir de entrevistas em profundidade aos próprios jornalistas.

¹⁵² Refere-se propositadamente “de novo” e não “novas” – como poderíamos ser tentados a afirmar – uma vez que são “velhas” questões que continuam a fazer sentido atualizar, passados tantos anos sobre obras clássicas, como as de filósofos como Tocqueville, Lippmann ou Dewey, entre outros. Se parece mais evidente (será?) qual o papel dos jornalistas numa democracia, com base em princípios éticos ou elementos de prática deontológica mais ou menos universais em regimes democráticos (Kovack e Rosenstiel (2004), a pergunta sobre qual o papel dos cidadãos não é tão simples como pode parecer. Basta lembrar o “confronto” teórico entre Lippman e Dewey para perceber a complexidade da questão. O primeiro argumentou que era impossível que uma democracia de gente comum funcionasse no mundo posterior à Revolução Industrial, uma vez que dada a complexidade desse mundo seria necessário impor algum tipo de “habilidade” entre o “cidadão privado” e o seu meio ambiente. Cético quanto às qualidades cívicas desse “público privado”, Lippmann entendia, entre outros argumentos, esse tipo de pessoas não teria a capacidade nem o interesse para dirigir os assuntos públicos de maneira responsável. O influente filósofo, ex-jornalista – que para alguns estabeleceu o modelo para a democracia e para o jornalismo dos Estados Unidos (Merrit, 1997:52) – entendia que o melhor que essas pessoas podiam fazer era eleger sabiamente os seus líderes. Era, portanto, um defensor da democracia representativa – com as elites políticas no centro e os cidadãos nas periferias do sistema - que hoje parece estar a atravessar uma crise de legitimidade social. Pelas evidências do que ao longo deste trabalho fomos notando, esse modelo de Lippmann – não beliscando a pertinência história e teórica do seu colossal contributo – pode estar a caminho de ser ultrapassado. Não uma transição como do dia para a noite, isso não, mas a afirmação de sociedades cada vez menos estereis, em termos de *cidadania ativa* (cujo conceito trabalhámos antes), menos ignorantes e incapazes de se refletir a elas próprias. Por isso, a posição de Dewey é mais integralista das competências ativas dos cidadãos, desde que tenham uma posição de informação favorável, no xadrez das esferas públicas do processo de participação e deliberação da sociedade civil para uma democracia mais saudável.

Capítulo 12 - A “cultura jornalística regional” vista pelos seus profissionais

12.1 – Preâmbulo à análise das entrevistas

Não é possível entender o jornalismo sem uma compreensão sobre a cultura dos seus profissionais. Daqueles que “vestem a pele” de jornalistas e constituem os chamados “agentes especializados” (Bourdieu, 1998) que dispõem da experiência direta sobre os mais diversos aspetos do desenvolvimento da atividade. De acordo com os conhecimentos teóricos acumulados na área da sociologia do jornalismo, não se pode conhecer a lógica e o funcionamento do jornalismo, e o porquê das próprias notícias, sem uma incursão interpretativa ao interior desse “corpo” de profissionais. Foi o que se procurou fazer nesta parte do trabalho: uma aproximação ao “microcosmos” do universo (sempre complexo) dos jornalistas da imprensa escrita da cidade da Guarda.

O nosso trabalho, nesta fase, assenta numa vertente empírica e qualitativa dos estudos do jornalismo em contexto regional. Trata-se de uma tentativa de perceber, por um lado, alguns dos aspetos mais importantes das próprias organizações jornalísticas, neste caso de pequenas estruturas empresariais de base local, e, em especial, a estrutura redatorial de cada uma delas. Interessa-nos particularmente focar aspetos do trabalho individual do jornalista da imprensa local e regional, conhecer as motivações e condições em que o desenvolve, a cultura e constrangimentos que o envolvem e a sua reflexão sobre a profissão no atual quadro de ameaças e desafios diversos. Já os clássicos trabalhos académicos saídos nos anos 20, pela mão de Robert Park, ou mais tarde em 1978, designadamente por Gaye Tuchman (*Making News*, Nova Iorque) e Philip Schlesinger (*Putting “reality” together: BBC News*, Londres) vieram lançar as bases como obras fundamentais da investigação quantitativa e trabalho de campo.¹⁵³

O processo de recolha de dados concluiu-se com este procedimento de investigação, de natureza qualitativa conforme se explicou no capítulo da metodologia,

¹⁵³ Rogério Santos, do Centro de Investigação Media e Jornalismo, faz uma importante resenha sobre a história e tendências da investigação científica sobre jornalismo nos últimos 25 anos, onde dá conta dos principais textos lançados em 1978, ano vintage para a sociologia do jornalismo, como ele designou. O autor considera este o ano de início do desenvolvimento da área com referência, e análise, aos principais textos no universo da língua inglesa que marcaram também a investigação portuguesa a partir de meados dos anos 90. Cfr. Santos, Rogério (2004) *História e tendências da investigação sobre jornalismo nos últimos 25 anos*, in Xosé López García e Jorge Pedro Sousa (coords.) (2004). *A investigación e o ensino do xornalismo no espazo luso-galego*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, pp.81-105.

onde foram entrevistados um total de oito jornalistas que se encontravam, à data do trabalho¹⁵⁴, a exercer funções nas redações dos três semanários editados e objeto de estudo. Do total da amostra, seis são do sexo masculino e dois do sexo feminino. Entre os respondentes, quatro pertencem ao jornal *O Interior*, dois ao jornal *Terras da Beira* e dois ao jornal *A Guarda*.¹⁵⁵

As entrevistas decorreram entre os meses de abril e junho de 2012, consoante a disponibilidade dos entrevistados, e todas elas foram feitas presencialmente e gravadas nos respetivos locais de trabalho dos mesmos. Este fato teve a vantagem de os entrevistados não terem que se deslocar, nem perder muito tempo da sua apertada agenda semanal, e sentir-se no seu enquadramento de trabalho natural. Como havia sido informado a cada um deles, era desejável que não houvesse interferências durante a entrevista, evitando-se telemóveis, de modo a não prejudicar a riqueza dos pensamentos sequenciais e interligados das conversas. Este objetivo acabou por ser conseguido em todas as entrevistas, o que foi um ganho em termos de conteúdo. Quanto ao tempo da realização, tínhamos apontado para cerca de 30 minutos o que, na maior parte dos casos, acabou por se cumprir. No entanto, por impulso ou interesse dos próprios entrevistados, quatro entrevistas foram mais longas (uma variação entre os 40 e os 58 minutos). O que se explica pelo fato de os jornalistas em causa terem mais anos de experiência ou responsabilidades de chefia e de direção das publicações.

Como se pretendia obter uma visão o mais completa possível sobre o mundo destes jornalistas e dos seus valores profissionais, a flexibilidade investigativa só trouxe vantagens. Procurou-se em todos os casos criar uma empatia de facilitação à liberdade da conversa franca, direta, aberta e sem subterfúgios. Com a nossa experiência em realizar entrevistas, resultado da atividade de uma dúzia de anos no jornalismo, e com base nos pressupostos teóricos que criticamente apresentámos na metodologia, alcançaram-se conversas de alto interesse para o presente trabalho. Mais do que representativa, a amostra é notoriamente relevante, não apenas numericamente porque representa praticamente a totalidade dos jornalistas da imprensa escrita da cidade da Guarda, mas pela substancialidade dos seus contributos, pela riqueza dos pormenores

¹⁵⁴ Investigação empírica realizada durante o segundo trimestre de 2012. A opção da amostra tem como principal critério entrevistar todos os jornalistas de imprensa escrita, excluindo os profissionais das duas rádios Altitude e F por não serem objeto de estudo.

¹⁵⁵ Um dos jornalistas, editor chefe do jornal *Terras da Beira*, não está incluído na amostra por razões de indisponibilidade de agenda.

que ajudam a construir uma compreensão atual e longitudinal desta imprensa de expressão local e regional

12.2 – Experiência profissional e formação académica

A partir dos dados biográficos (ver tabela 61 em anexo) é pertinente que se retirem alguns indicadores básicos de pesquisa. Verifica-se que, à exceção de um estagiário, todos os jornalistas no ativo exercem a profissão há mais de 10 anos e têm idade superior a 30 anos. O que demonstra uma certa solidificação pela experiência redatorial, podendo este fator compensar o reduzido número de profissionais em cada redação (quatro no *O Interior*, três no *TB* e dois em *A Guarda*). Deve explicar-se que o jornal *O Interior* é o único caso em que o diretor exerce funções a tempo inteiro porque assume também, em simultâneo, funções de jornalista. É por esse motivo que foi considerado para a amostra, o que, na entrevista, acaba por ser uma vantagem por resultar no contributo nas duas perspetivas. A composição redatorial destas organizações noticiosas, quando ao número de jornalistas, não é uma surpresa, tendo em conta que são projetos editoriais de expressão local, e segue aquela que é uma tendência atual na indústria dos *media* em Portugal.

De acordo com um inquérito realizado pelo Fórum de Jornalistas em parceria com o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica (CESOP), 67,8% dos responsáveis de 21 meios de comunicação social inquiridos afirmam ter menos jornalistas nas suas equipas e que o cenário tende a piorar. É uma «situação sem retorno», como afirmou Rogério Santos, diretor do CESOP, ao jornal Expresso de 26 de maio de 2012 (p.27). As redações vão ter menos jornalistas. No contexto do nosso estudo, manter um jornal (ou uma rádio) numa cidade pequena e num mercado limitado, repartido por três publicações semanais¹⁵⁶, com três a quatro jornalistas, começa a ser, isso sim, um caso exemplar de sustentação dos negócios num contexto de dificuldades a vários níveis.¹⁵⁷

Outro dado significativo é o grau de qualificações de nível superior que a maioria dos entrevistados apresenta, e quase todos com formação específica nas áreas

¹⁵⁶ Em termos de competição pela conquista de publicidade, o jornal *A Guarda* não disputa com os seus concorrentes (*TB* e *O Interior*) a captação ativa uma vez que não tem nenhum comercial profissional para o efeito.

¹⁵⁷ Para além do encerramento do jornal *Nova Guarda*, no final de 2011, durante o presente estudo, não deixa de ser ilustrativa a diminuição de redatores com o despedimento, no segundo trimestre de 2012, de duas jornalistas da rádio *Altitude*.

académicas das ciências da comunicação. É a demonstração de uma clara evolução do nível de formação, o que vai de encontro ao que os estudos sobre a realidade profissional dos jornalistas portugueses têm vindo a apontar. Cerca de 60% dos profissionais possui uma licenciatura ou um bacharelato, conforme conclui o estudo “Perfil Sociológico do Jornalista Português”, realizado entre outubro de 2005 e abril de 2008 sob coordenação científica do investigador José Rebelo.¹⁵⁸ Especificamente no campo da imprensa regional em Portugal, o cenário é equivalente com 62% de jornalistas com grau de licenciatura, 23% frequenta um curso superior, o que significa que 85% já teve formação a nível do ensino superior, conforme conclui o estudo do projeto “Agenda do Cidadão: Jornalismo e Participação Cívica nos Media Portugueses” desenvolvido na Universidade da Beira Interior sob coordenação científica do professor doutor João Correia.¹⁵⁹

Por outro lado, desmistifica a ideia de que a imprensa regional vive - como nos velhos tempos - da carolice de uns quantos “curiosos” que, por razões de afirmação de personalidade, interesses ocultos entre poderes instituídos ou razões meramente comerciais ou de aproveitamento dos apoios do Estado, vão publicando umas quantas “folhas de couve”¹⁶⁰ em regiões mais periféricas do país. Por outro lado separa definitivamente as publicações de carácter estritamente local, designadamente mensários associativos ou publicações localizadas em pequenas comunidades, da imprensa regional com um nível de profissionalização mais acentuado, como é o caso.

Este nível elevado de formação académica contribuiu para a afirmação de uma profissão que, no meio das opções pedagógicas entre os defensores da tarimba (aprender fazendo) e os partidários da formação superior (aprender com fundamentação intelectual), foi ganhando notoriedade e reconhecimento ao longo dos dois últimos séculos, em prol de maior liberdade e autonomia, de um melhor estatuto social e, em última instância, de legitimidade social (Traquina, 2004:48,49). Não quer dizer que seja uma formação superior a garantir, automaticamente, um bom jornalista. Longe disso, como aliás é explícito nesta opinião experiente de Luís Martins:

¹⁵⁸ Cfr. site do Sindicato dos Jornalistas <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=8346&idselect=87&idCanal=87&p=0>

¹⁵⁹ Dados disponibilizados pela equipa de investigação do Projeto “Agenda do Cidadão” e que constam no Relatório do Inquérito aos Jornalistas <http://agendadocidadao.ubi.pt>.

¹⁶⁰ É o termo usado na gíria jornalística para designar publicações locais com baixo grau de profissionalização, habitualmente produzidas por uma só pessoa que acumula todas as funções, resultando num produto híbrido, com poucas páginas, entre a captação de publicidade e a publicação de comunicados de instituições e/ou empresas locais ou notícias.

«Os novos jornalistas estão aqui como poderiam estar numa repartição pública. Não vejo interesse, não vejo gosto pela escrita, pela procura de notícias diferentes. Nós tivemos um estagiário, licenciado por uma universidade, a quem perguntei o que era para ele fazer notícias. Respondeu que era fazer agenda. Dizia: “Digam-me o que tenho fazer que eu faço”. Ora se começarem a abundar jornalistas deste tipo, no futuro a Imprensa Regional não faz sentido nenhum.»¹⁶¹

Deve perceber-se, a partir desta opinião, que os jornalistas recentemente habilitados, e que todos os anos representam uma significativa força de trabalho provisório na indústria jornalística (nacional e regional), não estão, grande parte das vezes, munidos de uma formação profissionalizante suficientemente abrangente, e solidificada para os desafios laborais da atividade. Por mais formação intelectual que apresentem, é nas redações que vão alcançando aprendizagens técnicas de todo um *ethos* profissional que mistura as preocupações deontológicas com a exigência cognitiva de alerta e pro-atividade permanentes. No entanto, como pressuposto sociológico das profissões¹⁶², a formação superior representa um avanço qualitativo do perfil socioeducativo dos jornalistas da imprensa regional, com ganhos nos campos do domínio teórico e prático que estruturam eticamente a profissão.

Se a partir do século XIX, com a expansão dos jornais, um número crescente de pessoas passou a dedicar-se a tempo inteiro a esta profissão, é natural que hoje, em pleno século XXI, mesmo em jornais editados em cidades de pequena e média dimensão, essa ocupação tenha, em grande parte, uma base académica. A este fato não é alheia também a democratização do Ensino Superior em Portugal, particularmente em regiões mais periféricas como é o caso da Beira Interior, onde a sua universidade, sediada na Covilhã, conta com um reputado curso de Ciências da Comunicação, com forte vertente para o jornalismo (dois dos jornalistas de *O Interior* obtiveram aí a sua formação). Ou também o contributo do Instituto Politécnico da Guarda, que embora não tendo um curso específico de jornalismo dispõe de uma formação em Comunicação e Relações Públicas.

¹⁶¹ Excerto de E1, conforme Anexo 2 do *corpus* de análise de entrevista.

¹⁶² Sobre a evolução sociológica e a profissionalização dos jornalistas, Nelson Traquina faz uma exaustiva leitura história ao revelar que apesar do papel central dado aos jornalistas pela teoria democrática, bem como o reconhecimento do poder do jornalismo desde a famosa referência ao «Quarto Poder» em 1828, o jornalismo tem sido, historicamente, uma profissão pouco prestigiada. (Cfr. Traquina, 2004, pp:25-61)

Do conjunto dos oito jornalistas entrevistados há um outro dado que importa sublinhar. À data da realização do presente estudo, apenas um era estagiário e todos os outros têm mais de dez anos de experiência. Significa que ao lado do recurso a este expediente de enquadramento de estágios curriculares, ou mesmo profissionais, de recém-formados na área, praticado com mais regularidade pelo jornal *O Interior* (dos três, a redação com maior permeabilidade à rotatividade de profissionais), privilegia-se o fator experiência.

A maioria dos jornalistas entrevistados demonstra uma memória história resultante dessa experiência que lhes confere uma visão diacrónica e mais profunda sobre os fenómenos sociais envolventes e sobre a sua própria evolução. Esta memória é um dos aspetos mais ricos e importantes para a manutenção da qualidade do jornalismo local da Guarda. Este dado é ainda mais significativo quando, no espectro nacional, entre as piores mudanças para a qualidade do jornalismo está a perda de jornalistas com memória e experiência, e a falta de tempo para pensar. Este é um dado do inquérito *online* “Jornalismo e o Futuro” realizado pelo CESOP e noticiado pelo Expresso e pelo Diário de Notícias.¹⁶³

Por outro lado, neste quadro de constrangimentos estruturais, a maioria das chefias de meios de comunicação (55,3%) antecipa que vai diminuir nos próximos anos a importância das delegações regionais face à redação central, em termos de recursos humanos e financeiros. O que fará com que a cobertura informativa tenda a ser cada vez mais centralizada aos principais núcleos urbanos do país e se assista a um empobrecimento do pluralismo temático de dimensão nacional. Estes indicadores acabam por motivar maior dificuldade em distinguir entre jornais verdadeiramente nacionais e regionais.

12.3- Processo de organização e análise dos dados

Em termos metodológicos, optou-se por não tomar quaisquer notas durante as entrevistas, excetuando os dados biográficos, dando-se preferência ao contato visual interativo com os entrevistados, que confere respeitabilidade e não distrai. Todo o registo foi assegurado pela gravação em suporte áudio. A principal preocupação, tendo

¹⁶³ Cfr. <http://pt.scribd.com/doc/96654558/Inquerito-Expresso> e <http://pt.scribd.com/doc/96653596/Forum-Jornalistas-Dn>

em conta a ausência de quaisquer notas de campo para o trabalho de reflexividade resultante da investigação, foi garantir uma transcrição a “quente”, com o mínimo de tempo entre a concretização da entrevista a sua transcrição literal.

A memória artificial, coadjuvada pela tecnologia do registo sonoro, foi trabalhada nas 48 horas seguintes, como forma de garantir a maior fidelização ao conteúdo das prestações verbais e à essência das palavras ditas. As entrevistas foram integralmente transcritas¹⁶⁴ em modo de discurso direto, permitindo agrupar o conjunto como um *corpus* central de análise para a simplificação do processo de codificação e tratamento qualitativo posterior.

Seguiu-se um procedimento de análise com base na criação de uma grelha de apoio (ver tabela 62 em anexo) onde, para cada temática de trabalho, foram selecionados, como unidades de interpretação analítica, excertos dos discursos dos entrevistados. Assim, o processo de codificação passou pela leitura criteriosa e seleção textual, pelo critério da relevância e clareza discursiva, para cada uma das temáticas previamente identificadas em estudo nesta fase da presente investigação.

Este processo contribuiu para a agilização do trabalho de interpretação qualitativa da riqueza dos discursos. Consideramos todos os passos importantes para uma estratégia de flexibilidade que se exige coerente e completa (com base nos dados disponíveis). Desde o momento zero da entrevista, quando se inicia a interação comunicativa com a subjetividade de cada entrevistado, passando pela interpretação imediata das palavras ditas até à “ressonância” pós-entrevista que nos fica na memória deste trabalho de campo. Tudo conta, nada pode passar ao acaso. Porque o principal valor científico desta técnica de recolha de dados é a sua não linearidade matemática ou estatística. Estão em jogo respostas que, bem lá fundo, revelam mais do que se exprime em meras palavras circunstanciais ou imediatas.

A perspicácia, que não deve ser forçada ou demasiado interessada do investigador, pode ter o mérito de gerar indicadores desconhecidos do objeto de estudo. Pretendia-se obter “uma respiração” o mais genuína possível sobre o que pensam sobre si próprios e o seu mundo especial da produção de notícias, as condições de trabalho, a auto percepção sobre o seu estatuto, as relações a que estão sujeitos e obrigados, os atributos partilhados, os constrangimentos culturais da profissão, etc. Tendo em conta esta perspetiva de investigação, e contra a frieza o distanciamento da aplicação literal do

¹⁶⁴ Encontram-se disponíveis na versão digital deste trabalho.

guião da entrevista, verificou-se a necessidade imediata de incluir novas perguntas, como forma de complementar e/ou aprofundar novos aspetos de análise não previstos. Nestes casos, algumas das perguntas prévias não foram aplicadas por se tornarem redundantes e desnecessárias. Significa que a recolha de dados procurou corresponder à flexibilidade metodológica, a partir da singularidade e subjetividade de cada interlocutor, evitando-se a robotização das conversas.

Como e onde enquadrar teoricamente esta postura epistemológica que advém, deve-se assumir, de um dos mais interessantes “vícios” da praxis jornalista que acabou por nos povoar o *modus operandi* do trabalho? Assumimos criticamente na metodologia sobre a entrevista em profundidade que nos interessava, como método, essa flexibilidade dos procedimentos. Assim fizemos como forma de evitar a presunção de conhecimento prévio ou o perigo científico de se assumirem “verdades” absolutas, mesmo quando o campo de estudo nos seja ou pareça ser muito próximo, como é o caso. O investigador e todas as suas opções, escolhas e subjetividades interpretativas não são fatores externos ao processo de reflexibilidade. Mas procuramos numa exteriorização neutra uma forma de identificar e clarificar cada situação, no seu contexto socialmente construído, no sentido da compreensão do fenómeno em análise.

Voltamos à questão de orientação teórica. Este procedimento epistemológico construtivista pode ser enquadrado na *Grounded Theory*, um método de recolha de dados teorizado originalmente, no campo da investigação em meio hospitalar, por Glasser e Strauss na obra *The Discovery of Grounded Theory – Strategies for Qualitative Research* (1967). Basicamente, estes autores defendiam que os resultados são alcançados através de um método de descoberta sendo, por isso, independentes do investigador. Numa pesquisa bibliográfica breve sobre este método, encontramos em Chamaz (2006) uma perspetiva construtivista recente que enquadra o que temos vindo a argumentar. Isto é, a autora defende que a realidade não é descoberta mas sim socialmente construída pelos atores nos respetivos contextos onde os fenómenos ocorrem e evoluem. Aqui, a responsabilidade do investigador é assumir o seu papel de agente de interpretação, a partir das perspetivas dos interlocutores ou participantes no estudo. Foi isso que se procurou fazer.

Os pressupostos deste método, com base na proposta de Kathy Chamaz (2006:4-12), apontam para i) a relatividade epistemológica das perspetivas do investigador (as suas ideias, crenças e valores), as práticas e o contexto da investigação; ii) a reflexibilidade do investigador é um princípio fundamental da pesquisa e iii) as

representações das construções sociais fazem parte do processo de investigação e da consequente compreensão das realidades. Depreende-se que há uma pluralidade de perspectivas ou entendimentos sobre a mesma realidade – neste caso o microcosmos cultural dos jornalistas da imprensa escrita regional – e que ela não pode ser separada dos atores que a vivem, pensam e sobre ela agem. A compreensão empírica do nosso objeto de estudo é influenciada pelas circunstâncias estruturais mutáveis que o envolvem, enquanto fenómeno social no contexto específico em causa, e também das circunstâncias particulares pelas quais se processa, em cada momento, a investigação.

O que se conclui é que sob o prisma construtivista da *grounded theory*, adotado sumariamente a partir de Chazam, a atenção ao contexto, ao posicionamento dos atores e a assunção de múltiplas realidades é fundamental, mesmo que teoricamente se esteja em presença de uma «comunidade interpretativa» ou «tribo jornalística» (Traquina, 2004:19) que é definida pela ideia de um grupo unido pelas suas interpretações e crenças partilhadas da realidade.

No trabalho indutivo de interpretação dos discursos e comparação constante de unidades de análise das entrevistas – a partir da nossa sensibilidade teórica quer do conhecimento relativo sobre o campo quer com base no pensamento impregnado a partir da revisão da literatura – podemos perceber que as visões do mesmo mundo podem não coincidir. Isso é notório entre as posições argumentativas dos jornalistas mais novos, com menos experiência ou tarimba, e os mais experientes, com um percurso construído a partir da adoção (muitas vezes anti-intelectualista) de práticas e rotinas que além de competência conferem um modo especial de ver e sentir as coisas.

Vamos de seguida proceder à interpretação crítica dos discursos, temática a temática, mediante a comparação entre os oito contributos. A primeira temática (A imprensa regional revisitada pelos seus profissionais) tem por objetivo aprofundar o debate sobre os fundamentos conceptuais da imprensa de expressão local e regional, a partir dos seus protagonistas, extraindo indicadores comparativos com os demais dados da presente tese, que resultaram da análise de conteúdo e da sondagem por inquérito. Com isso, o presente estudo procura não se resumir a um método de pesquisa bibliográfica circular de natureza opinativa, entre os pares da mesma área científica, mas acrescentar novos olhares para a compreensão do jornalismo exercido em contextos de menor industrialização e maior proximidade sociocultural (e geográfica) a um microcosmos local e/ou regional.

12.4 - A imprensa regional revisitada pelos seus profissionais

O que é ser jornalista na imprensa regional? Quais as principais características do jornalismo que aqui se desenvolve? Que valores orientam a ética profissional? A partir deste primeiro trio de questões, que integraram o guião da entrevista (ver anexo IV), conclui-se que o jornalismo neste contexto assume uma duplicidade de entendimentos que pode parecer paradoxal.

Por exemplo, para o primeiro entrevistado¹⁶⁵, Luís Martins, a profissão é aliciante, precisamente pela proximidade que suscita, mas também pouco compensadora em termos de progressão profissional e compensação financeira, porque está longe da vitalidade empresarial e comercial dos grandes projetos editoriais dos principais centros urbanos (e económicos) do país. Como diz o entrevistado:

«É uma boa profissão, porque estamos perto das pessoas, temos mais contato com a realidade do que estando nos grandes centros. (...) Em termos profissionais, fica um pouco aquém do que uma pessoa com um curso de comunicação social espera. Se em termos do jornalismo é mais aliciante, já em termos profissionais não compensa tanto: estamos longe de tudo, dos grandes jornais e de quem possa ter influência na nossa profissão. Há dificuldades em progredir também em termos de compensação financeira.» (E1)

Ao fim de 19 anos de profissão, como é o caso, esta opinião está vinculada a uma auto apreciação da evolução longitudinal do seu percurso simultaneamente académico e profissional. Como em qualquer profissão, o jornalista sonha progredir e ver o seu trabalho compensado financeiramente, ainda mais num quadro atual de grande exigência e disciplina na gestão financeira familiar para quem ousou constituir família. Este não é um aspeto despiciente para compreender melhor certas premissas do pensamento dos jornalistas, neste exercício de auto análise sobre os prós e contras da sua vida.

Entre os entrevistados, com o nível etário em causa, aqueles que constituíram família e têm filhos – opção nem sempre compatível com a ideia mitificada de que um

¹⁶⁵ A ordem descritiva segue o critério da ordem cronológica pela qual se realizaram as entrevistas. Estas podem ser lidas, na íntegra, na versão digital deste trabalho, dada a sua extensão de conteúdo. (ver Anexo X).

jornalista não tem espaço para vida própria¹⁶⁶ - são os que mais referem esta dualidade e, até, uma certa insatisfação (contida) face ao que se pode interpretar por uma situação generalizada de fracas condições de progressão no trabalho, em termos remuneratórios.

Sem se falar em valores e sem se explorar ao pormenor essas condições de trabalho, por opção de investigação a partir de conversas exploratórias prévias com alguns dos entrevistados, sabe-se, pelo que se interpreta nas entrelinhas, que há uma resignação ao fator financeiro, também porque todos sabem as dificuldades por que estão a passar os projetos, num mercado já por si pequeno e ameaçador em termos de compromisso publicitário. Ou seja, encontrámos em praticamente todos os jornalistas essa relativa insatisfação com as questões laborais mas, ao mesmo tempo, um compromisso (ou uma dependência ainda mais acentuada quando as oportunidades de trabalho não abundam) com a sua função pública de serem os garantes profissionais da continuidade dos jornais.

Ser jornalista na imprensa regional, com base nessa dualidade de perspetivas que se encontram em diferentes jornalistas da amostra, em função das suas expectativas profissionais e pessoais, não é igual para todos. Na mesma redação, podem encontrar-se posições antagónicas de dois profissionais que coincidem na ideia de que não se sentem realizadas profissionalmente, mas com um a mostrar, mesmo assim, entusiasmo pela profissão - «todos os dias estamos a aprender coisas novas e perspetivas interessantes sobre a vida» - e outro, pelo contrário, com desmotivação:

(...) Às vezes até me sinto a estagnar, a regredir, e nem vale a pena falar nas questões financeiras, aí nem vale a pena... Não me sinto a “crescer”, não me sinto a aprender... Gostava de saltar para outro lado, mas...»

Só este fato conduz a uma dificuldade em considerar a ideia de uma “comunidade” que partilha, sobre a mesma profissão, uma visão coincidente, pese embora, em termos éticos, isso seja mais fácil de acontecer. Os princípios

¹⁶⁶ É o resquício interpretativo de uma visão idílica e romântica de que o “melhor” jornalista é aquele que, não tendo outro compromisso em casa, representa o ideal profissional (sobretudo para alguns patrões) de um permanente agente em ação, pronto para todas as exigências, rotinas fora de horas: uma espécie (cada vez mais rara) de observadores hábeis e boémios sempre a absorver *in loco* aspetos mais secretos das realidades. Na literatura sobre a evolução histórica e sociológica da profissão, com base nos episódios mais emblemáticos do jornalismo de investigação, como o caso Watergate, construiu-se todo esse imaginário onde a irreverência profissional, a adrenalina da “descoberta” em primeira mão, entre outros aspetos, alimentou, durante os últimos dois séculos, a própria indústria cinematográfica, sobretudo norte-americana, a partir da qual a própria profissão foi ganhando prestígio e reconhecimento público à escala global.

deontológicos, como cartilha de deveres profissionais, conduz, como defende Traquina (2004), a essa ideia de que os jornalistas, estejam onde estiverem, identificam-se e “batem-se” por linhas de responsabilidade pública comum. O que se evidencia no conjunto das entrevistas destes jornalistas é que fazer jornalismo em organizações noticiosas de pequena escala, sedeadas no interior do país, tem particularidades ou diferenças em relação ao exercício da profissão em grandes jornais.

Sem contar com os aspetos organizacionais, mas sobretudo na relação bidirecional entre o meio cultural e a função social e especializada destes profissionais, destaca-se o fator “proximidade”, referido pela generalidade dos entrevistados. E por esta “proximidade” entende-se estar próximo das pessoas, ter mais contato com a realidade, «falar do que nos rodeia, de quem está mais perto de nós», como refere Luís Martins (E1). Ou ainda «ter a percepção do meio, da comunidade, e contribuir, de certa forma, para o debate do que se passa nesse meio», como defende Luís Batista Martins (E2), que acumula a função de diretor e administrador do jornal *O Interior* com a de jornalista. Para este responsável ser-se jornalista numa cidade e região como a Guarda, marcada pela sua condição de interioridade e fragilidade estrutural a vários níveis, é mais do que uma simples e acética mediação informativa.

Cabe-lhes outro papel, eventualmente menos notado ou assumido: «Somos agentes de desenvolvimento ativo da nossa comunidade», considera Luís Batista Martins (LBM) para quem um jornal, neste enquadramento, deve assumir causas e fazer “pontes” entre diversos agentes locais e regionais. Convencido de que a causa de *O Interior* é tentar contribuir para que alguma coisa mude, LBM sustenta:

«Se não contribuirmos para influenciar nada, então o nosso papel acaba por ser um mero relator de acontecimentos. Seremos sempre mais do que o “postador” das redes sociais ou o bloguista, porque temos uma responsabilidade deontológica, mas não seremos muito mais do que isso se não influenciarmos algum tipo de mudança». (E2)

Vários aspetos estão aqui em jogo. Primeiro, qualquer que seja a ameaça das novas ferramentas de comunicação, na senda da proposta de que todos podem ser potenciais jornalistas (Gillmor, 2005), um jornalista profissional, com um discernimento ético para fazer distinções rigorosas entre o que é informação relevante e não relevante, será sempre mais do que qualquer curioso ou agente proactivo de comunicação nas redes sociais, como se analisou em capítulos anteriores. A natureza seletiva da

informação pública, entre o que verdadeiramente interessa e o que pode entrar no campo dos *fait-divers*, reforça esse papel dos mediadores profissionais. Segundo, um jornalista de imprensa local e regional e, por consequência, o jornal para que trabalha assumem um papel social de influência nas dinâmicas de mudança. A polissemia da palavra “mudança” não nos permite, em rigor, associar-lhe a precisão do significado quando LBM a refere. Mas, como o próprio indica, «a função de um jornal e de um jornalista, enquanto profissional, é contribuir para que no meio alguma coisa possa mudar e não ficar estática». E por “alguma coisa” pode-se entender muitas áreas sobre as quais o jornal, como meio de informação, vai falando e sensibilizando os leitores e instituições públicas para os problemas e desafios de uma região. Não será despiciente considerar que se verifica um certo “ativismo” pela ideia de desenvolvimento endógeno, como já foi definido noutro capítulo.

Os jornais regionais analisados, de que fazem parte os jornalistas ouvidos para este trabalho de campo, são eles próprios resultado de dinâmicas empresariais que injetam, direta ou indiretamente, desenvolvimento sociocultural e político, na medida em que resulta em ação comunicativa e mobilizadora para o debate público sobre os problemas e oportunidades comuns. Só que, na prática, esta postura ou visão sobre a especificidade do jornalista, o jornal regional e a sua relação com o desenvolvimento nem sempre corresponde ao discurso idealizado. Admitindo mudanças provocadas pelos jornais de forte expressão regionalista – de que o histórico Jornal do Fundão é exemplo – não se pode concluir em abstrato o alcance desta premissa em qualquer contexto. Pois é esse mesmo contexto histórico, marcado por tempos diferentes, particularidades sociais, culturais e políticas, que confere uma natureza distinta e mutável aos processos de desenvolvimento local e regional. E nem sempre a insistência informativa num assunto resulta em mudanças, ou estas acontecem por serem aparentemente “causas comuns”. Há muitos outros fatores endógenos e exógenos que influenciam estruturalmente o desenvolvimento de uma cidade e região.

Como refere LBM «o grande drama» é que, pese embora tenha havido muitas coisas que aconteceram ou «foram marcadamente alteradas por influência nossa [de todos os jornais da amostra], o único efeito é que isto está cada vez pior». Mas, em termos gerais, de acordo com o diretor – jornalista de *O Interior*, alguma coisa os jornais fizeram por um contexto social e culturalmente mais revigorante e cosmopolita: «A Guarda seria ainda uma cidade bolorenta se só tivesse o jornal A Guarda e a velha rádio Altitude» (E2). Alude-se aqui ao contributo e dinâmica do setor da imprensa a

partir do início da década de 90, onde até à data existia apenas o jornal ligado à Diocese referenciado e a rádio local mais antiga do país, emissora histórica nascida no antigo Sanatório. Como analisámos na dissertação de mestrado (Amaral, 2006), a imprensa da Guarda da segunda metade do séc. XX representa uma dinâmica assinalável no processo de profissionalização do setor, como foi o caso do jornal *Terras da Beira*, um marco dessa mudança. Assim o ilustra Gabriela Marujo, uma das suas jornalistas:

«(...) Daí o TB ser considerado uma “escola” para muita gente [no que refere às boas práticas jornalísticas] porque, desde a sua fundação, “meteu-se” com os poderes instituídos. Na altura [1992] tínhamos os pequenos “jornais de paróquia” que atuavam ao sabor das entidades que lhes pagavam salários. Nós fomos uma “pedrada no charco” ».(E5)

Esta posição explicita o caminho de um jornalismo que, no essencial, se assemelha ao que é praticado nos grandes jornais, com o mesmo sentido de “missão” ao serviço da informação e esclarecimento públicos. Ou até mais. A experiência acumulada e o nível de formação dos jornalistas desta amostra revelam uma coincidência de valores éticos e deontológicos perfeitamente enquadrados nos códigos profissionais e leis que regulam o setor no mundo ocidental. Mais, encontramos no conjunto da amostra não só um sentido de responsabilidade, para com esse património de valores e boas práticas jornalísticas, mas também uma determinação profissional por um jornalismo comprometido com o meio, com as pessoas, com as questões sociais, com a cultura, com um impulso de ação pelo desenvolvimento endógeno. A dinâmica de alguns destes jornais analisados reforça-os como agentes ou instituições cujo poder, além do permanente escrutínio informativo sobre a vida coletiva (ou uma parte da vida coletiva) pode polarizar iniciativas de desenvolvimento setorial, que servem simultaneamente como ações de marketing para as respetivas organizações noticiosas como para a própria região na sua afirmação externa.

Um jornal regional, à semelhança do que acontece com a generalidade dos media no contexto nacional - de que o *Público* e a *Visão* são um exemplo como se analisou noutro capítulo - é um «agente do desenvolvimento ativo», como diz LBM (E2) ao sublinhar que *O Interior* criou, em sinergia com outras entidades dinamizadoras do tecido empresarial regional, um concurso dos vinhos da Beira Interior. Esta iniciativa, realizada em 2012, trouxe a esta região cerca de meia centena de agentes turísticos estrangeiros e jornalistas de vários países que fizeram reportagens e

contribuíram para uma visibilidade positiva e global sobre as potencialidades turísticas do setor vitivinícola associado ao património cultural.

A exigência de novas formas de sobrevivência editorial de publicações, num quadro de fragilidades dos mercados e das famílias, está a conduzir e a obrigar a comunicação social tradicional a redefinir modelos de negócio e práticas de responsabilidade social. E a imprensa regional passa também por esse mesmo desafio. A influência da filosofia do jornalismo público em Portugal não é assumida, pela sua fragilidade concetual e insuficiente prova de eficácia, mas ela acaba por estar presente, diluída, dissimulada, particularmente em jornais regionais que se batem por serem mais que meros megafones de fontes e agentes da política ativa.

Em seis dos jornalistas entrevistados, os mais experientes, é evidente essa particularidade de se assumirem não apenas como informadores ou mediadores de acontecimentos. São mais do que isso. Estão vinculados ao que podemos designar por uma *ética de compromisso social* com o território que conhecem como “a palma da mão”. Ilustrativa desta ideia é a posição do jornalista António Sá Rodrigues:

«A imprensa regional consegue transportar-nos para essa dimensão da vida das pessoas. Um jornalista da imprensa regional repara em pequenos pormenores, enquanto que um jornalista que trabalha no panorama nacional não se preocupa com esta questão da estrada, do buraco ao fundo da rua, da casa isolada onde vive gente sem recursos... É de fato um jornalismo de proximidade porque nós, quando queremos, podemos estar perto das pessoas. (...) Já demos por nós a fazer reportagens em locais isolados e, depois de terminada, ficamos com as pessoas a conversar mais meia ou uma hora, porque nos falam da vida, dos problemas, das preocupações, dos filhos... Acabamos por ser também, no séc. XXI, uma espécie de confidentes, e de braço que ampara, porque por vezes essas pessoas não têm mais ninguém a quem recorrer.» (E7)

O jornalista assim entendido integra um mapeamento social e cognitivo que ganha contornos de especialização jornalística no campo da imprensa. A polivalência profissional a que estão obrigados, pela força dos constrangimentos organizacionais, resultando em micro redações com dois a quatro jornalistas, como acontece nas organizações noticiosas em causa, obriga estes profissionais a estar em contato com áreas e assuntos diversos. Cumprem, neste quadro de ligação orgânica ao meio, um papel de assistência informativa, consagrado como direito de qualquer cidadão, cuja

matriz está solidificada na auto consciência de que fazer jornalismo, no contexto territorial local e regional, é darem-se a uma causa. É o que afirma Gabriela Marujo:

«(...) É o darmos-nos a esta causa. Não ganhamos nada que se compare com os jornalistas de órgãos de informação nacionais. Isto é muito de “amor à camisola”. Há este sacrifício que nos é pedido e que nós próprios gostamos de dar porque é característico e inerente ao papel da imprensa regional.» (E5)

Mais uma vez se evidencia um aspeto da instabilidade laboral e das condições em que estes jornalistas desenvolvem a sua “missão”, no que se refere ao aspeto material do trabalho, mas o citado “amor à camisola” significa essa entrega a um compromisso que vai além da relação meramente laboral entre um assalariado e o respetivo patronato. Sobressai o sentimento de estarem a cumprir uma função de alto valor social como participantes ativos e atentos, em nome da cidadania, na construção de uma sociedade local e regional mais transparente e democrática.

Mas se para uns esta visão ainda é encantatória e desafiante, ao fim de quase duas décadas de atividade, para outros há um certo desgaste, um percurso de cristalização normativa e estrutural com poucos ou nenhuns avanços. Se para uns, em termos gerais, fazer jornalismo na imprensa regional é estar próximo das pessoas e dos seus problemas, tal como a grande imprensa quer agora reafirmar-se (de que é exemplo o projeto Visão Portugal, cuja matriz filosófica tem muito a ver com a ideia original do jornalismo público norte americano), para outros essa premissa aparentemente exclusiva da “imprensa de proximidade” não se cumpre na prática.

Fazer jornalismo na imprensa regional não significa, automaticamente, uma rotulagem teórica generalista e vaga de que nesse “território” há uma grande proximidade com os leitores, ou cidadãos e os seus problemas. É o que diz Elisabete Gonçalves, jornalista do TB, cuja experiência de 15 anos lhe permite desmistificar essa ideia, muitas vezes apenas teorizada e não comprovada empiricamente.

«Uma coisa é o que é e outra o que devia ser, o que é diferente. O que deveria ser era estar próximo do cidadão, corresponder às suas expectativas, aos seus problemas do dia-a-dia, fazer uma interligação muito mais próxima. Na prática, isso não acontece. Falo pela minha experiência, nem sempre se consegue essa proximidade. Muitas vezes o jornalista vai por aquilo que é mais fácil, aquilo que lhe chega às mãos. Não vai à procura daquilo que são as expectativas do cidadão, por diversos fatores, e vai pelo trabalho mais fácil. É cada vez mais

fácil ter acesso à informação e não se faz tanto aquele trabalho de pesquisa. Daí que haja, pelo que me apercebo, um distanciamento cada vez maior entre o cidadão e a imprensa regional.» (E6)

Encontramos neste testemunho um dos aspetos mais críticos e dissonantes da ideia vaga de que a imprensa regional, só por ser regional, está próxima e assegura um processo democrático de participação e envolvimento ativo dos seus públicos. Tal como na grande imprensa, as inovações tecnológicas que vieram facilitar a recolha e produção de notícias no campo da imprensa regional, desde o uso clássico do telefone ao correio eletrónico, podem ter contribuído para este “distanciamento” da imprensa sobre a sua realidade. Todos os entrevistados admitem sair menos para a rua, estar mais tempo na redação, interagir presencialmente menos com os diversos atores do campo social. A jornalista Elisabete Gonçalves é a única a assumir explicitamente uma prática cristalizada de um jornalismo que podemos classificar de “jornalismo sentado” (que não depende, como outrora, de uma “respiração” direta das fontes e dos acontecimentos, apenas uma competência técnica de recolha de informações em ambiente tecnológico de interações comunicativas) com perda para a qualidade e diversidade de informação. Há, no caso do TB, um aspeto relevante desta realidade. Observamos nas edições atuais o uso, no campo da imagem jornalística, de fotografias do velho arquivo de imagens ainda reveladas em papel e que vão servindo, ano após ano, para ilustrar a atualidade ou aquilo que o jornal apresenta como tal.

É um exemplo desse “distanciamento” das coisas tal como elas se apresentam hoje aos olhos das pessoas. Elisabete Gonçalves é dos jornalistas entrevistados aquela que demonstra um pronto interesse na proposta teórica, inspirada no jornalismo público, de os jornais redefinirem a sua relação com os cidadãos através da identificação de agendas de assuntos que mais os preocupam. Seria, no seu entender, uma forma de «atrair os cidadãos aos jornais» uma vez que o distanciamento é também provocado por uma certa apatia cívica ou alheamento da atualidade que os jornais vão destacando semana a semana.

«Existe um distanciamento, as pessoas leem cada vez menos. Apercebo-me disso na rua quando falam de determinados assuntos como novidades e esses assuntos já foram tantas vezes tratados no jornal antes. Ou as pessoas não estão atentas ou o jornal não atrai o suficiente ou aquelas não estão minimamente interessadas e não procuram informar-se.» (E6)

Estamos perante um caleidoscópio sociológico de múltiplas facetas e matizes que dificulta a identificação clara de uma ou mais causas para este fenómeno mutável da interação entre o campo jornalístico, e o jornal como seu produto principal, e o campo social das audiências simbólicas. A função de um jornal reside na sua capacidade de “mobilizar” a sociedade não apenas para uma curiosidade superficial sobre os *faits-divers* ou os acontecimentos mais extraordinários ou insólitos (um marido ciumento que mata, um panda que morre ou um panda que nasce) mas para a consciencialização do seu próprio autogoverno, solidificação cívica e democrática. E sem a informação e o esclarecimento públicos, tarefa maior dos *media*, esse estádio da evolução política e emancipatória da sociedade não se alcança. Aquela opinião de Elisabete Gonçalves tem uma outra particularidade que importa sublinhar. Se, como diz, as pessoas leem cada vez menos e falam entre elas de determinados assuntos, já tratados pelos jornais, como novidades, é porque continua a ter muito peso a transmissão dialogante e interpessoal dos fatos e acontecimentos, das histórias e dos “boatos” que constituem a base sobre a qual assenta o processo sociológico da interação comunicativa humana. Se foi assim no longínquo passado dos fenómenos pré-jornalísticos, em civilizações primitivas sem outras vias de comunicação que não fossem o uso da transmissão oral, continua a ser assim no paradoxal presente da mecanização e excitação comunicativa global.

O agendamento das conversas sociais, e a confiabilidade nas fontes, não está automaticamente associado ou é apenas garantido, como teoricamente já se provou, pelos *media* tradicionais, onde se inclui a imprensa regional. Embora seja muito provável que a sua influência se prolongue no tempo e gere uma sucessão de atualidades diluídas na malha cultural das comunidades, fora do conceito de atualidade jornalística, como prolongamento de conversas cruzadas e circunstanciais. É um processo complexo que aqui não temos ambição de aprofundar. Apenas assinalar a não linearidade das interpretações que nos mobilizam para a reflexão.

O distanciamento de que se fala antes tem, portanto, um sentido de reciprocidade dialética entre um jornal - que por força da normalização de procedimentos e constrangimentos estruturais tende a refletir uma agenda do que “lhe chega às mãos” (E6) – e os públicos que não são leitores comprometidos com a sua própria inclusão cívica nos assuntos. O que significa, em abstrato, que estaríamos perante públicos não participantes, não envolvidos no processo democrático de construção de uma cidadania ativa, como se definiu nos capítulos de enquadramento teórico. A premissa da “proximidade” que está presente na generalidade dos discursos dos profissionais não é

assumida como uma característica unânime. Ela varia entre uma visão mais romântica da profissão, eventualmente ditada pela natureza da própria entrevista, e uma visão pragmática de como as coisas realmente funcionam. Todos os jornalistas coincidem na afirmação de uma “proximidade” que, antes de tudo, é sociocultural, geográfica e temática.

Ser jornalista na imprensa regional é «estar próximo das pessoas, próximo dos protagonistas que têm peso na região, próximo de quem faz o presente e futuro da região, de quem resolve os problemas», afirma António Sá Rodrigues (E7). Compreende-se nesta afirmação que as preocupações do jornalista é sintonizar-se com uma pluralidade de agentes, sendo que o termo “pessoas” é, na prática, muito vago para se perceber qual o alcance real do seu envolvimento na imprensa. Mas já é mais fácil perceber que este “jornalismo de proximidade” implica a cobertura informativa dos “protagonistas que têm peso na região”. E esses, regra geral, são as fontes oficiais e institucionais, os agentes políticos, económicos e culturais que garantem, mediante uma comunicação planeada de relações públicas, maior presença nos discursos e se credibilizam no acesso aos *media* regionais, como acontece nos nacionais. As pessoas, entendidas aqui como o povo comum, a massa indiferenciada de cidadãos, são, por natureza, fontes com menor poder de acesso, a não ser em casos de mobilização mediática de conveniência (muitas vezes excessiva, desnecessária e folclórica), porque raramente trazem aos discursos públicos um sentido substancial e verdadeiramente interessante sobre os assuntos com os quais são ou podem ser confrontados. E nenhum modelo ou prática jornalística sobreviveria numa ingénua deriva de mobilização do “povo” ou das “pessoas comuns” em contraponto com o abandono de um agendamento mais focado nos círculos dos poderes e das suas fontes mais “credíveis”.

12.5- À procura de uma (nova) identidade

Mas os jornalistas da nossa amostra evidenciam sinais de mudança nesse sentido. Isto é, o jornalismo precisa de uma simbiose entre a vida real das pessoas comuns como forma de sair (ainda que não o possa fazer totalmente) de um círculo vicioso informativo, geralmente sobre as mesmas fontes instituições locais, os mesmos protagonistas de sempre, os assuntos previsíveis em épocas de aproximação de eleições ou de festas de verão. Esta realidade é assumida por Luís Martins (E1) quando se lhe pergunta com que tipo de fontes mais lida para produzir informação:

«Tentamos ir à procura de outras vozes porque, por norma, na comunidade são sempre os mesmos a falar e isso torna-se cansativo. Contudo, como estamos num meio pequeno, acabamos por andar sempre num círculo, são sempre os mesmos. De vez em quando consegue-se ter outras versões, outras vozes, embora seja difícil porque as pessoas nem sempre estão preparadas para lidar com os jornais. Quando mais próxima, mais representativa e credibilidade tiver uma pessoa ou instituição mais probabilidade terá de ser contactada para falar.» (E1)

Fala-se de um círculo de relações de interesses entre quem promove eventos (e legitimamente se promove) e quem necessita de informações prontas a entrar na engrenagem noticiosa do jornal para que trabalhe. A relação com as fontes, particularmente neste contexto da imprensa regional, é sempre um complexo jogo de equilíbrios entre a matriz ética da profissão e a duplicidade de relações que se estabelecem, como atesta esta afirmação de LM:

«Salvaguardando sempre esse limite de isenção, temos de pensar naquilo que as fontes pretendem quando fornecem essa informação. Essa é a relação profissional depois, quando precisamos de informação de entidades aí há um relacionamento dual, isto é, quando nós falamos bem ou escrevemos de forma positiva sobre alguma instituição, o acesso às fontes é mais fácil, quando falamos de coisas que as instituições não gostam, obviamente as portas fecham e os telefones não são atendidos. Isso é complicado. Ou não noticiamos aquilo que queremos fazer, ou noticiamos com uma versão que não é completa, ideal, não temos todas as opiniões ou posições que poderiam ajudar a formar essa notícia. Isso acontece muito, para além da relação com os jornalistas, há também o relacionamento comercial. A partir do momento que uma instituição, uma pessoa de poder ou um empresário não gosta de uma determinada notícia, e se tem uma relação comercial com o jornal essa relação é travada. Nós temos no nosso jornal uma situação complicada, com milhares de euros por cobrar sobretudo devido a essa situação, que resultam de reações a notícias que foram publicadas. O que cria um paradoxo: bom jornalismo pode criar dificuldades na sustentabilidade dos jornais.» (E1)

São levantados aqui aspetos centrais do processo de produção de informação no contexto dos jornais ditos de “proximidade” em contexto local e regional. Sobretudo o seu principal paradoxo para a sobrevivência de projetos editorialmente independentes e ousados face à sua primeira obrigação pública: serem fiéis, acima de tudo, aos leitores cidadãos, como um dos princípios “sagrados” defendidos por Tom Rosenstiel e Bill Kovak (2004).

Há muitas fidelidades em jogo de bastidores, em atitudes e ações ocultas de manipulação direta ou indireta, cujo mais comum exemplo consiste num simples ato administrativo de um político dar ordens de, a partir de uma cobertura hostil, não incluir este ou aquele jornal na publicação obrigatória de anúncios públicos. Como refere Luís Batista Martins:

«Enquanto em Lisboa as principais fontes são as agências de informação, aqui são os partidos, os poderes, a administração...Isto é complicado porque incentiva-nos sempre a ficarmos na mão deles. Todos os poderes querem isso. (...) Essas são as fontes proactivas, as que querem que se fale bem deles, dos amigos deles, ou que se fale mal dos inimigos. Há sempre pessoas a telefonar para falarmos deste e daquele, bem ou mal.(...) Continuamos à procura de informação mas, felizmente hoje, há muitas pessoas que nos vêm dizer coisas.» (E2)

Essa consciência sobre um jornalismo que continua a refletir-se a si próprio¹⁶⁷, na procura de uma nova identidade face à mutação social e tecnológica, é explícita na opinião do jornalista Luís Martins:

«Se temos proximidade, temos que falar daquilo que nos rodeia, sobretudo das pessoas, há uma falta de pessoas comuns no jornalismo, uma das razões de os jornais terem tendência a perder leitores porque eventualmente não se revêm nos conteúdos. Em termos regionais essa proximidade é mais facilitada porque temos de ir à procura de notícias, que não abundam, por vezes é um vizinho que nos diz algumas novidades. Tentamos fazer isso, de mobilizar as fontes comuns, embora seja difícil concretizar-se porque essas tais fontes não estão interessadas em aparecer. Ainda existe o anátema de não quererem ver o nome nos jornais

¹⁶⁷ Encontramos no seio das redações da imprensa regional auto reflexão muito sólida dos seus profissionais sobre o papel, os desafios, as mudanças necessárias e as experiências de quem, melhor que ninguém, pode dar indicações sobre modelos de mediação que garantam, simultaneamente, sustentabilidade dos negócios e uma função social altamente relevante.

porque está associado a uma coisa negativa: vigora um pouco essa ideia de que ter o nome no jornal é negativo, sobretudo nas pessoas mais idosas.» (E1)

Eis o exemplo de um paradoxo. Se por um lado há falta de pessoas comuns no jornalismo, podendo este fato prejudicar a adesão dos leitores aos jornais, por outro a vontade de mobilização jornalística dessas pessoas comuns esbarra nesse anátema de que aparecer no jornal é negativo para a reputação pessoal dos envolvidos. Mesmo que na prática não o seja. Um jornal não serve, na sua essência ética, para citar nomes de pessoas apenas quando esse envolvimento lhes é favorável e positivo. Por natureza da sua função de vigilância pública e democrática sobre todos os fenómenos sociais e políticos que afetem a vida dos cidadãos, um jornal profissional (seja de âmbito regional ou nacional) não pode deixar de escrutinar os aspetos negativos da sociedade.

Mobilizar pessoas comuns para a narrativa informativa, com relevância pública e sentido de envolvimento substancial sobre os assuntos tratados, implica que estas vivam a liberdade de se exprimirem sobre o pensam (o que nem sempre acontece em contextos socioculturais conservadores e estigmáticos caraterísticos de algumas comunidades rurais) e não vivam socialmente presas ao medo de existirem enquanto cidadãos. Claro que a isto se deve acrescentar outros fatores inibidores de uma interação relevante e interessante sob o ponto de vista jornalístico, que são sobretudo o nível de instrução, os hábitos culturais ou as vivências societárias ativas e emancipatórias. O isolamento social e cultural a que muitas pessoas estão submetidas, seja quais forem as razões, torna-as menos aptas a viver e a interagir com as realidades concretas e assumirem-se como cidadãos com um envolvimento cívico ativo.

Esta breve constatação sociológica, sem pretensões deterministas, parece-nos importante para perceber que a ideia teórica do “envolvimento participativo”, com toda a sua carga subjetiva e polissémica, tem para os jornalistas uma interpretação pragmática muito clara, como atesta a posição crítica de Gabriela Marujo, quando confrontada com o interesse ou não na identificação de uma agenda dos assuntos que mais preocupam os cidadãos, como proposta baseada no modelo de jornalismo público:

«Acho que os cidadãos querem ter cada vez mais voz mas querem ser menos ouvidos. Isto é um paradoxo. Quando vamos por aí fazer perguntas, as pessoas podem falar mas dizem logo: “Não ponha lá o meu nome!”. Há uma certa cultura do medo, não se percebe porquê. Sempre defendi que em vez de sermos nós a tratar de assuntos que achamos que interessam às pessoas, devíamos ter pelo menos uma página para as pessoas escreverem para lá, cumprindo as regras

éticas de não se cair no ataque a ninguém. Muitas vezes as pessoas abordam-nos na rua para se falar disto e daquilo. Mas há aqui sempre um problema. Qual é a importância das pessoas que nós falemos disto ou daquilo? Nem sempre o que é importante para o cidadão pode ser importante para o jornalista. Se na minha rua o caixote do lixo não é levantado há três dias isto é uma preocupação muito grande e dizem que devíamos era falar deste problema. Nós falamos do assunto, não porque a pessoa A ou B se sente afetada, mas quando o problema afeta o maior número de pessoas e nós o podemos confirmar. Há sempre quem agigante o “drama” mas, muitas vezes, uma multidão não passa de três ou quatro pessoas. Quando perguntamos o porquê elas não sabem responder. Tem que haver aqui algum grau de importância. Até que ponto é que os assuntos que as pessoas querem ver tratados têm importância jornalística? Eu defendo que deve haver uma agenda dessas mas nós somos o crivo.» (E5)

O problema é mesmo este: o envolvimento. Não há envolvimento porque não querem expor o nome mas, sobretudo, porque não estão munidos de um cabedal cultural ou de conhecimentos suficientes para se envolverem. Logo, o processo de incluir no jornalismo as ditas “pessoas comuns” (aquelas que não são detentoras de cargos de responsabilidade pública ou privada com alto grau de exigência na prestação de contas sobre o fazem) torna-se um imperativo cívico de difícil concretização. Esta reflexão entronca numa das premissas teóricas do jornalismo público, que pressupõe um processo bidirecional de envolvimento em nome de uma melhor cidadania, e dela falaremos mais nas conclusões do presente trabalho.

Estamos aqui a enfatizar um olhar que vem de dentro, refletivo pelos jornalistas, de que há necessidade de o jornalismo de expressão regional (como está a acontecer como os media em termos gerais) se repensar a si próprio, procurando caminhos de sobrevivência num tempo de ameaças mas também de desafios. No caso da Guarda, cujo ambiente informativo é competitivo e concorrencial, ainda mais exigência de diferenciação se coloca. E há uma primeira evidência que se retira no cruzamento dos resultados da análise de conteúdo, como primeira fase do nosso estudo, e as entrevistas realizadas aos jornalistas. A política, como principal tema de cobertura dos jornais regionais da cidade, como se provou em 2006 (Amaral, 2006), está a passar para plano secundário no que refere aos principais destaques de primeira página. Já é o tema sociedade, concetualmente vinculada a assuntos de natureza social como a saúde e a

educação, que mobiliza mais atenção mediática. Há uma nova atitude seletiva e refletida dos jornalistas sobre a sua própria função e papel, sem abdicarem dos princípios éticos de sempre, como o rigor, imparcialidade e bom senso. Quando o assunto é falar sobre a função mais importante do jornal para que trabalham e o papel que este desempenha na sociedade local e regional, surgem respostas diversas das quais destacamos as mais abrangentes:

Luís Martins: «Tentar o mais possível falar da região que cobre, distrito da Guarda e Cova da Beira, tentar fazer com que os assuntos que trata interessem às pessoas, do dia-a-dia, e não a agenda dos assuntos que outros querem que aparecem nos jornais, informar, formar através da opinião diversa de colaboradores que ajuda a formar ideias dos leitores» (E1)

Fábio Gomes: «Acima de tudo a função de qualquer outro que é informar. Mas também ir ao encontro das populações, por ser um jornal regional e por tratar temas com que as populações se identifiquem.» (E4)

Gabriela Marujo: «Uma coisa é o que será e o que devia ser. O jornal, como qualquer outro deste país, devia ser um contrapoder que não é. Embora aqui talvez ainda seja um pouco. O jornal deve ser esse meio privilegiado de chegar a informações que julgava não poder obter. Apesar de se pensar que toda a gente tem internet para se informar, isso não é verdade e há sempre pessoas a precisar de nós. Um jornal deve ser um veículo de formação também (...)» (E5)

Elisabete Gonçalves: «Deveria ser informar...(pausa). No fundo... acho que cumpre essa função ou essa missão em 70%. Fruto de outros fatores, como a falta de recursos humanos, cai no erro de também ter que “encher”, ocupar os espaços do jornal com informação que não é nova, informações “batidas” a nível nacional. Se tivéssemos mais pessoas teríamos também maior capacidade para ter informação nova, informação de maior proximidade e recorrer a outras fontes.» (E6)

António Sá Rodrigues: «Informar com rigor e objetividade. Contribuir para o desenvolvimento da região, alertar para assuntos que estão mal, dar a conhecer o que de bom há na Guarda. Um dos problemas da Guarda é a falta de autoestima, as pessoas estão sempre a olhar para Viseu e para a Covilhã e dizem: eles têm e nós não temos, eles têm nós também queremos ter! Mas nós temos coisas muito boas, que não são valorizadas e passam ao lado de muita gente. E o jornal tem um pouco essa função de mostrar que há aqui coisas com valor, há aspetos novos que urge enaltecer e reconhecer

publicamente. Nós estamos numa situação de crise e há razões para acreditar no futuro desta região.» (E7)

Francisco Barbeira: «O jornal acaba por ser uma fonte de divulgação de muitas coisas que, sem ele, não existiam. Mas não se consegue tudo. É um fato que os jornais regionais estão limitados, em termos humanos e técnicos. Por isso, temos de nos socorrer, muitas vezes, de algumas coisas que as pessoas acabam por não perceber. Não entendem porque fazemos isto e não aquilo e não é fácil.» (E8)

Numa pergunta não prevista no guião inicial da entrevista ao jornalista Luís Martins, sobre se a agenda política ainda funciona como uma dependência permanente, o jornalista é perentório na afirmação de um jornalismo que procura afastar-se deste estigma histórico: num ambiente de caciquismo os jornais regionais são reverentes com os poderes e cultivam-se ocultas dependências de interesses recíprocos de sobrevivência de egos e carreiras políticas, entre outros setores, com duas dúzias de páginas impressas a cada semana. Hoje, como projetos privados mas sempre empresarialmente dependentes do mercado publicitário institucional, como são os anúncios públicos das autarquias, são os jornalistas profissionais a assumir um claro afastamento dessa postura. Na prática, essa atitude de uma consciência livre e uma credível liberdade sobre o que noticiar, num contexto de tantas proximidades físicas e pessoais, representa um avanço qualitativo no setor da imprensa regional em Portugal.

O dado de menor peso da política na agenda da imprensa assim como um outro olhar sobre a comunidade, numa perspetiva mais democrática, representa, em certa medida, um sinal dessa mudança, como explica Luís Martins:

«Nós temos dado pouco enfoque à política porque justamente são sempre os mesmos protagonistas e sentimos que as pessoas estão cansadas do domínio da política nos media. Mas a verdade é quem lê os jornais, sobretudo nos meios pequenos, são pessoas ligadas à política. Temos que pensar que essas pessoas são imprescindíveis embora não lhe demos o destaque que por vezes se pensa: não fazemos quatro páginas sobre política. Quando nós achamos que vale a pena dar algum destaque ou referência fazemos. Mas são esses os nossos leitores. É uma estratégia para conquistar uma certa legitimação. Mas ao fim de um certo tempo de profissão, como é o meu caso (19 anos) também temos de mudar. Antigamente a forma de fazer jornais era contatar os bombeiros, a polícia, a política.... Hoje já temos que dar o salto para a comunidade. Até porque os

leitores hoje são mais exigentes e querem saber mais que a habitual política, sentem que os políticos que temos na região pouco contribuem para mudar as coisas. Também querem assumir um papel e tentar forçar para que as mudanças aconteçam. Por isso é que algumas já não ficam no silêncio e são denunciadas» (E1)

Dar o salto para a comunidade, incluir pessoas comuns no jornalismo, tornando-as mais participativas, mesmo que esse exercício nem sempre seja fácil ou relevante sob o ponto de vista informativo, representa um caminho alternativo a uma cobertura cristalizada sobre a eficácia da produção. Mas fazer esse trabalho que reflete uma mudança editorial, sobretudo assumida pelos jornalistas do jornal *O Interior*, parece ser incompatível com as dificuldades estruturais por que estão a passar as redações, na sua capacidade humana de fazer o que gostariam, e as empresas que as suportam, obrigadas a suportar custos de papel e de produção cada vez mais caros, como refere Luís Batista Martins:

«Há uma mudança editorial de há um ano para cá. De vez em quando, temos de corrigir o nosso caminho. Sabia onde estava a ir, que era conseguir fazer um jornal equilibrado, com informação geral em termos regionais, com opinião interventiva e sempre plural, com os assuntos mais destacados a terem algum protagonismo a serem devidamente desenvolvidos e explicados ao leitor. Hoje todas as seções são importantes, continuamos a dar destaque àquilo que é importante, mas agora explicamos muito menos. Explicamos menos porque temos menos papel. O papel custa muito dinheiro e temos que cortar nele. Não temos capacidade financeira para fazer uma reportagem mais aprofundada e desenvolvida. Acontece alguma coisa em “cascos de rolha” e não podemos ir para lá para reportar tudo em duas páginas, como se calhar faria sentido. Mas não é possível. Aquilo que era uma boa reportagem, com cinco ou seis mil caracteres, com tudo devidamente explicado, se calhar hoje tem que ficar condensado em metade. O que é complicado e vai contra outro pressuposto básico que eu quero ainda fazer no futuro no jornal: que é a memória. O Interior tem que ser a memória, a história. Temos que voltar às origens do jornal quando contávamos histórias das aldeias, das pessoas. Os jornais têm que ter a memória das sociedades, têm que ser o arquivo quase vivo que vai recordar as pessoas. Não estamos a fazer isso já porque o papel é caro. Os nossos trabalhos são mais restritos, em termos de explicação». (E2)

12.6 – A simbiose das esferas individual, organizacional e pública

Com estas declarações podemos aceder, com mais segurança, às especificidades desta profissão, no que se refere não apenas às características sociais dos jornalistas mas às razões que orientam os métodos de seleção e produção de informação. A teoria do *gatekeeper* (White, 1950-1993) não é suficiente para explicar o complexo processo de seleção de notícias. Há um claro confronto no campo sociológico entre o que Rieffel (2003:136) define como a *esfera subjetiva* dos profissionais (as suas motivações e a percepção da missão), a *esfera organizacional* (as rotinas profissionais que presidem à construção de informação - na linha da teoria organizacional proposta por Breed, 1955-1993) e a *esfera exterior* (as relações e interações sociais dos jornalistas com as suas fontes e o mundo sociocultural comunitário).

O conhecimento da *esfera subjetiva* dos jornalistas, segundo aquele autor francês, parte do princípio de que a forma como estes se vêem é um elemento importante do seu comportamento profissional e que se reflete não só na forma como entendem a sua função, e das publicações para que trabalham, como também no conteúdo da informação que é produzida. E neste aspeto encontram-se, naturalmente, diferentes sensibilidades e sentidos sobre a missão jornalística que acaba por ser moldada, primeiro, à *esfera organizacional*, com todas as suas influências, segundo, à *esfera exterior* onde acontecem todas as interações com as quais se criam ligações de interesses recíprocos. No conjunto da nossa análise qualitativa ao contributo dos entrevistados, no que se refere à sua *esfera subjetiva*, estes fazem passar mais uma concepção de jornalistas não apenas mediadores (ou correia de transmissão) mas como intérpretes da realidade.

É muito difícil discernir, mesmo assim, um princípio de unificação à volta do qual se pode situar a profissão neste contexto da imprensa regional. Mas a concepção da profissão e a consciência de uma ética profissional e de princípios deontológicos de matriz universalista, no que ao mundo ocidental diz respeito, constituem um evidente sinal de que não estamos perante um setor parente pobre no conjunto da comunicação social do país. Além dos valores da difusão imparcial de informação, como pilar primordial da função pública dos jornais, encontram-se posturas assumidas de jornalistas empenhados e comprometidos com o território e com as suas dimensões de desenvolvimento endógeno e cívico. Na esfera subjetiva, e sem necessariamente estar em causa a neutralidade técnica da narrativa informativa, encontram-se tendências de

uma certa identificação ou compromisso com determinadas causas, quando estas representam ou simbolizam mais do que a promoção parcial ou enviesada de interesses particulares sobre o interesse público.

Mesmo que razões estruturais, como as redações pequenas, sejam uma limitação a ir mais além nos objetivos editoriais, os jornalistas continuam, em termos discursivos, a demonstrar uma postura quase “missionária” de envolvimento numa causa maior que é, desde logo, a defesa e continuidade do próprio jornalismo como fenómeno social importante para a democratização da sociedade local e regional. Encontramos esta posição na opinião de Gabriela Marujo:

«O jornalista que não tem um interesse social não é jornalista. O jornalista é importante na sociedade e todas as causas importantes são também importantes para ele. Não se pode alhear delas. A primeira causa é o próprio jornalismo e o seu primeiro mandamento: a verdade acima de tudo. (...). Se temos este amor a esta causa, como principal paixão profissional, todas as causas sociais e temas fraturantes em termos sociais são importantes para o jornalista. Obviamente que tem que dar o corpo ao manifesto. Todos os jornalistas devem ter essas preocupações sociais.» (E5)

O processo produtivo de informação não é, portanto, absolutamente externo, ou neutro, em relação às motivações dos jornalistas. Não estamos perante um puro *advocacy system* (Traquina, 2004:175) que implica a defesa parcial de uma causa, seja ideológica ou de outra natureza, mas de um sistema híbrido entre a imparcialidade da narrativa jornalística, garantida por jornalistas profissionais com formação e experiência, e o compromisso ou responsabilidade de servir causas sociais que se acredita serem comuns.¹⁶⁸ A proximidade de que se vem falando, ao fim de uma década ou mais de profissão, contribui para um conhecimento e uma identificação cultural com o terreno que se pisa, com quase todas as vertentes da vida coletiva. Ainda que em termos técnicos a narrativa informativa, e toda a sua envolvente produtiva, seja

¹⁶⁸ A ameaça de encerramento da maternidade do Hospital Distrital da Guarda, em sucessivos momentos políticos da atualidade da cidade, levou, por exemplo, a Rádio Altitude a tomar, em 2010, uma iniciativa de envolver os cidadãos numa forma de protesto, colocando uma fralda nas janelas dos automóveis. Da mesma forma, por uma causa de todos, os jornais deram grande destaque à instalação de portagens nas autoestradas A 23 e A 25, que servem a região, não deixando de fazer um jornalismo fatual, com base nos eventos de protesto cívico e político em redor da situação. E no caso de O Interior, o seu diretor e jornalista, Luís Batista Martins, tomou partido contra as portagens no espaço do editorial do jornal e chegou mesmo a deslocar-se pessoalmente à Assembleia da República num prolongamento da contestação, que acabou por não dar qualquer resultado. Cfr. Entrevista 2 em anexo na versão digital.

garantida pela imparcialidade, neutralidade e objetividade - no postulado de uma relação de verdade entre o real e o discurso jornalístico onde se destacam os fatos com recurso a uma argumentação lógica e uma competência técnica (Rieffel, 2003:146) - um jornalista na imprensa regional não se vê a si próprio como um mero “detetive” ou caçador de informação desejoso de ganhar a corrida à “caixa”. Ele é mais do que isso, quando estão em causa projetos editoriais com aposta na profissionalização (mesmo que com poucos profissionais) como é o caso da Guarda. Embora continue a atrair a adrenalina de obter e divulgar informação em primeira mão (cada vez mais difícil numa sociedade em rede), como sublinha António Sá Rodrigues:

«Pela positiva, destaco aquela adrenalina de se ter acesso, muitas vezes, à informação em primeira mão, nua e crua. E depois esculpi-la e servi-la ao leitor. Essa fase ainda me continua a maravilhar. É como quem pega numa rocha de granito, aqui da nossa zona, e esculpe algo maravilhoso. É um pouco essa ideia que tenho. Pegamos na matéria em bruto, trabalhamos-na e depois servimo-la o melhor que podemos e sabemos. Nem sempre é da melhor maneira.» (E7)

Não se pode ignorar que, tal como em qualquer parte do mundo, também neste território persiste a sedução pela função jornalística de *watchdog* e “contrapoder”. Porque o dar-se a uma causa, como se referiu antes a partir das declarações de alguns entrevistados, não significa uma conceção ultra altruísta e de sacerdócio sobre uma das mais importantes e democráticas missões públicas dos jornais: serem arautos de uma vigilância e escrutínio da coisa pública em todos os seus domínios, sem se venderem a interesses próprios ou de terceiros.

Aquilo que acaba por ser evidenciado, sobretudo nos casos de jornalistas com mais anos de experiência, é que as práticas profissionais dependem não só das percepções subjetivas da missão mas também das respetivas *variações contextuais* (Rieffel, 2003:138). Isto é, o contexto particular em que cada jornalista trabalha, seja ele o macro contexto sociocultural ou o micro contexto organizacional, formata-o a um determinado comportamento e atitude profissionais. Por isso encontramos motivações mais marcadamente humanistas, quase vinculadas religiosamente, nos jornalistas António Sá Rodrigues e Francisco Barbeira (este também pelo fato de ser sacerdote) do jornal católico regionalista *A Guarda*.

Daqui também se retira uma outra dimensão do processo produtivo da informação que acaba por confirmar o que já em 1950 David White havia teorizado na

proposta concetual do *gatekeeper*, que equipara o jornalista a um selecionador de informações. Pegar na informação em bruto e trabalhá-la, como diz o entrevistado citado antes, corresponde exatamente a esse processo onde a subjetividade do jornalista tem uma influência decisiva nos critérios das suas escolhas. Como explica Rieffel (2003:138), «o jornalista age em função das suas concepções pessoais acerca do que é a realidade e o interesse de uma notícia». Havendo outros fatores ou motivações neste processo de escolha das notícias, admite-se que os juízos de valor assentes nas próprias experiências, atitudes e expectativas dos jornalistas, são uma parte do processo. A que se junta a lógica organizacional, como se viu antes no caso do jornal católico *A Guarda*, que condiciona e reorienta o trabalho dos jornalistas.

Esta ideia teórica de que, além da sua função clássica de informar com imparcialidade, os jornalistas da imprensa regional vestem a pele de agentes missionários das mudanças sociais no seu contexto cultural e político não encontra, entre os próprios, um sentimento de dever cumprido ou de alcance dos objetivos. Muito menos de consenso sobre o sentido e as motivações de algumas dessas práticas. A atmosfera das conversas, no confronto entre a missão e as expectativas destes e a radiografia que fazem dos efeitos a jusante na *esfera exterior*, revela uma generalizada insatisfação ou resignação, dos que se dizem empenhados em mudanças positivas na *esfera exterior*, e uma desconfiança dos que se querem apenas bater por um jornalismo íntegro e não influenciado por supostas motivações altruístas e cívicas.

Por exemplo, ao mesmo tempo que o jornalista diretor do jornal *O Interior*, Luís Batista Martins, afirma ter tido uma orientação estratégica para afirmar o “seu” jornal como agente de mudança, tendo estado na origem de algumas iniciativas públicas nesse sentido, diz-se desapontado com os efeitos:

«(...)Lembro-mo do *Expresso* ter dito que um jornal com eles podia eleger um presidente da república. Acho que não é bem assim. Os jornais podem, por um lado, cumprir bem a sua função, que é informar, contribuir para uma sociedade mais informada e melhor formada e, por outro, no caso especial dos jornais regionais, contribuir para mutações sociais no sentido da dinâmica, da cultura, mas não podem fazer muito mais do que isso. Nós tentamos fazer uma terceira via. (...) Acho que estamos a fazer bem intervir na comunidade, em ser parte da mudança, mesmo que seja pouca. Estamos numa região ancestralmente pobre, desde o século XV que os beirões são obrigados a partir. Partiram com as caravelas quando levavam as madeiras. Continuam a partir e a

desertificação vai continuar. Mas pelo meio fica-nos a satisfação de saber que estamos a tentar fazer algo contra. Nós estamos a fazer algo contra e, infelizmente, outros não o fazem. E é nisso que, porventura, há rivalidades entre a comunicação social. Nós devíamos ter capacidade de nos aproximarmos numa “luta” comum, numa causa comum. E isso não existe. Se eu falar mal de um partido ou de um presidente de Câmara haverá o parceiro do lado que vai falar bem de propósito, só porque é meu rival.» (E2)

Tendo como pano de fundo a questão da ética e dos valores profissionais, sobre os quais há unanimidade, entre os profissionais verificam-se distâncias no modo como, na prática, essa ética é exercida. Numa abordagem de crítica interna sobre o trabalho jornalístico dos demais jornais concorrentes, assumindo que a seriedade é um valor fundamental, a jornalista Gabriela Marujo acaba por admitir, indiretamente, a existência clássica de “confrontações” entre as várias esferas num balanceamento complexo entre a autonomia do jornalista e os constrangimentos organizacionais.

«Acredito piamente que colegas nossos tenham essa forma séria de estar no jornalismo. Agora, nós nem sempre podemos ser aquilo que queremos. Por isso mesmo também sabemos, pela boca de quem está envolvido, que às vezes há uma certa pressão. No sentido de que se escreva isto ou que não se escreva. Mais no sentido de que não se escreva determinadas coisas porque se pode “melindrar” alguns dos poderes instituídos. Isto acontece. Aliás, basta ler alguns jornais regionais [concorrentes] para se ver qual é a tendência. E também se sabe muito bem quem faz essa tendência. E provavelmente não são os jornalistas. Mas alguns sujeitam-se a isso porque não há outra maneira de ganhar a vida. Não tenho dúvidas que todos os nossos colegas têm um entendimento sério do jornalismo mas depois há toda a envolvência, há as chefias que têm a “faca e o queijo na mão”.» (E5)

Estão em causa, além de outros aspetos, a relação entre os objetivos comerciais e os propósitos intelectuais dos jornais regionais aqui considerados. Coexistem constrangimentos contraditórios, próprios do jornalismo, alicerçados, como se verifica, em múltiplos aspectos que fazem com que, mesmo num pequeno contexto regional, a imprensa não represente um só modelo comum de referência.

Sociologicamente assiste-se, em termos gerais, a uma progressiva heterogeneidade da profissão, também provocada pela natural evolução tecnológica, como já analisámos. Não existe uma forma de jornalismo mas sim jornalisimos com uma pluralidade de tipos de práticas, como defende Rieffel na sua abordagem sociológica à realidade Francesa (2003: 145). Mas os modos de exercer a profissão, neste nosso estudo de caso, ainda se sustentam em concepções muito semelhantes sobre a missão, os valores e as práticas profissionais, tendo em linha de conta que as trajetórias dos jornalistas entrevistados não são muito díspares e partilham, no fim de contas, um universo sociocultural demasiado pequeno onde as redes de sociabilidade e interdependência acabam por ser coincidentes.

Numa abordagem sobre o que mais marca, pela negativa e pela positiva, as experiências profissionais, destacam-se alguns aspetos relevantes que nos permitem aceder a um melhor conhecimento da especificidade da imprensa regional e dos seus profissionais. Alguns discursos não deixam de ser mais abrangentes numa abordagem crítica ao estado geral do jornalismo e outros são estritamente focados ao campo da imprensa regional. Achamos importante destacar os seguintes excertos das entrevistas:

Luís Martins: «Pela negativa destaco o estado atual do jornalismo que está um pouco desacreditado e descaracterizado porque, às vezes, se cometem muitos erros em termos profissionais. E as pessoas tendem a desvalorizar o jornalismo por causa disso. Há uma crise de identidade e uma crise de responsabilidade também de alguns jornalistas porque, de certa forma, se deixa que pessoas estranhas à profissão tomem conta daquilo que é feito. Isso acontece por imperativos de ordem económica, interesses pessoais dos jornalistas. Isso é um bocado a mancha.» (E1)

Luís Batista Martins: «Pela negativa destaco o insucesso daquele objetivo inicial de provocar mudanças. Como é que nós fazemos estas coisas com tanto empenho e na hora da verdade não conseguimos mudar tanto assim as coisas. O impacto do nosso trabalho na sociedade ser inferior àquele que ambicionámos e que eu [enquanto diretor] achava que era possível.» (E2)

Ricardo Cordeiro: «Pela positiva, desde logo poder falar em assuntos que preocupam as pessoas no seu dia-a-dia e dar a perspetiva de várias pessoas, tanto do poder político como do cidadão comum.» (E3)

Gabriela Marujo: «Como jornalista, o mais negativo, e que me deixa mais triste e revoltada, é ver que o jornalismo, em termos gerais, é adulterado dando ao povo aquilo que ele quer. É não saber qual a importância jornalística das coisas, são as prioridades completamente trocadas. E nisto contra nós falamos. Alguns por motivos económicos e outros por andar a fazer favores...No geral, em toda a comunicação social, há um certo afastamento do próprio jornalismo da sua essência. Nos últimos anos tem havido um decréscimo de qualidade. Quando o jornalismo é um entretenimento está tudo dito. Nós não podemos ser os “palhaços” das notícias. (...) Pela positiva, em termos pessoais, todos os dias estamos a aprender coisas novas com as pessoas, perspectivas interessantes de vida que, se calhar, de outra forma não teria conhecimento delas. E sobretudo o fato de nós estarmos a fazer história. Nós estamos a ser os “cronistas do reino”, com uma responsabilidade muito grande e penso que as pessoas não têm essa noção. E alguns jornalistas de hoje também não.» (E5)

Elisabete Gonçalves: «Pela negativa a falta de reconhecimento do cidadão pelo nosso trabalho. Saber que as pessoas estão informadas graças ao trabalho que a gente faz. É esse o reconhecimento de que falo. Era importante que as pessoas estivessem informadas, era sinal de que o nosso trabalho estaria a ser reconhecido. Era um sinal de que estamos a cumprir a nossa missão. E isso não acontece, é o lado mais negativo. Do lado positivo, é a tentativa de tentarmos mudar o meio onde estamos. Trabalhamos sobretudo muito para a cidade. Ao levantar determinados assuntos, ao sermos críticos, é uma forma de tentar mudar e ajudar a que as coisas evoluam de maneira positiva. Acordar a sociedade, acordar as instituições e os políticos, pelo lado mais positivo, o que nem sempre se consegue.» (E6)

António Sá Rodrigues: «(...) O pior é que sinto-me uma espécie de bombeiro. Há quem pense que um jornalista não tem trabalho nenhum e não implica responsabilidade nenhuma e não é assim. Ser jornalista dá, de fato, muito trabalho. Ouvimos uma sirene ficamos logo em alerta e telefonamos a ver o que se passa. Há uma agitação num sítio qualquer, lá vamos nós. Quando se veste esta “farda” nunca mais se consegue despir.» (E7)

Francisco Barbeira: «Pela positiva, o jornalismo tem-me ajudado no contato direto com várias realidades, com pessoas, com instituições, com a sociedade em geral. Nos aspetos negativos, destaco o fato de as pessoas não conseguirem, muitas vezes, ver para além do umbigo: se não falarmos delas o jornal já não presta. Há pessoas que

pensam que só elas existem e nada mais existe para além delas. Isso não é verdade. É preciso fazer uma determinada seleção. Procuramos diversificar para não cair na monotonia de trazer as mesmas coisas. Não é fácil mas tentamos.» (E8)

Em todas as perspetivas aqui focadas se podem interpretar as várias interdependências internas e externas a que um jornalista está, inevitavelmente, sujeito. Designadamente a influência das próprias motivações de envolvimento no processo democrático de desenvolvimento endógeno da cidade, onde os jornalistas operam, e as relações com as fontes de informação e com o público como parte integrante, a montante e a jusante, do trabalho jornalístico. No que respeita às fontes, há um dado que se pode destacar da análise do conjunto das entrevistas. Apesar de todos admitirem que faz parte da lógica funcional dos jornais a interação com certos grupos de pressão (sobretudo a classe política local e regional), os jornalistas do estudo de caso, no geral, assumem uma postura de distanciamento deontológico. As “proximidades” a que esta imprensa está geográfica e culturalmente exposta tornam o trabalho profissional ainda mais exigente. E por isso nenhum profissional se vê como simples correia de transmissão limitando-se a veicular significações definidas pelas fontes, estando dependentes destas. A pressão sobre os jornalistas existe e sempre existiu. Não significa que a informação seja modelada pelas fontes. Como refere Gabriela Marujo:

«Mal seria se não tivéssemos pressão de terceiros. Qualquer jornalista fica incomodado se não houver alguém que o chateie, que faça essa pressão. É sinal que o trabalho está a surtir efeito. Obviamente que temos pressão, não de uma forma direta embora isso possa acontecer. Às vezes funciona por recados, não só através de pessoas mas agora sobretudo através das redes sociais, como o *facebook*, através de blogues. As opiniões são de quem as tem mas é uma forma de pressão. Em termos políticos há uma certa pressão, no meu caso não tenho muita razão de queixa, mas sei que há colegas que sofrem pressões políticas.» (E5)

Depreende-se que nesta escala local e regional, mesmo que todos apresentem uma retórica da objetividade e da independência, os jornalistas debatem-se com dificuldades para alcançarem esse justo equilíbrio de manter relações de eficácia informativa não promíscua e conivente com as fontes mais poderosas e influentes. Mesmo que se afirme cada vez mais essa mudança da agenda menos focada na política

partidária ou autárquica e mais virada para as questões sociais - que implicam uma dimensão política - os jornalistas sabem que esses são, em grande medida, o seu público principal e imediato. Não se pode não noticiar os meandros das movimentações políticas a um ano de umas eleições autárquicas, pois é sempre uma oportunidade de um jornal poder interpretar e antecipar cenários, muitas vezes influenciados pelas próprias fontes interessadas, como forma de testar nomes e estratégias. Por mais que um jornalista queira desviar-se desse agendamento mais oficial, e de certa forma dependente, isso não é possível.

Ao longo do seu percurso profissional de relações sociais, criou um “património” de contatos e relacionamentos de confiança, em termos locais e regionais, que lhe conferem, ao mesmo tempo, um estatuto de credibilidade. É com essa credibilidade que se auto instituiu como um agente de interações maioritariamente privilegiadas com agentes sociais, culturais e políticos do seu contexto de proximidade. O público comum, os cidadãos tradicionalmente afastados do processo produtivo e vistos, pelas máquinas informativas, como meros consumidores e destinatários da informação, estará sempre mais distante da lógica funcional dos órgãos de comunicação social. Neste caso, também da imprensa regional.

Como sustenta Rieffel na análise sobre os jornalistas franceses, face à dificuldade de manter os equilíbrios de independência, «as redes de interdependência em que se desenvolve o trabalho são de tal modo intrincadas que a sua margem de manobra é reduzida» (2003:145). Neste terreno não se admitem cumplicidades comprometedoras, todos se apresentam firmes numa conjetura normativa de princípios cuja interpretação, à letra, os afasta de qualquer debilidade ética. As tentativas de influência e o exercício de pressão não desaparecem e integram toda uma lógica de comunicação organizacional planeada e legítima por parte das organizações e pessoas públicas e privadas, também cada vez mais ativa no contexto de cidades pequenas como a Guarda. Mas essa pressão ou influência torna-se menos eficaz devido à resistência que estes jornalistas demonstram exercer face aos procedimentos de manipulação, seja política ou de outra natureza. A postura académica, de quem acabou recentemente a sua formação na área das ciências da comunicação, como é o caso do jornalista estagiário Fábio Gomes, é muito clara a esse respeito e corresponde ao cânone de um perfil profissional que procura ser rigoroso:

«Procuramos uma relação com fontes que sejam credíveis. Muitas vezes haverá fontes que colocamos em causa e por isso será sempre uma relação cuidadosa e

cética, acima de tudo. Temos sempre de ter a certeza sobre aquilo que nos é avançado. Não podemos acreditar em tudo o que nos dizem. Por vezes há fontes que procuram protagonismo e até puxar e trazer para a ribalta assuntos do seu próprio interesse mas que não têm interesse noticioso ou interesse público. Tentamos sempre ouvir toda a gente mas, claro, é sempre feita uma seleção e também uma averiguação sobre aquilo que nós é transmitido.» (E4)

Da parte de quem tem mais “tarimba” e se tem confrontado com a complexidade desta relação de negociação entre fontes e jornalistas há a consciência de que uma fonte é sempre uma parte interessada e, por isso, perigosa. É o que demonstra Gabriela Marujo:

«Tenho poucas fontes de informação. Eu não sou muito a favor das fontes e digo porquê. Uma fonte, normalmente, tem sempre interesse no caso. E às vezes chega-se a um ponto que não se percebe qual é o interesse específico de uma fonte num determinado caso. Gosto de ter pessoas em determinados locais que me contem o que se diz, que deixem dicas, o que é diferente. São pessoas amigas bem informadas. Uma fonte, na aceção tradicional, é o único correio. Já tive várias fontes ligadas a vários processos mas sabia qual era a ligação da fonte ao processo e à instituição. Não houve choque ou desvio entre a informação que pedia e a informação que me foi dada. Chateia-me que colegas nossos venham vangloriar-se que têm muitas fontes em todo o lado. Eu entendo-os como “vendidos”. Alguma falha e um dia vão “vender-se” e vão ser esmagados pelas fontes. Algumas delas são perigosas (...).» (E5)

O grande desafio profissional, neste aspeto, é conseguir-se manter credível ao serviço da liberdade de informação, rejeitando todas as formas manipulativas da comunicação dos diversos poderes estabelecidos. É hoje cada vez mais perigoso, e possível, como alguns acabam por admitir, que um jornalista caia numa prática “institucional” asséptica de mero destinatário de fluxo de informações, sem espaço para pesquisas e verificações próprias, deixando de cumprir a clássica função de questionador e investigador. Se a tecnologia moderna permite hoje que um órgão de informação local seja também global, pela abrangência nos espaços das redes, ela contribuiu simultaneamente para facilitar o trabalho jornalístico mas também para o tornar mais institucionalizado e com menor capacidade de distanciamento. Todos os

jornais a que pertencem estes profissionais dispõem de recursos tecnológicos de última geração, salvo casos como o *Terras da Beira*, onde o *software*, segundo as jornalistas ouvidas, não corresponde às exigências de velocidade e eficiência.

Por outro lado, um dos dados que se pode retirar desta análise empírica é que mais do que as diferenças entre os jornalistas, apesar de padrões de crenças e motivações nem sempre coincidentes, estamos em presença de uma cultura comum ou mesmo uma identidade jornalística característica da imprensa regional. Uma identidade difusa, é certo, face aos desafios atuais e futuros, que coloca os jornalistas entre convicções de neutralidade normativa, em defesa de um jornalismo investigativo e não submisso a lógicas manipulatórias, e a subjetividade “participante” de se sentirem e agirem com atores da sociedade. O cerne do problema continua a ser, aqui como em qualquer outro contexto, conciliar a liberdade, a autonomia jornalística e um espírito de serviço público à sociedade com todas as outras forças de ingerência a jusante e a montante do processo informativo.

12.7- Os desafios profissionais

Nesta tentativa de compreender o meio jornalístico de expressão local e regional, focado ao contexto específico da Guarda, a partir do contributo dos seus próprios profissionais, esboçamos de seguida algumas das linhas de reflexão partilhada entre eles sobre os seguintes aspetos, conforme questões orientadores da entrevista:

- 1) A validade, interesse e viabilidade de novas práticas jornalísticas inspiradas no jornalismo público;
- 2) Os desafios, oportunidades e ameaças que a profissão (e os jornais regionais) deverá enfrentar nos próximos anos.

Esta análise, ainda que apresentada num breve quadro interpretativo, constitui um precioso conteúdo para o trabalho final de reflexão conclusiva, a partir da mobilização de todos os dados das fases anteriores de investigação do presente projeto, como são a análise de conteúdo e a sondagem aos cidadãos e leitores.

No que se refere ao primeiro ponto, foram colocadas três questões relacionadas com os pressupostos teóricos do jornalismo público e que apontam, em toda a sua extensão, para a redefinição da responsabilidade e da utilidade social dos jornalistas neste espaço da imprensa regional. Entendendo aqui por responsabilidade social dar sentido aos acontecimentos e em os jornalistas interrogarem-se a eles próprios acerca da

forma com o podem ajudar os cidadãos a compreenderem melhor os problemas contemporâneos e a orientar-se no labirinto da atualidade. Por seu turno, a utilidade social remete para a ideia de que o jornalista - como alguns dos entrevistados afirmaram - pode servir diretamente os interesses concretos dos cidadãos e produzir efeitos palpáveis no seio da sociedade, assumindo-se, segundo a teoria do *public journalism*, como ator dessa mesma sociedade (Rieffel, 2003:150). Está em causa uma reflexão de como se podem renovar as relações entre os jornalistas e o público.

Quisemos, por isso, saber o que pensam os profissionais sobre i) a possibilidade de introduzir práticas de identificação de uma agenda dos assuntos que mais preocupam os cidadãos; ii) a viabilidade de produzir reportagens mais aprofundadas sobre temas sugeridos pelos cidadãos e iii) se essa atitude de maior proximidade com uma “agenda do cidadão” significaria uma perda de independência jornalística. Fazendo uma análise aos contributos mais esclarecidos, de um modo geral as ideias recolhem grande aceitação e interesse mas, na prática, seria sempre um exercício limitado, uma seção do conjunto das dinâmicas e estratégias informativas dos jornais.

Constata-se que qualquer iniciativa com esta filosofia “pública” receberia exatamente o mesmo tratamento de validade e relevância informativa que se estabelece com quaisquer outras redes de interligações informativas. Noticiar com mais responsabilidade e utilidade social não significa, de forma cega, que todas as motivações dos ditos cidadãos são de natureza filantrópica ou sequer têm interesse verdadeiramente público. Como explica Luís Martins este processo de participação até já foi testado:

«Sim, vejo muito interesse nessa ideia. Nós já tentámos fazer isso, no Verão de 2011, através do *facebook*, pedindo às pessoas que nos sugerissem temas de trabalho e curiosamente tivemos cinco sugestões no Verão todo. Dessas cinco sugestões, duas não tinham qualquer cabimento, e fizemos três reportagens que até resultaram em trabalhos interessantes. À partida não estávamos à espera de muita participação.» (E1)

Sobre se é viável prosseguir esta metodologia de trabalho, como uma linha estratégica de ligação do jornal à comunidade, o mesmo profissional é perentório:

«O que acontece é que as pessoas não estão preparadas para sugerir assuntos. Têm medo de sofrer represálias, medo de aparecer. Estão de certa forma ainda inibidas. Por outro lado, as pessoas que nos falam dos assuntos querem sempre

tirar partido disso, têm interesse pessoal em que determinadas coisas sejam faladas. Daí que devam ser tratadas, como disse antes, com o máximo de rigor e bom senso para não se cair no engodo. O que mais para aí há é engodos.» (E1)

Por seu lado, Luís Batista Martins acha a ideia muito interessante mas não viável:

«Acho muito interessante mas não viável. É muito interessante porque é essa, de certa forma, a nossa missão, era por aí que devíamos ir. Mas não me parece viável, por todas as razões: desde a dinâmica societária, em termos de dimensão para isso, de capacidade, tínhamos porventura que deixar de fora coisas que sob o ponto de vista editorial também têm que se trazer às páginas do jornal. Faz sentido não sermos reféns dos poderes nem das agendas de uma administração pública, das instituições, mas também ficar dependente da agenda do cidadão é complicado. O que eu acho marcadamente negativo, por exemplo, nos fóruns que se fazem um pouco por todos os canais, é que toda a gente gosta de falar e acham que têm razão. Se nós criarmos uma agenda do cidadão, pura e dura, toda a gente acha que o seu assunto tem que merecer três páginas. Todos querem tudo e o jornalista tem que ter essa capacidade de fazer a triagem, errando muitas vezes, não dando protagonismo a histórias da “treta” – o que fazem alguns jornais e revistas. Nós tentamos fugir disso. O Correio da Manhã faz isso e é um jornal de sucesso, continua a ser o mais lido. Nós não vamos por aí. Temos de equilibrar aquilo que pode ser, de fato, do interesse do cidadão, em termos de agenda, com as demais agendas importantes. Defendo a independência de qualquer agenda, o que é difícil.» (E2)

Os jornalistas Ricardo Cordeiro (E3) e Fábio Gomes (E4) são praticamente coincidentes na forma como se identificam com a proposta.

«Vejo interesse mas sempre estando de acordo com o próprio do interesse jornalístico. Há temas que podem interessar muito ao Sr. Manuel mas não interessar nada à generalidade das pessoas. Tem que se fazer sempre o peso da balança dessas duas vertentes.» (E3)

«Vejo interesse porque, de certa forma, também é isso que acaba por vender os jornais. Tendo que ser feita uma seleção quanto ao interesse noticioso, temos que ir ao encontro das pessoas e dos seus interesses porque também é isso que acaba por vender jornais e assegurar, de certa forma, o sustento dos jornais. Mas,

repito, terá de ser sempre feita uma análise do interesse noticioso dos contributos dos cidadãos.» (E4).

Levanta-se a questão da importância e relevância do contributo dos cidadãos para a qualidade do jornalismo. Se por um lado é democrática e civicamente consensual que os jornalistas sirvam diretamente os interesses concretos dos cidadãos, incluindo na agenda dos jornais assuntos sugeridos por estes, esse envolvimento deve ser alvo de questionamento e escrutínio por parte dos primeiros. Em abstrato, a proposta não pode colher grande entusiasmo, até porque, no caso da imprensa regional, esse papel tem sido de alguma forma assumido e desenvolvido, como já vimos antes.

O contributo dos cidadãos como fontes das notícias incorre nos mesmos problemas já analisados das pressões e influências dos grupos de pressão junto dos jornalistas. Ser-se “cidadão”, no sentido de pessoa comum, aparentemente sem interesses a defender que não seja denunciar situações normalmente arredadas das agendas dos jornais, não significa ser-se sempre honesto e confiável. Como ilustra Gabriela Marujo, estas relações representam o mesmo desafio e compromisso com uma deontologia profissional:

«De pequenas coisas se pode fazer muito. As pessoas lançam assuntos e, claro, nós devemos seguir as pistas e desenvolver trabalho que se considere importante. São fontes importantes. Mas, por outro lado, há muita gente que quer que a comunicação social sirva de juiz, de tribunal, de advogado, de polícia... lá está o tal aproveitamento pessoal do jornalismo. Há sempre interesses, embora em perspetivas diferentes. Obviamente que há temas que podem não parecer nada mas que, no fundo, se forem investigados podem resultar em notícias de grande interesse.» (E5)

A viabilidade da introdução de tal prática mais comprometida com a ideia de democratização da agenda dos jornais recebe, como temos vindo a demonstrar, uma generalizada aceitação, com as devidas reservas de natureza ética. Elisabete Gonçalves (E6) e António Sá Rodrigues (E7) são os jornalistas que demonstram explicitamente mais entusiasmo:

«Nós, às vezes, tratamos aqueles temas que sabemos que interessam a algumas camadas da população mas não é a maior parte. Alguns temas de sociedade, como a saúde, e a política, embora o cidadão comum também não esteja muito

interessado na política. Também tratamos estes temas porque sabemos que são as pessoas desses meios que nos vão ler. No resto, há um distanciamento das classes mais baixas. Criando-se essa agenda conseguia-se, digo eu, atrair o interesse das pessoas. Se calhar também não. (E6)

«Vejo muito interesse. Eu, enquanto cidadão, não gosto de futebol. Agora, com o Euro 2012, é só futebol. É matéria que não me interessa. Apetecia-me reclamar novas abordagens sobre temas que realmente interessem e afetem a vida. Mais do que nunca, como as coisas estão, e com o leitor e cidadão cada vez mais exigente, é bom que as pessoas comecem a dizer de sua justiça. Porque nós trabalhamos para as pessoas, estamos a prestar um serviço. Se o produto que apresentamos não agradar à comunidade não pode ser uma valia. Nesse caso estamos a trabalhar para nada. Costumo dizer que existo enquanto jornalista para informar os outros. Vejo com bons olhos que isso possa acontecer: que o jornalismo possa ser ditado, também, não todo, pelos assuntos do cidadão.» (E7)

O princípio subjacente à ideia é reconhecidamente entendido como um caminho necessário e importante. Mas dentro dele há contrariedades filosóficas que rivalizam com a *racionalidade utilitária e instrumental* (Rieffel, 2003:140) na qual os jornalistas e os jornais, como empresas, estão forçosamente envolvidos. Como pudemos verificar pelo conjunto dos discursos dos profissionais, há neste contexto regional uma percepção profissional de quais são não só as obrigações deontológicas de cada um como também a missão, os valores, os princípios e o sentido do dever de informar mas também de contribuir para o bom funcionamento da democracia. E nesse campo da deontologia profissional, a proposta de práticas jornalísticas empenhadas no envolvimento e promoção de uma melhor cidadania, através da mobilização parcial dos jornais para uma “agenda do cidadão”, não representa qualquer perigo para a clássica independência dos jornalistas. Todos são unânimes em considerar que uma atitude desta natureza, de estarem ao serviço dos interesses informativos de mais franjas sociais do que das fontes habituais e oficiais, podendo provocar mudanças de natureza cívica e participativa, não tem qualquer perigo para a sua independência. É elucidativa a opinião da jornalista Gabriela Marujo:

«Para quem é que nós escrevemos? Para os cidadãos, são o nosso público. E por isso devemos ser o tal veículo de informação que, de alguma forma, diga

respeito a todos os cidadãos. Temos de ter uma abrangência muito grande em termos de temas. E muitas vezes não temos. Não andamos na rua todos os dias a ver o que se passa. Essa proximidade com o cidadão é importante e nunca vamos perder a independência por causa disso. Pelo contrário, ela significa um enriquecimento sobre coisas das quais não temos conhecimento.» (E5)

Concluiu-se que há, em termos teóricos, uma clara identificação dos jornalistas com a proposta idealizada de novas práticas profissionais mais comprometidas com os cidadãos, sem que isso represente um perigo para a sua autonomia. Mas percebe-se que os constrangimentos próprios desta imprensa regional, nomeadamente a exigência de mais recursos humanos e tempo, não lhes permite perspetivar uma adoção metódica e planeada. Todavia, é um desafio levado a sério e capaz de mobilizar, pontualmente, o trabalho das redações neste contexto, como é assumido por alguns jornalistas quando questionados sobre os caminhos do futuro. As premissas do jornalismo público estão lá.

Como se pode verificar, precisamente sobre os desafios, oportunidades e ameaças que a imprensa regional deverá enfrentar nos próximos anos, são extraídos alguns indicadores que se consideram representativos e ilustrativos da maioria das opiniões dos jornalistas, apresentados em tópicos segundo uma análise pela ordem cronológica das entrevistas (da E1 à E8)¹⁶⁹.

- Em termos de oportunidades, há vontades de crescer e chegar a mais gente, justamente dando mais espaço às pessoas, contando histórias de gente comum, situações que afetam e preocupam as comunidades.
- As dificuldades serão, sobretudo, económicas, num contexto de crise como o atual. Um jornal depende, sobretudo, de receitas publicitárias e verifica-se uma contração. A Guarda é uma zona muito fraca em termos de anunciantes comerciais. Verificava-se uma excessiva dependência das autarquias que, entretanto, também fecharam a torneira.
- Com as empresas em crise, os jornais fazem menos dinheiro e entram também em crise, não contratando mas despedindo. A conjuntura económica ao nível dos

¹⁶⁹ Salvaguardando, numa leitura e análise mais pormenorizada de cada entrevista, que há diferentes perspetivas sobre o futuro da imprensa regional, e da profissão, em cada um dos jornalistas, em função da sua esfera subjetiva, por um lado, e sobretudo da realidade particular da esfera organizacional de cada jornal. A imprensa em causa não é toda igual, não tem a mesma matriz empresarial, e, como tal, essa base de sustentabilidade motiva também, num tão pequeno contexto, olhares distintos e orientações estratégicas particulares.

combustíveis também afeta o trabalho, porque limita e torna difícil ir a todo o lado, de automóvel.

- O papel vai continuar a existir até que esse custo não seja demasiado pesado para as empresas, o que deverá acontecer mais cedo ou mais tarde. A web será o futuro, para chegar a uma geração mais nova que neste momento não lê jornais em papel.

- Na internet, outra forma de leitura, há sinais positivos com jornais a superarem-se todos os meses¹⁷⁰, mesmo que em termos de modelo de negócio haja mais incógnitas que certezas.

- A web 2.0 é uma oportunidade e torna o trabalho muito mais fácil do que há 10 anos atrás. O canal informativo está mais aberto, há maior facilidade de chegar às coisas, sendo necessário, em contrapartida, manter a atenção e o rigor profissionais.

- A internet rouba audiência. Os jornais têm de se pagar, um euro que seja, e as pessoas não têm dinheiro para continuar a comprar jornais. Queriam comprar jornais para saber o que se passa com a “crise” mas por causa da “crise não têm dinheiro para os comprar. Este é um problema meramente económico-financeiro.¹⁷¹

- As instituições, ao defenderem a Democracia, têm que pagar os jornais. E fazem-no cada vez menos. O porte-pago, suportado pelo Estado, foi alterado para um subsídio ao leitor, que é um pressuposto correto, mas não dá para pagar as despesas de jornais com uma estrutura profissional.¹⁷²

- A ameaça de dificuldades financeiras levanta a dúvida sobre como estes pequenos jornais vão conseguir resistir sem interferências ou ingerências de natureza mercantil no trabalho e independência profissional dos jornalistas. Há

¹⁷⁰ É o caso do jornal O Interior: «Estamos todos os meses a superar-nos. Em Março[2012] foi o mês onde tivemos a maior audiência de sempre no www.ointerior.pt com 44 mil visitas. Este volume de visitas é muito bom para um jornal de uma cidadezinha como a Guarda. O nosso site é o terceiro com mais visitas no distrito da Guarda, são os dados oficiais da Google. O primeiro é site do IPG (www.ipg.pt) e o segundo é o Guarda.pt (www.guarda.pt). Cfr. E2 a Luís Batista Martins (LBM).

¹⁷¹ Segundo LBM, «as vendas em banca têm ligeiras descidas, tal como a nível nacional. Em todos os quiosques nos dizem que as pessoas não têm dinheiro para comprar jornais.» (E2 em anexo)

¹⁷² Como sublinha o mesmo responsável, «nós pagamos todos os meses 2 mil euros aos CTT. Não há hipótese. Isto obriga-nos a ter menos páginas, não só pelo preço do papel, mas também pelo peso. Se fizer todas as semanas um jornal com 40 páginas, para além do me custa imprimi-lo, vou pagar um custo enorme para o expedir. Isto é brutal. Isto dá para ilustrar o que nos custa fazer chegar o jornal às pessoas(...) Cfr. E2

medo sobre a eventualidade do fim de um modelo de referência comum de jornalismo num quadro de tantas incertezas e constrangimentos.¹⁷³

- A rapidez da circulação da informação em outras formas de comunicação represente uma ameaça para os jornalistas da imprensa regional. Há a sensação de que o jornalista, muitas vezes, já não é preciso. Surge, também neste contexto, o cidadão a fazer o papel que durante anos coube quase exclusivamente ao jornalista.¹⁷⁴

- O número de leitores tem tendência a diminuir, os filhos, na morte dos pais, não renovam assinaturas dos jornais (muitas vezes mantida por tradição e ligação afetiva à terra-mãe). O futuro é incerto.¹⁷⁵

- A edição de três jornais na mesma cidade, a sair para as bancas no mesmo dia (5ª feira), e a disputar um fraco tecido empresarial num ambiente de contração económica em todos os setores constitui um cenário altamente ameaçador para a manutenção dos mesmos.¹⁷⁶

¹⁷³ Como ilustra Elisabete Gonçalves (E6), «A questão está em saber até que ponto o jornal consegue resistir a essas ameaças financeiras e às influências quer daí advêm. Quem tem dinheiro gosta e quereria que os jornais tivessem uma perspetiva informativa do seu interesse».

¹⁷⁴ António Sá Rodrigues (E7) destaca este cenário: «Nas ameaças está a rapidez com que a informação circula, a informação fácil, a internet. Já me aconteceu estar numa conferência de imprensa e chegar ao computador e ver logo fotografias no *facebook* e extratos do que a pessoa disse numa página pessoal. É a sensação de que o jornalista já não é preciso para nada. É o cidadão a transformar-se em jornalista, sem ética, sem rigor.»

¹⁷⁵ O mesmo jornalista diz que «Felizmente, em muitos casos, ainda se mantém aquela tradição de manter a assinatura como forma de receberem em casa o seu jornal. Mas daqui por dez anos não sei como vai ser. Talvez seja necessário rever isto tudo.» (E7)

¹⁷⁶ Francisco Barbeira, ao admitir que o jornal *A Guarda*, por ter um perfil temático de matriz católica, tem ainda espaço para crescer, estando a preparar uma remodelação gráfica para 2013, não deixa de antever um cenário difícil para o futuro próximo: «Nós vivemos à base de assinaturas e desde que o Porte Pago foi alterado as coisas são mais difíceis. Todos se queixam. Creio que dentro de dez anos os jornais regionais no país estarão reduzidos a metade. E muitos deles estão a manter os projetos porque estão ligados a instituições, como nós. Temos dificuldade na angariação de publicidade, não temos ninguém a fazer esse trabalho na rua.» (E8)

Conclusões gerais

Concluída a codificação e interpretação dos dados recolhidos em todas as fases do presente trabalho, importa agora avaliar a informação obtida, por um lado, à luz das hipóteses teóricas que estiveram na sua base, por outro, como ponto de partida para uma apreciação crítica global face aos objetivos de investigação que o motivaram e orientaram.

Apresentam-se conclusões gerais extraídas de um percurso de reflexão que tem como ponto de partida o jornalismo, enquanto instância central de mediação discursiva na sociedade global e local e, por isso, um “terreno minado” no qual se impõe uma movimentação cautelosa e jamais conclusiva.

Relembra-se aquela que é a principal reflexão da presente tese, consubstanciada nas seguintes questões fundamentais:

i) Como viabilizar, no contexto da imprensa regional em Portugal, a partir do caso da cidade da Guarda, uma praxis jornalística de profundidade, centrada naquilo que podemos designar por “*Agenda do cidadão*” onde o jornalista é entendido não apenas como observador distanciado da vida pública mas como “participante justo” (Merritt, 1998), comprometido com a melhoria da participação, do debate e da deliberação públicas.

ii) Qual é a função social do jornalismo num contexto de novos paradigmas comunicacionais, numa perspetiva de legitimação do seu papel na dinamização de uma vida pública mais democrática.

Na prática procura-se aqui alcançar indicadores empíricos que clarifiquem, muito particularmente, as questões iniciais desta tese, designadamente compreender se há possibilidades estruturais e de rotina para adotar práticas jornalísticas mais comprometidas com a qualidade da cidadania e da democracia, em abstrato, e como é que essa “filosofia” de compromisso cívico é vista pelos dois lados da relação: pelos cidadãos e pelos jornalistas.

Estas interrogações inspiram-se nos pressupostos filosóficos e práticas jornalísticas sugeridas pelo movimento do *public journalism* e que, em nosso entender, poderão ser importantes para melhorar o processo de revitalização da imprensa, no atual quadro de uma certa crise de credibilidade, e consequentemente melhorar a qualidade, a abrangência e a relevância da informação pública. Importa considerar que negamos a ideia de que o jornalismo de qualidade tenha como referente o modelo que se pratica

nos grandes *media* da capital, onde estão sedeados. Pode-se fazer “jornalismo sério” em meios mais pequenos e, nesse pressuposto, o setor da imprensa regional que estudámos merece ser visto não como parente pobre do “sistema mediático” nacional mas como fazendo parte dele. Sobretudo como plataforma de afirmação de uma cultura profissional assente em princípios e práticas orientadas, ética e deontologicamente, para a responsabilidade social da função geral do jornalismo e dos seus profissionais.

Recordam-se as hipóteses de investigação, que constituem uma afirmação acerca do valor de um parâmetro ou de relacionamento entre parâmetros que se pressupõem como verdadeiros: 1) Os jornais regionais são vistos mais como veículos de informação e influência, com uma agenda temática focada nas movimentações da política local, e menos como meios de comunicação que dão voz a uma “agenda do cidadão”; 2) A maioria das pessoas considera que a imprensa regional devia fazer notícias mais aprofundadas, sobre assuntos sugeridos pelos cidadãos, fomentando o envolvimento dos leitores no debate público e em processos deliberativos.

Assume-se claramente que os resultados e inferências de natureza qualitativa, apresentadas estatisticamente na quarta parte desta tese, a partir dos quais a seguir refletimos criticamente como conclusão, não são cientificamente imaculados. A radiografia empírica aqui trabalhada não nos permite absolutizações retóricas deterministas, pelo fato de se ter trabalhado com amostras e não com toda a população alvo do estudo, com o recurso à chamada evidência amostral, i.e. ao que foi possível observar e inferir no conjunto das amostras em causa.

Os caminhos percorridos não nos conduzem, de forma inequívoca, a um estado de compreensão absoluta sobre os problemas em debate. A sua principal riqueza reside no alcance de um saber reflexivo intermediado por questões em aberto e controvérsias que nos abrem uma panorâmica sobre a área em estudo. O desafio teórico e prático - num contexto de crise económica com redução de encargos e racionalização de recursos humanos - consiste em apurar as possibilidades de viabilização de experiências de jornalismo público na imprensa regional na cidade da Guarda e perceber se estarão os jornais interessados nessa conexão mais profunda com a vida social, numa perspetiva de melhoria da qualidade da cidadania e da democracia.

Mais do que “as respostas”, que de alguma forma já foram alcançadas no tratamento e interpretação dos resultados (capítulo 9), procuramos agora fechar o debate com uma postura crítica e assumidamente aberta pela própria natureza científica de um estudo no campo das ciências sociais e da comunicação como é o caso. Apresentam-se,

resumidamente, alguns dos mais significativos indicadores do estudo e, de seguida, faz-se uma incursão reflexiva pela problematização geral que o estudo em causa levanta.

Do cruzamento dos indicadores empíricos, à luz dos fundamentos teóricos mobilizados, concluem-se as seguintes inferências gerais:

- a) Não se verifica a coincidência entre a agenda dos jornais, considerando a amostra em causa, com o “agenda do cidadão” relativamente ao que consideram ser os assuntos públicos com mais importância. Enquanto os jornais dão mais destaque às subcategorias “saúde” e “educação”, dentro da grande categoria “sociedade”, os cidadãos elegem o “emprego”, dentro da área “Economia”, como a mais relevante e que afeta as suas vidas.
- b) Mas, por outro lado, ficou patente neste estudo que, ao contrário do que seria esperado, com base em estudos anteriores (Amaral, 2006), a categoria “política” e o domínio das “fontes oficiais” já não são os focos de maior destaque nestas publicações. O que pode significar um aumento, ainda que ligeiro, de autonomia dos jornais regionais no poder de agendamento face às fontes habitualmente mais ativas como definidores primários dos assuntos públicos. Estas conclusões são semelhantes às do “Projeto Agenda do Cidadão” levado a cabo na UBI sob coordenação científica de João Carlos Correia (2011).
- c) Este dado pode ser interpretado à luz de uma clara assunção por parte dos jornalistas em relação à função essencial da imprensa, enquanto sistema de vigilância dos poderes, por um lado, e plataforma de narrativas diferenciadas sobre assuntos mais próximos das preocupações sociais das audiências.
- d) O que pode limitar o cumprimento mais substantivo do seu papel na vida pública, face a conceções mais participativas e de envolvimento das agendas dos cidadãos, como fontes mais ativas nos processos de construção informativa, poderão ser constrangimentos de ordem empresarial (e não tanto ideológica) no atual quadro da racionalização de meios e recursos.
- e) À luz da primeira hipótese inicialmente definida, conclui-se que os jornais regionais são vistos, maioritariamente, como meios de vigilância dos poderes públicos e menos como meios de comunicação que dão voz a uma agenda das reais preocupações dos cidadãos. Comprova-se a primeira hipótese quer pelas opiniões veiculadas pelos cidadãos no estudo de opinião, quer também pela descoincidência entre a agenda temática de destaque dos jornais e a agenda das preocupações dos cidadãos.

- f) Na forma como os leitores entendem o papel dos seus jornais regionais, também ficou patente (com uma coincidência entre os dados das duas amostras de cidadãos) a vontade expressa de que estes i) devem fazer notícias mais aprofundadas, ii) sobre assuntos sugeridos pelos cidadãos como fontes primárias das notícias, iii) fomentando o envolvimento (numa perspetiva democrática) dos leitores no debate público. O que prova a segunda hipótese de investigação
- g) Os jornalistas da imprensa escrita da Guarda revelam uma aceitação dos pressupostos do jornalismo público, como princípio de uma importante filosofia pública do seu papel social e como um caminho necessário na afirmação atual e futura dos projetos.
- h) Mas também são evidenciados algumas das contrariedades que, dentro dessa filosofia da ação, rivalizam com a *racionalidade utilitária instrumental* (Rieffel, 2003:140) que orienta, de forma pragmática, as decisões, as opções e os caminhos da gestão empresarial dos jornais.

Depois deste percurso teórico e empírico – que devem ser entendidos como um recorte incompleto e alvo de novas e mais ampliadas reflexões – importa esclarecer que a nossa posição argumentativa afasta-se de uma perigosa conceção moralista e paternalista de um modelo de relação triangular entre cidadãos privados (como representantes de várias esferas públicas e não como uma abstração de uma suposta sociedade civil de base comum) a imprensa (neste caso já numa posição heterodoxa de não distinguir-mos entre jornais regionais e nacionais) e o Estado democrático (como “sistema” habermasiano composto de instituições estatais da administração pública). Não há modelos perfeitos e seguramente este que imana do movimento do jornalismo público não o é.

Defendemos que o *capital social* não é um exclusivo de nenhuma das partes, mas que resulta de sistemas híbridos de envolvimento cívico e democrático, a começar pela responsabilização (*accountability*) de todos perante todos, ainda que com níveis distintos. Sobretudo a responsabilização do Estado, como primeiro sistema de representatividade perante os primeiros, por serem os destinatários e os envolvidos nas suas políticas públicas e a base da sua legitimação política; dos cidadãos privados perante o Estado nas suas obrigações de cidadania; e, muito especialmente, os *media*, como segundo sistema de representatividade (não eletiva) entre todas as esferas em jogo, com uma responsabilização democrática não só de permitir o acesso aos

responsáveis e instituições do “sistema”, mas também (e sublinhamos também) abrirem-se como canais de maior acesso aos cidadãos privados sem recursos cívicos. Não o “povo” para encher. Não os “cidadãos” para dar corpo a uma pseudoparticipação mediática que pode ser só estatística (apesar dos ganhos democratizantes que todos os recursos participativos vieram promover).

O que nos interessa aqui defender, muito particularmente, é que se possam pensar e testar práticas jornalísticas comprometidas com o desafio de trabalhar (e não apenas narrar à distância de um clique) as realidades com substância, com profundidade, com gente dentro (como aliás reconheceram alguns dos jornalistas entrevistados neste trabalho). Trata-se do cumprimento democrático de um dos mais básicos princípios do jornalismo: manter-se leal, acima de tudo, aos cidadãos (Kovach e Rosenstiel, 2004:10). Alguns deles, melhor que ninguém, é com base neste princípio que afirmam a sua “independência profissional”. E sabem do que se faria um jornalismo virado para a melhoria da qualidade relacional entre todas as esferas da sociedade local e regional. Mas o que sabem fazer de melhor, em nome da qualidade do jornalismo que gostariam de não perder, pode não ter lugar no atual quadro de uma (obrigatória) racionalidade administrativa e económica que tem uma consequência, entre outras: essa suposta lealdade aos cidadãos tende a ser substituída pela lealdade dos jornalistas à empresa-mãe em função do desempenho financeiro do respetivo jornal. É o velho confronto entre o lado empresarial dos meios e o “distanciamento independente das redações” que, à semelhança do que se passou nos Estados Unidos (Kovach e Rosenstiel, 2004:61), pode cavar um fosso entre empresários e profissionais do jornalismo.

Importa sublinhar que a proposta de uma renovação relacional entre o jornalismo e o espaço público, na base dos pressupostos apresentados, não constituiu, na nossa opinião, uma ameaça a uma certa “mistificação” clássica da objetividade narrativa ou da independência que legitima socialmente a “tribo” jornalística. Desde que as experiências no campo, orientadas por estes princípios, não façam uso da bandeira do jornalismo público utilizando-a como engodo de *marketing*. Nessa perspetiva, não está em causa mudar, na essência, os valores deontológicos da profissão mas de, com eles, reafirmar um modelo de jornalismo informativo limpo de linguagens do *marketing* de consumo e que alargue a sua vocação democrática: incluir mais gente, mais histórias e mais sociedade civil, sem abdicar da sua natureza de racionalidade económica como base de sustentação dos negócios de comunicação. Trata-se de afirmar uma posição mais implicada e mais comprometida com o meio que ajude os cidadãos a olhar e a

compreender a realidade onde vivem, por dentro e não apenas na superfície da atualidade, que traga à sua agenda novas agendas. Esta reorientação de paradigma poderá evitar o agudizar de uma desproporção entre o que, por norma, os *media* noticiam e a soma das realidades do “mundo da vida”, de que fala Habermas.

Para os profissionais do jornalismo, um dos *handicaps* desta ideia de “compromisso” com uma “agenda do cidadão” (em si mesmo uma designação a questionar) reside no perigo dela funcionar como fator de influência direta nos conteúdos e que ameace a sua integridade, independência e honestidade. Estes valores funcionam como pilares da ideologia jornalística, seja na imprensa escrita de expressão regional ou nos grandes *media*, e, para os seus profissionais, nada os pode fazer tremer. Mas a realidade tem vindo a mostrar que já não se aplica a metáfora da muralha que historicamente se implantou - com matizes distintas face aos modelos históricos do jornalismo - entre as redações (enclausuradas na sua nobre missão de servir o público, sendo-lhe leal acima de tudo) e os departamentos comerciais dos órgãos de comunicação social (proactivas na busca de anunciantes para suportar os negócios).

Como testemunha o estudo de Kovach e Rosenstiel (2004:65), relativamente ao cenário mediático norte-americano no final da década de 90 do séc. XX, «a muralha mítica pouco serviu para proteger fosse quem fosse. O lado comercial estava a vender a redação e tinha poder suficiente para circunscrevê-la, sem que esta soubesse». O problema reduz-se se todos se empenharem nos valores da profissão, com base numa filosofia conjunta de ação, onde saia predominante o jornalismo. A História parece indicar que isto só funciona quando o proprietário de uma empresa de comunicação social acredita, verdadeiramente, e acima de tudo, nos valores básicos do jornalismo (Kovach e Rosenstiel, 2004:66). É um aspeto fundamental para se perceber que o problema da aplicabilidade de mudanças nas redações, como temos vindo a argumentar, não é possível sem se entender esta variável de peso. Olhando para a realidade por nós analisada, esta constatação faz ainda mais sentido hoje quando alguns proprietários dos jornais regionais, num contexto geral de crise que retrai anunciantes, estão confrontados com uma espécie de angústia da “missão impossível”. Até quanto, e em que condições, se manterá, neste micro contexto, a metáfora da muralha?

A questão da “independência” profissional foi colocada às amostras de cidadãos do presente trabalho e aos jornalistas, apenas nos termos da sua ameaça face à hipotética adoção de práticas de jornalismo público. Os primeiros deixam bem expresso o apoio a uma postura de maior abertura dos jornais regionais aos seus assuntos de maior

preocupação, sem que isso represente uma ameaça para a independência jornalística. A mesma postura é expressa pelos jornalistas entrevistados. Da mesma forma que a cobertura tradicionalmente mais focada na agenda dos poderes institucionais e organizações mais orgânicas, sob o ponto de vista das suas narrativas de influência pública, não é, por si, indutora de dependências diretas, também o enfoque numa “agenda do cidadão” não representa uma ameaça nesse sentido. Para os jornalistas, evocando o seu *news judgement*, qualquer das agendas em causa deve ser sancionada profissionalmente com base no “ideal de objetividade ou de neutralidade” contra os interesses particulares, corporativos ou de facção que, por regra, estão envolvidos.

Nas entrevistas realizadas aos jornalistas, neste trabalho, é sempre invocado, de forma genérica e automática, um conceito operativo de objetividade relativo à exigência quotidiana da ação e que está no topo de uma cultura narrativa dos fatos relativos à realidade social. Esse é um argumento da ideologia jornalística – no campo teórico de visões opostas entre análises epistemológicas reflexivas sobre a “verdade científica” nas ciências sociais e “verdade funcional” com que os jornalistas trabalham - que atravessou gerações e geografias, tal como testemunha Gaye Tuchman (1993:75): «Os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos limites da racionalidade».

A função de agendamento com base no modelo de jornalismo público não ameaça as estratégias de trabalho, nem coloca em causa os procedimentos rituais da “objetividade” profissional. Essa marca ideológica que legitima o processo de produção informativa junto dos leitores permanece, porque todos os jornalistas querem ser “objetivos” perante a verificação dos “fatos”, independentemente de trabalharem informação proveniente de gabinetes de relações públicas ou de cidadãos privados. Serão sempre agendas orientadas para interesses particulares. E não nos revemos numa visão extremada de que dos primeiros sai sempre informação orientada em defesa de interesses corporativos, e de que dos segundos sempre uma informação de “interesse público”. Nada disso é linear e importa sempre questionar a validade e a fiabilidade das “verdades” em “luta” pela agenda dos *media*.

Mas a objetividade evocada não se pode reduzir, à luz do modelo de jornalismo público, pela limitação do confronto bipolar entre quem defende uma ideia e quem dela diz o contrário. O grande desafio, sem ousarmos ditar aqui “a receita”, pode passar pela auto consciência dos jornalistas – e da consequente capacidade cultural de o assumir e praticar seja em redações de jornais mais pequenos ou de maior dimensão orgânica – de

que os modelos de confrontação bipolar em que assenta tradicionalmente a construção noticiosa está a esgotar-se. Daniel Yankelovich (1991), investigador de matriz comunitarista, chama a atenção para esta questão ao alertar que a cobertura mediática assente nesse “sistema bipolar”, ao focar-se o habitual confronto entre o “branco e o negro” das coisas, as tais duas versões contraditórias das notícias, excluem-se imensas matizes das posições intermédias da maioria dos cidadãos.

Uma “agenda do cidadão”, ou qualquer outra designação com a mesma filosofia de envolvimento cívico, surge no sentido de permitir um alargamento temático, que confere não só mais protagonismo a quem não tem voz - ou por ela não se faz ouvir nos sistemas de representatividade pública – mas, sobretudo, como forma de enriquecimento das narrativas jornalísticas e do diálogo público, a favor da maior probabilidade de resolução dos problemas que mais afetam os cidadãos. Nesta conceção, o jornalismo não é visto como um sistema vertical de comunicação hierárquica unidirecional – no qual os donos da informação se limitam a agilizar formas expeditas de a fazer chegar às bases desse sistema, composta por consumidores, sem se preocupar com os efeitos e o *feedback* dessa base social que sustenta o sistema.

Os *media* já se terão apercebido – talvez com mais atenção depois da manifestação antiausteridade de 15 de setembro de 2012, o dia em que Portugal parece ter despertado e mudado a face do “sistema” - que o paradigma já é outro: o cidadão política e civicamente informado, ativo e sem medo (serão os novos portugueses pós-trauma salazarista de que fala José Gil, em *Portugal, o Medo de Existir?*) já não está na periferia do sistema. Está cada vez mais no centro. Não com o poder central de conduzir os caminhos do Estado, num governo da base para o topo, que Tocqueville (1835) vislumbrou na América civicamente ativa de há quase dois séculos atrás – e que «hoje já não existe» como refere Bradford DeLong¹⁷⁷ - mas com o poder de uma nova consciência deliberativa a favor dos rumos do futuro. Não necessariamente uma deliberação direta, no sentido clássico do termo, tal como ocorre no poder executivo, mas de uma influência indireta (em rede no espaço de fluxos) capaz de interferir,

¹⁷⁷ Professor na Universidade da Califórnia em Berkeley, antigo subsecretário de Estado do Tesouro dos EUA, Bradford DeLong escreve, num artigo no jornal Público (3 de setembro de 2012), sobre a obra do filósofo moral francês, para, entre outros aspetos, afirmar que essa América “saudável” que Tocqueville opôs à “doente” França «já não existe» e «os mecanismos de que os cidadãos dispõem para se unir aos seus vizinhos imediatos, numa ação política que faça alguma diferença nas suas vidas, tornaram-se muito mais fracos». Cf. A democracia na América do Tea Party, in <http://www.publico.pt/ProjectSyndicate/Bradford%20DeLong/a-democracia-na-america-do-tea-party-1561496>

motivar, orientar e decidir processos deliberativos no atual modelo de democracia representativa da república portuguesa.

Por isso, e voltando à ligação com o jornalismo, este é cada vez mais obrigado a perceber e a dinamizar a sua natureza “conversacional”, em processos de interação bidirecionais de diálogos e práticas democráticas que envolvam novas formas de abordagem à sociedade. Isso implica falar de mais gente e não deixar que a agenda mediática continue a ser confiscada pelos políticos e pelos grandes media (Correia, 2005: 49) que, num processo de mimetismo mediático, de que falava Ramonet (1999), se auto alimentam de uma mediania sem compromisso com a qualidade de vida pública.

Ter gente dentro do jornalismo não é apenas focar as atenções nas grandes manchetes com rostos – porque é preciso ter um rosto (sobretudo nos diretos e falsos diretos das televisões que tratam o “povo” para encher e o reduzem a uma imagem estereotipada de valer coisa nenhuma a não ser simular que se ouve a “opinião pública”). É, antes, ter histórias com gente comum que – à parte de uma grande parcela que aparece em ajuntamentos ou como testemunhas oculares de dramas e tramas – também pensa, também age, também reflete, também pode dar “espessura” aos processos de construção das narrativas simbólicas na sociedade contemporânea. Isto não é, de todo, uma rutura ou uma mudança profunda de paradigma nos sistemas ideológicos que sustentam as redações dos meios de comunicação social, conhecendo-se a dicotomia com a dimensão comercial dos mesmos. Pode-se alcançar, isso sim, uma oportunidade para criar e gerar processos relacionais mais diretos com a vida pública e quotidiana que se traduzam em novas formas de cidadania, como adiantava João Correia em 2005 (p. 51).

Tal como analisámos neste trabalho, a partir dos exemplos do jornal *Público* e da revista *Visão*, esta não é uma conceção apenas teórica mas cada vez mais pragmática e impregnada nos desafios de reflexão interna das redações, face aos constrangimentos diversos e desafios atuais e futuros. Há estratégias editoriais, claramente nesse sentido, de incluir novas agendas e de se assumir um projeto de informação pública não apenas como meio de relatar acontecimentos (com “absoluta imparcialidade”, “neutralidade” ou “objetividade”) mas, sem deixar de cumprir esse papel fundador, de se incluírem num novo quadro sociopolítico e cultural que traz novas exigências de representatividade. Vimos esses sinais explicitamente assumidos, neste trabalho, o que pode estar a contribuir para gerar capacidades e formas de inovação concretas da própria democracia, e do desenvolvimento endógeno da sociedade, sem com isso violar quer os

princípios constitucionais da democracia quer as condutas éticas e deontológicas da profissão.

Quando a *Visão* assume editorialmente, em pareceria com um hipermercado, um projeto informativo intitulado “Portugal Faz Bem”, como estratégia de «divulgação de produtos de excelência da indústria nacional provenientes de todas as zonas do país e dos mais diferentes sectores de atividade» (Visão nº 1020, Linha Direta, p.4) estará a pôr em causa a sua independência ou a abandonar as clássicas coordenadas deontológicas do jornalismo? Consideramos que não. Trata-se de uma iniciativa em que se congrega, num mesmo projeto, a força da narrativa jornalística informativa, sem perder a face ética com uma postura de compromisso público de «estimular e reforçar a produção nacional de excelência, contribuindo para a criação de riqueza nacional e redução da nossa dependência externa», escreve a revista (*idem*, p.58).

Retoma-se, a partir deste exemplo, o conceito de independência, neste pressuposto de que, na prática, deve, neste caso, ser entendido como a capacidade de distanciamento ético com que um jornalista produz uma peça jornalística, em rigor a partir dos elementos de que dispõe, não emitindo, através da escrita, qualquer orientação valorativa pessoal. É a revista que assume editorialmente essa posição valorativa sobre a produção endógena nacional – que é exterior à práxis específica da produção noticiosa em si mesma – no quadro de uma estratégia que, ao que tudo indica, é defensora dos interesses da economia portuguesa. Pode-se (e deve-se) entender esta estratégia como ação de *marketing* editorial da publicação (que procura diversificar temas e abranger novas faixas de eleitores) e *marketing* comercial da marca de hipers portuguesa (que se mostra “defensora” das marcas nacionais a pensar em mais vendas). Mais do que a discutir à luz das teorias da “objetividade”, esta iniciativa – como outras faladas ao longo do trabalho e que representam um reforço da função de cartografia territorial dos *media* – não podem ocultar uma óbvia consequência pragmática: falar “objetivamente” de um país é trabalhar com outros aspetos e com outros atores da sua vida social, cultural, política e económica, que confere maior proximidade com as suas realidades.

O “juízo público” de uma grande parte das esferas públicas da sociedade é “alimentado” com mais variedade e, supostamente, maior profundidade. Os enfoques discursivos sobre o contexto da atualidade (e da realidade) não podem ser ofuscados com a habitual linguagem mediática dos impulsos, dos *sound bites*, da performance técnica que nos bombardeia instantânea e continuamente com doses industriais de informação como se a sua essência estivesse no processo de transmissão.

Poderá ser isto entendido como jornalismo público? Mais do que o rótulo, em si, está lá a percepção de que a democratização da informação ao serviço de uma melhor qualidade da democracia, e da vida pública, não se reduz ao paradigma de que basta informar e que as notícias, tendencialmente, assentam num sistema bipolar da apresentação de uma versão e de outra que a contradiz, como se a “boa informação” (um conceito tão abstrato e fluído) se pudesse reduzir à simplificação de duas versões contraditórias.

O exercício do jornalismo público representa duas coisas: 1) em termos pragmáticos, uma ética jornalística que desafia à complexificação dos enfoques discursivos sobre a realidade para sobre ela incidir com mais substância narrativa; 2) em termos filosóficos, uma ética pública, como processo de consciencialização ideológica dos jornalistas sobre o seu compromisso e papel numa democracia. Trata-se de um desafio de incluir mais fontes não oficiais (ou não elitistas) nos processos de diálogo social e deliberativo, numa tentativa de ligar os jornalistas às comunidades onde se inserem, incluindo na sua agenda as preocupações dos cidadãos.

O movimento nasceu, pelo que interpreta, contra uma certa “perversão” do modelo liberal de um jornalismo americano - país onde nasceram os *mass media of communication* com uma ligação visceral à liberdade de expressão e às virtudes políticas e culturais do mercado económico (Leclerc, 1998:107) - “domado” pelas agendas da luta política (em contextos eleitorais). Hoje faz sentido retomar algumas das suas premissas (com o distanciamento epistemológico necessário para lhe apontar os riscos face à metamorfose do conceito de “público” e das suas alegadas motivações “desinteressadas” sobre a ideia de bem comum). E faz sentido precisamente porque permite a controvérsia e um exercício reflexivo sobre os rumos do jornalismo no quadro de uma nova geografia das relações, dos compromissos, das ideologias profissionais e, entre outros aspetos, sobre que modelo democrático assenta ou pode assentar a profissão.

Da mesma maneira que o jornalismo público pode conter virtudes, para a ideia central de revitalização da imprensa na relação triangular com as esferas públicas e o sistema democrático, também traz consigo outro perigo: o da perversão total do papel democrático da imprensa quando se permitisse que fossem os leitores cidadãos a definir a sua agenda. Os leitores são influenciados e formatados pela realidade em que vivem, cujas representações mentais resultam das «ideias contagiosas» do contexto cultural transmitidas por canais sociais tais como o rumor e os media (Leclerc, 1998:15).

Nesse pressuposto, há o risco da maior parte das transmissões não passarem de referências a acontecimentos locais e sem futuro, como é o exemplo das conversas banais entre dois interlocutores. Aquilo a que Leclerc chama de “representações coletivas” – que aqui se enquadram – pode não ser mais do que rumores, modas ou vínculos de convicções ideológicas, mitos, crenças religiosas ou populares que se propagam como epidemias (p.16). Este recuo sociológico sobre o problema da proveniência (e fiabilidade) dos discursos do espaço público, confere mais profundidade ao outro lado da nossa questão central desta tese. O modelo de jornalismo público pode, de fato, dar mais consistência democrática ao jornalismo se, na sua concepção filosófica, estiver esta premissa básica de entender que o “público” nunca pode ser abstratamente enquadrado como “o lado bom” do processo. Ou sem se perceber quais são as motivações, as razões, os fatores ou as condições que levam um indivíduo - do conjunto dessa massa de indivíduos com se agregam abstratamente em “público” - a comunicar ou exprimir uma representação mental sob a forma de uma representação pública.

Há todo um mecanismo da concorrência vital entre as ideias e todas as informações e enunciados estão em competição para acesso ao espaço e ao tempo (Leclerc, 1998:17). E nessa competição, perguntamos nós, como aferir a validade ou fiabilidade de enunciados provindos de determinados setores da sociedade civil? Falar de “público” dos media, no sentido do jornalismo público, pressupõe um envolvimento construtivo desse mesmo público, no sentido horizontal, em cada contexto e a cada momento, rejeitando a ideia idealista de que, do lado de lá, está uma “opinião pública” pronta a interagir, a reagir, a intervir e a afirma-se democrática e civicamente no complexo xadrez social. Esta constatação teórica mata, à partida, uma posição cómoda de se falar genericamente na “opinião pública” como uma entidade homogênea, e que se pode apreender em toda a sua extensão, quando na verdade estamos perante uma entidade abstrata e altamente complexa.

Da mesma forma que as noções de esfera pública ou espaço público, teorizadas por diversos filósofos políticos e pensadores da modernidade à contemporaneidade, perdem alguma validade normativa por não se reduzirem hoje a uma determinada dimensão espaço-temporal mas à conectividade global das sociedades (Innerarity, 2010:15), também o jornalismo passa por um processo de readaptação às mudanças sociais e políticas. E a primeira grande evidência, em nossa opinião, é a de que não há caminho de futuro sem uma maior “proximidade” do jornalismo informativo à vida real dos cidadãos - sem que isso determine o fim de uma ideologia do distanciamento

funcional e normativo da profissão - numa perspetiva de um alargamento cada vez mais consciente, e menos superficial e estereotipado, do que pensar e como pensar face aos desafios comuns das deliberações públicas em democracia.

Cabe aos seus atores essa tarefa de se ligarem às realidades mais profundamente, não apenas ao campo da relação política entre eleitos e eleitorado (como foi na génese do movimento do *public journalism* nos EUA) mas a todos os campos da vida comum, como seja a economia, a saúde, a educação ou tantos outros assuntos estruturantes, com uma postura proactiva de *accountability* adaptável à metamorfose das sociedades atuais.

Esse é, em termos teóricos, um grande desafio que emana do movimento do *public journalism* que nos propusemos analisar numa perspetiva limitada e circunscrita, territorial e culturalmente, ao contexto da imprensa regional da Guarda. Mas que poderá conter indagações de natureza teórica e empírica com validade, não de absolutização seja do que for, mas como contributo para a reflexão mais alargada sobre uma nova geografia relacional que se impôs entre todos os sistemas de representatividade e esferas públicas, conforme as noções modernas e contemporâneas de Habermas (1962) e Noelle-Neumann (1984), trabalhadas no corpo teórico desta dissertação, e que significam o surgimento de um espaço aberto e livre de partilha de opiniões. A metamorfose é desafiadora (e por isso avessa a concepções deterministas) face a um espaço de fluxos no qual a própria figura do jornalista é questionada e escrutinada.

É necessário mudar alguma coisa, mas não para que tudo fique na mesma. E essa mudança decorre de uma auto perceção do papel, das funções possíveis (entre a vocação democrática e a sustentação económica) e da responsabilidade social com que os jornalistas podem fazer duas coisas fundamentais: produzir notícias para fazer dinheiro e não perder credibilidade e legitimidade junto dos seus públicos. Parece indiscutível, em nosso entender, que o jornalismo seja o pilar principal na construção da cidadania, já não entendida como um conceito abstrato mas com um sentido pragmático sobre as novas dinâmicas sociais contemporâneas. Não se pede que o jornalismo abandone a sua clássica (e polémica) função de “cão-de-guarda” (*wachdog*) que historicamente fez dele uma instância de regulação democrática obrigando os poderes públicos e os sistemas políticos, sob o escrutínio público, a responder pelos seus atos e a responsabilizarem-se (ainda que muitas vezes apenas retoricamente) perante o povo como base da democracia.

O “cão-de-guarda” não pode ser domesticado, sob pena de se confundir a comodidade e conforto dessa posição com a função de serviço público. A proposta do

jornalismo público que aqui defendemos, ao contrário do que se possa generalizar, não vai no sentido de um princípio moral de “domesticação” dos jornalistas por uma suposta, e abstrata, melhoria da vida dos cidadãos, como se todos – a tal “opinião pública” vigente - se enquadrassem no perfil de indivíduos apáticos face aos assuntos públicos, sem recursos cívicos para entrar nos processos de discussão e deliberação públicas, desinteressados e desinformados.

Olhando para a realidade portuguesa contemporânea, para não irmos mais longe, apesar de historicamente nos termos movido lentamente nessa bipolaridade entre cidadãos com medo de pensar pela própria cabeça, antes de 1974, e cidadãos com liberdade e um perfil político para assumir racionalmente posições públicas, na recente história da democracia, constata-se a solidez de uma sociedade civil mais crítica e mais autónoma. E esse caminho não podia ser alcançado sem uma imprensa igualmente livre e autónoma que, à semelhança dos primeiros periódicos liberais do século XVIII (com diferentes posições ideológicas em países como a França e Inglaterra), soube democratizar os assuntos palacianos e os segredos feudais de regimes que, por força da razão pública (para além da força das armas), sucumbiram. Mas os regimes democráticos republicanos que se lhes seguiram - sem aqui convocarmos um raciocínio diacrónico historicista - não são a excelência do modelo de democracia consignado normativamente em constituições.

O ideal de cidadania democrática, resultado de uma espécie de transformação “milagrosa” e fraterna de uma sociedade como a portuguesa, por exemplo, é utopia. Porque a realidade, por mais que os níveis de participação cívica e mediática aumentem, ou os níveis de escolaridade e educação subam, será sempre assente nesse confronto bipolar e interclassista de cidadãos desinteressados dos assuntos públicos (não quer dizer que não sejam interessantes sob o ponto de vista do agendamento proposto pelo modelo do jornalismo público) e cidadãos culturalmente mais ativos, atentos e interventivos (não necessariamente capazes de garantir mais substância e profundidade a uma agenda pública mediática).

Por isso, nenhum modelo que se proponha pode assumir - no caso português, e no caso especial de uma imprensa regional numa cidade do interior sem mercado publicitário e sem escala - uma posição moralista, desligada da realidade, como que imbuída de uma missão de “salvação democrática” da sociedade onde o poder e o dinheiro continuam a ser os principais reguladores. Da mesma forma que é utópico esperar que qualquer redefinição cultural das redações, orientada para o alargamento das

relações entre todos os polos do jogo sociopolítico, entre os sistemas de representatividade e os cidadãos, tenha como fim uma espécie de “idade do ouro da fraternidade e da cidadania democrática”, como aconteceu nos EUA com o *boom* do associativismo voluntário dos finais do século XIX princípios do século XX. Se a democracia na América apaixonou Tocqueville, nos longínquos anos 30, pela sua base popular de participação e deliberação cívica – e que se crê ter orientado, de certo modo, a filosofia subjacente ao movimento do *public journalism* – não significa que esse seja o modelo de excelência para o contexto contemporâneo.

Não significa, como já vimos, que dentro desse modelo do qual o “povo” – como entidade abstrata e tão heterogénea que não cabe num conceito – emerge como o principal poder de conduzir e orientar as políticas públicas não esteja, ele próprio, imbuído de um espírito de competição corporativista e enganador quanto ao princípio de representação do chamado “interesse público” – outro conceito tão maleável quantas distintas vozes o pronunciarem. Muito pragmaticamente, e pelas experiências quer jornalísticas quer associativas que assumimos ao longo da vida nas duas últimas décadas¹⁷⁸, não nos colocamos ao lado de quem defenda a primazia da socialização de grupos secundários (como associações ou grupos de interesses diversos) enquanto processo catalisador automático de valores democráticos. Podem provocar mudanças democráticas, sim, enquanto estruturas de envolvimento de pessoas que se unem por interesses ou projetos comuns, mas também podem servir de base para fins contrários, como sejam, por exemplo, os coletivos étnicos, nacionalistas ou xenófobos, entre outros. Ou ainda associações que servem para perpetuar poderes, alimentar círculos de poder e clientelas em todo o sistema democrático.

Voltando à democracia na América de Tocqueville, e para ilustrar teoricamente o outro lado que aqui está em causa, é muito oportuno que se convoque, neste particular debate, o contributo de Jason Kautman (2002), um autor que estudou o fenómeno da expansão do associativismo americano no início do século XX e que ficou conhecida como a “*Golden Age of Fraternity*”. No essencial, Kautman (2002) considera as associações voluntárias como estruturas em competição com os demais atores sociais e políticos em “luta” por uma certa influência. O autor concluiu que a chave para o fenómeno de tanta euforia associativa se devia à conjugação de fatores ligados às

¹⁷⁸ Desde muito cedo me movimenteie em contextos associativos voluntários de natureza cultural, desde a minha aldeia de berço (Famalicão da Serra) à cidade da Guarda, nas quais ainda sou uma voz ativa e produtiva em estruturas de natureza cultural e artística, como são o caso do Centro Cultural de Famalicão e Cooperativa Cultural “Aquilo Teatro”.

consequências da guerra civil americana e da imigração. No primeiro caso, as pessoas ligavam-se a associações para, através delas, garantirem seguros de doença mais baratos. No segundo, a base associativa serviu, por um lado, para a defesa dos grupos minoritários de natureza étnica e religiosa, oriundos dos vários cantos do mundo, sobretudo da Europa; por outro, como contra mobilização interna de outras comunidades que não viam com bons olhos a “invasão” estrangeira. O que a investigação de Kautman vem demonstrar, através de uma perspectiva histórica contextualizada do fenómeno, é que um certo moralismo cívico associado aos movimentos de aparente vocação espontânea para a defesa de causas comuns podem, afinal, não passar de organizações de natureza competitiva entrincheiradas na defesa, muitas vezes estereotipada, de causas privadas e muito particulares.

Não se tratam de organizações por excelência da sociedade, mas agregações com potencial social de representação constituídas por esferas públicas muito específicas, em função do seu contexto sociocultural e político. Portando, com base nestas premissas críticas, é muito difícil, ou mesmo impossível, considerar que num ou noutro lado está a figura do cidadão verdadeiramente representativo de um “espírito público” quando, na sua sombra, prevalece um “espírito individualista” de defesa de classe, credo, ideologia, causa ou cultura. A relevância social e cívica - no sentido por nós assumido de “um envolvimento” mais do que “um atributo”, na senda da proposta de Hansotte (2008) - de cada uma dessas organizações de cidadãos depende, sobretudo, da forma como e com que se apresenta num determinado contexto sociocultural e político e em que circunstâncias históricas e sociológicas. Concluiu-se, à luz do pensamento aqui parafraseado de Kautman (2002), que o associativismo e, por consequência, qualquer iniciativa de voluntariado cívico (que Tocqueville enalteceu) não são detentores ou representantes do lado bom nem do lado mau da democracia, em si mesmos.

Um outro estudo interessante sobre o modo como o capital social de base associativa ou cívica pode representar barreiras para a democracia é de Jamal Amaney (2009). O autor explora os contornos da cultura política, da sociedade civil e da cidadania no mundo árabe, mais concretamente na Cisjordânia - cuja base teórica é a obra *Making Democracy Work* de Robert Putnam (1993) onde se faz a apologia dos processos democráticos atribuídos a grupos secundários como catalisadores de valores democráticos – e conclui que estas organizações podem mesmo obstruir o desenvolvimento de uma cultura democrática. Escreve Amaney (2009:3) que «onde os

contextos associativos são dominantes pela tendência para o clientelismo, as associações tornam-se locais de replicação desses laços verticais».

Esta teoria de Amaney, que deve ser olhada no contexto concreto do mundo árabe, tem o mérito de nos ajudar a sair de um entendimento mais cómodo sobre de que lado estão as virtudes democráticas. É preciso notar o perigo de uma argumentação estritamente focada nas virtudes dessa aparente emergência cívica e voluntária de um capital social capaz de, nessa base, garantir uma absoluta qualidade democrática nos processos de participação e legitimação social de coletivos, grupos ou comunidades. Não só, no nosso caso, o povo não teve o contexto histórico e político para emergir como alicerce de um sistema político de base popular – como aquele que Tocqueville encontrou na América – como esse mesmo povo tem estado, em termos históricos – quer no período pré-25 de Abril quer no pós - como que “civicamente adormecido” e dependente de um Estado providência de quem exige, apenas, que represente bem o seu papel em defesa dos seus direitos e perante o qual se assumem alguns deveres.

A nossa argumentação vai, desde já, no sentido de reconhecer as virtudes e as potencialidades de sistemas de participação alargada de base cívica, inorgânica e espontânea dos setores mais diversos da cidadania, bem como as dos movimentos orgânicos e associativos, quando virados para causas e atividades de reconhecido interesse público e geral. Devemos, portanto, considerar que a realidade, sobretudo a que nos propusemos analisar à luz de conceções teóricas mais clássicas ou mais contemporâneas, deve ser perspetivada de uma forma matizada, pois ela não se reduz a uma variável binária. Isto é, não nos revemos teórica e pragmaticamente numa visão que oponha, de um lado, um modelo de “cidadania democrática” de base participativa, como um bem em si mesmo para a qualidade da democracia, e do outro os sistemas político e mediático no palco das acusações sobre a sua desqualificação ou descredibilização.

Uma coisa é reconhecer os princípios abstratos que uma democracia significa, por exemplo entre outros direitos a garantia constitucional da igualdade entre todos. Outra coisa diferente, e mais complexa, é saber como são ou podem ser garantidos ou convertidos esses princípios para o contexto da ação concreta das instituições dos dois sistemas (o político e o mediático). Com a diferença de que ao segundo não cabe a responsabilidade de governar. Mas pode caber-lhe uma função complementar de ajudar

a consolidar a democracia, no que se refere às garantias cívicas e ao questionamento aprofundado dos rumos coletivos, com experiências editoriais e narrativas diferenciadoras do mimetismo pouco proporcional das nossas realidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

Assumimos, como postura crítica pessoal nesta tese, uma reflexão jornalística sobre os rumos dessa relação democrática histórica fundamental à luz de uma concepção pragmática sobre as realidades onde todas as esferas da sociedade se movem e se interpenetram. Em vez de as opor, vemo-las num caleidoscópio relacional de múltiplas facetas. Tal como Lippmann, nos anos 20, extraiu da sua experiência jornalística a negação de uma “opinião pública” absolutamente racional, mas antes com visões limitadas, estereotipadas e emocionais da realidade construída pelos media, também hoje temos o desafio intelectual de relativizar concepções encasuladas dos fenómenos à luz de teorias intocáveis. Com esta postura epistemológica de uma sensação de chegar ao fim de um trabalho com a urgência de o questionar de novo, assumimos a adoção crítica do modelo do *public journalism*, pelas potencialidades e debilidades a que nos referimos neste trabalho.

Algumas das dúvidas que orientaram esta pesquisa têm que ver com a viabilidade de introduzir práticas jornalísticas de auscultação da opinião dos cidadãos e das suas histórias, mantendo a mediação profissional mais liberta da pressão de alguns dos valores-notícia dominantes, como forma de revitalizar a imprensa como mosaico pluralista de vozes e temas de interesse público. Esse foi o mote principal que aqui finalmente se discutiu, a partir dos indicadores do trabalho de campo, como exercício de reflexão em redor da essência da prática jornalística, face à multiplicidade explosiva (e vertiginosamente mutável) de todas as facetas da sociedade da comunicação. A interrogação que dirigimos ao jornalismo (neste caso ao de expressão regional) centra-se nas suas potencialidades e possibilidades democráticas de envolvimento deliberativo dos cidadãos como base de construção de cidadania, nos termos antes explicitados.

Um indicador de que em Portugal o paradigma do que designamos por “centralismo temático” ou o “culto mediático das fontes elitistas” pode estar a mudar (como analisámos com capítulo 5) é ilustrado pelas novas estratégias editoriais de publicações como o *Público* e a *Visão* – de muitas outras mudanças culturais nas

redações que podem estar a gerar-se noutros meios¹⁷⁹. Significa que o *jornalismo público* – independentemente da tautologia da expressão por se considerar, classicamente, que todo o jornalismo é público – tem nos seus fundamentos filosóficos possibilidades de aplicação num processo de revitalização e legitimação pública da comunicação social, no quadro atual de grandes interrogações e mutações de natureza política e social.

Está em causa, basicamente, que o jornalismo - classicamente vinculado a culturas profissionais cristalizadas e sólidas - se interroga no seu compromisso com os ideais de participação democrática, à luz das teorias que exploramos na discussão teórica neste trabalho. Defender uma orientação profissional neste sentido – como de resto parece começar a acontecer no seio de alguns meios em Portugal - não significa uma mudança total nas práticas das redações. Nem isso seria possível. O que se perspetiva, a partir do modelo do jornalismo público, é uma mudança de consciência da classe jornalística (mas também dos padrões dos meios) da relação triangular e problemática entre os *media*, a vida cívica e a esfera pública democrática. Sem receitas definitivas, esta continua a ser “uma ideia em ação” como defendia Rosen (1999:5).

A finalizar, arriscamos avançar com *imagens e esperanças* para as quais vale a pena trabalhar (Curran & Seaton, 2001). Correspondem, na nossa opinião, a caminhos possíveis no difícil e complexo trajeto de enfrentar o futuro sob novas perspetivas e novas formas de expressão da cidadania.

Essas imagens e esperanças são: i) Integrar nas narrativas jornalísticas (offline e online) modelos dialógicos de ação comunicativa descentralizada e participativa – gerando nichos de *cidadania ativa* (Santos, 1999; Hansotte (2008) – sem se abdicar da mediação profissional e eticamente responsável; ii) Fazer tudo por legitimar o papel do jornalismo na sociedade como o principal propulsor de novas identidades ou afinidades coletivas (bem se sabe que é um cliché, mas o mundo fragmentado do individualismo atual exige esse esforço); iii) Diversificar estratégias e ações sinérgicas com o tecido empresarial e institucional local, regional e nacional que ajude a solidificar o negócio da comunicação social profissional, mediante um equilíbrio (sempre complexo) entre a

¹⁷⁹ Nuno Santos, diretor de informação da RTP, dava voz, no telejornal da “sua” estação de 16 de setembro de 2012, a uma aparente mudança de paradigma - motivado por uma das mais massivas e participadas manifestações cívicas do Portugal democrático – naquela que poderá vir a ser (num momento de incerteza quanto ao modelo de “serviço público”) uma nova atitude da televisão pública com a sociedade civil. A força da voz popular (demonstrativa de que, afinal, o povo “passivo” quando quer pode ser política e civicamente “ativo”) parece ter “acordo” os principais editores ou “fazedores” de notícias para a necessidade de um agendamento fora do habitual círculo informativo ou, designado por muitos, “círculo mediático”.

legitimidade de fazer dinheiro e a necessidade democrática de fazer jornalismo sério (como um bem público); iv) Afirmar o jornalismo (face a outras formas híbridas em concorrência) com convicção,¹⁸⁰ pensar e agir em escala - com fusões, por exemplo, entre jornais e rádios locais, ou, sem elas, apostando em projetos reconvertidos profissional e tecnologicamente à qualidade.

O universo da sociedade de comunicação atual exige essa convicção. A cidadania e a democracia não podem prescindir dessa “convicção”, na defesa do papel insubstituível do jornalismo sério e responsável, caso contrário o mundo tornar-se-á ainda mais ameaçador. «Sem jornalismo não há democracia (...) o jornalismo é mais indispensável do que nunca», referia a veterana jornalista Diana Andringa, porta voz de uma carta aberta que um grupo de jornalistas tornou pública, no dia 18 de outubro de 2012, alertando para a “crise” no setor da comunicação social em Portugal.¹⁸¹

¹⁸⁰ «A crise da nossa cultura e do nosso jornalismo é uma crise de convicção», escrevem Kovach e Rosentiel, (2004:9)

¹⁸¹ Texto notícia na TSF: «Jornalistas alertam: crise na comunicação social pode refletir-se na democracia», http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2836421&page=-1 (acesso a 18 de outubro de 2012).

Referências bibliográficas

AMARAL, Vítor (2006) *Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

AMARAL, V., «Imprensa Regional e Políticas da Comunicação: situação geral no quadriénio 1999-2002», *Revista Comunicação e Sociedade*, Braga, Universidade do Minho, Campo das Letras, vol. 7, 2005, pp.181-194.

AMARAL, V.; GRADIM, A. A. (2010) «Revitalizing the portuguese regional press: field experiments in Public Journalism», in *Atas do 3º European Communications Conference ECREA 2010*. Hamburgo, Alemanha. [online] <http://www.ecrea2010hamburg.eu/frontend/index.php?pageid=266>

AMARAL, V. ; GRADIM, A.A. (2011) «Jornalismo Cívico no impulso da Imprensa Regional Portuguesa: caminhos para uma consciência coletiva cidadã», in *Atas do VII Congresso SOPCOM*, Universidade do Porto.

AMANEY, Jamal (2009) *Barriers to Democracy – The other side of social capital in Palestine and the Arab world*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

ALMEIDA, J. F., e J. M. Pinto (1986), «Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais», em Silva, A. S. e J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 55-78.

ALVES, Gradim, Anabela. «Os Géneros e a Convergência – O Jornalista Multimédia do Século XXI», In: <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/02/gradim-anabela-generos-convergencia.pdf>

ALVES, Gradim, Anabela (2000). *Manual de Jornalismo: o livro de estilo do Urbi@Orbi*, col. Estudos em Comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

ALVES, Gradim, Anabela (2007) «Webjornalismo e a Profissão de Jornalista- Alguns equívocos sobre a dissolução do 4º poder» In: *Jornalismo Digital de Terceira Geração*, Org. Suzana Barbosa. Covilhã: Livros Labcom. Coleção Estudos da Comunicação.

ALVES, Aníbal Alves, «Condicionalismos do processo informativo na Imprensa Regional” (1997) *O Processo Informativo na Comunicação Social Regional e Local*, Colóquios 97, Lisboa, AACC, pp: 225-238.

ALVES, Aníbal (1990) *Imprensa local e desenvolvimento*, in Cadernos do Noroeste, volume 3, número 1-2, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, Alta Autoridade para a Comunicação Social (vários), *Condicionalismos do processo informativo na imprensa regional e local*, Colóquios 97, AACS, Lisboa

ARENDT, Hannah (1974) *La Condición Humana*, Barcelona, Seix Barral S.A.

ANDER-Egg, Ezequiel (2011) “Metodologia da Animação Sociocultural”, in Lopes, Marcelino (Coord.) *Metodologias de Investigação em Animação Sociocultural*, Chaves, Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

ANDER-Egg, E. (2006) «A Cidade Educadora, como forma de fortalecimento da democracia e de uma cidadania activa e convivencial», in Peres, A. N; Lopes, M. S. (2006) *Animação, Cidadania e Participação*, Chaves, Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP), pp.156-193.

BACHELARD, G.(1989) *Epistemologia*, Anagrama, Barcelona.

BARDIN, Laurence (1977) *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BARRETO, António (2002) *Tempo de Incerteza*, Lisboa, Relógio D’Água.

BELL, Judith (2010) *Como realizar um projeto de investigação*, Lisboa, Gradiva.

BELDRAN, Diogo (2010) Geolocate.now: Startups e o Buzz do (Hiper)Local. [online] <http://readwriteweb.com.br/2010/04/30/startups-e-o-buzz-dohyperlocal/>

BERGER, A.A. (2000) *Media and Communication Research Methods*, London,Sage.

BENITO, Ángel (1982) *Fundamentos de Teoría General de la Información*, Madrid, Ediciones Pirámide.

BOGDAN, R.;BIKLEN, S (1994) *Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto, Porto Editora.

BORGES, Susana, «A segunda fase do Jornalismo Público», in “Estudos em Comunicação”, nº 5, Maio de 2009.

BOURDIEU, Pierre (1994) *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

BOURDIEU, P. (1997) *Sobre a Televisão*, Oeiras, Celta.

BOUGNOUX, Daniel (1990) *La communication contre l'information*, Paris, Seuil.

BLAZQUEZ, Niceto (1994) *Etica y Medios de Comunicacion*, Madrid, Biblioteca de Aurores Cristianos.

BREED, W. (1955/1993) «Controlo social na redação. Uma análise funcional», In Traquina, N. *Jornalismo: Questões, teorias e «estórias»*, Lisboa, Veja, pp:152-166.

BRYDEN, J. (1998). “Novas Perspetivas para a Europa Rural: Tendências globais e Respostas Locais”. In *LEADER Magazine*, nº 18, pp.4-12

BREWER, J., e Hunter A., (1989) *Multimethod Research, A Synthesis of Styles*, Sage.

CÁDIMA, Francisco R. (1999) *Desafios dos Novos Media – a nova ordem política e comunicacional*, Lisboa, Editorial Notícias.

CÁDIMA, F.R. (1996) *História Crítica da Comunicação*, Lisboa. Século XXI.

CAMPS, Victoria C. (2003) “Sociedade de la información y ciudadanía”, in Rodríguez, Mª Amor P e Vázquez, Paki R., *Lucas en el laberinto audiovisual – Edu-comunicación en un mundo global*, Huelva, Grupo Comunicar Ediciones, pp. 29-34.

CAMPONEZ, Carlos (2002) *Jornalismo de Proximidade*, Minerva, Coimbra

CARODOSO, G.; MORGADO, A. (2003) «A comunicação política na sociedade da informação: elites parlamentares e internet.» Lisboa. (online): http://iscte.pt/~galc/Texto_6.pdf.

CAREY, James W. «In Defense of Public Journalism», in Glasser, Theodor L. (1999) *The Idea of Public Journalism*, New York, Guilford, pp:49-66.

CASTELLS, Manuel (2007) *Communication, Power and Counter-Power in the Network Society*, in «International Journal of Communication», Vol. 1, 2007 [Online] <http://www.caffeeuropa.it/socinrete/castells.pdf>

CASTELLS, Manuel (1996/2000) *A Sociedade em Rede*, 8ª edição, São Paulo, Editora Paz e Terra.

CENTER, Pew Research, *Project for Excellence in Journalism*, EUA, <http://www.pewcenter.org>

CHARITY, Arthur (1995) *Doing Public Journalism*”, New York, Guilford.

CHAMAZ, Kathy (2006) *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Research*. Los Angeles: SAGE Pub. [e-book] <http://pt.scribd.com/doc/25555347/Constructing-Grounded-Theory-Ch-1>

CLOUTIER, Jean (1975) *A era de EMEREC*, Ministério da Educação e Investigação Científica - Instituto de Tecnologia Educativa.

COLOMBO, Furio (1998) *Conhecer o Jornalismo hoje*, Lisboa, Editorial Presença.

CORREIA, J; Morais, R., Sousa, J.C (2011) *Agenda do Cidadão: Práticas Cívicas na Imprensa Regional Portuguesa*, UBI, <http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-01.pdf>

CORREIA, J.;CARVALHEIRO, J; MORAIS, R.;SOUSA, J.C., «Observatórios de media, cidadania e educação para os meios: sugestões baseadas numa pesquisa sobre imprensa regional, In Pereira, S. (Org.) (2011) Congresso Nacional “Literacia, Media e Cidadania”, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp:463-575.

CORREIA, João C. e Maia, Rousiley C. (2011) *Public Sphere Reconsidered: Theories and Practices*, Estudos em Comunicação, UBI, in <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/84>

CORREIA, João C. (2008) «Novos media e esfera pública - As profecias cyber-democráticas no contexto da democracia deliberativa» in <http://www.ec.ubi.pt/ec/04/html/06-correia-novos-media-esfera-publica.html>

CORREIA, João C. (2005) *Sociedade e Comunicação: Estudos sobre Jornalismo e Identidades*, Estudo da Comunicação, UBI, Covilhã.

CORREIA, João C. (2005) «Comunicação e Deliberação Democrática: Algumas reflexões», in Correia, J.C. (2005) *Sociedade e Comunicação: Estudos sobre jornalismo e identidades*, Estudos da Comunicação, UBI.

CORREIA, José Manuel N. (1989) *Introduction à l'Information (notes de cours)*, Bruxelas, Université Libre de Bruxelles.

CORDEIRO, Ricardo (2009) *A Teoria do Gatekeeping e a Imprensa Regional: o caso da Beira Interior*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Artes de Letras, UBI.

CORTIN, A.,(1999) *Éthique de la discussion et fundacion ultime de la raison*, in Les philosophies politiques contemporaines, Paris, Calmann-Levy.

COX, J. W., e J. Hassard (2005), “Triangulation in Organizational Research: a Representation”, *Organization*, 12: 1, AB/INFORM Global, pp. 109-133.

CRATO, Nuno (2002). *Comunicação Social - A Imprensa*. Lisboa: Editorial Presença

CUNHA, Isabel Ferin (s/d) *Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo*, UBI: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=cunha-isabel-ferin-metodologias.html

CURRAN, James; Seaton, Jean (2001) *Imprensa, Rádio e Televisão – Poder sem Responsabilidade*, Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade, Lisboa.

DIAS, Nelson (2006) *O Orçamento Participativo como Novo Experimentalismo Democrático – o caso do Município de Guaraciaba/SC* (Brasil), Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

DIAS, Nelson (2008) *Orçamento Participativo - Animação Cidadã para a Participação Política*, Disponível em http://www.op-portugal.org/downloads/Livro_OP_AF_web.pdf.
(Acesso a 3 de Janeiro de 2012)

DIGNEFFE, F.; J. Hiernaux, C., Maroy; D. Ruquoy e P. Saint-Georges (Orgs.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* Lisboa: Gradiva (2ª Edição).

DEACON, D., PICKERING, M., GOLDING, P. e MURDOCK, G. (1999) *Researching Communications*, London, Oxford University Press.

DEBRAY, Régis (1993) *L'État séducteur, Les révolutions médiologiques du pouvoir*, Gallimard.

DENZIN, N. K. (1989), *The Research Act*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice Hall.

DeLONG, Bradford, «A Democracia na América do Tea Party», jornal Público, 3 setembro de 2012, In <http://www.publico.pt/ProjectSyndicate/Bradford%20DeLong/a-democracia-na-america-do-tea-party-1561496>

DERVILLE, Gregory (1997) *Le pouvoir des médias, Grenoble. Press Universitaires de Grenoble*.

DEWEY, John (1972) *The public and its problems*, New York, Rinehart.

ECO, Humberto (1991) *Apocalípticos e Integrados*, Lisboa, Difel.

ERICKSON, J, Arthur «The Progressive Era: Reform in America - Americans Worked Together to Form What They Saw as a Better Society» In: http://www.associatedcontent.com/article/48352/the_progressive_era_reform_in_america.html

ESTEVES, João P. (2003) *Espaço Público e Democracia – Comunicação, Processos de Sentido e Identidades Sociais*, Cadernos Universitários, 15, Lisboa, Instituto da Comunicação Social.

FAIRCLOUGH, Norman (1995) *Media Discourse*, Londres, Edward Arnold.

FAUSTINO, Paulo (2004) *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*, Lisboa, Media XXI.

FERNÁNDEZ, Javier e RAMÍREZ (1993) Francisco, *Fundamentos de la Información Periodística Especializada*, Editorial Síntesis, Madrid.

FERIN, Isabel (2002) *Comunicação e Culturas do Quotidiano*, Quimera, Lisboa.

FERREIRA, Nicolau, «Os europeus estão preparados para um movimento ecológico», In: *Jornal Público*, 09/12/2010 (http://www.publico.pt/Sociedade/os-europeus-estao-preparados-para-um-movimento-ecologico_1470187?p=3)

FIDALGO, António (1996) O consumo de informação: interesse e curiosidade, <http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.html>.

FIDALGO, António (2007) «A resolução semântica no jornalismo online», In: *Jornalismo Digital de Terceira Geração*, Org. Suzana Barbosa. Covilhã: Livros Labcom. Coleção Estudos da Comunicação, pp.101-168.

FIDALGO, António “O Modelo Jornalístico de Otto Groth”, Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: www.bocc.ubi.pt.

FIDALGO, António (1999) «Nova Corte na Aldeia. Internet e ruralidade, Universidade da Beira Interior» [online] <http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-corte-aldeia.html> (publicado em Diálogos Raianos – Ensaios sobre a Beira Interior, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 89-99.

FIDALGO, António, «Conectados e tutelados: uma revisitação tecnológica da esfera pública», pp:65-72,, In: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20111222-public_sphere_reconsidered_ebook.pdf

FIDALGO, Joaquim, “O Meio jornalístico no Portugal de Hoje: Evoluções Recentes e Dilemas Persistentes”, in GARCIA, Xosé.L; SOUSA, Jorge. P. (Coord.) *A Investigation e o Ensino do Xornalismo no Espazo Luso-Galego*, Santiago de Compostela, Conselho da Cultura Galega, 2004, pp:43-59

FIELDING, N., e M. Schreier (2001), “Introduction: On the Compatibility between Qualitative and Quantitative Research Methods”, em Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research (on-line),2:Disponível em: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>

FODDY, William (1996) *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta.

FONTCUBERTA, Mar (1999) *A Notícia – pistas para compreender o mundo*, Lisboa, Editorial Notícias.

FLICK, U. (2005a), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, 2.^a ed., Ed.Monitor.

FLICK, U. (2005b), “Triangulation in Qualitative Research”, em Flick, U., E. V. Kardorff, e I. Steinke (eds.), *A Companion to Qualitative Research*, Sage, pp. 178-183.

GAILLARD, Philippe (1986) *O Jornalismo*, Publicações Europa-América, Mem Martins.

GALTUNG, Joahn; RUGE, Mari H., «A Estrutura do Noticiário Estrangeiro», in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Comunicação & Linguagens, Vega, Lisboa, 1999, pp:61-73.

GARCIA, José L. (2004) “Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses”, in

GARCIA J.L. (Org.) *Estudos sobre os jornalistas portugueses – Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, pp.23-46.

GILLMOR, Dan (2005) *Nós, Os Media*, Lisboa, Editorial Presença.

GIDDENS, Anthony (1990) *As consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 4ª edição.

GOMES, Wilson (2009) *Jornalismo, Fatos e Interesses – Ensaio de teoria do jornalismo*, Série Jornalismo e Rigor, Florianópolis, Insular, Brasil.

GOMES, Wilson. “Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam”, in:

GOMES, W.; MAIA, R. *Comunicação e Democracia – Problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008, pp:221-274.

GOMES, W. «Da Discussão à Visibilidade», In GOMES, W.; MAIA, R. *Comunicação e Democracia: Problemas & Perspetivas*. São Paulo: Paulus, 2008, pp.117-162

GOMES, R.M. (2009) *A importância da Internet para jornalistas e fontes*, Lisboa, Livros Horizonte.

GOODY, J. (1977b) *The Domestication of the Savage Mind*, London, Cambridge University Press

GONÇALVES, Albertino (1996) *Imagens e clivagens*, Porto, Afrontamento.

GIL, António Carlos (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social*, São Paulo: Editora Atlas S.A (5ª edição).

GIL, José (2005) *Portugal Hoje, o medo de existir*, Lisboa, Relógio D’Água.

GIL, José, «O vazio das não-notícias» jornal *Público*, 5 março 2012, p. 4

GLASSER, Theodor L. (1999) *The Idea of Public Journalism*, New York, Guilford.

HABERMAS, J.(1999) *La inclusión del outro – estudios de teoría política*, Barcelona, Paídos.

HABERMAS, J. (1989) *The Strutural Transformation of the Public Phere: An Inqueiry into a Category of Bourgeois Society*, MIT Press, Cambridge,MA.

HABERMAS, J. (1984[1981a], *The Theory of Communicative Action. Reason and the rationalization of society*, (vol.1), Beacon Press, Cambridge.

HABERMAS, J. (1981) *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la opinión pública*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A.

HABERMAS, J. (1962b), "Further reflections on the public sphere", in Craig Calhoun (ed.), *Habermas and the public sphere*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts, pp.421-461.

HAAS, Tanni (2007) *The pursuit of public journalism: theory, practice, and criticism*, London, New York, Routledge.

HAAS, Tanni; STEINER, Linda (2006) *Public Journalism – A reply to critics*, SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi

Vol. 7(2): 238–254[online]<https://wiki.umn.edu/pub/PetesWikiWeb/CivicPublicJournalism/Haas-Steiner-PubJourno.pdf>

HACHETT Robert A. «Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos Estudos dos Media, in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Comunicação & Linguagens, Vega, Lisboa, 1999, pp:101-130.

HANSOTTE, Majo, *As Inteligências Cidadãs – Como se Adquire e Inventa a Palavra Colectiva*, Instituto Piaget, Lisboa, 2005.

HAUBE R. (2005) «OhmyNews and 21st Century Journalism» in: http://english.ohmynews.com/articleview/article_view.asp?no=246787&rel_no=1

HERMAN, Edward S. «A diversidade de notícias: Marginalizando a oposição», in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, teorias e «estórias»*, Lisboa, Veja, pp. 214-223

IBÀÑEZ, J. (1986) *Más allá de la sociología: El grupo de discussion*, Siglo XXI, Madrid.

INNERATY, D. (2010) *O Novo Espaço Público*, Lisboa, Teorema.

JENSEN, K.B. e JANKOWSKI, N.W. (1991) *A Handbook of Qualitative Methodologies for Mass Communication Research*, London: Routledge.

JEANNENEY, Jean-Noel (1996) *Uma história da comunicação social*, Lisboa, Terramar.

KAUTMAN, Jason (2002) *For the Common Good? American Civic life and the Golden Age of Fraternity*. Oxford, Oxford University.

KOVACH, Bill e Rosenstiel, Tom (2004) *Os Elementos do Jornalismo – o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público exigir*, Porto Editora, Porto..

KRIPPENDORFF, Klaus (1990) *Metodología de análisis de contenido – Teoría e práctica*, Barcelona, Ediciones Paidós.

LAGARDETTE, Jean-Luc M. (1998) *Manual da escrita jornalística – escrevo, informo, convengo*, Lisboa, Editora Pregaminho.

LASSWELL, Harold, “Estrutura e função da comunicação na sociedade”, in Rodrigues, Adriano D; Dionísio, H.; Neves, H. G. Neves (orgs.), *Comunicação Social e Jornalismo, Volume 1 - O Fabrico da Actualidade*, Lisboa, A Regra do Jogo,1981, pp.147-154.

LAW, Stephen (2009) *Filosofia*, Porto: Dorling Kindersley- Civilização Editores.

LE GOFF, Jacques (1997) *Memória*, In Enciclopédia Einaudi: volume 1- memória e História, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

LECLERC, Gérard (2001) *A Sociedade de Comunicação - Uma Abordagem Sociológica e Crítica*, Lisboa, Instituto Piaget.

LE MOS, André, «Nova esfera conversacional», In Ângela Marques et. al (2009) *Esfera Pública, Redes e Jornalismo*, Rio de Janeiro, E-Papers.

LIPPMANN, Walter (1922[1998]) *Public Opinion*, New Jersey, Transaction Publishers.

LIPOVETSKY, G., Serroy, J. (2010) *Cultura-Mundo – Resposta a uma sociedade desorientada*, Edições 70, Lisboa.

LÓPEZ, Manuel (1995) *Cómo se fabrican las noticias – fuentes, selección y planificación*, Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, S.A.

LOPES, Azeredo J. A., Apresentação do Estudo da ERC, In: Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) *Imprensa Local e Regional em Portugal*, Lisboa, ERC. (1.^a Edição 2010), pp:15-18.

LUCHMANN, Lúcia Helena Hahn (2002) *Possibilidades e limites da democracia deliberativa – a experiência de orçamento participativo de Porto Alegre*, Dissertação de Doutorado, Campinas/SP, UFC.

LUHMAN, Niklas (1992) *Improbabilidade da Comunicação*, Lisboa, Veja.

MAFFESOLI, Michel (2005) *L'Instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*, France, La Table Ronde.

MAIA, Antônio C. *Espaço Público e Direitos Humanos: considerações acerca da perspectiva habermasiana*. Revista Jurídica da PUC do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev11antonio.html>

MATTELART, Armand e Michèle (1997) *História das Teorias da Comunicação*, Porto, Campo das Letras.

MARCONI, M. A. & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A. (5ª Edição).

McQUAIL, Denis; WINDAHL, Sven (1993) *Modelos de Comunicação para o estudo da comunicação de massas*, Notícias Editorial, Lisboa

McCOMBS, M.E. e SHAW, D.L., “The Agenda-Setting Function of Mass Media”, *Public Opinion Quarterly*, vol.36, 1972; «Structuring the “Unseen Environment», *Journal of Communication*, 26, 1977.

McLUHAN, Marshall (1988) *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*, S.Paulo, Cultrix.

MERRITT, Davis B. (1998) *Public Journalism and Public Life – Why telling the News Is Not Enough*, Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers, New Jersey.

MERRITT, Davis B. (1997) «Periodismo público: nuevas respuestas a preguntas clave», In : Cuadernos de Información, Nº 12/1997, pp:51-55.

MESQUITA, Mário (2004) *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, Minerva.

MOLOTCH, Harvery; LESTER, Marliyn, «As Notícias como procedimento intencional: Acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos», in Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Comunicação & Linguagens, Vega, Lisboa, 1999, pp: 34-51.

MOY, P.; GASTIL, J. (2006) «Predicting deliberative conversation: the impact of discussion networks, media use, and political cognitions». *Political Communication*, 23 (4), pp:443-460.

MIRALLES, Ana M. (2001) *Periodismo, Opinión Pública y Agenda Ciudadana*, Bogota, Grupo Editorial Norma.

MORAL, Javier F.; RAMÍREZ, Francisco E. (1993) *Fundamentos de la Información Periodística Especializada*, Madrid, Editorial Síntesis.

MOROZOV, Evgeny (2011) «The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom», Califórnia, University of Stanford. In: http://www.amazon.com/Net-Delusion-Dark-Internet-Freedom/dp/1586488740#reader_1586488740

OLIVEIRA, Nythamar, *Habermas, o Mundo da Vida e a "Terceira Via" dos Modernos*. Disponível em: www.geocities.com/nythamar/habermas2.html (acesso a 20 de Outubro de 2011)

PARK, Robert (1976) «A notícia como forma de conhecimento», In: Steinberg- Meios de comunicação de massa. São Paulo, Cultrix.

PEREIRA, Caroline S. (s/d) «Colaboração e a economia das dádivas: um estudo sobre o jornalismo de código aberto no Brasi» [online] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-caroline-colaboracao-economia-das-dadivas.pdf>

PEREIRA, Paulo, «O custo das não-decisões na imprensa local e regional em Portugal», In: Revista Comunicação e Sociedade, Braga, Universidade do Minho, Campo das Letras, vol. 7, 2005, pp.153-180.

PERUZZO, Cecília (2003) «Mídia local, uma mídia de proximidade», Comunicação Veredas 2(2), novembro 2003.

PINTO, Manuel (2003) *O Papel dos Media na promoção da democracia e dos indivíduos na sociedade da informação*, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, in <http://www.cecs.uminho.pt>

PIEDRAHITA, Manuel Piedrahita (2000) *Jornalismo Moderno – História, perspectivas e tendências rumo ao ano 2000*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

POLLAK, Michael (1992) *Memória e Identidade Social*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº 10.

PORTER, Tim (2005) *Kicking the Pack Journalism Habit*, Newspapering, Readership & Relevance in a Digital Age

[online]<http://www.timporter.com/firstdraft/archives/000433.html>

PUTNAM, Robert (1993) "The Prosperous community. Social capital and public life." *The American Prospect*, v.4, nº 13, pp.35-42.

QUIVY, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

RAMONET, Ignacio (1999) *A tirania da comunicação*, Porto, Campo das Letras.

RAMOS, Rui (2004) «Para uma história política da cidadania em Portugal », *Análise Social*, vol. XXXIX (172), 2004, pp:447-569.

REBELO, José (2002) *O Discurso do Jornal – o como e o porquê*, Lisboa, Notícias Editorial.

REIS, Bárbara (2011), *Hoje nasce o Público Mais*, Jornal Público, Editorial de 27/7/2011, [Online] http://www.publico.pt/Media/hoje-nasce-o-publico-mais_1503983?all=1

RIEFFEL, Rémy (2003) *Sociologia dos Media*, Porto, Porto Editora.

RIEFFEL, Rémy, «Les Journalistes français: image et présentation de soi», *Médiascope*, nº1, Março, 1992.

RODRIGUES, Adriano D. (1997) *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.

RODRIGUES, Adriando D. (s/d) *A Comunicação Social, Nação, História, Linguagem*, Lisboa, Veja.

ROSEN Jay (2003) “Tornar a vida pública mais pública: sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media” in Traquina e Mesquita, *Jornalismo Cívico*, Lisboa, CIMJ, 2003

ROSEN, Jay, «*Para além da objectividade*», in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo 2000*, Revista de Comunicação e Linguagens, Lisboa, Relógio d'Água Editores, nº 27.

ROSEN, Jay (2010) “Journalists as The Great Explainers”, Big Ideas – The Smarter Stuff on TV&Online, <http://www.abc.net.au/tv/bigideas/stories/2010/09/06/3003881.htm>

ROSEN, Jay (1999) “*What are Journalists For?*”, New Haven, CT, Yale University Press

ROSEN, Jay (1999) «The Action of the Idea-Public Journalism in Built Form», in Glasser, Theodor L. (1999) *The Idea of Public Journalism*, New York, Guilford, pp.21-48.

ROSEN, Jay (1996) *Getting the Connections Right: Public Journalism and the Troubles in the Press*, New York, Twentieth Century Fund.

ROSEN, Jay (1995b), *Making Journalism More Public*, New York, New York University.

ROSEN, Jay (1995c), *Imagining Public Journalism: An editor and Scholar reflect on the Birth of an Idea*, Indiana University.

ROSEN, Jay (1994b), *Public Journalism: Theory and Practice*, Dayton, Kettering Foundation.

ROSEN, Jay (1993), *Community connectedness: Passwords for Public Journalism*, The Poynter Papers, The Poynter Institute for Media Studies.

ROSENBERRY, Jack; St.JOHN, B. (2010) *Public Journalism 2.0 – The Promise and Reality of a Citizen-Engaged Press*, New York, Routledge.

RUBIO, Maria J. VARAS, J. (2004) *El Análisis de la realidad en la intervención social – Métodos y técnicas de investigación*, Madrid, Editorial CCS.

RUQUOV, D. (2005). *Situação de entrevista e estratégia do entrevistador*. In L. Albarallol.

SANTOS, Boaventura S. (2011) *Portugal – Ensaio contra a autoflagelação*, Almedina, Lisboa, 2011.

SANTOS, Boaventura S. (2002) *Democracia e Participação – o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre*, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura S.(2002) *Reinventar a Democracia*, Lisboa, Fundação Mário Soares e Gradiva.

SANTOS, Boaventura S.(org.) (2003) *Democratizar a Democracia – os Caminhos da Democracia Participativa*, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa (1998), “*Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy*”; *Politics & Society*, 12 1998; vol. 26: pp. 461 – 510, Sage Publications.

SANTOS, João de Almeida (2012) *Media e Poder – O poder mediático e a erosão da democracia representativa*, Lisboa, Vega.

SANTOS, João de Almeida (1999) *Breviário Político-Filosófico*, Fenda Edições, Lisboa.

SANTOS, João Almeida (2010) *A Rede, o poder e o contrapoder*, [Online] in <http://www.tendencias21.net/> e <http://joaodealmeidasantos.blogspot.pt/>

SANTOS, Rogério (2004) *História e tendências da investigação sobre jornalismo nos últimos 25 anos*, In GARCIA, Xosé L.; SOUSA, Jorge P (coords.) (2004). *A investigación e o ensino do xornalismo no espazo luso-galego*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, pp.81-105.

SANTOS, Rogério (1997). *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.

- SANTOS, R. (2003). *Jornalistas e fontes de informação*. Coimbra: Minerva.
- SAPERAS, Enric [1987]1993 *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Porto, Edições Asa.
- SCHAFER, Jan, «Civic Journalism: A Decade of Civic Innovation», Society of Professional Journalists National Convention, Fort Worth, TX, September 13, 2002 [online]: http://www.pewcenter.org/doingcj/speeches/s_spjheadline.html
- SOUSA, Jorge P., (2003) *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, Jorge P. (2004). *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- SOUSA, Jorge Pedro (s/d) *Comunicação regional e local na Europa Ocidental – Situação geral e os casos portugueses e galego* [online] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.pdf>
- SOUSA, Jorge Pedro (s/d) *Uma história breve do Jornalismo no Ocidente*, Universidade Fernando Pessoa, [online] <http://www.bocc.ubi.pt>
- SOUSA, Jorge Pedro (1999) *As Notícias e os seus efeitos*, Universidade Fernando Pessoa, [online]: <http://www.booc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-noticias-efeitos.html>
- SOLOSKI, John, «O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico», In Traquina, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, 1999, pp. 91-100.
- SINTOMER, Y., e GADUZA, E. (2011) *Democracia Participativa y Modernización de los Servicios Públicos: Investigación Sobre las Experiencias de Presupuesto Participativo na Europa*, e-Books, Transnacional Institute, [online]: http://www.op-portugal.org/downloads/Demo_%20Part_y_modernizacion_de_los_servicios_publicos.pdf
- SILVA, A. S; PINTO, J. M. (2003). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições, Afrontamento (12ª Edição).

SILVA, Regina Tavares, «Mulheres e Cidadania», Fundação Cuidar o Futuro [online]
<http://www.arquivopintasilgo.pt/MLP/Dossiers/Dossier1/1/Default.aspx?IdSubDossier=1>

SCHLESINGER, Philip (1977/1993) «Os jornalistas e a sua máquina do tempo», In Traquina, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e «estórias»*, Lisboa, Vega, pp:177-190

SCHUDSON, Michael, «What Public Journalism Knows about Journalism but Doesn't Know about 'Public'», in Glasser, Theodor L. (1999) *The Idea of Public Journalism*, New York, Guilford.

SCHWANITZ, Dietrich (2008) *Cultura – Tudo o que é preciso saber*, Alfragide, Livros d'Hoje, Publicações Dom Quixote.

SEATON, J. (2001) *Imprensa, Rádio e Televisão – Poder sem responsabilidade*, Instituto Piaget, Lisboa.

SEALE, C. (org.) (2004) *Researching Society and Culture*, London: Sage.

SERRA, Paulo (2007) *Manual de Teoria da Comunicação*, Covilhã, Livros Labcom, UBI.

SFEZ, Lucien (1994) *Crítica da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget

TASHAKKORI, A., e C. Teddlie (1998), *Mixed methodology. Combining qualitative and quantitative approaches* (Applied Social Research Methods Series, vol. 46), Londres, Sage.

TOCQUEVILLE, Alexis (1987) *Da Democracia na América*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp.

TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (2003) *Jornalismo Cívico*, Lisboa, Livros Horizonte.

TRAQUINA, N. (2000) *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva.

TRAQUINA, Nelson (2002) *O que é: Jornalismo*, Lisboa, Quimera Editores.

TRAQUINA, Nelson (2004) *A Tribo Jornalística – uma comunidade transnacional*, Lisboa, Editorial Notícias.

TRAQUINA, N. «Teoria das Notícias: o estudo do jornalismo no século XX», In TRAQUINA, N. CABRERA, A. PONTE, C., SANTOS, R. (2001) *O Jornalismo Português em análise de casos*, Lisboa, Caminho, pp:19-91.

TUCHMAN, Gaye (1993) «A Objetividade como ritual estratégico:uma análise das noções de objetividade dos jornalistas» In: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Comunicação & Linguagens, Vega, Lisboa, 1999, pp: 74-90.

VAN Dijk, T (2005) *Discurso, Notícia e Ideologia – Estudos na Análise Crítica do Discurso*, Campo das Letras, Porto.

YANKELOVICH, Daniel (1991) *Coming to public judgment, Making democracy work in a complex world*, New Yourk, Syracuse University Press.

YOUNG, K., y otros (1993) *La Opinion Publica y da Propaganda*, Buenos Aires, Paidos Studio.

WIMER, R. e DOMINIK, J. (1996) *La Investigación científica de los médios de comunicación – Una instroducción a sus métodos*, Edição Espanhola traduzida por Dader, Luis, Bosch Casa Editorial, S.A. Barcelona

WOLTON, Dominique (1999) *Pensar a Comunicação*, Difel, Lisboa.

WOLF, Mauro (2006) *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.

WHITE, D.M. (1950/1993) «O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias», In Traquina, N. (ed.) *Jornalismo: Questões, teorias e «estórias»*, Lisboa, Veja, pp.142-151.

Outras fontes:

Blogue de Alexandre Gamela,
<http://www.alexgamela.com/blog/2012/03/14/jornalismo-e-sociedade-entrevista-a-adelino-gomes/> (acesso a 16 de março de 2012)

Committee of Concerned Journalists [online] <http://rjionline.org/ccj>

Cision [online] http://us.cision.com/journalist_survey_2009/GW-Cision_Media_Report.pdf

Estudo da ERC "[A Imprensa Local e Regional em Portugal](#)" (1.^a Edição 2010).

Estatuto da Imprensa Regional [online] <http://www.apimprensa.pt/informacao-util/legislacao/legislacao9.aspx>

Explainer.net, «Building a Better Explainer Project – Studio 20», <http://explainer.net/about/>

Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) *Imprensa Local e Regional em Portugal*, Lisboa, ERC. (1.^a Edição 2010).

Estatuto da Imprensa Regional [online] <http://www.apimprensa.pt/informacao-util/legislacao/legislacao9.aspx>

Knight Foundation [online] <http://www.j-lab.org/about/history/>

Knight Center for Journalism in the Americas – The University of Texas at Austin [online] <http://knightcenter.utexas.edu/pt>

Observatório Europeu LEADER, «[A competitividade territorial](#): Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER» [Inovação em meio rural - Caderno n.º6/1 - dezembro de 1999], in <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/compet/contents.htm>

O Estado da Arte em Jornalismo Digital em 2011 [online] <http://www.vianews.com.br/PESQUISAORIELLA2011FINAL.pdf>

Project for Excellence in Journalism [online] http://www.journalism.org/about_pej/staff

Perfil de Barack Obama no Facebook [<http://www.facebook.com/barackobama>]

Perfil de Cavaco Silva no Facebook [<http://www.facebook.com/cavacosilva>]

Sindicato de Jornalistas Portugueses: <http://www.jornalistas.online.pt/>

